

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

RETRATOS DA PESQUISA BRASILEIRA EM ESTUDOS DE GÊNERO:
ANÁLISE CIENTOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Natascha Helena Franz Hoppen

Porto Alegre
2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

RETRATOS DA PESQUISA BRASILEIRA EM ESTUDOS DE GÊNERO:
ANÁLISE CIENTOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Natascha Helena Franz Hoppen

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Comunicação e Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Samile Andréa de Souza Vanz

Porto Alegre
2021

H798r Hoppen, Natascha Helena Franz

Retratos da pesquisa brasileira em estudos de gênero:
análise cientométrica da produção científica / Natascha Helena
Franz Hoppen. – Porto Alegre, 2021.
388 p. : il. color ; 24 cm.

Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) –
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-
Graduação em Comunicação e Informação. Porto Alegre, 2021.
Orientadora: Profa. Dra. Samile Andrea de Souza Vanz.

1. Ciência – Brasil. 2. Produção científica brasileira – Estudos
de gênero. 3. Bibliometria. 4. Cientometria. I. Título.

Catálogo na publicação: Natascha Helena Franz Hoppen – CRB 10/2150

Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação (PPGCOM UFRGS)
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação - Campus Saúde
Rua Ramiro Barcelos, 2705 Prédio 22201
Porto Alegre - RS
CEP: 90035007
Telefone: +55 (51) 33085116

Natascha Helena Franz Hoppen

RETRATOS DA PESQUISA BRASILEIRA EM ESTUDOS DE GÊNERO:

ANÁLISE CIENTOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Banca examinadora:

Profa. Dra. Dagmar Elisabeth Estermann Meyer

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Iara Aparecida Beleli

Universidade Estadual de Campinas

Profa. Dra. Leilah Santiago Bufrem

Universidade Federal de Pernambuco / Universidade Federal do Paraná

Profa. Dra. Sônia Elisa Caregnato

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Ana Maria Mielniczuk de Moura (suplente)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a muitas pessoas que contribuíram direta ou indiretamente na construção desta pesquisa e na minha caminhada durante o doutorado. Começando pelo pesquisador que concedeu acesso à versão paga (com mais recursos) da base utilizada como fonte principal de dados, Éric Archaumbaldt. Obrigada! Sou grata também a Claire Nigay e Anthony Coïa, parte da equipe da base, IFindr, que prontamente responderam a muitas dúvidas.

Às colegas e amigas de doutorado (e de profissão!), especialmente Dirce Santin, Karen Irizaga, Luciana Monteiro-Krebs, Maiara Bettio e Suzanna Louzada: obrigada pela amizade e companhia! À minha querida orientadora, professora Samile Vanz, sempre atenta e presente: sou muito grata.

Obrigada às professoras Dagmar Meyer e Sônia Caregnato, que avaliaram este trabalho no exame de qualificação, quando já estava imenso! Grata por aceitarem participar também da banca final. Professora Ana Moura, obrigada pelo incentivo em fazer a pós-graduação e pela participação como suplente da banca. Às professoras Iara Beleli e Leilah Bufrem, muito obrigada por seu tempo e paciência na leitura do trabalho final, e pelo aceite de composição da banca de defesa. Esta pesquisa foi muito mais extensa e trabalhosa do que meu otimismo supunha; sei que será um desafio avaliá-la.

Bolsistas, amigas e amigos, e até família convoquei para me ajudarem com os dados desta pesquisa – que trabalhão! Desde o primeiro teste de *download* dos dados da plataforma, até aplicar a limpeza das grafias, passando por coletar a cidade de todas as instituições, etc., etc., tudo foi mais extenso do que o imaginado, e eu não teria conseguido finalizar se não fosse o auxílio de várias pessoas: especialmente Gustavo Clemente, Caesar Ralf Franz Hoppen e Franciellen Franz Hoppen, além de Vinícius Machado, Natália da Silva, Thaís Torres e Rafael Carvalho. Muito obrigada a todas e todos vocês!

Bruna Dalmaso-Junqueira e Renato Levin-Borges, dois dos meus melhores amigos, além da leitura de partes do trabalho, ainda me auxiliaram a seguir em frente em tantos momentos críticos dessa caminhada – caminhada em que tenho o privilégio de ser sempre acompanhada por vocês. Minhas outras amigas e amigos de tantos anos, que eu não sei por que não agradei nominalmente no trabalho de dissertação (desculpem! vocês sabem que eu sou “coração gelado” e “caxias” demais, mas amo todas e todos vocês – e a idade está me amolecendo!): Caroline Baranzeli, Leandro Isoton de Carvalho, Vítor Rafael Espindola Biermann e Danielli Marafigo Arpino. Às amigas mais recentes também, que

com certeza levarei para a vida toda: Andressa Duarte, Maiana Boeira da Rosa e Maria Gabriela Seibel. Obrigada também à minha família, pai, mãe, Fran e Ralf, pela paciência e pelo amor.

Obrigada ainda às professoras, professores e colegas que caminharam comigo durante toda a formação acadêmica, a todas as servidoras e servidores técnicos e aos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Grata pelo trabalho, resiliência e fraternidade.

Por fim, desejo registrar um último e necessário agradecimento, para torná-lo real. 2020 foi um ano difícil para todas e todos, num sentido diferente do regular – por mais que sejamos diferentes e enfrentemos realidades distintas, o início da pandemia da COVID-19 trouxe algo de comum ao mundo. Pra mim não foi diferente, enfrentei essa realidade “comum” com alguns privilégios e alguns desafios. Como sempre (assim como muitas), exigi de mim mesma mais do que eu deveria. Então, não no sentido de “consertar” o que foi feito, mas no sentido de compreender e presentificar, quero agradecer à vida, a mim mesma, ao meu habitat que é o meu corpo. *Gracias a la vida, gracias a la vida.* Que eu possa, e que possamos juntas e juntos, compreender, porque compreender é ser livre.

RESUMO

A pesquisa analisa a produção científica brasileira em estudos de gênero. Para isso utiliza artigos indexados na base de dados IFindr publicados até 2019, de pesquisadoras e pesquisadores vinculados a instituições do Brasil. São feitas análises cientométricas de todo o conjunto de dados, seguido de recortes por década (anos 1970 a 2010) e, então, por grandes áreas do conhecimento, a partir de indicadores de atividade científica, colaboração e associação temática. Identifica que a evolução ao longo do tempo se associa com o contexto político e histórico brasileiro. Nos anos 1970 se inicia com alta variação na quantidade de artigos ao ano, em paralelo com repercussões dos movimentos feministas contemporâneos no país. Nos anos 1980 as pesquisas seguem, assim como na década anterior, associadas à saúde da mulher (principalmente em pautas relacionadas ao planejamento familiar), enquanto a saúde feminina é também um dos principais temas dos movimentos feministas da época. Neste período também, movimentos de mulheres se organizam em prol de pautas cidadãs direcionadas à construção da Constituição de 1988. Isso nos anos 1990 culmina com constante institucionalização desses movimentos em paralelo com a consolidação da área na academia, com salto no número de artigos (crescimento exponencial com coeficiente igual a 0,963) e com a entrada de muitas novas pesquisadoras/es provenientes das ciências humanas, que passam a publicar estudos de gênero. São inauguradas as duas primeiras revistas científicas brasileiras especializadas na área (Revistas Estudos Feministas e Cadernos Pagu) e, concomitantemente, é o período de intersecção do incentivo de pesquisas em temas da área por agências estrangeiras. A partir dos anos 2000, a área reflete a direção dos movimentos sociais em luz às diferenças, surgindo palavras-chave ligadas aos estudos *queer*, sexualidades “desviantes”, novas palavras-chave relacionadas à violência de gênero e outras. De 2011 a 2019 há muitas disciplinas novas publicando em estudos de gênero, e é quando ocorre mais colaborações em forma de coautoria (em todos os níveis, pessoas, instituições e entre países). É o período em que a palavra feminismo passa a ser adjetivada (palavras-chave como feminismo negro, ciberfeminismo, feminismo jurídico, feminismo descolonial e decolonial, entre outras). Os estudos de gênero são trans e interdisciplinares, porém as formas de fazer e publicar pesquisas se revestem de características típicas das grandes áreas do conhecimento (classificação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), por exemplo, na quantidade de artigos publicados e de autorias por artigo. Ciências humanas e ciências da saúde são as que mais produzem estudos de gênero, seguidas de ciências sociais aplicadas, então linguística, letras e artes e pesquisas publicadas em periódicos multidisciplinares. Há poucos artigos nas demais áreas da classificação. Cada área tem características e formas de fazer e publicar artigos distintas, por exemplo, maior colaboração interinstitucional nas ciências da saúde e preferência por publicações em autoria solo na linguística, letras e artes, porém todas têm preferência pelo idioma português. As disciplinas de saúde pública, enfermagem, sociologia e psicologia social se destacam em função dos periódicos, pessoas pesquisadoras mais produtivas, como as mais frequentes nas colaborações internacionais e/ou nas palavras-chave relacionadas. Os periódicos obedecem à constante de Bradford, com concentração de artigos publicados em um número pequeno de veículos em paralelo com quase metade dos periódicos tendo publicado apenas um dos artigos. As instituições de pesquisa são principalmente universidades públicas, depois universidades privadas, outros tipos de instituições públicas e instituições estrangeiras ou internacionais. A Universidade de São Paulo se destaca como a instituição com mais artigos em vários recortes da pesquisa e como a que mais colabora com as demais (conforme *clusters* de colaboração). Outras instituições mais relevantes são

Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Estadual de Campinas e Universidade Federal de Minas Gerais. Nos estados se destacam São Paulo (presente em 26,12% dos artigos) e Rio Grande do Sul (mais produtivo e com maior taxa de crescimento na última década). Roraima, Rondônia e Amapá não publicaram qualquer artigo na área durante o período analisado. Para as instituições e unidades federativas, a proximidade espacial demonstra ser um fator preponderante para a coautoria. É rara a colaboração com países estrangeiros nas publicações em estudos de gênero, porém ocorreu com 81 países diferentes dentro do período de tempo analisado. Entre eles, se destacam principalmente os Estados Unidos da América (mais frequente), Portugal (maior força de colaboração) e Argentina (mais próximo geograficamente). A pesquisa em estudos de gênero brasileira é marcada pela diversidade em suas formas de produzir e publicar, variando bastante conforme o recorte analisado, porém sempre relacionada ao contexto social em formas muito mais diretas do que o que se visualiza em outros campos do conhecimento.

Palavras-chave: Ciência - Brasil. Cientometria. Bibliometria. Estudos de gênero. Produção científica brasileira.

HOPPEN, Natascha Helena Franz. **Retratos da pesquisa brasileira em estudos de gênero**: análise cientométrica da produção científica. 2021. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.
Orientadora: Samile Andréa de Souza Vanz.

ABSTRACT

This research analyzes the Brazilian scientific output on Gender Studies. To accomplish this, it uses articles indexed in the 1Findr database and published until 2019, by researchers linked to institutions in Brazil. Scientometric analyses of the entire data set were carried out, and then according to decade (1970s to 2010) and then by major areas of knowledge, based on indicators of scientific activity, collaboration, and thematic association. The research found that evolution over time is associated with the country's political and historical context. In the 1970s, there begins a high variation in the number of articles per year, in parallel with repercussions of contemporary feminist movements in the country. In the 1980s, as in the previous decade, research continues to be associated with women's health (mainly related to family planning), while women's health is also one of the main issues tackled by feminist movements at the time. Also at this time, women's movements were organizing in favor of citizen guidelines aimed at the writing of the 1988 Constitution. This, in the 1990s, culminates in the constant institutionalization of these movements, in parallel with the consolidation of the area in academia, with an increase in the number of articles (exponential growth, with a coefficient of 0.963), and with the arrival of many new researchers from the Humanities, who start to publish papers on Gender Studies. The first two Brazilian scientific journals specialized in the field (*Revistas Estudos Feministas* and *Cadernos Pagu*) are launched and, at the same time, there is a period of intersecting incentives by foreign agencies for research on subjects in the field. Since the 2000s, the area reflects the direction of social movements towards differences, with the emergence of keywords related to queer studies, "deviant" sexualities, new keywords related to gender violence, among others. From 2011 to 2019, there are many new disciplines publishing papers on Gender Studies, and it is at this time that more collaborations take place in the form of co-authorship (at all levels of authorship: people, institutions, and between countries). It is the period in which the word feminism starts receiving adjectives (keywords such as black feminism, cyberfeminism, legal feminism, decolonial feminism, among others). Gender studies are trans- and interdisciplinary, but the ways of doing and publishing research are similar to the large areas of knowledge (classified by the Brazilian National Council for Scientific and Technological Development), for example, regarding the number of articles published and authors per article. The Human Sciences and Health Sciences publish the most papers on Gender Studies, followed by the Applied Social Sciences, then Linguistics, Literature, and the Arts, and research published in multidisciplinary journals. There are few articles in the other areas of classification. Each area has different characteristics and ways of writing and publishing articles, for example, greater interinstitutional collaboration in the Health Sciences, and preference for solo-authorship publications in Linguistics, Literature, and the Arts, but all have a preference for writing in Portuguese. The disciplines of Public Health, Nursing, Sociology and Social Psychology stand out due to number of journals, more productive researchers, more frequent international collaborations and/or number of related keywords. The journals obey Bradford's law, with a great number of articles published in a small number of journals in parallel with almost half of the journals having published only one of the articles. Research institutions are mainly public universities, then private universities, other types of public institutions, and foreign or international institutions. The University of São Paulo stands out as the institution with the most articles in several research groupings, and as the one that most collaborates with others (according to collaboration clusters). Other relevant institutions are the Federal University of Santa Catarina, Federal University of Rio Grande do Sul, University of Campinas, and Federal University of Minas Gerais. The states that stand out are São Paulo (present in 26.12% of the articles) and Rio Grande do Sul (more productive and with the highest growth rate in the last decade). Roraima,

Rondônia and Amapá did not publish any article in the field during the period under analysis. For institutions and federative units, spatial proximity proves to be a major factor for co-authorship. Collaboration with foreign countries is rare in publications on Gender Studies, however, there was collaboration with 81 different countries within the analyzed time-period. Among them, stand out the United States of America (most frequent), Portugal (greatest collaborative force), and Argentina (closest geographically). Brazilian Research on Gender Studies is marked by diversity in the way it is done and published, varying according to the analyzed groupings, but always related to the social context in much more direct ways than what is seen in other fields of knowledge.

Keywords: Science - Brazil. Gender Studies. Scientometrics. Bibliometrics. Brazilian scientific output.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Etapas comunicação científica	41
Figura 2 - Analogia entre indicadores utilizados em exames clínicos e em política científica	42
Figura 3 - Convergências e limites entre os estudos métricos da informação.....	43
Figura 4 - Operadores de busca da plataforma 1Findr	108
Figura 5 - Recursos de busca avançada do 1Findr	109
Figura 6 - Busca por outras instituições de pesquisa brasileiras	121
Figura 7 - Esquema de cores para apresentação dos dados por período de tempo, áreas CNPq e revistas especializadas pioneiras	145
Figura 8 - Crescimento da quantidade de artigos brasileiros em estudos de gênero publicados por periódicos indexados na 1Findr (até 2017).....	148
Figura 9 - Gráficos de crescimento ao ano por década, produção brasileira em estudos de gênero, dos anos 1970 a 2017	149
Figura 10 - Composição (A) e evolução (B) dos estudos de gênero no Brasil de acordo com as grandes áreas de pesquisa do CNPq, n=19819	150
Figura 11 - Mapa de coocorrência de palavras-chave na década de 1970, com recorte para os dois maiores grupos de palavras, n=47	163
Figura 12 - Mapa de coocorrência de palavras-chave na década de 1980, com destaque para a expressão “planejamento familiar”, e no detalhe com todas as cores dos <i>clusters</i> , n=229	166
Figura 13 - Mapa de coocorrência de palavras-chave na década de 1990, n=1281	170
Figura 14 - Mapa de coocorrência de palavras-chave na década de 2000, n=6969	174
Figura 15 - Mapa de coocorrência de palavras-chave na década de 2010, n=20451	178
Figura 16 - Evolução de frequência das 10 palavras-chave mais usadas nos artigos brasileiros de estudos de gênero, n=28977, método de regressão local (loess).....	179
Figura 17 - Dendrogramas das 50 palavras-chave mais frequentes desde 2001, n= 27420	180
Figura 18 - Formato de acesso atual dos periódicos em que foram publicados os artigos de gênero brasileiros, 1959-2019, n=31609	201
Figura 19 - Formato de acesso atual das publicações em cada década (~1970 a 2019), n=31609	202
Figura 20 - Formato de acesso atual dos artigos em EGB por área do conhecimento, n=19819	204
Figura 21 - Distribuição da produtividade de artigos brasileiros de estudos de gênero por pessoa, 1959-2019	207
Figura 22 - Clusters de colaboração entre as autorias mais produtivas em estudos de gênero no Brasil, 1959-2019, n=103 pessoas.....	226
Figura 23 - Conexões entre os <i>clusters</i> 1 (vermelho), 9 (violeta), 6 (azul claro) e 3 (azul mais escuro), grupos de pesquisadores com mais artigos em estudos de gênero	231
Figura 24 - Ligações do <i>cluster</i> 2, verde, com os 15 e 6.....	235
Figura 25 - Conexões entre os <i>clusters</i> 5 e 12, de autorias mais produtivas em EGB, 1959-2019	239
Figura 26 - <i>Clusters</i> de colaboração entre as autorias com mais artigos em EGB, década 1970	246
Figura 27 - <i>Clusters</i> de colaboração entre as autorias com mais artigos em EGB, década 1980	246
Figura 28 - <i>Clusters</i> de colaboração entre as autorias com mais artigos em EGB, década 1990	247

Figura 29 - <i>Clusters</i> de colaboração entre as autorias com mais artigos em EGB, década 2000	248
Figura 30 - <i>Clusters</i> de colaboração entre as autorias com mais artigos em EGB, década 2010	249
Figura 31 - Instituições com 20 ou mais artigos brasileiros de estudos de gênero publicados entre 1959 e 2019, mapa com 100 ligações, com 100 arestas/links, n=139 instituições.....	272
Figura 32 - Detalhamentos dos <i>clusters</i> verde e na UFPEL(figura A), <i>clusters</i> amarelo e azul claro (B) e laranja e azul (C), instituições com ≥ 20 artigos, 1959-2019.....	273
Figura 33 - Mapa de colaboração entre as 100 instituições brasileiras que mais publicaram artigos de estudos de gênero entre 1959 e 2019, com todas as linhas/arestas , n=100 instituições	275
Figura 34 - Mapa de colaboração entre as 100 instituições brasileiras que mais publicaram artigos de estudos de gênero entre 1959 e 2019: detalhe <i>clusters</i> vermelho (primeira imagem), e <i>clusters</i> azul e azul claro.....	276
Figura 35 - Colaboração entre instituições mais produtivas em EGB, anos 1970, n=4 .	279
Figura 36 - Colaboração entre instituições mais produtivas em EGB, anos 1980, n=13280	
Figura 37 - Colaboração entre instituições mais produtivas em EGB, anos 1990, n=27280	
Figura 38 - Colaboração entre instituições mais produtivas em EGB, anos 2000, n=49281	
Figura 39 - Colaboração entre instituições mais produtivas em EGB, anos 2010, n=61, com 300 arestas.....	282
Figura 40 - Distribuição das publicações em estudos de gênero no território brasileiro cada década (1971-2019), n=31609	289
Figura 41 - Distribuição da pesquisa em EGB no Brasil por área do conhecimento, n=19819	295
Figura 42 - Colaboração em estudos de gênero entre as unidades federativas brasileiras, 1959-2019	297
Figura 43 - <i>Clusters</i> dos EGB com colaboração internacional, no centro todos os <i>clusters</i> e nas bordas os detalhes não visíveis na imagem maior, n=2137.....	304
Figura 44 - Distribuição da pesquisa brasileira em estudos de gênero no mundo, 1959-2019, n=31609	307
Figura 45 - Colaboração interinstitucional em EGB nas ciências humanas, 100 ligações mais fortes, n=8715.....	311
Figura 46 - Palavras-chave nas ciências humanas, destaque para coocorrências com mulheres, n=8715	311
Figura 47 - <i>Clusteres</i> de palavras-chave mais frequentes em EGB nas ciências da saúde	314
Figura 48 - Colaboração interinstitucional em EGB nas ciências da saúde, 100 ligações mais fortes, n=8609.....	314
Figura 49 - Detalhe das coocorrências de palavras-chave nas ciências sociais aplicadas, n=1192.....	317
Figura 50 - Colaboração interinstitucional em EGB de ciências sociais aplicadas, 79 nós, 100 ligações, n=1192.....	318
Figura 51 - Colaboração interinstitucional em EGB de linguística, letras e artes, 46 nós, 100 ligações, n=641.....	319
Figura 52 - <i>Clusters</i> de palavras-chave mais frequentes em EGB na área multidisciplinar	320
Figura 53 - Colaboração interinstitucional em EGB de periódicos multidisciplinares, 86 nós, 100 ligações, n=591	322
Figura 54 - Nuvens de 200 palavras-chave mais frequentes nas grandes áreas de pesquisa CNPq em EGB (ciências humanas, ciências da saúde, ciências sociais aplicadas, linguística letra e artes e multidisciplinar).....	323

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADROS

Quadro 1 - Denominações adotadas para os indicadores bibliométricos e relação com as denominações de Maltrás Barba, Glänzel, Sancho e Todeschini e Baccini.....	47
Quadro 2 - Resultados mais relevantes de pesquisas anteriores sobre produção científica em estudos de gênero	92
Quadro 3 - Estratégias de busca utilizadas em pesquisas anteriores sobre produção científica da área de estudos de gênero (quadro resumo).....	106
Quadro 4 - Exemplo de padronização de grafias de nomes pessoais	125
Quadro 5 - As principais divisões (primeira hierarquia) nas classificações da Science-Metrix e do CNPq/CAPES.....	127
Quadro 6 - Reclassificação dos “campos” e “subcampos” (<i>fields/subfields</i>) da base de dados para as áreas no Brasil.....	128
Quadro 7 - Reclassificações que demandaram análise dos periódicos de cada <i>subfield</i>	130
Quadro 8 - Resultado reclassificação	131
Quadro 9 - Relação entre objetivos específicos, indicadores bibliométricos, unidades de análise e campos da IFindr, e fontes de dados adicionais utilizadas.....	133
Quadro 10 - Cores para recortes por áreas do conhecimento e para as revistas especializadas pioneiras REF e Cadernos Pagu.....	145
Quadro 11 - Autorias pessoais que publicaram mais artigos em estudos de gênero no recorte da pesquisa, período 1959-2019, 20+ artigos, n=124 pessoas.....	215
Quadro 12 - <i>Cluster</i> 1 de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=14	230
Quadro 13 - <i>Cluster</i> 9 de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=5	232
Quadro 14 - <i>Cluster</i> 6 de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=8	232
Quadro 15 - <i>Cluster</i> 3 de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=9	234
Quadro 16 - <i>Cluster</i> 2 de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=10	235
Quadro 17 - <i>Cluster</i> 15 de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=2	236
Quadro 18 - <i>Cluster</i> 10 de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=4	236
Quadro 19 - <i>Cluster</i> 4 de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=9	237
Quadro 20 - <i>Cluster</i> 7 de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=6	238
Quadro 21 - <i>Cluster</i> 5 de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=8	239
Quadro 22 - <i>Cluster</i> 12 de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=3	240
Quadro 23 - <i>Cluster</i> 11 de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=3	241
Quadro 24 - <i>Cluster</i> 13 de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=3	241
Quadro 25 - <i>Cluster</i> 21 de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=2	242
Quadro 26 - <i>Cluster</i> 14 de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=2	242
Quadro 27 - <i>Cluster</i> 8 de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=5	242
Quadro 28 - <i>Cluster</i> 18 de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=2	243
Quadro 29 - <i>Cluster</i> 16 de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=2	244
Quadro 30 - <i>Cluster</i> 17 de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=2	244
Quadro 31 - <i>Cluster</i> 19 de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=2	244
Quadro 32 - <i>Cluster</i> 20 de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=2	245
Quadro 33 - Comparação do ordenamento entre as primeiras instituições de pesquisa	257

TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de artigos coletados por ano e variação em relação ao ano anterior, n=N	147
Tabela 2 - Todas as disciplinas (<i>fields</i>) dos estudos de gênero brasileiros por décadas, 1970 a 2010, n=19819	151

Tabela 3 - As 30 palavras-chaves mais frequentes na pesquisa em estudos de gênero brasileira ao longo das décadas, n=29004	152
Tabela 4 - Idiomas de publicação dos artigos de estudos de gênero brasileiros, todos os anos (1971 a 2019), n=17687.....	183
Tabela 5 - Idiomas de publicação dos artigos de estudos de gênero brasileiros, por década	184
Tabela 6 - Idiomas das publicações em EGB por área do conhecimento, n=11051	185
Tabela 7 - Periódicos que mais veicularam artigos brasileiros de estudos de gênero, 1959-2019	188
Tabela 8 - Principais periódicos em estudos de gênero brasileiros, de 1959 aos anos 1990.....	194
Tabela 9 - Principais periódicos em estudos de gênero brasileiros, anos 2000 a 2019	195
Tabela 10 - Periódicos mais frequentes por área do conhecimento, n=19819.....	198
Tabela 11 - Artigos em acesso pago nos anos 2010	203
Tabela 12 - <i>Subfields</i> em que artigos de acesso pago são mais publicados, 2011-2019 (n=2031) e de 1959-2019 (n=3099).....	204
Tabela 13 - Estatística descritiva da quantidade de pessoas autoras por artigo, comparação entre décadas e revistas especializadas (REF e Cadernos Pagu), n=31609.....	210
Tabela 14 - Estatística descritiva da quantidade de pessoas autoras por artigo, comparação entre áreas de pesquisa (classificação CNPq), n=19819.....	211
Tabela 15 - Autorias (grafias) com maior número de artigos por década	219
Tabela 16 - Autorias (grafias) mais frequentes por grandes áreas do conhecimento, 1959-2019	223
Tabela 17 - Instituições que publicaram mais artigos de estudos de gênero brasileiros, 1959-2019	252
Tabela 18 - Instituições com mais artigos brasileiros em estudos de gênero, décadas 1970, 1980 e 1990, n=31609	261
Tabela 19 - Instituições com mais artigos brasileiros em estudos de gênero, décadas 2000 e 2010, n=31609	262
Tabela 20 - Instituições com mais artigos em EGB por área do conhecimento, n=19819	265
Tabela 21 - Índice de crescimento (GI), delta percentual e variação proporcional das instituições nacionais com produção nos anos 2000 e 2010	266
Tabela 22 - Estatística descritiva da quantidade de instituições por artigo (colaboração interinstitucional), comparação entre décadas e revistas especializadas (REF e Cad. Pagu), n=31609.....	269
Tabela 23 - Estatística descritiva da quantidade de instituições por artigo (colaboração interinstitucional), comparação entre áreas, n=19819	270
Tabela 24 - Distribuição da produção em EGB nas unidades federativas brasileiras com mapa de círculos proporcionais, 1959-2019, n absoluto = 31609 artigos.....	285
Tabela 25 - Produção em EGB das unidades federativas brasileiras, décadas 1970 a 2010	287
Tabela 26 - Distribuição da produtividade relativa de EGB no território nacional, 1959-2019, com mapa de círculos proporcionais.....	291
Tabela 27 - Evolução da produção relativa das UFs brasileira, décadas de 1990, 2000 e 2010, com mapas de círculos proporcionais.....	292
Tabela 28 - Índice de crescimento das unidades federativas brasileiras em termos de produção científica em EGB, década de 2010 em relação a 2000	293
Tabela 29 - Artigos em EGB por área de pesquisa nas regiões do país, n= 19819	296
Tabela 30 - Colaboração internacional por área do conhecimento (classificação CNPq), n=1832 (duas primeiras colunas) e n=19819 (últimas colunas)	299
Tabela 31 - Países que colaboram com o Brasil na pesquisa em estudos de gênero, 1959-2019, n=2137 (colaboração internacional) e n=31609 (EGB).....	300
Tabela 32 - Força de colaboração do Brasil com países estrangeiros, produção científica em EGB, 1959-2019	305
Tabela 33 - As 50 palavras-chave mais frequentes nas maiores áreas (CNPq), n=19819.....	309
Tabela 34 - As 20 palavras-chave mais frequentes nas menores áreas (CNPq), n=19819.....	326

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABRAMO - Associação Brasileira de Motricidade Orofacial
- ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva
- AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
- AP-HP - Assistance Publique - Hôpitaux de Paris
- BASE - Bielefeld Academic Search Engine
- BOAI - Budapest Open Access Initiative
- BR - Brasil / brasileira
- BRAPCI - Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
- Butantan - Instituto Butantan
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
- CDC - Centers for Disease Control and Prevention
- CHU Liège - Centre Hospitalier Universitaire de Liège
- CI - ciência da informação
- CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
- CNPq - Conselho Nacional de Pesquisas (até 1974) / Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1974-actual)
- CNR - Consiglio Nazionale delle Ricerche (Itália)
- CNRS - Centre National de la Recherche Scientifique (França)
- CONICET - Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Argentina)
- CRDH - Centro de Referência em Direitos Humanos: relações de gênero, diversidade sexual e raça
- CSV - comma-separated values
- CV - coeficiente de variação
- DiVA - Digitala Vetenskapliga Arkive
- DMA - desvio médio absoluto
- DOAJ - Directory of Open Access Journals
- DOI - Digital Object Identifier
- EEAN - Escola de Enfermagem Anna Nery
- EF - ensino fundamental
- EGB - estudos de gênero brasileiros (produção científica brasileira em estudos de gênero)
- EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- ENANCIB - Encontro Nacional de Ciência da Informação e Biblioteconomia
- EUA - Estados Unidos da América
- FCC - Fundação Carlos Chagas
- FEEVALE - Universidade Feevale
- FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
- FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz
- FURG - Universidade Federal do Rio Grande
- GEERGE - Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero
- HIV - vírus da imunodeficiência humana
- IAL - Instituto Adolfo Lutz
- IEC - Instituto Evandro Chagas
- IES - instituição de ensino superior
- INCA - Instituto Nacional de Câncer
- ING - inglês
- INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
- INTA - Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária
- IPEA - Instituto Brasileiro de Economia Aplicada
- IRCCS - Istituto di Ricovero e Cura a Carattere Scientifico
- ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa
- ISI - Institute of Scientific Information
- ISSN - International Standard Serial Number
- JSON - JavaScript Object Notation
- Mackenzie - Universidade Presbiteriana Mackenzie
- MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
- MDS - método de escalonamento multidimensional
- MRC - Medical Research Council
- MS - Ministério da Saúde
- MULT - múltiplos
- n - amostra
- NAE - Núcleo de Apoio Estatístico da UFRGS
- NUPSEX - Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero
- OCR - Optical Character Recognition
- OJS - Open Journal System
- OMS - Organização Mundial da Saúde
- ONG - organização não governamental
- ONU - Organização das Nações Unidas
- PAISM - Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher
- PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais
- PLoS (EUA) – Public Library of Science, dos Estados Unidos da América
- PNPM - Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
- PPG - programa de pós-graduação
- PPGEDU - PPG em Educação
- PT - português
- PUC-Campinas - Pontifícia Universidade Católica de Campinas

PUC-Goiás - Pontifícia Universidade Católica de Goiás
 PUC-MG - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
 PUC-PR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná
 PUC-RJ - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
 PUC-RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
 PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
 REF - Revista Estudos Feministas
 REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
 RIS - information system research, incorporated
 ROSI - Reference Implementation for Open Scientometric Indicators
 SBED - Sociedade Brasileira para o Estudo da Dor
 SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
 Scielo - Scientific Electronic Library Online
 SEER - Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas
 SESI - Serviço Social da Indústria
 SGSL - Swedish Gender Studies List
 SPSS - Statistical Package for the Social Sciences
 TCC - trabalho de conclusão de curso
 UAB - Universitat Autònoma de Barcelona
 UCB - Universidade Católica de Brasília
 UCS - Universidade de Caxias do Sul
 UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina
 UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina -
 UECE - Universidade Estadual do Ceará
 UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana
 UEG - Universidade Estadual de Goiás
 UEL - Universidade Estadual de Londrina
 UEM - Universidade Estadual de Maringá
 UEMA - Universidade Estadual do Maranhão
 UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais
 UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
 UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
 UEPA - Universidade do Estado do Pará
 UEPB - Universidade Estadual da Paraíba
 UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa
 UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
 UERN - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
 UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
 UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz
 UESPI - Universidade Estadual do Piauí
 UFABC - Universidade Federal do ABC
 UFAC - Universidade Federal do Acre
 UFAL - Universidade Federal de Alagoas
 UFAM - Universidade Federal do Amazonas
 UFBA - Universidade Federal da Bahia
 UFCE - Universidade Federal do Ceará
 UFCG - Universidade Federal de Campina Grande
 UFCSPA - Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
 UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
 UFF - Universidade Federal Fluminense
 UFG - Universidade Federal de Goiás
 UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados
 UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora
 UFLA - Universidade Federal de Lavras
 UFMA - Universidade Federal do Maranhão
 UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
 UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso
 UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto
 UFPA - Universidade Federal do Pará
 UFPB - Universidade Federal da Paraíba
 UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
 UFPEL - Universidade Federal de Pelotas
 UFPI - Universidade Federal do Piauí
 UFPR - Universidade Federal do Paraná
 UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia
 UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
 UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
 UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
 UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco
 UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 UFS - Universidade Federal de Sergipe
 UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
 UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos
 UFSJ - Universidade Federal de São João del Rei
 UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
 UFT - Universidade Federal do Tocantins

UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU - Universidade Federal de Uberlândia
UFV - Universidade Federal de Viçosa
UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
ULBRA - Universidade Luterana do Brasil
UMC - Universidade de Mogi das Cruzes
UMESP - Universidade Metodista de São Paulo
UNAERP - Universidade de Ribeirão Preto
UNB - Universidade de Brasília
UNESA - Universidade Estácio de Sá
UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNESP - Universidade Estadual Paulista
UNG - Universidade Guarulhos
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
UNICAP - Universidade Católica de Pernambuco
UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNICID - Universidade Cidade de São Paulo
UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo
UNIFOR - Universidade de Fortaleza
UNIFRAN - Universidade de Franca
UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros
UNINOVE - Universidade Nove de Julho
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIPD - Università degli Studi di Padova
UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNISANTOS - Universidade Católica de Santos
UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul
UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina
UNIT - Universidade Tiradentes
UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí
UNIVAP - Universidade do Vale do Paraíba
UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale de São Francisco
UPE - Universidade de Pernambuco
UPF - Universidade de Passo Fundo
UQAM - Université du Québec à Montréal
URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
USF - Universidade São Francisco
USP - Universidade de São Paulo
UTFPR - Universidade Federal Tecnológica do Paraná

WHO - World Health Organization
WoS - Web of Science
XML - eXtensible Markup Language

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	19
1.1 Justificativa e problema de pesquisa	24
1.2 Definições (semânticas) prévias.....	28
1.3 Objetivos.....	35
1.3.1 Objetivo geral	35
1.3.2 Objetivos específicos.....	36
2 CAMINHOS DA PESQUISA.....	37
2.1 Comunicação científica e bibliometria	37
2.2 Gênero e estudos de gênero.....	48
2.3 Estudos de gênero no Brasil: breve contextualização.....	68
2.4 Estudos bibliométricos com estudos de gênero.....	74
3 METODOLOGIA.....	95
3.1 Fontes de dados principal: 1Findr	95
3.2 Estratégia de busca	100
3.3 Exercícios metodológicos.....	121
3.4 Procedimentos de tratamento, limpeza e padronização dos dados	122
3.5 Indicadores bibliométricos e fontes de dados adicionais	131
3.6 <i>Softwares</i> de análise	137
3.7 Disponibilização dos dados.....	140
3.8 Limitações da pesquisa	140
3.9 Apresentação dos resultados	143
4 PRODUÇÃO AO LONGO DOS ANOS: TRABALHOS PIONEIROS, ATIVIDADE DE PESQUISA E TEMAS	147
4.1 Primeiras publicações, 1959 e 1961: estudos de gênero?	154
4.2 Anos 1970 e 1980: primeiras movimentações.....	159
4.3 Anos 1990: entrada das ciências humanas e consolidação como área de estudos	168
4.4 Anos 2000 e 2010: ascensão rumo à diversidade?.....	172
5 VEÍCULOS DE PUBLICAÇÃO: PERIÓDICOS, IDIOMA, FORMATO DE ACESSO	182
5.1 Idiomas	182
5.2 Periódicos	186
5.3 Formato de acesso	200
6 AUTORIAS: PESQUISADORAS E PESQUISADORES.....	206
6.1 Características gerais de autoria: estatísticas descritivas.....	206
6.2 Pesquisadoras e pesquisadores em estudos de gênero no Brasil.....	214
6.3 Colaboração entre pessoas: <i>clusters</i>	225
6.3.1 Colaboração entre pessoas: análise pormenorizada dos <i>clusters</i>	228
6.3.2 Colaboração entre pessoas: <i>clusters</i> por décadas.....	245

7 INSTITUIÇÕES DE PESQUISA: AUTORIA NÍVEL MESO.....	251
7.1 Instituições de pesquisa.....	251
7.2 Crescimento das instituições	266
7.3 Colaboração entre instituições: estatísticas descritivas.....	269
7.4 Colaboração entre instituições: <i>clusters</i>	271
8 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA/ESPACIAL DA PESQUISA: LOCALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE VÍNCULO DAS AUTORIAS	284
8.1 No Brasil.....	284
8.2 No mundo (instituições colaboradoras estrangeiras).....	298
9 OS ESTUDOS DE GÊNERO DE ACORDO COM AS GRANDES ÁREAS DE PESQUISA CNPQ: RETOMADA DE CARACTERÍSTICAS GERAIS, TEMAS E COLABORAÇÃO INTERINSTITUCIONAL	308
9.1 Ciências humanas.....	310
9.2 Ciências da saúde	312
9.3 Ciências sociais aplicadas	316
9.4 Linguística, letras e artes.....	318
9.5 Multidisciplinar	320
9.6 Demais áreas: ciências biológicas, engenharias, ciências agrárias e exatas e da terra	325
10 DESTAQUES SELECIONADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS	328
REFERÊNCIAS	353
REFERÊNCIAS DE ARTIGOS DO CONJUNTO DE DADOS DA PESQUISA	370
APÊNDICE A - Instituições brasileiras na expressão de busca para a base de dados 1Findr	373
APÊNDICE B - <i>Fields</i> e <i>Subfields</i> que compõem os estudos de gênero no Brasil para todo o período, n= 19819	375
APÊNDICE C - <i>Subfields</i> que compõem os estudos de gênero no Brasil, por década, n= 19819	376
APÊNDICE D - Evolução anual das 10 <i>subfields</i> mais frequentes ao longo dos anos, n=19819	378
APÊNDICE E - Quantidade de artigos por unidade federativa brasileira, a cada década e nas duas principais revistas da área	379
APÊNDICE F - Tabela completa de produtividade relativa em EGB por UF, para todo o período e nas décadas de 1990, 2000 e 2010.....	380
APÊNDICE G - Artigos por área de pesquisa nas unidades federativas e regiões brasileiras, n=19819.....	381
ANEXO A - Protocolo de avaliação 1Science, periódicos revisados por pares.....	382
ANEXO B - Protocolo de entrada de dados de periódicos da 1Science.....	384
ANEXO C - Descritores utilizados nas buscas para a composição da Ariadne, base de dados sobre gênero, sexualidade e educação formal.....	386

1 APRESENTAÇÃO

O tema central e objeto de estudo da presente pesquisa é a produção científica brasileira em estudos de gênero. Tal temática abrange a comunicação científica, a bibliometria/cientometria, além da área interdisciplinar de estudos de gênero. Foi utilizada a base de dados Lattes para composição do conjunto de dados principal, assim como outras fontes de informação científica para a coleta de dados secundários/adicionais, como a plataforma de currículos Lattes por exemplo.

A comunicação científica e sua análise através da bibliometria (também denominada neste âmbito como cientometria) têm sua importância acentuada desde o aumento exponencial das publicações científicas. Mapear, medir, conhecer e até mesmo avaliar a atividade científica através de um de seus produtos (as publicações científicas) tem sido interesse de pesquisadores e pesquisadoras de diversas áreas do conhecimento, em especial da ciência da informação (CI) e da biblioteconomia, responsáveis pelos estudos pioneiros sobre documentação e publicações bibliográficas. A bibliometria é um importante instrumento metodológico e uma área de pesquisa fértil, tendo em vista que pode auxiliar na análise da atividade científica com o propósito de se conhecer melhor domínios do conhecimento, seus agentes e seus produtos, podendo neste sentido auxiliar o desenvolvimento e planejamento de recursos informacionais e no conhecimento/planejamento de outros recursos ligados à atividade científica, como recursos financeiros e de pessoal (GLÄNZEL, 2003; MALTRÁS BARBA, 2003; SPINAK, 1998; TARGINO, 2000; VELHO, 1986).¹

No entendimento da presente pesquisa, os estudos de gênero têm sua origem nos movimentos sociais que buscaram evidenciar a opressão das mulheres e as desigualdades impostas nos papéis de gênero que se delegam a mulheres e homens. Este campo de estudos teve origem (e hoje abrange) os estudos sobre mulheres. Compreende-se também que, dentro desta perspectiva, a denominação “estudos de gênero” foi (e para algumas ainda talvez seja) uma denominação que esconde ou escondia seu verdadeiro sujeito/objeto de estudo, a mulher (LOURO, 1995). Adota-se aqui “estudos de gênero”

¹ Segundo o “Acordo ortográfico da língua portuguesa” de 1990, base XIX, que fala sobre o uso de maiúsculas e minúsculas, é opcional o uso de letra maiúscula para designar “domínios do saber, cursos e disciplinas”(BRASIL, 2008, p. 1). Como justamente a presente pesquisa versa sobre uma área de estudo que integra várias disciplinas e se pretende analisar sua constituição como área específica, em outras palavras, as linhas entre o que é ou não uma área ficam tênues, optou-se por não utilizar a diferenciação com letras maiúsculas. Todas as áreas, campos do conhecimento, domínios do saber, disciplinas, etc., ficarão grafados com letras minúsculas. A exceção será para a designação de cursos formais, por exemplo, a área de estudos de gênero, porém o curso Estudos de Gênero e Diversidade da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

por se entender que abarca de forma mais abrangente o objeto de análise pretendido já que, contemporaneamente, o campo toca outros sujeitos e outras especificidades não exclusivas de “gênero”. De qualquer forma, parte-se do pressuposto que, como campo acadêmico, teve seu gérmen nos estudos sobre mulheres e por isso nos movimentos sociais de mulheres e nos movimentos feministas². Os movimentos feministas, como movimentos mais ou menos organizados e com objetivos estratégicos de evidenciar e combater as desigualdades que subjagam as mulheres, tiveram seu princípio de forma distinta em diferentes culturas.

As ondas do feminismo, por exemplo, são utilizadas para elucidar diferentes fases do movimento a partir dos Estados Unidos da América (EUA) e da Europa e, nesta perspectiva, coloca-se o movimento sufragista como sua primeira fase, datada entre o final do século XIX e início do século XX. Além das movimentações de mulheres que são evidenciadas por tal analogia³, houve inúmeras outras que ocorreram com outras pautas, dentro e fora dessas nacionalidades.

De qualquer forma, nesta época e contexto são identificados escritos que discutem as desigualdades em relação à mulher na sociedade, atribuídos a feministas sufragistas, como é o caso por exemplo de “Mulheres influentes e seu povo”, da alemã Louise Otto-Petters. Seriam alguns dos primeiros ensaios feministas. No Brasil pode-se igualmente identificar escritos de mulheres que refletiam sobre a opressão imposta ao sexo feminino, como os assinados por Nísia Floresta, também no século XIX.

Contudo é a partir dos movimentos sociais de contestação das décadas de 1960 e de 1970 que ocorrem os movimentos de mulheres que dariam origem ao campo de estudos como área acadêmica (LOURO, 1995). São as feministas as responsáveis pelos primeiros estudos a respeito do que podemos entender hoje (ou que se entende na perspectiva da autora e desta pesquisa) como *estudos de gênero* – são *estudos sobre mulheres, ensaios feministas*, pesquisas, reflexões, que não se limitavam a uma disciplina e que refletiam sobre as desigualdades entre homens e mulheres, porém sem utilizar o termo *gênero*, que surgiu apenas mais tarde, na literatura de língua inglesa, e dali se espalha para outras culturas. Na literatura francesa, a expressão preferida é *relações sociais dos sexos*, além dos usos de

² É de conhecimento que não há consenso do que é a área de estudos de gênero, pois além de consenso não ser algo usual na discussão acadêmica (especialmente na definição de campos interdisciplinares ou novos) também na questão desta “área” depende-se de um entendimento paradigmático ou até político de “gênero”. Tampouco são estabelecidos ou consensuais seus limites ou diferenças entre estudos sobre mulheres e estudos feministas. Não é a intenção deste trabalho discutir tais questões, mas ao longo do texto, em especial no capítulo de revisão teórica, pretende-se tornar claro o ponto de partida da autora.

³ Segundo Linda Nicholson (2010), a analogia das ondas traz a ilusão de que o movimento sufragista foi o precursor do movimento feminista, quando em realidade, mesmo no recorte dos EUA e Europa, era mais limitado – primeiro porque não abarcava todas as mulheres e segundo porque nem todas as sufragistas eram feministas, embora todas as feministas da época fossem sufragistas.

genitivos com *mulher* e *mulheres*. Seus assuntos, temáticas e abordagens abrangem diversas áreas do conhecimento (por isso interdisciplinares) em torno da mulher e do *gênero*, como elemento socialmente construído, atribuído e desempenhado.

No Brasil, afirma-se o início dos *estudos de gênero* no início na década de 1970, quando movimentações feministas visivelmente começaram a surgir entre as brasileiras. Dentre elas, articulavam-se pesquisadoras que levaram pautas feministas para dentro da academia. A partir dos anos 1980, essas pesquisadoras passaram a substituir o termo *mulher* por *gênero* em suas pesquisas, em busca de legitimidade científica e também devido a uma mudança epistemológica na área (LOURO, 1995; HEILBORN; SORJ, 1999). A institucionalização inicia nos anos 1990, quando surgem grupos de estudo e publicações voltadas exclusivamente à temática (RAGO, 1998; SILVA, 2000). Nos dias de hoje as relações de gênero são pauta de pesquisa ao redor do mundo todo, inclusive como disciplinas específicas, muito devido à fertilidade de assuntos ligados à área assim como a importância, a visibilidade e a relevância que o tema tem tido na sociedade contemporânea.

Na ciência brasileira, questões feministas e de gênero surgem a partir de interesse das pesquisadoras e pesquisadores (ou da demanda de seus objetos de pesquisa), sendo uma área estudada dentro de/atravessada por várias disciplinas, da mesma forma que ocorre em várias partes do mundo. Já nos EUA e na Suécia, por exemplo, além de pesquisadores e pesquisadoras originalmente de outras áreas que se envolvem com essa “abordagem” de pesquisa, existem também cátedras específicas de *gender studies*. Em 2009 foi criado na Universidade Federal da Bahia o bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade, o que demonstra que há também entendimento como uma “área” específica no Brasil, apesar de não estar descrita, por exemplo, na Tabela de Áreas do Conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Além disso, segundo Heilborn e Sorj (1999, p. 3), “[...] algumas versões de sua história consideram que o feminismo [no Brasil] apareceu primeiro na academia e, só mais tarde, teria se disseminado entre mulheres com outras inserções sociais.”, o que colocaria a academia como ponto de origem dos feminismos (ou de um, dentre vários feminismos) no Brasil.

Tais especificidades demonstram a relevância de se estudar a área no país. Outras questões específicas atribuídas aos estudos de gênero no Brasil são, por exemplo, influência das teorias francesas e anglo-saxãs (HEILBORN; SORJ, 1999; ZIRBEL, 2007), de teorias marxistas (PINTO, 2003; RAGO, 1998; ZIRBEL, 2007), fomento de instituições estrangeiras para pesquisas na área (HEILBORN; SORJ, 1999; MICELI, 1995; SOUZA,

2002), entre outras características relativas à história do país e a constituição da sua academia.

Além da relevância particular dos estudos da ciência e dos estudos de gênero, sua conexão também está em evidência – ciência e gênero é um assunto que tem recebido crescente atenção, tanto de pesquisadores e pesquisadoras quanto de agências de fomento à pesquisa e de organizações não governamentais. Especificamente na atividade científica (medida através dos produtos da comunicação da ciência) há uma crescente curiosidade para se saber o status das relações de gênero na academia a partir do questionamento de desigualdades pertinentes ao fazer científico e sua comunidade, como no desempenho das mulheres cientistas e as dificuldades que encontram.

As diferentes abordagens que têm sido elaboradas neste sentido levantadas até o momento são, por exemplo, os estudos que pretendem verificar a participação das mulheres na produção científica, suas performances comparadas aos demais pesquisadores e como o gênero afeta na carreira (ELSEVIER, 2017; LARIVIÈRE *et al.*, 2013; LEDIN *et al.*, 2007; MOSS-RACUSIN *et al.*, 2012)⁴. Estes estudos têm demonstrado que há um viés relacionado ao gênero na carreira acadêmica, em que as mulheres são maioria como estudantes universitárias, mas sua representação vai diminuindo conforme se ascende na carreira. Tais aspectos têm sido investigados na ciência brasileira, com abordagem bibliométrica (HAYASHI *et al.*, 2007; MELO; OLIVEIRA, 2006)⁵ e também em estudos qualitativos ou quantitativos, mas sem abordagem bibliométrica (AQUINO, 2006a; FERREIRA *et al.*, 2008; LETA, 2003; PRADO, 2010). Outros países também possuem pesquisa bibliométrica a respeito da participação da mulher na ciência, como Polônia (WEBSTER, 2001), Canadá (LARIVIÈRE *et al.*, 2011)⁶, Itália (ABRAMO; D'ANGELO; CAPRASECCA, 2009), Irã (ISFANDYARI-MOGHADDAM; HASANZADEH; GHAYOORI, 2012) e Alemanha (PAN; KALINAKI, 2015)⁷.

Algumas pesquisas focam em disciplinas específicas para investigar questões de gênero na academia como: a de Bornmann e Enders (2004), que investigou seis campos de pesquisa na ciência alemã; a de Prozesky e Boshof (2012), que abrangeu a ecologia na África do Sul; e estudos ocorridos na Espanha, como em ciências dos materiais (MAULEÓN; BORDONS, 2006), psicologia (BARRIOS; VILLARROYA; BORREGO,

⁴ O artigo de Ledin *et al.* (2007) aborda a Europa e uma instituição voltada para a biologia molecular, mas faz um bom levantamento e prospecções a respeito de carreira científica feminina no geral.

⁵ Hayashi *et al.* (2007) tem como base especificamente docentes da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

⁶ Este artigo também foca na situação de uma universidade específica: Québec University, no Canadá.

⁷ O estudo de Pan e Kalinaki (2015) usa *também* abordagem bibliométrica.

2013) e ciências sociais e jurídicas (TORRES-SALINAS; MUÑOZ-MUÑOZ; JIMÉNEZ-CONTRERAS, 2011). No Brasil, estudos bibliométricos sobre a performance e barreiras enfrentadas por pesquisadoras e estudantes foram feitos nas áreas de astronomia, imunologia e oceanografia (LETA; LEWISON, 2003), ciências da computação (ARRUDA *et al.*, 2009), psiquiatria (MENDLOWICZ *et al.*, 2011) e com temática de finanças na administração (RESENDE *et al.*, 2012).

Ademais, no ponto de convergência entre ciência e gênero, há pesquisas que pretendem verificar não as disparidades das relações de gênero na ciência, mas a produção científica *em estudos de gênero* (como área/tema), assim como a presente pesquisa. Minella (2013), por exemplo, realizou levantamento a respeito das pesquisas brasileiras sobre estudos de gênero e ciências. A autora constatou uma lacuna na temática de raça e etnia neste campo, marcadores que para a autora são latentes nos estudos de gênero com vistas à interseccionalidade. Dehdarirad, Villarroya e Barrios (2015) realizaram um estudo parecido, sobre gênero e ciências, mas, diferentemente de Minella (2013), usaram abordagem bibliométrica e abrangeram todos os países com artigos indexados na base de dados Scopus.

Outros levantamentos sobre a *área* de estudos de gênero foram feitos a partir de análise de um veículo de publicação: o periódico português *Faces de Eva*, realizado com bibliometria por Vieira e colaboradores (2016), e a revista brasileira *Estudos Feministas*, analisada por Diniz e Foltran (2004) em 2004, e em 2018, analisada com aporte bibliométrico na dissertação de Matos (2018). Ainda no Brasil, investigações sobre a área e que se restringiram a escopos específicos foram: a de Brilhante e colaboradoras (2016), que fizeram análise bibliométrica da intersecção entre gênero e violência; de estudos de gênero na área de ciência da informação, com e sem bibliometria (BUFREM; NASCIMENTO, 2012; ESPÍRITO SANTO, 2008; SICILIANO; SOUZA; METH, 2017); e no repositório digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), um com abordagem qualitativa e especial atenção ao Instituto de Psicologia (NARVAZ, 2009), e outro com abordagem bibliométrica (MEDEIROS, 2018).

Já com o enfoque e abordagem que se pretende nesta investigação, foram identificadas apenas duas pesquisas, ambas tiveram o propósito de analisar as publicações dos estudos de gênero produzidas em uma determinada região. Uma é a da pesquisadora Solano Suárez (2018), que versa a respeito da literatura em estudos das mulheres produzida dentro dos limites do Caribe colombiano. Contudo, tanto a forma de delinear o objeto de pesquisa (com estudos da região inclusive produzido em instituições estrangeiras) e o

método de análise (uma espécie de classificação) diferem. Já a pesquisa de Söderlund e Madison (2015) é a que mais se aproxima, visto que buscou caracterizar a produção científica de estudos de gênero na Suécia, com abordagem bibliométrica. Todavia possui também importantes diferenças na forma de delineamento da área, nas fontes de pesquisa e na abordagem metodológica, as quais serão explanadas no decorrer desta pesquisa.

Tais pesquisas comprovam o interesse científico nos estudos de gênero como *objeto* de pesquisa. As várias abordagens no Brasil, tanto as feitas sobre participação das mulheres em determinados campos de pesquisa, como as que analisaram a *produção científica na área* de estudos de gênero a partir de pequenos recortes (dentro de outras disciplinas, ou em um único periódico, ou em uma instituição) igualmente evidenciam a latência de um estudo desse tipo que retrate o cenário maior, da pesquisa na ciência brasileira. É essa lacuna que esta tese pretende preencher.

Outra lacuna que vem sendo objeto de esforços de bibliotecárias (os) e pesquisadoras (os) de comunicação científica é a lacuna relativa a fontes de informação científica mais abrangentes, que representem equitativamente a ciência mundial e/ou local. Tais esforços são evidenciados pela investigação do uso de fontes como o Google Acadêmico (CAREGNATO, 2011), Plataforma de Currículos Lattes (MENA-CHALCO; CESAR JUNIOR, 2009) e desenvolvimento de novas bases de dados e de repositórios digitais. Uma base de dados com este intuito é a 1Findr, utilizada nesta pesquisa.

1.1 Justificativa e problema de pesquisa

Conforme colocado na Apresentação, há demanda de pesquisa no ponto de convergência entre atividade/comunicação científica e estudos de gênero. Foram citadas pesquisas que envolvem gênero, ciência, produção científica brasileira, produção científica estrangeira e bibliometria. Contudo, na confluência entre estudos de gênero e *produção científica brasileira*, as pesquisas anteriores levantadas:

- a) **utilizaram gênero como categoria de análise e não como temática** – Melo e Oliveira (2006) analisam a produção científica brasileira a partir do viés de gênero, ou seja, as diferenças entre a produção de mulheres e de homens na ciência no Brasil, assim como Leta e Lewison (2003) que fizeram esta análise

restrita a três áreas (astronomia, imunologia e oceanografia), ambos com indicadores bibliométricos⁸;

- b) **analisaram disciplinas específicas** - Espírito Santo (2008) e Siciliano, Souza e Meth (2017) analisaram a produção científica em ciências da informação em convergência com os estudos de gênero, sem utilizar indicadores bibliométricos. Bufrem e Nascimento (2012) fizeram pesquisa com as mesmas áreas, mas com metodologia bibliométrica, e Devide *et al.* (2011) analisaram estudos de gênero dentro da área de educação física;
- c) **analisaram temáticas específicas** - Brilhante *et al.* (2016) analisaram as produções sobre violência de gênero com indicadores bibliométricos, Minella (2013) analisou as temáticas das pesquisas entre estudos de gênero e ciência (sem bibliometria), Andrade, Meyer e Barzotto (2019) pesquisaram o uso de “transversalidade/transversalização de gênero em políticas públicas”, através de uma revisão com maior enfoque qualitativo, abordagem também adotada por Tomaz (2015) na investigação a respeito de “maternidade e mídia”;
- d) **analisaram as revistas brasileiras específicas da área** - Diniz e Foltran (2004) analisaram a Revista Estudos Feministas (REF), e investigação similar foi feita mais tarde, com o mesmo objeto mas mais focado em indicadores bibliométricos, na dissertação de Matos (2018);
- e) **analisaram instituições específicas** – a produção em estudos de gênero da Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi analisada a partir de seu repositório digital (o que restringe a produção disponível em acesso aberto) em análise que focou o produzido nos departamentos de psicologia da instituição (NARVAZ, 2009), e em análise bibliométrica (MEDEIROS, 2018);
- f) **analisaram historicamente a pesquisa em estudos de gênero no Brasil** – as pesquisas a respeito da produção científica brasileira em estudos de gênero tiveram objetivos históricos, como em Heilborn e Sorj (1999) que relatam a área a partir das ciências sociais, e um pouco em Rago (1998) e Corrêa (2001), que não focam a produção científica na área, mas sim as próprias experiências como pesquisadoras pioneiras e ativistas feministas.

⁸ Outros estudos similares focaram também a participação feminina na ciência, ou seja, gênero como variável de análise, e igualmente no escopo da ciência brasileira (por estudarem pesquisadoras e pesquisadores nacionais), mas não tiveram como foco a produção científica, mesmo que alguns tenham utilizado como metodologia a bibliometria – como é o caso de Arruda *et al.* (2009), que analisou gênero e distribuição geográfica dos pesquisadores brasileiros de ciências da computação; e Mendolowics *et al.* (2011), que verificaram a lacuna de autoria feminina nas nos artigos publicados por três revistas brasileiras de psiquiatria.

Em suma, as pesquisas analisam pontos específicos de áreas, temáticas, publicações sobre estudos de gênero, muitas sem o aporte da análise a partir de indicadores bibliométricos, sendo que as que analisam a área no país todo tiveram abordagem histórica e qualitativa. Ainda não foi realizado qualquer estudo da *produção científica brasileira em estudos de gênero com análise bibliométrica*. As pesquisas já feitas circundam este tema e metodologia, mas tiverem outros objetivos. Portanto, as primeiras justificativas para a pesquisa realizada nesta tese são o seu ineditismo e a latência das temáticas.

Para se evidenciar ainda mais o quão latentes está esse tipo de investigação no Brasil, basta verificar o crescente interesse por análise da atividade científica nacional e a evidência que “gênero” têm obtido em todas as esferas da sociedade brasileira. Por exemplo: de um pequeno tópico nos planos nacionais de ensino para debates acalorados sobre “doutrinação” entre grupos religiosos e ativistas políticos – exemplificado em Bedinelli (2016); de debates sobre pedaladas fiscais e outros crimes políticos para golpe de Estado fomentado pelo sexismo (HAO, 2016); e de mensagens de empoderamento de mulheres compartilhadas em redes sociais para manifestações populares envolvendo centenas de pessoas em diversas cidades do país (ROSSI, 2015). Além de tema prolixo na ciência, os estudos de gênero em seu aporte feminista são, portanto, um tema e um campo evidenciados atualmente em outros âmbitos sociais e políticos do país.

Justifica-se ainda a investigação sobre estudos de gênero a partir de análise bibliométrica da produção científica brasileira com o desafio metodológico que este objeto de pesquisa impõe e o conseqüente desenvolvimento que trará em termos de procedimentos metodológicos. Os desafios e o desenvolvimento metodológico se baseiam nos seguintes pontos: interdisciplinaridade dos estudos de gênero, a análise de uma temática pertencente majoritariamente às ciências humanas e sociais, a necessidade de uso de dados complementares, a análise de literatura científica a partir de termos (também) em português e em espanhol, além do ineditismo do uso da base de dados IFindr (que é fonte de dados nova e que tem intuito distinto, em termos de abrangência de dados, em relação às demais fontes comumente utilizados nesse tipo de pesquisa).

Em relação ao caráter interdisciplinar dos estudos de gênero, o desafio que tal característica impõe se refere às particularidades que demanda, desde o desenvolvimento da estratégia de busca e recuperação dos dados até suas análises. Tais precisam abranger o entendimento da área na ciência brasileira, seu histórico, institucionalização, particularidades no uso dos termos, entre outros.

A maior parte das pesquisas bibliométricas têm como objeto disciplinas ou áreas das ciências exatas ou biomédicas, visto que tais estão englobadas em bases de dados bastante desenvolvidas para estudos métricos. Portanto, sendo os estudos de gênero uma área e uma temática na qual as ciências humanas e as ciências sociais são de muita importância, faz-se necessário explorar funcionalidades de outras fontes de dados, menos tradicionais nas análises. A base de dados escolhida, a IFindr, foi concebida e desenvolvida por pesquisadores da área de bibliometria, mas, pelo que se sabe, ainda não foi utilizada como fonte para qualquer estudo – portanto há ineditismo também neste aspecto da pesquisa. Em função disso, além do fato de que a base de dados é relativamente nova, e de características das publicações da área (HOPPEN; VANZ, 2020), tornou-se imperativo complementar os dados com informações de outras fontes.

Além de todos estes pontos, há ainda a motivação pessoal da autora – *não respondemos perguntas que não são nossas*. Como bibliotecária de uma universidade pública federal, mapear e conhecer a comunicação e a produção científica nacionais é diretamente pertinente à minha rotina de trabalho. Também como estudante da pós-graduação brasileira e como pesquisadora, me coloco igualmente como atuante na ciência – obviamente com as devidas proporções. Portanto, sob estas duas perspectivas, é do meu interesse estudar bibliometria, cientometria e a produção científica do meu país. Adicionalmente, o Brasil sofreu um golpe (dito “democrático”) no governo, em 2014, que no meu ver teve motivações claramente políticas, machistas e misóginas. No panorama político em que desenvolvi o projeto da pesquisa, do ano de 2019, a situação se intensificava negativamente – e eu não imaginaria como estaríamos em 2020. Parecia-me e me parece potente pesquisar a área que problematiza gênero e que reflete sobre suas relações de poder e norma, questões tão prementes no país. Assim se compõe a motivação pessoal como estudante, pesquisadora, trabalhadora e mulher brasileira; com a efervescência e a potência que a temática *gênero* tem nos âmbitos cultural, político e científico brasileiro atuais; e com a gama de possibilidades que os estudos métricos da ciência proporcionam. Através de tal cenário, coloca-se o seguinte problema de pesquisa:

Como se configura a pesquisa brasileira em estudos de gênero do ponto de vista da sua produção científica? Quantidade de publicações, palavras-chave, periódicos, autorias, instituições, distribuição espacial no país, colaboração e desenvolvimento ao longo do tempo?

1.2 Definições (semânticas) prévias

Algumas palavras e expressões utilizadas na pesquisa precisam ser previamente definidas, a fim de esclarecer seu uso dentro do texto. A começar pela expressão que denomina o objeto de pesquisa, *estudos de gênero*. Por **estudos de gênero** se buscará denominar, mas sem limitar, as pesquisas que em algum grau estudam e/ou utilizam a perspectiva de gênero e/ou problematizam ou são atravessadas por aspectos do que Rubin (1993) anteriormente denominava como *sistema sexo/gênero*. Gênero como performance e (didaticamente entendido, embora isto simplifique muito a questão) como construção social de papéis designados distintamente a homens, mulheres e corpos “sexuados”. Gênero é uma perspectiva, uma performance, uma “categoria”, ou ainda um marcador social, um tema, o objeto de pesquisa de uma área, de um campo de pesquisa – a depender do ponto de vista de cada trabalho. O que se refere genericamente aqui como “estudos de gênero”, na literatura francesa também recebe a denominação de *relações sociais dos sexos* (HEILBORN; SORJ, 1999). Em outras palavras, pesquisas que tem tanto como objeto de pesquisa ou como um de seus pressupostos teóricos a rejeição de sexo e/ou gênero como equivalentes, “naturais” ou pré-definidos universalmente a todos os seres humanos.

A escolha da expressão *estudos de gênero* não pretende pressupor um limitador teórico (embora, em certo grau, a designação da área já o faça de antemão⁹), mas sim adotar uma das expressões mais utilizadas para designar estas pesquisas dentro da comunidade acadêmica. No contexto brasileiro, a área que hoje se denomina como estudos de gênero já foi/é chamada também de estudos sobre mulher(es), estudos de mulher(es), estudos feministas¹⁰, relações de gênero, entre outros (HEILBORN; SORJ, 1999; ZIRBEL, 2007).

Feminismos se refere à pluralidade do feminismo, primeiramente uma expressão ou uma luta que buscava evidenciar a subjugação e desigualdades sofridas pelas mulheres em relação ao homens e se desenvolve(u) em direção a movimentos, teorias e práticas de igualdade política, social e econômica entre sujeitos, independentemente dos seus marcadores sociais. Os feminismos partiram do entendimento de que as mulheres (sujeito político primeiro dos feminismos) são equivalentes aos homens em termos de importância e, portanto, devem ter os mesmos direitos políticos, sociais, afetivos e todos os outros.

⁹ ...e as visões/vertentes pessoais da autora também tenham inevitavelmente influência no que é “visto” na pesquisa.

¹⁰ Algumas teóricas argumentam que os estudos feministas e os estudos de gênero são coisas diversas (talvez até mesmo separadas), mas sua distinção depende de análise teórica ou subjetiva de cada estudo, o que não se pretende aqui.

Então, inicialmente voltada para igualdade entre os “sexos” ou “gêneros”, os feminismos se voltam para todas/todos/todes cujos corpos são medidos por seu valor de uso (TIBURI, 2018) e desta forma se associa a diversos outros movimentos sociais. Não existe um feminismo, mas feminismos.

Os feminismos se construíram a partir das resistências, derrotas e conquistas das mulheres e seguem se construindo e reconstruindo, em diferentes vertentes, em um processo permanente e vivo (ALVES; PINTAGUY, 1991). Na busca da superação das relações hierárquicas entre homens e mulheres, alinha[m]-se a todos os movimentos sociais que lutam contra a discriminação em diferentes formas. (ALVES; PINTAGUY, 1991). Incluem as ideias e práticas surgidas e desenvolvidas em diferentes partes do mundo e que se dão de formas distintas em diferentes culturas e contextos históricos, mas possuem entre si o fator comum da luta pela *igualdade de direitos*.

Feminista é a pessoa que se identifica com algum feminismo, o que vai ao encontro da definição de Rosiska Oliveira:

Feminista é quem acredita que as mulheres existem como seres humanos inteiros, que elas são diferentes dos homens e que essa diferença não legitima qualquer hierarquia ou exclusão, e que o desenho das sociedades deve refletir a existência dessas diferenças oferecendo espaços, oportunidades e direitos iguais. (OLIVEIRA, 2018, 1' 56'')

É nesta seara que os movimentos feministas se diferem dos movimentos de mulheres (mas são diferenças sutis). Os **movimentos feministas** fazem parte dos feminismos e são compostos por feministas mais ou menos organizadas/os em prol dos direitos das mulheres (e além) e em prol de que o desenho das sociedades reflita as diferenças existentes e ofereça “espaços, oportunidades e direitos iguais para todas/os”. Já os **movimentos de mulheres** seriam mais específicos, são mulheres organizadas na demanda de alguma pauta específica e não necessariamente estratégica para a cessão das desigualdades sociais. Nem todos movimentos de mulheres se denominaram feministas, alguns porque o termo ainda não existia – é uma palavra recente, cunhada na França nos anos 1880 – ou mesmo porque não se reconheciam nele.

Como **ciência** se quer dizer o “corpo de conhecimentos sistematizados” (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 463) adquirido através de método, acumulado e organizado racionalmente, ou seja, a pesquisa científica, pesquisa acadêmica, que pressupõe um método (de pesquisa) socialmente reconhecido ou aceito por alguns pares da mesma área. Ou seja, não se quer dizer apenas aquela ciência que, no entendimento de Kuhn (1998), entre outras características, possui um paradigma consensual entre todos os

pesquisadores e pesquisadoras da área (mais a esse respeito será tratado em seção específica). **Área** de pesquisa, ou área do conhecimento, “esfera, domínio” (FERREIRA, 2010, p. 194), “[...] em que se exerce determinada atividade.” (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 178), se quer dizer uma esfera de estudos que possua denominação própria, seja por um nome de disciplina acadêmica, seja através da denominação do seu objeto de pesquisa. “[...] cada uma das partes em que se divide o acervo total do conhecimento humano, de que são extraídas as matérias que constituem o substrato dos conteúdos curriculares.” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 21). Por exemplo, a área de pesquisa da matemática, sendo a matemática uma disciplina/matéria como a química, a literatura, a biologia, entre outras, ou a área de neurociências, que junta diversas disciplinas/matérias em torno de um mesmo objeto de pesquisa (o cérebro e o sistema nervoso).

Disciplinas, conforme Ferreira (2010, p. 723), são o “Conjunto de conhecimentos em cada cadeira dum estabelecimento de ensino; matéria de ensino.”, ou seja, são as áreas mais “comuns”, estudadas como *matérias* nas escolas durante o ensino fundamental e médio, por exemplo. Como **campo de pesquisa** e **campo de estudos** se quer designar um contexto em que se dá a atividade científica (por exemplo, campo de pesquisa brasileiro) ou uma conotação mais abrangente do que área de pesquisa (campo de estudos das ciências sociais, campo de pesquisa das áreas da saúde, e assim por diante).

Interdisciplinar é o que perpassa mais de uma disciplina, que não se limita a uma única disciplina, “comum a duas ou mais disciplinas ou ramos de conhecimento” (FERREIRA, 2010, p. 1172). Por exemplo, as áreas neurociências e estudos de gênero podem ser consideradas interdisciplinares (e por isso mesmo alguns de seus autores e autoras as utilizam assim, no plural, por designarem mais de uma disciplina ou área do conhecimento). **Multidisciplinar**, por outro lado, reúne/abrange várias áreas ou disciplinas (FERREIRA, 2010; HOUAISS; VILLAR, 2009), mas não necessariamente coloca um ponto em comum entre elas. A Scielo e a *Web of Science* são bases de dados multidisciplinares, pois não se limitam a uma única área, como é o caso da *Chemical Abstracts*, que se volta especialmente às disciplinas de química. Já **transdisciplinar** seria o “Que ultrapassa o conteúdo de uma disciplina ou de uma área do conhecimento, alcançando os de outras disciplinas ou áreas do conhecimento.” (FERREIRA, 2010, p. 2068). Em outras palavras, “transborda” as disciplinas, transborda as matérias curriculares e acaba por possuir uma espécie de abordagem holística, sem limites disciplinares. Algumas pesquisas em estudos de gênero, em diversas de suas abordagens, poderiam ser consideradas transdisciplinares, contudo a ciência brasileira, através de seus órgãos de

fomento e da forma como é institucionalizada, é bastante disciplinar – se pauta ainda pela organização em disciplinas, ou em áreas que são “divididas” em disciplinas. Talvez (também) por isso mesmo, ou por ser um campo recente, que os estudos de gênero não são uma disciplina específica no país.

Na análise de coocorrência de palavras-chave, são utilizadas as denominações palavra, termo, descritor e palavra-chave, que se relacionam a assuntos e temáticas das publicações e, portanto, das pesquisas em estudos de gênero. Em terminologia, essas denominações representam conceitos distintos. Uma unidade lexical pode ser uma palavra, um termo ou um descritor e seu significado pode variar conforme o contexto em que está inserida, conforme seu uso ou conforme a linguagem especializada. A terminologia é isso: uma organização de conceitos dentro de uma linguagem especializada, técnica ou científica, ou dentro de uma área do conhecimento – por exemplo, os estudos de gênero ou a linguagem jurídica. Neste âmbito se insere o **termo**, unidade lexical que expressa um significado a partir de uma especialidade, por exemplo, um campo profissional. Já a **palavra** é unidade linguística básica, comum a pessoas que falam determinado idioma. É a partir da palavra, léxico comum, que as pessoas categorizam elementos da realidade e que processam e transmitem informações (LAIPÉLT; MONTEIRO-KREBS, 2021).

Um **descritor** é uma unidade lexical de um vocabulário controlado, que é uma linguagem artificial elaborada para cobrir determinada linguagem especializada e que se organiza de forma a tornar eficaz a descrição de um documento. Para isso “controla” sinônimos, homógrafos e organiza unidades relacionadas, facilitando a descrição, representação e posterior recuperação de um documento (SANTIAGO; KRIEGER, 2009). O “Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres” (BRUSCHINI; ARDAILLON; UNBEHAUM, 1998) é um exemplo de vocabulário controlado. Nele, termos de estudos de gênero foram organizados de forma a compor um vocabulário controlado para essa especialidade do conhecimento. É nesse sentido que termo e descritor se relacionam, pois ambos estão ligados à linguagem de alguma área técnica ou científica específica, entre sua comunidade ou dentro de uma linguagem artificial controlada.

As **palavras-chave** podem *também* ser descritores ou termos e são atribuídas aos documentos (geralmente por seus autores ou autoras) com fins de descrever seu conteúdo temático, a fim de facilitar sua recuperação. Idealmente, a escolha das palavras-chave deveria se basear em descritores ou em termos reconhecidos em uma comunidade, mas sabe-se quem nem sempre as pessoas que as atribuem têm consciência de sua função. De

qualquer forma, as palavras-chave utilizadas nas publicações em estudos de gênero no Brasil são palavras (ou expressões, duas palavras que juntas expressam um conceito) e por vezes termos utilizados com o intuito de descrever o assunto das publicações.

Na limpeza e padronização das palavras-chave desta pesquisa, vocabulários controlados das ciências da saúde e da área de estudos de gênero foram utilizados para auxiliar o processo, mas a padronização resultante além de não ser completa, não se baseia unicamente nos descritores desses vocabulários. Além disso, uma mesma unidade lexical pode ser um termo com conceito diverso dependendo da área em que está inserida, e nesta pesquisa, embora trate-se os estudos de gênero por vezes como um uma área de estudos, compõe-se (também) de disciplinas, áreas e temáticas diversas, que podem tanto compartilhar termos ou palavras com o mesmo conceito, quanto o contrário. Então, utiliza-se “termos”, “palavras” e “palavras-chave” para designar as unidades lexicais provenientes das publicações de estudos de gênero, em função do entendimento de que são parte da linguagem especializada de seus autores e autoras, contudo com o entendimento de que podem variar quanto a seu estatuto conforme as áreas.

Alguns outros termos relacionados a correntes ou escolas de pensamento surgiram durante a revisão bibliográfica para a construção do estado da arte desta pesquisa. São termos que adjetivam, nomeiam ou complementam o entendimento de pesquisas e linhas de investigação como as dos estudos de gênero. São aqui brevemente explanados por serem provenientes de diversas correntes de pensamento.¹¹ É necessário ressaltar que as definições aqui expostas não são unânimes e foram baseadas nas autorias citadas.

A começar por **interseccionalidade**, cunhado por Kimberlé Crenshaw¹². Crenshaw denominou como interseccional a forma como diferentes tipos de discriminação, quando juntas, interagem “somando” seus efeitos. A pesquisadora utilizou o termo para demonstrar como o racismo reveste com novas características e potencializa as discriminações de gênero: uma mulher negra perceberá e enfrentará dificuldades em função de ser mulher de forma distinta a uma mulher branca. As dificuldades não são as

¹¹ Em geral, qualquer pesquisa adota intrinsecamente uma linha de pensamento e se desenvolve a partir dela ou tendo-a como pano de fundo. Faz parte da lógica do pensamento e da coerência de pesquisa, mesmo que isto não seja necessariamente explícito – é estranho e problemático desenvolver algo que adote pressuposições muito diferentes entre si, contraditórias, por exemplo. A presente pesquisa não é diferente, tem suas próprias fundamentações teóricas e se baseia em estudos e em pensadoras ou pensadores anteriores. Contudo, por se tratar de certa forma de uma meta pesquisa (não para quem estuda bibliometria, mas talvez para quem atende aos estudos de gênero por exemplo, já que se pretende *pesquisar sobre a pesquisa* em estudos de gênero), se faz necessária a apropriação de termos e conceitos diversos, por isto o imperativo de defini-los, mesmo que brevemente, e como ponto de partida para seu entendimento. Ressalta-se novamente que as definições utilizadas não são unânimes e foram baseadas nas autorias citadas.

¹² Ver CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002.

mesmas em função de suas cores (ou raça ou etnia). Interseccionalidade então diz respeito ao entendimento de que marcadores sociais como raça, classe, deficiência, sexualidade, entre outros, são “somados” ou agem de maneiras distintas na opressão, discriminação e outros vieses de gênero.

A tradução literal de *queer* quer dizer “esquisito”, “estranho” e costumava ser utilizado de forma depreciativa para se referir a pessoas gays em países de língua inglesa. Como enfrentamento, as pessoas designadas como *queer* passam a adotar o termo para ressignificá-lo positivamente (MISKOLCI; SIMÕES, 2007), desafiando “as normas regulatórias da sociedade”:

É o excêntrico que não deseja ser ‘integrado’ e muito menos ‘tolerado’. *Queer* é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; [...] que assume o desconforto da ambigüidade, do ‘entre lugares’, do indecível. *Queer* é um corpo estranho que incomoda, perturba, provoca e fascina. (LOURO, 2007, p. 7–8).

As teorias ou os estudos *queer* são então os estudos que problematizam noções clássicas de sujeito e de identidade e da sexualidade heterossexista e binária a partir do “sujeito da sexualidade desviante”. No Brasil e na América Latina, estudiosos da área buscam apropriação e a produção local para tais vertentes, adotando expressões como “estudos/ativismo transviados” (BENTO, 2015), “sexualidades disparatadas” (MISKOLCI; SIMÕES, 2007) e “teoria cu/*teoría cuier*” (PELÚCIO, 2014).

A necessidade de se falar a partir de nosso próprio contexto histórico e cultural é inevitavelmente pertinente aos estudos de gênero e não se restringem aos estudos *queer*. De fato, outra corrente teórica importante, que aparece como linha (ou como influência) nos estudos de gênero são os estudos **pós-coloniais** (também chamados estudos subalternos), **descoloniais** e os **decoloniais**. Embora tenham origens comuns, estes termos possuem pequenas diferenças.

O pensamento pós-colonial tem em “Pode o subalterno falar?” da indiana Gayatri Spivak um de seus textos fundadores e procura analisar as consequências culturais e sociais da colonização para os povos colonizados, dando voz a esses sujeitos (SPIVAK, 2010). Já os descoloniais buscam superar a colonização: de forma bastante resumida, tratam-se de linhas de pensamento que buscam se distanciar de pensamentos colonizadores, ou seja, de se adotar posturas e teorias dos países colonizadores e imperialistas como se fossem locais ou como se fossem pertinentes a todas as realidades. Busca problematizar e refletir sobre o constante uso de pensadores europeus e estadunidenses em realidades de países periféricos. Embora ainda haja discussão, *decolonialismo*, termo sem o S adotado por algumas e alguns

pensadores, busca transcender a cultura colonialista (BALLESTRIN, 2013b; ROSEVICS, 2017), ou seja, não busca apenas rejeitar ou superar o colonialismo, mas se vale de elementos coloniais para revertê-los possibilitando que as vozes periféricas falem por si. Assim como os estudos *queer* desafiam a unicidade da sexualidade e do sujeito heteronormativo, os estudos decoloniais buscam dar voz ao sujeito latino, brasileiro, periférico, entre outros. Em termos breves, busca “decolonizar” o pensamento.

Ambas correntes são majoritariamente provenientes do pós-estruturalismo, campo teórico relacionado ao estruturalismo. O pós-estruturalismo não é oposto ao estruturalismo, mas uma resposta a ele. O **estruturalismo** propõe que uma categoria de fatos pode ser estudada a partir de suas estruturas, que as relações sociais podem ser investigadas a partir de estruturas subjacentes. Pressupõe que por detrás de variações locais dos fenômenos sociais e humanos há leis constantes que regem estruturas abstratas (AUDI, 2015), uma existência de universais nas estruturas comportamentais, culturais, linguísticas e psicológicas (BLACKBURN, 1997). Na psicologia, é a teoria que pressupõe ligações entre componentes afetivos e conteúdos vividos (HOUAISS; VILLAR, 2009). Segundo seu precursor, que teria sido o linguista francês Ferdinand de Saussure, a linguagem é instância mais importante nos sistemas de signo sociais e sua explicação estrutural seria um modelo para compreender todos os demais sistemas sociais (AUDI, 2015; BLACKBURN, 1997).

O pós-estruturalismo, ao qual se ligam pensadores franceses como Foucault, Derrida e Deleuze (embora nenhum deles tenha se afirmado como pós-estruturalista, visto que é mais um conjunto de proposições contrastantes ao pensamento estruturalista) se foca principalmente nas relações de poder e desejo, e se opõe a universais estruturantes e significantes analisando o sujeito como uma complexa inter-relação de discursos, forças e práticas sociais. Também se opõe à análise sincrônica¹³ e a-histórica do estruturalismo, recorrendo ao contexto histórico como parte fundamental dos fenômenos analisados (AUDI, 2015). O pós-estruturalismo busca colocar em cheque o essencialismo do sujeito fundado na filosofia cartesiana do *res cogitans* (“sujeito pensante”) de Descartes, em que o sujeito humano é a unidade privilegiada de consciência, o sujeito que tudo significa, separado do mundo. Enfatiza a pluralidade de significados em detrimento à arbitrariedade dos conceitos. Também foca na diferença e na ressignificação desta não mais como um negativo, mas como qualificador.

¹³ Enquanto a análise diacrônica descreve uma evolução histórica, através do tempo, a análise sincrônica foca no fenômeno a partir de um recorte atemporal, sincrônica, *ao mesmo tempo*.

Outra corrente teórica que aparece na revisão bibliográfica é a marxista. O marxismo é uma perspectiva sociológica que interpreta o social sob um ponto de vista materialista no seu desenvolvimento histórico, atribuindo ao sistema econômico/social capitalista a origem das desigualdades e ao qual todos os outros aspectos de injustiça social estão ligados. A perspectiva histórica e materialista marxista ajudou a refletir sobre o fato de que hierarquias e identidades são construções.

Brevemente, há ainda a necessidade de conceituar o que são visões **funcionalista** e **culturalista**, ou como estes conceitos se definem quando relacionados às teorias ou pesquisas (por exemplo, em estudos de gênero). No funcionalismo, entende-se que a percepção e consciência são funções movidas por impulsos e necessidades em relação ao meio, “[...] enfatiza a interdependência dos padrões e instituições de uma sociedade, e o modo como interagem na preservação da unidade social e cultural [...]” (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 938). Culturalista enfatiza o papel da cultura, preconiza que não se pode perceber a realidade senão através do prisma cultural. Nesta linha de pensamento os fenômenos sociais são culturais e se busca desfazer o entendimento de que a natureza e cultura são realidades opostas.

1.3 Objetivos

A fim de nortear a ideia central da pesquisa com sua finalidade, são apresentados a seguir os objetivos geral e específicos.

1.3.1 Objetivo geral

Como objetivo geral se propõe:

Retratar, em diferentes recortes, os estudos de gênero brasileiros a partir de indicadores bibliométricos.

A produção científica brasileira em estudos de gênero fica designada como os artigos em estudos de gênero indexados na base de dados 1Findr com pelo menos uma

autoria vinculada a instituição brasileira. Os retratos principais serão feitos a partir de todo o conjunto de dados, a partir de períodos de tempo (décadas) e a partir das áreas de pesquisa do CNPq.

1.3.2 Objetivos específicos

Para responder ao problema de pesquisa proposto e atingir o objetivo geral da pesquisa, os seguintes passos são necessários:

- a) caracterizar a partir de indicadores bibliométricos o objeto de pesquisa quanto a número de publicações, idiomas, veículos de publicação (periódicos) e entre as diferentes áreas de pesquisa (segundo classificação brasileira do CNPq);
- b) verificar a disponibilidade atual de acesso a essas publicações (acesso aberto ou pago);
- c) identificar os atores mais importantes (em termos de frequência) dos estudos de gênero no Brasil – indivíduos e instituições de pesquisa;
- d) identificar padrões de coautoria (entre indivíduos e entre instituições nacionais e estrangeiras mais frequentes);
- e) mapear onde se dá a produção científica em estudos de gênero brasileira – distribuição geográfica no país (unidades federativas e regiões) e dos parceiros de pesquisa estrangeiros (países e principais instituições);
- f) identificar, a partir da associação de palavras-chave mais frequentes, temas e assuntos de pesquisa mais prolíficos em diferentes recortes do objeto de pesquisa;
- g) verificar diferenças e similitudes entre diferentes as áreas de pesquisa a partir de seus indicadores bibliométricos;
- h) levantar possíveis mudanças nas características da produção científica brasileira em estudos de gênero de acordo com a evolução temporal (por meio da comparação das características de diferentes décadas);

Paralelamente, não como um objetivo específico, mas para contribuir com o desenvolvimento da base de dados, se dará um retorno para a equipe da IFindr quanto às possibilidades, limitações e possíveis melhorias no seu uso para fins de investigação de áreas como os estudos de gênero no Brasil (interdisciplinares, provenientes das ciências humanas e sociais e que não têm o inglês como idioma principal).

2 CAMINHOS DA PESQUISA

Os caminhos teóricos percorridos para se chegar ao problema e ao objeto desta pesquisa começam a partir da ciência da informação, mais especificamente com a (1, primeiro tópico) comunicação científica, dentro do escopo que embasa a cientometria, área de atuação e formação da autora. A seguir, tem-se a área científica escolhida para análise, (2) os estudos de gênero, que são apresentados de forma a se identificar a área, apresentando-se algumas vertentes e teorias que a permeiam, mas sem contudo “fechar” suas fronteiras. A seguir, são apresentados (3) os estudos de gênero a partir do contexto brasileiro, enquanto área acadêmica e que permeia a ciência brasileira – embora se entenda que a ciência, sendo igualmente um campo social, influencia e recebe influência da sociedade em que está inserida e da qual faz parte, com suas particularidade e modos específicos. Por fim, faz-se (4) levantamento de pesquisas anteriores que mais se aproximam com a da tese – pesquisas da *área* de estudos de gênero brasileira (quali e quantitativas) e pesquisas *bibliométricas* da área de estudos de gênero (no contexto brasileiro, com recortes menores, e também a área em outros países).

2.1 Comunicação científica e bibliometria

Este subcapítulo é, em parte, uma atualização da revisão bibliográfica sobre a temática da comunicação científica pertinente a indicadores bibliométricos feita em Hoppen (2014), com a inclusão de novas leituras e também de tópicos relacionados a estudos métricos das ciências sociais humanas e sociais. “Ciência” é um conceito aberto, sua definição é um tema amplamente debatido por pensadores como Merton (1957, 1968), Popper (1972), Lakatos (1989) e Kuhn (1998). A partir da definição mais estrita de ciência, algumas áreas de pesquisa não seriam consideradas científicas, por exemplo, por não possuírem um paradigma consensual entre todos seus “participantes”, no entendimento de ciência de Kuhn, em que apenas as chamadas “ciências duras” se encaixam (e não todas, nem completamente).

O entendimento aqui adotado é da ciência como prática, conhecimento, atividade concebida através de um método. Por método, método científico, pressuponho não apenas o método experimental – por exemplo, aquele realizado em práticas de laboratório –, mas

também o método como parâmetros que ultrapassam o senso comum, que denotam sistematização intelectual de uma reflexão. Com isso quero dizer que entendo como ciência e como pesquisa científica igualmente a atividade realizada por *cientistas* das “ciências sociais” e “humanidades”. A pesquisa que é realizada de forma sistemática, com ou sem artefatos físicos, que são compreendidas como pesquisa por pares da mesma área – quase como um paradigma, mas bem menor, e não necessariamente consensual.

Tal definição de ciência denota uma atividade e empreendimento social. Embora alguns “fazeres” da pesquisa possam até ser feitos de forma isolada, individual, sua realização depende de conhecimento anterior, socialmente adquirido (e exige em certo grau um método) e seus resultados, sejam eles reflexões, descobertas ou produtos, são valorados como científicos também socialmente. Isto serve para todo fazer científico, tanto pertinente às ciências ditas “duras” quanto para as denominadas como humanas e sociais, e tanto na ciência “experimental” como na “aplicada”. A cientificidade é dada socialmente, por pares. O mesmo ocorre para a prática artística, cuja designação se dá na alteridade (e/ou por pares).

O caráter social da ciência foi, de certa forma, reforçado desde as guerras mundiais. Segundo a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*, UNESCO), componente da ONU, criada para promover a cooperação internacional após a Segunda Guerra Mundial, a ciência tem como papel estar a serviço da humanidade, em consonância com a paz, o desenvolvimento e o bem-estar social (UNITED NATIONS EDUCATIONAL, 1999). Em 2014, a UNESCO coloca a equidade para promover a igualdade de gênero como uma de suas prioridades pertinentes à ciência (UNITED NATIONS EDUCATIONAL, 2014).

Outro aspecto social da ciência que se observa é de que hoje a pesquisa científica é muito mais “socializada” no sentido de ser uma atividade compartilhada, feita entre várias pessoas, do que em seus primórdios. O cientista solitário em seu laboratório deu lugar aos pesquisadores contemporâneos que a todo momento são incentivados a colaborar entre si e comunicar suas pesquisas, metodologias, reflexões e descobertas em publicações de grande alcance, que submetem seus manuscritos à avaliação por outros cientistas. Segundo Léa Velho (1997), esta forma de fazer ciência iniciou na Revolução Científica, por volta de 1540, na recepção inicial do sistema de Copérnico de astronomia, e 1700, com Isaac Newton, enquanto a avaliação por pares iniciou no século XVII com a *Philosophical Transactions* (primeira revista científica, da Royal Society de Londres).

A atividade científica denota então um campo social, que faz parte da sociedade mais ampla e por isso a reflete e influencia¹⁴, mas também possui suas particularidades específicas: “O universo [...] da ciência [...] é um campo social como outro qualquer, com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros, mas onde todas essas variantes revestem formas específicas.” (BOURDIEU, 1983, p. 122). A autoridade científica é uma espécie do que Bourdieu chama de “capital social”. O lucro científico, por exemplo, não está (ou não estava) diretamente relacionado ao capital financeiro, mas à obtenção de reconhecimento dos pares, outros cientistas, que são igualmente parceiros e concorrentes:

[...] num campo científico [...], um produtor particular só pode esperar o reconhecimento do valor de seus produtos (“reputação”, “prestígio”, “autoridade”, “competência” etc.) dos outros produtores que, sendo também seus concorrentes, são os menos inclinados a reconhecê-lo sem discussão ou exame. De fato, somente os cientistas engajados no mesmo jogo detêm os meios de se apropriar simbolicamente da obra científica e avaliar seus méritos. (BOURDIEU, 1983, p. 127).

Cada campo do conhecimento, área ou disciplina, cada “ciência” possui sua própria comunidade científica e normas próprias – a definição e a demarcação das normas científicas de cada campo são meios de imposição do valor da produção e autoridade próprias como legítimas. Para Kuhn (1998), as ciências são definidas por paradigmas, uma “visão” particular sobre determinado domínio do conhecimento que molda e caracteriza os conceitos, formas de fazer e até mesmo quais problemas são pertinentes ou não à área. Na ciência normal kuhniana, o paradigma é compartilhado por uma comunidade de cientistas, que se envolve em torno dos problemas propostos pelo paradigma.

A comunidade científica é, para Le Coadic (2004), composta de indivíduos cuja profissão é a pesquisa científica e tecnológica. Segundo o autor, a comunidade científica funciona da seguinte maneira: o pesquisador transfere para sua comunidade as informações que detém em troca de um valor simbólico (não financeiro, como em outras profissões), o seu reconhecimento como produtor legítimo de conhecimento científico. Esse reconhecimento se acumula e se eleva: primeiro é interpessoal, dado pela comunidade científica em questão, e depois, institucional – “[...] uma confirmação maior [...] que se faz merecida por causa de um volume intenso e constante de publicações originais.” (LE COADIC, 2004, p. 29).

¹⁴ Um exemplo é justamente a área de estudos de gênero, que algumas autoras consideram proveniente de um movimento feminista de trabalhadoras exterior à academia, e que é posteriormente englobado por ela e da mesma forma, hoje parece estar se espalhando por várias disciplinas científicas no mesmo momento que a sociedade em geral discute abertamente questões sobre o mesmo tema.

A apropriação da produção de conhecimento de outro cientista se dá por meio da comunicação desses produtos, através de meios formais ou informais de comunicação. A comunicação da ciência possibilita o avanço, no sentido de acumulação de conhecimento, através da troca de informações entre pares.

A comunicação situa-se no próprio coração da ciência. É para ela tão vital quanto a própria pesquisa, pois a esta não cabe reivindicar com legitimidade este nome enquanto não houver sido analisada e aceita pelos pares. Isso exige, necessariamente, que seja comunicada. Ademais, o apoio às atividades científicas é dispendioso, e os recursos financeiros que lhes são alocados serão desperdiçados a menos que os resultados das pesquisas sejam mostrados aos públicos pertinentes. Qualquer que seja o ângulo pelo qual a examinemos, a comunicação eficiente e eficaz constitui parte essencial do processo de investigação científica. (MEADOWS, 1999, p. viii).

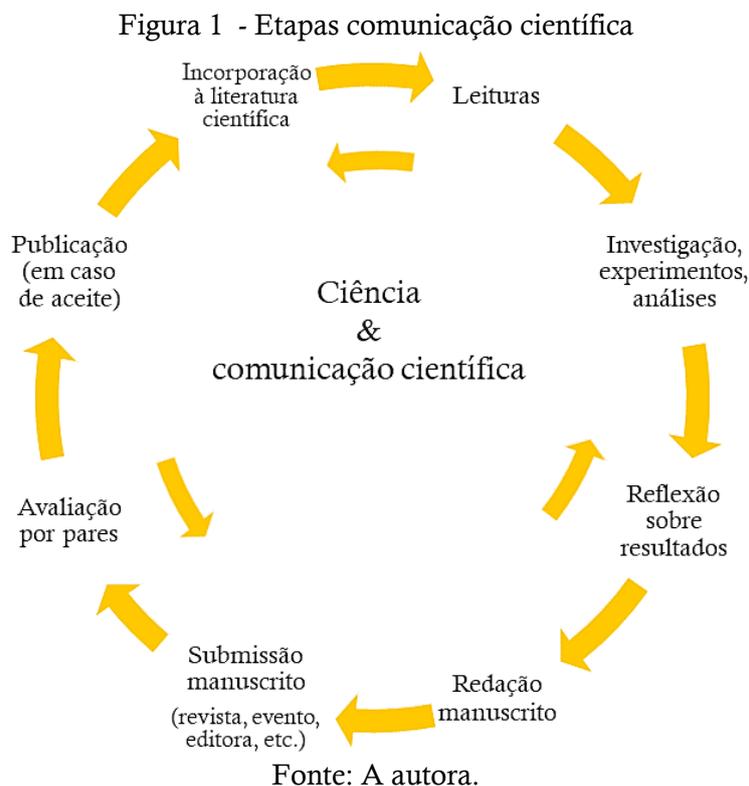
Em troca do valor simbólico de reconhecimento dos pares e de autoridade científica, pesquisadores e pesquisadoras comunicam seus resultados de investigação e suas reflexões. Para alguns autores (TARGINO, 2000; ZUIN; BIANCHETTI, 2015), a lógica de produção constante está incorporando algumas características de mercado ao meio científico, inclusive através da incorporação ao meio de recompensas financeiras de formas mais diretas (do valor simbólico para o valor financeiro), ofertadas como incentivo/promoção para pesquisadores e pesquisadoras altamente produtivos. Paralelamente à regulamentação de natureza intelectual preconizada por Meadows e Bourdieu, para Maria das Graças Targino (2000), uma regulamentação de natureza econômica está sendo incorporada à comunidade científica em função do aumento no número de pesquisadores e pesquisadoras. Esse aumento resulta, segundo a autora, na estratificação interna da pesquisa, que promove a profissionalização de seus processos, e assim a inclusão de remuneração financeiras e recompensas variadas no meio acadêmico.

Eunice Trein e Rodrigues (2011) argumentam que a concorrência em conjunto com a necessidade de apresentar um *produto* de pesquisa como legitimação do fazer ciência tem imposto à academia uma lógica de “conhecimento-mercado” que leva a uma:

[...] contradição entre a coerção a que a comunidade científica se sente submetida, pelo ritmo acelerado das transformações dos processos de trabalho instaurados na Academia, e o desejo de contribuir para o sistema [...] de ciência e tecnologia, o que possibilita, também, obter o reconhecimento dos pares. (TREIN; RODRIGUES, 2011, p. 781).

Ainda assim, o valor simbólico persiste: é através da publicação que a ciência/pesquisa é legitimada (MEADOWS, 1999; VELHO, 1997) e efetivada

(TODESCHINI; BACCINI, 2016). Para Targino (2000), reconhecer a relevância da ciência requer reconhecer a importância da informação, do conhecimento, da comunidade e da comunicação científicas. A função da comunicação científica é garantir a troca de informações de caráter científico dentro da comunidade de cientistas (pares), ou seja, a ciência comunicada em seu próprio meio. Essa prática endógena se originou no processo de institucionalização da ciência, em que se subestima ou se nega a existência de outras formas e de outras fontes de produção de conhecimento (TARGINO, 2000). Contudo, como já refletido anteriormente, a ciência é intrinsecamente social e deve por isso ultrapassar seu meio e usuários mais imediatos, ou corre o “[...] risco de se tornar estéril e inútil.” (TARGINO, 2000, p. 48). A análise e a avaliação da ciência, a fim de, por exemplo, prestar contas à sociedade que a financia, é uma das formas de transpor a bolha científica.

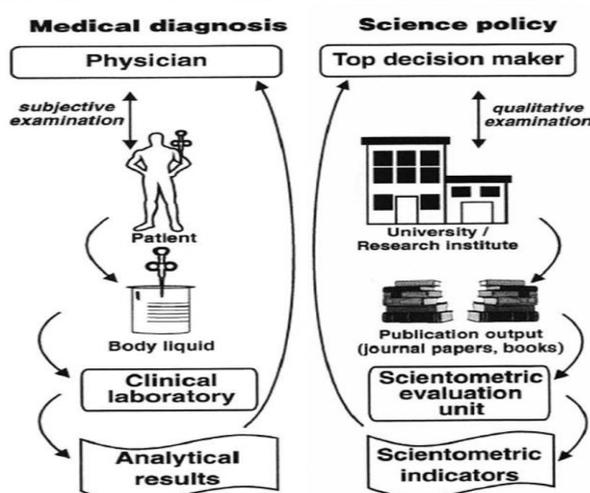


Fazer ciência (fazer pesquisa científica) perpassa, de maneira geral, mais ou menos as seguintes etapas: (i) leitura e aprendizagem de informação e conhecimento científicos, a seguir (ii) a investigação científica a partir de preceitos incorporados ou criados a partir de conhecimentos prévios e adquiridos, (iii) a reflexão acerca dos “resultados” da investigação, (iv) a transcrição (simultânea ou posterior) dos resultados/reflexões em texto/manuscritos, (v) submissão de alguma publicação científica, que se envia para ser (vi) avaliada por pares; então, se aceita, (vii) publicação do manuscrito (transformado

assim em artigo, trabalho de evento, capítulo de livro, entre outros, um *output* científico), que passa a fazer parte da literatura científica e, por fim, sua (viii) legitimação através da leitura e incorporação pelos pares, que então utilizarão para sua própria pesquisa ou aprendizagem. Essa é a base teórica para a construção de indicadores bibliométricos de desempenho científico: o reconhecimento de que a atividade científica pode ser recuperada e estudada a partir de sua literatura, através de seu sistema de comunicação formal. Para Velho (1986, 1997), tais preceitos permitiram inclusive o desenvolvimento da sociologia da ciência.

Indicadores são parâmetros utilizados na avaliação ou análise de qualquer atividade. Os indicadores cientométricos/bibliométricos são utilizados como parâmetros para a atividade científica, através da análise estatística de dados provenientes de sua literatura (SANCHO, 1990). Garfield (1979), um dos pioneiros no uso de indicadores bibliométricos para mensuração da atividade científica, justifica seu uso a fim de, por exemplo, conhecer os bons e maus usos da ciência e direcionar e fundamentar políticas em ciência. Braun (2005) faz uma analogia entre indicadores utilizados na avaliação médica de pacientes e a avaliação da ciência a partir de indicadores bibliométricos. Em ambos os casos são relacionadas medidas (quantitativas) de diferentes aspectos do ente em questão, que são posteriormente relacionadas e avaliadas conforme o contexto pertinente (Figura 1). Para Sandra Brisolla (1998), os indicadores em ciência servem como apoio para tomadas de decisão.

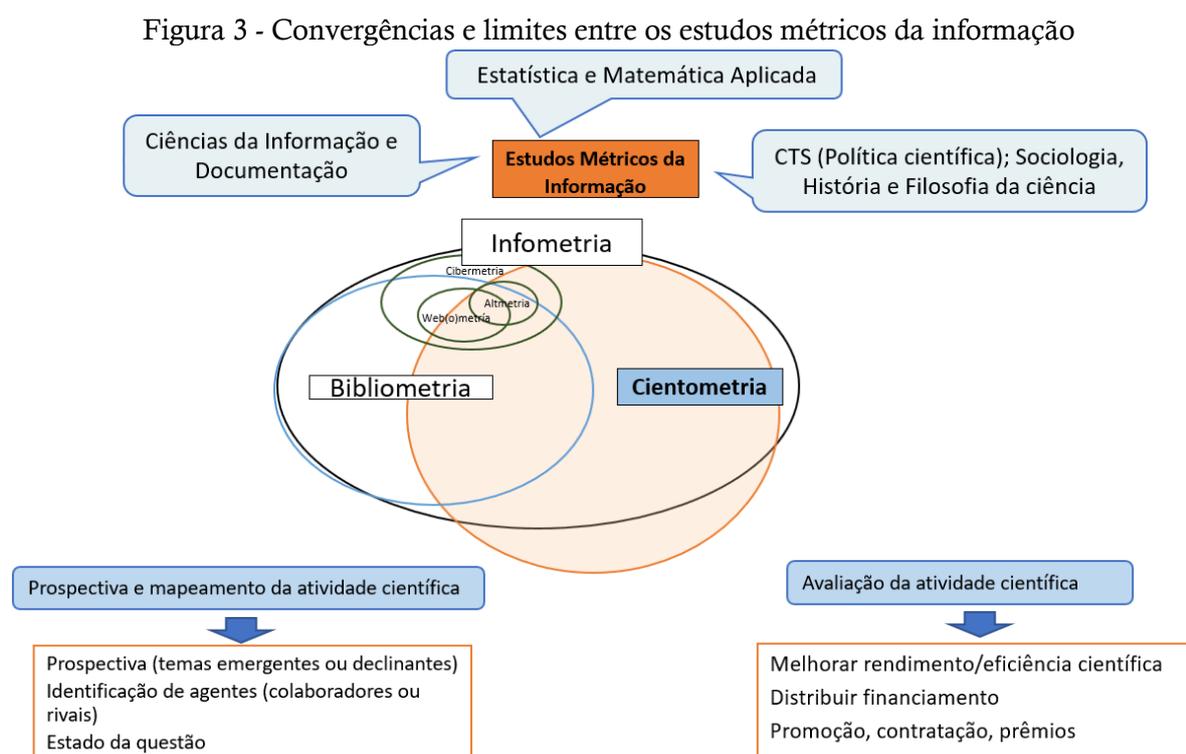
Figura 2 - Analogia entre indicadores utilizados em exames clínicos e em política científica



Fonte: Adaptado de Braun (2005, p. 67).

A bibliometria compreende a *metria* de dados de documentos, ou seja, a aplicação de análises matemáticas e estatísticas para verificar características de criação e de uso de

documentos como suportes de informação (SPINAK, 1998). Por exemplo, o estudo quantitativo da produção de documentos refletida em bibliografias, ou o uso de determinadas obras em unidades de informação. Já a cientometria seria a aplicação dessas métricas, de técnicas bibliométricas, ao estudo da ciência, incluindo uma análise sociológica da ciência. Conforme a expansão dos estudos bibliométricos, outros termos foram cunhados para denotar a análise métrica de outros tipos de informação, como webmetria ou webometria (métricas de informações pertinentes à web, como links e páginas online), altmetria (métricas alternativas, utilizadas principalmente na análise feita em redes sociais, como curtidas, *tweets*, postagens, entre outros), cibermetria (métricas pertinentes ao ciberespaço, englobando altmetria e webmetria), e a infometria, também denominada antes como informetria (métricas de informações de variados tipos). María Lascurain-Sánchez (2018) ilustra da seguinte forma:



Fonte: Adaptado de Lascurain-Sánchez (2018, tradução nossa).

Foi em 1969 que Pritchard propôs o termo “bibliometria” para ser usado como nomenclatura do que era conhecido até então como “bibliografia estatística” (PRITCHARD, 1969). No mesmo ano, Nalimov e Mulchenko (1969¹⁵ apud TODESCHINI; BACCINI, 2016) cunharam o termo *naukometriya* (cientometria em

¹⁵ NALIMOV, V. V.; MULCHENKO, Z. M. [Scientometrics: study of the development of science as an information process.] Nauka, Moscow, 1969. Apud Todeschini e Baccini (2016).

russo), para se referir à “[...] aplicação de métodos quantitativos que dão conta da análise da ciência vista como um processo informacional.”¹⁶ (1969 apud GLÄNZEL, 2003, p. 6). Hoje, quase 50 anos depois, os limites entre bibliometria e cientometria não são fixos e os termos são utilizados praticamente como sinônimos, visto que a bibliometria se consolidou como uma área de pesquisa (GLÄNZEL, 2003), e seus indicadores se consolidaram como ferramentas utilizadas além da gestão de unidades de informação. Entende-se que a análise da literatura de determinada área do conhecimento torna possível conhecer aspectos importantes do campo de conhecimento em si e sobre aspectos cognitivos e sociais de seus produtores e estudiosos – os cientistas.

Solla Price, que denominou o fenômeno conhecido como “grande ciência” (*big science*, aumento exponencial da literatura científica), integra a bibliometria ao *estudo* da atividade científica (SOLLA PRICE, 1976). Já em seu uso para a *avaliação* científica, os indicadores bibliométricos tem suscitado muitos debates dentro da academia, principalmente desde que, por exemplo, indicadores inicialmente utilizados para avaliação de periódicos passaram a ser usados para avaliar pesquisadores individuais e o que seria entendido nesta lógica como a qualidade de suas pesquisas.

Bourdieu (1983, 2004) problematiza a avaliação científica considerando-a “apenas” mais uma dentre muitas formas de embate que ocorrem no campo científico, em função da concorrência entre pares e sua busca por autoridade científica. Contudo, a avaliação é um processo inerente à ciência e uma de suas características fundamentais na contemporaneidade. Ela ocorre através dos pares (entre pesquisadores), pelas instituições que os abrigam e por agências de fomento à pesquisa. Os indicadores são apenas instrumentos de avaliação, o uso que se faz deles pode ser adequado ou inadequado, justo ou injusto, e seu valor depende de interpretação e contextualização. Isso não os invalida.

A profusão e o crescente interesse de pesquisadores de diversas áreas, assim como de governos e instituições de pesquisa, pela bibliometria e cientometria, seja para avaliação ou para estudo/análise e mapeamento, demonstram sua utilidade e importância. Há muitas potencialidades que podem ser exploradas no uso de indicadores bibliométricos, não apenas na avaliação. De qualquer forma, como a ciência e a pesquisa são atividades sociais financiadas, como é o caso de muitos países como o Brasil, por recursos públicos, é natural que alguma forma de avaliação seja utilizada, e que sua interpretação acarrete em resultados não satisfatórios para alguns. A atenção deve ser colocada na aparente

¹⁶ НАЛИМОВ, В. В., МУЛЬЧЕНКО, З.М., Наукометрия, Изд. Наука. Москва, 1969. *Apud* Glänzel (GLÄNZEL, 2003).

simplicidade dos indicadores, cuja interpretação não pode ser simplificada, mas contextualizada e entendida a partir de suas limitações.

Diana Hicks e colegas (2015, p. 429) argumentam que as métricas têm proliferado “[...] usualmente bem intencionadas, nem sempre bem informadas e frequentemente mal utilizadas.”, chamando a atenção para o risco de se “[...] danificar o sistema com as ferramentas que foram feitas para melhorá-lo [...]”. No Manifesto de Leiden, denominação cunhada a partir da conferência que o originou, os autores colocam os dez princípios de boas práticas para pesquisas com métricas, a serem seguidos tanto por pesquisadores as utilizam quanto por instituições que avaliam a ciência. São eles: a avaliação quantitativa deve servir de suporte para a avaliação qualitativa e especializada; medir a performance de acordo com a missão da instituição, grupo de pesquisa ou pesquisador(a); proteger a excelência da pesquisa que é relevante regionalmente (e que é frequentemente mal representada nas bases de dados de escopo internacional); manter a coleta dos dados e os processos de análise abertos, transparentes e simples; permitir que aqueles que são avaliados possam verificar os dados e as análises; levar em conta as diferenças nas práticas de publicação e citação das diferentes áreas; basear a avaliação de carreiras de pesquisadores individuais em avaliações qualitativas dos seus currículos; levar em conta as ambiguidades dos indicadores evitando falsas precisões e pretensões de “concretude” dos seus números; reconhecer os efeitos sistêmicos dos indicadores e da avaliação; e, por fim, regularmente escrutinar os indicadores, a fim de atualizá-los e melhorá-los (HICKS *et al.*, 2015).

Glänzel, Dannel e Persson (2003) comentam ainda que é natural e esperado que indivíduos (pessoas, instituições, ou qualquer outro agente) que tenham um resultado desfavorável, em qualquer tipo de avaliação, estejam mais propensos a colocar em dúvida sua validade e confiabilidade. Simplesmente aceitar um mal resultado e não fazer nada a respeito é que seria excepcional e até mesmo indesejado. Na procura das causas da derrota, é frequente que em algum momento se coloque a culpa nas regras do jogo, nos árbitros ou nos adversários, contudo o importante é que haja uma reação e, em termos científicos, que se abra o debate a respeito (GLÄNZEL; DANDEL; PERSSON, 2003).

A desestabilização do *status quo* pode então ser vista como uma conquista da avaliação científica, obtida com auxílio da discussão a respeito da biblio/cientometria ou indicadores que Todeschini e Bachini (2016) denominam como *avaliativos*. E da mesma forma, a avaliação da ciência, com ou sem instrumentos bibliométricos, deve igualmente ser criticada, discutida, debatida, assim como o uso que faz de qualquer instrumento

avaliativo. De qualquer forma, disputas são inerentes à comunidade científica (BOURDIEU, 1983).

Os indicadores bibliométricos podem servir então como instrumentos na análise, no mapeamento e na avaliação da ciência. Sobre a avaliação, Léa Velho (1986) comenta seus objetivos, razões, propósitos e consequências:

- a) como objetivo - medir o desempenho científico, estabelecendo relações entre produtos e contexto de pesquisa para moldar políticas de gestão da ciência. Três aspectos devem ser medidos, (i) o alcance dos objetivos da pesquisa e valor de seus resultados, (ii) os fatores responsáveis pelo alcance ou impedimento de alcance dos objetivos da pesquisa e (iii) mudanças necessárias à melhoria do desempenho;
- b) como razão - assegurar que a ciência tenha participação efetiva nos objetivos econômicos, sociais e políticos da nação que a financia;
- c) como propósito - seu papel fundamental no desenvolvimento do sistema científico, servir de ferramenta para órgãos de planejamento, agências de financiamento e outros, assim como permitir, por exemplo, que instituições verifiquem se suas atividades avançam no sentido dos seus objetivos institucionais e que pesquisadores e pesquisadoras verifiquem a visibilidade e impacto de seu próprio trabalho;
- d) como consequência - traz legitimidade às atividades e ao sistema científicos perante a sociedade, possibilitando aumento no prestígio nacional e internacional e, assim, assegura a continuidade do fomento dos recursos necessários ao seu bom desempenho.

Diferentes denominações são adotadas para os indicadores bibliométricos utilizados na análise, mapeamento e avaliação da ciência. A seguir são descritas as denominações utilizadas por Rosa Sancho (1990), Glänzel (2003), Maltrás Barba (2003) e Todeschini e Baccini (2016), assim como as denominações a serem utilizadas na pesquisa realizada. O quadro é igualmente uma atualização do quadro concebido em Hoppen (2014).

Quadro 1 - Denominações adotadas para os indicadores bibliométricos e relação com as denominações de Maltrás Barba, Glänzel, Sancho e Todeschini e Baccini

	Maltrás Barba (2003)	Glänzel (2003)	Sancho (1990)	Todeschini e Baccini (2016)	
Indicadores de atividade científica	Indicadores de produção (contagens de número de produção, balanceamento entre <i>input</i> e <i>output</i> , ou seja, recursos empregados com resultados obtidos).	Indicadores de atividade de publicação, ou simplesmente, de produção (contagens de produtividade, perfis de produção institucional, nacional, por disciplina, por tipo de financiamento e outros).	De atividade científica (n. e distribuição de publicações, de produtividade de autores, de colaboração em publicações). & Conexões entre trabalhos e autores científicos (número de referências das publicações).	Indicad. positivos	Indicad. avaliativos
Indicadores de colaboração	Indicadores de colaboração (coautoria).	Indicadores de colaboração científica (coautoria).	Aqui indicadores de coautoria, por exemplo, estão contidos nos indicadores de atividade.	Indicadores positivos (descrevem e explicam fenômenos da ciência e da comunicação científica).	
Indicadores de impacto	Indicadores de impacto (citações recebidas, janelas de citações, entre outros).	Indicadores de impacto de citação (incluindo fator de impacto de periódicos e citações a documentos específicos).	Indicadores de qualidade científica (opinião de especialistas).	Indicadores avaliativos (dependem de julgamento e parâmetros).	
			Impacto dos trabalhos (número de citações recebidas).	Indicad. positivos	Indicad. avaliativos
			Impacto das fontes (fator de impacto das revistas, índice de imediatez, influência das revistas).		
Indicadores de associação temática	-	Indicadores e métodos de análise avançada (análises de cocitação, <i>co-word</i> , <i>cluster</i> , técnicas utilizando matrizes de dados e outros).	Associações temáticas (análise de cocitação, análise de referências comuns, análise de palavras comuns).	Indicadores positivos (descrevem e explicam fenômenos da ciência e da comunicação científica)	

Fonte: Adaptado e atualizado de Hoppen (2014), com dados de Maltrás Barba (2003), Glänzel (2003), Sancho (1990) e Todeschini e Bachini (2016).

Observação: Os indicadores avançados de Glänzel não são exatamente os indicadores de associação temática de Sancho, todavia os de Sancho estão incluídos nos de Glänzel. Além disso, os indicadores de atividade ou produção de Maltrás Barba e Glänzel estão unidos no conceito de indicadores de atividade científica de Sancho, no qual se confunde também seu conceito de

indicadores de conexões de trabalhos a autores. Já os indicadores de Todeschini e Baccini dependem do objetivo da mensuração, mas alguns indicadores como os de qualidade de Sancho, ou o índice de imediatez e índice H só podem ser classificados como avaliativos na concepção adotada por Todeschini e Baccini.

Os indicadores serão melhor detalhados e definidos a partir dos campos de pesquisa passíveis de análise na fonte de dados escolhida, a lFindr, na seção de Metodologia.

2.2 Gênero e estudos de gênero

Antes de iniciar este subcapítulo, faz-se necessário reafirmar seu propósito: o de apresentação do grande campo, área de pesquisa, dos estudos de gênero. Não há a intenção de defini-lo ou delimitá-lo, visto que trata-se de um campo vivo e em constante movimento e modificação (assim como os feminismos). Um campo do saber que nasce de questionamentos de “verdades” muito arraigadas e que se desenvolve a partir daí em diversas vertentes e em que cabem essas muitas linhas e formas de pensar, mas todas com um ponto mais ou menos comum. Esse ponto em comum se procurará apresentar a seguir a partir de *alguns dos possíveis* destrinchamentos do conceito de gênero e depois do conceito de sexualidade para a área, conceitos inclusive “superados” para algumas teorias, mas os quais entendo serem os mais didáticos para compreender a complexidade de tudo que abarca o grande guarda-chuva dos estudos de gênero. E novamente: alguns dos possíveis e absolutamente não todos. As vertentes apresentadas são escolhas pessoais da autora, talvez dentre as que conheci, as que acredito ter compreendido um pouco melhor.

Em 1995, ano em que completaria sete anos de vida¹⁷, fui matriculada na primeira série do ensino fundamental, no Colégio Marista Irmão Weibert. No ano anterior, estive na pré-escola, mas não recordo quando comecei lá, nem se fiz o ano todo. O fato é que a partir disso, só não estive matriculada em algum curso formal em 2015, quando escrevia os artigos da dissertação de mestrado. 32 anos de vida, 25 ou mais estudando

¹⁷ Parece estranho escrever em primeira pessoa, mas creio que uma tese demanda posicionar-me, e para isso, colocar-me explicitamente no texto. Fiz isso em alguns poucos parágrafos anteriores, em que uma posição pessoal fica mais explícita. Alguém disse que não se responde uma pergunta que não é nossa. Por isso o texto flutua entre a voz impessoal e a pessoal.

Também quero enfatizar que, para esta seção, me inspirei no didatismo e na lógica da ordem de assuntos adotada por Adriana Piscitelli (2009) em “Gênero: a história de um conceito”, capítulo presente em obra que introduz temáticas do campo de ciências sociais organizado por Almeida e Swako (2009). Embora não tenha sido uma das minhas primeiras leituras sobre o tema, creio que esse texto de Piscitelli é o que explica da forma mais simples e brilhantemente didática o que é gênero, e conseqüentemente, o que é a área de pesquisas que o tem como objeto.

continuamente. *Estudar* foi passado para mim como um valor e como a coisa mais importante que eu poderia fazer por mim mesma e para os outros. A essência da minha formação como pessoa, como mulher, filha, irmã, companheira, amiga, brasileira, cidadã – ao mesmo tempo independente e em relação com outras.

Paralelamente, em outras partes do mundo, a educação feminina é considerada uma ameaça e uma transgressão. No Afeganistão e no Paquistão sob o regime do Talibã, instituições de ensino que aceitam meninas são depredadas e as estudantes correm risco de sofrer ataques com ácido e até tentativas de homicídio, como foi o conhecido caso de Malala Yousafzai (MCKINNON, 2013). O radicalismo dessas violências dá ideia do quão fortes e enraizados são os valores considerados ameaçados quando uma menina estuda. O que no meu meio é considerado um direito fundamental e até um dever, é negado para outras mulheres simplesmente pelo fato de o serem – mulheres. É claro que estou comparando sociedades bastante distintas, embora contemporâneas. E o intuito aqui não é descrever o meu contexto – ocidental, de classe média, etc. – melhor ou mais “evoluído” que o contexto dessas meninas. Pelo contrário, quero evidenciar que partes cultural e geograficamente muito distantes do planeta possuem pilares que parecem beber da mesma fonte: há apenas duas gerações, na mesma família que implantou em mim a ânsia pelo estudar, não permitiu que Erna Maria Blau continuasse seus estudos após o primário (cerca da quinta série na minha época, sexto ano atualmente), primeiro porque teria de ir para outra cidade, segundo porque não seria “necessário” já que “não se tornaria freira” (segundo seu próprio pai, meu bisavô, mulheres que casavam não precisariam estudar, apenas cuidar dos filhos¹⁸). Estudar seria desnecessário para desempenhar o fim para o qual já estava predestinada aos dez/onze anos. Similar aos motivos que ainda hoje proíbem meninas afegãs e paquistanesas de receberem educação – não está de acordo com seu fim social, com o que se espera delas, nem é visto como algo sobre o qual possam ter qualquer tipo de foro.

Há menos de três anos, a Nigéria (TOPPING, 2015) criminalizou uma prática que da mesma forma preconiza a subjugação de mulheres – a remoção total ou parcial da parte externa do clitóris. A prática retira a parte visível desse órgão sexual exclusivo das fêmeas, que no ser humano não tem função reprodutiva nem referente ao sistema urinário, mas unicamente ligada ao prazer sexual (CARROLL, 2012). Um órgão exclusivo para o prazer – tem como finalidade única, acredita-se, o deleite sexual feminino. Sua amputação fazia

¹⁸ Erna, minha avó materna, contava que pediu para virar freira, para poder continuar estudando, mas seu pai não permitiu. A vó virou Erna Maria Franz e teve 12 filhas e filhos.

(e ainda faz) parte de um ritual que objetiva fazer com que as mulheres sejam “comportadas” e boas esposas – e não “feras sexuais selvagens”. Já na China eram os pés das meninas que eram mutilados como símbolo de status social e beleza. Os pés engessados em formato de lótus concebiam pés artificialmente pequenos, o que era mantido como costume em famílias abastadas, em que as moças não precisariam usar os pés para trabalhar, mas acaba se propagando em todas as camadas sociais (COOMES, 2014).

Esses e outros rituais culturais estrangeiros parecem caricatos pois estão longe da nossa cultura, mas a verdade é que a violência contra as mulheres é uma realidade também no contexto atual brasileiro, em formas tão ou mais cruéis. Estima-se que a cada 7,2 segundos uma mulher é vítima de violência física no Brasil, e a cada dois segundos se considerarmos também a violência verbal (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2017; INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2017).

Mais de 500 mil estupros¹⁹ são cometidos por ano no Brasil, segundo estimativa de pesquisadores/as do Instituto Brasileiro de Economia Aplicada (IPEA), a partir de dados do Ministério da Saúde brasileiro, o que significa um estupro a cada onze minutos (CERQUEIRA; COELHO, 2014). Embora as mulheres não sejam vítimas exclusivas desse tipo de crime, 89% das vítimas são do sexo feminino e 70% são crianças e adolescentes, o que coloca o crime como consequência da subjugação das mulheres na sociedade, conforme a mesma pesquisa. Outro dado que demonstra tal característica na sociedade brasileira, é a taxa de feminicídio: segundo o “Dossiê Violência contra as mulheres” (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2018), feminicídio é o assassinato de mulheres motivado *por sua condição de mulher*, a partir de ódio, desprezo ou sentimento de perda de controle e propriedade sobre a namorada, esposa, amiga, irmã, amante, entre outras, sendo um crime comum em sociedades caracteristicamente abusivas e discriminatórias em relação às mulheres ou ao feminino, como é o caso do Brasil. Dos 4.762 homicídios de mulheres registrados em 2013 no Brasil (quase 13 homicídios por dia), 50,3% foram cometidos por familiares e 33,2% destes casos foram cometidos por cônjuge

¹⁹ 0,26% da população brasileira sofre violência sexual anualmente, ou pelo menos 527 mil estupros por ano, segundo dados do Ipea reportados na Nota Técnica n. 11 de 2014, assinada por Cerqueira e Coelho (2014). Estes dados são uma estimativa, visto que, conforme os autores, há subnotificação deste crime, tanto no Brasil como em outros países – no Brasil, apenas 10% dos estupros são registrados na polícia. Segundo dados do Atlas da Violência 2018 (CERQUEIRA, 2018), 49.497 casos de estupro foram registrados na polícia em 2016, enquanto 22.918 foram registrados no sistema de saúde, sendo que “[...] as duas bases de informações possuem uma grande subnotificação e não dão conta da dimensão do problema, tendo em vista o tabu engendrado pela ideologia patriarcal, que faz com que as vítimas, em sua grande maioria, não reportem a qualquer autoridade o crime sofrido.” (CERQUEIRA, 2018, p. 56).

ou ex-cônjuge (MAPA DA VIOLÊNCIA..., 2015²⁰ *apud* INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2018).

Esses são dados das violências mais evidentes e “óbvias” por envolverem brutalidade física. Todavia outras violências menos explícitas do que as supramencionadas também são praticadas diariamente, como o assédio, abuso de poder, discriminação e outras violências simbólicas, morais e patrimoniais. Estas práticas ocorrem não apenas no Brasil, mas no mundo todo, em menor ou maior grau. A domesticação e subjugação das mulheres envolve práticas concebidas e naturalizadas por diversas culturas e em diferentes períodos históricos. Mas nem todas as sociedades ou culturas entenderam da mesma forma o que é ser homem ou mulher e o que é esperado destes corpos identificados a partir de diferenças sexuais (ou mesmo *se* é esperado algo distinto entre eles). Pelo contrário, em algumas culturas, o que é considerado masculino e feminino são/foram diferentes do que concebemos em nossa própria cultura (que também possui diferenças nesse entendimento, entre o passado e a atualidade, entre grupos de pessoas diferentes e assim por diante).

Margaret Mead foi uma pesquisadora estadunidense que conseguiu evidenciar que o que se considera feminino e o que se considera masculino não é “natural” ou fixo, mas varia entre as diferentes culturas e épocas. Mead (1999) investigou três tribos da Nova Guiné nos anos 1930 e as comparou entre si e com o seu próprio contexto. Verificou que as percepções do que seria considerado como característica “natural” dos homens e mulheres se dava da seguinte forma: os Arapesh constituíam uma sociedade em que meninos e meninas eram criados para serem pessoas cooperativas e pacíficas, preocupados com as necessidades e demandas dos outros, o que seria considerado no contexto de Mead (Estados Unidos da América, anos 1930) como uma personalidade feminina e maternal. Já na tribo dos Mundugumor, homens e mulheres chegavam a ser agressivos e implacáveis, além de “positivamente” sexuais – o que a autora compara com a personalidade que seria encontrada apenas em homens considerados indisciplinados e violentos na sociedade estadunidense. Tanto para os Arapesh quanto para os Mundugumor, o temperamento esperado dos homens e o temperamento esperado das mulheres não tinha diferença – ambos seriam pacíficos na primeira tribo, e ambos seriam igualmente “agressivos” na segunda.

Por outro lado, na tribo dos Tchambuli, Mead (1999) encontrou o oposto ao tido como “natural” e “inato” na sociedade dos EUA da época: o homem como parceiro

²⁰ MAPA da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: FLACSO Brasil, 2015. *Apud* Instituto Patrícia Galvão (2018).

dependente emocionalmente, subordinado e menos responsável, a mulher como dominadora, dirigente e impessoal (o que seria inconcebível do ponto de vista da sociedade estadunidense na década de 1930, contexto da autora).

Estas três situações sugerem, portanto, uma conclusão muito definida. Se aquelas atitudes temperamentais que tradicionalmente reputamos femininas – tais como passividade, suscetibilidade e disposição de acalantar crianças – podem tão facilmente ser erigidas como padrão masculino numa tribo, e na outra ser prescrita para a maioria das mulheres, assim como para a maioria dos homens, não nos resta mais a menor base para considerar tais aspectos de comportamento como ligados ao sexo. E esta conclusão torna-se ainda mais forte quando observamos a verdadeira inversão, entre os Tchambuli, da posição de dominância dos dois sexos, **a despeito da existência de instituições patrilineares formais.** (MEAD, 1999, p. 268, grifo nosso).

Mead (1999) evidencia que os comportamentos atribuídos a “machos” e “fêmeas” não são naturais nem inatos de cada corpo (pois caso o fossem seriam iguais nas sociedades do mundo todo) e que são, portanto, construídos. São criados e construídos em cada cultura (para a autora) e suas particularidades variam enormemente, embora costumemos nos cegar pela tentativa de avaliar outras realidades a partir da nossa, do nosso entendimento do que é natural, comum, regular. Encontramos padrões que estamos “treinados” a ver e ignoramos as diferenças para as quais não abrimos os olhos. É a tentativa de evidenciar que parâmetros historicamente naturalizados para os “sexos” “feminino” e “masculino” que os estudos feministas e os estudos de gênero inicialmente (também) se propõem.

O entendimento de estudiosos e estudiosas como Margaret Mead, da *construção cultural da diferença sexual*, conforme Adriana Piscitelli (2009), dão o primeiro passo para o questionamento do gênero.

A perspectiva dos papéis sexuais resultou atraente para diversos estudiosos da diferença sexual porque conectava a estrutura social à formação da personalidade, de maneira relativamente simples. E isso ocorre por meio da “socialização”, ou seja, pela incorporação das normas sociais relativas ao papel feminino e ao masculino. Nessa perspectiva, as pessoas “desviantes” teriam passado por algum erro no processo de socialização. Entre nós, desde que um bebê nasce ele é tratado de forma diversa se for menino ou menina, e aprende a se comportar de determinadas maneiras. Aos meninos, se oferecem bola e carrinho para brincar, às meninas, bonecas e casinha; o menino é estimulado a ser mais agressivo, e a menina, a “se comportar”. Um menino que tem aspectos considerados “femininos” ou uma menina muito “masculina” parecem inapropriados. De diversas maneiras, na família, na escola, nos locais de sociabilidade as pessoas aprendem essas normas e elas são incorporadas, ainda que imperceptivelmente. (PISCITELLI, 2009, p. 130).

Adriana Piscitelli (2009) pondera, contudo, que na abordagem desses e dessas pesquisadoras as relações entre os sexos eram levadas ainda sem se prestar atenção às desigualdades que colocam a mulher em nossa cultura em posição inferior ao homem. O interesse em destacar e em compreender essas diferenças (e questioná-las) provêm dos movimentos feministas. Então os estudos de gênero poderiam também ser entendidos como movimentações e estratégias de luta feminista – a partir da problematização e reflexão de práticas sexistas. No início desta seção exemplifiquei a partir de minha própria perspectiva e de uma realidade estrangeira um entendimento comum de que a educação feminina seria desimportante (ou até ameaçadora) em função do que é esperado da mulher ou deste “lugar” em que a mulher é colocada em cada um dos contextos (motivações religiosas também são culturais). A repressão feminina é comum em muitas sociedades e este é um dos pontos levantados pelos estudos feministas, que posteriormente passam a levantar também reflexões a respeito da masculinidade, visto a compreensão de que esses “lugares”, papéis, performances, se dão em relação com o outro.

Muitos autores e autoras adotam o simbolismo das ondas (a princípio três) para relatar a história dos movimentos feministas. Esta analogia é questionada por pesquisadoras mais recentes, que buscam dar luz a mulheres e homens que não participaram das “ondas”, mas enfrentaram igualmente as desigualdades provenientes do sexismo em seus próprios contextos – moldando os diversos feminismos contemporâneos (LAUGHLIN *et al.*, 2010; NICHOLSON, 2000). Esse contraponto é fundamental. Ao mesmo tempo, a analogia das ondas permite dar uma linearidade historiográfica à narrativa (a partir do Ocidente) de forma didática e será potente também para alusão a uma quarta onda, que seria a atual. Cada uma corresponde a uma “fase” do desenvolvimento histórico do que se denomina hoje como movimentos feministas.

A primeira é caracterizada pelas lutas pelo direito ao voto das mulheres. Os primeiros movimentos sufragistas datam do século XIX e início do século XX no Reino Unido e nos EUA (FRANCHINI, 2018) – e, segundo algumas interpretações, sob influência dos lemas de liberdade e igualdade da Revolução Francesa do final do século. Após a “conquista” do direito político (em realidade o início dessa luta, já que se pode dizer que nem mesmo no Brasil de 2020 a mulher é politicamente igual ao homem, vide a proporção entre a população de mulheres e quantidade de mulheres exercendo cargos políticos), a segunda onda se volta à liberação social e pública da mulher em outros meios, por exemplo, em relação a direitos jurídicos e de propriedade além de desigualdades

culturais. As feministas da segunda fase buscavam evidenciar que estas desigualdades estavam (e estão) ligadas e passam a refletir sobre as origens da sujeição das mulheres. A segunda onda é comumente datada com início nos anos 1960 ou 1970, perdurando até os anos 1990 do século XX (FRANCHINI, 2018; LAUGHLIN *et al.*, 2010).

Já a terceira onda, datada a partir dos anos 1990, buscaria evidenciar e questionar as desigualdades desde o âmbito privado, incluindo o questionamento do que é ser mulher, o que é ser homem, as desigualdades entre eles e também entre mulheres de diferentes classes sociais, raças, etnias, gerações... Essa fase pode ser caracterizada pelo questionamento e desconstrução de conceitos essencialistas, além da busca por visibilidade dos vários “feminismos” e, posteriormente, da interseccionalidade. É neste contexto que a nomenclatura “gênero” ganha força.

Céli Pinto (2003), historiadora brasileira, convoca a alusão de três vertentes para os feminismos brasileiros, num paralelo às ondas. A primeira vertente estaria ligada ao movimento sufragista no país, a segunda ao contexto do regime militar nos anos 1970 e a terceira a partir do processo de redemocratização. Marlise Matos (2010) propõe uma reclassificação para as vertentes de Céli Pinto e os utiliza para vislumbrar uma quarta fase nos feminismos brasileiros e latino-americanos, que se mencionará no capítulo subsequente.

Essa quarta fase é pensada também por outras pesquisadoras/es em outros contextos, em razão de seu caráter “global” – mas é menos mencionada, até mesmo por causa da consciência do que as anteriores deixam de fora, ou mesmo da “superação” delas. A quarta fase seria caracterizada pelo uso massivo das redes sociais como meio de mobilização feminista e de criação de redes, uma realidade em que as tecnologias de informação e comunicação auxiliam na derrubada de fronteiras nacionais e na “globalização” das demandas, com um olhar para as questões comuns, mas também para as especificidades das pautas a depender do contexto social.

As ondas feministas “pecam” por não incluir na história do feminismo as mulheres que questionavam as desigualdades antes mesmo das democracias e dos movimentos sufragistas, as mulheres negras que foram excluídas do direito ao voto no movimento sufragista ou dos direitos à propriedade na segunda onda, e tantas outras invisibilizadas pela narrativa da história ocidental. Uma ilustração dessa exclusão é o famoso discurso de Sojourner Truth em maio de 1851, em que a abolicionista e ex-escrava evidencia a diferença de tratamento recebida pelas mulheres a depender de sua cor e ao mesmo tempo questiona a desigualdade de direitos em relação aos homens:

Aquele homem ali diz que as mulheres precisam ser ajudadas a entrar em carruagens, e erguidas para passar sobre valas e ter os melhores lugares em todas as partes. Ninguém nunca me ajudou a entrar em carruagens, a passar por cima de poças de lama ou me deu qualquer bom lugar! E não sou mulher? Olhem pra mim! Olhem pro meu braço! Tenho arado e plantado, e juntado em celeiros, e nenhum homem poderia me liderar! E não sou uma mulher?

[...]

Depois aquele homenzinho de preto ali disse que as mulheres não podem ter tantos direitos quanto os homens, porque Cristo não era mulher! De onde o seu Cristo veio? De onde o seu Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com Ele.

Se a primeira mulher feita por Deus teve força bastante para virar o mundo de ponta-cabeça sozinha, estas mulheres juntas serão capazes de colocá-lo na posição certa novamente! E agora que elas estão querendo fazê-lo, é melhor que os homens permitam. (TRUTH, 1889)

Além das exclusões enormes, a alusão das ondas dá a ideia de um desenvolvimento linear e ascendente, em que a subjugação das mulheres é o centro de discussão para compreensão da realidade, e mais camadas do “problema” são atingidas com o passar do tempo, quando em realidade não há um movimento linear e o “gênero” (ou o “sexo”) é um dos vários marcadores de diferenciação social. De qualquer forma, sua historização auxilia em demonstrar de que forma foram surgindo os questionamentos em torno do que se entende como gênero e, após, sua reflexão a partir de teóricas e estudiosas. Pode-se dizer que os *estudos de gênero* compreendem os questionamentos, motivações e teorias provenientes destes questionamentos e, portanto, dos feminismos (movimentos feministas e de mulheres, dos estudos feministas).

A partir daí, suas várias vertentes promovem desde o questionamento da “identidade sexual” como definidora das subjetividades e dos corpos, do tensionamento dos “papéis sociais dos sexos”²¹, e como tudo isso se dá em relação com o outro e na cultura, além dos outros marcadores que devem ser atrelados como raça, classe social, geração e outros. De forma muito simples, o que as inúmeras vertentes dos estudos de gênero têm em comum e que ajudam a denominá-los como uma área de pesquisa é o entendimento de que as diferenças percebidas entre as pessoas não justificam privações de direitos. A partir disso buscarei situar um pouco o desenvolvimento do conceito de “gênero” e depois de “sexualidade” dentre algumas das concepções da área.

A palavra *gênero* em oposição ao “sexo biológico” foi utilizada pela primeira vez por Robert Stoller em 1963, no Congresso Internacional de Psicanálise, em Estocolmo na

²¹ Expressão que já foi muito utilizada por pensadoras francesas. Conceituação de sexualidade a seguir.

Suécia. O autor, pesquisador do Centro Médico para o Estudo de Intersexuais e Transexuais, da Universidade da Califórnia (EUA), utiliza a expressão *identidade de gênero* para distinguir entre o que entendia como biológico e o que entendia como cultural – o sexo dentro do aporte biológico e o gênero como cultural (STOLKE, 2004; STOLLER, 1964). Desde então o termo gênero assumiu diversas conceituações que podem ser referidas conforme a vinculação teórica de seu ou sua utilizador/a, e são basilares para os estudos da área.

Joan Scott, historiadora estadunidense, publicou originalmente em 1986 um texto hoje considerado clássico, que auxiliou a repensar as formas de entender gênero e suas implicações para não só as análises históricas, mas todas as análises que buscam compreender as realidades sociais²². Scott desvela como gênero (assim como todas as palavras) tem uma história e um significado que se modifica conforme diferentes perspectivas ao longo do tempo. Como historiadora, a autora propõe que gênero seja uma dentre outras categorias que são utilizadas nas análises históricas, dando voz a um/uma agente histórico, e mostra quais foram seus usos e significados até então.

Segundo Scott, os primeiros usos do termo, tal como em Stoller (1964), estabeleciam uma dualidade entre natureza e cultura/sociedade, em que sexo se referia à natureza e gênero se referia a seus aspectos culturais e sociais, ou seja, ênfase à construção social do gênero:

[...] o termo “gênero” parece ter feito sua aparição inicial entre feministas americanas [estadunidenses], que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O termo “gênero” enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. (SCOTT, 1995, p. 72).

O aspecto relacional diz respeito à relação entre a construção social do homem e da mulher, que a definição dos papéis sociais dos homens e das mulheres se dá de forma recíproca e que não se poderia compreender a história de um sem se compreender a história de outro. Esta seria a segunda definição e uso de gênero. Outro uso do termo gênero,

²² Ressalta-se que este texto de Scott serviu de inspiração para inúmeras discussões a partir da perspectiva de gênero, contudo a própria autora o problematiza posteriormente quando repensa sua “univocidade” e debate seus significados e apropriações após a publicação original. Em “Usos e abusos do gênero”, Scott se distancia do entendimento de gênero como papel social ou de uma espécie de identidade sexual. Gênero não é estável e unívoco e seu conceito está longe de ser unânime. Segundo a autora, permanece “útil [como categoria] para análise crítica”, porém não se trata de “[...] um guia para categorias estatísticas de identidade sexual, mas para a interação dinâmica da imaginação, regulação e transgressão nas sociedades e culturas que estudamos.” (SCOTT, 2012, p. 347). Gênero é “[...] um lugar perpétuo para a contestação política, um dos locais para a implantação do conhecimento pelos interesses do poder.” (SCOTT, 2012, p. 346).

segundo a autora, é utilizá-lo quase como sinônimo de “mulheres”, uma forma, segundo a autora, de se deixar as análises mais “neutras” para a terminologia científica, sem trazer a política (“supostamente ruidosa”) do feminismo (SCOTT, 2012). Tal uso seria então uma forma de busca de legitimidade acadêmica para estudos feministas dos anos 1980.

Além destes usos e significações da palavra, Scott (1995) disserta sobre três abordagens distintas na análise de gênero, abordagens que denotam as seguintes posições teóricas: paradigma do patriarcado, teorias provenientes do marxismo (teóricas marxistas), e as teorias psicanalíticas, nas suas escolas francesa e anglo-americana. A primeira busca explicar as origens do **patriarcado** e, entre outros aspectos, dá ênfase à “necessidade” de dominação das mulheres pelos homens²³. A dominação masculina viria do desejo do homem de transcender sua alienação da reprodução, então a continuidade geracional por meio do patriarca seria uma forma de colocar a primazia na paternidade. A análise é então baseada em uma diferença física (“biológica”) entre homens e mulheres. A crítica a esta teoria é que ela não mostra como a desigualdade de gênero se liga com outros tipos de desigualdade.

As **teóricas marxistas**, por se basearem no marxismo, são guiadas por uma teoria da história e dão ênfase a uma explicação “material” para suas análises. Estabelecem que a sexualidade (e não a reprodução, como na teoria do patriarcado) é a base da sujeição das mulheres e que esta está ligada a todo um sistema de relações sociais produtos da forma de produção capitalista. Além disso, o método histórico e materialista contribuiu para o esclarecimento de que tanto as hierarquias quanto as identidades sociais são construções, auxiliando portanto a pensar a respeito de outros marcadores sociais que se somam ao gênero e diferenciam as vivências e desigualdades. Sua crítica se relaciona a interpretações desta teoria que se restringiram ao material como fonte e local únicos das desigualdades.

Já as **teorias psicanalíticas**, têm duas diferentes abordagens conforme a origem de seus fundadores/as, mas ambas se centram nos processos pelos quais a identidade dos sujeitos é criada e ambas se focam no desenvolvimento infantil para descobrir elementos sobre a formação da identidade de gênero. Na **escola anglo-americana**, da teoria da relação do objeto, se enfatiza a experiência concreta da criança (a criança vê e escuta, relações com quem cuida dela) e baseia a produção da identidade de gênero em estruturas

²³ Em termos de sistema/estrutura, vai além: “O que chamamos de patriarcado é um sistema profundamente enraizado na cultura e nas instituições, o qual o feminismo busca desconstruir. Ele tem por estrutura a crença em uma verdade absoluta, que sustenta a ideia de haver uma identidade natural, dois sexos considerados normais, a diferenças entre os gêneros, a superioridade masculina, a inferioridade das mulheres [e de tudo que é considerado feminil] e outros pensamentos que soam bem limitados, mas ainda são seguidos por muitos.” (TIBURI, 2018, n/p).

pequenas (mãe e pais, o círculo familiar mais próximo), não deixando, por conta disso, meios para ligar este sistema a outros sistemas sociais posteriores à experiência doméstica. É aí que reside a crítica de Scott (1995) a esta abordagem da teoria psicanalítica.

A **escola francesa** é baseada em leituras estruturalistas e pós-estruturalistas de Freud em sua teoria da linguagem. Jacques Lacan, discípulo de Freud, é a figura central nesta abordagem, segundo Scott (1995). Enfatiza o papel da linguagem (no estruturalismo) e dos sistemas de significação (na visão pós-estruturalista) para a construção de identidades de gênero. Na perspectiva pós-estruturalista, esta identificação é extremamente instável e se problematiza as noções de homem e mulher.

[...] a identificação de gênero, mesmo que pareça sempre coerente e fixa, é, de fato, extremamente instável. Como sistemas de significado, as identidades subjetivas são processos de diferenciação e de distinção, que exigem a supressão de ambiguidades e de elementos de oposição, a fim de assegurar (criar a ilusão de) uma coerência e (de) uma compreensão comum. A idéia de masculinidade repousa na repressão necessária de aspectos femininos – do potencial do sujeito para a bissexualidade – e introduz o conflito na oposição entre o masculino e o feminino. [...] Essa interpretação implica também que o sujeito se acha em um processo de constante construção e oferece um meio sistemático de interpretar o desejo consciente e inconsciente ao destacar a linguagem como um objeto apropriado de análise. (SCOTT, 1995, p. 82).

A crítica de Scott (1995) a esta abordagem da teoria psicanalítica se volta para fixação no sujeito individual para resolver questões de identificação de gênero e na reificação do antagonismo homem/mulher. O desenvolvimento desta abordagem, todavia, em direção a abarcar sistemas de significação que vão além do sujeito individual e envolvem, por exemplo, tecnologias de gênero (LAURETIS, 1994), feminilidades e masculinidades (TORRÃO FILHO, 2005), problematização das normatividades da sexualidade (LOURO, 2015), estudos *queer* (BENTO, 2006, 2015; LOURO, 2007) e performances de gênero (BUTLER, 2015), parece-me, é uma das direções da pesquisa em estudos de gênero. É necessário também dizer que, alguns dos “desenvolvimentos” que elenco (da escola francesa da teoria psicanalítica) são, em realidade, tão distantes da abordagem inicial da teoria que parecem reter dela apenas algum teor pós-estruturalista para entender os sistemas de significação e das relações de poder que envolvem os sujeitos.

Neste contexto é necessário destacar que a abordagem adotada por Joan Scott é alinhada às noções de poder de Michel Foucault e de desconstrução de Jacques Derrida, como bem discute a professora Guacira Lopes Louro (1995), uma das responsáveis, pode-se dizer, por difundir esta perspectiva nos estudos de gênero no Brasil. Estas noções são

alinhadas aos pós-estruturalismos por entenderem que o sujeito é produto e produtor das forças que o regulam e compõem e neste ínterim estão as relações de gênero.

O poder, para Foucault (1999), não se trata de algo que se possui ou que se exerce em uma via única (de cima para baixo, como algumas visões marxistas do Estado entendem, por exemplo), mas sim algo que se dá em *relação*. As relações de poder são relações de força exercidas de formas múltiplas e multilaterais. O gênero se dá nesse sentido: é parte e constituinte das relações de poder, ao mesmo tempo em que é “recebido”, é também “executado” e reiterado em suas múltiplas facetas e formas de se fazer. Isso significa que o poder e as relações de gênero não são forças negativas no sentido de serem “supressoras” já que, da mesma forma que podem estar “subjugando”, estão também criando e produzindo. Essa linha de pensamento foge de noções essencialistas e universalistas por entender que tudo, mesmo conceitos como “verdade”, são constructos, dependem de um contexto social, político e histórico, o que abrange as noções de gênero que Scott propõe, gênero como construção social e histórica feita/exercida a partir do seu contexto e como relação a partir das diferenças percebidas entre os sexos.

Por outro lado, isso se opõe a algumas formas de ver e de se posicionar os feminismos (como já mencionado, um germen essencial dos estudos de gênero) quando se denomina a opressão sobre a mulher, construindo-a como uma identidade e como “universal”. Jacques Derrida entende que os universais são construções instadas (segundo o autor) na linguagem, campo fundamental das relações de poder e que se opera também pela produção de universais. Os universais são categorias que reduzem as multiplicidades, pois pressupõem construções lógicas para definir, “materializar”, tornar único, “denominar”. Assim acabam por obscurecer diferenças em prol da construção de um “comum” entre esses múltiplos.

Mas as relações de gênero não se dão de forma “universal” para todas as mulheres, pois embora possam ter tal denominação comum, são em realidade diferentes entre si. Os marcadores de cor, raça, etnia (para dar o exemplo mais óbvio), somam às relações de gênero muitas especificidades e camadas. Nesse sentido entra a desconstrução de Derrida, para quem desconstruir é trazer à tona as redes de poder que permeiam a linguagem percebendo (também) as diferenças obscurecidas nos universais e entre as suposições dialéticas do tipo bom/mau, claro/escuro, homem/mulher. Scott se filia então à desconstrução e à noção de poder (foucaultiana) para pensar e perceber as relações de gênero e, a partir disso, revestir as análises históricas e sociais.

Cabe destacar que, como bem salienta Louro (1995), os pós-estruturalismos e o aporte teórico a que Scott se aproxima e que a autora propõe não são (e nem poderiam ser, a partir dos modos de entender destas linhas de pensamento) perfeitamente “alinhados” ou intercambiáveis. Ainda, antes de avançar para os estudos de gênero no Brasil, faz-se necessário retroceder e mencionar que, embora sejam bastante elucidativas e esclarecedoras para pesquisadores de outras áreas (como é o meu caso), as abordagens elencadas por Scott são datadas (visto que o texto original é de 1986) e obviamente pressupõem seu contexto histórico, os EUA. É por isso necessário mencionar ainda outras teóricas importantes e trazer também o contexto brasileiro e “periférico”, em que a abordagem dos estudos decoloniais parecem ser bastante presentes nos estudos de gênero. Em função disso elenco brevemente abaixo a conceituação de gênero para outras autoras consideradas importantes na área até chegar a perspectiva dos estudos denominados decoloniais.

Outro conceito que procurarei definir brevemente é o de sexualidade, visto que nas discussões teóricas está comumente relacionado ao gênero, como pode ser percebido desde o uso de Stoller como sendo este relacionado à cultura e aquele à biologia. Procurarei definir a partir de outras pensadoras primeiramente gênero e só depois sexualidade – para então conceituar, mas de forma a ainda deixar abrangente e passível de caracterização a partir desta pesquisa, da área de estudos de gênero no Brasil. É evidente que minha conceituação se baseará em teóricas estrangeiras e não brasileiras ou latino-americanas, mas não poderia ser de outra forma – nossa cultura, e portanto, a academia, é colonizada, embora hoje se tenha maior consciência política disso e sejam feitas movimentações a fim de se valorizar pensadoras e pensadores locais, que compartilham do nosso contexto, ou periféricos, ou seja, também caracterizados como colonizados e não como colonizadores do pensamento. Algumas autoras nacionais da área serão utilizadas mais especificamente na seção de estudos de gênero no Brasil.

Antes da já comentada obra de Joan Scott, de 1986 (“‘Gênero’ como categoria útil de análise histórica”), Gayle Rubin coloca uma perspectiva antropológica ao que chama de sistema sexo/gênero. A palavra gênero já havia sido utilizada por Robert Stoller, conforme também já comentando, mas sob uma perspectiva patologizante. Em “O tráfico de mulheres: notas sobre a 'economia política' do sexo” (RUBIN, 1993), publicado originalmente em 1975, Gayle propõe pensar quais são as relações que transformam uma fêmea humana em uma mulher domesticada. Em outras palavras, uma “teoria da opressão das mulheres” (p. 21), que a autora desloca do patriarcado e coloca no sistema

sexo/gênero, em que o: “Gênero é uma divisão dos sexos imposta socialmente. É um produto das relações sociais de sexualidade.” (RUBIN, 1993, p. 11). O sistema, segundo a autora, é regulado por sistema de parentesco, em que se trocam mulheres em função do tabu do incesto (por isso tráfico de mulheres e economia política do sexo).

Os sistemas de parentesco baseiam-se no casamento. Por isso eles transformam pessoas do sexo masculino e pessoas do sexo feminino em “homens” e “mulheres”, sendo que cada um é uma metade incompleta que só pode completar-se unindo-se à outra. Homens e mulheres são, naturalmente, diferentes. Mas eles não são diferentes como o dia e a noite, terra e céu, yin e yang, vida e morte. Na verdade, da perspectiva da natureza, homens e mulheres são mais próximos um do outro que o são de qualquer outra coisa – por exemplo, montanhas, cangurus ou coqueiros. A idéia de que homens e mulheres são mais diferentes entre si que o são de qualquer outra coisa deve vir de alguma outra esfera que não a da natureza. Além disso, embora exista uma diferença normal entre pessoas do sexo masculino e pessoas do sexo feminino no que tange a diversos traços, a gama de variações desses traços mostra que há uma considerável área coincidente. Sempre haverá algumas mulheres mais altas que certos homens, por exemplo, ainda que, na média, os homens sejam mais altos que as mulheres. Mas a idéia de que homens e mulheres são duas categorias mutuamente excludentes deve ter origem em algo que não uma oposição “natural”, que na verdade não existe. Longe de ser uma expressão de diferenças naturais, **a identidade de gênero exclusiva é a supressão das semelhanças naturais**. Ela exige repressão: no homem, de qualquer versão de traços “femininos”; nas mulheres, a de traços definidos como “masculinos”. A divisão dos sexos resulta na repressão de algumas características de personalidade de praticamente todo mundo, homens e mulheres. O mesmo sistema social que oprime as mulheres em suas (do sistema) relações de troca, oprime a todo mundo em sua insistência numa rígida divisão de personalidade. (RUBIN; BUTLER, 2003, p. 11–12).

Essa identidade de gênero pretensamente “fixa” e “natural” é na realidade composta a partir de “tecnologias” sociais. O gênero não é propriedade dos corpos, não existe *a priori* nos seres humanos, mas é como um produto e um processo de tecnologias, um conjunto de efeitos produzidos nos corpos, comportamentos e relações sociais (PEREIRA, 2009). Teresa de Lauretis, propõe pensar, em 1987, o que denomina de tecnologias do gênero. Na obra “Technologies of gender” em seu primeiro capítulo, “A tecnologia do gênero” (LAURETIS, 1994), a autora afirma que o entendimento de gênero como diferença sexual (que teria “servido” ao movimento feminista durante algum tempo) é uma limitação do pensamento feminista pois pressupõe uma oposição universal do feminino com o masculino. Em função disso, busca recuperar o que entende como um potencial epistemológico radical feminista do sujeito generificado (“engendrado” na tradução de 1994, *en-gendered* na obra original), múltiplo e contraditório, independente da diferença sexual (LAURETIS, 1994).

De certa forma, o entendimento das tecnologias do gênero de Laretis se aproximam da *performatividade* de Judith Butler para entender que gênero é uma representação (primeira proposição de Laretis), sua representação é sua construção (segunda proposição) e sua construção se efetua hoje assim como nos tempos passados (terceira), e não só onde se espera que aconteça (mídia, escola, na família nuclear), mas também, de maneira menos óbvia, em contextos como a comunidade intelectual, a arte, e inclusive na teoria feminista. Segundo Laretis (1994), inclusive na desconstrução do gênero acontece sua construção (a quarta proposição).

Em “‘Gênero’ para um dicionário marxista”, Donna Haraway analisa as interpretações da palavra gênero, inicialmente a fim de redigir um verbete de *Geschlecht* (gênero em alemão) para uma obra renomada, a ser publicada em um dicionário marxista. Contudo Haraway relata sua enorme dificuldade, visto que cada terminologia carrega a história, contexto e construção social de cada povo, região em que é utilizada.

O inglês, especialmente o inglês americano, distingue sexo e gênero. Esta distinção custou sangue na luta em várias arenas sociais, como o leitor poderá ver na discussão que se segue. O alemão tem apenas uma palavra, *Geschlecht*, que não é exatamente a mesma, seja para o inglês sexo, seja para gênero. Além disso, o projeto do dicionário, traduzindo os verbetes de autores estrangeiros para o alemão, propunha apresentar cada palavra-chave em alemão, chinês (em ideogramas e na transcrição), inglês, francês, russo (apenas na transcrição) e espanhol. As histórias entrelaçadas do marxismo e do imperialismo assumiam enorme proporção nessa lista. Cada palavra-chave iria herdar essas histórias. (HARAWAY, 2006, p. 204).

Donna acaba então por buscar colocar uma perspectiva marxista para o termo, destrinchando a construção histórica, social e política da palavra e buscando se distanciar das concepções localizadas e datadas no contexto de Marx e Engels, precursores do marxismo, cujas primeiras teorias entendiam a opressão das mulheres como mais uma faceta dentro da grande máquina de opressão do sistema de classes (HARAWAY, 2006). No contexto das formulações de Marx e de Engels, as questões de sexualidade não estavam postas e acabam por presumir: (1) a heterossexualidade (já que no sistema previsto pela teoria tradicional marxista a mulher faria o trabalho da casa para que o homem produzisse nas oficinas, indústrias e assim por diante) e (2) que as mulheres que vivessem em outros sistemas seriam livres (o que se sabe que não é verdade). Haraway coloca o gênero como marcado pela história, por raça, por geração, região, classe, educação, etc. Gênero como um “marcador” composto de história política. A título de exemplo, marcado fortemente

por raça na história da mulher negra nas sociedades constituídas por sistemas de escravidão como nos EUA:

[...] nos Estados Unidos, as mulheres negras não foram constituídas como “mulher”, como o foram as mulheres brancas. As mulheres negras foram simultaneamente constituídas, racial e sexualmente – como fêmea marcada (animal, sexualizada, e sem direitos), mas não como mulher (humana, esposa potencial, conduto para o nome do pai) [...]. Se o parentesco investia os homens com direitos sobre as mulheres que elas próprias não detinham sobre si mesmas [conforme conceituação de Rubin Gayle], a escravidão aboliu o parentesco para um grupo num discurso legal que produziu grupos inteiros de pessoas como propriedade alienável. (HARAWAY, 2006, p. 240 citando CARBY, 1987²⁴).

Neste âmbito, Linda Nicholson propõe também uma desconstrução dos significados de gênero e mulher até então utilizados, que se ancoravam na distinção entre sexo e gênero. Em “Interpretando o gênero” (original de 1999), Nicholson demonstra que a distinção sexo/gênero permitiu que a teoria feminista problematizasse o determinismo biológico e as diferenças entre as experiências sociais e culturais de homens e mulheres. Entretanto, acaba também por edificar um pensamento dualista sobre a identidade da mulher, como se houvesse uma identidade única e compartilhada, a “ideia” mulher.

[...] o pensamento binário [homem/mulher, sexo/gênero] não é completamente estático nem permite uma perfeita articulação entre experiências masculinas e femininas e corpos masculinos e femininos [...] O marco binário também não consegue captar o nível de desvio das normas do gênero que existe em muitas de nós, reforçando tanto estereótipos culturais em relação ao significado das experiências masculinas e femininas bem como atuando politicamente na supressão de maneiras de ser que desafiam os dualismos do gênero. (NICHOLSON, 2000, p. 9).

A definição de gênero é problematizada em seu dualismo pressuposto entre feminino *versus* masculino, mas também em relação ao seu dualismo em relação ao sexo – o primeiro entendido como social em contrapartida ao sexo como biológico. Em 1984 (versão de 1999 utilizada nesta pesquisa), Gayle Rubin retoma seu texto de 1975 “atualizando-o” para novamente problematizar o sistema sexo/gênero, mas desta vez focando-se na sexualidade. Em “Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality” (RUBIN, 1999), Gayle problematiza o essencialismo sexual, em que o sexo é entendido como natural dos corpos, “[...] uma força natural que existe *a priori* da vida

²⁴ CARBY, Hazel. *Reconstructing womanhood: the emergence of the afro-american woman novelist*. New York: Oxford University Press, 1987. *Apud* Haraway (2006).

social e que molda as instituições.” (RUBIN, 1999, p. 149, tradução nossa). Em realidade, o sexo é também perpassado por valores e regulações sociais.

Para Rubin, nas sociedades ocidentais o estudo acadêmico do sexo reproduz e constrói esse essencialismo através de áreas como a medicina, psiquiatria e psicologia, que classificam sexo e sexualidade como fixos e como uma propriedade do indivíduo. Nas ciências sociais, Simões (2009) afirma que o sexo visto como tabu em muitas religiões, por exemplo, como pecado na cultura cristã, fez com que o tema fosse por muito tempo evitado, mas, “Mesmo que a sexualidade humana seja representada predominantemente como uma ‘força’ natural, trata-se de uma ‘força’ que passa necessariamente pelo filtro das normas e valores morais.” (SIMÕES, 2009, p. 152).

Rubin retoma Michel Foucault e sua “História da sexualidade” (primeiro volume data de 1976), que considera como o primeiro texto que questiona o entendimento da sexualidade como uma ânsia natural da libido. Foucault (2015) demonstra que os desejos são constituídos social e historicamente e que novas sexualidades são constantemente produzidas. Para Foucault, a medicina da segunda metade do século XIX foi responsável por dar a importância que se tem hoje à sexualidade, e ao tentar desvelar sua “natureza” acabaram por classificar (e “corporificar”) a sexualidade humana, estabelecendo assim o que seria “natural” e o que seria “marginal”, “perverso” (FOUCAULT, 2015; SIMÕES, 2009).

Jeffrey Weeks vai ao encontro desse entendimento durante os anos 1970 ao demonstrar que a homossexualidade como a conhecemos, é um dispositivo relativamente moderno (WEEKS, 1977 *apud* RUBIN, 1999)²⁵. Por exemplo, não se pode afirmar que os gregos eram homossexuais, visto que os homens sempre se relacionavam com outros homens, sem o entendimento de que isso fosse “desviante” ou “não natural”. A noção de homossexualidade simplesmente não existia e esses relacionamentos eram constituídos (e entendidos) de forma diversa à atualidade.

Em “O corpo e a sexualidade”, Weeks (2015) mensura no corpo um enorme peso relacionado à sexualidade nas sociedades modernas. Segundo o autor, o corpo não tem qualquer significado intrínseco, mas modernamente a ele é atribuído uma regulação social a partir de definições dominantes de sexualidade (heterossexualidade), em que relações de poder emergem e se fazem sentir, particularmente nas conexões entre gênero, classe e raça,

²⁵ WEEKS, Jeffrey. **Coming out**: homosexual politics in Britain from the nineteenth century to the present. New York: Quartet, 1977. *Apud* Rubin (1999).

ou seja, corpos socialmente diferenciados. Esses marcadores se tornam significativos na definição do comportamento sexual.

Da mesma forma, em “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo”, Judith Butler (2015) evidencia o “peso”²⁶ do corpo em relação ao sexo e ao gênero. Segundo Butler, o corpo materializa o sexo e o gênero o assume e performa. O gênero é performance, e o sexo é um ideal regulatório, regula os corpos: “[...] as normas regulatórias do ‘sexo’ trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual [...]” (BUTLER, 2015, p. 154) hoje voltada à heterossexualidade, que alguns autores chamariam de heteronormatividade, por ser a norma de um sistema sexo/gênero atual.

As normas, o corpo e sua performatividade de gênero necessitam ser “afirmadas”, “ensinadas” e reguladas, todos os dias, a todo momento. A performatividade de gênero em si é uma reiteração de uma ou várias normas, tanto para “afirmar” um gênero, um sexo, uma sexualidade. Necessita ser constantemente repetida para ser afirmada. E vigiada – se gênero e sexo fossem de qualquer maneira naturais, não necessitariam ser tão constantemente vigiados e regulados no convívio social, não seriam alvo de tanto “pânico moral”. Butler publicou originalmente seu texto que evidencia a relação do corpo com a sexualidade/sexo e gênero em 1993, enquanto Weeks, em 1996.

Com a intenção de dar uma perspectiva a respeito dos estudos antropológicos sobre sexualidade humana e do comportamento sexual de final dos anos 1980 e 1990, Richard Parker demonstra como fatores culturais, políticos e econômicos, em diferentes contextos e locais, influenciam a construção e a constituição da experiência sexual (PARKER, 2015). Em “Cultura, economia política e construção social da sexualidade”, o autor demonstra como os movimentos políticos feministas, gays e lésbicos, o impacto da disseminação da AIDS e a preocupação com a saúde reprodutiva e sexual influenciaram a sociedade ocidental e as pesquisas desenvolvidas nestes anos.

Em particular, a teoria da construção social permitiu colocar em debate o entendimento do sexo e do gênero como unidimensionais, como a mesma coisa, evidenciando questões a respeito das identidades e dos comportamentos sexuais, e a coexistência de diversas culturas sexuais na sociedade ocidental. Apesar de a sociedade ocidental colocar a heterossexualidade como norma e gênero e sexo como diretamente

²⁶ O “peso” ou a “materialização/importância” do corpo, já que o título original é “Bodies that matter”, o que poderiam ser também traduzido como “Corpos que importam”, no sentido de ter importância, significado.

ligados, a verdade é que existem ligações complexas (e às vezes contraditórias) entre comportamento, identidade e formação de comunidades sexuais. Por exemplo, homens que praticam sexo com outros homens e não se identificam como homossexuais: as noções de passividade e atividade no ato sexual como determinantes da homossexualidade masculina na cultura sexual da América Latina, e não necessariamente o “sexo” do parceiro (PARKER, 2015).

A heterossexualidade como imperativo coloca os corpos e performances que não se “encaixam” em sua norma (fluída, mas constante) como desviantes, fora do “normal”. Os corpos que não se encaixam nesta normatividade e suas performances receberam uma linha de estudo denominada “estudos *queer*” ou “estudos transviados”. *Queer* seria estranho, uma forma pejorativa de indicar quem não se encaixa nos parâmetros vigentes de sexo/gênero e passou a ser utilizado como afirmação por seus ativistas e estudiosos, com a intenção de permanecer fora dos moldes e afirmar esse fora, evidenciando as relações de poder e norma envoltas na sexualidade e no gênero (MISKOLCI, 2009; MISKOLCI; SIMÕES, 2007).

É uma linha de estudos ao mesmo tempo paralela e integrante dos estudos de gênero, assim como as teorias a respeito do sexo e da sexualidade humana, por estes compõem esse complexo sistema denominado sexo/gênero. Segundo Miskolci (2009), o que o autor denomina como “teoria *queer*” é originada a partir dos estudos culturais estadunidenses e baseado no pós-estruturalismo. Já Berenice Bento (2015), em uma perspectiva mais atual (e também local e política), situa os estudos *queer* localizados “abaixo da linha do Equador” como “estudos transviados”.

Alguns estudos mencionados na análise de Parker colocam como uma “mentalidade colonialista” a presunção das sociedades ocidentais de uma “rigidez das categorias sexuais” e do eu universalmente construído (PARKER, 2015, p. 142). De fato, as teorias decoloniais situam no pensamento ocidental e colonial essa centralização do “eu” e de conceitos universais. Os estudos pós-colonialistas e, em seguida, decoloniais debatem justamente as presunções e a influência do pensamento colonial sob a cultura dos povos colonizados e procuram dar luz às especificidades de culturas locais, “periféricas”.

Segundo Larissa Rosevics (2017), o pós-colonialismo é uma escola de pensamento influenciada pelo pós-estruturalismo e na descentralização das narrativas e dos sujeitos contemporâneos. “A preocupação dos estudos pós-coloniais esteve centrada nas décadas de 1970 e 1980 em entender como o mundo colonizado é construído discursivamente a partir do olhar do colonizador, e como o colonizado se constrói tendo por base o discurso

do colonizador.” (ROSEVICS, 2017, p. 188). Conforme a autora, a maior parte se baseia numa crítica à modernidade “eurocentrada”. Em “Pode o subalterno falar?”²⁷, a indiana Gayatri Spivak (2010) coloca o subalterno, o que seria considerado o “outro”, como o detentor do discurso.

Dentro da perspectiva feminista, Chandra Mohanty já em 1984²⁸ (*apud* MATOS, 2010) destaca como os feminismos acadêmicos desenvolvidos a partir do escopo anglo-saxão e europeu produziram/produzem uma representação universalizada da mulher (sem as perspectivas, por exemplo, de classe, nacionalidade, religião) e que, sem se perceber a si próprios como situados em contexto histórico e local específicos, acabam representando de forma colonizadora o que se distancia e difere. Assim, conforme a explicação de Matos, Mohanty denuncia a “produção da mulher do terceiro mundo como um sujeito monolítico” a partir de uma visão colonizadora, distorcida e reducionista colocando-as (nos) como “sexualmente limitadas, ignorantes, pobres, não-escolarizadas, tradicionais e conservadoras, voltadas essencialmente para o doméstico e a família, dependentes e vitimizadas pelo sistema sócio-econômico” (MATOS, 2010, p. 75). Segundo Mohanty,

[...] a produção acadêmica feminista, assim como outras modalidades de estudos acadêmicos, não é mera produção de conhecimento sobre determinado assunto. É uma prática diretamente política e discursiva à medida que é intencional e ideológica. [...] Portanto, as práticas acadêmicas feministas (sejam elas leitura, escrita, crítica ou textual) estão inscritas em relações de poder – relações que elas refutam, às quais resistem ou que talvez até apoiam implicitamente. (MOHANTY, 2020, p. 11–12).

Nesse sentido, a autora advoga que os feminismos acadêmicos devem construir uma crítica feminista que dê voz às mulheres marginalizadas e assim se voltem para um paradigma de justiça social (a partir de uma solidariedade feminista), intervindo em discursos hegemônicos ao invés de se somar a eles (MOHANTY, 2020). A solidariedade feminista se ancora na descolonização de seus discursos e no entendimento de que as dimensões micropolíticas dos indivíduos e as macropolíticas econômicas e globais estão ligadas (MATOS, 2010; MOHANTY, 2020).

Luciana Ballestrin (2013a) indica o “giro decolonial” como a adaptação do argumento pós-colonial e dos estudos denominados subalternos para o contexto da América Latina. Os estudos decoloniais seriam então a perspectiva latino-americana dos

²⁷ Publicação original datada de 1985.

²⁸ MOHANTY, Chandra Talpade. Under westerns eyes: feminist scholarship and colonial discourses. *Boundary 2*, Durham, v. 12, n. 3, p. 333-358, 1984. *Apud* Matos (2010).

estudos subalternos ou pós-coloniais, que são principalmente asiáticos (como é o caso de Spivak e Mohanty), ou seja, contextos cuja experiência como colônias e, portanto, suas consequências para as reflexões teóricas advindas posteriormente, são distintas (ROSEVICS, 2017). Os estudos de gênero e sexualidade, que se voltam para a ênfase na construção social, que depende de contexto histórico (temporal) e local (geográfico), constroem e se alinham a esta “nova” forma de pensamento:

Enquanto os pós-coloniais se aproximavam das correntes pós-modernas e pós-estruturalistas, os decoloniais voltaram-se para um projeto semelhante aos dos teóricos críticos de esquerda. Isso significa que, assim como os teóricos críticos de esquerda, os decoloniais buscam a emancipação de todos os tipos de dominação e opressão, em um diálogo interdisciplinar entre a economia, a política e a cultura. (ROSEVICS, 2017, p. 189).

Em função disso, estes estudos se colocam como “decoloniais”, numa intenção de superação da colônia e para diferenciar os seus propósitos em relação ao pós-colonialismo. Os estudos de gênero possuem, então, uma perspectiva igualmente dentro dos estudos pós-coloniais e decoloniais, justamente por estarem ligados, em muitas das suas linhas em estudos cujo contexto histórico e local são de suma importância, assim como as questões de poder e norma sob os sujeitos (e exercidas por eles). Nelas, o pano local, histórico e suas as normas sociais ditam, perpassam, influenciam e são parte das questões relacionadas aos estudos de gênero, pois são entendidas como reguladoras dos corpos, gênero, sexualidade.

2.3 Estudos de gênero no Brasil: breve contextualização

Para falar dos estudos de gênero no Brasil é preciso dizer que a história da área, inevitavelmente, se confunde com a história dos movimentos feministas no país. Como mencionado anteriormente, a própria ciência é um fazer social, portanto seu contexto histórico, social e geográfico reflete e é refletido nela. A área de estudos de gênero é especialmente afetada, construída e instigada socialmente. Isso se dá tanto por causa de seu objeto de estudo quanto por sua configuração como área inter e transdisciplinar, uma área que é tanto a junção de muitas áreas em torno de um mesmo objeto, quanto uma corrente que perpassa disciplinas específicas e as reveste com material teórico próprio.

Portanto, contextualizar historicamente a área no país é complexo. Um histórico completo demandaria situar historicamente as primeiras disciplinas que a formaram (além de identificar quais exatamente foram, se é que se pode) e as várias movimentações

feministas e de mulheres que podem ter instigado o surgimento da área. Além disso, não creio que seja possível identificar uma linha simples que percorra, de forma linear, os feminismos e os estudos de gênero, nem no Brasil nem possivelmente em outros locais, embora coloque-se os movimentos de mulheres e feministas como um dos pontos de partida.

A história da ciência e de disciplinas específicas no país é tema de diversos trabalhos que se dedicaram exclusivamente a tal, em recortes específicos, como é o caso do livro de Schwartzman (2001), que fala da formação da comunidade científica brasileira, e a obra organizada por Motoyama (2004), que fala da história do país desde o período colonial destacando pioneiras e pioneiros na pesquisa e como contribuíram para o desenvolvimento social, tecnológico e científico brasileiro. Da mesma forma, os feminismos no Brasil foram tema de trabalhos históricos extensivos, em que é necessário citar a professora e historiadora Céli Pinto, cuja trajetória de pesquisa foi e é dedicada especialmente à história dos feminismos (PINTO, 2003), da mulher e da democracia no Brasil.

Cumpra também citar os trabalhos Cecília Sardemberg e Ana Alice Costa (2011) e de Marlise Matos (2010). O primeiro evidencia características dos movimentos de mulheres e dos movimentos feministas contemporâneos no país, os quais foram se modificando desde suas vozes dentro de outros movimentos surgidos em 1964 (pela redemocratização do país), passando pelas organizações articuladas em torno das demandas à Constituição de 1988, os feminismos populares do início dos anos 1990 para suas institucionalizações no final desta década, a crescente conjunção política e partidarizações nos anos 2000, além das conquistas estabelecidas, as vozes evidenciadas e os conflitos surgidos desde então (SARDENBERG; COSTA, 2011). O segundo, de Matos (2010), a partir das três fases/ondas dos feminismos brasileiros sugeridos por Pinto em 2003²⁹ (com uma reconfiguração da segunda fase), propõe pensá-las em conjunção com os feminismos latino-americanos, sua articulação com os estadunidenses e ainda a identificação de uma quarta onda, caracterizada, entre outras coisas,³⁰ por um feminismo:

²⁹ Como brevemente mencionado antes: primeira fase do “feminismo bem-comportado” das sufragistas brasileiras, segunda localizada nas lutas contra a ditadura militar nos anos 1970, e terceira como um “feminismo difuso” caracterizado pela “dissociação” entre pensamento e movimento feminista e pela profissionalização através de ONGs voltadas para demandas e questões da mulher (MATOS, 2010; PINTO, 2003).

³⁰ Além da institucionalização de demandas através de um início de representação das mulheres nos poderes executivo e legislativo, da criação de órgãos de gestão de políticas públicas, consolidação da institucionalização das ONGs e de redes feministas, e “[...] uma nova moldura teórica (frame) para a atuação do feminismo: trans ou pós-nacional, em que são identificadas uma luta por radicalização anticapitalista e uma luta radicalizada pelo encontro de feminismos e outros movimentos sociais no âmbito das articulações globais de países na moldura Sul-Sul.” (MATOS, 2010, p. 80). Esta fase seria localizada temporal a partir dos anos 2000.

transnacional, em conjunção com outros movimentos sociais e articulado com os “desafios contemporâneos do capitalismo” (MATOS, 2010, p. 83).

Já Ilze Zirbel (2007) dedicou sua dissertação em sociologia política à necessária problematização entre estudos de gênero e o que a autora coloca como estudos feministas, diferenciando um do outro. Para a autora, os estudos feministas são os que foram levados pelas feministas à academia, buscando questionar os paradigmas científicos e com compromisso político implícito de transformação social e afirmação da mulher como sujeito do conhecimento; e os estudos de gênero são os advindos dos estudos feministas, atrelados à adoção do conceito de gênero. Embora se reconheça sua importância, esta pesquisa não pretende diferenciar tais estudos, visto que tal demandaria análise de conteúdo de cada pesquisa individualmente (num nível micro de pesquisa bibliométrica, sendo que esta tese pretende uma análise *macro*), e se entende que tais limites não são tão claramente definidos, muito pelo contrário, se borram e se mostram flexíveis na medida em que, por exemplo, pesquisas que adotam o conceito de gênero podem ter (e frequentemente têm) compromissos políticos, por exemplo, em relação à mulher e sua emancipação social.

A presente pesquisa não tem propósitos históricos neste sentido (como os trabalhos citados), nem será de nível micro (a ponto de analisar o referencial teórico e conteúdo de cada trabalho do *corpus*) e por isso delimita como seu ponto inicial o ano de 1967³¹, quando é defendida a tese de Heleieth Saffioti, considerada a primeira publicação de estudos de gênero do país (NARVAZ, 2009; PINTO, 2003; SCHUCK, 2018).³²

A tese de livre docência, defendida em 1967 pela professora Heleieth Saffioti, intitulada “Profissionalização feminina: professoras primárias e operárias” e defendida na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), é indicada por diversas autoras como primeira obra de estudos de gênero no país. Em 1969 a tese é publicada como livro pela editora Livraria Quatro Artes, de São Paulo, sob o título “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”, e em 1976 uma segunda edição é lançada pela editora Vozes (SAFFIOTI, 1976)³³.

³¹ Embora nos dados se traga dois trabalhos anteriores, trabalhos cuja aderência à área de estudos de gênero será debatida na seção de resultados. Menciona-se ainda que a contextualização histórica da área de estudos de gênero no Brasil era anteriormente, no projeto de pesquisa, várias páginas mais extensa. Contudo optou-se por mencionar o que foi estudado e que seja pertinente durante a contextualização dos resultados, já que a tese já está terrivelmente extensa – e por isso peço desculpas à banca! E sugiro para uma possível leitora/leitor pular seções que não sejam de seu interesse.

³² Segundo Céli Pinto, “A produção acadêmica sobre a mulher tem um texto fundador e definitivo: a tese de livre-docência defendida em 1967 por Heleieth Saffioti [...]” (PINTO, 2003, p. 87).

³³ As datas se confundem e algumas referências colocam a defesa da tese como 1969. Mas, segundo a própria autora, em nota da segunda edição, o livro: “[...] foi escrito entre dezembro de 1966 e fevereiro de 1967. [...] O farto material empírico destes últimos oito anos constitui um convite à atualização deste livro. Entretanto, como a interpretação

O trabalho de Saffioti coloca uma questão pertinente à comentada terceira vertente feminista do início do século XX: a posição da mulher na sociedade e suas representações, incluindo a condição da mulher brasileira da época, frente ao nosso contexto. Segundo Heilborn e Sorj (1999), pesquisar a situação das mulheres no país é interesse de pesquisadoras a partir dos primeiros anos da década 1970.

Além de Saffioti, citam as pesquisadoras Carmen Barroso, Neuma Aguiar, Eva Blay, a disciplina lecionada em 1973 por Zahidé Machado Neto sobre família e relações entre os sexos na Universidade Federal da Bahia, a participação em 1974 de acadêmicas brasileiras na Conferência sobre Perspectivas Femininas nas Ciências Sociais Latino-Americana em Buenos Aires e em 1976 da *Welsley Conference on Women and Development* (HEILBORN; SORJ, 1999).

Em 1974, a Fundação Carlos Chagas (FCC), de São Paulo, funda o Coletivo de Pesquisa sobre Mulher, que em 1975 organiza o seminário “A contribuição das ciências humanas para a compreensão do papel das mulheres” na reunião da Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência. O seminário resulta em número especial na revista *Cadernos de Pesquisa* no mesmo ano. 1975 é também denominado como o Ano Internacional da Mulher pela ONU, quando ocorre a I Conferência Mundial da Mulher e ano em que se inicia o Programa de Pesquisas sobre o Trabalho e a Educação da Mulher da FCC (HEILBORN; SORJ, 1999; SOUZA, 2002). Em 1978, ocorre o primeiro Concurso de Dotações da FCC, financiado pelo programa de Direitos Humanos da Fundação Ford, fundação filantrópica de financiamento dos Estados Unidos da América. O financiamento entre 1978 e 1998 da pesquisa na área promovida pela Fundação Ford através da Fundação Carlos Chagas é considerado de suma importância para a promoção e o desenvolvimento das pesquisas sobre mulher e estudos de gênero no Brasil (CORRÊA, 2001; HEILBORN, 1997; MICELI, 1995; PINTO, 2003).

Segundo Miceli (1995), a Fundação Carlos Chagas foi a segunda instituição que mais recebeu recursos da Fundação Ford em dotações orçamentárias para cientistas sociais no Brasil entre os anos de 1962 e 1992. O programa deu maior relevância, neste primeiro momento, à saúde reprodutiva da mulher (SOUZA, 2002). Para Heilborn e Sorj (HEILBORN; SORJ, 1999, p. 5–6), o fomento de pesquisas feministas na América Latina tem, também, a intenção de controle populacional, ou “planejamento familiar”:

[...] a percepção do papel crucial que as mulheres desempenham na modernização das sociedades latino-americanas, especialmente no que

teórica básica que dele consta não perdeu sentido, optou-se por republicá-lo de forma quase inalterada. [...] se optou pelo relançamento [...] com pequenos acréscimos e sem alterações estruturais.” (SAFFIOTI, 1976, doc. não paginado).

diz respeito ao controle populacional, teve grande apelo a partir da década de setenta e passou a orientar as políticas de investimento de muitas agências internacionais, entre elas, a Fundação Ford. O feminismo em geral, e aquele que começava a se manifestar na América Latina, foram percebidos como fortes aliados na construção de um modelo de feminilidade que relativizava a maternidade como ideal exclusivo e encompassador das mulheres.

Cecília Souza (2002) acredita numa “integração entre feministas e acadêmicas”, que teria impactado a produção de novos conhecimentos e influenciado políticas públicas posteriores. A autora, assim como Heilborn e Sorj (1999) e assim como Diniz e Foltran (2004), creem que o financiamento da Ford auxiliou no desenvolvimento das pesquisas no país e na aceitação da área de dentro da academia. Tal teria contribuído também para que as pesquisadoras e os pesquisadores nacionais adotassem uma postura despolitizada e de conformidade com a academia, distante, desta forma, da crítica aos modelos de conhecimento das ciências sociais que se estabeleceram em outros países: “Nos Estados Unidos, a origem dos estudos feministas, juntamente com a dos estudos raciais, encontra-se nos movimentos de protesto ocorridos nas universidades americanas [estadunidenses] ao longo da década de sessenta.” (HEILBORN; SORJ, 1999, p. 3).

Para Maria Gregori (1999), os feminismos no Brasil tiveram um aspecto muito mais moderado se comparado a outros países, e muito mais articulado com os discursos e intervenções de esquerda. Ainda, “À diferença do que ocorreu nos Estados Unidos, as feministas da academia [aqui no Brasil] não desenvolvem estratégias de enfrentamento com as organizações científicas e com os departamentos a que estão vinculadas [...]” (HEILBORN; SORJ, 1999, p. 5). Para Ilze Zirbel (2007), o fato de as pesquisadoras escolherem denominar suas pesquisas inicialmente como *estudos sobre* ou *de mulher(es)* tem um motivo: a simpatia da sociedade em geral com a causa das mulheres, mas uma rejeição ao termo *feminismo*, com conotação mais radical e “malcomportada”. Ou seja, a aceitação em contrapartida à radicalização.

Com o mesmo fim, através de legitimação acadêmica, é que Heilborn e Sorj (1999) afirmam que as pesquisadoras da área também passaram a trocar o genitivo *mulher*, para *gênero*, a partir dos anos 1980. Além do aspecto de aceitação na comunidade científica maior, a troca do termo demonstra rejeição do determinismo biológico e da fixidez do sexo, além então da inclusão de outros sujeitos além da mulher nas pesquisas, assim como de outros marcadores sociais da diferença. Zirbel (2007, p. 151) problematiza da seguinte forma:

Observando história do feminismo brasileiro e o processo de implantação de um campo de pesquisa ligado às questões de gênero no país, três pontos nos chamam a atenção: a legitimidade nos espaços acadêmicos para as pesquisadoras; o anti-feminismo e seus desdobramentos no ambiente acadêmico; o incentivo (ou a pressão) das agências financiadoras. Cada um destes pontos influenciou, em maior ou menor medida, o campo de estudos em formação, levando-o a se identificar como Estudos de Gênero e não como feminista (apesar de, na maioria dos casos, estar ancorado na teoria feminista).

Susana Silva (2000) e Mariza Corrêa³⁴ (2001) acreditam na politização dos estudos de gênero no Brasil. Para Corrêa (2001), a dimensão política é inerente aos estudos de gênero e, segundo Silva (2000), acompanharam os movimentos sociais feministas a partir da década de 1970 (após os “anos de chumbo” da ditadura militar). Seria então em função da sua politização que os estudos de gênero no Brasil teriam se focado primeiramente nas temáticas da mulher e trabalho, que seriam as primeiras demandas sociais em relação às desigualdades. Heilborn e Sorj (1999) e Zirbel (2007) também colocam o trabalho feminino como a primeira pauta das pesquisas sobre estudos sobre mulheres/feministas/de gênero no país, seguido do patriarcado como paradigma para dominação, e de estereótipos sexuais e dominação masculina segundo Zirbel (2007), e estudos sobre violência e estudos sobre sexualidade segundo Heilborn e Sorj (1999). Pinto (2003) e Souza (2002) destacam os estudos sobre violência contra a mulher e sobre saúde (incluindo saúde reprodutiva), respectivamente, que influenciaram políticas públicas.

Diniz e Foltran (2004) afirmam que o financiamento da Ford, principalmente, mas também da Fundação MacArthur, em conjunto com a politização das pesquisas em estudos de gênero, confeririam características e agendas específicas para o campo no país. A escolha do título da primeira revista, por exemplo, como Revista Estudos Feministas (e não de estudos de gênero, embora o termo já fosse utilizado), teria tido a intenção de explicitar o viés de intervenção social das pesquisas e assim angariar financiamento (DINIZ; FOLTRAN, 2004) – em contrapartida à rejeição do termo pela sociedade em geral mencionada por Zirbel (2007).

³⁴ “[...] há uma clara articulação entre o feminismo dos anos setenta e a emergência dos estudos de gênero nos anos noventa [...]” (CORRÊA, 2001, p. 24). Para a autora, não se pode negar a existência de pesquisadoras que não se envolveram na política, mas aponta a impossibilidade de estudos de gênero sem dimensão política, o que concordo – embora a presente pesquisa não analise tão detalhadamente cada artigo do objeto de estudo a ponto de analisar e julgar seus conteúdos neste âmbito. Como análise macro, os objetivos da presente investigação não chegam a este nível de detalhe e por isso pode haver trabalhos que não fiquem aderidos nesta perspectiva. Contudo, nas sugestões de trabalhos futuros, de análise meso ou micro, sugere-se que tal dimensão seja incorporada.

Outra particularidade que distingue os estudos de gênero no Brasil em relação a outros países é a sua institucionalização na atualidade, segundo Seffner³⁵: enquanto em outros locais há linhas específicas e cátedras exclusivamente voltadas para a área, no Brasil os estudos de gênero são transversais, ou seja, geralmente o foco ou assunto principal da pesquisa são outros, mas as questões de gênero atravessam a pesquisa, são demandadas pelo seu objeto, ou a perspectiva das relações de gênero é adotada em relação ao objeto de análise.

A história dos feminismos no Brasil, suas pioneiras, as pautas das mulheres em todas as suas vertentes, as pautas das pesquisas, as pesquisas com objetivo ou resultadas em políticas públicas, a discussão entre ter surgido na academia ou ter surgido fora dela (ou as duas coisas concomitantes), as formas de institucionalização, a promoção através de financiamento, e tantas outras questões históricas e sociais do Brasil caracterizam a área de (ou os) estudos de gênero no país. Feminismos acadêmicos, estudos feministas, estudos sobre a mulher, estudos de mulheres e os estudos de gênero são todas denominações que esse campo particular de pesquisa já recebeu e recebe dentro da ciência brasileira, e que se procurará retratar sob alguns enfoques, a partir de sua literatura e produção científica.

2.4 Estudos bibliométricos com estudos de gênero

Em primeiro lugar, é importante lembrar e ressaltar que esta pesquisa não pretende fazer uma análise do marcador *gênero* para examinar disparidades entre cientistas homens e mulheres através da bibliometria, como fazem, por exemplo, os estudos que analisam as diferenças de acesso, posições de liderança, produtividade e oportunidades de pesquisadoras comparadas a pesquisadores. Há diferenças sim nesse sentido, que dificultam o acesso e a permanência de mulheres nas carreiras científicas – segundo a UNESCO, apesar de o número estar crescendo, as mulheres representam apenas 29% das pessoas pesquisadoras no mundo (UNESCO INSTITUTE FOR STATISTICS, 2018). A mudança deste cenário exige mais políticas públicas e políticas científicas que promovam desde a educação de meninas, até a permanência de pesquisadoras na academia. Isso fica claro em dois estudos muito interessantes nesse sentido, que gostaria de citar apesar de não

35 Informação verbal. Informação proferida pelo professor Fernando Seffner durante a disciplina “Gênero, sexualidade e educação: leituras básicas” do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, do primeiro semestre de 2016.

terem metodologia bibliométrica: os realizados por Corine Moss-Racusin e colaboradoras (2012) e o de Nielsen (2016).

No primeiro, as pesquisadoras enviaram currículos fictícios para concorrer a posições de trabalho em laboratórios de pesquisa em seis universidades estadunidenses. Os e as contratantes, também cientistas, deveriam avaliar os currículos com base na competência e empregabilidade, assim como assinalar a quantidade de salário e o quanto de treinamento/orientação (*mentoring*) dariam para a pessoa que se candidatava. Todos receberam os mesmos currículos, que foram assinalados aleatoriamente com nome de mulher ou de homem. Os currículos eram iguais, a única variável era possuir um nome masculino ou feminino, de um candidato ou de uma candidata à vaga. Mesmo assim, o currículo com nome de homem foi considerado mais competente, empregável e apto a receber melhor salário e a ter mais tempo de mentoria do que o currículo da mulher. Esse viés de gênero ocorreu tanto quando os empregadores eram homens quanto quando eram mulheres (MOSS-RACUSIN *et al.*, 2012).

A segunda pesquisa também focou a seleção de cientistas, mas em universidades dinamarquesas (NIELSEN, 2016). O autor analisa que, apesar de as universidades terem se comprometido formalmente com equidade para promoção da igualdade de gênero, e em promover o acesso de mulheres pesquisadoras nas instituições, na prática os editais de seleção e os procedimentos de avaliação de candidaturas abriam espaços para discriminações diversas ou que colocavam as mulheres em posição de desvantagem. Em ambos os estudos, os resultados evidenciam que os vieses de gênero em detrimento das mulheres estão presentes inconscientemente, mesmo quando há “boas intenções” e comprometimento institucional (e às vezes até pessoal). Ambos também colocam em discussão a *meritocracia* acadêmica, visto que fica demonstrado que ela não se realiza, e a necessidade de políticas científicas afirmativas mais efetivas a fim de se alcançar a igualdade de gêneros no ambiente acadêmico e na ciência (MOSS-RACUSIN *et al.*, 2012; NIELSEN, 2016).

Os dois estudos demonstram como cientistas já formadas têm dificuldade de acessar posições de pesquisa e de receber salários justos (iguais aos de colegas homens na mesma posição) simplesmente por serem mulheres. O mesmo viés está presente para as cientistas acenderem na carreira, o que fica claro quando comparados os números de mulheres e homens cientistas no início de carreira (estudantes de graduação) e no final, no topo da hierarquia acadêmica – em posições como *full professor*, professores titulares, com bolsa de produtividade, ou como líderes de grupos de pesquisa (ELOY *et al.*, 2013; HAYASHI *et*

al., 2007; LEDIN *et al.*, 2007). Há ainda uma dificuldade anterior, que desfavorece a escolha de meninas por carreiras científicas, tanto em função da falta de modelos com as quais possam se espelhar e de representatividade, quanto na falta de incentivo em suas formações por carreiras e matérias de estudo voltadas à pesquisa, em especial nas ciências duras, áreas em que há um estereótipo de que os homens seriam melhores (DES JARDINS, 2010).

Entre os estudos *bibliométricos* com análises de gênero, reflete-se a respeito da “performance” de mulheres que persistem na carreira acadêmica, comparadas a homens pesquisadores. Larivière e colaboradores (2013) realizaram a pesquisa mais abrangente até o momento, levando em conta todas as áreas científicas e sem restrição de localização. A partir de contagem fracionada (cada autoria é repartida entre o número de autores, por exemplo, $\frac{1}{4}$ para cada em documentos com quatro autores ou autoras), verificaram que globalmente as mulheres assinam menos de 30% dos artigos científicos publicados e aparecem menos vezes como primeira autora (uma vez, para cada 1,93 vezes em que o primeiro autor é homem). Entre os países e disciplinas com maior número de autoras, a pesquisa demonstra que os países com menor produtividade em pesquisa (com a ciência menos desenvolvida talvez) são os que tem um número mais parecido entre homens e mulheres assinando artigos (mas a autoria masculina ainda prevalece) e as disciplinas mais relacionadas a “cuidados” possuem mais mulheres, demonstrando que os estereótipos de gênero repercutem na ciência (LARIVIÈRE *et al.*, 2013). As ciências sociais possuem um número maior de pesquisadoras com artigos publicados, mas ainda assim o número de homens é predominante. Os trabalhos assinados por mulheres também possuem menos colaboração internacional e recebem menos citações quando um nome feminino está assinalado como primeiro ou como último autor – posições consideradas de maior destaque na ordem de autoria (LARIVIÈRE; NI; GINGRAS; CRONIN; SUGIMOTO, 2013).

Há algumas limitações no estudo, como o fato de incluir apenas artigos e a fonte de pesquisa (*Web of Science*, WoS), além de que as razões de ordem de autoria, por exemplo, diferem entre áreas – e se possa supor que, devido à misoginia, mulheres possam receber lugar de menor destaque, *apesar* de sua contribuição na pesquisa, que precede as publicações. Contudo os resultados encontrados estão de acordo com pesquisas anteriores com recortes menores, como menor proporção de colaborações internacionais (BARRIOS; VILLARROYA; BORREGO, 2013; MAULEÓN; BORDONS, 2006), preferência por áreas ou temáticas próximas a o que é culturalmente atribuído às mulheres,

com o “componente humano” ou relacionadas ao cuidado (ARRUDA *et al.*, 2009; WEBSTER, 2001), e produtividade ou ciclo produtivo menores ou diferentes em relação aos homens na carreira acadêmica (ELOY *et al.*, 2013; LARIVIÈRE *et al.*, 2011; MOZAFFARIAN; JAMALI, 2008) – embora outros estudos tenham encontrado produtividade (em número de publicações) igual ou equivalente para cientistas de ambos os sexos em anos mais recentes, como por exemplo, para a paleontologia de vertebrados no estudo de Sandra Miguel e colaboradoras (2013) na revista *Ameghiniana*.

Há diversas razões já elencadas para, por exemplo, a menor produtividade das cientistas mulheres ou o menor número de cientistas em carreiras mais “tecnológicas” (não ligadas ao cuidado, menos “humanas”), todas relacionadas a estereótipos de gênero, como: falta de incentivo desde a educação primária para o interesse em disciplinas como matemática e física, maiores responsabilidades (senão responsabilidade exclusiva!) nos cuidados familiares (filhos, idosos, casa), gestação (somado ou não à forma como a paternidade ainda é exercida), maiores responsabilidades educacionais do que os colegas homens (atividades de docência em detrimento da pesquisa), menores possibilidades de mobilidade para estabelecer parcerias internacionais, menores chances de conseguirem financiamento ou recursos para pesquisa, e de conseguir promoções ou acender na carreira, e assim por diante. (EUROPEAN COMMISSION, 2009; GANNON; QUIRK; GUEST, 2001; LARIVIÈRE *et al.*, 2011; LEDIN *et al.*, 2007; LEY; HAMILTON, 2008).

Larivière e colaboradores (2013) refletem a respeito do que consideram um dos principais motivos: a idade, ou tempo na pesquisa. Em função das barreiras para se manter e para progredir na carreira científica (fenômeno conhecido como *academic pipeline*³⁶), há menor proporção de mulheres na posição de pesquisadoras seniores, posição que está diretamente relacionada com as possibilidades de colaboração internacional, maior produtividade, com o impacto da pesquisa (em número de citações) e a posição destacada na autoria (LARIVIÈRE *et al.*, 2013). O “cano gotejante” da academia exclui (ou dificulta/impede) pesquisadoras antes de alcançarem autoridade científica própria do topo da hierarquia acadêmica. E concluem:

Aqueles de tendência misógina podem ler este estudo como confirmando sua visão de que as pesquisas feitas por mulheres são mais fracas do que a dos homens e em menor quantidade. Tal interpretação simplista descarta as vastas implicações incorporadas nesses dados. Nosso estudo dá sólido

³⁶ *Academic pipeline* é uma analogia que se refere a um cano gotejante, em que ocorre um “vazamento” de mulheres cientistas entre o início da carreira (quando há grande número de mulheres, como no início da graduação) e seu topo (quando são poucas). As gotas/cientistas vão vazando/caindo ao longo da carreira e poucas conseguem chegar ao topo devido às diversas dificuldades que enfrentam desde o incentivo para seguirem esse tipo de carreira até os vieses para receberem promoções.

suporte quantitativo ao que é intuitivamente conhecido: barreiras para as mulheres na ciência continuam generalizadas em todo o mundo, apesar de mais de uma década de políticas destinadas a diminuir essa desigualdade. [...] Infelizmente, por trás desse desequilíbrio global há forças regionais e históricas que contribuem sutilmente para as desigualdades sistêmicas que impedem o acesso e o progresso das mulheres na ciência. [...] Cada país deve identificar cuidadosamente os micro-mecanismos que contribuem para reproduzir essa ordem. Nenhum país pode se dar ao luxo de negligenciar as contribuições intelectuais de metade de sua população. (LARIVIÈRE; NI; GINGRAS; CRONIN; SUGIMOTO, 2013, p. 213, tradução nossa).

No Brasil, estudos com recortes menores foram feitos em algumas áreas, a exemplo da ciência da computação (ARRUDA *et al.*, 2009), em que se verificou que entre 2000 e 2006, mulheres representavam apenas 23% dos pesquisadores na área. Os dados foram coletados na plataforma Lattes. Essas pesquisadoras predominam nas temáticas mais “humanas”, como inteligência artificial, computadores na educação, sistemas colaborativos e interfaces humano-computador, enquanto os homens predominam nas temáticas em que, segundo os autores, um “componente tecnológico” é mais saliente – redes e sistemas, *hardware* e arquitetura de computadores. Destaque para a afirmação que abre as conclusões dos autores – “A área de ciências da computação no Brasil parece ter razoável *igualdade* em termos de gênero, dado o *baixo número de mulheres* cientistas da computação.” (ARRUDA; BEZERRA; NERIS; DE TORO; WAINERA, 2009, p. 663, tradução e grifo nossos)³⁷.

Leta e Lewison (2003) analisaram a produção de pesquisadores e pesquisadoras brasileiros das áreas astronomia, oceanografia e imunologia entre 1997 e 2001, a partir do índice *Science Citation Index* da *Web of Science* e de um censo de pesquisadores brasileiros ativos no ano de 2000, que permitiu identificar o sexo e idade de cada pesquisador, além de informações sobre posição como líderes em algum grupo de pesquisa e adição salarial em forma de bolsa (de produtividade ou pesquisa). Os resultados mostraram que há um maior número de cientistas mulheres em imunologia (62%), quase metade em oceanografia (42%) e uma proporção bem menor em astronomia (22%). Nas três áreas, homens e mulheres possuem frequência de publicação (número de artigos), impacto (citações) e colaboração internacional (coautoria com outros países) similares. Todavia, mesmo com produtividade e impacto similares, as mulheres recebem menos bolsas de produtividade: enquanto em média 45% dos homens das três áreas recebem a bolsa, apenas

³⁷ Os autores inocentemente colocaram “igual” e “menor” como equivalentes na mesma equação. No original: “The field of computer science in Brazil seems to be reasonable *egalitarian* regarding gender, given the *low number of female* computer scientists.” (ARRUDA *et al.*, 2009, p. 663).

24% das mulheres recebem na área de oceanografia, 36% em imunologia e 54% em astronomia – esta, a única que mais mulheres do que homens recebem a bolsa, área também com menor proporção de pesquisadoras.

Mendlowicz e colaboradores (2011) investigaram a proporção de autoria de mulheres nos quatro periódicos brasileiros mais importantes na área de psiquiatria entre 2001 e 2008. Verificaram que a proporção de autoria feminina aumentou no período estudado, mas que, contudo, pesquisas em que a última assinatura é feminina têm menos chances de serem publicadas na revista de maior prestígio da área no Brasil – a Revista Brasileira de Psiquiatria. Maria Resende e colaboradores (2012) também encontraram aumento na proporção de autoria feminina em artigos com a temática de finanças publicados nos anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração brasileiro no período de 2000 a 2010, incluindo trabalhos de autoria exclusivamente feminina. Contudo, os pesquisadores da área são ainda majoritariamente homens.

Hildete Melo e Oliveira (2006) analisaram a produção acadêmica brasileira indexada na base de dados *Scientific Electronic Library Online* (Scielo) e publicada entre 1997 e 2005. Verificaram que o número de pesquisadoras aumentou levemente mais que o número de pesquisadores no período: 1,4% e 1,36% respectivamente. Também verificaram que as mulheres correspondiam a 32,28% das autorias identificadas e que houve aumento no número de autoria feminina nas áreas de ciências exatas e da terra e mesmo nas engenharias, entretanto, ainda com estereótipos de gênero evidenciados na proporção de autorias por área do conhecimento, com as mulheres em maior proporção nas áreas ligadas ao cuidado (saúde) e humanidades.

Os estudos supracitados contextualizam brevemente o escopo maior desta pesquisa, entendido como gênero e ciência, e gênero como marcador na atividade científica, a partir da bibliometria. Abordam principalmente desigualdades na academia frente ao gênero dos pesquisadores, o que aparenta ser a temática de pesquisa mais abordada no guarda-chuva de pesquisas em gênero e ciências (BUFREM; NASCIMENTO, 2012; DEHDARIRAD; VILLARROYA; BARRIOS, 2015; MINELLA, 2013). Contudo, os estudos de gênero não se limitam a esse tipo de análise, por exemplo, nem sempre a categoria *mulheres* está presente na pesquisa. Quais são os outros focos? Quais são as áreas de pesquisa? De quais instituições provêm as e os pesquisadores que realizam esse tipo de estudo?

São essas algumas das perguntas que se buscará responder através de um estudo da pesquisa brasileira que se foca no que pode ser considerado como *estudos de gênero*. Por esse

motivo, na área de estudos de gênero poderia ser considerado uma meta pesquisa. Já na área de comunicação científica ou cientometria, é uma pesquisa de uma área interdisciplinar, com o intuito de retratá-las em diferentes facetas, através de técnicas bibliométricas (e no contexto brasileiro).

O único estudo recuperado com foco similar, de análise bibliométrica da pesquisa em estudos de gênero de um país, foi o realizado por Söderlund e Madison (2015). Embora num primeiro olhar assemelhe-se no objetivo geral, a metodologia, os objetivos específicos e a abordagem do presente estudo e do feito pelos pesquisadores suecos diverge bastante. Para começar, a presente pesquisa buscará desenvolver retratos da pesquisa em gênero desenvolvida no Brasil através de seus *outputs*, revelando, por exemplo, temáticas, áreas e instituições. Já Söderlund e Madison buscaram caracterizar a área a fim de avaliar sua performance, porque, segundo a autora e o autor, os países escandinavos e em especial a Suécia, possuem características particulares que favorecem esses tipos de estudos: “A conscientização pública sobre a igualdade e questões de gênero em geral são muito altas na Suécia, como refletido pelas reformas governamentais, legislações específicas, iniciativas governamentais e um debate público ativo.” (SÖDERLUND; MADISON, 2015, p. 1348, tradução nossa). Então,

[...] o entusiasmo e o apoio que tem sido concedido aos estudos de gênero na Suécia sugerem que esse campo poderia ter avançado mais em seu desenvolvimento teórico e metodológico do que em outros lugares. Em conjunto, argumentamos, portanto, que as publicações de estudos de gênero concebidas e escritas por estudiosos da Suécia podem significar a direção futura mesmo para outros países que, até agora, são menos favoráveis ao campo dos estudos de gênero. (p. 1351).

Algumas limitações podem ser apontadas, em primeiro lugar, a avaliação de uma área depende de profundo conhecimento da história e do status atual da pesquisa, o que geralmente pode ser conferido por pessoas seniores na área. Tal consideração também foi feita por Lundgren, Shildrick e Lawrence (2015) que publicaram comentários com essa crítica sobre a pesquisa de Söderlund e Madison. A estratégia de busca, distinta para cada fonte de pesquisa e sem fundamentação, é uma segunda limitação (a ser comentada no tópico 3.2 Estratégia de busca). Söderlund e Madison (2015, p. 1354) também dividem a amostra analisada em três diferentes tipos, segundo o “nível de interesse em estudos de gênero, dentro dos interesses de pesquisa das autoras dos trabalhos”: Auto identificada, Inferida e Neutra. Essas categorizações foram feitas não a partir do conteúdo das pesquisas, mas sim das informações sobre as pessoas autoras, em suas páginas

institucionais, pessoais ou nas informações de alguma publicação. As que eles não encontraram informações foram categorizadas como “Não identificadas” e excluídas da análise. As divisões foram baseadas em Ganetz³⁸ (2005 *apud* SÖDERLUND; MADISON, 2015, p. 1354, tradução nossa):

(1) Aspectos de gênero [categorizada como Neutra] – uma dimensão de gênero é incluída na pesquisa, mas apenas como uma questão menor, (2) Perspectiva de gênero [Inferida] – a dimensão de gênero é tão importante quanto outras dimensões analisadas e (3) Pesquisa focada em gênero [Auto identificada] – a dimensão de gênero é o foco da pesquisa e está incluída em todos os processos da pesquisa.

É compreensível a intenção dos autores, visto que pode haver diferenças nas características de produção científica de pessoas que trabalham exclusivamente com os temas relacionados aos estudos de gênero (ainda mais em um país em que é considerada uma área à parte das demais) e das que trabalham esporadicamente, sem “compromisso” com a área. Neste sentido, é um procedimento interessante, porém, em primeiro lugar, o procedimento é feito não em relação ao conteúdo dos trabalhos, mas sim às suas autorias (embora mencionem que posteriormente analisaram o conteúdo de *algumas* das publicações na categoria Neutra e as realocaram para a categoria Inferida). Os interesses de pesquisa das e dos autores coincidem em todas as suas pesquisas? Pesquisas em colaboração e as feitas a partir de orientação frequentemente não se limitam aos interesses de pesquisa declarados dos seus autores. A troca de categoria de alguns trabalhos que estavam como “Neutra” para “Inferida” por causa do seu conteúdo já demonstra a limitação dessa escolha.

Também não é informado o que é feito para uma publicação cujos autores e autoras sejam de categorias distintas. Terceiro, em análise da categoria “Neutra”, Söderlund e Madison mencionam que há trabalhos que consideram gênero como sexo biológico, o que vai de encontro à definição que os próprios deram para os estudos de gênero suecos, ou seja, ao objeto que pretendiam analisar.

Adicionalmente, as pesquisas bibliométricas costumam utilizar populações de dados e mensuram os resultados exatamente para o objeto de pesquisa analisado: aquela população, não a anterior ou posterior, nem a de outras fontes, mas unicamente aquela, a fim de que seja uma peça para se pensar o cenário “completo”. Já Söderlund e Madison

³⁸ GANETZ, H. Uppföljning av Vetenskapsrådets beredning och utfall av genusvetenskapliga projektansökningar inom humaniora-samhällsvetenskap år 2004. [Follow up of the Swedish Research Council's preparation and outcome of gender studies project applications within the humanities and social sciences year 2004]. Swedish Research Council's Committee for Gender Research. Stockholm: Swedish Research Council, 2005.

fazem o contrário: utilizam amostras aleatórias (sem mencionar a técnica adotada para isso) e em seus resultados buscam inferir a respeito de toda a área de estudos de gênero sueca, com algumas análises entre subamostras. Além disso não mencionam o porquê do período adotado e não relativizam os dados colhidos dos últimos anos da base (os registros de determinado ano chegam a levar até dois anos posteriores para estarem na *Web of Science*, por exemplo, que foi utilizada no estudo).

Tendo essas limitações em vista, é possível mencionar alguns dos resultados obtidos na análise como o crescimento exponencial da pesquisa em estudos de gênero na Suécia para o período e com a amostra analisados, inclusive mais do que as publicações da área em outros países. Analisadas somente as primeiras autorias, 87% dos trabalhos da categoria Auto identificada e 61% da Inferida são de pesquisadoras mulheres. Também fica confirmada a interdisciplinaridade da área, visto que várias disciplinas contribuem nessas duas categorias de análise, com pesquisadoras e pesquisadores de departamentos próprios dos estudos de gênero e também de outras disciplinas – sociologia, história e literatura e linguística. Entre os tipos de documentos, a categoria Auto identificada possui a maior parte de publicações como capítulos de livro, seguida de trabalhos de evento e artigos de periódico; e entre a categoria Inferida são os artigos de periódicos, depois trabalhos de evento. Os resultados obtidos nas análises da categoria Neutra são sempre mais distintos em relação às outras categorias, por exemplo a medicina como principal área de pesquisa e número igual de primeiros autores homens e mulheres – 50% cada (SÖDERLUND; MADISON, 2015).

Há ainda outros estudos que analisam a produção acadêmica em estudos de gênero. Focando a pesquisa “global”, mas em apenas um enfoque, há o estudo de Dehdarirad, Villarroya e Barrios (2015) sobre a participação das mulheres na ciência e no ensino superior. As autoras utilizaram como fonte a *Web of Science*, e o período de 1991 a 2012 como recorte da pesquisa. Constataram aumento no número de pesquisas sobre a temática e aumento no número de autorias por trabalho, o que, contudo, não é acompanhado por aumento no número de colaborações internacionais. Através da análise puderam caracterizar a temática como interdisciplinar, visto a quantidade de áreas que publicaram sobre o tema, e grande dispersão no número de autores e países – 86 áreas, 3.064 autores diferentes e 67 países para os 1.415 trabalhos analisados. As áreas com maior número de trabalhos são educação e pesquisa educacional, psicologia, e ciência da informação e biblioteconomia (DEHDARIRAD; VILLARROYA; BARRIOS, 2015).

Aline Brilhante e colaboradoras (2016) também estudaram a pesquisa no mundo todo, dentre a indexada pela base de dados *Web of Science* e na intersecção entre os temas gênero e violência, ou “violência de gênero”. Recuperaram 450 artigos de 1982 a 2012, com baixa incidência de trabalhos na década de 1980 e aumento nos anos recentes, com destaque para o período entre 2005 e 2009. As autoras observaram que apenas 26 países assinaram trabalhos sobre a temática e que a maior parte não aborda as consequências da violência de gênero, o que levanta questões a respeito da importância que tem se dado à temática, visto que, segundo as autoras, desde 1994 a Organização Mundial da Saúde (OMS) desenvolve e estimula pesquisas internacionais sobre violência, incluindo violência de gênero. Os países com maior número de trabalhos foram EUA, África do Sul e Reino Unido, todos países de língua inglesa, o que traz o questionamento sobre limitações da base de dados quanto a artigos em outros idiomas. Por fim mencionam que as disciplinas mais produtivas na temática (segundo classificação da base) são psicologia, estudos da mulher, criminologia e estudos da família.

Há também o estudo bibliométrico de Ana Vieira e colaboradoras (2016), que não se limitou a uma temática da área, mas a um veículo de publicação: o periódico português *Face de Eva*, com suas publicações de 1999 a 2015. Constataram variedade de temas, com destaque para literatura e história das mulheres, e baixa colaboração internacional e interinstitucional, apesar de as autorias terem origem de todas as regiões de Portugal. Além disso, foi constatada a constante preconizada por Lotka (concentração de produtividade em poucas pessoas autoras, e muitas autorias com pouca publicação) – uma autora publicou 29 dos 427 trabalhos veiculados na revista, enquanto 52 autores e autoras publicaram apenas um. 84,8% das autorias são de mulheres, o que levanta o questionamento para a presente pesquisa.

Com respeito ao Brasil, alguns trabalhos bibliométricos e outros de abordagem exclusivamente qualitativa foram feitos. Por tratarem da área no Brasil, mesmo que em temáticas específicas, cabe mencioná-los: também sobre a temática de gênero e ciências, o estudo já mencionado de Luzinete Minella (2013), sobre de ciência da informação (BUFREM; NASCIMENTO, 2012) e de educação física (DEVIDE *et al.*, 2011). Também Sandra Andrade, Dagmar Meyer e Carlos Barzotto (2019) analisam a “transversalidade” ou “transversalização de gênero” em textos acadêmicos não só brasileiros, mas diferenciam estes dos demais e os contextualizam a partir de políticas públicas brasileiras. Renata Tomaz (2015) também analisa um assunto mais específico: maternidade e mídia. Ademais, as pesquisas que tiveram aporte não de retratar a produção científica da área,

mas histórico (CORRÊA, 2001; COSTA, 2008; GREGORI, 1999; HEILBORN; SORJ, 1999; RAGO, 1998; ZIRBEL, 2007) foram tratadas no capítulo anterior (2.2 Estudos de gênero no Brasil: breve contextualização).

Andrade, Meyer e Barzotto (2019) investigaram o conceito de “transversalidade/transversalização de gênero em políticas públicas” através de publicações acadêmicas de 2004 a 2016 presentes na Scielo, Portal de Teses e Dissertações da CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, e outros. Segundo as autoras, a “[...] transversalização de gênero tem grande potencial para contribuir para a formulação de políticas públicas focadas na diminuição de desigualdades de gênero em todos os níveis e contextos [...]” (ANDRADE; MEYER; BARZOTTO, 2019, p. 101). Após identificarem alguns trabalhos (artigos, dissertações), selecionam também algumas referências bibliográficas citadas nos primeiros, resultando em 22 publicações, das quais 14 são brasileiras, localizadas em poucas instituições nacionais.

A partir da retomada de “transversalidade de gênero” como um dos princípios norteadores nas políticas públicas governamentais brasileiras (de 2003/2004 até 2016), a pesquisa faz uma revisão de literatura do seu uso nas publicações, identificado: a problematização entre *transversalidade* e *transversalização*; que é um tema emergente tanto no cenário político quanto acadêmico; e que há diferentes perspectivas teóricas e discursivas no seu uso resultando em usos polissêmicos. Dentre outras questões, a falta de consenso na própria literatura contribuiu na dificuldade que a transversalização de gênero tem em se institucionalizar e em se efetivar como política pública. No contexto brasileiro (e também mundial), as autoras e o autor também refletem que o avanço na agenda neoliberal, a partir da diminuição do Estado, ameaça a proposição de políticas públicas que promovam a diminuição das iniquidades sociais como as de gênero, sexualidade, raça/etnia e outras – como as de transversalização de gênero (ANDRADE; MEYER; BARZOTTO, 2019).

Renata Tomaz (2015) utiliza abordagem similar: analisa a produção científica de uma temática bem específica, num determinado período, o que possibilita a análise aprofundada do conteúdo dos trabalhos. A autora investiga as pesquisas que tratam de “mídia e maternidade” em trabalhos brasileiros publicados entre 2003 e 2013 e disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES, Google Acadêmico e uma base de acesso aberto portuguesa. A investigação sinaliza como mesmo em um assunto tão particular, na intersecção entre dois temas, a pesquisa que é pertinente aos estudos de gênero acaba sendo abordada por pessoas de diferentes áreas: são mais de 80 trabalhos, provenientes de oito

diferentes áreas do conhecimento (especialmente educação) e de estados de todo o país, mas principalmente do sudeste e sul.

Faltam dados sobre a metodologia adotada por Tomaz (por exemplo, a autora não especifica em qual parte do Portal de Periódicos da CAPES realiza a busca), mas a autora consegue levantar dados interessantes a respeito da pesquisa brasileira sobre mídia e maternidade. Tomaz (2015) identifica três eixos temáticos e teóricos principais: análise das representações do feminino na mídia brasileira, em que a de ser mãe se destaca; problematização dos investimentos no corpo da mulher desde sua capacidade para gestação; e compreensão da mídia como espaço a partir do qual especialistas ensinam às mulheres a tarefa de ser mãe, numa “pedagogia da maternidade”. Segundo a autora, os trabalhos analisados “[...] dialogam com a estreita relação histórica entre mídia e maternidade [...]” (TOMAZ, 2015, p. 162).

O artigo de Minella (2013) aponta para a lacuna de trabalhos que incluam ou tenham como temática o marcador de raça e etnia na área de convergência entre ciência e gênero. A autora ressalta que a maior parte dos trabalhos foca, como já citado, nas assimetrias entre homens e mulheres, mas também há trabalhos que incluem os marcadores geração (análises com faixa etária) e classe (perfil socioeconômico), ficando questões raciais e étnicas³⁹ como desafio “teórico, metodológico e político” a ser alcançado (MINELLA, 2013, p. 129).

Patrícia Espírito Santo analisou artigos de ciência da informação com estudos de gênero nacionais e estrangeiros publicados entre 2000 e 2007, “indexados no portal da CAPES [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior]” e apresentados nos anais dos ENANCIBs, Encontro Nacional de Ciência da Informação e Biblioteconomia (ESPÍRITO SANTO, 2008, p. 321). Posteriormente ela menciona que foram encontrados através do ISI *Web Knowledge* (*Institute of Scientific Information Web of Knowledge*, atual *Web of Science*) 18 artigos de revistas estrangeiras de CI e biblioteconomia que tratavam de estudos de gênero, contudo menciona entre eles artigos publicados na *Revista de Neurologia* e na revista *Archives of Sexual Behavior* (ESPÍRITO SANTO, 2008, p. 321 e 324). Questiona-se se essas revistas também estavam classificadas como ciência da informação na base que serviu como fonte. A autora recuperou apenas 28 artigos de gênero e ciência da informação, dentre 18 publicados em veículos internacionais, seis de revistas

³⁹Estes marcadores fazem parte do que se denomina como “interseccionalidade”, intersecção entre gênero e outros “atributos” dos indivíduos, conforme explanado no subtópico 1.2, de definições semânticas prévias. Posteriormente se verá que interseccionalidade é um tema ou perspectiva que aumenta em frequência a partir dos anos 2000, contudo faz-se necessário ressaltar que aqui a análise da autora se refere a esta perspectiva (ou como temática) na *conjunção* das pesquisas de *gênero e ciência/ciência e gênero*.

nacionais e quatro de ENANCIBs. De qualquer forma, o resultado elencado pela autora está de acordo com a literatura já citada: a temática mais abordada, tanto nos artigos nacionais quanto internacionais de CI, é justamente a respeito da mulher na ciência e tecnologia.

Devide e colegas (2011) buscaram caracterizar os estudos de gênero concebidos na área de educação física no Brasil. Para isso fizeram levantamento de grupos de pesquisa, pesquisadores cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e livros sobre o tema. Verificaram que os estudos iniciaram na década de 1980, se consolidando nos anos 1990, e estão concentrados em três abordagens teóricas – marxista, culturalista e pós-estruturalista, com Joan Scott, Judith Butler e Guacira Lopes Louro como as teóricas de maior expressão (segundo a pesquisa de Devide *et al.*, de 2011). Quanto às temáticas, verificaram que os estudos ainda se focam bastante em mulheres e os seguintes temas são mais frequentes: gênero e metodologias de ensino no ensino fundamental (EF) escolar, mecanismos de inclusão, exclusão e auto exclusão no EF escolar, história das mulheres no desporto, representações sociais de gênero na mídia esportiva, mulheres em posições de comando no desporto, desporto e as identidades de gênero, e estereótipos relacionados às práticas corporais no ensino fundamental e no esporte.

Por fim, as pesquisas com abordagem bibliométrica sobre estudo de gênero no Brasil focaram novamente a área de ciência da informação (BUFREM; NASCIMENTO, 2012), o repositório digital da UFRGS (MEDEIROS, 2018)⁴⁰ e a Revista Estudos Feministas (DINIZ; FOLTRAN, 2004; MATOS, 2018). A pesquisa de Diniz e Foltran não menciona ser bibliométrica, mas faz análises quanti e qualitativas que podem ser consideradas da área, como frequência de publicações por autoras e indicador de colaboração (coautoria).

O estudo de Leilah Bufrem e Bruna Nascimento (2012) utilizou a Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) para recuperar artigos de ciência da informação com estudos de gênero de 1972 a 2011. Recuperaram 72 artigos publicados por 102 pessoas, das quais apenas 16,22% publicaram mais de um trabalho sobre a temática (18 pessoas) e 79,28% são mulheres – uma constante em vários estudos sobre a pesquisa em estudos de gênero, o que no caso da CI as autoras também colocam em conta:

⁴⁰ Atualmente a mesma autora, Thaís Medeiros, realiza pesquisa bibliométrica para sua dissertação de mestrado analisando a revista *Cadernos Pagu*.

[...] não só devido à prioridade de origem das discussões sobre gênero, relacionada ao movimento feminista, mas também pelo fato de que a CI é historicamente uma área feminina, talvez pela sua forte ligação com a Biblioteconomia, pois muitos dos autores analisados são graduados nessa área e pós-graduados em CI. [...] a escolha por determinada carreira, por afinidade ou por contingência, ainda reflete as práticas institucionalizadas e sacralizadas do que seria de ordem feminina e masculina. [...] Essa conduta segregatória pauperiza as importantes contribuições viabilizadas pela diversidade nos mais diferentes ramos profissionais. (BUFREM; NASCIMENTO, 2012, p. 211).

A colaboração mostrou-se baixa, tendo 63,41% dos trabalhos escritos por autoria individual. As autoras também ressaltam que há aumento de interesse na temática dentro da área de CI, visto que a frequência de trabalhos publicados sobe nos últimos cinco anos da pesquisa (2007 a 2011) assim como número de grupos de estudos – oito criados nos últimos 15 anos, sendo três nos dois anos finais da pesquisa. Por fim, refletem que é necessário conhecer as discussões no campo e ampliá-las, em consonância com políticas afirmativas de estímulo às mulheres na ciência e de estudos da área.

Thaís Medeiros realizou análise bibliométrica sobre estudos de gênero presentes no repositório digital da UFRGS, o Lume. Medeiros (2018) encontrou seis grupos de pesquisa, 24 linhas de pesquisa, 25 atividades de extensão, além de outros “núcleos” não formalizados (como linhas ou grupos cadastrados institucionalmente) que contextualizam a pesquisa em estudos de gênero na Universidade. O corpus de pesquisa se constituiu de 732 trabalhos, com o primeiro tendo sido publicado em 1987, seguidos de poucos e dispersos trabalhos até 1998, e a consolidação de produções na área com constante crescimento das publicações de 1999 a 2017 – o que pode ser tanto devido ao histórico da área, quanto ao início do repositório da universidade, em 2008.

A maior parte dos trabalhos são trabalhos de conclusão de curso (TCCs), seguidos de dissertações e então artigos. As disciplinas (macro descritores no repositório) com maior número de publicações são educação (32% dos trabalhos), seguida de história (7,5%) e então comunicação (5,3% dos trabalhos). Entre os assuntos mais frequentes (descritores atribuídos na indexação dos trabalhos) estão gênero (presente em quase metade dos trabalhos, 48,5%), sexualidade (19,1%), feminismo (11,7%), mulher e mulheres (9,3 e 9%), estudos de gênero (7,8%), estudos culturais (7,1%) e corpo (em 6,3% dos trabalhos). A unidade e o programa de pós-graduação (PPG) mais produtivos são a Faculdade de Educação e o seu PPG em Educação (PPGEDU), o que Thaís relaciona com o Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE), criado em 1990 pela então docente do PPGEDU, professora Guacira Lopes Louro. Ao final, Medeiros (2018)

relaciona seus achados com o levantado por Martha Narvaz (2009) oito anos antes, o que ainda se mantém: “Apesar de a UFRGS realizar pesquisa sobre estudos de gênero, estes estudos estão concentrados em poucas áreas do conhecimento, grupos e linhas de pesquisa, cursos, unidades acadêmicas e pesquisadores da Universidade.” (MEDEIROS, 2018, p. 80).

Débora Diniz e Paula Foltran (2004), assim como Gislaíne Matos (2018), analisaram a revista pioneira em estudos de gênero no país, a Revista de Estudos Feministas, criada em 1992. As primeiras analisaram todos os artigos e dossiês publicados entre 1992 e 2002, incluindo 20 editoriais, 105 artigos avulsos (área considerada mais concorrida e mais importante da revista) e 20 dossiês (que tiveram apenas seus temas incluídos na pesquisa, sendo que os trabalhos publicados nos dossiês não foram analisados). Já na dissertação de Matos a revista foi analisada a partir da base de dados Scielo, onde se encontram artigos a partir do ano de 2001, até o ano de 2016, sendo excluídos da análise os trabalhos publicados no número especial da revista de 2004 (número em que se publicou a pesquisa de Diniz e Foltran), os editoriais, dossiês, seções temáticas, erratas, homenagens, resenhas, ensaios, entrevistas e outros, ficando um corpus de 298 artigos.

Diniz e Foltran (2004) verificaram que de 1992 a 2002, 95% das autorias eram de mulheres, 88% foram assinados por uma única autora e apenas 6% publicaram mais de uma vez na revista, dados similares aos encontrados na revista portuguesa *Faces de Eva* (VIEIRA *et al.*, 2016). A maior parte dos artigos com colaboração foram assinados por autoras estrangeiras (mas não se indica quanto). No que as autoras chamam de “artigos avulsos”, 19% das autorias foram de autoras ligadas a instituições estadunidenses e 8% francesas, “[...] um indicativo do diálogo teórico internacional considerado prioritário para o ensino e a pesquisa em gênero e feminismo no país.” (DINIZ; FOLTRAN, 2004, p. 249) – o que está de acordo com o preconizado por Heilborn e Sorj, sobre a influência das teorias advindas desses países.

Quanto à instituição das autoras brasileiras, no que concerne às regiões do país: 44% são filiadas a instituições do sudeste brasileiro, 9% do sul, 2% do nordeste (exclusivamente do estado da Bahia) e 2% do centro-oeste (do Distrito Federal). Nenhuma autora do norte do país publicou na revista, o que para as autoras demonstra a necessidade de incentivo de pesquisas na área nesta região. Dentre a tipologia das instituições das autoras, 46% estavam filiadas a universidades públicas, estaduais ou federais, 36% a

universidades estrangeiras, 7% de universidades privadas e 3% de organizações não governamentais.

Além disso, metodologia e conteúdo das publicações foram analisadas, revelando maioria absoluta, 92% dos artigos do período, com abordagem qualitativa, com etnografias ou entrevistas, ou então discussão teórica (sem referências a dados empíricos). A revista publicou grande diversidade de assunto, com 64% abordados uma única vez, conteúdo com algum destaque para divisão sexual do trabalho, análise literária, reprodução e teoria feminista (DINIZ; FOLTRAN, 2004).

Matos (2018) analisou o período quase subsequente do analisado por Diniz e Foltran, de 2001 a 2016. Neste período, o número de trabalhos de autoria individual diminuiu em relação ao trabalho do período anterior, perfazendo 67,85% (frente aos 88% de 1992 a 2002). Os 298 artigos da pesquisa de Matos foram assinados por 421 pessoas diferentes, e que menos de 7% delas publicou mais de uma vez na revista, demonstrando que a dispersão de autoria persiste. 66,1% das autoras são vinculadas a instituições brasileiras e houve uma maior distribuição quanto as regiões do país, embora ainda desigual: 43,53% do sudeste, 33,62% do sul do país, 10,77% do centro-oeste, 9,91% do nordeste e 2,15% da região norte (que no estudo anterior não possuía qualquer representação no periódico). O estado brasileiro com mais autoras vinculadas aos trabalhos publicados, apesar de estar na segunda região mais produtiva, foi o Rio Grande do Sul, com 18,53%.

Um dado similar, já apontado por Diniz e Foltran (2004) e que permanece no período analisado por Matos é a baixa incidência de artigos sobre educação e sobre ciência e tecnologia, o que é bastante interessante visto que os estudos que analisam a área a partir de outros recortes colocam essas disciplinas como as áreas ou temáticas mais frequentes, como na análise de estudos de gênero em ciência da informação (BUFREM; NASCIMENTO, 2012; ESPÍRITO SANTO, 2008) e no repositório digital da UFRGS (MEDEIROS, 2018; NARVAZ, 2009). Será que estas temáticas/áreas (visto que educação e ciência e tecnologia são tanto áreas como podem ser temas) se voltam a veículos de publicação outros? Ou seria apenas uma característica específica da linha editorial da Revista Estudos Feministas?

Outro dado interessante levantado por Matos (2018), que não foi objeto de análise no trabalho anterior sobre a revista, foi em relação às referências citadas, que demonstram vinculações teóricas das pesquisas. Foram citados 6.419 autores e autoras distintos, sendo que 76,23% foram citados uma única vez. Os mais citados, em ordem, foram: Michel

Foucault (168 citações), Judith Butler (124), Pierre Bourdieu (91), Joan Scott (73) e Guacira Lopes Louro (54 citações). Tais referências confirmam a importância das escolas francesas (Foucault e Bourdieu) e estadunidenses (Butler e Scott) nos estudos de gênero publicados pela Revista Estudos Feministas. Louro é a única autora brasileira entre as mais citadas, sendo a precursora de um grupo de pesquisa no país, o já mencionado GEERGE. Ademais, também demonstra uma vinculação pós-estruturalista, visto que Foucault, Butler, Louro, e em menor grau, Scott, podem ser considerados pesquisadoras e teóricas com esse tipo de “visão”. Bourdieu, apesar de ser considerado estruturalista, é utilizado também em muitas pesquisas “pós” – a própria Guacira Lopes Louro afirma⁴¹ que o pós-estruturalismo não é uma negação do estruturalismo, mas sim algo que vai além e o preconiza.

Por fim, foi realizada pela autora deste trabalho uma investigação a respeito da produção científica indexada como *gender studies* em uma base de dados internacional (que tem a intenção de ser internacional, embora saibamos que sua abrangência privilegia a ciência hegemônica), a *Web of Science*. A coleta de dados foi realizada em fevereiro de 2018, considerando registros da *Core Collection* da WoS com os termos com *gender studies* no singular e plural (além de excluir registros com a expressão “gender students”, que revocava registros não pertinentes), publicados até 2017, sem restrição do tempo de início das publicações. O uso de expressão de busca apenas em inglês foi feita a partir de questionamentos feitos diretamente à base, que afirma não recuperar registros com outros termos, mesmo que o idioma de publicação seja distinto (visto que possuir versão das palavras-chave e resumo em inglês é um dos critérios para indexação na base). A pesquisa resultou no artigo “O que são estudos de gênero: caracterização da produção científica autodenominada estudos de gênero em uma base de dados multidisciplinar e internacional” (HOPPEN; VANZ, 2020).

Entre os resultados mais relevantes estão a confirmação da restrita abrangência da base de dados no que concerne produção científica das ciências sociais e de ciências humanas, principalmente da produzida nos países considerados periféricos e a inconsistência dos registros indexados, visto que muitos não possuíam informações em alguns campos de dados, como por exemplo, informações de cidade de publicação (dificuldade não encontrada em estudos anteriores com a mesma base, abrangendo disciplinas das ciências da saúde). Além disso, confirma-se o uso da expressão *gender studies*

⁴¹ Guacira Lopes Louro, informação verbal, fornecida em palestra na aula de Gênero e Sexualidade: leituras básicas e disputas contemporâneas do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, em conjunto com o Programa de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), no primeiro semestre de 2018.

em publicações a partir dos anos 1980, com a primeira datada de 1981, e a consolidação do termo a partir dos anos 1990, quando se passa a registrar aumento no número de publicações a cada ano.

A diversidade e a pluralidade são características dos *gender studies* indexados na WoS, visto que foram publicados em 23 idiomas distintos (74,66% em inglês, uma fatia menor se comparada a outras áreas do conhecimento), 42 tipos de documentos (incluindo poesia, e 75,4% são artigos científicos originais), 1.031 veículos de publicação distintos (o veículo com maior número de publicações foi um periódico responsável por apenas 3,36% delas, e dentro os 20 periódicos que mais publicaram há de todos os quartis do fator de impacto). A autoria única está presente em 57,44% das publicações, com média de 2,26 autores por artigo, associados a 967 instituições diferentes, de 82 países ou regiões do mundo. Apesar da diversidade, as publicações ainda possuem características presentes em outras áreas do conhecimento, como a prevalência de autorias de instituições e publicações dos EUA e Europa (HOPPEN; VANZ, 2020).

As pesquisas bibliométricas envolvendo a produção científica em estudos de gênero demonstraram diversos aspectos desse tipo de pesquisa, algumas encontradas em diferentes cenários, como a predominância de autoria única – vislumbrada para a produção sueca, para a produção brasileira em áreas como ciência da informação e para pesquisas autodenominadas *gender studies* na WoS. No quadro a seguir se elenca o cenário resumo dos estudos levantados até o momento que analisaram a produção científica em estudos de gênero com abordagem bibliométrica e os sem uso de bibliometria, mas que analisaram a produção brasileira.

Quadro 2 - Resultados mais relevantes de pesquisas anteriores sobre produção científica em estudos de gênero

Aproximação com a tese	Autoria	Objeto	Região	Período e fonte	Metodologia	Resultados mais relevantes
Análise bibliométrica da produção da área em um país	Söderlund e Madison (2015)	Produção científica em estudos de gênero na Suécia	Suécia	2000 a 2010 e 2000 a 2011, várias fontes	Bibliométrica	Crescimento exponencial, maior para a produção na área na Suécia do que em outros países, maioria pesquisadoras mulheres, áreas estudos de gênero, sociologia, história e literatura e linguística.
Análise bibliométrica de um tema da área, no mundo	Dehdarirad, Villarroya e Barrios (2015)	Produção científica sobre participação das mulheres na ciência e no ensino superior	Mundo	1991 a 2012, WoS	Bibliométrica	Temática interdisciplinar, dispersão no número de autores e países, áreas principalmente educação e pesquisa educacional, psicologia, e ciência da informação e biblioteconomia.
Análise bibliométrica de um tema da área, no mundo	Brilhante e outras (2016)	Produção científica sobre violência e estudos de gênero	Mundo	1982 a 2012, WoS	Bibliométrica	Apenas 26 países publicaram sobre o tema na base. Aumento nos anos 2005 a 2009. Áreas principais: psicologia, estudos da mulher, criminologia e estudos da família. Não abordam as consequências da violência de gênero?
Análise bibliométrica de um periódico estrangeiro da área	Vieira e colaboradoras (2016)	Produção científica publicada no periódico Faces de Eva	Principalmente Portugal	1999 a 2015	Bibliométrica	Variedade de temas, com destaque para literatura e história das mulheres, e baixa colaboração internacional e interinstitucional, constante de Lotka na produtividade de autores, 84,8% das autorias são de mulheres.
Análise bibliométrica da área (autointitulada) no mundo, indexada em base hegemônica	Hoppen e Vanz (2020)	Produção científica autointitulada da <i>gender studies</i> indexada na coleção principal WoS	Mundo	Até 2017, WoS	Bibliométrica	Início nos anos 1980, consolidação nos 1990, predominância de autoria individual, diversidade e pluralidade como características principais, evidenciadas na quantidade de idiomas, veículos e tipos de publicação, e na dispersão de países das instituições dos autores.
Análise bibliométrica da área em repositório de universidade nacional	Medeiros (2018)	Produção científica de estudos de gênero no repositório digital Lume	Brasil	Até 2017, Lume UFRGS	Bibliométrica	Poucos e dispersos trabalhos publicados entre 1987 e 1998, e a partir de então se consolidam. Principalmente TCCs, dissertações e artigos. Áreas principais educação, história e comunicação.

Análise bibliométrica da área em intersecção com outra área, no Brasil	Bufrem e Nascimento (2012)	Produção científica em gênero nas ciências da informação	Brasil	1972 a 2011, BRAPCI	Bibliométrica	Baixa produção, autoria predominantemente individual, aumento do interesse na temática nos últimos anos da pesquisa (maior frequência de trabalhos).
Análise bibliométrica de um periódico nacional da área	Matos (2018)	Produção científica veiculada no periódico de estudos de gênero Revista Estudos Feministas	Principalmente Brasil	2001 a 2016, Scielo	Bibliométrica	Menor número de autorias individuais (se comparada ao trabalho de período anterior, de Diniz e Foltran, a seguir), persistência na dispersão de autorias (publicam apenas uma única vez, igual constatado no período anterior) e disparidade quanto à região de origem das autoras, embora em menor grau em relação a 1992 a 2002. RS como estado mais produtivo do país.
Análise bibliométrica de um periódico nacional da área	Diniz e Foltran (2004)	Produção científica veiculada no periódico de estudos de gênero Revista Estudos Feministas	Principalmente Brasil	1992 a 2002, a revista	Quanti e qualitativa, com alguns indicadores bibliométricos	Autoria única e predominantemente feminina, indicativo de diálogo teórico com EUA e França (pelas autorias estrangeiras), autoria predominante de universidade públicas brasileiras e do sudeste do país, abordagem metodológica majoritariamente qualitativa. Destaque para as temáticas de divisão sexual do trabalho, análise literária, reprodução e teoria feminista.
Análise quanti e quali da área em intersecção com outra área, no Brasil	Devide e colaboradores (2011)	Produção científica em gênero na área de Educação Física	Brasil	Não menciona	Quanti e qualitativa, mas sem indicadores bibliométricos	Abordagem marxista, culturalista e pós-estruturalista. Temáticas mais frequentes: gênero e ensino no EF, inclusão e exclusão no EF, história das mulheres no desporto, representações de gênero na mídia esportiva, mulheres em posições de comando no desporto, desporto e as identidades de gênero, estereótipos relacionados às práticas corporais no EF e no esporte.

Análise quanti e quali de dois assuntos em intersecção, pertinentes à área, a partir da produção acadêmica brasileira	Tomaz (2015)	Produção científica sobre mídia e maternidade	Brasil	2003 a 2013, no Portal de Periódicos CAPES, Google Acadêmico e em repositório português	Principalmente qualitativa	Mais de 80 trabalhos derivados de oito áreas do conhecimento, de todo país mas especialmente sudeste e sul e metodologia a análise de discurso. Três eixos temáticos principais e algumas pesquisadoras proeminentes. Apenas dois homens autores.
Análise qualitativa, a partir da produção acadêmica, de um tema da área no Brasil e em textos estrangeiros	Andrade, Meyer e Barzotto (2019)	Produção científica sobre transversalidade / transversalização de gênero em políticas públicas	Brasil e alguns textos estrangeiros	2004 a 2016, várias bases eletrônicas	Qualitativa, principalmente	Poucas publicações, tema emergente no cenário acadêmico e político, polissemia na sua definição, dificuldade em se efetivar como política pública.
Análise qualitativa de um tema da área, no Brasil	Minella (2013)	Produção científica sobre gênero e ciências	Brasil	Não menciona estratégia de busca utilizada	Apenas qualitativa	Assunto mais frequente as diferenças entre homens e mulheres, ausência de estudos com marcadores de gênero e raça.
Análise qualitativa da área em intersecção com outra área, no mundo	Espírito Santo (2008)	Produção científica em gênero nas ciências da informação	Mundo	2000 e 2007, portal CAPES e ENANCIBs	Apenas qualitativa	Baixa frequência de publicações, mesmo envolvendo diversas fontes de dados, assunto mais frequente a mulher, ciência e tecnologia.

Fonte: Dados da pesquisa.

Foram apresentados até aqui então os caminhos teóricos e de revisão do que já foi produzido a respeito do objeto de pesquisa e seu contexto. A seguir, apresentam-se os caminhos percorridos e as decisões tomadas quanto aos processos metodológicos do presente estudo.

3 METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa bibliométrica (ou cientométrica) da produção científica em estudos de gênero brasileira, os estudos de gênero brasileiros (EGB), com delimitação para os artigos indexados na IFindr. A análise com indicadores bibliométricos pode ser definida como macro, porque busca analisar um campo de pesquisa abrangendo todo um país. A fonte de dados principal é a base de dados IFindr. Dados complementares são obtidos de fontes brasileiras oficiais, como a plataforma de currículos Lattes e o Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. A seguir são descritos os procedimentos que levaram à escolha das fontes, a estratégia de busca para o corpus de dados, o tratamento e análise desses dados, as limitações da pesquisa (intrínsecas às escolhas tomadas em termos de metodologia e dos objetivos do estudo), e a forma de apresentação dos resultados.

3.1 Fontes de dados principal: IFindr

Um dos maiores desafios desta pesquisa e parte do seu ineditismo diz respeito à base de dados que serve como fonte principal do corpus de dados. As bases mais conhecidas e utilizadas em pesquisas bibliométricas não indexam a maior parte da produção científica em ciências humanas e sociais (ARCHAMBAULT *et al.*, 2006; ARCHAMBAULT; LARIVIÈRE, 2010), que são de muita importância para os estudos de gênero. *Web of Science*, Scopus e até mesmo SciELO são bases bibliográficas restritivas, que indexam apenas partes da produção acadêmica a partir de critérios rigorosos, critérios esses que sabidamente beneficiam produções de países em que o inglês é o idioma oficial e/ou produções com características tradicionais de disciplinas voltadas para as ciências médicas e exatas. Tudo isso resulta no fato de que as ciências sociais e as humanidades, assim como publicações em idiomas regionais de países “periféricos” sejam sub-representadas nessas bases. Em outras palavras, bases de dados científicas que se intitulam “internacionais” ou “abertas” em realidade são repositórios da ciência “elite” e não representam adequadamente a produção acadêmica como a dos estudos de gênero.

Por outro lado, uma base bastante exaustiva e conhecida, o Google Acadêmico, recupera muitas publicações não científicas, além de não possibilitar a restrição a vários campos em conjunto – seu objetivo é ser o mais abrangente possível, recuperar “tudo”

mesmo que isso resulte em retornos equivocados ou repetidos. A base também não se preocupa com os metadados do que é recuperado.

Uma fonte de dados que é ao mesmo tempo abrangente, mas restritiva no sentido de se incluir apenas produções acadêmicas, é a plataforma de currículos Lattes, mantida pelo CNPq e que reúne dados pessoais e de pesquisa de pesquisadoras e pesquisadores com algum tipo de vínculo com instituições brasileiras. A plataforma, contudo, não é uma base de dados bibliográfica: suas buscas recuperam perfis de cientistas e não diretamente as publicações. Por esse motivo não indexa suficientemente os metadados das produções acadêmicas (não para uma pesquisa que visa estudar uma área através de suas publicações), por isso os estudos bibliométricos que a utilizam como fonte principal objetivam a análise de um grupo pré-determinado de pessoas. Durante o projeto da tese discutiu-se com desenvolvedores de *softwares* de análise do Lattes as possibilidades de uso da base, mas as várias limitações resultaram em seu descarte como fonte principal de dados.

Contudo, a plataforma de currículos Lattes, assim como outras fontes de informação do CNPq, serve como fonte para informações adicionais da presente pesquisa, por exemplo, na recuperação de informações a respeito das pessoas autoras. Durante a limpeza de dados os currículos na plataforma Lattes foram acessados para conferir e sanar dúvidas sobre a grafia dos nomes. Na análise de pessoas autoras, seus currículos foram acessados para conferir áreas de pesquisa, artigos e resumo dos currículos. Desta forma, o Lattes é utilizado como fonte adicional e para uma análise qualitativa dos dados.

A 1Findr é uma base de dados científica que, assim como o Lattes, equilibra a abrangência e pertinência. Busca cobrir todas as publicações acadêmicas disponíveis na web, mas ao mesmo tempo é restritiva a ponto de retornar apenas resultados científicos e sem duplicações⁴². Não há limitações quanto ao idioma, por exemplo – embora a interface dê preferência para mostrar os metadados em inglês, quando existentes. Além disso a base indexa os metadados das publicações e os organiza internamente, permitindo então combiná-los no momento da busca.

Investigação sobre as características das bases e testes de recuperação de dados foram rodados durante a fase de projeto da presente pesquisa, tanto da plataforma Lattes como das bases *Web of Science*, Scielo e 1Findr. O volume maior de dados recuperados na 1Findr, além de suas características, também fundamentaram sua escolha como fonte

⁴² A 1Findr foi lançada em 2018 e tem uma proposta tão pertinente, visto que sanaria uma enorme lacuna no âmbito das bases de dados científicas, que sua “ameaça” foi notada pela Elsevier e a empresa foi adquirida em novembro de 2018 (RELLER, 2018). A pesquisa desta tese não foi de qualquer forma atingida devido isso.

principal dos dados. Os testes feitos na WoS, para a pesquisa brasileira em estudos de gênero e posteriormente para toda a pesquisa autodenominada *gender studies* indexada na base resultaram no artigo “O que são estudos de gênero: caracterização da produção científica autodenominada estudos de gênero em uma base de dados multidisciplinar e internacional” (HOPPEN; VANZ, 2020). Esta pesquisa prévia permitiu perceber que várias características identificadas nos estudos de gênero brasileiros são na realidade próprios da “temática”/área *gender studies*, e não apenas da pesquisa do Brasil.

A base de dados 1Findr faz parte da 1Science, plataforma desenvolvida pela equipe da empresa canadense Science-Metrix, que desenvolve vários estudos em informação científica e bibliometria – ver por exemplo estudo de Haustein, Côtê e Beaudet (2013), realizado por demanda do estado canadense de Alberta. Segundo Anthony Coia⁴³, representante da 1Science, a 1Findr foi desenvolvida por bibliometristas com mais de 16 anos de experiência na área. É uma base de dados “analítica” e de resumos (*abstracting & analytics database*), com acesso aos dados e ao resumo dos artigos, assim como hiperlink para o texto completo, quando disponível em acesso aberto. Hoje⁴⁴ a base conta com mais de 142 milhões de registros e insere novos periódicos e seus artigos todos os dias. Seu objetivo é ser a base de dados mais acurada e abrangente possível, indexando todos os periódicos com revisão por pares. Éric Archambault, pesquisador bibliometrista e diretor da 1Science, afirma que esta é uma lacuna latente no fornecimento de informações para pesquisadores e cientistas de todo o mundo⁴⁵, lacuna que não é atendida nem mesmo por bases com propósito de acesso livre e irrestrito ao conhecimento científico, como é o caso da Scielo, que o pesquisador considera faltante neste aspecto em função das restrições que impõe nos critérios de indexação dos periódicos, e também na limitação no número de títulos que indexa.

A maior abrangência é então o principal motivo para a seleção da 1Findr como fonte de dados da pesquisa. É importante mencionar que é uma abrangência com pertinência, pois encontram-se apenas documentos realmente científicos na plataforma – diferentemente, por exemplo, do Google Acadêmico, que é um buscador de informação científica bastante abrangente, mas recupera muita “sujeira”, como documentos não acadêmicos. A busca no Google Acadêmico também recupera informações de qualquer “lugar” dos documentos (CAREGNATO, 2011), não permite restringir a busca por

⁴³ Informação verbal. E-mail recebido em 31 de outubro de 2018.

⁴⁴ Dados de 17 de novembro de 2020.

⁴⁵ Informação verbal. Proferida no painel *Acesso aberto – rotas rumo à universalização: vias douradas, verdes, híbridadas, outras* ocorrida no dia 28 de setembro de 2018, durante o evento Scielo 20 anos, em São Paulo.

campos e também não permite que se faça *download* dos metadados dos arquivos (o que é necessário para análises bibliométricas).

Enquanto isso, a 1Findr tem um critério de seleção para periódicos serem indexados que permite que a base seja ao mesmo tempo abrangente e exclusivamente científica: a arbitragem. A arbitragem é a avaliação/revisão por pares (*peer review*) a que os manuscritos acadêmicos são submetidos a fim de serem publicados em revistas científicas, o que lhes confere o “selo” de cientificidade. Mais do que isso, a 1Science menciona que deve ser uma revisão por pares qualificada (*quality peer reviewed*), o que significa que os artigos que passaram por esse processo apresentam:

[...] conteúdo original e livre de plágio, ou seja, conhecimento rigoroso construído a partir de trabalhos acadêmicos ou científicos anteriores, com uso de referências. Um processo de revisão qualificado também objetiva melhorar a qualidade dos artigos, fornecendo feedback aos autores e rejeitar artigos que são considerados intelectualmente, logicamente ou metodologicamente falhos, não suficientemente originais, ou cujas observações e conclusões não são suportadas pelas evidências coletadas no artigo. (1SCIENCE, 2018b p. 1, tradução nossa).

O protocolo de revisão por pares completo, ou seja, conceito do que a base e a própria 1Science entendem como periódicos com arbitragem, encontra-se no anexo A seguido do anexo B, que trata do protocolo de entrada de dados na 1Science e 1Findr.

A 1Findr ainda permite que as buscas sejam feitas por campos específicos dos metadados dos artigos, por exemplo, apenas por palavras do título, por título de periódico, por palavras do resumo, entre outros. Na interface de usuário, os registros também podem ser baixados em diversos formatos de dados, como RIS (*information system research, incorporated*) e CSV (*comma-separated values*), formatos que permitem, respectivamente, inclusão dos registros em gerenciadores de referências e planilhas do tipo Excel, que são utilizados em *softwares* de análises de dados – o que é fundamental para pesquisas bibliométricas com conjuntos de dados macro, como a presente pesquisa⁴⁶.

A pesquisa por campos específicos e o *download* de 50 registros por vez são facilidades disponíveis na versão paga da 1Findr, enquanto a versão aberta permite apenas busca em todos os campos e o *download* de um registro de cada vez. Entretanto, a partir de contato com o diretor da base de dados com a proposta de se utilizar a base para pesquisa acadêmica e de se retornar os resultados para sua melhoria (como periódicos faltantes, ou

⁴⁶ Contudo os dados do estudo piloto e da tese tiveram de ser baixados no formato JSON (*JavaScript Object Notation*), e posteriormente foram transformados em CSV. Mais informações no relato do tratamento dos dados.

registros com erros), obteve-se acesso à versão paga até o final do curso de doutorado⁴⁷. Com isso, um dos objetivos específicos da pesquisa será avaliar as possibilidades e as dificuldades encontradas com a fonte escolhidas para a recuperação, manipulação e análise dos dados.

Todavia, como todas as fontes, a 1Findr também possui diversas limitações. Em primeiro lugar está o fato de que seus registros são muitas vezes incompletos, faltam metadados. Isso se deve ao fato de ser uma base de dados abrangente (recupera metadados de muitas fontes, o que aumenta as chances de haver fontes com erros nos registros dos metadados) e nova (ainda são necessários muitos ajustes na automatização da recuperação e coleta dos dados).

Em segundo lugar, a base não possui um campo de endereço dos autores e autoras, nem das instituições a que eles estão vinculados. Isso significa que não é possível pesquisar facilmente pela pesquisa brasileira, por exemplo, apenas incluindo na busca o campo “CU=Brazil” como se faria na coleção principal da *Web of Science*. Será necessário listar todas as instituições brasileiras que a base indexa no campo de instituição dos autores, a fim de recuperar apenas produção que tenha pelo menos uma pessoa vinculada a instituição do Brasil. Somente dessa forma será possível recuperar a pesquisa em estudos de gênero brasileira.

A necessidade de listar previamente as instituições (com atenção para possíveis diferentes grafias de seus nomes, apesar da padronização da base, o que será discutido no subtópico sobre a estratégia de busca), e a necessidade de checar, buscar e corrigir erros nos registros, demandaram extensivo trabalho manual, o que comprometeu enorme tempo de pesquisa. Infelizmente essas limitações foram também encontradas em outras bases mais ou menos similares, cotadas como fonte de dados. A partir da *Registry of Scientometric Data Sources*, coleção de bases da *Reference Implementation for Open Scientometric Indicators* (ROSI), iniciativa que busca compilar fontes de dados abertos a partir dos quais se pode gerar informação bibliométrica (LILIENTHAL, 2019), foram cotadas e checadas outras bases com registros bibliométricos que também poderiam servir como de fonte de pesquisa. As únicas com registros da produção científica brasileira em ciências sociais e humanidades levantadas são: *Directory of Open Access Journals* (DOAJ), *Bielefeld Academic Search Engine* (BASE) e *Semantic Scholar*. A DOAJ e a BASE não possuem um campo específico para local, ou seja, não permitiriam recuperar apenas produção brasileira (nem

⁴⁷ E-mails trocados com Éric Archambault nos dias 27 e 28 de outubro de 2018, com acesso liberado no dia 29 a partir de login e senha fornecidos pela equipe da plataforma.

mesmo através das instituições). A *Semantic Scholar* possui um campo chamado *venue* (local), mas não indica se essa informação é coletada apenas do chamado “autor correspondente”, ou se de todos. Como a base se pretende totalmente automatizada, é provável que não tenha uma definição prévia quanto a isso (ou seja, apenas recupera tal qual estão registrados os metadados das publicações). Além disso, seus recursos parecem ser focados para as áreas de ciências da computação e medicina, visto que são as únicas áreas que a base cita em seu *about*, na sua listagem de fontes e que estão previamente colocadas na busca. Portanto, 1Findr ainda se mostrou a melhor opção.

Voltando então à 1Findr, a última limitação como fonte de dados é o fato de que indexa apenas trabalhos publicados em periódicos. Isso permite uma maior acurácia em relação ao formato dos registros, mas não irá incluir no conjunto de dados outros tipos de produção acadêmica importantes em estudos de gênero, como livros, capítulos de livros e trabalhos de evento.

3.2 Estratégia de busca

A estratégia de busca é uma das fases mais importantes dos estudos bibliométricos, visto que delimita o objeto de pesquisa, tem influência direta nos dados recuperados e, conseqüentemente, nos resultados da pesquisa (GLÄNZEL; SCHUBERT, 2003). As decisões tomadas nesta etapa também influenciam nas possibilidades de análise, sendo, portanto, igualmente uma “oportunidade” e uma limitação da pesquisa.

Visto que o campo de pesquisa de estudos de gênero não é uma área de pesquisa “separada” no Brasil⁴⁸ (por exemplo, não está presente dentro da Tabela de Áreas da CNPq), a busca não pode ser feita a partir de áreas dos pesquisadores (disponível na plataforma Lattes). Tal opção, se exclusiva, também não recuperaria pesquisas de outras áreas que perpassem os estudos de gênero. Optou-se então pela busca através dos campos de títulos, resumos e palavras-chaves da 1Findr, principal fonte de pesquisa.

⁴⁸ Apesar de não ser uma área específica para o CNPq ou CAPES, que dirigem as avaliações dos programas de pós-graduação e a produção de pesquisadores separando-os por áreas, os estudos de gênero possuem *status* de um campo ou área de pesquisa, tal como as neurociências. Ambas são consideradas no plural, por abrangerem diversas disciplinas em torno de objetos comuns, mas, ao mesmo tempo, são denominadas como áreas específicas denotando institucionalização formal através de grupos de pesquisa, linhas de pesquisa, programas de pós-graduação e, no caso dos estudos de gênero, o bacharelado em “Estudos de Gênero e Diversidade” da Universidade Federal da Bahia, que teve início em 2009 (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. BACHARELADO GÊNERO E DIVERSIDADE, 2017).

É necessário mencionar ainda que a busca dos dados a partir desses campos pode ser considerada um viés na pesquisa, tendo em vista que as palavras (termos na expressão de busca) são parte do discurso dos indivíduos, e os discursos estão constituídos de visões de mundo, da subjetividade do interlocutor e da sua realidade. É, portanto, plausível que os resultados da pesquisa sejam influenciados pelo entendimento da pesquisadora a respeito do que compõe os estudos de gênero. Todavia este tipo de limitação (viés das escolhas do pesquisador ou da pesquisadora) está presente em toda e qualquer pesquisa.

As palavras e termos utilizados na estratégia de busca foram escolhidos a partir de ampla investigação. Primeiramente, tiveram como embasamento trabalhos anteriores que buscaram fazer levantamentos de estudos de gênero, como é o caso do estudo feito para a composição da Base de Dados Ariadne. A base é composta por trabalhos acadêmicos produzidos no Brasil entre 1990 e 2005 sobre gênero, sexualidade e educação formal (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2008a). Os termos desta base estão disponíveis no anexo C.

Na composição da Ariadne, foi utilizado o “Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres” (BRUSCHINI; ARDAILLON; UNBEHAUM, 1998) – que também serviu como fonte para a presente pesquisa – e selecionados termos pertinentes apenas à área da educação formal. Como a base é composta da intersecção de duas temáticas (gênero e educação formal), os trabalhos incluídos precisavam possuir pelo menos um termo da área de educação formal e um termo da área de estudos de gênero (ver anexo C). Para a presente pesquisa, selecionou-se apenas os termos da Ariadne designados como *estudos de gênero*. Como o “Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres” e a base de dados Ariadne são fontes publicadas há mais de dez e vinte anos (1998 e 2008 respectivamente), termos de pesquisas mais atuais tiveram especial atenção na sua inclusão, como é o caso dos termos relacionados aos estudos *queer* e transviados.

Outro estudo que embasou a definição da estratégia de busca foi o de Söderlund e Madison (2015), que analisou com metodologia bibliométrica a área de estudos de gênero de um país, a Suécia. Em termos de objetivo e metodologia, é a pesquisa encontrada que mais se aproximou com a desta tese. Posteriormente tanto esta pesquisa quanto outras duas das mesmas autorias que utilizaram os mesmos dados (MADISON; SÖDERLUND, 2018; SÖDERLUND; MADISON, 2017), receberam críticas de cientistas conterrâneos, da área de estudos de gênero e de bibliometria, principalmente em relação a mudança na estratégia de busca em cada fonte de dados e no objetivo de *avaliar* a área. Tanto as pesquisas posteriores quanto as suas críticas e igualmente a resposta (LUNDGREN;

SHILDRICK; LAWRENCE, 2015; LYKKE, 2018; MADISON; SÖDERLUND, 2016), foram cotadas para a pesquisa atual e nesta seção serão explicitadas as questões referentes à estratégia de busca.

Söderlund e Madison (2015) utilizaram estratégias de busca distintas, uma para cada base de dados. A WoS foi usada para recuperar registros suecos e para recuperar uma amostra de registros internacionais de *gender studies*, para fins de comparação, que os autores denominaram de *international sample*. A Scopus foi utilizada para a *international sample* e para recuperar periódicos internacionais que contivessem estudos de gênero suecos. Não fica totalmente claro, mas ao que parece os registros suecos recuperados da Scopus não compuseram o corpus principal da pesquisa (estudos de gênero suecos), mas apenas a análise de periódicos. A WoS e duas bases de dados suecas – *Digitala Vetenskapliga Arkivet* (DiVA) e KvinnSam – foram usadas para compor uma base de dados à parte, que os autores denominaram *Swedish Gender Studies List* (SGSL). A SGSL ficou composta por 12 mil registros suecos do período de 2000 a 2011, entretanto, para as análises, Söderlund e Madison selecionaram uma amostra dos mil primeiros registros, que foram posteriormente escrutinados, sobrando cerca de 600 no fim.

As análises bibliométricas não costumam selecionar amostragens em suas análises, pelo fato de que as fontes dos registros já delimitam bastante as buscas e objeto de pesquisa – embora igualmente, nestes casos, as inferências são feitas para os resultados obtidos naquela fonte, e não para toda a população. Com a seleção em várias fontes, com estratégias de busca distintas para cada uma, que se mostraram não eficientes (visto que num exame posterior quase 40% da amostra teve que ser excluída da análise) e inferências um pouco ambiciosas, Söderlund e Madison acabaram limitando muito sua pesquisa (sem ponderar isso nos resultados), e a tal fato eu devo as críticas às suas análises.

Na WoS e na Scopus, duas bases multidisciplinares internacionais, os autores usaram somente o termo “gender”, país “Sweden”, restrição de tempo (2000 a 2011, sem explicitar o motivo para este período), e restringiram as *subject areas* que poderiam ser recuperadas (eliminando assim, por exemplo, a área de *Plant Science* que recuperaria registros com “gênero” como a unidade taxonômica entre “família” e “espécie”). Na WoS a busca foi feita em novembro de 2011, enquanto na Scopus foi feita em outubro 2012. Já para a comparação entre estudos suecos e dos demais países (internacional), foi usada a área de *Women’s Studies* e o tópico *gender* na WoS (outra escolha dos pesquisadores que limita seus resultados).

As bases de dados suecas compuseram cerca de 85% da SGSL – o que os autores afirmaram após as críticas sobre estratégia de busca na WoS (MADISON; SÖDERLUND, 2016). Na DiVA, a busca se restringiu à área denominada *gender studies* na base (não foi explicitada o que a base entende/indexa por tal área). Para a base KvinnSam a restrição da busca se delimitou aos campos de país e tempo, visto que a base visa reunir as pesquisas em gênero e estudos das mulheres da Suécia, segundo os autores. Nas palavras de Ludgren, Shildrick e Lawrance (2015, p. 1390, tradução nossa):

Em suas escolhas de estratégia de busca, Söderlund e Madison abordam os estudos de gênero de maneira instrumental, como uma espécie de ciência aplicada, que tem alguma validade e é representativa dos estudos de gênero, mas eles não conseguem ver e refletir sobre as consequências e os limites que isso estabelece.

Em seu Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, coorientada por mim e orientada pela professora doutora Samile Vanz, Thaís Medeiros investigou os estudos de gênero presentes no repositório digital Lume da UFRGS (MEDEIROS, 2018). Medeiros testou diversas expressões de busca através da interface do catálogo de bibliotecas da UFRGS, restringindo os resultados para registros presentes no Lume e fez uso de operadores booleanos para pesquisa nos campos de assunto e título. A expressão de busca ficou como: “gênero OR sexualidade OR "estudo de gênero" OR "estudos de gênero" OR feminismo OR feminismos OR "estudo feminista" OR "estudos feministas" OR "estudo sobre mulher" OR "estudos sobre mulher" OR *queer*” (MEDEIROS, 2018, p. 41). A autora ressalta a importância, neste estudo, de posterior limpeza dos dados, a fim de se excluir trabalhos em que o termo “gênero” esteja sendo utilizado em outro sentido, a título de exemplo, como gênero literário, gênero fílmico ou na taxonomia da biologia.

Os demais estudos que buscaram analisar a *área* de estudos de gênero focaram apenas em uma temática (um estudo bibliométrico que analisa violência e gênero, descrito nos próximos parágrafos), ou então não utilizaram metodologia bibliométrica (e analisaram a intersecção com outras áreas, ou de uma instituição específica). Contudo, os que tiveram como objeto de pesquisa os estudos de gênero *no Brasil*, ou que pelo menos mencionaram explicitamente como foi feita a estratégia de busca em alguma base de dados, foram cotados para contribuir com a estratégia de busca desta tese (ver o quadro resumo a seguir). Por exemplo, Luzinete Minella realizou levantamento sobre temáticas no campo de gênero e ciências. A autora não utilizou, ou não menciona, estratégia de busca específica, apenas menciona que a “[...] pesquisa se fundamentou num levantamento bibliográfico representativo, embora não exaustivo.” (MINELLA, 2013, p. 99).

Martha Narvaz (2009), em tese de doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, analisou documentos eletrônicos da universidade em busca de linhas e projetos de pesquisa, teses e dissertações com o termo “gênero”, em especial do Instituto de Psicologia, onde a autora defendeu a tese. Posteriormente à busca, a autora analisou os resultados, excluindo trabalhos que tratavam de “pesquisas com vegetais, animais ou alimentos” (NARVAZ, 2009, p. 187), oriundos predominantemente das ciências biológicas.

Leilah Bufrem e Bruna Nascimento (2012) realizaram a pesquisa sobre estudos de gênero nas ciências da informação no Brasil, ao passo que Patrícia Espírito Santo (2008) buscou analisar a mesma intersecção entre as áreas sem restrição de região. Espírito Santo utilizou diversas fontes de dados e as palavras-chave “mulher/woman, gênero/gender, feminino/female, sexo/sex, informação/information” (ESPÍRITO SANTO, 2008, p. 321). Já as primeiras autoras utilizaram a Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e afirmam que “Visando aumentar o número de artigos revocados, utilizou-se não só o descritor ‘gênero’, mas também ‘mulher’, pois se entende que ambos estão inseridos na temática de maneira complementar.” (BUFREM; NASCIMENTO, 2012, p. 203).

Aline Brilhante e colaboradoras (2016) realizaram pesquisa bibliométrica sobre violência de gênero na WoS, com limitação para artigos em inglês, no período compreendido entre 1982 a 2016 e sem restrição de região. Escolheram os termos *gender* e *violence* (sem especificar exatamente em qual campo foram utilizados) e excluíram “[...] os textos de áreas específicas, que tratavam da violência geral ou adotaram ‘gênero’ em substituição a sexo [...]” (BRILHANTE *et al.*, 2016, p. 703), e os que consideraram ser de algumas das seguintes áreas: “pediatria, literatura, geografia, neurociência e neurologia, geriatria, agricultura, imunologia, música, farmacologia, ciência dos esportes, cirurgia, teatro, urologia, nefrologia, ciência veterinária e doenças infecciosas” (p. 705). A estratégia de busca desta pesquisa, apesar de não ter contribuído diretamente para a concepção da estratégia da tese, demonstrou, assim como no estudo sueco, que se faz necessário excluir algumas áreas de pesquisa dos resultados – o que foi feito. Embora possam haver estudos de gênero em ciências das plantas, por exemplo, a quantidade de registros recuperados de falsos positivos *versus* a quantidade de registros pertinentes (realmente de estudos de gênero), justifica a exclusão dessa área para determinados termos.

Porém, embora para a temática específica das autoras (violência e gênero) se justifique retirar ciências dos esportes, por exemplo, com certeza não se justificaria para o

campo de pesquisa no país inteiro – educação física, esportes e lazer são campos prolíficos em pesquisas envolvendo gênero, abarcando vários grupos de pesquisa e especialistas no Brasil, conforme Deive e colaboradores (2011). Então, excluir qualquer área de pesquisa é mais delicado ainda para o presente estudo. Lundgren, Shildrick e Lawrence (2015) criticam a exclusão das seguintes áreas na pesquisa sueca anteriormente citada: arqueologia, “humanidades das artes”, ciências ambientais e ecologia, ética médica, neurociências e obstetrícia.

No artigo “O que são estudos de gênero”, que buscou analisar o que é indexado exclusivamente com a expressão *gender studies* na WoS, se utilizou a expressão “gender stud*”, a fim de incluir o plural e o singular da expressão e revocar apenas registros em que os dois termos estejam juntos, além da exclusão, com operador booleano NOT, da expressão “gender students”, que recuperava registros não pertinentes (HOPPEN; VANZ, 2020). Os resultados desta investigação demonstraram que trabalhos bastante relevantes da área, largamente citados, foram publicados como trabalhos de evento – uma limitação desta pesquisa, visto que a fonte de dados escolhida indexa apenas artigos.

Também se verificou que palavras relacionadas ao *masculino* possuem alta frequência em estudos indexados como *gender studies* – o que levanta a seguinte questão: visto que os primeiros estudos que se pode considerar como estudos de gênero recebiam a denominação de *estudos de mulheres* ou *estudos feministas* (HEILBORN; SORJ, 1999; RAGO, 1998), os estudos que hoje assim se identificam possuem menos necessidade de utilizar a expressão “estudos de gênero” para designar seu enfoque? E por esse motivo não tenham sido tão recuperados na busca com tal expressão? Ainda, estudos que envolvem o masculino têm maior necessidade de utilizar a denominação da área para ficarem vinculados a ela? Ou, de fato, há maior frequência de estudos sobre algum aspecto do *masculino* nos estudos de gênero em âmbito internacional? Em todo caso, os termos mais frequentes nas palavras-chaves dos autores e os termos mais frequentes em títulos, que fossem relacionados aos estudos de gênero, foram cogitados para a estratégia de busca.

Apresenta-se também um quadro síntese das expressões utilizadas em outros estudos sobre produção científica em estudos de gênero (que mencionam a estratégia de busca).

Quadro 3 - Estratégias de busca utilizadas em pesquisas anteriores sobre produção científica da área de estudos de gênero (quadro resumo)

Pesquisa	Objeto de pesquisa	Fonte de dados	Estratégia de busca
<p>Base de dados Ariadne (USP, 2008b)</p>	<p>Estudos de gênero em educação formal no Brasil</p>	<p>Banco de Teses e Dissertações do Portal CAPES, acervo da Biblioteca Ana Maria Poppovic (Fundação Carlos Chagas), sítios de instituições e centros de pesquisa, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Scielo, biblioteca digital de teses e dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, e outros.</p>	<p>Gênero/Mulheres/Sexualidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - gênero/s <ul style="list-style-type: none"> - relações de gênero - estudos de gênero - diferenças de gênero - feminista/s / feminismo <ul style="list-style-type: none"> - teoria feminista - estudos feministas - sexo/s <ul style="list-style-type: none"> - relações entre sexos - relações de sexos - desigualdade/s dos/de/entre os sexos - igualdade/s dos/de/entre os sexos <ul style="list-style-type: none"> - transsexos - sexual(ais) <ul style="list-style-type: none"> - papéis sexuais - divisão sexual de tarefas/ do trabalho <ul style="list-style-type: none"> - transexuais - homossexuais - heterossexuais - desvio sexual - educação sexual - assédio sexual - violência sexual - orientação sexual - opção sexual - sexualidade(s) <ul style="list-style-type: none"> - heterossexualidade/s - homossexualidade/s - transexualidade - bissexualidade <ul style="list-style-type: none"> - sexismo - sexuado - feminino/a/s / masculino/a/s <ul style="list-style-type: none"> - profissões masculinas - profissões femininas - dominação masculina - educação feminina - educação masculina -feminilidade/s/ masculinidade/s - feminilização/ masculinização <ul style="list-style-type: none"> - mulher/es - homem/ns - menina/s e menino/s <ul style="list-style-type: none"> - leitoras - rapaz/es e moça/s - garoto/s e garota/s <ul style="list-style-type: none"> - homofobia - machismo - patriarcado - patriarcal - matriarcado - matriarcal - gravidez - paternidade - maternidade

			(e mais algum dos descritores de educação formal)
Espírito Santo (2008)	Produção científica em gênero nas Ciências da Informação no mundo	Portal CAPES, anais de cada Encontro Nacional de Ciência da Informação e Biblioteconomia e WoS (na época o portal Institute of Scientific Informaiton, ISI)	Palavras-chave mulher/woman, gênero/gender, feminino/female, sexo/sex, informação/information
Narvaz (2009)	Teses e dissertações em estudos de gênero na UFRGS, especialmente do Instituto de Psicologia	Diretório dos Grupos de Pesquisa	Termo “gênero” e exclusão de “pesquisas com vegetais, animais ou alimentos” (p. 187), predominantemente das ciências biológicas
Devide e colaboradores (2011)	Grupos de pesquisa, especialistas Teses e dissertações em estudos de gênero na área de Educação Física	Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, Portal da CAPES, Portal da Inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia Núcleo Brasileiro de dissertações e Teses em Educação, Educação Física e Educação Especial (Nuteses)	Pares de palavras-chave: “gênero-esporte”; “gênero-Educação Física”; “gênero-lazer” e “gênero-mulher”
Bufrem e Nascimento (2012)	Produção científica em gênero nas Ciências da Informação no Brasil	Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação	Descritores “gênero” e “mulher”
Söderlund e Madison (2015)	Produção científica em estudos de gênero na Suécia	WoS e Scopus Digitala Vetenskapliga Arkivet (DiVA) KvinnSam	Termo “gender”, país “Sweden” e restrição de áreas como <i>Plant Science</i> Área denominada “gender studies” na base Restrição apenas de tempo
Söderlund e Madison (2015)	Para comparar os a produção científica sueca com a de outros países (<i>international sample</i>)	WoS	Área <i>Women’s Studies</i> e o tópico “gender”
Tomaz (2015)	Produção científica brasileira sobre maternidade e mídia, 2003-2013	Periódicos CAPES, Google Acadêmico e Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal.	Palavras “mídia” e “maternidade” Após, filtragem a partir de leitura e adição de trabalhos a partir de busca nas referências dos primeiro localizados
Brilhante e colaboradoras (2016)	Pesquisas sobre violência de gênero	WoS	Termos “gender” e “violence” Posterior restrição para artigos em inglês e exclusão de registros que identificaram como sendo das áreas de “pediatria, literatura, geografia, neurociência e neurologia, geriatria, agricultura, imunologia, música, farmacologia, ciência dos esportes, cirurgia, teatro, urologia, nefrologia, ciência veterinária e doenças infecciosas” (p. 705)

Medeiros (2018)	Estudos de gênero no repositório digital Lume	Repositório digital Lume através da interface do catálogo de bibliotecas da UFRGS	gênero OR sexualidade OR "estudo de gênero" OR "estudos de gênero" OR feminismo OR feminismos OR "estudo feminista" OR "estudos feministas" OR "estudo sobre mulher" OR "estudos sobre mulher" OR <i>queer</i>
Andrade, Meyer, Barzotto (2019)	Produção científica sobre transversalidade ou transversaliação de gênero em políticas públicas	Scielo, Portal de Teses e Dissertações (CAPES), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e outras bases eletrônicas	Transversalidade OU Transversalização OU Gender Mainstreaming E Igualdade OU Equidade OU Políticas Públicas OU Transversalizar Após filtragem e depois busca nas referências dos primeiros trabalhos localizados
Hoppen e Vanz (2020)	Produção científica autodenominada "gender studies"	WoS	"gender stud*" NOT "gender students"

Fonte: Dados da pesquisa.

A base de dados 1Findr, em sua versão institucional (paga), conta com a possibilidade de uso de vários caracteres de truncamento e conectores nas expressões de busca. Os campos de busca são *Title* (título), *Author* (autor), *Journal* (periódico), *Keywords* (palavras-chave), *Abstract* (resumo), *Organization* (instituição), *Title, abstract and keywords* (título, resumo e palavras-chave juntos), *International Standard Serial Number* (ISSN, identificador numérico internacional de periódicos), *Digital Object Identifier* (DOI, identificador numérico internacional principalmente de artigos, mas também de outras publicações científicas) e *PubMedID* (identificador numérico do buscador PubMed, que se encontra dentro da base de dados MEDLINE, por sua vez ligada à *United States National Library of Medicine* dos EUA).

Figura 4 - Operadores de busca da plataforma 1Findr
Search Operators

AND	<i>lithium AND battery</i>	Both terms must occur (default)
OR	<i>lithium OR battery</i>	One term must occur
NOT	<i>lithium NOT battery</i>	Results with "battery" will be excluded
-	<i>lithium -battery</i>	Same as NOT
()	<i>(lithium AND battery)</i>	Grouping
""	<i>"lithium battery"</i>	Exact phrase
~n	<i>"lithium battery"~2</i>	Proximity (to be used in conjunction with " ")
*	<i>batter*</i>	Multiple possible characters expected
field:	<i>title:"lithium battery"</i>	Available fields : title, abstract, author, journal, keywords, year

Fonte: 1Science (2018a).

A 1Findr também utiliza uma técnica denominada *stemming*, que faz com que termos similares sejam buscados sem necessidade de uso do asterisco. O asterisco é um comando comum em buscas com truncamento, usado no final das palavras (termos/radicais) para buscar tudo o que tiver aquele prefixo (por exemplo, astr* para buscar astral, astronomia, astronauta), ou no início, para buscar tudo o que tiver aquele sufixo (*ena para buscar dezena, centena, etc.). Desta forma, não há necessidade de indicar o plural e o singular dos termos de busca, pois a 1Findr tem como padrão incluir já esses termos, a não ser que eles estejam entre aspas. As aspas duplas (a base reconhece apenas as aspas verticais, não curvadas, conforme consulta com o *staff*⁴⁹) são utilizadas para buscar uma expressão ou uma palavra *ipsis litteris* e as aspas simples permitem variações nos termos.

Figura 5 - Recursos de busca avançada do 1Findr

Alternate word forms ("stemming")

By default, when you search for something like **computer**, we also return results for alternate word forms like **computers** or **computing** or **computed**. This technique is called stemming.

When you use **double quotation marks**, we only search for the exact match: a search for **"computer"** will **not** match any of the alternate word forms like **computers**.

Quotation marks also search for phrases. Search for **'computer science'**, and you'll only see results with those two exact words in order. If you use single instead of double quotation marks, however, we'll look for phrases including alternate word forms, so that a search for **'computer science'** with **single quotation marks** will match phrases like **computing science**.

Proximity search

A search for **'big wolf'-1** will find documents where the words big and wolf occur no more than 1 word apart: in other words, it'll match **big bad wolf**. You can replace 1 with any number to find documents where the words occur no more than that many words apart. If the number is 2 or higher, you'll catch inversions: **"star death"-2** will match **death star**.

As discussed above, you can use single quotation marks instead of double if you also want to include alternate word forms.

Prefix search

A search for **batt'** matches all words that begin with **batt**. Note that, by default, searching for **battery** will match alternate word forms like **batteries**. Only search for **batt'** if you want to match **battery**, **batteries**, **battlefield**, **Battersea**, etc.

Fonte: 1Science (2019).

Como já mencionado, os campos de pesquisa utilizados na recuperação de dados foram os de títulos, resumos e palavras-chave. Uma estratégia de busca foi elaborada a partir de todos os estudos aqui relatados e das características da 1Findr. Essa estratégia foi utilizada em um estudo teste ("estudo piloto") feito durante o projeto de pesquisa. Os resultados "teste" foram apresentados na qualificação da tese e, a partir deles, algumas

⁴⁹ Mensagem recebida em 6 de setembro de 2019, remetente Claire Nigay (*senior data analyst* da 1Findr).

correções já foram feitas na delimitação da busca. A expressão resultante (corrigida pós-qualificação e estudo piloto) foi apresentada a pesquisadora especialista, para se realizar sua validação e concepção final.

A pesquisadora que gentilmente aceitou analisar a estratégia de busca é a mestra em Educação pela UFRGS, Bruna Dalmaso-Junqueira. Além de pesquisar em estudos de gênero (inclusive em seu doutorado em andamento pela mesma instituição), Bruna é bibliotecária formada e, portanto, conhecedora das especificidades de questões concernentes à recuperação de informações, como exaustividade, revocação e precisão. A consulta e validação das palavras e termos com a pesquisadora foi realizada em 20 de novembro de 2019. A partir dessa consulta foram adicionadas diversas palavras-chave em cada grupo de palavras, e também foram reincluídos alguns *subfields* que estavam anteriormente excluídos. Por exemplo, foram reincluídos os *subfields Pediatrics* (pediatria) e *Obstetrics & Reproductive Medicine* (obstetrícia e medicina reprodutiva) do grupo de palavras relacionadas a gênero e do grupo relacionado à sexualidade.

Também durante a consulta com Dalmaso-Junqueira foi dividido o grupo de termos de sexualidades: em uma parte ficaram isolados os termos sex, masculino e feminino (e suas traduções) e em outro grupo ficaram os termos relacionados a “identidades” ou “orientações” sexuais (como homossexual*, bissexual*, heterossex* e suas traduções). Isto porque se percebeu que os termos de identidades sexuais podem incluir várias áreas das clínicas médicas pois ainda retornam pesquisas de estudos de gênero. Já sex*, masculin* e feminin* precisam ter as áreas médicas e biológicas excluídas, porque em sua maior parte, retornavam resultados não pertinentes aos estudos de gênero.

Especificamente, os termos testados e incluídos a partir da consulta com a especialista foram: generificad*, transgener*, assexual, pansexual, travest*, misoginia, androcentr*, sororidade, sufrag*, mulherismo*, “raça e gênero”, “gênero e raça”, drag, crossdres*, performatividad, feminilização, feminização, objetif*, o grupo de termos e expressões relacionados ao trabalho, novas siglas da comunidade gay que não iniciam por LGBT*, além de suas devidas traduções para espanhol e inglês.

A estratégia de busca final é relatada nos parágrafos subsequentes, por grupos de termos e palavras relacionados entre si, a fim de facilitar a compreensão. Em primeiro lugar, os testes demonstraram que para “estudos de gênero”, o ideal é utilizar as aspas duplas e assim designar plural e singular, a fim de não recuperar registros com, por exemplo, “estudos de caso”. Desta forma, optou-se por buscar a expressão da área com as aspas duplas nas formas singular e plural, nos três idiomas principais da produção

científica brasileira – português, inglês e espanhol, conforme levantado por estudos bibliométricos anteriores (DINIZ; FOLTRAN, 2004; HOPPEN, 2014; SANTIN, 2019). Neste bloco também foi incluída a expressão em francês para a área, com aspas simples, em função de ter sido mencionada na literatura como uma expressão originária e de influência nas pesquisas brasileiras.

```
(title:("Estudos de gênero" OR "estudo de gênero" OR "gender study" OR "gender studies" OR "gender study" OR "estudios de género" OR "estudio de género" OR 'rapports sociaux de sexe') OR abstract:("Estudos de gênero" OR "estudo de gênero" OR "gender study" OR "gender studies" OR "gender study" OR "estudios de género" OR "estudio de género" OR 'rapports sociaux de sexe') OR keywords:("Estudos de gênero" OR "estudo de gênero" OR "gender study" OR "gender studies" OR "gender study" OR "estudios de género" OR "estudio de género" OR 'rapports sociaux de sexe'))
```

Já o termo “gênero”, presente em quase todas as estratégias de busca dos estudos bibliométricos analisados, foi utilizado com o truncamento do asterisco, nos três idiomas, a fim de se recuperar palavras relacionadas. Como os mesmos radicais são utilizados também para designar gênero como unidade da taxonomia ou para se referir a um conjunto de espécies, na mesma expressão colocou-se a exclusão dos radicais *taxon**, **specie*, *specie** e *ssp*. No estudo piloto se percebeu que mesmo com a exclusão dos radicais de espécie e taxonomia se recuperava ainda muitos estudos destas temáticas. Foi necessário retirar todo o campo e as áreas relacionadas às ciências naturais e algumas das ciências da saúde, demonstradas abaixo na expressão de busca. Também foi incluído neste bloco a expressão “generificado” e suas traduções, termo sugerido pela especialista. A expressão “engendrado” não foi incluída pois recuperava pesquisas não relacionadas. “Gênero” e “gender” foram excluídos dos resumos, visto que retornavam muitos resultados não pertinentes e se percebeu que os pertinentes repetiam estes termos no título ou palavras-chave.

```
((title:(genero* OR gender* OR generific* OR gendered*) OR abstract:(generific* OR gendered*) OR keywords:(genero* OR gender* OR generific* OR gendered*)) NOT title:(taxon* OR specie* OR *specie OR ssp) AND NOT abstract:(taxon* OR specie* OR *specie OR ssp) AND NOT keywords:(taxon* OR specie* OR *specie OR ssp)), -domain:"Natural Sciences", -field:("Agriculture, Fisheries & Forestry" OR "Biomedical Research" OR "Dentistry & Oral Medicine" OR Surgery OR "Health Technology"), -subfield:("Neurology & Neurosurgery" OR "Sports Science" OR "Clinical Medicine, General" OR "Cardiovascular System" OR "Otorhinolaryngology" OR "Surgery" OR "Ophthalmology & Optometry" OR "Endocrinology & Metabolism" OR "Respiratory System" OR "Urology & Nephrology" OR "Geriatrics" OR "Oncology & Carcinogenesis" OR "Tropical Medicine" OR "Hematology" OR "Medical Imaging" OR "Gastroenterology & Hepatology" OR
```

"Orthopedics" OR "Obesity" OR "Anesthesiology" OR "Pharmacology & Pharmacy" OR "Rheumatology" OR "Allergy" OR "Emergency & Critical Care Medicine" OR "Environmental & Occupational Health" OR "Laboratory Medicine" OR "Legal & Forensic Medicine" OR "Pathology" OR "Dermatology & Venereal Diseases" OR "Sleep Medicine" OR "Nuclear Medicine" OR "Oriental Medicine" OR "Physiatry" OR "General" OR "Neurology" OR "Aerospace Medicine" OR "Musculoskeletal Medicine")

Os termos sex*, masculin* e feminin* estavam no estudo piloto junto com o bloco de termos relacionados à sexualidade. Contudo na consulta com a especialista foi sugerido separá-los, já que estes são os três termos mais comuns e que possivelmente podem revocar mais artigos não pertinentes. Para esses foi usada a ocorrência apenas no título e palavras-chave, com a exclusão das áreas das ciências naturais, médicas e de algumas áreas das ciências aplicadas (que recuperavam, por exemplo, por sex* pesquisas com “sexto”):

((title:(sex* OR feminin* OR masculin*) OR keywords:(sex* OR feminin* OR masculin*)) NOT domain:("Health Sciences" OR "Natural Sciences"), AND NOT field:("Agriculture, Fisheries & Forestry" OR "Materials" OR "Built Environment & Design"), AND NOT subfield:"General")

Com essa separação não foi preciso retirar todo o campo de ciências da saúde dos resultados do conjunto de termos relacionados à identidade/orientação sexual. Apenas o domínio de ciências naturais e o campo *Agriculture, Fisheries & Forestry* foram excluídos, visto que retornava resultados sobre botânica, morfologia de fungos e bactérias, sexualidade de animais, entre outros, ficando da seguinte forma:

((title:(transex* OR transexual* OR intersexua* OR homossexua* OR heterossexua* OR bissexua* OR heterossexual* OR homossexual* OR bissexual* OR transgener* OR transgender* OR pansexual* OR assexual* OR asexual* OR demissexual* OR demissexual* OR litossexual* OR litossexual* OR graysexual* OR cisgener* OR cisgender*) OR abstract:(transex* OR transexual* OR intersexua* OR homossexua* OR heterossexua* OR bissexua* OR heterossexual* OR homossexual* OR bissexual* OR transgener* OR transgender* OR pansexual* OR assexual* OR asexual* OR demissexual* OR demissexual* OR litossexual* OR litossexual* OR graysexual* OR cisgener* OR cisgender*) OR keywords:(transex* OR transexual* OR intersexua* OR homossexua* OR heterossexua* OR bissexua* OR heterossexual* OR homossexual* OR bissexual* OR transgener* OR transgender* OR pansexual* OR assexual* OR asexual* OR demissexual* OR demissexual* OR litossexual* OR litossexual* OR graysexual* OR cisgener* OR cisgender*)) NOT domain:"Natural Sciences" AND NOT field:"Agriculture, Fisheries & Forestry")

Foram ainda incluídos nas buscas os radicais relacionados às palavras feminista, feminismo, sexismo, homofobia, machismo e relacionados. O radical de “femismo” não foi incluído, porque sua busca não retornou qualquer resultado (provavelmente porque a existência dessa doutrina é uma falácia sexista, o que inibe seu uso científico e inclui possíveis nuances dentro de outras expressões como “machismo” e “sexismo”). Radicais para termos relacionados a matriarcado e patriarcado também foram adicionados. Muitos dos radicais em português e em espanhol coincidem, por isso não foi necessário repeti-los (como para “homofobi*”). Após a consulta com especialista, além dos termos feministas adicionados, percebeu-se a necessidade de se incluir na busca a expressão, com aspas simples, para “raça e gênero” e vice-versa, além das traduções, a fim de marcar a posição de que esse tipo de pesquisa deve ser recuperado – embora pelo trecho da busca relacionado a gênero/*gender* talvez estas pesquisas já estejam incluídas. Foi também incluído o truncamento no início da palavra feminismo a fim de se recuperar pesquisas com, por exemplo, “ecofeminismo”. Com os termos feminism* parte-se do pressuposto de que a pesquisa retornará resultados das várias raízes do movimento e da pesquisa feminista – como feminismo indígena, feminismo negro, feminismo decolonial e outros:

(title:(feminist* OR feminism* OR machist* OR machism* OR sexist* OR homofobi* OR homophobi* OR matriarc* OR patriarc* OR empoderamento* OR empowerment* OR empoderamiento* OR misogin* OR misogyn* OR androcentr* OR sororidad* OR sororit* OR sufrag* OR suffrag* OR mulherismo* OR womanism* OR mujerlism* OR 'raça e gênero' OR 'gênero e raça' OR 'gender and race' OR 'race and gender' OR 'raza y género' OR 'género y raza' OR *feminismo OR *feminism) OR abstract:(feminist* OR feminism* OR machist* OR machism* OR sexist* OR homofobi* OR homophobi* OR matriarc* OR patriarc* OR empoderamento* OR empowerment* OR empoderamiento* OR misogyn* OR misogyn* OR androcentr* OR sororidad* OR sororit* OR sufrag* OR suffrag* OR mulherismo* OR womanism* OR mujerlism* OR 'raça e gênero' OR 'gênero e raça' OR 'gender and race' OR 'race and gender' OR 'raza y género' OR 'género y raza' OR *feminismo OR *feminism) OR keywords:(feminist* OR feminism* OR machist* OR machism* OR sexist* OR homofobi* OR homophobi* OR matriarc* OR patriarc* OR empoderamento* OR empowerment* OR empoderamiento* OR misogyn* OR misogyn* OR androcentr* OR sororidad* OR sororit* OR sufrag* OR suffrag* OR mulherismo* OR womanism* OR mujerlism* OR 'raça e gênero' OR 'gênero e raça' OR 'gender and race' OR 'race and gender' OR 'raza y género' OR 'género y raza' OR *feminismo OR *feminism))

Palavras relacionadas à maternidade, paternidade, gestação, gravidez, entre outros, também tiveram que ter os domínios das ciências naturais excluído, em parte, das ciências

da saúde, e o *field Agriculture, Fisheries & Forestry*. As áreas das ciências da saúde que permaneceram foram as mesmas mantidas para os radicais da palavra gênero – o *subfield* reacionada à saúde ocupacional demonstrou novamente não recuperar resultados pertinentes. Foi retirada a ocorrência apenas nos resumos, pois retornava trabalhos que falavam de língua materna. Não foi incluída a palavra “pai” em espanhol – *padre* – por designar outro conceito em português e por ter o conceito relacionado ao pai como progenitor incluído no radical “patern*” (por ser grafado como *paternidade* em espanhol). Após o estudo piloto também foi excluída “pai*” pois retornava muitos resultados para país e *pain*.

Para algumas das disciplinas das ciências da saúde, verificou-se que alguns trabalhos recuperados poderiam ser descartados em função de não serem pertinentes aos estudos de gênero, por exemplo, trabalhos “biologizantes” que falam de maternidade, mas não transparece uma perspectiva de gênero. A identificação destes trabalhos requeriu análise dos seus conteúdos de forma muito mais detalhada. Além disso, estavam reunidos com um número significativo de trabalhos claramente pertencentes aos estudos de gênero. Nestes casos, a decisão tomada vai ao encontro dos procedimentos de estudos bibliométricos do tipo macro, como a presente pesquisa: o número de recuperações não relevantes é justificado estatisticamente pelo número de recuperações relevantes/positivas e pertinentes. Desta forma, as expressões e disciplinas foram mantidas.

Neste conjunto de termos, muitas das palavras possuem radicais em comum em português e inglês ou espanhol, que não precisaram ser repetidos (como maternidade, materno, *maternidad* e *maternity*, incluídas em “matern*”), porém foi necessário incluir outras expressões específicas de cada idioma, como “mother*” para *motherhood*. Neste conjunto de termos também foi incluída a palavra “aborto”, já que as áreas que precisavam ser excluídas coincidem com as áreas relacionadas à gravidez:

```
(title:(mother* OR matern* OR madre* OR parent* OR gestação* OR gravidez* OR embarazo* OR father* OR progenitor* OR aborto* OR abortion* OR miscarriage*) OR keywords:(mother* OR matern* OR madre* OR parent* OR gestação* OR gravidez* OR embarazo* OR father* OR progenitor* OR aborto* OR abortion* OR miscarriage*)) AND NOT domain:"Natural Sciences" AND NOT field:("Agriculture, Fisheries & Forestry" OR "Biomedical Research" OR "Dentistry & Oral Medicine" OR Surgery OR "Health Technology") AND NOT subfield:("Neurology & Neurosurgery" OR "Sports Science" OR "Clinical Medicine, General" OR "Cardiovascular System" OR "Otorhinolaryngology" OR "Surgery" OR "Ophthalmology & Optometry" OR "Endocrinology & Metabolism" OR "Respiratory System" OR "Urology & Nephrology" OR "Geriatrics" OR "Oncology & Carcinogenesis" OR "Tropical Medicine" OR "Hematology" OR
```

"Medical Imaging" OR "Gastroenterology & Hepatology" OR "Orthopedics" OR "Obesity" OR "Anesthesiology" OR "Pharmacology & Pharmacy" OR "Rheumatology" OR "Allergy" OR "Emergency & Critical Care Medicine" OR "Laboratory Medicine" OR "Legal & Forensic Medicine" OR "Pathology" OR "Dermatology & Venereal Diseases" OR "Sleep Medicine" OR "Nuclear Medicine" OR "Oriental Medicine" OR "Physiatry" OR "General" OR "Neurology" OR "Aerospace Medicine" OR "Musculoskeletal Medicine")

Em função de os primeiros estudos de gênero brasileiros terem sido cunhados com o genitivo “mulher” – sendo posteriormente substituídos por “gênero”, conforme Heilborn e Sorj (1999) –, o termo foi também testado para inclusão na estratégia de busca. Da mesma forma, o termo “homem” foi testado, tendo em vista a natureza dos estudos de gênero, assim como os resultados obtidos na pesquisa na WoS, que apontaram alta frequência nos estudos sobre homens e masculinidades dentro dos estudos autodenominados *gender studies* (HOPPEN; VANZ, 2020). Para os termos relacionadas à mulher (mulher, *woman* e *mujer*), os testes apontaram a necessidade de excluir a ocorrência apenas no resumo (por serem palavras muito comuns) e os domínios de ciências naturais e de ciências da saúde, visto que os recuperados tratavam, em sua maioria, de doenças, perfis clínicos e epidemiológicos, e outros.

((title:(mulher OR mujer OR woman) OR keywords:(mulher OR mujer OR woman)) NOT domain:("Health Sciences" OR "Natural Sciences"))

Também se constatou que os que poderiam ser enquadrados em estudos de gênero (por exemplo, alguns artigos da área de psicologia e da enfermagem) costumam tratar de “violência contra a mulher”: feminicídios, violência obstétrica, violência por parceiro íntimo, violência doméstica. Por esse motivo a expressão comum aos registros analisados, “violência contra a mulher” foi adicionada como termo de busca para todas as áreas (com aspas duplas para que seja buscado apenas desta forma, com os termos juntos). As traduções para a expressão foram obtidas através da designação do Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra a Mulher da ONU – *violence against woman* e *violencia contra la mujer*. Ambas foram igualmente testadas na base. Outros registros que também poderiam ser entendidos como pertinentes à pesquisa costumavam possuir o termo “gênero” ou outros termos já incluídos na expressão de busca, como “maternidade” (*matern**) ou feminismo (*feminism**), portanto podem vir a ser recuperados de qualquer forma. Após a consulta com especialista foram adicionados termos relacionados a estupro

(sem a tradução em espanhol, *violación*, por ter também outros significados), e, em função destas adições, se incluiu também feminicídio e traduções.

(title:("violência contra a mulher" OR "violence against woman" OR "violencia contra la mujer" OR estupro* OR rape* OR feminicidio* OR femicidio* OR femicide*) OR abstract:("violência contra a mulher" OR "violence against woman" OR "violencia contra la mujer" OR estupro* OR rape* OR feminicidio* OR femicidio* OR femicide*) OR keywords:("violência contra a mulher" OR "violence against woman" OR "violencia contra la mujer" OR estupro* OR rape* OR feminicidio* OR femicidio* OR femicide*))

Já para “homem”, “*man*” e “*hombre*”, em sua maior parte os registros parecem versar sobre homem como sinônimo de humanidade, por exemplo “ação do homem”, “homem e meio ambiente”, “*man-made structures*” (nas ciências naturais), “homem civilizado”, “homem soviético”, “interação homem-máquina” (nas ciências aplicadas, ciências econômicas, artes e humanidades). Já nas ciências da saúde, parece que os registros que mencionam esses termos costumam versar sobre percepções e condições masculinas de saúde. Portanto, a frequência de registros não pertinentes justifica a não inclusão desses termos na expressão de busca.

Também foram incluídos termos que não estavam presentes na concepção da base de dados Ariadne (2008) e nem no *Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres* (BRUSCHINI; ARDAILLON; UNBEHAUM, 1998), por serem termos recentes. São termos como *queer* e *pink money*. Outros termos relacionados à sexualidade, que não são frequentes nas áreas de ciências da saúde ou das biológicas por não se referirem a um sexo “biológico” foram incluídos nesta seção, sem a necessidade de exclusão dos domínios, campos ou subcampos da ciência. O estudo piloto demonstrou a necessidade de retirar o truncamento da palavra *gay* (deixando apenas o termo e seu plural, sem truncamento) para não haver recuperação de trabalhos de espécies com este radical.

Na consulta com especialista foi sugerida a inclusão das outras siglas da comunidade *gay* que não necessariamente iniciam por *LGBT*. Foram incluídos os mais conhecidos e que podiam retornar mais de uma dessas siglas (como *LGBTQ** para *LGBTQIA* e *LGBTQQ*, entre outros) e que não retornariam facilmente resultados de outras áreas (como *HSH*, que não foi incluído pois designa também um composto químico, ou *SGL*, sigla para *strong gravitational lensing*). Também foram incluídas algumas siglas mais extensas, em função de que talvez o truncamento, por se restringir a poucos termos próximos, talvez não as abarcasse (como *LGBTTQQFAGPBDSM* e *LGBTTIQQ2SA*). Na consulta também foi sugerida a adição de *drag** e *crossdress**, além

de testar o termo performatividade, sua raiz ou truncamentos. Para *drag* foi necessário incluir as duas expressões completas mais conhecidas, com plural, visto que apenas *drag* pode ter outros significados em inglês e retornava artigos fora da área de estudos de gênero. Performatividade ou seu radical com truncamento retornava o uso da palavra em sentidos diversos, e os trabalhos pertinentes incluíam alguns dos outros termos já presentes na busca. A expressão desse conjunto ficou:

```
(title:(queer* OR transviad* OR homoaf* OR gay OR gays OR lesbica*
OR lesbian* OR bicha OR bichas OR faggot* OR sapata* OR
heteronormativ* OR interseccional* OR travest* OR transex* OR "pink
money" OR "drag queen*" OR "drag king*" OR crossdress* OR LGBT*
OR GLBT* OR SGL OR LGBTIH* OR LGBTQ* OR LGBTQ* OR
LGBTT* OR LGBTTQQFAGPBDSM OR LGBTTIQQ2SA OR
quiltbag*) OR abstract:(queer* OR transviad* OR homoaf* OR gay OR
gays OR lesbica* OR lesbian* OR bicha OR bichas OR faggot* OR
sapata* OR heteronormativ* OR interseccional* OR travest* OR transex*
OR "pink money" OR "drag queen*" OR "drag king*" OR crossdress* OR
LGBT* OR GLBT* OR SGL OR LGBTIH* OR LGBTQ* OR LGBTQ*
OR LGBTT* OR LGBTTQQFAGPBDSM OR LGBTTIQQ2SA OR
quiltbag*) OR keywords:(queer* OR transviad* OR homoaf* OR gay OR
gays OR lesbica* OR lesbian* OR bicha OR bichas OR faggot* OR
sapata* OR heteronormativ* OR interseccional* OR travest* OR transex*
OR "pink money" OR "drag queen*" OR "drag king*" OR crossdress* OR
LGBT* OR GLBT* OR SGL OR LGBTIH* OR LGBTQ* OR LGBTQ*
OR LGBTT* OR LGBTTQQFAGPBDSM OR LGBTTIQQ2SA OR
quiltbag*))
```

Outra sugestão da consulta com a especialista Bruna Dalmaso-Junqueira foi a inclusão de um conjunto de termos relacionados ao trabalho feminino, como a feminilização e feminização do trabalho, prostituição e outras temáticas relacionadas a fim de que a expressão de busca abarque as grandes áreas/sistemas de um sujeito: saúde, relações, sexualidade, identidade e trabalho. A literatura demonstra que uma das primeiras temáticas da área no país foi justamente a relacionada ao trabalho, com influência de teóricas e ativistas marxistas (SCHUCK, 2018; SILVA, 2000), o que também fundamenta e justifica a inclusão desse conjunto de termos e palavras.

Sendo assim, expressões relacionados a trabalho e gênero foram levantados na literatura, por exemplo, no “Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres”, em que se afirma: “[...] quando dizemos ‘trabalho das mulheres’, sabemos que estamos falando tanto do emprego remunerado como do papel reprodutor e do trabalho doméstico não-remunerado.” (BRUSCHINI; ARDAILLON; UNBEHAUM, 1998, p. 15). Contudo nem todos os termos se mostraram pertinentes nos testes na base. A expressão “dupla jornada”, por exemplo, foi levantada no Tesouro e se mostrou pertinente apenas no idioma português

– nos demais, recuperava trabalhos em que a expressão é uma técnica nas ciências naturais. Também é necessário ressaltar que, apesar de terem sido incluídas neste conjunto de termos, as expressões relacionadas à prostituição poderiam estar inseridas no conjunto de termos relacionados à violência e gênero. Expressões como “sex workers” e “profissional do sexo” recuperavam poucas pesquisas (quando refinadas com as instituições brasileiras) e muitas não pertinentes (por exemplo, no resumo, “Há preconceito em realizar o exame clínico das mamas com o profissional do sexo masculino [...]”). A expressão de busca então ficou da seguinte forma:

(title:(“divisão sexual do trabalho” OR “sexual division of labor” OR “división sexual del trabajo” OR “trabalho feminino” or “female work” OR “trabajo femenino” OR “trabalho das mulheres” OR “women work” OR “trabajo de las mujeres” OR “trabalho da mulher” OR “woman work” OR “trabajo de mujer” OR “dupla jornada” OR “tripla jornada” OR “trabalho reprodutivo” OR “trabajo reproductivo” OR “reproductive work” OR feminização OR feminilização OR feminización OR feminization or feminiliza* OR “trabalho doméstico” OR housework OR “trabajo doméstico” OR prostitu*) OR abstract:(“divisão sexual do trabalho” OR “sexual division of labor” OR “división sexual del trabajo” OR “trabalho feminino” or “female work” OR “trabajo femenino” OR “trabalho das mulheres” OR “women work” OR “trabajo de las mujeres” OR “trabalho da mulher” OR “woman work” OR “trabajo de mujer” OR “dupla jornada” OR “tripla jornada” OR “trabalho reprodutivo” OR “trabajo reproductivo” OR “reproductive work” OR feminização OR feminilização OR feminización OR feminization or feminiliza* OR “trabalho doméstico” OR housework OR “trabajo doméstico” OR prostitu*) OR keywords:(“divisão sexual do trabalho” OR “sexual division of labor” OR “división sexual del trabajo” OR “trabalho feminino” or “female work” OR “trabajo femenino” OR “trabalho das mulheres” OR “women work” OR “trabajo de las mujeres” OR “trabalho da mulher” OR “woman work” OR “trabajo de mujer” OR “dupla jornada” OR “tripla jornada” OR “trabalho reprodutivo” OR “trabajo reproductivo” OR “reproductive work” OR feminização OR feminilização OR feminización OR feminization or feminiliza* OR “trabalho doméstico” OR housework OR “trabajo doméstico” OR prostitu*))

Por fim, foram adicionados alguns periódicos brasileiros especializados em estudos de gênero. É importante mencionar que esses veículos não publicam *apenas* produção brasileira, mas a produção estrangeira fica excluída pelo truncamento *and* e as organizações nacionais, ou seja, deve-se ter algum dos termos de assunto *ou* ter sido publicado num desses periódicos *e* ser de uma instituição de pesquisa do Brasil. Os títulos incluídos foram selecionados a partir de levantamento na literatura (COSTA, A. de O., 2008; DINIZ; FOLTRAN, 2004; MEDEIROS, 2018; PISCITELLI; BELELI; LOPES, 2003; SOUZA, S. D. De, 2004) e junto ao Qualis Periódicos da CAPES (2016), informações do triênio 2013-2016. A consulta também sugeriu checagem no portal do

bacharelado de Estudos de Gênero e Diversidade da UFBA, mas as duas revistas científicas mencionadas no portal já estavam incluídas (Revista Feminismos e Cadernos de Gênero e Diversidade, esta última mencionada no portal como Cadernos de Gênero e Sexualidade, mas com *link* para a Cadernos de Gênero e Diversidade).

O título e o ISSN das revistas foram testados na base, a fim de verificar a forma de indexação na 1Findr. Por exemplo, a revista Gênero, da Universidade Federal Fluminense, está indexada com o título como “Gênero (Niterói)” e com o seu ISSN (2316-1108). Também se verificou a cobertura da base de dados para esses periódicos e algumas falhas foram sinalizadas para a equipe da 1Findr (por exemplo, artigos dos primeiros anos da REF que faltavam). Também se percebeu nesses testes que a revista Caderno Espaço Feminino não possui todos os seus artigos indexados online. As edições de 1994 a 2005 estão apenas digitalizadas no portal da revista, em formato de imagem em PDF e toda a edição num único arquivo, ou seja, sem os metadados dos artigos individualmente. Já o ano de 2006 possui os artigos individuais, mas sem registro de metadados. A fim de evitar a recuperação de registros com erros (por exemplo, a edição inteira colocada como artigo para um dos fascículos de 2005), esses anos foram excluídos da pesquisa. Já a revista Labrys não está mais disponível online e apenas seis de seus artigos são recuperados na base dados, a maioria sem link ou PDF para o texto completo e sem metadados. Em função disso, a revista não foi incluída na expressão de busca⁵⁰.

Dentre as publicações recuperadas pelo Qualis Periódicos, algumas não puderam ser adicionadas por não atenderem o requisito de entrada (ser nacional e especializada em estudos de gênero) ou por não se caracterizarem como revistas científicas passíveis de indexação (não publicadas em sistemas de editoração de revistas em que seja possível recuperar metadados). Das revistas brasileiras, a Gênero na Amazônia (ISSN 2238-8184) tem periodicidade irregular (era semestral de 2012 a 2014, não publicou em 2015 e 2016, e em 2017 e 2018 publicou uma edição anual apenas) e não está numa plataforma de editoração de revistas.

A Cadernos de Gênero e Tecnologia (ISSN 1807-9415 ou 2674-5704) é regular, foi recentemente atualizada e está sendo publicada no *Open Journal System* (OJS, também conhecido como Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas, SEER). Sobre estas duas publicações a 1Findr foi avisada (em 5 de setembro de 2019) e caso alguma seja

⁵⁰ Estes testes sem dúvida já evidenciam algumas características desta produção (que podem ou não ser confirmadas na pesquisa), em que títulos descontinuados ou antigos não possuem arquivamento online.

incorporada na base, também se adicionará na estratégia de busca para o corpus final da pesquisa.

Já a revista *Gênero & Direito*, ou ISSN 2179-713, *linking* ISSN 2177-0409 (também aparece no Qualis como “Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero & Direito”⁵¹), não foi colocada na estratégia de busca porque possui uma seção livre em que são publicados artigos não pertinentes aos estudos de gênero. Portanto os artigos desta revista serão recuperados somente através das suas palavras-chave, já que a publicação nela não garante que seja dentro do tema. A *Cadernos de Crítica Feminista* (ISSN 1982-6192), apesar de constar no Qualis, não é uma revista científica e tampouco foi publicada em plataforma passível de indexação. Da mesma forma, a *Mulheres e Literatura* (ISSN 1808-5024), que cessou em julho de 2017, apesar de possuir uma nota Qualis não está em uma plataforma passível de recuperação dos dados e por isso não pode ser recuperada na 1Findr. A expressão de busca correspondente aos periódicos ficou da seguinte forma:

((journal:(Pagu OR "Cadernos Pagu" OR "Revista Estudos Feministas" OR "Estudos Feministas" OR Bagoas OR "Revista Cadernos de Gênero e Diversidade" OR "Cadernos de Gênero e Diversidade" OR "Coisas do Gênero, Revista de Estudos Feministas em Teologia e Religião" OR "Revista Artemis" OR "Gênero Niterói" OR Periódicus OR "Revista Feminismos" OR "Revista Latino-Americana de Geografia e Genero" OR "Mandrágora São Bernardo do Campo") OR ISSN:(0104-8333 OR 1809-4449 OR 1806-9584 OR 0104-026X OR 2316-6185 OR 2316-1108 OR 1807-8214 OR 2525-6904 OR 2447-2654 OR 2358-0844 OR 2317-2932 OR 2177-2886 OR 2176-0985)) OR ((journal:"Caderno Espaço Feminino" OR ISSN:1516-9286) NOT year:(2002 OR 2003 OR 2006))))

Conforme mencionado nas limitações da fonte de dados, a listagem prévia das instituições dos autores será o refinamento utilizado para se recuperar apenas a produção científica brasileira, ou seja, de organizações nacionais que os autores e autoras estejam vinculados. A lista de instituições foi feita a partir de levantamento das que estão presentes e com o nome normalizado na 1Findr. Uma lista com mais de 160 instituições brasileiras com grafia normalizada foi enviada pela equipe da base em agosto de 2019 e foi comparada com a planilha de universidades do Ranking Folha de 2018 (FOLHA DE S. PAULO, 2018). Conforme De Meis e Leta (1996), historicamente a ciência brasileira é produzida majoritariamente nas universidades – 95% em universidades públicas, segundo levantamento recente (CROSS; THOMSON; SINCLAIR, 2018). Numa primeira checagem, 90 universidades nacionais faltavam na base de dados. Em checagem posterior,

⁵¹ Confirmado no portal oficial do ISSN de que se trata da mesma publicação.

destas, apenas 38 realmente não estão indexadas na 1Findr, ou seja, 62 universidades não estavam na lista de instituições brasileiras enviadas pela equipe da 1Findr, mas estão presentes na base de dados. As 38 não localizadas na base são todas ocupantes das últimas posições do Ranking Folha⁵².

Figura 6 - Busca por outras instituições de pesquisa brasileiras



Fonte: Dados da pesquisa.

Foram realizadas ainda buscas por outros tipos de instituições de pesquisa (institutos federais, centros de pesquisa, museus e outros) que pudessem estar na base de dados, mas igualmente fora da lista enviada pela 1Findr. A partir de listas de instituições de pesquisa brasileiras, o nome ou parte do nome da instituição era buscado na base (em qualquer campo) e depois parte do nome era procurado no refinamento de organizações, conforme figura ilustrativa. Poucas novas instituições foram localizadas, cerca de seis. Por ser bastante extensa, a parte da expressão de busca com todas as instituições está relatada no apêndice A.

3.3 Exercícios metodológicos

Foram realizados três exercícios metodológicos prévios. O primeiro, já mencionado, foi a realização do estudo sobre o que é indexado numa base de dados internacional com a expressão *gender studies*, que serviu para repensar e embasar a estratégia de busca (termos para testar na 1Findr, termos que precisam ser isolados de

⁵² Essas 38 instituições também foram repassadas à 1Findr, no intuito de contribuir para a expansão da base e, se possível, tê-las incorporadas no momento da recuperação de dados para a tese (o que infelizmente não ocorreu em tempo hábil, contudo, como mencionado, são instituições pequenas, nas últimas posições do ranking nacional e possivelmente não indexadas/normalizadas também em outras bases de dados.

algumas áreas e outros); elucidar a questão da flexibilidade dos registros das áreas que compõem os estudos de gênero (o que resulta em campos “vazios” de algumas variáveis e, portanto, a necessidade de fazer algumas análises sem todos os registros); e levantar vários questionamentos e *insights* a respeito dos estudos de gênero no mundo e no Brasil, que contextualizaram a investigação da tese.

O segundo exercício metodológico foi a coorientação do trabalho “A produção científica sobre estudos de gênero no repositório digital da UFRGS: um estudo bibliométrico” de Thaís Dais Medeiros (2018), que utilizou bibliometria para analisar a produção científica de estudos de gênero presente no repositório institucional Lume. Esse exercício auxiliou também no refinamento da estratégia de busca, assim como serviu para contextualização de informações sobre estudos de gênero na UFRGS, ilustração da importância dos grupos de pesquisa e no debate a respeito da produção científica da área e seu “encontro” com a bibliometria.

O terceiro exercício metodológico foi um teste com dados da 1Findr, que serviu como uma prévia do que seria encontrado em termos de dificuldades e possibilidades de análise com os dados desta base. Um estudo piloto, com menor número de análises e aprofundamento, porém não em menor escala (visto que se utilizou a estratégia de busca completa). Os testes feitos para composição da expressão de busca e a análise dos dados recuperados (tanto na interface do site quanto nos dados do estudo piloto) serviram para constatar alguns erros na indexação da base, que foram relatados para a equipe da 1Findr para que fossem corrigidos até o momento da coleta definitiva dos dados da pesquisa. O estudo piloto em detalhes foi apresentado na qualificação do projeto da tese e também orientou o tratamento e a análise dos dados.

3.4 Procedimentos de tratamento, limpeza e padronização dos dados

A pesquisa busca caracterizar os estudos de gênero desenvolvidos no Brasil a partir de indicadores bibliométricos da sua produção científica. Esses indicadores são obtidos da análise dos dados das publicações em estudos de gênero obtidos através da 1Findr. Para que este objetivo geral fosse alcançado, algumas etapas prévias foram necessárias e elas dizem respeito aos primeiros objetivos específicos desta pesquisa, referentes à predefinição do objeto de pesquisa (a área ou temática de pesquisa de estudos de gênero no Brasil) e breve contextualização histórica. Após, procedeu-se à definição e refinamento da

estratégia de busca, conforme relatado no subtópico anterior, e então a obtenção dos dados.

No dia 9 de janeiro de 2020 a busca foi rodada e os dados “baixados” pela equipe da 1Findr, já que através deste processo foi possível obter mais metadados de cada publicação, que naquele momento ainda estavam indisponíveis na interface de usuários do portal. Foram obtidas 32105 publicações, recebidas no dia seguinte em formato JSON (*JavaScript Object Notation*), comumente usado para intercâmbio de informações entre sistemas. Um especialista programador, gentilmente converteu os dados do formato JSON para CSV (*comma-separated values*), legível pelo Microsoft Excel.

A partir deste momento foi feita uma análise geral dos dados, a fim de verificar principalmente *outliers* e publicações que poderiam ser excluídas do corpus de dados, que não fossem pertinentes à área. Por exemplo, foram verificadas as publicações com maior número de autores, com as datas mais antigas, entre outros. Esse processo levou cerca de duas semanas e resultou na exclusão de 496 publicações – uma redução de 1,54%. Então, com ajuda de outro programador, foram excluídos do corpus de dados no formato original (JSON) os mesmos artigos excluídos no formato CSV, com o objetivo de se ter um “espelho” do conjunto de dados a ser analisado.

A seguir, procedeu-se a verificações mais detalhadas dos registros, em que se percebeu a necessidade de limpeza e padronização de vários de seus campos. A limpeza é uma etapa extremamente dispendiosa em termos de tempo e esforço, mas necessária em muitos estudos bibliométricos (no caso da presente pesquisa, mostrou-se fundamental). Como um estudo bibliométrico, toda a parte metodológica acaba também fazendo parte do desenvolvimento da área e a etapa de limpeza torna-se também parte da análise. Todas as tomadas de decisão feitas foram fundamentadas sempre na contextualização da área e dos próprios dados, e igualmente registradas no relatório. Tal evidencia-se como uma prática não apenas adjacente à pesquisa, mas integrante e com igual importância a, por exemplo, a obtenção dos indicadores bibliométricos.

Em suma, todos os estudos bibliométricos necessitam de algum grau de revisão e padronização dos dados a serem analisados. Na análise bibliométrica de áreas cujos formatos de publicação são múltiplos e flexíveis, a limpeza, a padronização e o tratamento dos dados fazem-se basilares e precisam ser fundamentados no contexto da área, constituindo-se assim como parte da análise de dados.

Os campos tratados foram: nomes de autorias pessoais, nomes de instituições e palavras-chave. As limpezas foram feitas pela autora e também por bolsistas de graduação,

orientadas e supervisionadas pela autora. As padronizações feitas por elas foram também revisadas antes de aplicadas aos dados. A aplicação das padronizações foi feita no Microsoft Excel e rodadas por pesquisador com conhecimento no *software*, também posteriormente revisadas pela autora. Todas essas etapas levaram três meses (fevereiro a abril de 2020) e só puderam ser concluídas neste tempo graças ao auxílio dessas pessoas.

No campo de instituições de vínculo dos autores e autoras, além da limpeza e padronização, foram adicionadas informações de cidade, sigla oficial, estado (estes dois adicionados se instituições brasileiras) e país. Isso foi feito para todas as instituições e não apenas para as mais frequentes. Hospitais universitários foram entendidos como parte de suas universidades. Portanto, registros com “Hospital de Clínicas de Porto Alegre@UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul” e “UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul” por exemplo foram considerados como a mesma instituição. Com a adição da cidade, sigla, estado e país, as instituições ficaram padronizadas da seguinte forma: “Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), RS, Brazil” e como “Universidad Complutense de Madrid, XX, Spain”. Foram adicionadas também colunas: com apenas as siglas das instituições brasileiras e as instituições estrangeiras por extenso, com os estados brasileiros e a indicação de instituição estrangeiras (XX), com apenas as regiões do Brasil, outra apenas com os países – todas com e sem duplicatas. Nesta padronização, no caso de dúvidas consultou-se tanto os dados quanto a literatura da área e o portal oficial das instituições. Para as instituições com mais de uma sede, adotou-se a localização da sede principal/oficial.

A limpeza de nomes de autorias pessoais foi realizada para todas as grafias com mais de 6 ocorrências e suas variações – por exemplo, a grafia “Piccinini, C. A.” teve apenas uma ocorrência, mas foi padronizada já que equivale a “Piccinini, Cesar Augusto”, que teve 88 ocorrências nos dados brutos/sujos. A padronização colocou todas as grafias em letras minúsculas e sem acentuação, já que os *softwares* de análises consideram qualquer caractere distinto como um nome diferente (seja espaço, acentuação, case). Também se deu preferência pela forma mais completa dos nomes (para não se confundir grafias similares), mas nas ocasiões em que a pessoa mudou de nome ou é conhecida apenas numa determinada grafia, se adotou essa forma. Assim, consultou-se tanto os dados, como a literatura da área, e o perfil das pessoas autoras na plataforma de currículos Lattes (BRASIL, [s.d.]), no Google Acadêmico [[s.d.] e na rede social acadêmica Research Gate (c2020).

Quadro 4 - Exemplo de padronização de grafias de nomes pessoais

#	Grafias nos dados sujos	Nome corrigido	Nome padronizado
88	Piccinini, Cesar Augusto	Piccinini, Cesar Augusto	piccinini, cesar augusto
6	Piccinini, Cesar	Piccinini, Cesar Augusto	
6	Piccinini, Cesar A.	Piccinini, Cesar Augusto	
4	Piccinini, César Augusto	Piccinini, Cesar Augusto	
1	Piccinin, Cesar Augusto	Piccinini, Cesar Augusto	
1	Piccinini, C.	Piccinini, Cesar Augusto	
1	Piccinini, Cesar A.	Piccinini, Cesar Augusto	
1	Piccinini, C. A.	Piccinini, Cesar Augusto	

Fonte: Dados da pesquisa.

Houve redução de mais de mil grafias após aplicadas as correções – de 60396 para 59311. É necessário lembrar, contudo, que mesmo tendo sido feita uma limpeza de dados para juntar grafias distintas para uma mesma pessoa autora, essa limpeza nunca é completa. Por isso não se pode fazer uma real análise de produtividade, por exemplo, por autoria, mas sim por “grafias”, ou seja, formas de assinatura. Uma pessoa que assine Joana Silva em um artigo e em outro assine como Joana *da* Silva, por exemplo, será contabilizada duas vezes e cada uma com um artigo, caso a padronização de dados não tenha reconhecido que se trata da mesma pessoa.

As palavras-chave foram limpas/padronizadas também por ordem de frequência (as palavras/expressões que apareceram em mais documentos foram feitas primeiro, de forma que as palavras mais importantes tiveram prioridade em sua padronização). As palavras foram padronizadas utilizando apenas letras minúsculas e em dois idiomas: inglês e português brasileiro. Isso foi feito a fim de possibilitar o uso de *softwares* que trabalham apenas com vocábulos da língua inglesa ou que não aceitam acentos, cedilhas e outros sinais gráficos. Mas claro, nem todas as palavras foram padronizadas (o número de palavras ou expressões distintas ultrapassou 42 mil), e por isso nas análises poderão aparecer palavras padronizadas e não padronizadas juntas, e, portanto, possivelmente também em idiomas distintos.

Dicionários, tesouros e páginas que mostram o uso das palavras em diferentes contextos foram utilizados na limpeza de palavras-chave. A ferramenta mais simples e conhecida foi o Google Tradutor ([s.d.]), que traduz termos e expressões de um idioma para outro, inclusive detectando o idioma de palavras desconhecidas. Também foram usadas ferramentas mais complexas, como o dicionário Linguee (DEEPL GMBH, 2020), que mostra palavras e expressões contextualizadas (inseridas em textos) com a tradução para o idioma selecionado; contexto em dois idiomas no contexto de uso delas; o WordReference (2020), que dá a tradução e a definição das palavras com exemplos de uso

(também contextualizadas); o Thesaurus.com, tesouro de sinônimos e antônimos de palavras da língua inglesa; e o Descritores em Ciências da Saúde (DESCRITORES EM CIÊNCIAS DA SAÚDE: DECS, 2020), que fornece definição e a melhor tradução (inglês, português e espanhol) para expressões e termos das ciências da saúde. Por ser um tesouro especializado, o DeCS também mostra a definição de cada descritor e termos associados a ele, mais gerais, mais específicos ou relacionados. Por exemplo: no DeCS se verificou a diferença entre denominações distintas para “parto” – *parturition* como a tradução mais correta, e a diferença quando a publicação usa *delivery* (para tipos de partos, geralmente os com intervenção médica).

Em muitos casos os dados apresentavam a mesma palavra-chave em diversos sinônimos para o mesmo artigo, ou a mesma palavra em português e em inglês. Então a padronização permitiu mostrar a real ocorrência de determinados termos, além de eliminar ocorrências duplicadas (o que inflaria a ocorrência de determinadas palavras nesses casos). Em muitos casos, consultou-se a fonte original das publicações para se verificar possíveis erros nos registros dos dados e/ou o contexto da palavra, além, também, dos próprios dados da pesquisa. A redução foi de cerca de mil a mil e quinhentas palavras-chave equivalentes ou sinônimas (de 47044 com os dados sujos, para 45577 em português, e 45956 em inglês).

Para as análises de disciplinas e áreas do conhecimento utilizou-se os 19819 artigos com os campos *domain* (domínio), *field* e *subfield* (campo e subcampo) preenchidos, na classificação formulada por bibliometristas da Science-Metrix (ARCHAMBAULT; BEAUCHESNE; CARUSO, 2011). Esta classificação é hierárquica, tal qual a Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq e da CAPES (2020), adotada no Brasil. Neste sentido, os *domains* da Science-Metrix seriam as grandes áreas CNPq/CAPES, porém as duas classificações não se equivalem completamente já que algumas disciplinas que estão numa grande área da Tabela CNPq/CAPES pertencem a um *domain* diferente na Science-Metrix. Por exemplo, educação e antropologia: são *fields* e *subfields* na Science-Metrix e também estão presentes na Tabela CNPq/CAPES como áreas (disciplinas) de pesquisa. Porém, na divisão de grandes campos do conhecimento, as duas ficam dentro do *domain Economics & Social Sciences* (economia e ciências sociais) da Science-Metrix, enquanto no Brasil são consideradas pertencentes à grande área de ciências humanas.

Quadro 5 - As principais divisões (primeira hierarquia) nas classificações da Science-Metrix e do CNPq/CAPES

Science-Metrix	CNPq/CAPES
Health Sciences Arts & Humanities Economic & Social Sciences Applied Sciences Natural Sciences General	Ciências da Saúde Ciências Humanas Linguística, Letras e Artes Ciências Sociais Aplicadas Engenharias Ciências Agrárias Ciências Exatas e da Terra Ciências Biológicas Outros

Fonte: Science-Metrix (ARCHAMBAULT, 2016) e CNPq (2020).

Em função disso foram adotados dois procedimentos: nas análises com o que chamamos aqui de disciplinas/matérias (e subdisciplinas, ou seja, as hierarquias menores da classificação) se manteve a denominação vinda da base de dados⁵³. Já nas análises em que as publicações foram divididas em grandes áreas, ou seja, em poucos campos do conhecimento (capítulo 9 e nos recortes dos anteriores), adotou-se a classificação brasileira. Para isso, foi realizada reclassificação de cada um dos *fields* buscando-se o equivalente dentro da CNPq/CAPES. Localizado o correspondente, classificou-se dentro da grande área a que este pertence na tabela brasileira. Exemplo: *Economics (field)*, equivalente à Economia (tabela brasileira), que está dentro de Ciências sociais aplicadas (então *Economics* = Ciências sociais aplicadas).

Nos casos em que o equivalente estava classificado em “Outros” na tabela brasileira, procedeu-se a reclassificação pela *subfields* (ver exemplo no quadro a seguir). Posteriormente, caso os *subfields* também deixassem dúvidas (ambíguos ou podendo pertencer a mais de uma área CNPq), classificou-se através da análise de seus periódicos. Portanto a reclassificação obedeceu aos seguintes níveis de análise: *field* > *subfield* > *periódicos*.

A etapa de classificação pelos periódicos demonstrou ser necessário acrescentar uma divisão para “Multidisciplinar”, o que não há na tabela brasileira, porém se mostra como o mais adequado para classificar publicações que são essencialmente voltadas para a multidisciplinariedade ou que abrangem duas ou mais áreas do CNPq, como por exemplo, os periódicos *PLOS One*, *Pour la Science*, *Anais da Academia Brasileira de*

⁵³ As classificações foram recebidas em inglês e traduzidas para português brasileiro com auxílio dos mesmos tradutores e tesouros utilizados para as palavras-chave (para os casos novos, ainda não traduzidos na fonte) ou então foi utilizada a tradução obtida na própria classificação, que inclui português brasileiro. As traduções de áreas, disciplinas e etc. da Science-Metrix foi realizada em colaboração com pesquisadores e pesquisadoras de diversas partes do mundo. Para o português brasileiro, a tradução foi feita por Jacqueline Leta (ARCHAMBAULT, 2016).

Ciências, *Nature*, entre outros. Coincidentemente, todos os *subfields* que demandaram essa análise mais profunda, dos seus periódicos, acabaram sendo classificados como multidisciplinares. *Arts, Humanities & Social Sciences, General* (*subfield* de *General*) foi quase classificado em Ciências humanas, porém contém periódicos que seriam tanto classificados em Ciências humanas como em Letras, Linguística e literatura (portanto, multidisciplinar). *Bioinformatics*, contém periódicos que misturam ciências biológicas e ciências da saúde, e *Security & Public Safety* contém o periódico *Mundo Agrario*, que fala desde agricultura a questões de desenvolvimento econômico e da sociedade agrárias (ciências agrárias, ciências humanas e ciências sociais aplicadas). Além disso, a classificação de três periódicos foi corrigida: LAPLAGE em Revista e Interfaces foram registrados como Engineering e corrigidos para ciências humanas e para linguística, letras e artes, respectivamente, e Alea Estudos Neolatinos estava como Mathematics & Statistics, corrigido para linguística, letras e artes.

Quadro 6 - Reclassificação dos “campos” e “subcampos” (*fields/subfields*) da base de dados para as áreas no Brasil

Art	Field Science-Matrix	Correspondente CNPq	Grande área CNPq	Subfields (se necessário)	Grande área CNPq (final)
6046	Public Health & Health Services	Saúde pública	Ciências da saúde		
3500	Social Sciences	Ciências sociais	Outros	Communication & Media Studies Library & Information Science	Ciências sociais aplicadas
				Demography Ethnology Family Studies Gender Studies Geography International Studies Political Science Science Studies Social Work Sociology	Ciências humanas
2211	Clinical Medicine	Medicina	Ciências da saúde		
1913	Education	Educação	Ciências humanas		
1401	Psychology & Cognitive Sciences	Psicologia	Ciências humanas		
1254	Historical Studies	História	Ciências humanas		
618	Language & Literature	Letras	Linguística, letras e artes		
550	General	Ciências	Outros	Arts, Humanities & Social Sciences, General General Life Sciences, General Multidisciplinary Research Science & Technology, General	Multidisciplinar (pós análise dos periódicos de cada <i>subfield</i>)
523	Law	Direito	Ciências sociais aplicadas		
366	Philosophy & Theology	Filosofia	Ciências humanas		

328	Area & Cultural Studies	Estudos sociais	Outros	African Studies American & English Studies Asia-Pacific Studies Celtic Studies Cultural Studies, General Germanic Studies Japanese Studies Jewish Studies Luso-Hispanic Studies	Ciências humanas
293	Biomedical Research	Biomedicina	Outros	Anatomy & Morphology Biochemistry & Molecular Biology Biophysics Cytology Developmental Biology Genetics & Heredity Genomics & Proteomics Immunology Infectious Diseases Microbiology Mycology & Parasitology Neurobiology Neuroscience Nutrition & Dietetics Physiology Respiratory System Toxicology Virology	Ciências da saúde
196	Business & Management	Administração	Ciências sociais aplicadas		
143	General Humanities	Ciências humanas	Ciências humanas		
137	Economics	Economia	Ciências sociais aplicadas		
84	General Economic & Social Sciences	Ciências sociais aplicadas	Ciências sociais aplicadas		
41	Enabling & Strategic Technologies			Bioinformatics Biotechnology Defence & Military Studies Security & Public Safety Water Science & Technology	Multidisciplinar (pós análise dos periódicos de cada <i>subfield</i>)
40	Built Environment & Design	Arquitetura e urbanismo	Ciências sociais aplicadas		
32	Dentistry & Oral Medicine	Odontologia	Ciências da saúde		
24	Biology	Biologia geral	Ciências biológicas		
24	Surgery	Cirurgia	Ciências da saúde		
23	Visual & Performing Arts	Artes	Linguística, letras e artes		
22	Information & Communication Technologies	Comunicação /Ciência da informação	Ciências sociais aplicadas		
18	Agriculture, Fisheries & Forestry	Ciências agrárias	Ciências agrárias		
16	Engineering	Engenharias	Engenharias		
7	Earth & Environmental Sciences	Ciências exatas e da terra	Ciências exatas e da terra		
3	General Health Sciences	Ciências da saúde	Ciências da saúde		
2	Chemistry	Química	Ciências exatas e da terra		
1	Energy	Engenharia elétrica	Engenharias		
1	Health Technology	Engenharia biomédica	Engenharias		
1	Materials	Engenharias	Engenharias		
1	Mathematics & Statistics	Matemática / Estatística	Ciências exatas e da terra		

Observação: o quadro mostra apenas os *subfields* (quando necessário analisar) que possuíam publicações.

Fonte: Dados da pesquisa, Science-Metrix (ARCHAMBAULT, 2016) e CNPq (2020).

O quadro 7 demonstra a reclassificação feita analisando-se os periódicos.

Quadro 7 - Reclassificações que demandaram análise dos periódicos de cada *subfield*

<i>Field</i>	<i>Art.</i>	<i>Subfield</i>	Periódicos	CNPq
General	347	Arts, Humanities & Social Sciences, General	Acta Scientiarum. Human and Social Sciences Mediações, Revista de Ciências Sociais REVELLI - Revista de Educação, Linguagem e Literatura da UEG-Inhumas Revista CESUMAR (Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) Logos - Revista de Lingüística, Literatura y Filosofia Semina - Ciências Sociais e Humanas Luso-Brazilian Review	Multidisciplinar
	42	General	PLOS One Psico-USF	Multidisciplinar
	32	Life Sciences, General	Publicatio UEPG: Ciências Biológicas e da Saúde Revista de Ciências Médicas e Biológicas	Multidisciplinar
	121	Science & Technology, General	Pour la Science Anais da Academia Brasileira de Ciências Arbor - Ciencia, Pensamiento y Cultura Proceedings of the National Academy of Sciences of the USA Scientific Reports Journal of Visualized Experiments - JoVE Science Advances Acta Scientiarum - Technology The Scientific World Journal Global Science and Technology Nature	Multidisciplinar
	4	Multidisciplinary Research	Metamorfose, Revista Interdisciplinar de Arte, Ciência e Tecnologia Brazilian Geographical Journal - Geosciences and Humanities Research Medium	Multidisciplinar
Enabling & Strategic Technologies	8	Bioinformatics	Theoretical Biology and Medical Modelling Mathematical Biosciences Journal of Mathematical Biology IMA Journal of Mathematics Applied in Medicine and Biology	Multidisciplinar
	18	Biotechnology	Journal of Crop Science and Biotechnology Engenharia Sanitaria e Ambiental Crop Breeding and Applied Biotechnology Journal of Biomedicine and Biotechnology Brazilian Archives of Biology and Technology	Multidisciplinar
	12	Security & Public Safety	International Journal of Conflict and Violence Journal of Hazardous Materials Mundo Agrario Journal of Food Protection	Multidisciplinar
	2	Defence & Military Studies	Peace and Conflict - Journal of Peace Psychology Peace & Change	Multidisciplinar
	1	Water Science & Technology	Journal of Water and Health	Multidisciplinar

Fonte: Dados da pesquisa, Science-Metrix (ARCHAMBAULT, 2016) e CNPq (2020).

Por fim, o quadro 8 mostra a classificação final.

Quadro 8 - Resultado reclassificação

Área brasileira	Field (e subfield) Science-Metrix
Ciências da saúde	Public Health & Health Services Clinical Medicine Biomedical Research Dentistry & Oral Medicine Surgery General Health Sciences
Ciências humanas	Psychology & Cognitive Sciences Philosophy & Theology Area & Cultural Studies General Humanities Education Historical studies PARTE Social Sciences, com os <i>subfields</i> : Demography Ethnology Family Studies Gender Studies Geography International Studies Political Science Science Studies Social Work Sociology
Ciências sociais aplicadas	Business & Management Economics General Economic & Social Sciences Built Environment & Design Information & Communication Technologies Law PARTE Social Sciences, com os <i>subfields</i> : Communication & Media Studies Library & Information Science
Linguística, letras e artes	Language & Literature Visual & Performing Arts
Multidisciplinar	General Enabling & Strategic Technologies
Ciências exatas e da terra	Earth & Environmental Sciences Mathematics & Statistics Chemistry
Ciências biológicas	Biology
Ciências agrárias	Agriculture, Fisheries & Forestry
Engenharias	Engineering Energy Health Technology Materials

3.5 Indicadores bibliométricos e fontes de dados adicionais

Os objetivos específicos referentes a indicadores bibliométricos (de “caracterizar a partir de indicadores bibliométricos o objeto de pesquisa” até “levantar possíveis mudanças nas características da produção”) correspondem a análises que são feitas a partir das variáveis dos artigos que compõem o conjunto de dados, os artigos brasileiros em estudos

de gênero. Estas variáveis são analisadas a partir desses indicadores que possuem denominações diversas, conforme diferentes teóricos de bibliometria e cientometria. Para a presente pesquisa são utilizados os seguintes indicadores, conforme denominações do quadro 1 da seção teórica: indicadores de produção e atividade, de colaboração e de associação temática.

A fim de analisar a produção científica em estudos de gênero no Brasil em número de publicações, idiomas, fontes de publicação e seus atores são utilizados indicadores de produção e atividade científica, os quais se constituem basicamente na contagem de publicações para definir produtividade, perfil de produção, entre outros. Suas análises são realizadas a partir de comparação (GLÄNZEL, 2012; MALTRÁS BARBA, 2003). Os indicadores de atividade também permitem mapear os estudos em sua distribuição espacial (geográfica) no país, mas são os indicadores de colaboração que possibilitam verificar parcerias feitas no território nacional e com parceiros estrangeiros.

Indicadores de colaboração permitem ainda elencar possíveis padrões de coautoria entre as instituições autoras e entre os estados brasileiros. Segundo Maltrás Barba (2003) e Glänzel (2003), os indicadores de colaboração são vislumbrados através da coautoria de publicações, que demonstram redes colaborativas entre agentes de pesquisa. Visto a ciência ser uma atividade eminentemente social, este é um indicador de suma importância.

Já os indicadores de associação temática são definidos como os que procuram relacionar publicações a partir de seus temas em comum. Rosa Sancho (1990) exemplifica com trabalhos que possuem referências comuns (“ligação bibliográfica”), que são citados por um mesmo trabalho (cocitações) ou que possuem termos importantes em comum. São estes os indicadores que objetivam analisar redes de termos, temas, assuntos e outros. Segundo White e McCain (1998), o compartilhamento de termos e referências pode indicar um paradigma científico comum, denotando assim um domínio de pesquisa. Além de todos os indicadores citados nos parágrafos anteriores, são os indicadores de associação temática que permitirão também identificar diferenças e similitudes entre diferentes áreas de pesquisa. Nestes também podem estar os denominados “indicadores avançados” de Glänzel (2003), já que suas análises podem gerar mapas, *clusters* e outras formas de visualização de dados.

Na visão de Todeschini e Baccini (2016), todos os dados que podem ser obtidos através da IFindr seriam considerados “indicadores positivos” pois estão vinculados a objetivos de retratar, descrever e explicar fenômenos da ciência e da comunicação científica. Para os autores, os “indicadores avaliativos” devem possuir viés de julgamento

e avaliação, em que alguns indicadores de impacto poderiam ser incluídos. Mas a presente pesquisa não tem intenção de avaliar ou julgar a produção científica ou seus agentes. Além disso, nenhuma das duas fontes de dados possibilita recuperar informações de citações, motivo pelo qual indicadores de impacto não foram adicionados nos objetivos da pesquisa – embora não se exclua uma certa análise do impacto “social” da produção acadêmica, na medida que os dados possibilitem.

O quadro a seguir liga os objetivos específicos com os indicadores bibliométricos relacionados, as variáveis de análise e os campos da IFindr em que os dados serão obtidos. A última coluna indica ainda onde dados adicionais para analisar as variáveis foram obtidos.

Quadro 9 - Relação entre objetivos específicos, indicadores bibliométricos, unidades de análise e campos da IFindr, e fontes de dados adicionais utilizadas

Objetivo específico	Indicadores bibliométricos	Variáveis de análise	IFindr (campos)	Dados adicionais
Caracterizar a partir de indicadores bibliométricos o objeto de pesquisa quanto a número de publicações, idiomas, veículos de publicação (periódicos) e entre as diferentes áreas de pesquisa (segundo classificação brasileira do CNPq)	Indicadores de atividade	N. publicações por ano Idiomas Fontes de publicação Áreas	<i>Dates</i> (ano de publicação) <i>Language</i> (idioma) <i>Journal</i> (periódico) <i>Domain</i> (domínio) <i>Field</i> (campo) <i>Subfield</i> (subcampo)	Plataforma Lattes e Tabela de Áreas do CNPq.
Verificar a disponibilidade atual de acesso a essas publicações (acesso aberto ou pago)	Atividade	Tipo de acesso	<i>Access Type</i> (tipo de acesso)	-
Identificar os atores mais importantes (em termos de frequência) dos estudos de gênero no Brasil – indivíduos e instituições de pesquisa	Atividade	Indivíduos Instituições de pesquisa	<i>Author</i> (autoras e autores) <i>Organization</i> (instituição de pesquisa)	Plataforma Lattes, portal das instituições e Diretórios de Grupos de Pesquisa do CNPq

Identificar padrões de coautoria (entre indivíduos e entre instituições nacionais e estrangeiras mais frequentes)	Colaboração	Indivíduos Instituições de pesquisa Unidades federativas Regiões Países	<i>Author</i> (autoras e autores) <i>Organization</i> (instituição de pesquisa) Dados adicionados (a partir de <i>organization</i>) Dados adicionados (a partir de <i>organization</i>) Dados adicionados (a partir de <i>organization</i>) <i>Publisher's country</i> (para cálculo de força de colaboração)	Plataforma de currículos Lattes e portal das instituições
Mapear onde se dá a produção científica em estudos de gênero brasileira – distribuição geográfica no país (unidades federativas e regiões) e dos parceiros de pesquisa estrangeiros (países e principais instituições)	Atividade	Instituições de pesquisa Unidades federativas Regiões Países	<i>Organization</i> (instituição de pesquisa) Dados adicionados (a partir de <i>organization</i>)	Plataforma Lattes, portal das instituições e Diretórios de Grupos de Pesquisa do CNPq
Identificar, a partir da associação de palavras-chave mais frequentes, temas e assuntos de pesquisa mais prolíficos em diferentes recortes do objeto e pesquisa	Associação temática	Palavras-chave + associação com outros campos	<i>Keywords</i>	Tesauros como o Tesouro de Estudos de gênero e sobre Mulher e DeCS
Verificar diferenças e similitudes entre diferentes as áreas de pesquisa a partir de seus indicadores bibliométricos		Áreas de pesquisa + associação com outros campos	<i>Domain</i> (domínio) <i>Field</i> (campo) <i>Subfield</i> (subcampo)	Tabela de áreas de pesquisa do CNPq
Levantar possíveis mudanças nas características da produção científica brasileira em estudos de gênero de acordo com a evolução temporal (por meio da comparação das características de diferentes décadas)	Atividade, colaboração e associação temática	Ano de publicação + associação com outros campos	<i>Dates</i> (ano de publicação)	

Fonte: Dados da pesquisa.

O *feedback* para a equipe da base de dados, se dará tanto em função do ineditismo no seu uso como fonte para estudos bibliométricos, quanto como uma forma de retorno da pesquisa para seus desenvolvedores, que gentilmente concederam acesso à edição institucional (paga) para esta pesquisa.

Os *softwares* de tratamento para análise dessas variáveis são descritos na próxima subseção. Antes disso, é necessário explicar a respeito de dois indicadores bibliométricos que possuem “nomes próprios” e são utilizados na literatura de bibliometria. Os dois podem ser entendidos como indicadores de atividade científica e de colaboração. São eles: o *growth index* (GI), ou índice de crescimento, e a força de colaboração.

O GI é um indicador de atividade de pesquisa que permite verificar o crescimento de quaisquer agentes de pesquisa, desde pessoas autoras a países. Para isso, separa-se a quantidade de pesquisa em dois períodos de tempo e então se divide a soma da quantidade de pesquisa do segundo período pela soma do primeiro período (HAUSTEIN; CÔTÉ; BEAUDET, 2013). O resultado permite comparar o crescimento quantitativo de pesquisas de um agente com ele mesmo, ou com outros agentes de pesquisa do mesmo nível (por exemplo, comparar uma instituição de pesquisa com outra, um país com outro, e assim por diante). Para agentes de pesquisa com produção constante, o resultado costuma girar em torno de um, em que um significa estabilidade na produção, um número menor significa decréscimo e um número maior significa aumento na produção. Na comparação entre diferentes agentes, o resultado permite comparar o crescimento (ou decréscimo) de entidades com a produção muito discrepante entre si.

Outra medida muito utilizada estatisticamente para medir o “desempenho” entre dois períodos de tempo é o delta proporcional, bastante similar ao GI, mas mais conhecido na literatura estatística. É dado pela razão entre a diferença de valores dos dois períodos analisados pelo valor do período inicial – nesta pesquisa, o valor da produção nos anos 2010 pelo valor dos anos 2000. A variação percentual explicita o quanto “mudou” quantitativamente qualquer medida e nada mais é que o valor do delta proporcional multiplicado por cem. Expressa em números percentuais a modificação de uma medida em relação a dois períodos de tempo. Na análise de dados, essas medidas foram calculadas para as organizações brasileiras e para os estado e distrito federal, por exemplo, utilizando-se número de publicações nos anos 2000 e o dos anos 2011 até 2019 (já que para períodos anteriores nem todas as instituições e estados estavam presentes).

A força de colaboração é um indicador bibliométrico de colaboração proposto por Luukkonen e colaboradores em 1993, como uma medida relativa para medir a cooperação entre dois países. Enquanto a contagem simples, que é uma medida absoluta, identifica as redes de colaboração mais frequentes, a força de colaboração leva em conta o “tamanho científico” para verificar a intensidade de cooperação entre dois países (LUUKKONEN *et al.*, 1993).

Nas análises geográficas o tamanho do território ou o tamanho da população são utilizados para relativizar resultados (nesta pesquisa a quantidade de pessoas pesquisadoras relativiza a produtividade de cada unidade federativa no Brasil). Na força de colaboração, Luukkonen *et al.* (1993) propõem relativizar a colaboração através da quantidade de publicações de cada país. Para isso, usa a contagem da produção individual e da produção em conjunto (em colaboração) de cada local, da seguinte forma: a força de colaboração entre o país X e o país Y é o quociente (S_{xy}) do número de colaborações entre os dois países (C_{xy}) dividida pela raiz quadrada da multiplicação da produção individual de cada país (C_x e C_y), ou seja:

$$S_{xy} = C_{xy} / \sqrt{(C_x \cdot C_y)}$$

A IFindr, fonte de dados desta pesquisa, todavia, não permite pesquisar pelo endereço das autorias (nesta pesquisa estes dados foram adicionados a partir do nome da instituição de vínculo de cada pessoa autora), impossibilitando saber a quantidade de artigos em estudos de gênero de cada país na base. A fim de driblar tal limitação, é utilizada outra informação coletada na mesma fonte: a presença/tamanho de cada país em estudos de gênero, a partir do campo *publisher's country*, que é o país editor/publicador do periódico em que o artigo é veiculado. É uma medida relativa que, de outra maneira, também indica o tamanho científico das nações na área estudada⁵⁴. Então a adaptação da força de colaboração fica da seguinte forma:

$$F_{xy} = C_{xy} / \sqrt{(P_x \cdot P_y)}, \text{ em que}$$

F_{xy} é a força de colaboração do país X com o país Y

C_{xy} é a quantidade de artigos em coautoria em EGB dos dois países

P_x é a quantidade de artigos (em estudos de gênero) do país X como publicador

P_y é a quantidade de artigos do país Y como publicador, na mesma área

Para recuperar apenas artigos em estudos de gênero, foi utilizada a mesma estratégia de busca, sem o uso das instituições brasileiras. Nesta adaptação, faz-se necessário equiparar as casas numéricas da quantidade de artigos de *publisher's country* com a quantidade de artigos em colaboração de cada país. O número de artigos em coautoria do Brasil com outros países varia de 1 a 754 (conforme será visto na análise de dados), ou

⁵⁴ Tal medida foi conferida através do Núcleo de Assessoria Estatística da UFRGS (NAE UFRGS). Primeiro se obteve com a IFindr a quantidade de artigos de cada país como editor, independente da área. Esse número já possibilitaria relativizar os dados, pois pondera o peso de cada local com uma medida de sua atividade científica. Mas, a partir de consulta com o NAE, se recalculou o índice com a quantidade de artigos por país como *publisher country* para o mesmo tipo de produção científica, usando para isso a mesma estratégia de busca adotada para recuperar a produção brasileira em estudos de gênero. Os dados foram coletados em 26 de outubro de 2020.

seja, não ultrapassa a casa da centena. Tendo o Brasil 67309 artigos como país editor, é necessária uma divisão por 1000 para chegar ao mesmo algarismo ($67309/100=673,09$), e o mesmo é feito para o valor de cada país. Em suma, a equação final equivale a:

$$F_{BRY} = C_{BRY} / \sqrt{(673,09 \cdot [Py/100])}$$

A limitação deste índice é que os países que sediam as grandes editoras científicas ficam com sua força de colaboração “prejudicada” com a possibilidade de haver um valor alto para seu divisor. Isso seria o caso principalmente da Holanda e EUA, contudo como são países que também possuem bastante atividade científica, a limitação não chega a impossibilitar o uso do índice.

3.6 Softwares de análise

Vários *softwares* foram cotados para rodar análises de coocorrências e associação de variáveis e para visualização dos dados, visto que não se sabia previamente como a IFindr enviaria os dados (formato) e em quais linguagens poderiam ser convertidos e rodados. Gephi, CiteSpace, Pajek, BiblioTools e SPSS foram descartados neste processo.

Os programas utilizados foram: **Microsoft Excel** versão 2016 para rodar limpeza de dados, para constituir a base de análise, para converter os dados em formato legível para outros *softwares* (BibExcel e Biblioshiny), para análises estatísticas e constituição da maioria dos gráficos e tabelas. **BibExcel** foi utilizado para rodar várias das análises relativas a indicadores bibliométricos, algumas posteriormente convertidas em gráficos no Microsoft Excel ou em mapas no VOSviewer. O **VOSviewer** foi utilizado para rodar e analisar indicadores de colaboração. **Bibliometrix** e **Biblioshiny** serviram nas análises de associação temática, palavras-chave e também de associação de mais de duas variáveis. **PhilCarto** permitiu a visualização dos dados em mapas cartográficos. Os parâmetros utilizados em cada programa são indicados a seguir.

O Microsoft Excel é conhecido programa de planilhas, para dados nominais e numéricos. Além de possibilitar organização de dados em planilhas que servem como uma espécie de base de dados simples, permite cálculos de frequência uni e multivariada (através das tabelas dinâmicas), cálculos estatísticos descritivos e alguns multivariados, projeta objetos gráficos para visualização de dados e permite sua customização, além de ler e transformar arquivos de/em vários formatos, como algumas utilizadas nesta pesquisa:

CSV, delimitado por tabulação e texto simples (.txt), XML (*eXtensible Markup Language*) e pasta de trabalho Excel 97-2003 (.xls), Excel atual (.xlsx) e habilitada para macro (.xlsm). Além disso foi utilizado para corrigir acentuação em dados com codificação diferente.

O BibExcel (PERSSON; DANELL; SCHNEIDER, 2009) é um *software* de bibliometria utilizado para calcular indicadores bibliométricos de atividade, colaboração e coocorrência. Ele também permite padronizar metadados de bases de dados conhecidas, como Scopus e *Web of Science*, para formatos legíveis por *softwares* que produzem mapas. O BibExcel roda as análises e os arquivos, porém não é um programa para visualização de dados, então seus arquivos de resultados precisam ser lidos por outros programas para facilitar o entendimento.

A planilha Excel com todos os dados das publicações (convertida do formato JSON) foi usada de duas formas: uma com todos os dados, em que foram adicionadas várias abas para analisar diferentes indicadores e diferentes recortes dos dados, rodados no próprio Excel; e outra mais simples, em uma única aba, com colunas de dados de apenas dois caracteres para poder ser lida pelo BibExcel. Essa versão foi configurada de tal forma que ficasse no mesmo formato de um arquivo de dados baixado da base *Web of Science*. Assim, foi possível rodar análises no BibExcel e utilizá-lo também para transformar análises de colaboração em formatos legíveis pelo Vosviewer (arquivos de rede). As análises de frequência que não puderam ser rodadas no Excel foram todas feitas no BibExcel (por exemplo, as mais de uma variável em cada campo, como autoria, instituições e outras separadas por ponto e vírgula em seus campos).

O Vosviewer (VAN ECK, Nees Jan; WALTMAN, 2020) foi elaborado para criar dados em rede, e para rodar, analisar e visualizar mapas com dados de rede. É programado com o método de agrupamento de visualização de similaridades (VOS, *visualization of similarities*) proposto por van Eck e Waltman (2007) e permite algumas manipulações nas análises, como tipo de normalização das coocorrências, uso ou não de arquivos de vetor, descarte de palavras inexpressivas nas análises de texto, visualização dos dados em rede, densidade e sobreposição (*overlay*), entre outros. Nesta pesquisa, os arquivos de rede com análises de colaboração (entre pessoas e entre instituições), e as redes coocorrência de palavras-chave para as áreas de pesquisa foram criados no BibExcel e analisados no Vosviewer. Os seguintes parâmetros foram adotados: *clusterização* por força de associação (*association strength*), proposta por Van Eck e Waltman (2009) e também utilizada nas análises com o *software* Biblioshiny, leiaute do mapa padrão (com os valores de atração 2 e repulsão -1 para os itens no mapa, valores que são pré-configurados para análises de

coautoria no método VOS), sem tamanho mínimo de *cluster* e com o número de ligações entre eles customizados para cada análise (indicados nos mapas).

No Biblioshiny foram feitas as análises de coocorrência de palavras-chave para os recortes de décadas (a fim de possibilitar o uso de um leiaute diferente do VOSviewer) e as outras análises de palavras (dendrogramas e evolução das dez mais frequentes em todos os anos). Para isso foram utilizados arquivos no formato planilha Excel, convertidos em formato R através do próprio Biblioshiny. O programa é uma interface web que possibilita o uso do Bibliometrix sem a necessidade de usar linguagem de programação para efetuar as análises. O Bibliometrix é programa de análises bibliométricos baseado em linguagem R (ARIA; CUCCURULLO, 2017; MORAL-MUÑOZ *et al.*, 2020). Se assemelha ao BibExcel pois roda diversos tipos de análises bibliométricas tendo ainda a vantagem de elaborar também objetos gráficos para visualização das análises. Alguns deles também permitem modelagem dos gráficos e mapas, o que foi feito nesta pesquisa. Nas análises de redes de palavras-chave utilizou-se o mesmo parâmetro na normalização das coocorrências do VOSviewer (força de associação), mas com algoritmo de *clusterização* de Louvain⁵⁵ (BLONDEL *et al.*, 2008) e leiaute de rede de Kamada e Kawai (1989⁵⁶ *apud* ARIA; CUCCURULLO, 2017). Através de análise fatorial, com parâmetros de oito *clusters* e método escalonamento multidimensional (MDS) foram feitos os dendrogramas⁵⁷ com os 50 termos mais frequentes para comparar as palavras-chave da década de 2000 e 2010.

O Philcarto é um *software* livre de projeções cartográficas e a versão utilizada é de 18 de junho de 2020. O programa permite projetar bancos de dados em formato de texto em mapas, que podem ser tanto os existentes no *software* quanto incluídos de outra fonte. Nesta pesquisa as projeções usadas foram recuperadas do banco de mapas cartográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A projeção mundial utilizada é a Eckert 3, pseudocilíndrica, considerada adequada para mapeamento temático, e a brasileira é a

⁵⁵ Método mais adequado em função da quantidade de dados das últimas décadas, já que cada artigo pode conter inúmeras palavras-chave e o método de Louvain “[...] supera todos os outros métodos de *clusterização* conhecidos em termos de tempo de computação.” (BLONDEL *et al.*, 2008, p. 1), além de ser um método tradicionalmente usado em estudos bibliométricos.

⁵⁶ KAMADA, Tomihisa; KAWAI, Satoru. An algorithm for drawing general undirected graphs. **Information Processing Letters**, Amsterdam, v. 31, n. 1, p. 7-15, 1989. *Apud* Aria e Cuccurullo (2017).

⁵⁷ Os métodos citados são métodos estatísticos multivariados, ou seja, utilizados para interpretar conjuntos de dados com mais de duas variáveis, com o objetivo de descrever, resumir e interpretar os dados (as publicações em EGB) possibilitando sua compreensão numa quantidade menor de conceitos do que seria utilizado para descrever cada um separadamente. A análise fatorial é uma classe de métodos dentro da estatística multivariada em que se busca analisar as variáveis de um conjunto de dados através de suas correlações, identificando dimensões latentes comuns (os fatores). O escalonamento multidimensional (MDS) tem o objetivo de apresentar as similaridades e a diferenças dos dados de um conjunto através de uma representação espacial. Um dendrograma é uma representação de clusters hierarquizada.

Brasil com unidades federativas versão de 2016 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020).

3.7 Disponibilização dos dados

Pretende-se disponibilizar o conjunto de dados desta tese em repositório de dados abertos. Dados de pesquisa abertos são uma pauta de extrema relevância: tem o intuito de contribuir para tornar a ciência e a informação científica mais acessíveis, transparentes e eficazes, além de aumentar seu impacto e relevância. Dados disponibilizados assim devem seguir protocolos de organização e transparência para tornar sua “reutilização” possível. A pessoa que utiliza dados abertos precisa apenas citar a autoria do conjunto de dados (quem os coletou e organizou) e tem como benefício poder realocar para outros fins todo o tempo, esforço e recursos que seriam utilizados em nova coleta.

Caso não haja restrições para tal (pelas fontes em que os dados foram coletados, como 1Findr, plataforma Lattes e outras, ou restrições em relação ao formato dos dados), a disponibilização dos dados pretende fazer com que novas pesquisas possam ser feitas a partir deles. Possivelmente no mesmo repositório da UFRGS em que está tese ficará disponível, Lume (no caso dos dados, no Lume Data, a ser lançado ainda este ano, 2021).

3.8 Limitações da pesquisa

Toda pesquisa possui limitações, que devem ser reconhecidas a fim de compreender e relativizar seus resultados e a fim de se buscar estratégias para contorná-las, na medida do possível. As limitações da pesquisa deste projeto dizem respeito, em primeiro lugar, a limitações pertinentes a todos estudos bibliométricos: estratégia de busca, restrições das fontes de dados, da manipulação dos dados e dos *softwares* disponíveis para análise.

Em primeiro lugar, ressalta-se que a produção científica brasileira em estudos de gênero que não esteja disponível online ou que não tenha metadados passíveis de análise (como por exemplo, os artigos da revista Labrys) não foram incluídos no conjunto de dados, limitando assim a abrangência da pesquisa. Neste sentido, áreas de pesquisa que possuem tradicionalmente mais financiamento (para, por exemplo, digitalizar artigos

científicos antigos e registrar seus metadados) ou que se adequaram há mais tempo em relação à disciplinarização da ciência (registrando adequadamente suas produções por exemplo), ficam “beneficiadas” em quaisquer análises bibliométricas (que utilizem metadados disponíveis online, ou de bases de dados bibliográficas). Da mesma forma, as demais áreas, sem tal tradição nesses formatos ou menos “disciplinarizadas”, ficam prejudicadas – mesmo numa base de dados que busca ser mais abrangente em relação a isso, como se verá a seguir.

Uma das fontes mais utilizadas por cientistas brasileiros (os) para registrar sua produção acadêmica e que por isso poderia ser considerada mais adequada para a presente pesquisa é a plataforma de currículos Lattes. Contudo várias restrições em relação à seleção e análises nesta base levaram ao seu descarte como fonte principal. Por exemplo, não permitir buscar diretamente pela produção acadêmica (a busca retorna currículos de pessoas, não diretamente as bibliografias por exemplo), não permitir isolar/analisar apenas parte da produção acadêmica dos currículos selecionados (haveria necessidade de desenvolvimento de um novo *software* para tal), falta de padronização/sistematização de metadados da produção, limitações quanto ao uso dos *softwares* atualmente existentes destinados ao uso na plataforma, entre outras restrições. Por causa disso tudo, optou-se por uma fonte que recupera apenas artigos, mas com a qual será possível mais análises e para a qual dados do Lattes poderão servir de complementação.

Sem sombra de dúvidas, um dos maiores desafios que se impôs ao trabalho proposto diz respeito à identificação, recuperação (no sentido de identificação) e sistematização dos dados. As pesquisas em estudos de gênero são interdisciplinares e em função disso, dispersas em diversas áreas e disciplinas do conhecimento. Entre elas estão diversas disciplinas como sociologia, pedagogia, história e outras disciplinas entendidas como ciências humanas, que possuem alta variabilidade (e flexibilidade) em seus formatos de publicação: são muitas produções em livros, capítulos de livros, artigos, trabalhos de evento, entre outros. Ou seja, difere enormemente de áreas por exemplo como as das ciências da saúde, em que o formato principal de publicação de trabalhos originais é o artigo científico, que possui relativa padronização em seu formato – possui sempre um título e autoria, um resumo mais ou menos padronizado, veiculado em um título de periódico, que utilizam plataformas de publicação mais ou menos similares, etc. Há uma padronização maior no formato de publicação dentro das ciências da saúde, por exemplo, comparada às humanidades. Então as bases de dados multidisciplinares priorizam as

publicações de áreas com formato de publicação mais padronizado, e são as bases com recursos mais desenvolvidos para análises métricas da informação.

Dada a maior abrangência nas bases e a maior padronização nos formatos de publicação, é muito mais simples recuperar e analisar a produção científica das ciências exatas e da saúde, do que analisar as publicações das (ou que abrangem as) ciências sociais e humanas. Como mencionado, não estão muitas vezes indexadas ou não são cobertas por bases de dados com os recursos mais desenvolvidos para análises métricas⁵⁸. Portanto é uma limitação, mas também um desafio (e foi um dos objetivos) desta tese encontrar, explorar e utilizar uma fonte ao mesmo tempo abrangente e mais adequada possível para recuperar e estudar dados da produção em estudos de gênero.

A base de dados escolhida, 1Findr, possui algumas vantagens em relação às suas concorrentes, como por exemplo a maior abrangência. Ressalta-se que foi concebida por uma empresa que presta serviços de análises bibliométricas (a 1Science, proveniente da Science-Metrix) e que a presente pesquisa, ao que se sabe, é a primeira a utilizar a 1Findr como fonte. O ineditismo também impõe desafios e limitações às análises, em função de ajustes que precisaram ser feitos nos registros – vide subcapítulos anteriores – e a incompletude de alguns campos – que é também pertinente à própria área estudada, conforme constatado no exercício metodológico feito na WoS (HOPPEN; VANZ, 2020).

Em relação à busca, obtenção e à manipulação/análise dos dados: as pertinentes à estratégia de busca (que acabam delimitando os dados e, por conseguinte, suas análises) já foram destacadas no tópico específico (3.2, estratégia de busca). Algumas etapas de manipulação dos dados precisaram ser feitas total ou parcialmente por terceiros, ao passo que o ideal é que a própria pesquisadora faça todas as manipulações e análises. Isso ocorreu na rodagem, extração e envio do conjunto de dados final pela equipe da 1Findr, na conversão destes do formato JSON para CSV (tanto no estudo piloto quanto nos dados finais, o que foi feito por programadores) e em algumas etapas de limpeza dos dados (que foram feitas pela pesquisadora e em parte por graduandas, supervisionadas pela pesquisadora, e foram rodadas no conjunto de dados por pesquisador mais familiarizado com programação em planilhas).

Por fim, existe a questão de que este estudo é feito por pesquisadora de bibliometria, portanto é uma análise da produção científica em estudos de gênero neste âmbito. Não se trata necessariamente de uma limitação, mas da abordagem deste estudo que o diferencia

⁵⁸ É por isso que a maior parte dos estudos métricos da informação se voltam às bases de dados e às áreas mais desenvolvidas para isso.

de outras análises já feitas da área. Por exemplo, a análise feita a partir de sua história pessoal como feminista e posteriormente como pesquisadora na área, de Mariza Corrêa (2001), que mistura uma análise histórica e narrativa, ou da pertinência da área na história dos feminismos no Brasil, integrante do livro de Céli Pinto (2003).

3.9 Apresentação dos resultados

Uma das decisões mais difíceis desta pesquisa diz respeito à organização da apresentação dos resultados. Excluir as primeiras décadas de pesquisa da análise diminuiria insignificativamente a quantidade de registros e por isso preferiu-se incluir todo o conjunto de dados recuperados, adotando assim a análise temporal que traz como benefício verificar a evolução da pesquisa em EGB. Então, num primeiro momento, cogitou-se separar os resultados por décadas, apresentando-se os indicadores de cada período em capítulos separados. Isso, contudo, traria um enfoque de análise histórica para o estudo e dificultaria analisar a evolução de indicadores métricos, pois o de cada período ficaria em um capítulo separado. Assim, optou-se pela separação dos capítulos em variáveis de análise dos indicadores bibliométricos, o que permite também analisar suas características para todo o conjunto de dados e depois analisar seu desenvolvimento ao longo do tempo (década a década).

As análises com todo o conjunto de dados visam ilustrar a pesquisa em estudos de gênero no Brasil em toda sua dimensão, trazendo luz para características macro. Contudo, em primeiro lugar, uma das suas principais características é sua diversidade, sua inter, trans e multidisciplinaridade, e sua flexibilidade, denotando por vezes uma temática de pesquisa e por vezes um campo complexo. Por isso os recortes são necessários. Neste sentido se mostraram necessários também os recortes para as áreas de pesquisa, segundo a classificação adotada na pesquisa brasileira, já que as formas de fazer pesquisa e de publicá-las acabam se diferenciando.

Além disso, em relação às análises de décadas, as duas últimas concentram o maior número de publicações, o que faz com que suas características possam “encobrir” questões presentes nos primeiros anos. Por isso, e pelos motivos expostos nos parágrafos anteriores, os resultados apresentam em primeiro lugar uma análise de todo o conjunto de dados, seguido da análise por década. Após então, os recortes das nove áreas de pesquisa segundo a classificação CNPq (incluindo as áreas com poucos artigos, a fim de servirem de

comparação para as demais). Quando pertinente, também são feitos recortes de análise para os dois periódicos especializados e pioneiros em estudos de gênero no país, igualmente para fins de comparação (periódicos Revista Estudos Feministas e Cadernos Pagu).

Assim sendo, cada capítulo de apresentação e discussão dos resultados inclui análises do “todo” (todo conjunto de dados), seguido de recorte por décadas, e então das áreas (e por vezes dos periódicos). No primeiro capítulo, com análise do número de publicações (denominado de análise de “produção”) foi incluída a apresentação do número total de artigos recuperados e por isso da composição de áreas de pesquisa para todo conjunto de dados. A fim de possibilitar uma melhor contextualização dos resultados, a análise da produção ao longo dos anos foi complementada com análise das palavras-chave neste primeiro capítulo.

Em função disso, a análise das palavras-chave sob a perspectiva das áreas do conhecimento teve de ficar para o último capítulo, o que de certa forma também é relevante já que serviu para agrupar os resultados de indicadores bibliométricos de cada área neste capítulo final das análises. Em suma, os capítulos são organizados da seguinte forma em:

- a) apresentação do **conjunto total de dados** com sua composição em relação à quantidade de publicações por ano e de áreas de pesquisa;
- b) **produção** (quantidade de publicações) por década contextualizada historicamente com ajuda das **palavras-chave**;
- c) **veículos de publicação** (com idioma dos artigos, periódicos e formato de acesso);
- d) **autorias pessoais** (análises estatísticas e qualitativas de autores e autoras, seguido de colaboração em nível micro);
- e) **autorias de entidades** (instituições e colaboração interinstitucional);
- f) **distribuição geográfica** (espacial) **da pesquisa** (onde ficam as instituições que pesquisam no Brasil e seus colaboradores no mundo);
- g) **grandes áreas** (análises mais específicas das grandes áreas, segundo classificação CNPq).

Para a divisão das décadas, adotou-se a lógica do calendário gregoriano, em que cada década ou século inicia no ano um e termina no ano zero⁵⁹. Essa decisão foi tomada porque as primeiras publicações recuperadas são de 1971 (excluindo as duas que são consideradas “pré” estudos de gênero), então este é o primeiro ano da primeira década de

⁵⁹ O calendário gregoriano, adotado no Brasil e na maior parte dos países ocidentais, iniciou sua contagem pelo ano um, desconsiderado o ano zero.

análise (anos 1970, de 1971 a 1980, portanto). A década de 2010 é a única incompleta, indo de 2011 a 2019, já que a coleta dos dados foi realizada em janeiro de 2020. Nas análises de produtividade os dois últimos anos dos dados são desconsiderados, como é de praxe em estudos bibliométricos – em função de possíveis atrasos em publicações e do seu tempo de captura e disponibilização pelas bases.

Um esquema de cores foi adotado para auxiliar na compreensão dos resultados, com amarelo sendo adotado para as análises com todo o conjunto de dados, e as demais cores para os recortes de períodos de tempo. Da mesma forma, foram adotadas cores para os subconjuntos de áreas e, quando necessário, das revistas.

Figura 7 - Esquema de cores para apresentação dos dados por período de tempo, áreas CNPq e revistas especializadas pioneiras



Fonte: A autora.

Quadro 10 - Cores para recortes por áreas do conhecimento e para as revistas especializadas pioneiras REF e Cadernos Pagu

Esquema de cores por áreas do conhecimento	Ciências humanas
	Ciências da saúde
	Ciências sociais aplicadas
	Linguística, letras e artes
	Multidisciplinar
	Ciências biológicas
	Engenharias
	Ciências agrárias
	Ciências exatas e da terra
Revistas	Revista Estudos Feministas
	Cadernos Pagu

Fonte: A autora.

Os capítulos a seguir apresentam a discussão e análise dos resultados da pesquisa, e o último apresenta seus destaques, as considerações finais e sugestões para trabalhos futuros.

4 PRODUÇÃO AO LONGO DOS ANOS: TRABALHOS PIONEIROS, ATIVIDADE DE PESQUISA E TEMAS

A produção científica brasileira em estudos de gênero que compõe o conjunto de dados desta pesquisa é constituída de 31609 artigos. A quantidade de artigos por ano demonstra crescimento da produção em EGB⁶⁰. A seguir ilustra-se a quantidade de artigos publicados ao ano e a variação em relação ao ano anterior.

Tabela 1 - Quantidade de artigos coletados por ano e variação em relação ao ano anterior, n=N

Anos	Art	%	Var (%)	Anos	Art	%	Var (%)
1959	1	0,00	-	1995	107	0,34	16,82
1961	1	0,00	0	1996	152	0,48	29,61
1971	3	0,01	66,67	1997	177	0,56	14,12
1972	3	0,01	0	1998	207	0,65	14,49
1973	2	0,01	-50	1999	248	0,78	16,53
1974	1	0,00	-100	2000	243	0,77	-2,06
1975	8	0,03	87,5	2001	219	0,69	-10,96
1976	3	0,01	-166,67	2002	346	1,09	36,71
1977	5	0,02	40	2003	398	1,26	13,07
1978	8	0,03	37,5	2004	491	1,55	18,94
1979	4	0,01	-100	2005	635	2,01	22,68
1980	12	0,04	66,67	2006	640	2,02	0,78
1981	17	0,05	29,41	2007	894	2,83	28,41
1982	8	0,03	-112,5	2008	1159	3,67	22,86
1983	19	0,06	57,89	2009	1094	3,46	-5,94
1984	17	0,05	-11,76	2010	1402	4,44	21,97
1985	29	0,09	41,38	2011	1497	4,74	6,35
1986	22	0,07	-31,82	2012	2030	6,42	26,26
1987	19	0,06	-15,79	2013	2202	6,97	7,81
1988	29	0,09	34,48	2014	2543	8,05	13,41
1989	41	0,13	29,27	2015	2851	9,02	10,8
1990	34	0,11	-20,59	2016	3457	10,94	17,53
1991	40	0,13	15	2017	3800	12,02	9,03
1992	67	0,21	40,3	2018	3684	11,65	-3,15
1993	78	0,25	14,1	2019	573	1,81	-542,93
1994	89	0,28	12,36	Total	31609	100%	-

Fonte: Dados da pesquisa.

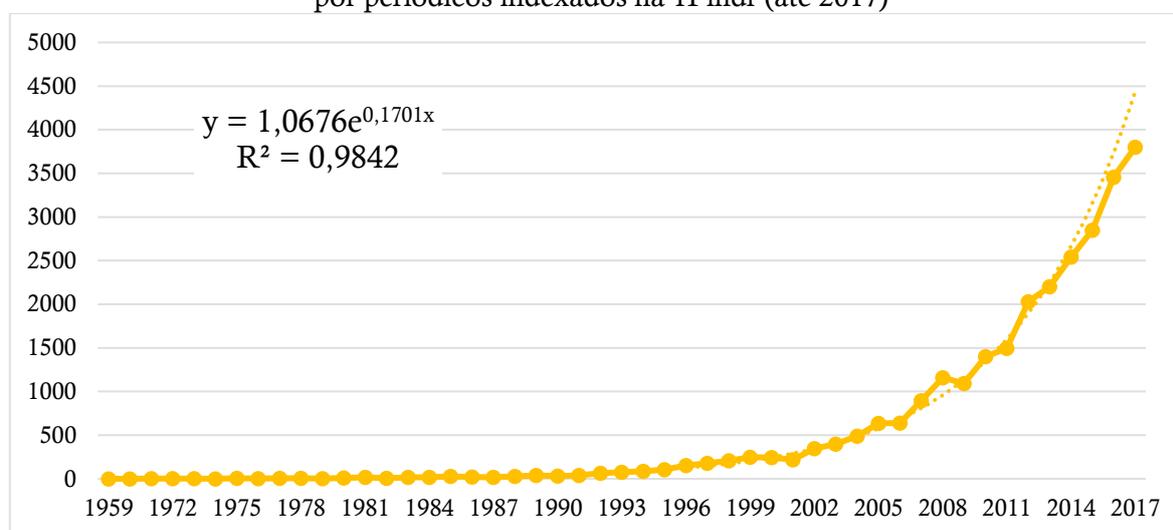
A primeira publicação encontrada é um artigo de 1959. Desde então, a publicação de artigos varia por anos, inclusive em variações negativas, principalmente até a década de 1980. Isso não significa que a área possuía baixa produtividade até essa década, mas sim

⁶⁰ Lembrando: a sigla EGB, já utilizada no capítulo anterior, é adotada para “estudos de gênero brasileiros” ou “produção científica brasileira em estudos de gênero”. Como tal, deve-se entender que se trata dos artigos brasileiros (com autoria com vínculo com instituição brasileira) considerados estudos de gênero (através dos parâmetros da busca) disponíveis online e indexados na base de dados IFindr até o dia 9 de janeiro de 2020.

que havia uma maior variação na quantidade de artigos publicados e que estejam disponíveis hoje em formato online e indexável. A tabela que abre este capítulo mostra a variação da produção ao longo dos anos (considerados apenas os com pelo menos um artigo).

Se considerarmos apenas os anos completos na base de dados, ou seja, até 2017, a produtividade se ajusta a uma linha de crescimento exponencial, com R^2 igual a 0,9842, ou seja, a tendência de crescimento exponencial serve para explicar 98,42% da variância do número de artigos brasileiros de estudos de gênero analisados.

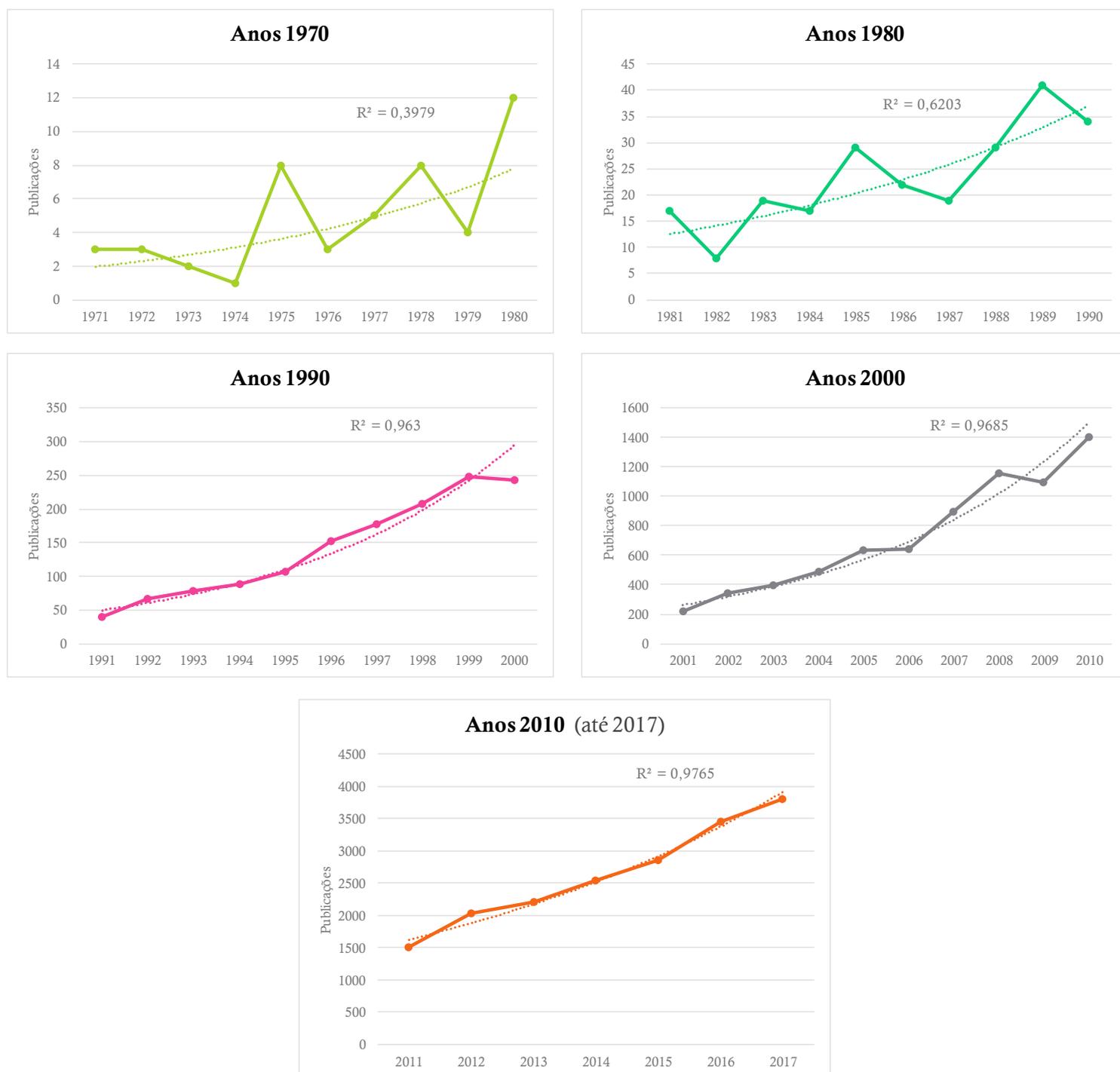
Figura 8 - Crescimento da quantidade de artigos brasileiros em estudos de gênero publicados por periódicos indexados na IFindr (até 2017)



Fonte: Dados da pesquisa.

Utilizando-se o mesmo modelo estatístico para cada uma das décadas (a partir dos anos 1970, já que antes disso foram encontradas apenas duas publicações, comentadas a seguir), percebe-se que o coeficiente de determinação (R^2) vai aumentando a cada década, ficando mais próximo de um (ver figura a seguir, com os gráficos e coeficiente de determinação de cada década). A variação ao ano para todo conjunto de dados, contando apenas os anos com pelo menos um artigo publicado e com os dados já completos na base (ou seja, considerando-se apenas os anos de 1959 e 1961 antes da década de 1970 e até o ano de 2017), tem média de 6,1% de crescimento ao ano. Já a variação anual analisada por década é negativa até os anos 1980: -20,55% nos anos 1970, -3,27% nos anos 1980, e então, aumento médio de 17,36% ao ano na década de 1990, 17,71% nos anos 2000 e 14,13% de 2011 a 2017.

Figura 9 - Gráficos de crescimento ao ano por década, produção brasileira em estudos de gênero, dos anos 1970 a 2017



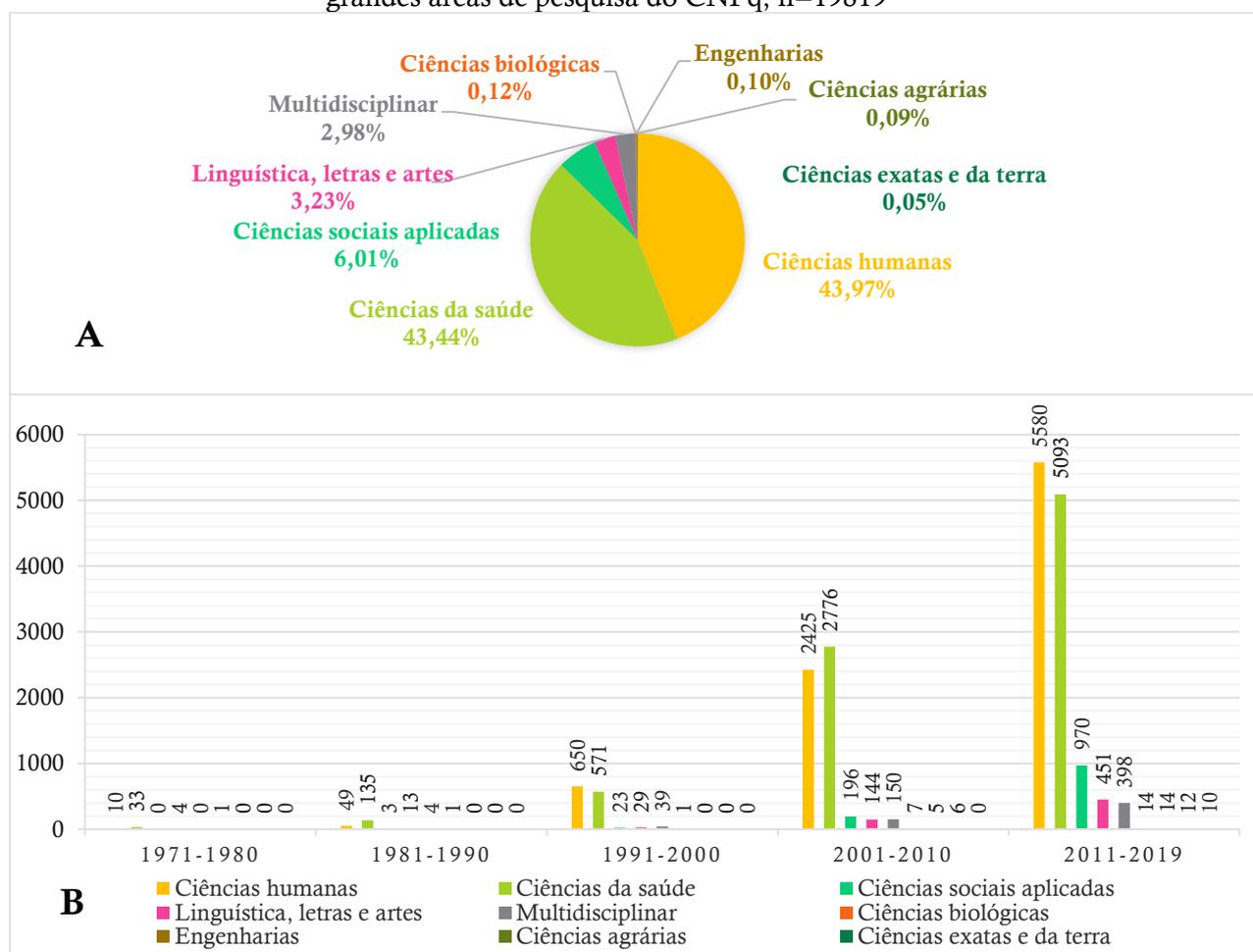
Fonte: Dados da pesquisa.

Para possibilitar a compreensão do desenvolvimento da pesquisa ao longo das décadas e permitir relacioná-las de forma mais orgânica com o contexto histórico de cada período, apresenta-se nos gráficos a seguir a composição dos estudos de gênero brasileiros quanto às grandes áreas de pesquisa, segundo a classificação de áreas do CNPq, para o conjunto total dos dados (figura 10 A) e por décadas (figura 10 B). A divisão para cada

década dessas grandes áreas em *fields*, que é um campo de classificação da base de dados e que equivale às hierarquias menores na classificação do CNPq, está na tabela seguinte (tabela 2).

As *subfields* são uma hierarquia ainda menor da classificação na base de dados, mais específica e mais próxima às disciplinas de pesquisa (a o que se denomina como disciplinas). Em apêndice está a tabela com as *subfields* mais frequentes para todo o conjunto de dados, a seguir por décadas e o gráfico que mostra a evolução temporal das dez mais importantes em todo o conjunto de EGB (apêndice B, C e D, respectivamente). Já as palavras-chave provêm de outra forma de classificação dos temas dos artigos, pois são atribuídas pelas pessoas autoras, ou pelas revistas ou seus indexadores, conforme a política de cada veículo de publicação. As 30 palavras-chave mais utilizadas conforme as décadas e nas duas revistas pioneiras e especializadas em estudos de gênero no Brasil estão a seguir, na tabela 3. No final do capítulo estão algumas análises para comparação dos últimos anos.

Figura 10 - Composição (A) e evolução (B) dos estudos de gênero no Brasil de acordo com as grandes áreas de pesquisa do CNPq, n=19819



Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 2 - Todas as disciplinas (*fields*) dos estudos de gênero brasileiros por décadas, 1970 a 2010, n=19819

1970	#	1980	#	1990	#	2000	#	2010	#
saúde pública e serviços de saúde	26	saúde pública e serviços de saúde	90	ciências sociais	357	saúde pública e serviços de saúde	1838	saúde pública e serviços de saúde	3774
clínica médica	7	medicina clínica	42	saúde pública e serviços de saúde	318	ciências sociais	1121	ciências sociais	2006
psicologia e ciências cognitivas	6	educação	16	medicina clínica	213	medicina clínica	835	educação	1302
linguística e literatura	4	ciências sociais	15	estudos históricos	98	educação	516	medicina clínica	1113
estudos históricos	3	linguística e literatura	13	educação	79	psicologia e ciências cognitivas	363	psicologia e ciências cognitivas	963
ciências sociais	1	estudos históricos	8	psicologia e ciências cognitivas	67	estudos históricos	306	estudos históricos	838
biologia	1	estudos culturais	5	pesquisa biomédica	38	linguística e literatura	142	direito	465
		multidisciplinar	4	multidisciplinar	35	multidisciplinar	134	linguística e literatura	430
		pesquisa biomédica	3	humanidades, geral	31	pesquisa biomédica	85	multidisciplinar	377
		psicologia e ciências cognitivas	2	linguística e literatura	29	filosofia e teologia	61	filosofia e teologia	299
		humanidades, geral	2	Estudos culturais	16	estudos culturais	51	estudos culturais	256
		biologia	1	direito	9	direito	48	pesquisa biomédica	167
		filosofia e teologia	1	economia	7	gestão de negócios	44	gestão de negócios	150
		economia	1	filosofia e teologia	5	humanidades, geral	43	economia	88
		gestão de negócios	1	tecnol. de base e estratégicas	4	economia	41	humanidades gerais	67
		direito	1	arquitetura e design	2	tecn. de base e estratégicas	16	ciências econômicas e sociais	67
				biologia	1	ciências econômicas e sociais	16	arquitetura e design	32
				cirurgia	1	cirurgia	9	odontologia e medicina oral	23
				ciências econômicas e sociais	1	odontologia e medicina oral	8	tecnologias de base e estratégicas	21
				odontologia e medicina oral	1	biologia	7	artes visuais e cênicas	21
				gestão de negócios	1	agricultura, pesca e silvicultura	6	tecn. informação e comunicação	17
						arquitetura e design	6	cirurgia	14
						engenharia	5	biologia	14
						tecn. informação e comunicação	5	agricultura, pesca e silvicultura	12
						artes visuais e cênicas	2	engenharia	11
						ciências da saúde, geral	1	ciências da terra e ambientais	7
								ciências da saúde, geral	2
								química	2
								matemática e estatística	1
								tecnologia em saúde	1
								ciências dos materiais	1
								energia	1

Fonte: Dados da pesquisa.

Observação: As *fields* mais importantes para todo o conjunto de dados estão no apêndice B.

Tabela 3 - As 30 palavras-chaves mais frequentes na pesquisa em estudos de gênero brasileira ao longo das décadas, n=29004

1970	#	1980	#	1990	#	2000	#	2010	#	REF	#	Cadernos Pagu	#
humano	24	humano	90	estudos de gênero	298	estudos de gênero	1057	sociologia	2547	estudos de gênero	452	sociologia	308
feminino (fêmea)	23	brasil	65	sociologia	290	sociologia	1001	estudos de gênero	2433	sociologia	381	estudos de gênero	243
gravidez	19	américa do sul	49	humano	252	gênero	757	gênero	2141	feminismo	223	gênero	199
lactente	13	feminino (fêmea)	49	feminino (fêmea)	164	medicina	432	performance (arte)	1656	gênero	181	feminismo	85
recém nascido	12	homem	32	brasil	154	humano	368	enfermagem	897	ciências sociais	128	antropologia	68
brasil	10	criança	29	medicina	116	brasil	368	medicina	807	mulheres	42	sexualidade	65
masculino	8	américa	29	adulto	105	gravidez	357	gravidez	693	sexualidade	39	performance (arte)	64
adulto	7	adulto	26	masculino	92	ciências sociais	351	arte	655	política	24	ciências sociais	62
criança	7	gravidez	24	gravidez	74	performance (arte)	313	sexualidade	648	relações de gênero	23	artigo de periódico	50
serviços de saúde materna	7	estudos de gênero	24	criança	72	feminismo	269	história	629	performance (arte)	18	artigo	32
peso corporal	5	masculino	23	adolescente	67	feminino (fêmea)	268	brasil	609	teoria feminista	18	mulheres	31
cuidado pré-natal	5	adolescente	22	lactente	67	enfermagem	250	ciências sociais	545	maternidade	17	masculinidade	24
aspectos públicos da medicina	4	lactente	22	antropologia	62	aleitamento materno	247	psicologia	539	corpo	17	homossexualidade	23
pré escola	4	recém nascido	22	gênero	59	sexualidade	243	aleitamento materno	517	artigo de periódico	14	brasil	22
aborto	4	sociologia	20	AIDS	58	adolescente	224	feminismo	467	mulher	14	raça	17
fatores socioeconômicos	4	américa	17	américa do sul	58	psicologia	218	mulheres	463	brasil	14	mídia	17
medicina	4	aleitamento materno	17	recém nascido	53	ciências da saúde	206	humano	451	subjetividade	14	memória	17
comportamento materno	4	países em desenvolvimento	15	ciências da saúde	52	criança	201	filosofia	445	democracia	13	corpo	17
induzido	4	mãe	14	ciências sociais	52	adulto	171	adolescente	423	direitos humanos	13	direitos humanos	17
peso de nascimento	4	américas	14	enfermagem	52	lactente	169	educação	422	cinema	13	violência	17
enfermagem obstétrica	4	américa latina	14	feminismo	48	AIDS	158	feminino (fêmea)	391	cidadania	13	política	16
relação mãe-filhos	4	relação mãe-filhos	14	filosofia	47	mulheres	157	violência contra a mulher	386	esporte	12	prostituição	14
psicologia	3	mortalidade	13	performance (arte)	47	masculino	151	humanidades	347	aborto	12	relações de gênero	13
saúde materna	3	peso de nascimento	12	aborto	45	educação	149	homossexualidade	328	trabalho	12	parentesco	12
enfermagem pediátrica	3	história	12	américa	41	artigo	149	história da arte	312	políticas públicas	11	família	12
estudos de gênero	3	alocação	11	psicologia	40	família	143	empoderamento	309	discurso	11	identidade	12
enfermagem	3	metodologia de pesquisa	11	meia idade	37	saúde pública	137	família	307	estudos feministas	9	trabalho	11
ciências da saúde	3	fatores socioeconômicos	11	homem	35	filosofia	137	artigo	292	raça	9	juventude	11
adolescente	3	alimentação	10	fator de risco	34	artigo de periódico	129	aborto	280	masculinidades	9	subjetividade	11

Fonte: Dados da pesquisa.

Disciplinas das ciências da saúde são as que mais publicam em estudos de gênero no Brasil nas primeiras décadas, cenário que se modifica a partir dos anos 1990. Os anos 1990 são os mais férteis em estudos de gênero para as ciências humanas e a partir de então essas duas grandes áreas se revezam em termos de maior quantidade de publicações. Ciências sociais aplicadas, letras, linguística e artes e pesquisas classificadas como multidisciplinares possuem pouca atividade de pesquisa em EGB até os anos 1990, enquanto as demais áreas (engenharias, ciências agrárias, biológicas, exatas e da terra) permanecem incipientes até os dias de hoje.

As áreas e temas de pesquisa (através das palavras-chave) se relacionam parcialmente com as encontradas em estudos anteriores similares. No de Söderlund e Madison (2015), que analisou os estudos de gênero na Suécia a partir dos anos 2000, encontrou-se como disciplinas mais frequentes estudos de gênero, sociologia, história e linguística, portanto sem o enfoque nas disciplinas de ciências da saúde como no Brasil, especialmente saúde pública e enfermagem para o mesmo período (ver tabela 2 e apêndices C e D). Para a produção identificada em repositório institucional (da UFRGS) e com limite de tempo até 2017, Medeiros encontrou as disciplinas (macro descritores na fonte) de educação, história e comunicação, enquanto para os artigos em estudos de gênero no Brasil (em período similar, até 2019) tais disciplinas aparecem como importantes, mas em menor frequência. As disciplinas (*fields*) mais frequentes em EGB são saúde pública e serviços de saúde (30,51%), ciências sociais (17,66%), medicina clínica (11,16%), educação (9,65%), psicologia e ciências cognitivas (7,07%) e estudos históricos (6,33%). As *subfields* (subdisciplinas) são: saúde pública (presente em 14,41% dos artigos), enfermagem (12,57%), estudos de gênero (7,75%) educação geral (6,75%), sociologia (5,9%) e outras presentes em menos de 5% dos artigos. A lista completa está no apêndice B.

Pelas análises por décadas confirma-se a ideia de que novas áreas e disciplinas estão “adentrando” pesquisas em estudos de gênero no Brasil, fazendo com que a área se torne cada vez mais inter e multidisciplinar e também se consolidando cientificamente, no sentido de ser uma pauta para todas os campos do saber. Por outro lado, a tímida presença das ciências biológicas, das agrárias, das exatas e das engenharias levanta questões a respeito da penetrabilidade de pesquisas em EGB nos veículos de publicação destas áreas. As pessoas que se vinculam a essas áreas e disciplinas não pesquisam tópicos em que os estudos de gênero sejam pertinentes (como objeto de pesquisa ou como “atravessamento”)? Ou pesquisam, mas publicam os artigos resultantes em periódicos de outros campos do saber?

Em cada década, as grandes áreas, suas disciplinas e especialidades (*fields* e *subfields* na base de dados) assim como as palavras-chaves mais utilizadas pelos autores e autoras auxiliam a compreensão do desenvolvimento da atividade de pesquisa dos estudos de gênero no país. A pesquisa anterior aos anos 1970 é analisada pontualmente, já que se trata de apenas dois artigos, e nas subseções a seguir são apresentadas as décadas seguintes.

4.1 Primeiras publicações, 1959 e 1961: estudos de gênero?

Quanto aos primeiros trabalhos, algumas autoras datam 1967 como o início das publicações sobre as mulheres no escopo da produção acadêmica – o que neste trabalho entende-se como o início da área acadêmica de estudos de gênero –, a partir da tese de Heleieth Saffioti:

A produção acadêmica sobre a mulher tem um texto fundador e definitivo: a tese de livre-docência defendida em 1967 por Heleieth Saffioti, *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, orientada por Florestan Fernandes e publicada como livro em 1969, com prefácio de Antonio Candido de Mello e Souza. (PINTO, 2003, p. 86).

Em 1967, Heleieth Saffioti inaugurava os estudos sobre condição feminina no Brasil, através da defesa de sua tese de livre docência *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*, sob a orientação de Florestan Fernandes, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp). (SCHUCK, 2018, p. 36).

A versão que se tem acesso hoje desta publicação é a segunda edição como livro, de 1976, publicada pela editora Vozes (SAFFIOTI, 1976)⁶¹. Há produções mais antigas, mas não acadêmicas, portanto não pertinentes ao objeto desta pesquisa. Entretanto, os dados do corpus trouxeram outros dois trabalhos com datas de publicação anteriores à defesa da tese de Saffioti: 1959 e 1961.

⁶¹ Zirbel data a defesa da tese de livre-docência de Saffioti como realizada em 1962 (o que vai de encontro ao localizado em outras fontes, como as citadas), mas ainda a coloca como pioneira em relação a outros dois trabalhos de pós-graduação que a autora cita: “[...] a dissertação de mestrado de Manoel Tosta Berlinck, *Algumas percepções sobre a mudança do papel ocupacional da mulher na cidade de São Paulo*, defendida na Escola de Sociologia e Política em 1964 e, em 1965, a tese de doutorado de Marly A. Cardone, *A influência da gravidez no contrato de trabalho*, na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP.” (ZIRBEL, 2007, p. 35). Os dois trabalhos, no entanto, não são apontados nas outras fontes, provavelmente em função de que a tese de Heleieth tratou-se de um marco na academia brasileira e, transformado em livro “[...] alcançou a condição de best-seller, reflexo da efervescência do movimento de mulheres na década e até hoje uma referência nos estudos sobre a condição feminina.” (REDE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2010).

O artigo de 1959 trata-se de um excerto da tese de Darcy de Mendonça Uchoa, publicado na Revista de Neuro-Psiquiatria, de São Paulo. Fala de despersonalização do ponto de vista da psiquiatria e nele discorre a respeito da identidade sexual aproximando-se do que vem a ser designado como “gênero” em 1964 pelo também psiquiatra Robert Stoller (1964). Uchoa discute dois dos casos clínicos a partir de um prisma evidentemente influenciado pela psicanálise freudiana:

Encontramos os seguintes mecanismos nos casos estudados: a) conflito entre tendências hétero e homossexuais interferindo intensamente no caráter e no comportamento (caso 1), sendo que a necessidade de reafirmar o próprio sexo em situações fortemente sugestivas de tendências contrárias provocava a despersonalização; b) intenso conflito no sentido da rejeição do ego físico por sentimento de inferioridade foi observado (caso 2) em paciente que se esforçava por negar seu corpo, mas logo surgiram conflitos emocionais com sua mãe. O conflito (hétero e homossexual) guardava relação com a identificação com o pai e a rejeição do papel feminino. Ao reafirmar seu próprio sexo (feminino) por rejeição da masculinidade, surgia a despersonalização; c) em ambos os casos o aprofundamento da análise demonstrou, todavia, que o essencial estava mais profundamente radicado. Com efeito, surgiu intenso conflito entre tendências de forte dependência da mãe e múltiplas sensações de rejeição por parte dela. Caracterizou-se uma situação muito profunda de ansiedade básica em relação com o medo de auto-aniqüilamento (morte). (UCHOA, 1959, p. 279)⁶².

A identificação desse artigo se deu em função de termos presentes em seu resumo: hétero, homossexual, masculinidade, feminino. O trabalho de Uchoa utiliza-se de entendimentos da medicina da época, que patologiza conflitos ligados à sexualidade percebida como fora dos padrões vigentes: heterossexual, cis, binária. Neste sentido, a aderência do artigo para o campo de conhecimentos dos estudos de gênero fica problemática, já que adota uma abordagem “conservadora” (para aquele contexto, equivocada no contexto atual) patologizando a sexualidade considerada “desviante”. Pode-se dizer que não adota uma perspectiva feminista – mesmo que o feminismo da época (também) possa ser conservador.

A dissertação de Ilze Zirbel discute o tensionamento entre o que se denomina como *estudos de gênero* e como *estudos* (ou *teorias*) *feministas*. Estudos de gênero são estudos feministas? Essa resposta poderia definir o pertencimento ou não do trabalho de Uchoa aos estudos de gênero? Nas entrevistas realizadas por Zirbel, pesquisadoras apontam

⁶² As referências dos artigos que *compõem os dados desta pesquisa* e que são mencionados (citados) ao longo do texto estão em lista de referências *separada* da bibliografia da tese, da bibliografia que corresponde ao referencial teórico da tese. Primeiro a lista de referências da tese (página 349), e a seguir, a lista de referência de artigos do conjunto de dados (página 362).

perspectivas distintas sobre tais fronteiras (e se existem), mas há um entendimento comum de que “O conceito de gênero é considerado um ganho, uma conquista teórica do/para o feminismo. As críticas se dão quanto à sua instrumentalização.” (ZIRBEL, 2007, p. 166). Na perspectiva deste trabalho, trata-se, assim como o trabalho de Stoller, um *pré-estudos de gênero*.

O segundo artigo encontrado também fica entre limites difusos. Publicado em 1961, é da área de antropologia e possui a expressão *gender studies* registrada entre suas palavras-chave. Com o título “Personalidade e papéis sociais do xamã entre os caraíbas negros”, de autoria de Ruy Coelho, publicado na Revista de Antropologia, também de São Paulo. O artigo fala sobre o grupo étnico garífuna, que ficou conhecido como caraíbas negros e habita o litoral do Mar do Caribe na América Central. Ruy Coelho faz uma análise antropológica da etnia que, segundo ele, tem a religião como foco cultural. Ao longo do artigo o autor discute questões que demonstram uma cultura homogênea dentre os caraíbas negros, com princípios fundamentais comuns: “[...] a necessidade de operar mudanças de modo lento e gradativo, e a reciprocidade de direitos e obrigações.” (COELHO, 1961). Como exemplo do segundo princípio afirma: “Os padrões ideais das relações paritárias dão realce à necessidade da colaboração harmoniosa e independente entre parceiros. Ambos os esposos provêm às necessidades da família; compete ao marido fornecer o peixe e a carne, e à mulher, os produtos agrícolas.” (p. 70).

Fica claro que o autor identifica o núcleo familiar mínimo do grupo como um homem e uma mulher, já que usa este único exemplo de família que coloca. Parece não haver, portanto, uma preocupação por parte do autor em verificar se sua visão ocidental dos gêneros corresponde na etnia, que foi formada por ex-escravos com alguma miscigenação com índios caraíbas. Isso também aparece na passagem em que o autor diferencia a religiosidade garífuna da ocidental, mas não comenta sobre a brincadeira do vestir-se de mulher:

Ao ocidental, em cuja atitude religiosa o respeito sempre se mescla ao temor, pode parecer estranho que o fiel graceje com o deus. Num dos ritos da ‘dança das almas’, um grupo de rapazes vestidos de mulher, entre trejeitos e frases obscenas, faz a paródia dos momentos mais solenes da cerimônia. (COELHO, 1961, p. 70).

Até a parte em que inicia a discussão sobre a personalidade dos caraíbas negros, o autor não menciona mais os gêneros ou a figura da mulher. Contudo, após elucidar características gerais do grupo (resultantes das análises de testes de Rorschach, uma técnica de avaliação psicológica), Coelho escolhe duas pessoas para ilustrar duas personalidades

mais distintas entre si: um xamã homem, Siti Garcia, e uma xamã mulher, Timotéa Zuñiga. Ainda que não mencione explicitamente as diferenças nos papéis atribuídos em função do gênero de cada xamã, Coelho atribui parte da personalidade de cada um às funções que exerciam nos rituais religiosos:

Além dessa permissibilidade que decorre da estrutura [em que os xamãs garífunas têm maior flexibilidade em relação a seus comportamentos, visto que recebem proteção dos espíritos], há a considerar que os papéis que competem aos 'búieis' [xamãs] comportam funções diversificadas. Siti Garcia, por exemplo, era chamado a prestar serviços quando outros recursos haviam falhado, e se tornava difícil averiguar a vontade dos 'gubida' [ancestrais]. A boa ordem dos ritos a que presidia era deixada ao encargo das velhas experientes, sendo ele próprio ignorante na matéria. Timotéa Zuñiga, ao contrário, era versada nos menores detalhes dos rituais; além do que, a necessidade de pronunciar diagnósticos, sobretudo em se tratando de moléstias infantis, deve tê-la impelido a dar atenção a indícios tênues. É lícito supor que o exercício habitual de suas atividades especializadas haja desempenhado parte não pequena no desenvolvimento das personalidades respectivas. (COELHO, 1961, p. 78).

Pelo decorrer do artigo e pela época, é difícil pensar que o próprio autor tenha colocado *gender studies* como palavra-chave do artigo. Contudo é possível que em revisão posterior, talvez ao inserir o artigo online, a equipe da revista tenha atribuído a expressão em função do conteúdo do texto. Ainda assim é difícil afirmar que se trata de uma pesquisa de estudos de gênero, porque assim como o texto de Uchoa, a publicação carregaria consigo o peso simbólico de ser um dos trabalhos pioneiros da área no país.

Percebe-se que as duas publicações, tanto de Uchoa como de Coelho, foram digitalizadas e seus arquivos passados em leitor OCR (*Optical Character Recognition*), uma ferramenta que faz reconhecimento ótico de caracteres para que seja possível ler e indexar documentos que não são originalmente digitais. Ou seja, tais revistas tiveram recursos para disponibilizar online documentos tão antigos, o que levanta a questão de que é possível que publicações tão ou mais antigas de estudos de gênero possam não ter sido recuperadas simplesmente porque suas revistas não contaram com recursos financeiros para isso. As duas publicações foram veiculadas em revistas de São Paulo, estado mais rico do Brasil e, pode-se dizer, com maior tradição de financiamento de pesquisa.

Vale lembrar o contexto histórico da divisa entre os anos 1950 e 1960 no Brasil, período de publicação dos dois artigos: trata-se da parte final da República Nova, que durou de 1945 a 1964, da renúncia forçada de Getúlio Vargas até o início da Ditadura Militar. A partir de 1955 está em curso o plano desenvolvimentista do presidente à época, Juscelino Kubitschek, que em 1960 inaugura Brasília, nova capital do Brasil. Em 1961

assume Jânio Quadros, que renuncia no mesmo ano dando lugar ao seu vice-presidente, João Goulart. Jango, como era chamado, fica na presidência até 1964, quando é deposto no golpe militar. Este é o contexto político mais amplo do cenário brasileiro, em que um período de desenvolvimento com vistas à centralização do governo antecede um período de instabilidade política e de rupturas.

No campo científico, o período de publicação desses artigos demonstra as tentativas de centralização e de desenvolvimento do governo nacional através da fundação de três instituições de suma importância para a pesquisa no país (e que continuam tendo papéis centrais neste sentido até hoje): o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq, hoje Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 1951, e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), em 1960 (DE MEIS; LETA, 1996). Essas instituições marcam a institucionalização da ciência no país em relação ao governo federal.

Para Schwartzman, em sua obra de 2001 em que descreve os primórdios da formação da comunidade científica no Brasil⁶³, as fundações estrangeiras ou internacionais funcionavam como terceira fonte de apoio à ciência no Brasil, somando-se aos incentivos do governo e do setor privado. Muitas influíram diretamente na formação da ciência brasileira como a temos hoje. Entre elas, a Fundação Rockefeller, filantrópica estadunidense, que segundo o autor teve “contribuição direta para o controle de enfermidades tropicais” através de seus incentivos na área e na “exportação da capacidade tecnológica e de modelos institucionais americanos [estadunidenses]”, tendo servido como “instrumento fundamental no processo de substituir a França pelos Estados Unidos, como o local para aonde se dirigem os cientistas brasileiros em busca de educação, inspiração e modelos.” (SCHWARTZMAN, 2001, p. 246). A publicação dos primeiros artigos localizados coincide com a fase em que a Fundação mais contribuiu com a ciência nacional de 1955 a 1960, dentro do plano da Aliança para o Progresso. A Aliança foi um programa em que principalmente os EUA, mas também vários países europeus, organizações internacionais e empresas privadas, cooperaram para “acelerar o desenvolvimento econômico e social” da América Latina. “Na medida em que os Estados Unidos se transformavam no maior centro científico do mundo, a adoção dos modelos americanos [por exemplo, de educação médica] se tornou uma prática generalizada para a maioria das instituições científicas brasileiras.” (SCHWARTZMAN, 2001, p. 247).

⁶³ No entendimento ocidental de ciência, cartesiana, ou a característica por exemplo da Royal Society de Londres.

A influência estadunidense, assim como a europeia, também pode ser percebida em inserções culturais que perduram até hoje. Nestes eixos geográficos, os anos 1960 são historicamente marcados como o período da segunda onda do feminismo (*second wave*). Independente da aderência dessa analogia para o contexto brasileiro, ou mesmo da atualidade dessa analogia para os múltiplos feminismos existentes ao lado dos que caracterizaram a chamada segunda onda, o fato é que tais eixos exercem influência no Brasil, em especial no mundo acadêmico visto que muitas pesquisadoras brasileiras se graduaram nesses países (HEILBORN; SORJ, 1999; SCHWARTZMAN, 2001).

Em 1967 é publicada a já citada obra de Heleieth Saffioti, *A mulher na sociedade de classes*, que da mesma forma que o artigo de Darcy Uchoa de 1959, é baseada em sua tese de doutorado. É possível questionar se os artigos de 1959 e 1961 podem ser considerados pertencentes aos estudos de gênero, contudo a obra de Saffioti já possui consenso em relação a sua pertinência (e relevância para a área).

Os artigos de Uchoa e de Coelho não são, como Guacira Louro (2003) denominaria, trabalhos *interessados* tais como são os advindos dos estudos feministas. Neste caso, podem ser apontados como “pré” estudos de gênero, talvez da mesma forma que o trabalho do psicanalista Robert Stoller apresentado em 1963 no Congresso Internacional de Psicanálise em Estocolmo, que menciona pela primeira vez a expressão “identidade de gênero” e coloca o gênero como pauta de discussão, mas não chega a postular seu caráter em termos de exercício de poder na sociedade, e em que o sujeito primeiro é a mulher.

4.2 Anos 1970 e 1980: primeiras movimentações

Se há dúvidas ou poréns em relação aos trabalhos anteriores, o mesmo não se pode dizer em relação à produção científica dos anos 1970. Heilborn e Sorj (1999, p. 3) argumentam que iniciativas feministas encontravam terreno na academia brasileira nos anos 1970:

Zahidé Machado Neto leciona, na Universidade Federal da Bahia, disciplina sobre família e relações entre os sexos em 1973; várias pesquisadoras brasileiras participam da Conferência sobre Perspectivas Femininas nas Ciências Sociais Latino-Americana realizada em Buenos Aires em 1974; acadêmicas brasileiras estarão presentes, também, na Welsley Conference on Women and Development em junho de 1976; o Coletivo de Pesquisa sobre Mulher da Fundação Carlos Chagas organiza um seminário “A Contribuição das Ciências Humanas para a

Compreensão do Papel das Mulheres” na reunião da SBPC [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência] em 1975 e publicado no mesmo ano como um número especial do Cadernos de Pesquisa. Algumas pesquisadoras já haviam publicado trabalhos tratando da questão das mulheres: Heleieth Saffioti, Carmen Barroso, Neuma Aguiar e Eva Blay entre outras.

Na visão de Susana Veleda da Silva (2000), é na década de 1970 que surgem os primeiros movimentos de mulheres e feministas no Brasil e para Mariza Corrêa (2001), é nesta época que os feminismos têm maior expressão no país. Em um campo que “mantém fortes afinidades com problemas formulados pelo campo político”, as publicações acadêmicas evidenciam a atenção para a questão pois é a partir da década de 70 que a produção se torna palpável, com artigos publicados todos os anos.

São 49 artigos, com produtividade bastante variável ao longo dos anos, variância (como já mencionado na abertura deste capítulo e figura 9) negativa de -20,55% e com o R^2 de menor valor, 0,39. Em suma, as iniciativas feministas mencionadas pelas autoras repercutem na academia traduzindo-se em publicações de artigos. Os estudos feministas, de gênero, adentram a academia brasileira.

Para Heilborn e Sorj (1999), o contexto de uma sociedade “altamente desigual” impôs aos feminismos no Brasil uma atitude mais moderada, menos radical, e mais articulada com os discursos à esquerda. É necessário pontuar que durante as décadas de 1960 e 1970, enquanto países em que se identifica a “segunda onda” do feminismo vivenciam movimentos de libertação, o Brasil vive a repressão e a ditadura militar. Por consequência disso que Cecília Sardenberg e Ana Alice Costa (2011) afirmam que os movimentos feministas contemporâneos no Brasil surgem em ambiente em que acabam se diluindo nas vozes das movimentações sociais estabelecidas a partir do golpe militar de 1964. Em razão do cenário de intensa repressão militar talvez a necessidade de alinhamento com outros grupos, em prol de uma resistência comum frente ao Estado ditatorial e em prol da redemocratização do país.

Muitas pesquisadoras brasileiras fizeram parte dos movimentos feministas no Brasil desde seu início, em parte pela exposição e influência (inclusive de seus estudos no exterior) de países em que se localizam geográfica e historicamente adventos que se identificam como segunda onda do feminismo. Para Heilborn e Sorj, quando o movimento feminista adquire visibilidade aqui, a partir de 1975,⁶⁴ muitas acadêmicas já trabalhavam nas universidades. Na visão delas, essa particularidade fez com que as pesquisadoras não

⁶⁴ Em 1975 a Organização das Nações Unidas declara o início da Década da Mulher.

buscassem espaços alternativos ou posições de embate frente à academia (como aconteceu, por exemplos, nos EUA), mas em conformidade com o sistema acadêmico (HEILBORN; SORJ, 1999). Segundo elas, em função disso surgem núcleos de pesquisa, mas nenhum se transforma em unidade própria e o ativismo fica na pesquisa social e não no enfrentamento aos padrões acadêmicos.

Já Margareth Rago (1998) afirma que desde que as mulheres passaram a entrar nas universidades, começaram a contestar seus espaços. Para Mariza Corrêa (2001), são as feministas que adentram a academia, e não o contrário, além de não ser possível separar a militância da pesquisa. Os primeiros dois artigos dos anos 1970 são de 1971, publicados no mesmo fascículo da Revista de Saúde Pública e foram escritos principalmente por mulheres (um de autoria solo feminina, outro de quatro pessoas em colaboração, com apenas um homem, todos da USP). O enfoque no gênero e também feminista pode ser identificado no objeto e nas conclusões das duas pesquisas: o viés social por detrás da saúde da mulher.

Em “O registro de nascimento e sua importância em planejamento materno-infantil”, Maria Stella Levy, Arnaldo Siqueira, Maria Helena Silveira e Susana Taschner (1971) analisam maternidades na cidade de São Paulo consideradas de três classes sociais diferentes e verificam que há subnotificação e subregistro de nascimento, o que dificulta um planejamento de saúde materno-infantil eficiente. Como conclusões as autoras indicam que a gratuidade do registro serviria diminuir o problema, inclusive aumentando o número de registros feitos nos locais corretos, do nascimento, possibilitando assim maior conhecimento demográfico da cidade e, por consequência, o alocamento de recursos necessários para programas de planejamento de saúde infantil e da mulher, de modo que a população pudesse realmente acessar os serviços.

O outro é de Aracy Witt (1971) e verifica o que mulheres (na amostragem, estudantes dos Centros de Aprendizado Doméstico do SESI, Serviço Social da Indústria, de cidades paulistas) entendem sobre uma boa nutrição no período da gestação e do puerpério. Witt discute prerrogativas do senso comum levantadas com as entrevistas, como o fato de que a mulher grávida deve “comer por dois” e tudo o que tiver vontade para não prejudicar o bebê. Sugere a necessidade de iniciativas educativas que partam da orientação a respeito desses conhecimentos populares – o que, pela análise de Renata

Tomaz (2015), já se sabe que se efetua historicamente no Brasil a partir da mídia, por meio de uma “educação da mãe” ou “pedagogia da maternagem”⁶⁵.

As disciplinas que compõem a pesquisa nos anos 1970 e suas palavras-chave demonstram uma predominância de investigações sobre saúde pública e reprodutiva com enfoque na saúde da mulher. Obstetrícia, gestação, aleitamento materno, recém-nascido, cuidado pré-natal, enfermagem obstétrica e pediátrica, serviços de saúde materna e afins são os termos mais frequentes.

Na análise de coocorrência de palavras-chave, verifica-se que o termo “feminino” é utilizado na conotação de fêmea (*female*) em estudos relacionados à gravidez e é neste sentido também em que se utiliza as palavras masculino, criança, recém-nascido, adulto. Já palavras relacionadas à menstruação e ciclo menstrual são usados em publicações em que os assuntos planejamento familiar e métodos de contracepção também aparecem – *menstruation*, *menstrual cycle*, *intrauterine devices*, IUD (sigla em inglês para dispositivo intrauterino, o DIU), *copper realising*, *copper* (também relacionados ao DIU, de cobre) contracepção, reprodução. É neste grupo também em que os assuntos aborto e adolescente aparecem. São palavras, portanto, em sua maioria, possivelmente utilizadas em sua conotação “biologizante”, indo de encontro com a conotação utilizada nos estudos de gênero. Desta forma, podem ser pesquisas ainda circundando os estudos de gênero (“pré” estudos de gênero), mas apenas uma análise pormenorizada de conteúdo poderia responder a estas questões. Ressalta-se que o presente trabalho, por se tratar de uma análise macro, não objetiva discutir cada um dos artigos recuperados como pertencentes ou não aos estudos de gênero. A atenção para este ponto é em função da evidência da “porosidade” das palavras-chave destas pesquisas que circundam ou adentram a área de estudos de gênero provavelmente aqui no caminho da transição dos estudos sobre saúde da mulher para os estudos de gênero.

Outros pontos interessantes quanto às disciplinas e palavras-chave:

- a) psicologia e estudos literários como enfoques frequentes;
- b) vários artigos vinculados a disciplinas como letras, história e antropologia, como “Educação feminina e educação masculina no Brasil colonial” (SILVA, 1977a), “Oppression or liberality” (MARTINEZ-ALIER, 1975), “Resenha do

⁶⁵ Conforme a autora, isso está gradativamente mudando, conforme a percepção dos estudos da área e da temática: “No final do século XIX ela [a construção social da maternidade, a qual a mídia desempenha papel] foi marcada pela interferência crescente e gradativa dos médicos, empenhados em dar-lhe um caráter científico. Agora, no início do século XXI, as novas tecnologias se tornam lugares de interação entre as mães, que não abriam mão dos especialistas, mas começam a se incluir nessa categoria, dando conselhos umas às outras, compartilhando suas experiências, questionando não só as antigas figuras de autoridade, mas, em alguns casos, os próprios especialistas.” (TOMAZ, 2015, p. 163).

são demonstrados, pelo menos desde a pesquisa dos anos 1970. As mesmas autoras concordam, no entanto, que é nos anos 1980 que o termo “mulher” começa a ser substituído por gênero (CORRÊA, 2001; HEILBORN; SORJ, 1999; RAGO, 1998). Fato é que a expressão “estudos de gênero” desponta entre as palavras-chave mais utilizadas a partir da década de 1980 e o número de artigos cresce quase cinco vezes se comparado à década anterior: foram publicados 235 artigos de 1981 a 1990.

Os anos 1980 possuem um R^2 mais próximo de um, igual a 0,62, mas a variação de artigos por ano permanece negativa, igual a -3,27%. Estes dados condizem com o contexto histórico: nos anos 70 e 80 o número de pessoas pesquisadoras no Brasil não era ainda expressivo e não havia incentivo específico para publicação de pesquisas em formato de artigo, principalmente se tratando disciplinas fora das ciências da saúde e das exatas.

É entre o final dos anos 1970 e a década seguinte que surge o que Céli Pinto (2003) denomina de feminismo acadêmico. De 1975 a 1985 ocorrem reuniões organizadas por feministas dentro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a partir de 1979 a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) passa a ter um espaço para o debate da questão feminina em seus encontros anuais, e nos anos 1980 vincula-se a pesquisas das ciências humanas, segundo a autora – o que é confirmado pelos dados desta pesquisa.

Nos anos 1980 estão presentes artigos de ciências humanas, principalmente em publicações veiculadas nas revistas *Perspectivas e Educação em Questão*, mas também em revistas estrangeiras como *Anthropology & Education Quarterly*, *American String Teacher* e *Promotion & Éducation*. Estudos literários de pessoas vinculadas a UFPR, estudos sobre a mulher na história brasileira (incluindo mulheres escravas, na política e na urbanização) de pessoas da USP e da UNICAMP também têm frequência considerável. América do Sul e Latina e países em desenvolvimento são termos recorrentes em pesquisas das ciências sociais e das ciências da saúde.

A mulher grávida e no puerpério, amamentação, recém-nascido, mortalidade e algumas pesquisas sobre AIDS e HIV são tópicos nas disciplinas de saúde pública, enfermagem, pediatria, obstetrícia e medicina reprodutiva, medicina tropical e epidemiologia. A saúde da mulher principalmente a que se relaciona com o planejamento familiar são os temas mais frequentes da pesquisa acadêmica dos anos 1980 no Brasil – temas inclusive dos dois primeiros artigos identificados. Isso demonstra um paralelismo entre as pautas feministas e sociais e a pesquisa acadêmica, já que, segundo Céli Pinto (2003), nos anos 1980 a saúde da mulher se torna um dos principais temas dos movimentos

feministas brasileiros. Para a autora, neste âmbito o planejamento familiar é um tema especialmente sensível já que no Brasil sempre esteve associado ao controle de natalidade de famílias pobres:

Durante o período do regime militar, a forte presença do organismo norte-americano Bemfam⁶⁷ e sua política pouco cuidadosa de distribuição gratuita de anticoncepcionais entre a população pobre criaram grande dificuldade para a aceitação de qualquer política de planejamento familiar. [...] as feministas tiveram de se enfrentar com as mulheres das camadas populares, com problemas muito concretos e, nesse caso, um problema muito parecido com o das próprias feministas: a vontade de limitar drasticamente o número de filhos. Ora, se isso parecia um direito para as mulheres intelectualizadas de classe média, tomava ares de política pública conservadora quando o alvo eram as camadas populares. Isso fez com que as feministas passassem a ter um grande papel na elaboração de projetos de planejamento familiar que buscassem atender as mulheres de camadas populares sem cair em políticas discriminatórias. (PINTO, 2003, p. 83).

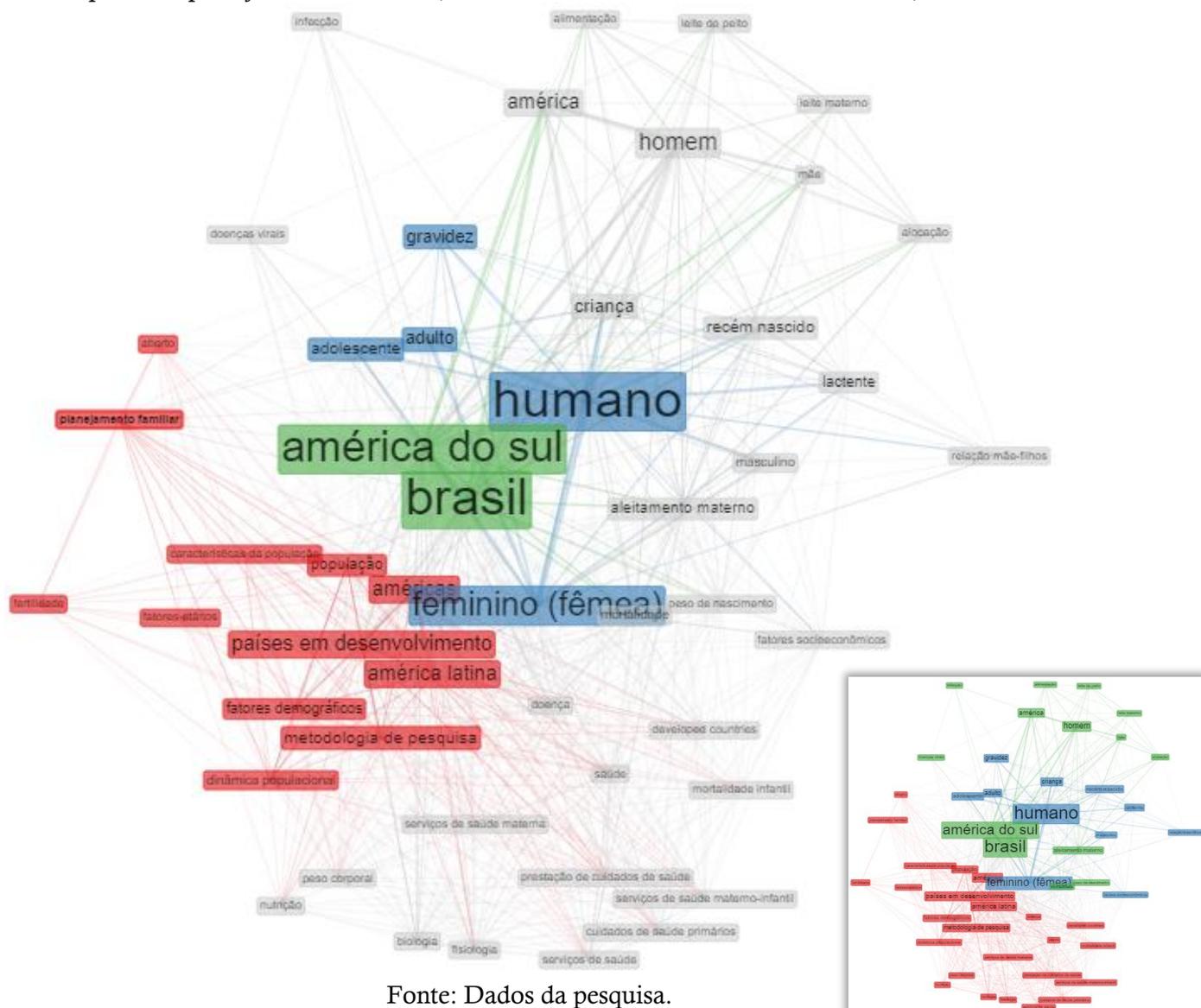
É interessante que na década de 1970, a expressão “planejamento familiar” estava justamente relacionada à contracepção e aborto. Na década de 1980, aparece novamente também em coocorrência com aborto e com adição das palavras/assuntos: fertilidade, fatores etários, característica da população, países em desenvolvimento, América Latina, população, américas, todos no mesmo grupo, vermelho. Na figura 12 a seguir, a expressão está em destaque, no canto esquerdo junto ao grupo de palavras em vermelho. A figura, em que “planejamento familiar” foi selecionado no *software* para ficar em destaque, também mostra outras palavras com as quais planejamento familiar ocorre com frequência, mesmo quando essas outras palavras estão em outro agrupamento, como por exemplo, adolescente, adulto, América do Sul, Brasil, entre outras. No detalhe, o mapa com todas as cores dos *clusters* nos anos 1980. Os mesmos parâmetros do mapa nos anos 1970 foram utilizados.

Neste contexto histórico, a redemocratização do país reuniu vários movimentos de mulheres (e/ou feministas) que se aliaram para reivindicar direitos perante a assembleia constituinte. É formalizada a Carta das Mulheres, elaborada em evento promovido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), criado em 1985 e dirigido pela socióloga Ioga Jaqueline Pitanguy. A Carta das Mulheres foi composta a partir das demandas reunidas neste evento e foi entregue aos participantes da constituinte a fim de que os direitos das mulheres fossem contemplados na Constituição de 1988.

⁶⁷ Organização Bem-Estar Familiar no Brasil (BEMFAM) fundada em 1965 no Rio de Janeiro e de atuação nacional, inicialmente focada em planejamento familiar (BEMFAM, 2010).

A Carta das Mulheres contemplava demandas sociais amplas, referentes à justiça social, saúde, educação, e também demandas específicas, como criminalização da violência contra a mulher (com redefinição do conceito de estupro, criação de delegacias especializadas no atendimento à mulher, entre outros) e reconhecimento do direito a decidir sobre o próprio corpo. Segundo Céli Pinto (2003), nela não se cita explicitamente a questão do aborto, porém a coloca nos termos do direito sobre si, incluindo garantia da integridade física e psíquica. Para a autora, houve omissão dos movimentos de esquerda no período pós-regime militar em discutir amplamente a questão em decorrência de sua proximidade com a igreja católica. Apenas as feministas, inclusive as com ligação com a igreja, tentaram trazer o tema à tona.

Figura 12 - Mapa de coocorrência de palavras-chave na década de 1980, com destaque para a expressão “planejamento familiar”, e no detalhe com todas as cores dos *clusters*, n=229



Na pesquisa, o tema aparece pela primeira vez, em revistas de saúde pública, de história e de obstetrícia. São oito ocorrências em que o aborto é o tema principal de discussão, e um em que é assunto relacionado (este sobre método contraceptivo). Entre as autorias evidencia-se o pesquisador Anibal Faúndes. Nos artigos em que é assunto principal, se elucida a emergência do assunto para o debate público. São artigos que discutem:

- a) a opinião pública sobre o aborto e a necessidade de se encará-lo como questão social e sanitária - “Liberação do aborto: opinião de estudantes de Medicina e de Direito, São Paulo, Brasil” (MEIRA; FERRAZ, 1989), “Unwanted pregnancy: challenges for health policy” (PINOTTI; FAÚNDES, 1989), “Commentary on women's reproductive health: means or end?” (FAÚNDES; HARDY; PINOTTI, 1989);
- b) investigações demográficas sobre ocorrência de abortos em recortes específicos no país - “Mortalidade materna no Brasil, 1980” (SIQUEIRA *et al.*, 1984) e “Investigação sobre ocorrência de aborto em pacientes de hospital de centro urbano do Estado de São Paulo, Brasil” (SCHOR, 1990);
- c) as políticas efetivamente de planejamento familiar no país em paralelo com forças políticas e sociais de cunho controlista - “População, reprodução e saúde: anotações sobre a questão de uma política social” (ROCHA, 1988);
- d) e o aborto como uma prática de resistência aos senhores de escravos na história do Brasil - “Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio” (MOTT, 1989).⁶⁸

As palavras-chave dos autores que não estavam presentes nos estudos de gênero da década de 70 e aparecem nos anos 1980 são: várias expressões relacionadas a já citada amamentação (aleitamento materno, leite do peito, leite materno, amamentação, nesta ordem de importância), mãe, homem, mulher, epidemiologia, países em desenvolvimento, doenças virais, AIDS, relação pais-filhos e identidade de gênero. No contexto histórico, nos anos 1980 as pautas sobre saúde feminina assim como sobre a violência contra a

⁶⁸ O código penal brasileiro prevê a interrupção legal da gravidez nos casos de estupro e de risco de vida para a mulher desde 1940. No entanto, apenas em 1989, após a Constituição Federal de 1988, essa possibilidade passou a ser oferecida em um hospital público, em São Paulo. Coincidentemente, durante a análise desses dados, agosto de 2020, o noticiário brasileiro repercute o caso de uma menina de 10 anos do Espírito Santo que foi estuprada pelo tio e mesmo se encaixando em todos os requisitos da lei, não consegue realizar o aborto e ainda teve seus dados pessoais divulgados por ativistas contrários, dificultando mais ainda a efetivação do procedimento. Infelizmente o tema ainda é tão tabu na sociedade brasileira que essa dificuldade é muito comum. Os estados com maior índice de estupro no país são os em que há maior dificuldade de se conseguir realizar o procedimento legalmente (SOUZA, 2017). Apenas no início do século XXI a expressão “mulher honesta” sai do Código Penal brasileiro, do artigo que trata de estupro. Em outras palavras, o aborto mesmo em casos de estupro, permanece um grande tabu no Brasil, revelando nosso indiscutível machismo.

mulher também ganham notoriedade a partir de discussões dos círculos feministas que demandam e influenciam políticas públicas, como as ligadas às delegacias especializadas (a primeira criada em 1985) e o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, criado em 1983 pelo Ministério da Saúde (PINTO, 2003).

4.3 Anos 1990: entrada das ciências humanas e consolidação como área de estudos

Já os anos 1990 se apresentam como ponto de virada: a variação anual indica crescimento da pesquisa, em média 17,36% ao ano, com R^2 de 0,963. O número de artigos é 5,99 vezes maior em relação à década de 1980: 1408 artigos. É na década de 90 também que são inauguradas as duas publicações científicas nacionais especializadas na área e ativas até hoje: a Revista Estudos Feministas e a Cadernos Pagu.

No contexto histórico, as movimentações de mulheres talvez contribuam para explicar esse aumento exponencial dos feminismos e então dos estudos acadêmicos que fazem parte da sua arena política. Sardenberg e Costa (2011) colocam que é no início da década de 1990 que muitos movimentos populares de mulheres se multiplicam e se organizam, por exemplo, a partir de mulheres de classes trabalhadoras em associações de bairro, trabalhadoras de fábricas através dos departamentos de mulheres dos seus sindicatos e centrais, e de trabalhadoras rurais através de várias organizações. Neste contexto as mulheres negras também passam ter alguma voz no sentido de ampliar a agenda feminista brasileira (SARDENBERG; COSTA, 2011). Segundo Ana Alice Costa e Susana Silva, a década de 1990 no Brasil é marcada pela institucionalização de vários movimentos sociais, por exemplo, com o surgimento de diversas organizações não-governamentais (COSTA, 2013; SILVA, 2000).

É na década de 1990 igualmente que gênero passa a ser contemplado nas diretrizes da educação brasileira, pelo PCN, Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental. Para Tânia Brabo, isto foi mérito dos movimentos feministas da época, que se articulavam num “cenário pautado por demandas e negociações de direitos sociais”, que ocorrem, no entanto, dentro de “uma contradição entre os objetivos de alcance dos direitos sociais, previstos na Constituição de 1988 e a adoção de reformas políticas de ajuste econômico, as neoliberais” (BRABO, 2008, p. 159).

Além disso, várias autoras que relatam suas trajetórias como pesquisadoras na época mencionam também a questão do financiamento da Fundação Ford e da Fundação

MacArthur (CORRÊA, 2001; GREGORI, 1999; RAGO, 1998). O financiamento e o incentivo institucional são certamente parte integrante dos motivos para o aumento da produtividade na área, visto que a pesquisa acadêmica demanda mão de obra altamente especializada e recursos que são muitas vezes escassos no Brasil.

Conforme Pinto (2003), de 1978 a 1998 a Ford financiou através da Fundação Carlos Chagas (FCC) cerca de 170 projetos de pesquisa sobre mulher em todas as regiões do país, tornando a FCC inclusive um centro de referência nacional sobre o assunto. Já a Fundação MacArthur financiou pesquisas principalmente na área de saúde reprodutiva e sexual, de 1990 até 2002 – o relatório produzido para a fundação por Sonia Correa e Peter McIntyre (2003) menciona 18 grandes projetos, como as ainda atuantes Rede Feminista de Saúde, SOS CORPO e Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero (hoje Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos) e mais de 70 instituições apoiadas.

Os anos 1990 foram, portanto, os anos de intersecção desses fomentos afins das duas fundações, resultando no surgimento de diversos projetos e pesquisas e na consolidação dos já existentes. As duas fundações tinham o objetivo de apoiar financeiramente essas pesquisas aqui por acreditarem que o Brasil seria um país estratégico no desenvolvimento de toda a região. Esses financiamentos na academia tinham então como objetivo maior possibilitarem políticas públicas e intervenções sociais. Segundo Seffner⁶⁹, o amplo financiamento trouxe diversos pesquisadores para a área de estudos de gênero, sexualidade e feminismos.

O aumento na produção científica em estudos de gênero durante os anos 1990 pode então ser justificado (também) pela existência de recursos financeiros específicos para assuntos pertinentes à área em conjunto com o cenário político nacional⁷⁰, em que movimentos sociais se organizam inclusive institucionalmente. As palavras-chave e as *subfields* (que podem ser entendidas como as disciplinas de pesquisa) refletem a consolidação dos estudos de gênero como área já que a própria expressão passa a figurar como termo mais utilizado e como disciplina mais frequente – diferentemente das décadas anteriores em que termos e disciplinas das ciências da saúde são os primeiros.

É a década também que as *fields* (ou as disciplinas) das ciências humanas e das ciências sociais criam seu espaço definitivo na pesquisa acadêmica envolvendo mulher e gênero, tendo mais frequência inclusive que a saúde pública – que nas décadas seguintes

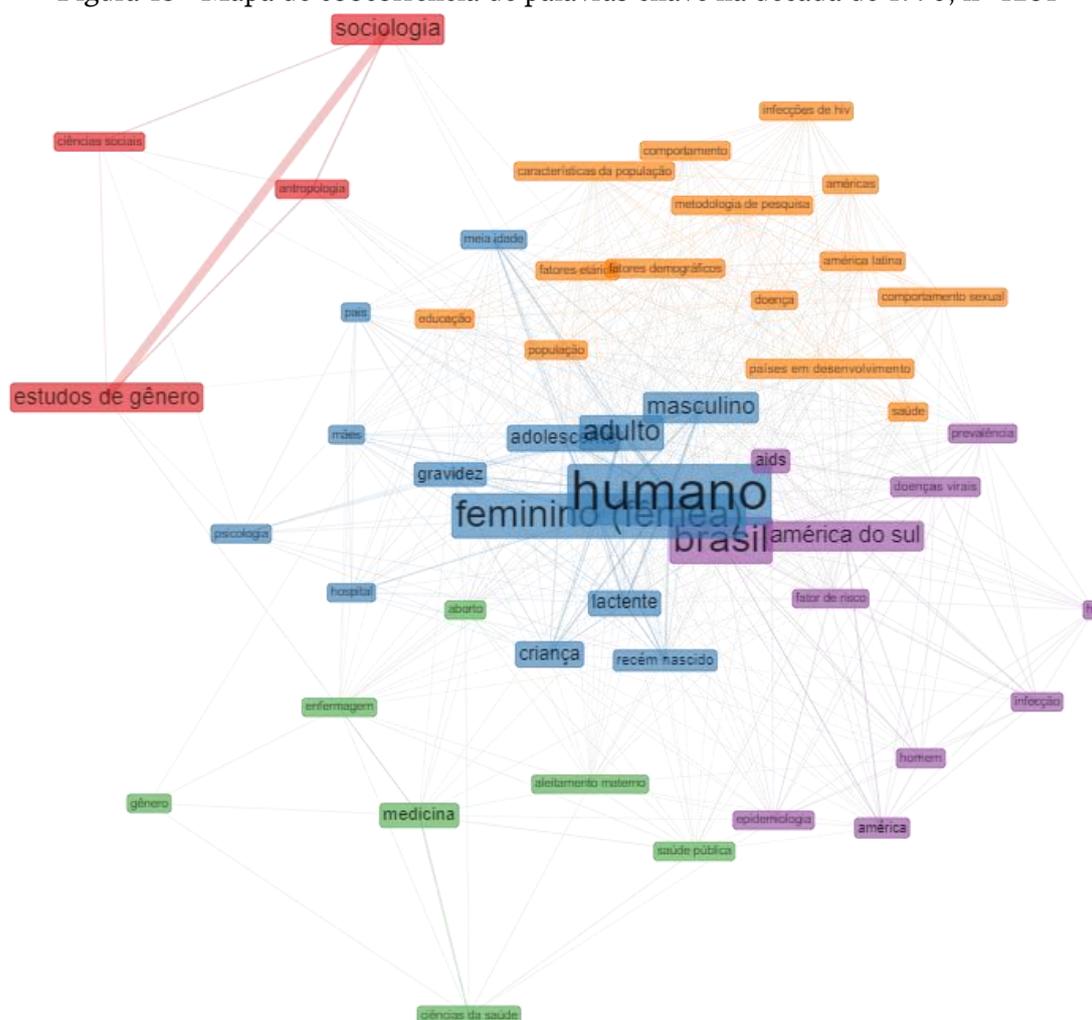
⁶⁹ Informação verbal, proferida por Fernando Seffner durante disciplina Estudos de gênero, Educação e Sexualidade do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, primeiro semestre de 2016.

⁷⁰ O cenário social e político internacional obviamente também influencia num momento em que o mundo está ascendentemente mais globalizado.

volta a ser a mais frequente (ver tabela 2). Entre as palavras-chave, permanecem termos das ciências da saúde relacionados à maternidade, como gravidez, recém-nascido, criança e lactente. Alguns termos que aparecem na década de 80, mas com frequência bem baixa, adquirem importância: gênero, feminismo, AIDS, antropologia e performance. No mapa de coocorrência de palavras-chave, é possível perceber que as frentes de pesquisa dos anos 1970 e 1980 permanecem (*clusters* verde e azul), e a eles se adicionam outros grupos com termos das ciências sociais e humanidades.

A expressão “estudos de gênero” aparece associada aos termos sociologia, antropologia e ciências sociais, todos pertencentes ao mesmo *cluster* de palavras (vermelho). Contudo, ao se selecionar a expressão que também designa esta área de estudos, visualiza-se arestas de ligação fortes (ou seja, associação frequente entre os assuntos) com psicologia (*cluster* azul), enfermagem e medicina (*cluster* verde) e população (*cluster* laranja).

Figura 13 - Mapa de coocorrência de palavras-chave na década de 1990, n=1281



Fonte: Dados da pesquisa.

Dois grupos de palavras contêm termos incipientes nos anos 1980 que adquirem força nos 90, relacionados a estudos populacionais e de sexualidade sobre a propagação do HIV e da AIDS na população brasileira. São os grupos laranja (infecções de HIV, comportamento, características da população, metodologia da pesquisa, américas, América Latina, comportamento sexual, saúde, doença, educação, população, fatores etários, fatores demográficos, países em desenvolvimento) e roxo (Brasil, América do Sul, AIDS, fator de risco, doenças virais, prevalência, infecção, homem, América, epidemiologia). A presença e a frequência destes termos ilustram o fôlego da pesquisa sobre HIV/AIDS no Brasil – o primeiro caso de infecção no país foi relatado em 1982 – devido sua penetrabilidade e frequência na área estudada e, assim como é visto em outros temas, a intersecção de focos de políticas públicas e de intervenção social na pesquisa acadêmica.

Já expressões relacionadas à violência, inexistentes nas décadas anteriores, são visivelmente frequentes apesar de não haver uma expressão única com grande frequência. São elas: violência, violência sexual, violência familiar, violência contra a mulher, violência conjugal (nesta ordem de frequência). Céli Pinto (2003) afirma que este é um dos temas centrais dos movimentos feministas no Brasil desde a Carta das Mulheres formulada para a constituinte, com a demanda da criação das delegacias especializadas, mas diferentemente do aborto, as expressões relacionadas à violência aparecem na pesquisa acadêmica apenas na década seguinte.

Outras novidades entre as palavras-chave (em relação à década de 1980) são: aborto induzido, prostituição, empoderamento, historiografia, gravidez na adolescência, psicanálise, ética, subjetividade, estupro, diferença entre sexos, poder, práxis e teoria feminista.

Enquanto o número de artigos aumenta quase seis vezes nos anos 1990 em relação à década anterior, o número de disciplinas envolvidas tem crescimento também, mas de forma mais discreta, incluindo principalmente disciplinas das ciências humanas e sociais. São essas disciplinas as que mais utilizam a expressão “estudos de gênero” em suas palavras-chave. As que mais utilizam expressões relacionadas à violência são saúde pública e humanidades.

4.4 Anos 2000 e 2010: ascensão rumo à diversidade?

Nos anos 2000 mais disciplinas adentram os estudos de gênero. Foram publicados 7278 artigos, com um pequeno declínio de 2008 para 2009 (1159 para 1094 respectivamente), o que, no entanto, é solapado por 1402 artigos em 2010. Com R^2 igual 0,9685, a curva de crescimento exponencial é pouco mais acentuada em relação aos anos 1990.

A saúde pública e a enfermagem voltam a ser as disciplinas com mais publicações. As palavras sexualidade, homossexualidade e identidade de gênero aumentam sua frequência em relação às décadas anteriores. Arte e performance, que já apareciam em mais publicações nos anos 1990, aumentam ainda mais sua importância. Por outro lado, os termos comumente usados em pesquisas das ciências médicas e experimentais como “humano” e “fêmea” diminuem em proporção.

Historicamente, os movimentos feministas⁷¹ do final do século XIX e início do século XXI são marcados pela luz à diversidade, às diferenças e ao contexto micropolítico e isso se reflete nos estudos de gênero. No Brasil, a institucionalização governamental das pautas de equidade para promover a igualdade entre os gêneros se vislumbra em políticas públicas e em novos organismos estatais. Enquanto nos anos 1990 já começam a aparecer termos como subjetividade e raça, nos anos 2000 esses termos crescem em frequência e a eles são adicionadas outras expressões relacionadas às diferenças, micropolítica e novas “vertentes” dos estudos de gênero. São exemplos as relacionadas aos estudos *queer* (travesti, teoria *queer*, *queer*), sexualidades “desviantes” (intersexualidade, homoerotismo, lésbica), geração (jovens, velhice, gerações), novas palavras relacionadas à violência (homofobia, violência de gênero, abuso sexual) e outras (movimentos sociais, masculinidades, comportamento paterno, divórcio, pornografia, alteridade, publicações feministas, intersexualidade).

Esta adição de palavras relacionadas às diferenças também podem ser repercussão dos diálogos estabelecidos a partir do meio para o final dos anos 1990. No contexto histórico dos feminismos brasileiros, novas vozes são levantadas a partir das movimentações ocorridas em torno da participação brasileira na Conferência Mundial da Mulher de Pequim promovida pela ONU em 1995 (MATOS, 2010; SARDENBERG; COSTA, 2011). A necessária articulação para organizar a participação das mulheres nesse

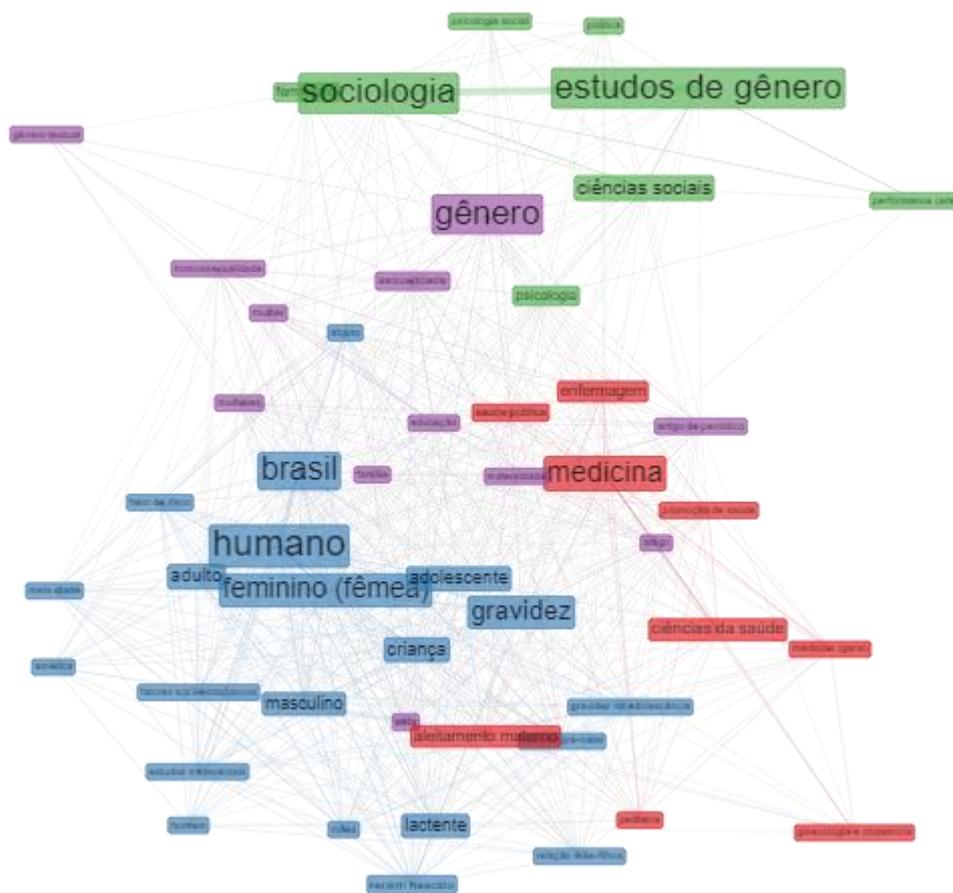
⁷¹ Que permeiam os estudos de gênero, são um dos seus gêrmens, ou, como Céli Pinto (2003) afirma, é um dos únicos movimentos sociais que desenvolve sua própria teoria, teorias feministas e de gênero.

encontro fez vários movimentos locais e populares de mulheres nos anos 1990 criarem redes informais e também formais, estabelecendo diálogos no âmbito nacional e transnacional, inclusive com os feminismos latino-americanos, o que deve ter repercutido então em algum grau também nos feminismos levados à academia.

Palavras e termos utilizados pelas autoras e autores (ou durante o registro das publicações) para descrever suas pesquisas, inéditos em relação aos anos anteriores são: mídia, depressão, promoção da saúde, vulnerabilidade, paternidade (pai), masculinidades, abuso sexual, transmissão vertical, publicidade, movimentos sociais, mulheres maltratadas, idoso(a), atenção primária à saúde, homofobia, teoria *queer* e pornografia.

Algumas mudanças mais pontuais aparecem no mapa de coocorrência de palavras em relação ao dos anos 1990. Permanecem os grupos de assuntos relacionados à gestação (*cluster* azul no mapa dos anos 1990 e 1980, roxo nos anos 1970), ao qual são adicionados os assuntos fatores socioeconômicos, estudos transversais, meia idade, gravidez na adolescência e relação mãe-filho. Feminismo, psicologia social, política e performance são novos termos do *cluster* de estudos de gênero, sociologia, ciências sociais e antropologia. Uma das maiores mudanças está no destaque (maior frequência desse grupo), além de um novo grupo com os temas gênero, homossexualidade, mulheres, família, educação, maternidade e mulher.

Figura 14 - Mapa de coocorrência de palavras-chave na década de 2000, n=6969



Fonte: Dados da pesquisa.

Performance (arte) é uma expressão que aparece nos anos 1990 pela primeira vez e a partir dos anos 2000 ganha cada vez mais destaque, chegando a ser o quarto termo mais frequente nos anos 2010 – atrás apenas de sociologia, estudos de gênero e gênero. Averiguando-se as pesquisas em que o termo aparece, fica evidente que é uma palavra usada de forma sistemática em artigos que não têm palavras-chave na fonte, mas cujas revistas abrangem (também) pesquisas sobre expressões artísticas, incluindo música, literatura, cinema e artes visuais em seu foco editorial. São exemplos destes casos, artigos como “A máscara alegre: contribuições da cena gay para o teatro brasileiro” (MORENO, 2002), “Gênero na infância: análise do filme ‘La vie in rose’ como instrumento pedagógico em educação sexual” (pesquisa com uso de um filme como recurso pedagógico) (ANACLETO; MAIA, 2009), “Mulheres e memória poética: opressão à flor da letra?” (resenha de livro sobre teoria literária com análise de gênero) (BRITTO, 2010), entre outros.

Mas nem todos os artigos que foram indexados com “performance (arte)” são a respeito de alguma expressão de arte, alguns têm apenas o contexto artístico como parte de seu referencial bibliográfico, o que leva a crer que a base de dados, ou a indexação destas

revistas, atribui palavras-chave de acordo com os referenciais dos artigos (no caso de artigos que não têm palavras-chave registradas na fonte). De qualquer forma, fica evidente na verificação desses trabalhos que são de temas que relacionam (tendo como objeto ou contexto de pesquisa) expressões artísticas e educação, e foram publicados em revista da área de educação (no recorte dos trabalhos publicados anos 2000). Também são volumosos os trabalhos envolvendo arte e sociologia e os artigos que analisam expressões de arte a partir de uma perspectiva de gênero (tendo tal como objetivo principal da pesquisa), estes publicados em sua maioria em revistas especializadas em estudos de gênero, como a *Cadernos Pagu*.

No contexto social dos anos 2000 ainda cumpre destacar marcos na política brasileira que podem ser entendidos como conquistas dos movimentos que permeiam – e repercutem – nos estudos de gênero. Em 2003 é criado o Ministério das Mulheres, posteriormente Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres. Em 2004 é publicado o primeiro Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), em 2006 é sancionada a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), de combate à violência doméstica e, entre 2008 e 2011, é instituído o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Sandra Andrade, Dagmar Meyer e Carlos Barzotto (2019) acabam por evidenciar a mencionada *repercussão* (de via dupla, e necessária) em análise com foco no mesmo período.

Primeiro, as autoras e autor (ANDRADE; MEYER; BARZOTTO, 2019) contextualizam o uso de “transversalidade/transversalização de gênero” em seu uso no texto de políticas públicas brasileiras com datas a partir de 2003/2004, como os PNPMs. Após, fazem uma revisão de literatura do mesmo conceito em publicações acadêmicas feitas entre 2004 e 2016. Pelas publicações brasileiras localizadas, acabam por sugerir que a primeira publicação científica nacional que conceitualiza a expressão possa ter sido encomendada a partir de seu primeiro uso em texto estatal de 2004 (em função das datas). Então, depois de discutir a revisão teórica do conceito nos (poucos) trabalhos científicos identificados, Andrade, Meyer e Barzotto (2019, p. 101) indicam haver uma “polifonia discursiva” e que isso “[...] dificulta que se construa um consenso mínimo, necessário quando se trata de pactuar a elaboração e implementação de políticas públicas que incorporem esse princípio [...]”. Portanto, a discussão acadêmica (teórica, política) do que é transversalização de gênero implica (também) em sua operacionalização e em sua efetivação como política pública.

Desde a constituinte, os feminismos brasileiros já estavam se organizando de forma a ver no Estado um possível aliado na conquista de direitos, para o qual suas demandas são direcionadas. Neste percurso em que as institucionalizações dos anos 1990 perpassam, são realizadas articulações entre movimentos sociais, organizações não-governamentais e Estado (além das organizações estrangeiras ou internacionais) (SARDENBERG; COSTA, 2011). Nos anos 2000 uma nova camada se soma a este cenário, relacionada à partidarização dos movimentos, cenário no qual Sardenberg e Costa demonstram ser fonte de alguns conflitos e tensões, também já identificados em outros âmbitos, como por exemplo, entre grupos de mulheres e ONGs, ou entre feminismos com diferentes “identidades” ou pautas, ou outros grupos sociais – “solidariedade e conflitos no interior da diversidade” (SARDENBERG; COSTA, 2011, doc. não paginado). A diversidade é então, como não poderia deixar de ser, um campo em que se dão também relações de força/poder e onde os feminismos se fazem perceber. Na década de 2000, os questionamentos e pautas abarcam o corpo, maternidade como obrigação, violência obstétrica, parto natural, mulher negra, indígena, gorda, maior representatividade política, direito à amamentação em público, entre outras.

Os anos 2010 (2011 a 2019) seguem a tendência de crescimento cada vez maior, com fator de R^2 ainda mais próximo de um, equivalente a 0,9765 (ponderando até o ano de 2017, último ano considerado completo na base e, portanto, passível de análise de produção). É nesta década que a palavra feminismo começa a ser adjetivada: feminismo e também feminismos (no plural), feminismo negro, ecofeminismo, pós-feminismo, feminismo materialista, ciberfeminismo, feminismo jurídico, feminismo marxista, feminismo descolonial e decolonial, feminismo comunitário, feminismo latino-americano – o que também ilustra a diversidade na pesquisa e o “acompanhamento” dos movimentos sociais.

Também a partir dos anos 2010 os termos performance, arte e sexualidade aumentam mais ainda em importância na pesquisa, assim como várias expressões relacionadas à violência de gênero: violência contra a mulher, violência doméstica, violência, violência sexual, violência de gênero, feminicídio. A frequência e multiplicidade dos termos relacionados à violência demonstra crescente repercussão deste debate iniciado entre os feminismos desde os anos 1970, institucionalizados nas delegacias especializadas nos anos 1990 e reafirmado com a lei Maria da Penha sancionada em 2006.

Empoderamento, presente entre as palavras desde os anos 1990, nos 2010 fica entre as 30 mais frequentes. Outras novidades nas palavras-chave são, por ordem de frequência:

pessoa transgênero, alienação parental, microcefalia, prisões, disforia de gênero, diversidade de gênero, saúde do homem, tecnologia educacional, profilaxia pré-exposição, pessoas trans, violência institucional, pessoas transgênero, problematização, arte contemporânea, capital cultural, alienação, corpos, transfobia, educação de jovens e adultos, juventudes. Aparecem com frequência também termos de redes sociais online: Facebook, Youtube e Twitter.

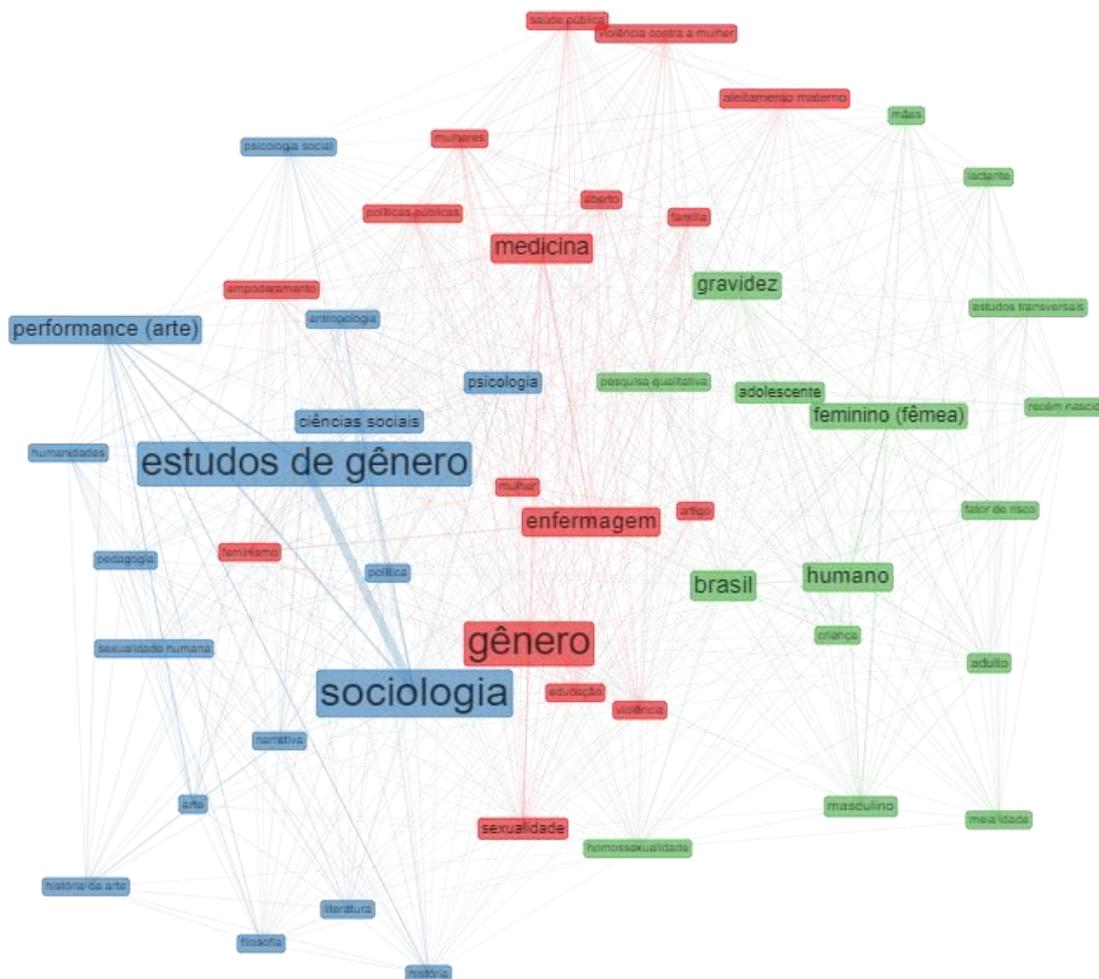
Palavras relacionadas à homossexualidade aparecem entre as palavras-chave a partir dos anos 1990 (homossexualidade, homossexual, movimento homossexual, grupo homossexual, homossexualidade masculina e até homossexualismo), contudo “gay” e palavras com a raiz “lesbo” (como lesbianismo) ocorrem somente a partir dos anos 2000. Nos anos 2010 há uma maior profusão de termos relacionados, mas nota-se que, quando há divisão entre os gêneros, as expressões relacionadas ao homem gay (homossexualidade masculina, *male homosexual*, homoerotismo masculino) são bastante mais frequentes do que as em relação à mulher gay – por exemplo, homossexualidade feminina tem frequência quatro vezes menor que homossexualidade masculina.

Questão similar acontece com termos ligados à raça⁷² e etnia: surge nos anos 1990 (raça, racismo, etnia, mulheres negras), com poucas ocorrências e poucos termos, nos anos 2000 aumentam sua frequência um pouco, e a partir 2011 há profusão de novos termos combinada com aumento da frequência dos que já existiam. Os novos são: feminismo negro (já mencionado nas adjetivações de feminismo), mulheres indígenas, literatura negra, raça/etnia, racismo institucional, *south american indians*, negritude, antirracismo, branquitude, professoras negras, racismo/sexismo epistêmico, entre outros. Tais palavras, contudo têm frequência mais discreta quando comparada com as palavras relacionadas a homossexualidade e sobre violência, o que retoma a discussão levantada por Luzinete Minella (2013) em análise sobre as temáticas do campo gênero e ciências no Brasil. Em sua pesquisa, a autora vê uma lacuna em artigos sobre gênero na ciência em que a questão étnica ou racial seja colocada no centro do debate. Essas questões são o centro do debate dos artigos em que aparecem, mas a frequência mais discreta demonstra incipiência (quantitativamente) e que são desafios políticos e epistemológicos (nas palavras de

⁷² Necessário lembrar que “raça” é um sintagma criado na cultura ocidental para distinguir povos não brancos, para diferenciar o homem branco de “outros”. Então embora o termo já tenha sido problematizado, já que essa distinção presumia uma diferença depreciativa (na Classificação Decimal Universal, por exemplo, a classe “raça” foi trocada pela de “etnia”), hoje entende-se seu uso como marcador das diferenças de modo afirmativo, utilizado para elucidar tanto problemas a serem debatidos (por exemplo, racismo contra negros) como elucidar, por exemplo, questões identitárias culturais e étnicas, seja de uma expressão cultural/artística como de grupos de pessoas (como em poesia negra no feminino, *jewish identity*, povo indígena tupinambá, pesquisadoras negras – todos utilizados como palavras-chave nos anos 2010).

Minella) abarcar estas intersecções não só em gênero e ciências, mas na área de estudos de gênero no Brasil.

Figura 15 - Mapa de coocorrência de palavras-chave na década de 2010, n=20451



Fonte: Dados da pesquisa.

Na análise de *clusters* de palavras-chave mais frequentes, é interessante que apesar de haver proeminência de novos assuntos (novas palavras-chave e novas áreas entrando na pesquisa em estudos de gênero), há uma coesão na coocorrência de termos que aparecem desde os primeiros anos da pesquisa. Na figura 15, é possível perceber que apesar de os grupos estarem muito próximos e haver ligações frequentes entre eles, há clara distinção entre os temas e palavras de pesquisa envolvendo:

- gravidez, com termos de estudos populacionais e transversais, como feminino no sentido de fêmea, masculino, adolescente, lactente, recém-nascido. É neste grupo que está presente a palavra homossexualidade;
- saúde e políticas públicas, com questões de aleitamento materno (termo mais próximo ao grupo sobre gravidez), enfermagem e medicina, mulher, aborto,

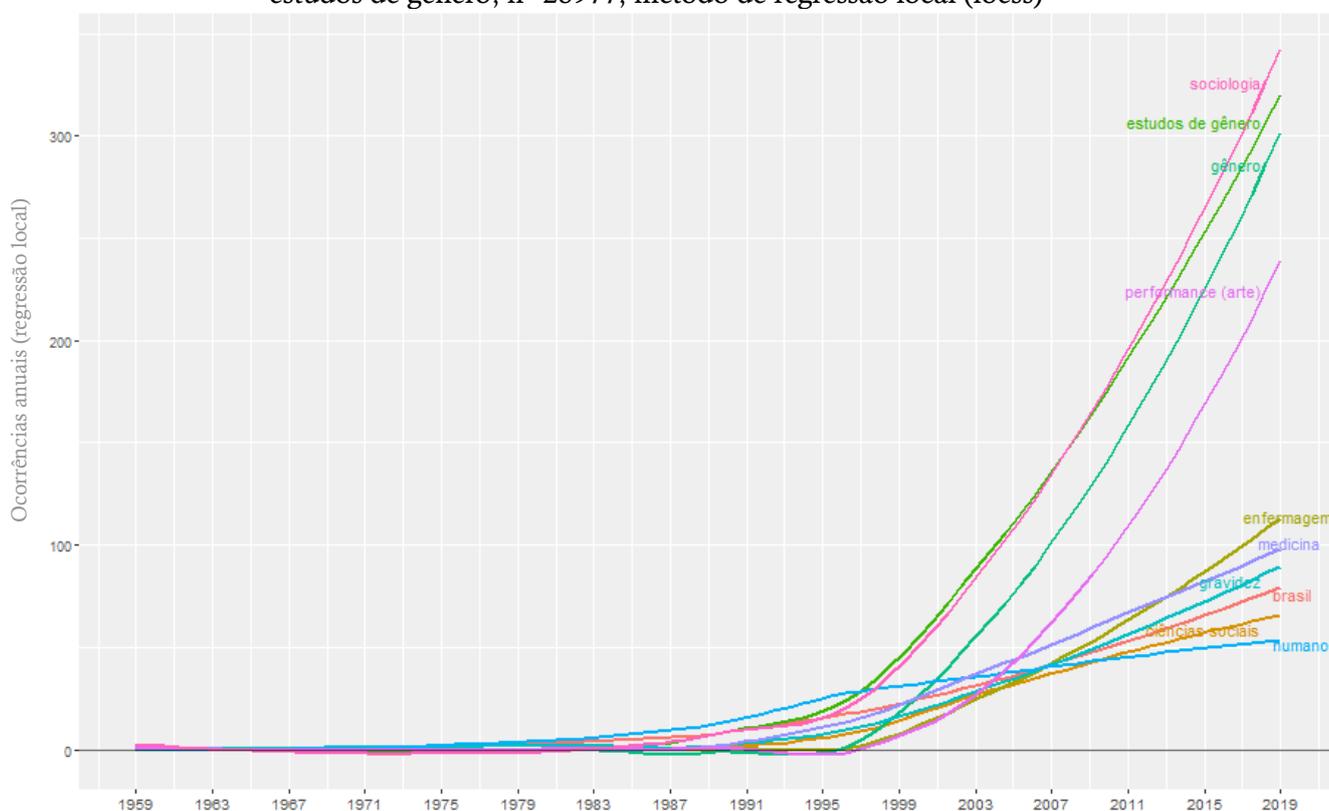
sexualidade, empoderamento e feminismo (estes dois sendo os termos mais ligados ao próximo grupo);

- c) questões das ciências sociais e das humanidades, incluindo arte, história da arte, performance, literatura, história, filosofia, pedagogia, antropologia, psicologia social, entre outros.

A imagem é significativa, pois transparece uma divisão, de fronteiras difusas, que parece estar sendo construída desde os primórdios dos estudos de gênero brasileiros e que pode permitir compreender o grande cenário da pesquisa nesta área/temática no país. Um cenário que muda conforme as perspectivas, mas cuja moldura permite enxergar características importantes de recortes específicos.

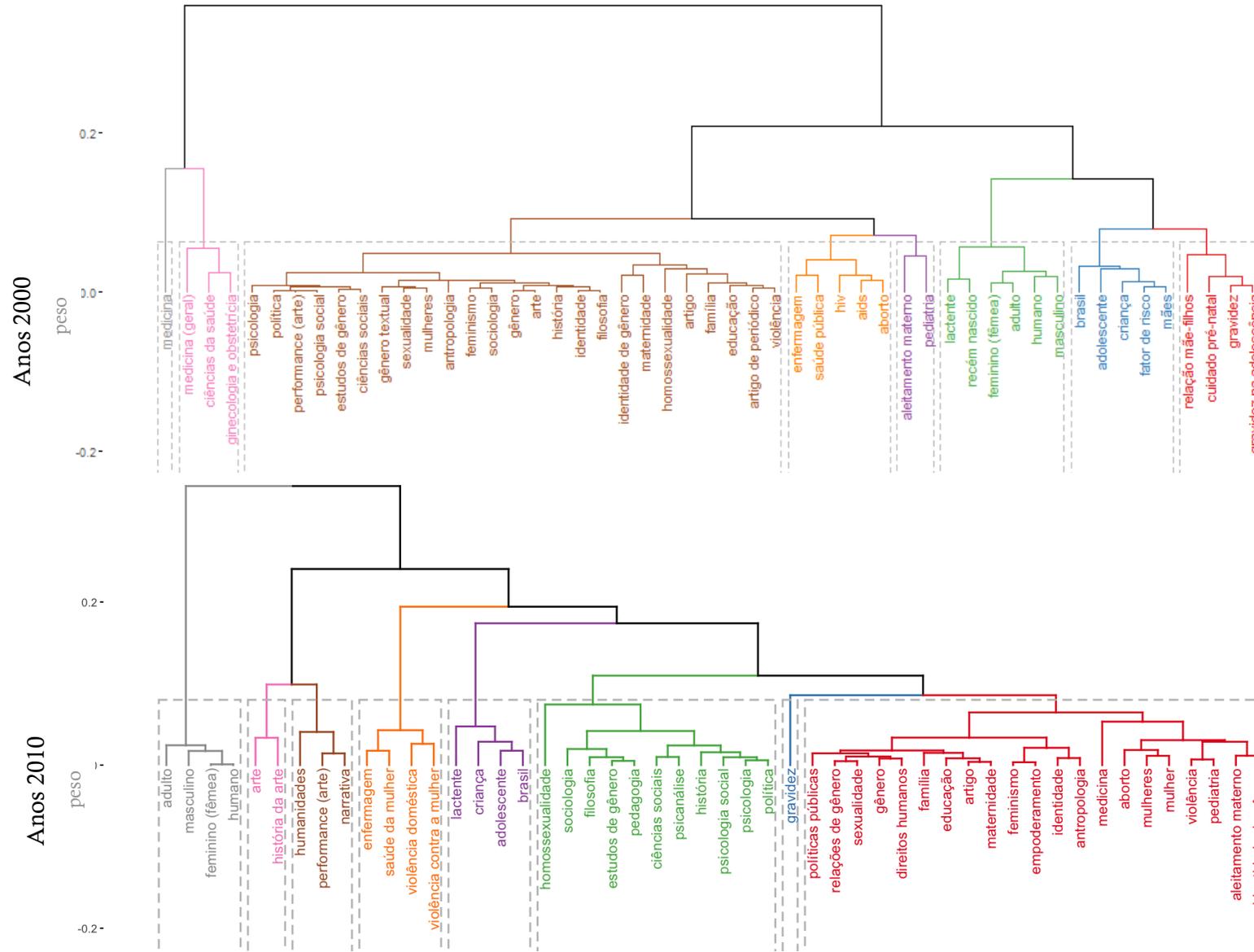
A seguir são apresentadas as análises extras, com o crescimento das dez palavras-chave mais frequentes para todos os artigos em estudos de gênero brasileiros desde 1959 até 2019. Depois, faz-se uma comparação através de dendrogramas para os anos mais recentes, a partir do início do presente século. Os dendrogramas representam os agrupamentos das palavras mais frequentes, demonstrando numa hierarquia ascendente as suas coocorrências.

Figura 16 - Evolução de frequência das 10 palavras-chave mais usadas nos artigos brasileiros de estudos de gênero, n=28977, método de regressão local (loess)



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 17 - Dendrogramas das 50 palavras-chave mais frequentes desde 2001, n= 27420



Fonte: Dados da pesquisa.

Entre os anos 2000 e os anos mais recentes, de 2011 a 2019, há aumento na coesão nas publicações com palavras-chave não diretamente relacionadas às ciências da saúde. Enquanto nos anos 2000 ficam todas agrupadas num mesmo *cluster*, o de cor marrom (que depois se subdivide), a partir de 2011 há coocorrências significativas em quatro grupos – rosa (arte e história da arte), marrom (humanidades, performance arte e narrativa), verde (homossexualidade, sociologia, filosofia, estudos de gênero, pedagogia, ciências sociais, psicanálise, história, psicologia social, psicologia e política), e vermelho, este contendo também termos que podem estar relacionados à saúde (políticas públicas, relações de gênero, sexualidade, gênero, direitos humanos, família, educação, artigo, maternidade, feminismo, empoderamento, identidade, antropologia, medicina, aborto, mulheres, mulher, violência, pediatria, aleitamento materno e identidade de gênero).

As conexões e a altura em que os grupos se conectam indica a probabilidade de coocorrências, portanto há publicações que pautam identidade, antropologia, feminismo e empoderamento “simultaneamente”, e dentre elas, mais pesquisas com “identidade” e “antropologia” (verificando o corte no eixo y, estas duas palavras se conectam em um peso um pouco maior do que as outras duas entre si). Nos anos 2000 enfermagem se liga mais às palavras-chave saúde pública, HIV, AIDS e aborto, e a partir de 2011 fica mais associada à saúde da mulher e à violência doméstica e violência contra a mulher. A palavra-chave enfermagem está também entre as dez mais frequentes e cresce constantemente desde a segunda metade dos anos 1990, enquanto ciências sociais aumenta em menor grau desde o início desta década. Também a partir de 1996 dispara o número de publicações com “gênero” (conforme figura 16).

Este capítulo buscou ilustrar o cenário “maior” do desenvolvimento da produção científica em estudos de gênero no país através do crescimento da atividade de pesquisa e suas temáticas. Os próximos capítulos delineiam pontos mais específicos da atividade de pesquisa, esmiuçando-os, e por isso podem ser lidos separadamente, conforme o interesse do/a leitor/a.

5 VEÍCULOS DE PUBLICAÇÃO: PERIÓDICOS, IDIOMA, FORMATO DE ACESSO

O formato de publicação da ciência influencia na forma como esta é retratada e recebida pela comunidade científica e pela sociedade em geral. Influencia no alcance, no público e até na forma de se produzir a pesquisa. Nesta seção são retratadas as características referentes ao idioma de cada artigo, que depende dos requisitos dos periódicos em que é vinculado, os principais periódicos e o formato de acesso.

5.1 Idiomas

O idioma em que se publica uma obra pode influir diretamente em seu alcance dentro da comunidade acadêmica. Nas ciências exatas e naturais, o idioma inglês é adotado como o idioma científico padrão. Meadows, um dos estudiosos mais citados em comunicação científica, afirmava em 1974 que o uso do inglês é uma necessidade àqueles que buscam garantir visibilidade às suas publicações científicas (MEADOWS, 1999). É notável que em muitas áreas do conhecimento existe uma crescente demanda por originais em inglês por parte das editoras de periódicos, tendo em vista que o uso da língua inglesa é inclusive um critério para indexação em algumas bases de dados. A demanda pelo idioma varia entre disponibilizar o artigo completo em inglês a apresentar no mínimo os metadados na língua (resumo, título e palavras-chave) – ver por exemplo critérios para indexação na Scielo (SCIELO BRASIL, 2020) e *Web of Science* (WEB OF SCIENCE GROUP, 2020).

Há o entendimento de que tópicos de interesse global atingem um maior público quando adotam o inglês e diversos estudos bibliométricos verificaram o predomínio de publicações neste idioma em artigos brasileiros de algumas áreas – por exemplo química (MENEZES; CAREGNATO, 2018), agricultura (VARGAS; VANZ; STUMPF, 2015) e neurociências (HOPPEN; VANZ, 2016)⁷³. Por outro lado, Nederhof (2006) afirma que áreas e tópicos de pesquisa das ciências sociais e humanidades costumam se voltar para interesses locais e por isso dão preferência ao idioma da região em que são publicados.

⁷³ É interessante ressaltar que os três estudos foram feitos na base de dados *Web of Science*, conhecida pela predominância de artigos em inglês e de periódicos de origem estadunidense e europeia. Contudo, apenas o estudo de Hoppen e Vanz (2016), de neurociências, verificou a tendência de aumento no uso do inglês ao longo dos anos, enquanto que para as áreas de agricultura e química verificou-se aumento no uso do português – embora as autoras atribuam a isso a entrada de mais periódicos brasileiros na base (MENEZES; CAREGNATO, 2018; VARGAS; VANZ; STUMPF, 2015).

Para os artigos de estudos de gênero brasileiros, os dados demonstram que há predominância do uso da língua portuguesa e que a porcentagem de artigos em português cresce a cada década.

Para análise de idiomas de publicação foi possível utilizar os dados de 17687 artigos, 55,96% do corpus (em função da completude dos registros). A predominância é de artigos em língua portuguesa: a cada quatro artigos, quase três foram publicados em português (74,3%). A seguir, tem-se o inglês, em 22,32% dos artigos. O inglês é utilizado inclusive em periódicos brasileiros e de outros países que não têm este idioma como língua oficial, por exemplo, o brasileiro *Journal of Physical Education* (que publica em inglês e português) e o iraniano *Iranian Journal of Public Health*. Em número bem menor há artigos em espanhol (3,12%), seguido de francês, alemão e italiano (com 0,23% e 0,2% e 0,01% dos artigos, respectivamente).

Tabela 4 - Idiomas de publicação dos artigos de estudos de gênero brasileiros, todos os anos (1971 a 2019), n=17687

Idiomas	Art	%
português	13142	74,30
inglês	3948	22,32
espanhol	552	3,12
francês	40	0,23
alemão	3	0,02
italiano	2	0,01
Total	17687	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Em uma análise por década, percebe-se que até os anos 1980 as publicações eram feitas apenas em inglês e português, sendo o inglês o idioma predominante – o que pode estar ligado ao fato de que há mais artigos de medicina e de ciências da saúde, que utilizam muito o inglês. Nos anos 1990 se somam dois idiomas latinos, espanhol e francês, porém em proporção bem menor. É a partir desta década que as ciências humanas “tomam conta” das publicações em estudos de gênero no Brasil (ver figura 10 e tabela 2) e, em função disso, o português passa a ser o idioma preferencial.

Nos anos 2000 e 2010 a multiplicidade de línguas aumenta, incluindo uma proporção maior de artigos em espanhol e francês, além do “surgimento” do alemão (anos 2000) e italiano (anos 2010). Contudo, são publicações esporádicas, mantendo-se português e inglês como principais línguas.

A seguir são apresentadas as tabelas de idiomas por décadas, incluindo o número de artigos com esse dado disponível em cada uma das análises, assim como a proporção

desse número em relação ao total de artigos da mesma década. Os dois artigos anteriores à década de 1970 estão como idiomas indeterminados, mas ambos foram publicados em português. Nas tabelas com recortes por áreas do conhecimento, a porcentagem diz respeito à quantidade de artigos daquela área que continham a informação de idioma (lembrando que toda a análise por áreas também foi feita com número menor de dados, aqueles que estavam classificados por área).

Tabela 5 - Idiomas de publicação dos artigos de estudos de gênero brasileiros, por década

Anos 1970			Anos 1980			Anos 1990		
Idiomas	Art	%	Idiomas	Art	%	Idiomas	Art	%
inglês	13	65	inglês	69	57,5	português	519	61,13
português	7	35	português	51	42,5	inglês	317	37,34
Total	20		Total	120		espanhol	9	1,06
20 de 49 artigos (40,82%)			120 de 235 artigos (51,06%)			francês	4	0,47
						Total	849	
Anos 2000			Anos 2010 (~2019)			849 de 1408 artigos (60,3%)		
Idiomas	Art	%	Idiomas	Art	%			
português	2701	69,27	português	9864	77,07			
inglês	1074	27,55	inglês	2475	19,34			
espanhol	103	2,64	espanhol	440	3,44			
francês	20	0,51	francês	16	0,13			
alemão	1	0,03	alemão	2	0,02			
Total	3899		Total	12799				
3899 artigos de 7278 (53,57%)			12799 artigos de 22637 (56,54%)					

Fonte: Dados da pesquisa.

As ciências humanas publicam numa maior variedade de idiomas, mas também numa maior proporção em português quando comparadas às demais áreas. É interessante que mesmo as publicações em estudos de gênero voltadas para as ciências da saúde têm grande porcentagem de artigos publicados em português (quase 50%, nesta área sendo bem próxima à proporção em inglês, que é de 49,21%). Apenas ciências biológicas e engenharias tem mais artigos em inglês, mas visto que a quantidade de artigos para estas áreas é pequena, pode-se dizer que o idioma vernáculo é preferido nas publicações em estudos de gênero brasileiras, independente da área do conhecimento para a qual se voltam.

Por um lado, em outros recortes da ciência brasileira, os mesmos idiomas são utilizados nas publicações, por outro lado, a proporção de publicações em português costuma ser bem menor e a predominância é do uso do inglês (FLORES; SANTIN; VANZ, 2014; HOPPEN, 2014; SANTOS; NORONHA, 2013). Variabilidade de idiomas também foi verificada em estudo que analisou a produção científica autodenominada

“gender studies” e indexada na WoS⁷⁴, sem limitação de países autores ou período de tempo: 23 idiomas de publicação para trabalhos publicados desde 1981 (HOPPEN; VANZ, 2020).

Tabela 6 - Idiomas das publicações em EGB por área do conhecimento, n=11051

Ciências humanas			Ciências da saúde			Ciências sociais aplicadas		
Idioma	Art	%	Idioma	Art	%	Idioma	Art	%
português	3569	73,12	português	2271	49,59	português	348	55,95
inglês	1003	20,55	inglês	2254	49,21	inglês	230	36,98
espanhol	281	5,76	espanhol	51	1,11	espanhol	44	7,07
francês	26	0,53	francês	4	0,09	Total	622	
alemão	1	0,02	Total	4580			52,18%	
italiano	1	0,02		53,20%				
Total	4881							
	56,01%							

Linguística, letras e artes			Multidisciplinar			Ciências biológicas		
Idioma	Art	%	Idioma	Art	%	Idioma	Art	%
português	263	61,88	português	301	60,81	inglês	15	100
inglês	122	28,71	inglês	182	36,77	Total	15	
espanhol	39	9,18	espanhol	6	1,21		62,5%	
francês	1	0,24	francês	6	1,21			
Total	425		Total	495				
	66,3%			83,76%				

Engenharias			Ciências agrárias			Ciências exatas e da terra		
Idioma	Art	%	Idioma	Art	%	Idioma	Art	%
inglês	9	64,29	português	5	45,45	português	4	50
português	4	28,57	inglês	4	36,36	inglês	4	50
espanhol	1	7,14	espanhol	2	18,18	Total	8	
Total	14		Total	11			80%	
	73,68%			61,11%				

Fonte: Dados da pesquisa.

Em função da constatação de que são poucas instituições brasileiras que publicam em estudos de gênero em coautoria com instituições estrangeiras (o que será visto no subcapítulo 7.4, de colaborações entre instituições, nos agrupamentos), analisou-se quem são as pessoas que publicam em idiomas estrangeiros e outras características desses artigos. Isso poderia evidenciar, por exemplo, um grupo específico de pesquisadores e pesquisadoras que estabelece colaborações internacionais e por isso publicam mais em idiomas não vernáculos.

Mais da metade dos artigos em EGB publicados em idiomas estrangeiros são das ciências da saúde, 50,91% (principalmente de medicina clínica e de saúde pública), e 28,85% das ciências humanas (psicologia e educação). Mais de 10% possui a palavra-chave Brasil, o que pode significar que faz um recorte de análise para o país. Há dispersão de

⁷⁴ Trata-se de um dos trabalhos que serviu de teste para a presente pesquisa, com a intenção de verificar principalmente limitações na base de dados usada.

periódicos, mas os dois principais são brasileiros e de pediatria: o *Jornal de Pediatria*, da Sociedade Brasileira de Pediatria, e a *Revista Paulista de Pediatria*, da Sociedade de Pediatria de São Paulo. A seguir, tem-se uma publicação de ciências humanas, *Athenea Digital: revista de pensamento e investigação social*, da Universitat Autònoma de Barcelona. Os autores e autoras que mais frequentemente publicam em outras línguas são da medicina e para alguns deles, mais da metade dos seus artigos são em inglês.

5.2 Periódicos

Os periódicos científicos podem ser considerados os veículos de comunicação formal mais importantes da ciência desde seu surgimento, com os pioneiros *Jornal des Sçavans*, de janeiro de 1665 na França, e *Philosophical Transactions of the Royal Society*, Inglaterra, março do mesmo ano (MEADOWS, 1999; VELHO, 1997). São parte fundamental do sistema de credibilidade e qualificação científica via avaliação por pares, e por isso fazem parte do jogo de reputação e prestígio científicos que regulam a comunidade acadêmica e o fazer científico (BOURDIEU, 1983, 2004). Então para conhecer um campo científico é necessário conhecer as características dos seus periódicos, já que moldam e são moldados por esse campo.

A seguir são colocados os periódicos que mais publicaram EGB quando analisado todo o período da pesquisa. A porcentagem diz respeito à proporção de artigos naquele periódico em relação ao total de artigos em estudos de gênero brasileiros, o Qualis indicado é sempre o maior estrato dentre o Qualis do último triênio disponível no momento das análises (2013-2016) e as áreas são as relacionadas ao maior estrato do Qualis e, portanto, à avaliação dos programas de pós-graduação brasileiros. A área (ou as áreas) em que a revista é melhor avaliada costuma ser sua área de especialização.

Algumas denominações das áreas de avaliação da CAPES foram simplificadas para melhorar a visualização da tabela: “antropologia / arqueologia” para antropologia, “planejamento urbano e regional / demografia” como planejamento urbano, “ciência política e relações internacionais” aparece como ciência política, “administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo” é administração, “ciências da religião e teologia” como teologia, “linguística e literatura” como letras. As organizações de vínculo das revistas que são universidades brasileiras são identificadas por suas siglas, que são utilizadas ao longo de toda a tese. UNIAEBU é a exceção, pois se trata de um centro

universitário, mas foi adotada aqui sua sigla mais conhecida, que significa Centro Universitário Associação Brasileira de Ensino Universitário. O nome de outras organizações e alguns títulos de revistas foram igualmente abreviados, como “Rev.” para Revista e “Assoc.” para Associação. Rev Rene é o nome mais conhecido da Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste, Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia é a FEBRASGO, a Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia (*International Federation of Gynaecology and Obstetrics*) é conhecida pela sigla FIGO, Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (antigamente Instituto Materno Infantil de Pernambuco) é o IMIP, Associação Brasileira de Motricidade Orofacial é ABRAMO, e FCC é a já mencionada Fundação Carlos Chagas.

Ao todo, 3611 revistas publicaram os 31609 artigos em EGB. O corte para análise na tabela é a veiculação de pelo menos 0,15% ou mais artigos da coleção total de dados da pesquisa, o que equivale a 98 revistas. Juntas, estas 98 revistas publicaram 41,92% de todos os artigos brasileiros em estudos de gênero, enquanto as 3513 outras revistas restantes publicaram os outros 58% dos artigos. Há, portanto, uma dispersão de veículos, já que são mais de três mil títulos (1472 veicularam apenas uma publicação), contudo os artigos brasileiros em estudos de gênero seguem a lei de Bradford, que indica que em uma determinada área ou assunto de pesquisa há uma relação inversa entre as publicações e seus periódicos: um conjunto pequeno de periódicos abrange grande parte dos artigos de uma determinada área, enquanto um número elevado de periódicos abrange um pequeno número de artigos.

Portanto, uma biblioteca ou qualquer tipo de unidade de informação que queira ofertar à sua comunidade a maior parte das publicações de uma determinada área teria de possuir “poucas” assinaturas de revistas, mas para ofertar *tudo* o que é publicado em tal área necessitaria de um número muito maior de assinaturas – daí que surgem os consórcios entre bibliotecas. As dez revistas principais de EGB publicaram mais de 15% de todos os artigos (15,65%, 4918 artigos), as 15 principais publicaram quase 20% (19,02%), as 41 mais frequentes acumulam pouco mais de 30% dos artigos, e assim por diante. Para abranger 80% dos artigos em EGB seriam necessárias quase 800 revistas, e 100% exigiria os 3611 periódicos.

Tabela 7 - Periódicos que mais veicularam artigos brasileiros de estudos de gênero, 1959-2019

Periódicos	Art	%	Instituição	Local	Idioma(s)	Qualis	Área(s)
Revista Estudos Feministas	1246	3,94%	UFSC	Florianópolis (BR)	POR	A1	antropologia, educação, história, interdisciplinar, letras
Cadernos Pagu	899	2,84%	UNICAMP	Uberlândia (BR)	POR, ING, ESP	A1	antropologia, direito, interdisciplinar, letras, sociologia
Cadernos de Saúde Pública	490	1,55%	Esc. Nac. Saúde Pública (FIOCRUZ)	Rio de Janeiro (BR)	POR	A1	ciência política, planejamento urbano, serviço social, sociologia
Rev. Enfermagem UFPE On Line	409	1,29%	UFPE	Recife (BR)	POR	B2	enfermagem
Rev. Bras. Ginecologia e Obstetrícia	393	1,24%	FEBRASCO	São Paulo (BR)	POR, ING, ESP	B1	educação, enfermagem, interdisciplinar, psicologia, serviço social
Em Tese (Belo Horizonte)	362	1,15%	UFMG	Belo Horizonte (BR)	POR	B1	letras
Ciência & Saúde Coletiva	305	0,96%	Assoc. Bras. Saúde Coletiva	Rio de Janeiro (BR)	POR, ING	A1	ensino, serviço social, sociologia
Revista de Saúde Pública	304	0,96%	USP	São Paulo (BR)	POR, ING	A1	planejamento urbano
Rev. Bras. Enfermagem	267	0,84%	Assoc. Bras. Enfermagem	Brasília (BR)	POR, ING, ESP	A2	enfermagem, psicologia
Gênero (Niterói)	243	0,77%	UFF	Niterói (BR)	POR	B2	ensino
Revista Educação em Questão	239	0,76%	UFRN	Natal (BR)	POR, ING, ESP	A2	educação, ensino
Caderno Espaço Feminino	220	0,70%	UFU	Uberlândia (BR)	POR, ING	B2	antropologia
Jornal de Pediatria	213	0,67%	Sociedade Bras. Pediatria	Porto Alegre (BR)	POR, ING	A1	educação física
Rev. Escola de Enfermagem da USP	213	0,67%	USP	São Paulo (BR)	POR, ING, ESP	A2	educação, enfermagem, psicologia
Rev. Latino-Am. de Geografia e Gênero	208	0,66%	UEPG	Ponta Grossa (BR)	POR, ESP	B1	geografia
Rev. de Pesquisa: cuidado é fundamental	201	0,64%	UNIRIO	Rio de Janeiro (BR)	POR, ING, ESP	B2	direito, enfermagem, interdisciplinar, psicologia, serviço social
Revista Linhas	197	0,62%	UDESC	Florianópolis (BR)	POR	B1	ensino, letras
Rev. Latino-Americana de Enfermagem	195	0,62%	USP	Ribeirão Preto (BR)	POR, ING, ESP	A1	enfermagem
Escola Anna Nery	167	0,53%	UFRJ	Rio de Janeiro (BR)	POR, ING, ESP	A2	ensino
Revista Gaúcha de Enfermagem	156	0,49%	UFRGS	Porto Alegre (BR)	POR	B1	ciências ambientais direito, educação, enfermagem, interdisciplinar, psicologia
Rev Rene	154	0,49%	UFCE	Fortaleza (BR)	POR, ING, ESP	B1	enfermagem
Psicologia em Estudo (UEM)	153	0,48%	UEM	Maringá (BR)	POR, ING, ESP, FR, IT	A1	psicologia
Psicologia: teoria e pesquisa	149	0,47%	UNB	Brasília (BR)	POR, ING, ESP, FR	A1	educação, interdisciplinar, psicologia
Texto & Contexto - Enfermagem	143	0,45%	UFSC	Florianópolis (BR)	POR	A2	enfermagem
Mediações: rev. ciências sociais	140	0,44%	UEL	Londrina (BR)	POR, ING	B1	antropologia, educação, planejamento urbano, sociologia
Rev. Bras. Saúde Materno Infantil	138	0,44%	IMIP	Boa Vista (BR)	POR, ING	B1	educação, enfermagem, interdisciplinar, saúde coletiva
Sexualidad Salud y Sociedad (RJ)	131	0,41%	UERJ	Rio de Janeiro (BR)	ESP, POR	A2	letras
Estudos de Psicologia (Campinas)	129	0,41%	PUC-Campinas	Campinas (BR)	POR, ING, ESP	A1	psicologia
Rev. Eletrônica de Enfermagem	124	0,39%	UFG	Goiânia (BR)	POR, ING, ESP	B1	enfermagem, ensino, psicologia
Psicologia: reflexão e crítica	120	0,38%	UFRGS	Porto Alegre (BR)	POR	A1	educação, interdisciplinar, psicologia
Saúde e Sociedade	120	0,38%	USP	São Paulo (BR)	POR, ING	A1	ciência política, ensino
Psicologia e Sociedade	117	0,37%	Assoc. Bras. Psic. Social e PUC-MG	Belo Horizonte (BR)	POR	A2	educação, ensino, filosofia, interdisciplinar, psicologia, serviço social, sociologia
Cadernos de Pesquisa (FCC)	112	0,35%	FCC	São Paulo (BR)	POR, ING, ESP, FR	A1	ciência política, educação, ensino

Online Brazilian J. of Nursing	109	0,34%	UFF	Niterói (BR)	POR, ING	B1	ciências ambientais, enfermagem, psicologia
Rev. Bras. em Promoção da Saúde	108	0,34%	UNIFOR	Fortaleza (BR)	POR, ING, ESP	B1	ensino, psicologia, serviço social
Ciência, Cuidado e Saúde	105	0,33%	UEM	Maringá (BR)	POR, ING, ESP	B2	educação, enfermagem, serviço social
ACTA Paulista de Enfermagem	104	0,33%	UNIFESP	São Paulo (BR)	POR	A1	educação
Paidéia (Ribeirão Preto)	104	0,33%	USP	Ribeirão Preto (BR)	POR, ING, ESP	A1	educação, interdisciplinar, psicologia
Revista Direito e Práxis	104	0,33%	UERJ	Rio de Janeiro (BR)	POR	A1	direito
Interface: comunicação, saúde, educação	102	0,32%	UNESP	Botucatu (BR)	POR, ING, ESP	A2	comunicação e informação, educação, interdisciplinar, letras, planejamento urbano, psicologia
Cadernos de Gênero e Diversidade	100	0,32%	UFBA	Salvador (BR)	POR, ING, ESP	B4	antropologia, sociologia
Psico	97	0,31%	PUC-RS	Porto Alegre (BR)	POR, ING, ESP	A2	teologia, interdisciplinar, psicologia
Physis: revista de saúde coletiva	95	0,30%	UERJ	Rio de Janeiro (BR)	POR, ING, ESP, IT	B1	Educação, interdisciplinar, planejamento urbano, psicologia, saúde coletiva, serviço social, sociologia
Rev. Pós Ciências Sociais	95	0,30%	UFMA	São Luís (BR)	POR, ING, ESP, IT, FR	B1	educação, sociologia
Rev. Brasileira de Epidemiologia	95	0,30%	Assoc. Bras. Saúde Coletiva	São Paulo (BR)	POR, ING	B1	ciências ambientais, enfermagem, interdisciplinar, planejamento urbano, saúde coletiva
Psicologia: ciência e profissão	93	0,29%	Conselho Fed. Psicologia	Brasília (BR)	POR, ESP	A2	teologia, interdisciplinar, psicologia, sociologia
Educar em Revista	91	0,29%	UFPR	Curitiba (BR)	POR, ESP	A1	educação, ensino
Rev. Iberoamericana Est. em Educação	91	0,29%	UNESP	São Carlos (BR)	POR, ING, ESP	A2	educação
Rev. Bras. Crescimento e Desenv. Humano	88	0,28%	USP	São Paulo (BR)	POR, ING, ESP	A2	psicologia
Revista Enfermagem UERJ	87	0,28%	UERJ	Rio de Janeiro (BR)	POR, ING, ESP	B1	educação, enfermagem, psicologia, serviço social
Estudos de Sociologia	85	0,27%	UFPE	Pernambuco (BR)	POR	B1	sociologia
Revista Emancipação	79	0,25%	UEPG	Ponta Grossa (BR)	POR, ING, ESP, FR	B2	educação, serviço social
Revista Espaço Acadêmico	79	0,25%	UEM	Maringá (BR)	POR, ING, ESP, FR	B1	planejamento urbano
Temas em Psicologia	79	0,25%	Soc. Bras. Psicologia	Ribeirão Preto (BR)	ING (a partir 2019)	A2	psicologia
Revista Paulista de Pediatria	77	0,24%	Soc. Pediatria SP	São Paulo (BR)	POR, ESP	B1	interdisciplinar
Mandrágora (São Bernardo do Campo)	76	0,24%	UMESP	São Bernardo C. (BR)	POR, ING, ESP, FR	B3	teologia, interdisciplinar
Periódicus	76	0,24%	UFBA	Bahia (BR)	POR, ING, ESP	B2	educação, ensino, interdisciplinar
Cogitare Enfermagem	75	0,24%	UFPR	Curitiba (BR)	POR, ING	B1	enfermagem
Motrivivência	74	0,23%	UFSC	Florianópolis (BR)	POR	B2	educação física, ensino, psicologia
Revista Ártemis	74	0,23%	UFPB	João Pessoa (BR)	POR, ING	A1	antropologia, letras
Revista Feminismos	74	0,23%	UFBA	Salvador (BR)	POR, ING, ESP, FR	B2	história
Athenea Digital: pensamento e invest. social	71	0,22%	Univ. Aut. Barcelona	Barcelona (ES)	POR, ING, ESP	A2	artes, educação
Tempo e Argumento	71	0,22%	UDESC	Florianópolis (BR)	POR, ING	A2	história
Revista CEFAC	70	0,22%	ABRAMO	Campinas (BR)	POR, ING, ESP	A2	letras
Estudos de Psicologia (Natal)	69	0,22%	UFRN	Natal (BR)	POR, ING, ESP	A1	psicologia
Revista Subjetividades	69	0,22%	UNIFOR	Fortaleza (BR)	POR, ING, ESP, FR	B1	administração, psicologia
Opsis	68	0,22%	UFG	Catalão (BR)	POR, ING, ESP, IT, FR	B1	antropologia, planejamento urbano
Revista Diversidade & Educação	66	0,21%	FURG	Rio Grande (BR)	POR, ING, ESP, FR	B5	educação, educação física, interdisciplinar
Linguagem em (Dis)curso	63	0,20%	UNISUL	Tubarão (BR)	POR, ING, ESP, IT, FR	A1	letras

Estudos e Pesquisas em Psicologia	61	0,19%	UERJ	Rio de Janeiro (BR)	POR, ING, ESP	A2	psicologia
Revista E-Scrita	60	0,19%	UNIABEU	Nova Iguaçu (BR)	POR, ING, ESP, IT	B2	interdisciplinar
Revista de Letras	59	0,19%	UFCE	Fortaleza (BR)	POR, ING, ESP	B1	letras
Temática	59	0,19%	UFPB	João Pessoa (BR)	POR	B4	administração, antropologia, comunicação e informação, interdisciplinar, psicologia
História, Ciências, Saúde - Manguinhos	58	0,18%	FIOCRUZ	Rio de Janeiro (BR)	POR, ING, ESP	A1	educação, história, interdisciplinar, sociologia
Sociedade e Estado	58	0,18%	UNB	Brasília (BR)	POR, ING, ESP	B1	direito
Horizontes Antropológicos	57	0,18%	UFRGS	Porto Alegre (BR)	POR, ING, ESP	A1	antropologia, interdisciplinar, sociologia
Int. J. of Gynecology & Obstetrics	56	0,18%	FIGO	Londres (UK)	ING	A2	enfermagem, geociências
Rev. Bras. Linguística Aplicada	56	0,18%	UFMG	Belo Horizonte (BR)	POR, ING, ESP	A1	letras
Revista de Antropologia	56	0,18%	USP	São Paulo (BR)	POR, ING, ESP	A2	interdisciplinar
Revista Observatório	56	0,18%	UFT	Palmas (BR)	POR, ING, ESP	B2	comunicação e informação, ensino
Rev. Brasileira de Psiquiatria (SP)	55	0,17%	Assoc. Bras. Psiquiatria	São Paulo (BR)	POR, ING, ESP	A2	administração, interdisciplinar, psicologia
Revista de Enfermagem da UFSM	55	0,17%	UFSM	Santa Maria (BR)	POR, ING, ESP	B2	enfermagem, psicologia
Cadernos de Campo (São Paulo)	53	0,17%	USP	São Paulo (BR)	POR, ING, ESP	B3	antropologia
Estilos da Clínica	53	0,17%	USP	São Paulo (BR)	POR, ING, ESP, IT, FR	B1	educação, psicologia
Revista Sociais e Humanas	52	0,16%	UFSM	Santa Maria (BR)	POR, ING, ESP	B2	filosofia
Interação em Psicologia	51	0,16%	UFPR	Curitiba (BR)	POR, ING, ESP	A2	educação, psicologia
Gênero & Direito	51	0,16%	UFPB	Paraíba (BR)	POR, ING, ESP	B2	interdisciplinar
DELTA: doc. est. linguística teórica e apl.	50	0,16%	PUC-SP	São Paulo (BR)	POR, ING, ESP	A1	interdisciplinar, letras
Rev. Panamericana de Salud Pública	49	0,16%	OPAS	Washington (EUA)	POR, ING, ESP	A2	administração, ciência política, educação, planejamento urbano, psicologia, saúde coletiva
Signum: estudos da linguagem	49	0,16%	UEL	Londrina (BR)	POR, ING, ESP, FR	A2	educação, filosofia
Educação em Revista	48	0,15%	UFMG	Belo Horizonte (BR)	POR, ING, ESP	A1	educação, ensino
Interfaces Científicas - Humanas e Sociais	48	0,15%	UNIT	Aracaju (BR)	POR, ING, ESP	B2	interdisciplinar
Iluminuras	47	0,15%	UFRGS	Porto Alegre (BR)	POR, ING, ESP	B1	antropologia, artes
Revista de Ciências Humanas	47	0,15%	UFSC	Florianópolis (BR)	POR, ING, ESP	B2	ciência política, interdisciplinar, letras, planejamento urbano
Revista Gestão & Saúde	47	0,15%	UNB	Brasília (BR)	POR, ING, ESP, FR	B3	administração, educação, geografia, planejamento urbano, psicologia, sociologia
Arquivos Brasileiros de Psicologia (RJ)	46	0,15%	UFRJ	Rio de Janeiro (BR)	POR, ING, ESP	A2	interdisciplinar, psicologia
DEMETRA: alimentação, nutrição & saúde	46	0,15%	UERJ	Rio de Janeiro (BR)	POR, ING, ESP	B3	administração, antropologia, letras, psicologia, serviço social, sociologia
Psicologia: teoria e prática	46	0,15%	Mackenzie	São Paulo (BR)	POR, ING, ESP	A2	psicologia

Fonte: Dados da pesquisa e Web Qualis (BRASIL, 2016a).

No recorte dos principais periódicos em EGB, o principal idioma de publicação é também o português. Apenas uma revista não publica nem publicava em português, a *International Journal of Gynecology & Obstetrics*, que aceita artigos apenas em inglês, e desde 2019, a *Temas em Psicologia* restringiu para essa língua – provavelmente em adesão a parâmetros comumente exigidos por bases de dados indexadoras de periódicos. As bases de dados indexadoras dão mais visibilidade às publicações das revistas que indexam (trazendo assim maior possibilidade de citações) e são um dos critérios para se conseguir fomento na editoração de periódicos científicos. Contudo há 15 revistas que publicam (ou publicavam, no momento da análise) exclusivamente em português. A REF, por exemplo, referência na área e que já publicou diversos artigos de autorias com vínculo estrangeiro, costumava traduzir esses artigos estrangeiros para a língua portuguesa (porém atualmente aceita submissões em português, inglês e espanhol).

Mais da metade dessas revistas principais estão avaliadas no estrato A do Qualis. Mais de $\frac{1}{4}$ (25 revistas) estão avaliadas como A1, principalmente nas áreas de antropologia, ciência política, educação e psicologia. Outras 25 são A2, de educação, interdisciplinar, psicologia e enfermagem, e mais 25 estão avaliadas como B1 principalmente em enfermagem e educação.

As duas revistas com mais artigos brasileiros de estudos de gênero são as duas publicações pioneiras especializadas da área no Brasil: *Revista Estudos Feministas*, lançada em 1992, e *Cadernos Pagu*, de 1993. Ambas são vinculadas a universidades brasileiras (UFSC e UNICAMP), assim como 78 revistas dentre as 98 analisadas. Nestas universidades, as revistas ficam diretamente ligadas aos programas de pós-graduação, departamentos ou grupos de pesquisa da área em que se especializam.

A maior parte das universidades brasileiras publicadoras são de natureza pública. USP, UERJ, UFRGS e UFSC são as instituições que concentram mais revistas do conjunto analisado. USP com nove: *Revista de Saúde Pública*, *Revista da Escola de Enfermagem da USP* (de São Paulo, capital), *Revista Latino-Americana de Enfermagem* (da Escola de Enfermagem da USP de Ribeirão Preto), *Saúde e Sociedade*, *Paideia*, *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, *Revista de Antropologia*, *Cadernos de Campo*, e *Estilos da Clínica* – apenas as duas últimas não estão no estrato A do Qualis 2013-2016. UERJ tem seis revistas vinculadas (*Sexualidad Salud y Sociedad*, *Revista Direito e Práxis*, *Physis: revista de saúde coletiva*, *Revista Enfermagem UERJ*, *Estudos e Pesquisas em Psicologia* e *DEMETERA: alimentação, nutrição & saúde*). E com quatro cada, UFRGS (*Revista Gaúcha de Enfermagem*, *Psicologia: reflexão e crítica*,

Horizontes Antropológicos e Iluminuras) e UFSC (Revista de Ciências Humanas, Texto & Contexto - Enfermagem, Motrivivência e a REF). UEM, UFBA, UFMG, UFPB, UFPR e UNB são as universidades de vínculo de três periódicos cada, dentre os que mais publicaram EGB, enquanto UEL, UEPG, UFCE, UFF, UFG, UFPE, UFRJ, UFRN, UFSM e UNESP têm duas revistas cada.

Portanto, as universidades públicas brasileiras constituem-se como as principais editoras do que se pesquisa em estudos de gênero no país. Isso traz algumas reflexões importantes, como a necessidade de se olhar para o incentivo à editoração de periódicos de qualidade. O sistema de publicação de artigos em acesso aberto e vinculados a universidades públicas encontra desafios atualmente. Por um lado, os pesquisadores e pesquisadoras, são cada vez mais incentivados a publicar suas pesquisas (requisito para conseguir fomento e ascensão na carreira), aumentando a demanda por editoração, contudo o trabalho exercido no papel de editor (a) é frequentemente um trabalho sem o reconhecimento devido e sem os recursos necessários. Exige muitas horas de dedicação que nem sempre são descontadas de outras funções, e as instituições nem sempre possuem pessoas disponíveis para se dedicarem às etapas auxiliares (como revisão de texto, de normas bibliográficas, alimentação das bases de dados e outras inúmeras tarefas) que precisam ser cada vez mais aperfeiçoadas e profissionais. Assim, apenas as revistas mais antigas e que já possuem estrutura ou fomento financeiro conseguem “sobreviver” sem sobressaltos (porém sem conseguir dar conta do aumento de submissões) e as revistas menores precisam lidar sem recursos com o aumento no fluxo de submissões, de demandas exigidas pelas bases de dados, falta de pareceristas disponíveis, necessidade constante de profissionalização, de acessibilidade, manutenção, interoperabilidade, entre outras, mantendo o acesso gratuito e aberto ao público sem diminuir a qualidade científica de seu conteúdo.

Há também algumas universidades privadas entre as instituições de vínculo das revistas, como as PUCs de SP, Campinas, MG e RS (revistas DELTA, Estudos de Psicologia, Psicologia e Sociedade e Psico, nesta ordem), UNIFOR (que tem duas revistas, a Revista Brasileira em Promoção da Saúde e Revista Subjetividades), Mackenzie (Psicologia: teoria e prática) e da UNIT (Interfaces Científicas - Humanas e Sociais). A UNIT é uma universidade privada com sede em vários municípios do Sergipe, mas que também está se expandindo para outros estados do Nordeste. O Centro Universitário UNIABEU publica a Revista Escrita: revista do Curso de Letras da UNIABEU, do interior

do RJ. As IES privadas concentram, portanto, revistas de literatura e linguística, de psicologia e interdisciplinares.

A revista *Psicologia e Sociedade*, publicada pela PUC-MG, além da PUC está vinculada à Associação Brasileira de Psicologia Social. Associações, sociedades e conselhos profissionais são as entidades de vínculo de 13 das revistas do conjunto apresentado no quadro. A maior parte são associações nacionais: as associações brasileiras de Enfermagem (*Revista Brasileira de Enfermagem*), Psiquiatria (*Revista Brasileira de Psiquiatria*), de Saúde Coletiva (com duas revistas, *Ciência & Saúde Coletiva* e *Revista Brasileira de Epidemiologia*), de Motricidade Orofacial (a ABRAMO, com a *Revista CEFAC*), a já citada de Psicologia Social, e a Ginecologia e Obstetrícia com a FEBRASGO (da *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*). Entre as nacionais há ainda as revistas do Conselho Federal de Psicologia (*Psicologia - Ciência e Profissão*), da Sociedade Brasileira de Psicologia (*Temas em Psicologia*), da Sociedade Brasileira de Pediatria (*Jornal de Pediatria*) de São Paulo (*Revista Paulista de Pediatria*). Em área relacionada, a entidade filantrópica e complexo hospital IMIP é responsável pela edição da *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, e a Escola Nacional de Saúde Pública da FIOCRUZ é da *Cadernos de Saúde Pública*. A FIOCRUZ publica ainda a *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. A Fundação Carlos Chagas, outra fundação nacional dedicada à pesquisa, editora a *Cadernos de Pesquisa*, e por fim, as seguintes entidades estrangeiras/internacionais: International Federation of Gynecology and Obstetrics (revista *International Journal of Gynecology & Obstetrics*), Organización Panamericana de la Salud (OPAS, com a *Revista Panamericana de Salud Pública*) e Universidad Autònoma de Barcelona (com a *Athenea Digital: revista de pensamiento e investigacion social*).

São, portanto, instituições de ensino públicas, entidades profissionais e com fins filantrópicos as responsáveis por tornar público o conhecimento produzido no Brasil em estudos de gênero, o que acrescenta mais uma faceta social a esse tipo de pesquisa. As áreas de pesquisa a que se especializam essas revistas e até mesmo o uso da língua vernácula igualmente fundamentam o propósito comunitário deste campo no âmbito brasileiro.

Para se verificar possíveis mudanças nos veículos de publicação principais foi feita análise dos periódicos por década. Nas tabelas, ABNEURO significa Academia Brasileira de Neurologia, e ISDP é a International Society for Developmental Psychobiology.

Tabela 8 - Principais periódicos em estudos de gênero brasileiros, de 1959 aos anos 1990

Antes dos 1970						Anos 1990					
Periódicos	#	%	Local	Idioma	Instituição	Periódicos	#	%	Local	Idioma	Instituição
Arq. Neuro-Psiquiatria	1	50	São Paulo	POR, ING, ESP	ABNEURO	Rev. Estudos Feministas	199	14,13	Florianópolis	POR	UFSC
Rev. de Antropologia	1	50	São Paulo	POR, ING, ESP, FR	USP	Cadernos Pagu	117	8,31	Uberlândia	POR, ING, ESP	UNICAMP
Anos 1970						Rev. Bras. Ginec e Obstetrícia	67	4,76	São Paulo	POR, ING, ESP	FEBRASGO
						Cadernos de Saúde Pública	55	3,91	Rio de Janeiro	POR	FIOCRUZ
Periódicos	#	%	Local	Idioma	Instituição	Rev. Bras. de Enfermagem	41	2,91	Brasília	POR, ING, ESP	Assoc. Bras. Enfermagem
Rev. de Saúde Pública	16	32,65	São Paulo	POR, ING	USP	Rev. Educação em Questão	39	2,77	Natal	POR, ING, ESP	UFRN
Rev. Bras. de Enfermagem	9	18,37	Brasília	POR, ING, ESP	Assoc. Bras. Enfermagem	Rev. de Saúde Pública	34	2,41	São Paulo	POR, ING	USP
Developmental Psychobiology	3	6,12	Oradell (EUA)	ING	ISDP	Rev. Lat.-Am. Enfermagem	34	2,4	Ribeirão Preto	POR, ING, ESP	USP
Rev. de Letras	3	6,12	Fortaleza	POR, ING, ESP	UFCE	Rev. Esc. Enfermagem USP	27	1,92	São Paulo	POR, ING, ESP	USP
Arq. Neuro-Psiquiatria	2	4,08	São Paulo	POR, ING, ESP	ABNEURO	Jornal de Pediatria	20	1,42	Porto Alegre	POR, ING, ESP	Soc. Bras. de Pediatria
Rev. de História	2	4,08	São Paulo	POR, ING, ESP	USP	Mediações	20	1,42	Londrina	POR, ING, ESP	UEL
Anos 1980						Rev. de Ciências Humanas	18	1,28	Florianópolis	POR, ING, ESP	UFSC
						Psicologia: Reflexão e Crítica	14	0,99	Porto Alegre	POR, ING, ESP	UFRGS
Periódicos	#	%	Local	Idioma	Instituição	Textos de História	14	0,99	Brasília	POR, ING, ESP	UNB
Rev. de Saúde Pública	35	14,89	São Paulo	POR, ING	USP	Cadernos de Pesquisa (FCC)	12	0,85	São Paulo	POR, ING, ESP	FCC
Psicologia: teoria e pesquisa	14	5,96	Brasília	POR, ING, ESP, FR	UNB	Paideia (Ribeirão Preto)	12	0,85	Ribeirão Preto	POR, ING, ESP	USP
Rev. Esc. Enfermagem USP	11	4,68	São Paulo	POR, ING, ESP	USP	Rev. USP	12	0,85	São Paulo	POR, ING, ESP	USP
Rev. Bras. de Enfermagem	10	4,26	Brasília	POR, ING, ESP	Assoc. Bras. Enfermagem	Rev. de Antropologia	11	0,78	São Paulo	POR, ING, ESP	USP
Perspectiva	6	2,55	Florianópolis	POR, ING, ESP	UFSC						
Rev. de Letras	6	2,55	Fortaleza	POR, ING, ESP	UFCE						
Acta Paediatrica	5	2,13	Estocolmo (SW)	ING, AL, FR	Karolinska Institute						
J. of Tropical Pediatrics	5	2,13	Oxonía (UK)	ING	Oxford University						
Rev. Educação em Questão	5	2,13	Natal	POR, ING, ESP	UFRN						
Boletim de Indústria Animal	4	1,70	Nova Odessa	POR, ING, ESP	Inst. de Zootecnia						
Fragmentos	4	1,70	Florianópolis	POR, ING, ESP	UFSC						
Ilha do Desterro	4	1,70	Florianópolis	POR, ING, ESP	UFSC						
Rev. de História	4	1,70	São Paulo	POR, ING, ESP	USP						
Rev. Inst. Med. Tropical SP	4	1,70	São Paulo	POR, ING, ESP	Inst. Med. Tropical						
Tempo Social	4	1,70	São Paulo	POR, ING	USP						

Fonte: Dados da pesquisa.

Nas primeiras décadas, havia uma maior importância nos periódicos relacionados a saúde, como os de saúde pública, pediatria e psicobiologia. Os periódicos estrangeiros também são um pouco mais frequentes. A tabela reúne para cada uma das décadas os

periódicos que acumulam juntos 100% (antes dos anos 1970), 71,43% (anos 1970), 51,49% (anos 1980) e 52,98% dos artigos publicados no período. A partir dos anos 2000, ocorre maior dispersão no número de periódicos, junto com o aumento na produção na área. Os listados nos anos 2000 somam 40,15% dos artigos e dos anos 2010 (até 2019) veicularam 22,72% dos artigos brasileiros em estudos de gênero.

Tabela 9 - Principais periódicos em estudos de gênero brasileiros, anos 2000 a 2019

Anos 2000						Anos 2010					
Periódicos	#	%	Local	Idioma	Instituição	Periódicos	#	%	Local	Idioma	Instituição
Rev. Estudos Feministas	472	6,49	Florianópolis	POR	UFSC	Rev. Estudos Feministas	575	2,54	Florianópolis	POR, ING, ESP	UFSC
Cadernos Pagu	354	4,86	Uberlândia	POR, ING, ESP	UNICAMP	Cadernos Pagu	428	1,89	Campinas	POR, ING, ESP	UNICAMP
Cadernos de Saúde Pública	241	3,31	Rio de Janeiro	POR	FIOCRUZ	Rev. Enfermagem UFPE On Line	387	1,71	Recife	POR	UFPE
Rev. Bras. Ginec. Obstetrícia	230	3,16	São Paulo	POR, ING, ESP	FEBRASGO	Em Tese (Belo Horizonte)	262	1,16	Belo Horizonte	POR	UFMG
Jornal de Pediatria	134	1,84	Porto Alegre	POR, ING	Soc. Bras. de Pediatria	Ciência & Saúde Coletiva	222	0,98	Rio de Janeiro	POR, ING	Assoc. Bras. Saúde Coletiva
Revista de Saúde Pública	129	1,77	São Paulo	POR, ING, ESP	USP	Gênero (Niterói)	194	0,86	Niterói	POR	UFF
Em Tese	97	1,33	Belo Horizonte	POR, ING, ESP	UFMG	Cadernos de Saúde Pública	191	0,84	Rio de Janeiro	POR	FIOCRUZ
Rev. Lat.-Am. Enfermagem	96	1,32	Ribeirão Preto	POR, ING, ESP	USP	Rev. Lat.-Am. Geografia e Gênero	189	0,83	Ponta Grossa	POR, ESP	UEPG
Revista Bras. de Enfermagem	95	1,31	Brasília	POR, ING, ESP	Assoc. Bras. Enfermagem	Rev. Pesquisa: cuidado é fundamental	180	0,80	Rio de Janeiro	POR, ING, ESP	UNIRIO
Revista Bras. Saúde Materno Infantil	90	1,24	Boa Vista	POR, ING, ESP	IMIP	Caderno Espaço Feminino	160	0,71	Uberlândia	POR, ING	UFU
Rev. Educação em Questão	90	1,24	Natal	POR, ING, ESP	UFRN	Rev. Linhas	150	0,66	Florianópolis	POR	UDESC
Ciência & Saúde Coletiva	82	1,13	Rio de Janeiro	POR, ING, ESP	Assoc. Bras. de Saúde Coletiva	Rev Rene	147	0,65	Fortaleza	POR, ING, ESP	UFCE
Psicologia: reflexão e crítica	73	1,00	Porto Alegre	POR, ING, ESP	UFRGS	Sexualidad Salud y Sociedad	129	0,57	Rio de Janeiro	ESP, POR	UERJ
Psicologia em Estudo	73	1,00	Maringá	POR, ING, ESP	UEM	Escola Anna Nery	117	0,52	Rio de Janeiro	POR, ING, ESP	UFRJ
Revista Esc. Enfermagem da USP	71	0,98	São Paulo	POR, ING, ESP	USP	Rev. Bras. de Enfermagem	112	0,49	Brasília	POR, ING, ESP	Assoc. Bras. Enfermagem
Caderno Espaço Feminino	60	0,82	Uberlândia	POR, ING, ESP	UFU	Rev. Educação em Questão	105	0,46	Natal	POR, ING, ESP	UFRN
Psicologia: teoria e pesquisa	57	0,78	Brasília	POR, ING, ESP	UNB	Rev. Direito e Práxis	104	0,46	Rio de Janeiro	POR	UERJ
Rev. Pós Ciências Sociais	53	0,73	São Luís	POR, ING, ESP	UFMA	Rev. da Esc. Enfermagem da USP	103	0,46	São Paulo	POR, ING, ESP	USP
Escola Anna Nery	50	0,69	Rio de Janeiro	POR, ING, ESP	UFRJ	Rev. Gaúcha de Enfermagem	103	0,46	Porto Alegre	POR	UFRGS
Estudos de Psicologia (Campinas)	50	0,69	Campinas	POR, ING, ESP	PUC-Campinas	Texto & Contexto - Enfermagem	103	0,46	Florianópolis	POR	UFSC
Gênero (Niterói)	49	0,67	Niterói	POR, ING, ESP	UFF	Cadernos de Gênero e Diversidade	100	0,44	Salvador	POR, ING, ESP	UFBA
Online Brazilian Journal of Nursing	48	0,66	Niterói	POR, ING, ESP	UFF	Rev. Bras. Ginec. e Obstetrícia	94	0,42	São Paulo	POR, ING, ESP	FEBRASGO
Rev. Bras. Crescimento e Desenvol. Humano	48	0,66	São Paulo	POR, ING, ESP	USP	Rev. Bras. em Promoção da Saúde	94	0,42	Fortaleza	POR, ING, ESP	UNIFOR
Revista Linhas	47	0,65	Florianópolis	POR, ING, ESP	UDESC	Rev. de Saúde Pública	90	0,40	São Paulo	POR, ING	USP
Estudos de Sociologia	46	0,63	Pernambuco	POR	UFPE	Rev. Enfermagem UERJ	87	0,38	Rio de Janeiro	POR, ING, ESP	UERJ

Rev. Gaúcha de Enfermagem	44	0,60	Porto Alegre	POR	UFRGS	Psicologia e Soc.	85	0,38	Belo Horizonte	POR	A. B. Psic. Social/PUC-MG
Mediações	43	0,59	Londrina	POR, ING	UEL	Rev. Iberoamericana de Est. em Educação	85	0,38	São Carlos	POR, ING, ESP	UNESP
						Rev. Eletrônica de Enfermagem	84	0,37	Goiânia	POR, ING, ESP	UFG
						Psicologia em Estudo	80	0,35	Maringá	POR, ING, ESP, FR, IT	UEM
						Temas em Psicologia	79	0,35	Ribeirão Preto	ING	Soc. Bras. de Psicologia
						Mediações	77	0,34	Londrina	POR, ING	UEL
						Periódicus	76	0,34	Bahia	POR, ING, ESP	UFBA
						Saúde e Soc.	76	0,34	São Paulo	POR, ING	USP
						Psico	75	0,33	Porto Alegre	POR, ING, ESP	PUC-RS

Fonte: Dados da pesquisa.

Desde a década de 2000 as entidades que editoram os principais periódicos em EGB passam a ser exclusivamente nacionais e de instituições de ensino, pesquisa ou profissionais. É interessante também que as revistas REF e Pagu são, desde seu surgimento, os veículos mais frequentes na veiculação de artigos em EGB e se mantêm até os dias atuais, apesar de outras revistas especializadas na área terem surgido, como a Caderno Espaço Feminino da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Gênero da UFF, Revista Ártemis: estudos de gênero, feminismo e sexualidades da UFPB, as três revistas da UFBA – Revista Feminismos, a Periódicus e a Cadernos de Gênero e Diversidade –, Sexualidad, Salud y Sociedad da UERJ Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero da UEPG, entre outras⁷⁵.

Tendo em vista a importância dos dois principais periódicos especializados na área, a Revista de Estudos Feministas e a Cadernos Pagu, além do visível interesse da comunidade acadêmica em discutir suas características – ver por exemplo as análises anteriores da REF realizadas por Diniz e Foltran (2004), Grossi (2004) e Matos (2018); e da Cadernos Pagu por Piscitelli, Beleli e Lopes (2003), e depois por Lopes e Piscitelli (2004), além da corrente pesquisa sendo feita por Thaís Medeiros em sua dissertação de mestrado, algumas das seções posteriores a esta contam com recortes de análises das duas revistas.

⁷⁵ É importante lembrar aqui das revistas que não puderam entrar nesta pesquisa por não estarem disponíveis em formatos acessíveis de coleta e análise dos dados, como é o caso da Labrys, études féministes / estudos feministas, avaliada como B1 em antropologia / arqueologia e vinculada, segundo Albertina Costa (2008), à UNB. A revista é bastante citada, mas é difícil acessar informações primárias a respeito dela porque não há histórico em seu portal, que é também de difícil navegação, e a maior parte dos links das referências a ela estão quebrados. Alguns textos são encontrados ainda, com alguma dificuldade, no atual portal da revista (<<https://www.labrys.net.br/>>), enquanto há outros na plataforma Médiun e outros mais no repositório da UNB. Não há no entanto metadados organizados, infelizmente.

Segundo Maria Margaret Lopes e Adriana Piscitelli, editoras da Cadernos Pagu em publicação feita na REF em 2004, as revistas do que elas chamam de “países não centrais” na ciência, constituem-se como:

[...] desafios cruciais para o desenvolvimento da capacidade científica nacional e regional. As revistas, que **garantem prioridades de temáticas e abordagens**, constituem condição indispensável para a efetividade da comunidade como um todo. São percebidas como elementos-chave no estabelecimento de sistemas de pesquisa independentes. Supõe-se que a colaboração entre os cientistas de um país e de uma região, como, por exemplo, a latino-americana, pode viabilizar o desenvolvimento de massas críticas em campos específicos, contribuindo para a criação de redes mais autocentradas que valorizem suas próprias pautas investigativas. (LOPES; PISCITELLI, 2004, p. 117, grifo nosso).

Em outras palavras, as responsáveis por estas revistas têm clara a missão e o papel destes veículos na agenda científica, na constituição e na legitimação da área no país e em seu entorno. A REF foi a primeira a ser criada, em 1992, “[...] como parte de uma estratégia deliberada para fortalecer os estudos feministas e de gênero no Brasil [...]” (DINIZ; FOLTRAN, 2004, p. 245). A estratégia deliberada que as autoras se referem é a captação de recursos da Fundação Ford, que objetivava fomentar a área no país⁷⁶. Segundo Miriam Grossi (2004), em março de 1991, no encontro nacional promovido pelo Núcleo de Estudos da Mulher da USP, foram criadas equipes de trabalho para desenvolver grandes projetos a serem submetidos à Ford por meio da Fundação Carlos Chagas. Um destes projetos, que foi contemplado, era a criação de uma revista acadêmica. Surge a REF, vinculada naquele momento à Coordenação Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos da Escola de Comunicação da UFRJ e posteriormente ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da mesma universidade, através do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS, 2020). Como a estrutura da revista na UFRJ estava ajustada no financiamento da Ford, quando a revista deixa de o receber é que ela migra para a UFSC, sediando-se no Centro de Filosofia e Ciências Humanas e no Centro de Comunicação e Expressão a partir de 1999, onde permanece até hoje (GROSSI, 2004; REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS, 2020; SCHUCK, 2018).

A revista Cadernos Pagu surgiu no ano seguinte à REF, em 1993, dentro do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu da UNICAMP em Campinas, São Paulo. A primeira edição

⁷⁶ Como já comentado, na análise de Heilborn e Sorj (1999), o objetivo da Ford seria o de incentivar as mulheres brasileiras e latino-americanas a transcender seus papéis sociais de objetivos exclusivamente maternos, contribuindo assim para o controle de natalidade na região. O entendimento de que a intenção era a de fomentar os feminismos através da academia teria sido inclusive o motivo para se intitular a revista como Estudos Feministas (DINIZ; FOLTRAN, 2004), transparecendo seu compromisso com os movimentos de mulheres.

teve artigos de membros do núcleo de pesquisa e os números seguintes passaram a contar com contribuição de outras pesquisadoras brasileiras e estrangeiras. Diferentemente da REF, a Cadernos Pagu não contou com apoio financeiro exterior à universidade em que sedia em seu surgimento, mas em seu portal a revista afirma que um posterior apoio principalmente do CNPq foi fundamental para a manutenção da revista a partir de 1996. Adriana Piscitelli, Iara Beleli e Maria Margareth Lopes (2003) afirmam que a revista, diferentemente das publicações feministas pioneiras, surgiu num momento em que os estudos de gênero já possuíam certa legitimidade no país e por isso sua intenção era a de ampliar esse espaço já existente.

É interessante notar na análise sob o prisma das áreas do conhecimento o que se dá para revistas de psicologia. A classificação do CNPq considera psicologia como uma das disciplinas das ciências humanas, enquanto classificações de bases de dados como *Web of Science* e a própria 1Findr (ARCHAMBAULT, 2016), considera-se integrante das ciências da saúde. As diferentes abordagens da psicologia também ficam prementes na análise de autorias (seção a seguir), em que há pessoas que atuam nesta disciplina (mencionam isso em seu currículo Lattes) mas para algumas fica evidente uma abordagem mais voltada pra questões sociais e antropológicas, e para outras ficam mais evidentes abordagens clínicas, de saúde. De qualquer forma, ao longo desta pesquisa torna-se claro que independentemente da área do conhecimento, as pesquisas em estudos de gênero são dedicadas a aspectos humanos e sociais, ficando então ao encargo das subáreas/disciplinas com tal abordagem em cada campo do conhecimento.

Tabela 10 - Periódicos mais frequentes por área do conhecimento, n=19819

Ciências humanas		Ciências da saúde		C sociais aplicadas	
Art	Periódico	Art	Periódico	Art	Periódico
1246	Revista Estudos Feministas	490	Cadernos de Saúde Pública	104	Revista Direito e Práxis
899	Cadernos Pagu	409	R Enfermagem UFPE On Line	51	R Núcleo Est Pesq Gênero & Direito
239	Revista Educação em Questão	393	Rev Bras Ginecologia Obstetr	38	Revista Famecos
208	Rev Latino-Am Geografia e Genero	305	Ciência & Saúde Coletiva	28	Comunicação, Mídia e Consumo
129	Estudos de Psicologia	304	Revista de Saúde Publica	22	Comunicação e Sociedade)
112	Cadernos de Pesquisas	267	Rev Bras de Enfermagem	22	Rev Fac Direito UFPR
104	Paidéia (Ribeirão Preto)	213	Jornal de Pediatria	21	Brazilian Journalism Research
93	Psicologia: ciência e profissão	213	Rev Escola Enfermagem USP	20	Rev Admin Contemporânea
91	Rev Iberoam Est Educação	195	Rev Latino-Am Enfermagem	19	Confluências
91	Educar em Revista	167	Escola Anna Nery	16	Rev Jurídica de la UAM
85	Estudos de Sociologia	156	Rev Gaúcha de Enfermagem	16	Rev Administração Mackenzie
79	Temas em Psicologia	154	Rev Rene	14	Sistema Penal & Violência
76	Mandrágora	153	Psicologia em Estudo	14	Child Abuse & Neglect
74	Revista Feminismos	149	Psicologia: teoria e pesquisa	14	Rev Fac Direito da UFU
74	Revista Ártemis	143	Texto & Contexto - Enfermagem	13	Revista Direito GV
71	Athenea Digital	138	Rev Bras Saúde Materno Infantil	13	Informação & Informação
61	Estudos e Pesquisas em Psicologia	131	Sexualidad Salud y Sociedad	12	Rev Lat C Sociales, Niñez y Juventud
58	Hist, C, Saúde -Manguinhos	124	Rev Eletr de Enfermagem	12	Rev Eletr Direito da UFSM

58	Sociedade e Estado	120	Saúde e Sociedade	12	Intercom
57	Horizontes Antropológicos	120	Psicologia: reflexão e crítica	11	Pensar: rev ciências jurídicas
56	Revista de Antropologia	117	Psicologia e Sociedade	11	Rev Administração Pública
51	Interação em Psicologia	109	Online Brazilian J of Nursing	11	REMark: rev bras de marketing
48	Educação em Revista	105	Ciência, Cuidado e Saúde	11	Revista Jurídica Cesumar
47	Revista de Ciências Humanas	104	ACTA Paulista de Enfermagem	11	Sequência: est jurídicos e políticos
46	Arquivos Brasileiros de Psicologia	102	Interface	11	Revista de Direito da Cidade
46	Psicologia: teoria e prática	95	Rev Bras de Epidemiologia		
44	Educação e Pesquisa	95	Physis (RJ, BR)		
44	Rev Bras Educação Especial	88	Rev Bras Cresc e Des Humano		
44	Sociedade e Cultura	87	Revista Enfermagem UERJ		
44	Educação & Realidade	77	Revista Paulista de Pediatria		
Ling, letras e artes		Multidisciplinar		Ciências biológicas	
Art	Periódico	Art	Periódico	Art	Periódico
59	Revista de Letras	140	Mediações	5	Ambiente & Sociedade
56	Rev Bras Linguística Aplicada	52	Rev Sociais e Humanas	2	Conservation and Society
50	DELTA: doc est ling teórica e apl	39	Scientific Reports	2	Acta Botanica Brasilica
43	Ilha do Desterro	38	Rev Bras de Ciências Sociais	2	WIT Trans Ecology Environment
38	Est Literatura Bras Contemporânea	34	PLOS One		
37	Eutomia - J Literature Linguistics	27	Acta Scientiarum		
29	Cad Linguagem e Sociedade	22	Rev C Médicas e Biológicas		
24	Rev Horizontes Linguística Apl	20	Semina: c sociais e humanas		
21	Nau Literaria	19	Anais Acad Bras de Ciências		
21	Filologia e Ling Portuguesa	16	REVELLI		
21	Cad de Estudos Linguísticos				
Engenharias		Ciências agrárias		C exatas e da terra	
Art	Periódico	Art	Periódico	Art	Periódico
3	Gestão & Produção	3	Archivos de Zootecnia	2	Rev Virtual de Química
2	Produção	2	Organizações Rurais & Agroindustriais	2	Rev Gestao Costeira Integrada
			Fonte: Dados da pesquisa.	2	Fronteiras

Na tabela 10 são mostradas as revistas mais frequentes em cada área do conhecimento, de acordo com a divisão do CNPq e com a classificação que cada veículo recebe dentro da base de dados a partir dos temas que abordam. O recorte foi dado para as 30 mais frequentes dentro das áreas maiores (ciências humanas e da saúde) e progressivamente um menor número para as demais áreas.

O aspecto social da pesquisa transparece também através dos veículos de publicação, a exemplo da revista Ambiente & Sociedade, a mais frequente em ciências biológicas e que trata das interações entre o meio social e o ambiente, e a Organizações Rurais & Agroindustriais, de ciências agrárias, que aborda diferentes aspectos de gestão do meio rural (como gestão de cadeias produtivas, gestão socioambiental e de desenvolvimento), sociologia rural, políticas públicas, entre outros. Das engenharias, as revistas são voltadas para engenharia de produção e apesar de as duas mais frequentes serem brasileiras, as outras revistas, com apenas uma publicação cada, são todas estrangeiras.

5.3 Formato de acesso

O formato de acesso na comunicação científica diz respeito à forma como a informação científica pode ser acessada. No caso das publicações periódicas: livremente, sem assinatura⁷⁷, ou via pagamento de assinatura. Atualmente o pagamento pode ser feito também para um único artigo, ou as pessoas autoras podem pagar para que seu artigo fique em acesso aberto dentro de uma revista fechada, paga. Durante a pandemia do Covid-19, este assunto voltou a tornar-se um dos tópicos mais comentados em relação à comunicação científica (LARIVIÈRE; SHU; SUGIMOTO, 2020), além de já ter se expandido para abranger o acesso também aos dados de pesquisa (SANTOS; GUANAES, 2018).

Em países como o Brasil, a ciência é majoritariamente financiada por recursos públicos. As publicações científicas são parte do resultado dessas pesquisas, mas muitas ficam disponíveis apenas através de acesso pago, com pagamento pelo artigo ou via assinatura da revista. As assinaturas são, em sua maior parte, pagas para grandes editoras, que mantêm o monopólio de muitos dos periódicos de maior impacto e prestígio na ciência. Ou seja, o recurso público financia a pesquisa e paga depois pelo acesso aos resultados dessa mesma pesquisa, através de assinatura. No caso do Brasil, a CAPES mantém uma espécie de consórcio de assinaturas que abrange todas instituições federais de ensino superior (o que inclui portanto todas as universidades públicas federais) e outras instituições de pesquisa e ensino (privadas, ou públicas do âmbito estadual ou municipal)⁷⁸ que atingem critérios mínimos de qualidade, definidos pela própria CAPES. Em outras palavras, todas (senão quase todas) as IES que atingem o patamar de *universidades* no Brasil possuem assinatura de periódicos definidos e pagos pelo governo federal através do Portal de Periódicos da CAPES⁷⁹.

⁷⁷ Embora alguns autores diferenciem os termos *acesso aberto* de *acesso livre*, uso-os aqui como sinônimos, com preferência para o uso de *acesso aberto*, visto que é a denominação utilizada por várias das iniciativas que se voltam para a informação científica, como a da Declaração de Budapeste: “Por ‘acesso aberto’ [...] entende-se [a publicação/informação científica que tem] disponibilidade gratuita na internet pública, permitindo que qualquer usuário leia, baixe, copie, distribua, imprima, pesquise ou faça o link para os textos completos desses artigos, rastreie-os para indexação, capture seus dados por software ou use-os para qualquer finalidade legal, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas que não sejam as necessárias para se obter acesso à própria Internet. A única restrição à reprodução e distribuição, e o único papel dos direitos autorais nesse domínio, deve ser o de dar aos autores e autoras o controle sobre a integridade de seu trabalho e o direito de serem reconhecidos e citados adequadamente.” (BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE, 2002).

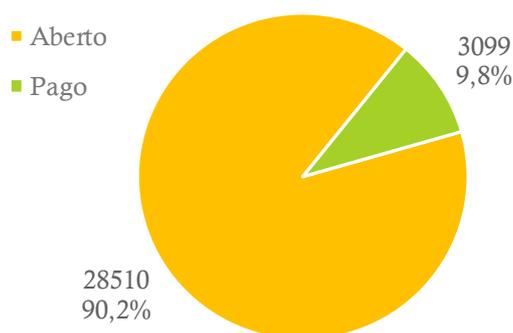
⁷⁸ Para as instituições privadas de ensino superior o requisito mínimo é possuir pelo menos um curso de doutorado avaliado como cinco ou superior pela própria CAPES. Para IES públicas estaduais e municipais ou outros tipos de unidades de pesquisa, é necessário ter pelo menos uma pós-graduação avaliada como quatro ou superior BRASIL (2020).

⁷⁹ Em função disso, temos muitas vezes a ilusão de que o acesso aberto não é algo tão importante, tendo em vista que o país mantém essa assinatura única para todos, inclusive instituições particulares. Com essas assinaturas, pode-se acessar qualquer publicação assinada estando apenas conectado à rede da universidade/instituição. Isso dá a ilusão de

Para algumas áreas de pesquisa, principalmente das ciências sociais e humanidades, o acesso aberto é predominante, contudo para outras, manter-se atualizado das últimas descobertas e pesquisas está vinculado a ter disponível artigos pagos. Em países com poucos recursos, como o Cazaquistão, isso significa uma real limitação de acesso ao conhecimento, o que levou a cientista da computação cazaque Alexandra Elbakyan a criar o portal Sci-Hub, que disponibiliza gratuitamente o acesso a artigos científicos pagos de todo o mundo. Alexandra está sendo processada desde então por algumas das editoras, mas é também considerada uma heroína por muitos, com base no princípio de que o conhecimento científico deve ser livre e acessível a toda humanidade (BOHANNON, 2016a, 2016b). A Scielo, base de dados bastante utilizada no Brasil, tem como norte o mesmo princípio que foi inclusive pauta principal da sua última conferência, ocorrida em São Paulo, a Scielo 20 anos (PACKER *et al.*, 2018).

Há ainda uma grande discussão a respeito das dificuldades em manter revistas que não possuem financiamento exclusivo em acesso livre, além do preconceito que já existiu em algumas áreas mais tradicionais frente a revistas abertas (BURANYI, 2017; COSTA, 2006; MUELLER, 2006), mas o fato é que o acesso aberto é um fator importante na comunicação científica atualmente e conhecer seu status em áreas do conhecimento interdisciplinares e de interesse público e político latentes, como é o caso dos estudos de gênero no Brasil, faz-se necessário.

Figura 18 - Formato de acesso atual dos periódicos em que foram publicados os artigos de gênero brasileiros, 1959-2019, n=31609



Fonte: Dados da pesquisa.

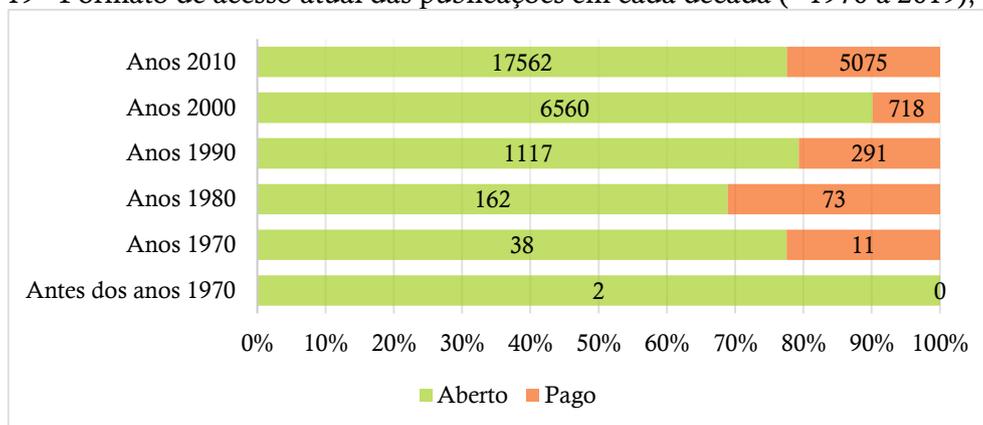
Para as análises de formato de acesso foi possível utilizar dados de todos os artigos, contudo é fundamental ressaltar que o formato diz respeito a como o periódico se encontra

que o artigo é aberto, quando na realidade ele só está disponível porque está sendo acessado a partir de instituição conveniada.

atualmente. Isso significa, por exemplo, que se uma revista que era impressa e distribuída por assinatura nos anos 1980 e posteriormente passou a disponibilizar esses mesmos artigos digitalizados *online*, de forma gratuita (passíveis de indexação, com metadados e etc.), os artigos são contabilizados como *open access*. Este é o caso de várias revistas brasileiras, como a *Em Questão* por exemplo. Portanto, trata-se de um retrato no formato de acesso atual dos artigos publicados em diferentes décadas.

No total, mais de 90% dos artigos publicados em EGB estão em acesso aberto (28510 artigos, 90,2%) e menos de 10% tem acesso restrito/pago – 9,8% ou 3099 artigos. No gráfico a seguir é possível analisar a variação entre formatos de acesso de artigos publicados a cada década.

Figura 19 - Formato de acesso atual das publicações em cada década (~1970 a 2019), n=31609



Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se que o acesso aberto tem maior proporção nos anos 2000, em porcentagem similar à análise de todo o corpus (cerca de 90% aberto e 10% em acesso restrito/pago) e também em concordância com o período em que diversas iniciativas em prol do acesso aberto ocorreram ao redor do mundo. O denominado movimento pelo acesso aberto teve início no final dos anos 1990, quando ocorreram reuniões diretas em diversos lugares do mundo, sendo as mais relevantes destacadas por Sely Costa (2006): a *Budapest Open Access Initiative* (BOAI), em 2002, que conceituou as estratégias chamadas via verde (*green road*, que orienta pelo autoarquivamento por parte dos autores de seus artigos já aceitos ou publicados) e via dourada (*gold road*, para periódicos eletrônicos de acesso aberto, ou seja, acesso aberto garantido pelo próprio veículo de publicação); e a Declaração de Berlim, em 2003, que inclui a herança cultural como conhecimento que deve ser acessado livremente. No Brasil, em 2005, ocorreram as seguintes iniciativas que ratificaram e buscaram orientar a comunidade científica brasileira no movimento do

acesso livre ao conhecimento: o Manifesto Brasileiro em Favor do Acesso Aberto, as declarações de Salvador, a Declaração de Florianópolis e a Carta de São Paulo (COSTA, 2006).

Para analisar detalhadamente a variação no formato de acesso na última década, verificou-se a quantidade de artigos pagos por ano e seu percentual em relação à quantidade de publicações do mesmo ano. Percebe-se que há uma variação e que apesar de haver aumento no número de artigo pagos, sua proporção em relação aos artigos abertos não aumenta progressivamente, apenas varia.

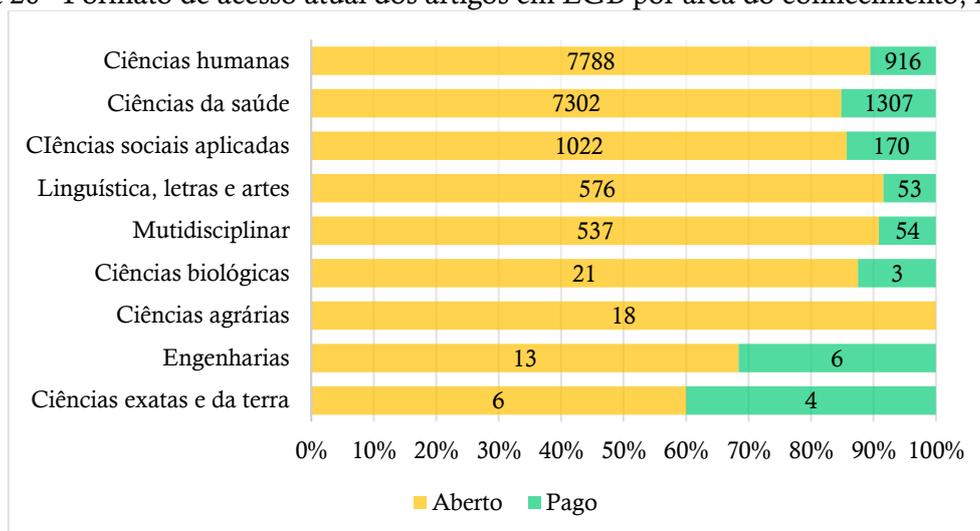
Tabela 11 - Artigos em acesso pago nos anos 2010

Ano	Artigos pagos	Total art ano	%
2011	128	1497	8,55
2012	203	2030	10
2013	139	2202	6,31
2014	198	2543	7,79
2015	239	2851	8,38
2016	344	3457	9,95
2017	350	3800	9,21
2018	328	3684	8,9
2019	102	573	17,8
Total	2031	22637	--

Fonte: Dados da pesquisa.

A seguir se verifica a proporção de publicações em relação às áreas do CNPq. Apesar de haver poucos dados para ser possível fazer afirmações contundentes a este respeito, é interessante notar que os artigos de ciências agrárias foram todos publicados em acesso aberto. Entre as áreas com maior amostragem de publicações (ciências humanas à multidisciplinar), a maior proporção de publicações em acesso restrito é das ciências da saúde, contudo as demais áreas não ficam muito distintas, variando sempre em cerca de 10 a 15%. Outra característica que se mantém nestas áreas de maior amostragem é que menos de 10% dos artigos pagos são publicados em português, inclusive em ciências humanas e linguística, letras e artes (que são as que mais publicam em língua portuguesa). Quando se verifica todos os artigos, independente da área, 90,34% dos artigos pagos são publicados em idiomas estrangeiros, sendo 88,21% em inglês.

Figura 20 - Formato de acesso atual dos artigos em EGB por área do conhecimento, n=19819



Fonte: Dados da pesquisa.

A fim de se verificar se há disciplinas ou especializações que possuam maior atividade em periódicos de acesso restrito, procedeu-se também verificação em relação a *subfields* que publicam neste formato nos últimos anos e em todo o período da pesquisa. Isso permite perceber se há alguma especialidade específica responsável pelo aumento nas publicações em acesso fechado, como por exemplo, alguma nova temática das ciências da saúde.

Tabela 12 - *Subfields* em que artigos de acesso pago são mais publicados, 2011-2019 (n=2031) e de 1959-2019 (n=3099)

<i>Subfields/ disciplinas</i>	2011-2019		1959-2019	
	Art	%	Art	%
Obstetria e medicina reprodutiva	182	8,96	277	8,94
Enfermagem	124	6,11	192	6,20
Saúde pública	106	5,22	186	6,00
Sociologia	100	4,92	117	3,78
Psiquiatria	84	4,14	135	4,36
Estudos de gênero	83	4,09	108	3,48
Educação, geral	43	2,12	58	1,87
Ciência comport. & psicologia comparativa	39	1,92	95	3,07
Antropologia	35	1,72	78	2,52
História, geral	32	1,58	53	1,71
Saúde da mulher	32	1,58	34	1,10
Psicologia infantil e do desenvolvimento	28	1,38	45	1,45
Psicologia social	27	1,33	35	1,13
Pediatria	24	1,18	84	2,71
Artes, humanidades e ciências sociais, geral	23	1,13	33	1,06
Micologia & parasitologia	23	1,13	32	1,03
Virologia	-	-	34	1,10
Abuso de substâncias	-	-	31	1,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Há de fato mais especialidades das ciências médicas responsáveis pelas publicações em acesso fechado quando se analisa todo o conjunto de dados (como obstetrícia e medicina reprodutiva, saúde pública, enfermagem, pediatria e outras), contudo há publicações de *subfields* existentes desde os primeiros anos de atividade dos estudos de gênero no Brasil, como antropologia, psicologia infantil e estudos de gênero. O recorte adotado foi para as com pelo menos 1% de artigos em acesso pago e as porcentagens são em relação ao total de publicações do mesmo período (artigos pagos e abertos).

Verificadas características dos veículos das publicações em EGB, nos próximos capítulos são analisadas suas autorias.

6 AUTORIAS: PESQUISADORAS E PESQUISADORES

A depender da abrangência da pesquisa ou do seu grau de detalhamento, a designação de autoria de um trabalho científico varia. Na microescala, a autoria se refere às pessoas que assinam os trabalhos. Num nível maior, a autoria se refere às instituições de pesquisa às quais essas pessoas estão vinculadas, e no nível macro, pode se referir aos países ou regiões geográficas em que estão localizadas as instituições e autores e autoras das obras. Começa-se então pelo nível micro, das autorias pessoais, o que é feito neste capítulo.

Primeiro se analisa as características gerais de autoria em termos descritivos e estatísticos: quantidade de pesquisadores e pesquisadoras, sua produtividade (quantidade de artigos por pessoa) e então características da autoria solo e da colaboração (quantidade de pessoas por artigo, artigos com maior número de autorias). Após, passa-se à análise das pessoas: quem são os pesquisadores e pesquisadoras mais produtivos (em termos de publicação de artigos) e a que instituição e temáticas de pesquisa se vinculam. Por fim, são analisados os grupos de colaboração.

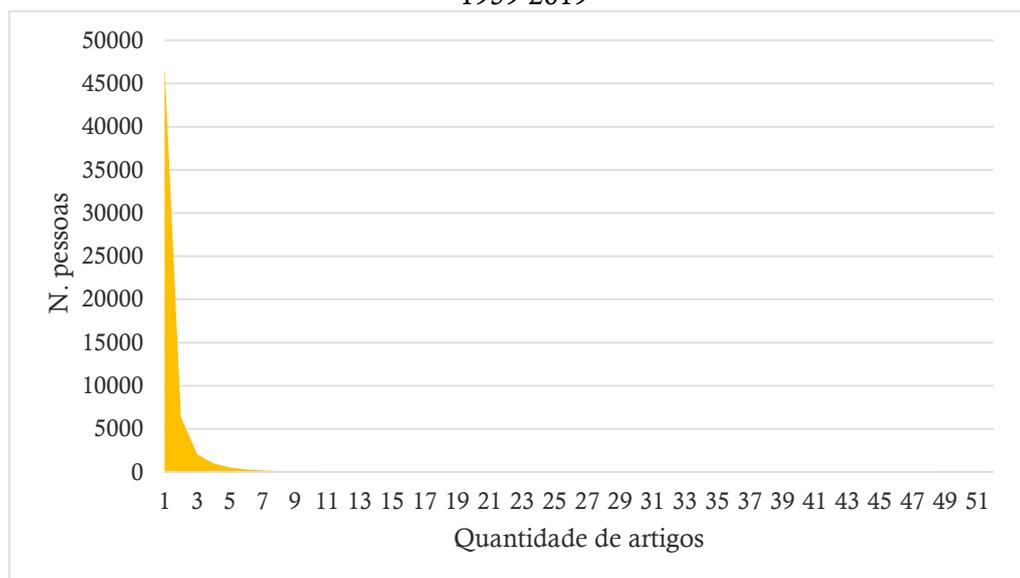
6.1 Características gerais de autoria: estatísticas descritivas

A princípio, foram localizadas 63396 grafias distintas, autoras dos artigos brasileiros de estudos de gênero. Após a limpeza de dados, houve redução de mais de cinco mil grafias, ficando 58315 autorias pessoais, ou seja, cerca de 58315 pessoas assinaram os artigos em estudos de gênero publicados entre 1959 a 2019, com média de 1,48 pessoas autoras por artigo⁸⁰. O autor/grafia que publicou mais contabilizou 108 publicações no período, e as pessoas que menos produziram assinaram um único artigo. Essas são a maioria: 47079 pessoas, o que equivale a mais de 80% (80,73%) das pessoas autoras. O total de dois artigos foram produzidos por 6403 pessoas (10,98%) e 2056 pessoas (3,53%) publicaram três artigos. Conforme o número de artigos por pessoa aumenta, menor é a quantidade de pessoas com essa produtividade. Por outro lado, apenas sete pessoas publicaram um número bastante alto de artigos no período: 50 ou mais.

⁸⁰ Cálculos feitos a partir dos dados que possuíam o campo de autoria preenchido.

A produtividade de cada autor/autora, ou seja, a quantidade de publicações contabilizadas por determinado período, é algo que varia de acordo com as áreas do conhecimento. Em algumas áreas, é mais comum ter um número alto de publicações, enquanto em outras é comum que se publique menos. O que é considerado muito ou pouco produtivo, portanto, varia muito. De qualquer forma, independente do volume de publicações que seja considerado alta ou baixa produtividade, Solla Price (1976) afirma que na comunicação científica é uma constante que poucos autores produzam muito, enquanto muitos autores produzem pouco. Essa constante é conhecida como lei do quadrado inverso ou lei de Lotka: “Para cada 100 autores que produziram apenas um artigo num determinado período, existem 25 com dois, onze com três e assim por diante.” (SOLLA PRICE, 1976, p. 27). Em outras palavras, a produtividade das pessoas que assinam artigos da área de estudos de gênero no Brasil segue a constante de produtividade também percebida em outras áreas do conhecimento.

Figura 21 - Distribuição da produtividade de artigos brasileiros de estudos de gênero por pessoa, 1959-2019



Fonte: Dados da pesquisa.

A distribuição da produtividade por pessoa é vislumbrada no gráfico da figura 21. A moda (valor mais frequente na amostra), portanto, é igual a um, assim como a mediana (valor da amostra que separa o número de artigos por autoria no meio). Cada autor/autora publicou em média 1,48 artigos no período, com variância de 4,05 (o quanto a produtividade de cada autoria está distante do valor central, a média).

A colaboração é um fenômeno crescente na ciência, embora varie enormemente conforme a área. Em disciplinas que exigem tecnologia de ponta para se fazer pesquisa ou

grandes laboratórios, com contribuição de vários atores, é comum que dezenas ou mesmo centenas de pessoas assinem um mesmo trabalho. Isso pode ser visto frequentemente em artigos de física de altas energias, ou por exemplo, em trabalhos como o do genoma humano. Já para pesquisas mais teóricas, a colaboração tende a ser pequena ou inexistente, como é o caso por exemplo de tópicos da matemática, filosofia e outras (MEADOWS, 1999; SOLLA PRICE, 1976). Vários trabalhos já foram feitos a fim de investigar as motivações para colaboração na pesquisa e como ela se configura (SIDONE; HADDAD; MENA-CHALCO, 2016; VANZ, 2009). A coautoria de trabalhos é uma das formas de verificar a colaboração entre pessoas, entre instituições e entre países.

Na relação de número de pessoas por artigo,⁸¹ verifica-se que há em média 2,79 pessoas autoras por artigo. A moda da amostra (valor de maior prevalência) se iguala à produtividade por autoria, equivalente a um (da mesma forma que a maior parte das pessoas publicaram apenas um artigo, a maior parte dos artigos foi assinado por apenas uma pessoa, ou seja, sem colaboração). Por outro lado, a mediana é igual a dois.

A proporção de artigos com autoria única é de 35,86%. Em análises de revistas especializadas na área, essa proporção é maior: na portuguesa *Faces de Eva*, análise de 1999 a 2015, é de 81,03% (VIEIRA *et al.*, 2016), e na REF, de 1992 a 2002 era de 88% (DINIZ; FOLTRAN, 2004), tendo diminuído para 67,85% no período de 2001 a 2016 (MATOS, 2018). Na análise por décadas, a proporção de artigos em autoria única também diminuiu nos estudos de gênero brasileiros desde os anos 90 quando eram 51,14%: 39,39% nos anos 2000, e 33,66% de 2011 pra cá. Contudo, antes dos anos 1990 a tendência era de aumento de trabalhos sem colaboração – giravam em torno dos 44% em 1970 e 1980, até atingir mais da metade dos artigos em 1990 (ver tabela 13 a seguir).

Apesar de o número de trabalhos sem colaboração ser menor se comparado a revistas especializadas, é maior se comparado a outras áreas do conhecimento igualmente interdisciplinares. Enquanto 64,14% dos artigos em estudos de gênero foram publicados com pelo menos duas autorias (ou seja, com alguma colaboração), essa proporção salta para 97,71% e 98,57% em ciências agrárias e neurociências, respectivamente – para artigos também brasileiros, publicados na WoS entre 2001 e 2011 nas ciências agrárias (VARGAS; VANZ; STUMPF, 2015), e entre 2006 e 2013 nas neurociências (HOPPEN; VANZ, 2016).

⁸¹ As análises de colaboração, na microescala, são feitas pela quantidade de pessoas indicadas no campo autor dentro dos registros de cada artigo – diferentemente da produtividade das autorias, que calcula a quantidade de artigos por pessoa. Por esse motivo, os dados revelam um panorama que difere da análise de artigos por autor/autora. Em outras palavras, produtividade = quantidade de artigos por pessoa; colaboração = quantidade de pessoas por artigo.

Conforme o número de coautores aumenta, diminui a quantidade de artigos. O artigo com maior colaboração contou com 105 pessoas e se intitula “Mother-to-child transmission of HIV in Brazil during the years 2000 and 2001: results of a multi-centric study” (SUCCI *et al.*, 2007) e foi publicado em inglês numa revista brasileira de saúde pública, a *Cadernos de Saúde Pública*, do Rio de Janeiro. A pesquisa analisa características fisiológicas, sociais e de tratamento medidas durante e pós-parto para avaliar a taxa de transmissão do vírus da AIDS de gestantes infectadas para seus bebês. Há dúvida sobre tratar-se de um estudo de gênero de fato (o artigo foi incorporado ao corpus da pesquisa por possuir a palavra *mother* em seu título, além de *mother*, *matern** no resumo, e não estar dentro de nenhuma das disciplinas que eram excluídas no caso destas palavras), embora leve em conta questões de gênero na avaliação das mães e do tratamento que recebem:

Este estudo estima que a transmissão do HIV de mãe para filho no Brasil está diminuindo, mas as diferentes taxas encontradas em cada região geográfica evidenciam a diversidade social, cultural, econômica e de acesso aos serviços de saúde. A infecção pelo HIV em crianças deve ser considerada um importante indicador da qualidade da assistência obstétrica e neonatal no país: taxas elevadas de transmissão vertical do HIV indicam falta de atendimento pré-natal ou falta de adesão à terapia antirretroviral pela mãe. (SUCCI *et al.*, 2007).

Todas as pessoas coautoras desse artigo fazem parte de um grupo formado na Sociedade Brasileira de Pediatria para realizá-lo, com o apoio financeiro da UNESCO e do Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida vinculado ao Ministério da Saúde brasileiro na época. O segundo artigo com maior número de pessoas tem 102 coautorias, “Are men universally more dismissing than women? Gender differences in romantic attachment across 62 cultural regions” (SCHMITT *et al.*, 2003). Foi publicado na revista *Personal Relationships*, categorizada na área de psicologia e ciências cognitivas (*psychology & cognitive sciences*) e tem contribuição de autores e autoras de vários continentes do mundo. O tema central deste artigo são as diferenças e semelhanças culturais e de comportamento percebidas entre pessoas de dois gêneros, portanto não suscita dúvidas quanto à sua aderência à área.

Os demais artigos com grande número de autoras e autores são 17 trabalhos que possuem entre 76 e 43 coautorias. Todos foram publicados em inglês e em periódicos estrangeiros, a maior parte em veículos de ciências da saúde (dez deles), e seis em veículos da disciplina de psicologia (pertencente às ciências humanas na classificação brasileira). O outro artigo, que é o mais distinto, foi publicado em um periódico indiano de filosofia e analisa a intuição de Gettier, intuição de crenças verdadeiras justificadas, baseada no

problema epistemológico do filósofo Gettier, de pessoas de 23 países, verificando para isso questões relacionadas a gênero, personalidade e cultura – “The Gettier Intuition from South America to Asia” (MACHERY *et al.*, 2017). Todos os artigos com número alto de autorias utilizam dados empíricos em análises com grandes amostras.

Como o aumento da colaboração é um fenômeno com tendência a aumentar ao longo dos anos, segundo preconiza a literatura em comunicação científica, foi analisada a quantidade de autorias por artigo para cada década, a partir dos anos 1970. Os dois artigos de antes dessa época, 1959 e 1961, possuem um único autor. Também se verificou o que ocorre nas revistas especializadas na área, *Cadernos Pagu* e *Revistas de Estudos Feministas* (a fim de se possibilitar comparação com estudos feitos por outras pessoas) e, na tabela posterior, o que ocorre em cada uma das áreas do conhecimento (já que os dois artigos com maior número de autorias são um de ciências humanas e outro de ciências da saúde, duas áreas que costumam possuir características de comunicação bastante distintas).

Tabela 13 - Estatística descritiva da quantidade de pessoas autoras por artigo, comparação entre décadas e revistas especializadas (REF e *Cadernos Pagu*), n=31609

Medida	Anos 1970	Anos 1980	Anos 1990	Anos 2000	Anos 2010	REF	Cad Pagu
Autoria solo	44,9%	44,26%	51,14%	39,39%	33,66%	71,75%	73,41%
Média	2,27	2,77	2,66	2,72	2,83	1,48	1,59
Mediana	2	2	1	2	2	1	1
Moda	1	1	1	1	1	1	1
Amplitude	6	23	45	104	75	14	12
Mínimo	1	1	1	1	1	1	1
Máximo	7	24	46	105	76	15	13
Coefficiente de variação	70,82%	99,83%	114,76%	112,2%	102,76%	79,36%	81,31%
Desvio médio absoluto	1,24	1,85	1,93	1,68	1,69	0,69	0,86
Desvio padrão	1,60	2,77	3,06	3,05	2,91	1,18	1,29
Variância	2,57	7,67	9,34	9,33	8,48	1,38	1,67
Contagem	49	235	1408	7278	22637	1246	899

Fonte: Dados da pesquisa.

Para as áreas de pesquisa, a autoria se configura conforme a tabela 14.

Tabela 14 - Estatística descritiva da quantidade de pessoas autoras por artigo, comparação entre áreas de pesquisa (classificação CNPq), n=19819

Medida	Ciências humanas	Ciências da saúde	C sociais aplicadas	Ling, letras e artes	Multi-disciplinar	Ciências biológicas	Engenharias	Ciências agrárias	C exatas e da terra
Autoria solo	50,02%	7,79%	33,14%	62,09%	39,42%	33,33%	10,53%	27,78%	30%
Média	2,1	4,51	2,24	1,49	3,32	4,08	4,05	3,22	2,3
Mediana	1	4	2	1	2	2	3	2,5	2
Moda	1	2	2	1	1	1	2	1	2
Amplitude	101	104	11	5	26	16	11	6	3
Mínimo	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Máximo	102	105	12	6	27	17	12	7	4
CV	126,29%	88,46%	61,88%	48,40%	103,51%	99,78%	69,05%	67,79%	50,41%
DMA	1,15	2,18	1	0,61	2,44	3,02	2,07	1,85	1,85
Desvio padrão	2,65	3,99	1,39	0,72	3,44	4,07	2,8	2,18	1,16
Variância	7,03	15,9	1,93	0,52	11,83	16,6	7,83	4,77	1,34
Contagem	8715	8609	1192	641	591	24	19	18	10*

Fonte: Dados da pesquisa.

* A quantidade de dados disponíveis para as quatro últimas áreas é pequena para servir de amostragem, contudo é ilustrado na tabela para fins de comparação com as demais.

Nas tabelas, a contagem se refere ao número de artigos de cada subconjunto de dados (ou seja, o n do subconjunto). A amplitude (ou intervalo) é o valor da maior diferença entre o valor máximo e o valor mínimo de autorias por artigo. Percebe-se que há absoluta preferência por publicações de autoria única visto que a moda igual a um é constante em todos os subconjuntos de análise de décadas e em cinco das nove áreas do conhecimento. Trabalhos sem colaboração são, portanto, o valor mínimo, em todos subconjuntos. Já o número máximo de pessoas assinando o mesmo artigo é maior nas décadas de 2000 e 2010, e menor tanto nos primeiros anos quanto nas duas revistas especializadas. Nas áreas de pesquisa, ciências humanas e da saúde têm os artigos anteriormente mencionados (com grande número de pessoas), e multidisciplinar fica como a terceira nesse sentido em função de dois artigos, com 27 pessoas autoras cada, um publicado na Nature Communications e outro na PLOS One.

A média varia pouco ao longo das décadas, com exceção da década de 1970, em que é menor comparada às demais, o que pode estar ligado ao início no Brasil da área, quando discussões teóricas são importantes para a busca do reconhecimento ou de “legitimidade” (BOURDIEU, 1983) de um campo que está de alguma forma iniciando, e quando as redes de colaboração podem ainda estar se configurando. Esta década é

caracterizada por artigos das ciências da saúde, e sabe-se que as áreas clínicas costumam ter um número alto de pessoas colaborando em uma mesma publicação.

Contudo, a suposição de haver artigos mais teóricos, tendo em vista uma área que está se consolidando, é corroborada pelo fato de que mesmo os artigos destas áreas têm pouca colaboração nesse período – quando se verifica os artigos com uma ou duas pessoas autoras nos anos 1970, percebe-se que são, em sua maior parte, artigos de enfermagem ou saúde pública, como “Maternidade e mãe desamparada”, de Nilza Pelá e Celia Santos (1978), que abre com uma citação de Margareth Mead. Por outro lado, há artigos com dados empíricos (ou seja, não teóricos) e sem colaboração também, como é o caso do “Estudos dos motivos, processos e consequências do abortamento em população assistida no pronto-socorro obstétrico do amparo maternal” assinado por Efigenia Britz (1975).

De qualquer forma, o peso das áreas do conhecimento em que a colaboração é maior e mais frequente também justifica o aumento no número de autorias com o passar do tempo. Hoppen e Vanz (2020) constataram que novas áreas do conhecimento passaram a publicar pesquisas autointituladas “estudos de gênero” nos anos mais recentes, áreas em que tradicionalmente costuma haver um maior número de coautorias e isso também ocorre com a pesquisa em EGB – conforme o passar do tempo, mais disciplinas e áreas adentram o campo, aumentando sua difusão na comunidade científica. De fato, a média de autorias varia bastante entre as áreas do conhecimento, assim como a quantidade de publicações solo e em colaboração, portanto o aumento no número de áreas do conhecimento que publicam em EGB também corrobora para o aumento e a variabilidade da colaboração de pesquisa.

Comparando-se as medidas moda, mediana e média, é possível constatar que as décadas de 70, 80, 2000 e 2010 possuem assimetria positiva no número de autorias (ou seja, a tendência é que o número de autorias seja maior que estes valores, visto que a moda é menor que a mediana, que é menor que a média). A década de 1990 se diferencia nesse sentido. É a década em que aumenta o número de artigos solo e ao mesmo tempo que há maior variabilidade no número de autorias. É nesta década que aumenta também o número de pessoas publicando em estudos de gênero e em que novas disciplinas do conhecimento passam a publicar na área.

As duas revistas especializadas na área, inauguradas nos anos 1990, REF e Cadernos Pagu, possuem menor variabilidade na coautoria, com mais de 70% dos artigos publicados sem colaboração, em autoria solo. O ligeiro aumento de autoria solo e decréscimo da média na década de 1990 pode estar ligada a esses periódicos ou ao fato

de que, como mencionado, novas áreas passam a publicar em EGB. Para as duas revistas, suas palavras-chave mais frequentes dão pistas do porquê da menor variabilidade e da preferência por artigos sem colaboração ou com menor número de autorias: diferentemente das décadas, não há palavras frequentes relacionadas às áreas médicas ou tecnológicas, que costumam contar com maior colaboração. Diniz e Foltran (2004) também constaram que a maioria dos artigos publicados na REF são qualitativos (análise de 1992 a 2002), contribuindo também para a menor coautoria esteja relacionada ao tipo de artigos publicados.

Entre as áreas, linguística, letras e artes é a com menor colaboração: mais de 60% das publicações são de autoria solo, a mediana e a moda são iguais a um e há menor amplitude e variabilidade no número de pessoas autoras. Já ciências humanas possui a maior variabilidade: mais de 50% dos artigos são feitos sem colaboração, contudo há artigos com mais de 100 pessoas, corroborando para o maior coeficiente de variação (CV) entre os recortes analisados (126,29%)⁸². Os trabalhos com maior autoria em ciências humanas são, em sua maioria, trabalhos que analisam o comportamento e de percepção da realidade de pessoas de diferentes culturas, segundo seu gênero.

As medidas de dispersão indicam que as duas revistas possuem padrões de coautoria (ou de autoria individual) muito mais homogêneas se comparadas ao conjunto total de estudos de gênero analisados por década – CV de 79% para a REF e de 81% para a Cadernos Pagu, enquanto todos os subconjuntos de décadas têm CV igual ou maior que 100%. A única exceção fica para a década de 1970, quando a porcentagem de 71% indica maior homogeneidade dos dados se comparado aos demais. Ainda assim, o DMA das duas publicações é menor do que um, enquanto para todos os outros subconjuntos de dados é maior que um, inclusive na década de 1970.

O que explica esses dados pode ser observado quando se analisa o CV por área do conhecimento: todas as áreas possuem coeficiente de variação menor do que quando se analisa os subconjuntos de décadas. Ou seja, a forma de pesquisa/publicação entre

⁸² Sendo a média uma medida resumo que é bastante influenciada por valores extremos da amostra, alguns trabalhos com números altos de coautoria influenciam muito seu valor. É o que ocorre por exemplo na área de ciências humanas, em que mais de 50% dos trabalhos são publicados em autoria única, contudo alguns trabalhos com alta colaboração influenciam para que sua média seja maior do que em outros recortes cuja mediana é a mesma. Por isso outras medidas de dispersão foram verificadas, medidas que ajudam a perceber a variabilidade dos dados. O desvio médio absoluto (DMA) é a média das distâncias que os valores (números de autorias), se encontram da média. É utilizado para ilustrar o cálculo da variância, que também exprime o quão distante os valores do conjunto podem estar (ou seja, sua dispersão). No entanto, como a variância é um valor elevado ao quadrado, utilizasse-a para calcular o desvio padrão, este sim um valor de dispersão na mesma unidade que os valores das outras medidas e do conjunto de dados. Como o desvio padrão também é afetado pela amplitude dos dados, para compararmos a variabilidade entre dois conjuntos é indicado utilizar o já citado coeficiente de variação, que é dado pela razão entre o desvio padrão e média, ou seja, é um desvio padrão relativo. O coeficiente de variação, assim como o desvio padrão, são as duas medidas de dispersão mais usuais para analisar o comportamento de dados numéricos.

pesquisadoras e pesquisadores da mesma área é mais homogênea do que em comparação com as décadas. Portanto como nos anos 1970 havia um menor número de áreas publicando em EGB, a variabilidade nas autorias é menor. No mesmo sentido, isso pode indicar que áreas mais similares entre si publicam suas pesquisas nas duas revistas especializadas (o que explicaria maior homogeneidade no número de autorias, visto que isso costuma variar conforme a área), ou ocorrência de artigos teóricos, tanto nas duas revistas quanto nos primórdios do campo de pesquisa (anos 1970) e quando a área começou a se consolidar no país (anos 1990), o que justifica a média na quantidade de autorias ser menor em relação às demais.

A maior homogeneidade na década de 1970 em contraposição à maior variabilidade dos dados na década de 1990 podem ter relação com os primórdios da área comparada com sua consolidação no país, a diferença entre um campo novo, em que poucas pessoas e de áreas similares publicam, e um campo em consolidação, que atrai novas e novos pesquisadores de diferentes áreas, que, no entanto, necessitam iniciar com discussões teóricas ou epistemológicas. A publicação majoritária de estudos teóricos ou qualitativos no período de 1992 a 2002 foi identificada por Deborah Diniz e Paula Foltran em estudo da Revista Estudos Feministas realizado em 2004. Segundo as autoras, 88% dos artigos publicados nesse período são de autoria única e 92% são estudos qualitativos (como entrevistas e etnografias) ou “artigos de discussão teórica sem qualquer referência a dados empíricos” (DINIZ; FOLTRAN, 2004, p. 247).

6.2 Pesquisadoras e pesquisadores em estudos de gênero no Brasil

Visto que a produtividade varia por área do conhecimento, verificou-se a qual área as autorias pessoais que mais publicaram pertencem, de acordo com o relatado em seus currículos Lattes (ou seja, de acordo com as próprias pessoas, já que a alimentação do Lattes é pessoal). Também se verificou a instituição de pesquisa (vínculo atual) e a cidade e região do Brasil.

É importante lembrar que o quadro não representa as autorias pessoais mais produtivas nos estudos de gênero no Brasil, mas sim as grafias das pessoas com maior número de artigos publicados em estudos de gênero até 2019, segundo os critérios de busca

adotados para esta pesquisa⁸³. As informações foram coletadas em junho e julho de 2020, o que significa que retratam não a carreira dessas pessoas, mas as informações mais atuais em seus currículos Lattes, presentes no momento da consulta. O corte para análise foi de grafias com 20 ou mais publicações, o que corresponde a 124 pessoas, apresentadas no quadro 11.

Quadro 11 - Autorias pessoais que publicaram mais artigos em estudos de gênero no recorte da pesquisa, período 1959-2019, 20+ artigos, n=124 pessoas

Autorias	#	Instituição de vínculo atual*	Local	Disciplina de pesquisa	Especialização de pesquisa
piccinini, cesar augusto	108	UFRGS	Porto Alegre, RS	psicologia	Psicologia infantil/paternal
cecatti, jose guilherme	97	UNICAMP	Campinas, SP	medicina	Obstetrícia, epidemiologia
faundes, anibal eusebio	74	UNICAMP	Campinas, SP	medicina	Saúde reprodutiva
victora, cesar gomes	69	UFPEL	Pelotas, RS	medicina	Nutrição e saúde materno-infantil
zugaib, marcelo	56	USP	São Paulo, SP	medicina	Obstetrícia
silva, joseli maria	55	UEPG	Ponta Grossa, PR	geografia	Geografia e gênero
schraiber, lilia blima	54	USP	São Paulo, SP	medicina	Saúde pública e gênero
souza, joao paulo	50	USP	Ribeirão Preto, SP	medicina	Medicina social e tocoginecologia
marcon, sonia silva	49	UEM	Maringá, PR	enfermagem	Enfermagem e saúde pública
duarte, geraldo	46	USP	Ribeirão Preto, SP	medicina	Obstetrícia e ginecologia
leal, maria do carmo	46	FIOCRUZ	Rio de Janeiro, RJ	medicina	Saúde pública
nardi, henrique caetano	45	UFRGS	Porto Alegre, RS	psicologia	Psicologia social, sexualidade
parpinelli, mary angela	44	UNICAMP	Campinas, SP	medicina	Tocoginecologia
vieira, mauro luis	44	UFSC	Florianópolis, SC	psicologia	Psicologia do desenvolvimento
horta, bernardo lessa	43	UFPEL	Pelotas, RS	medicina	Epidemiologia materno-infantil
araujo, ednaldo cavalcante de	42	UFPE	Recife, PE	enfermagem	Saúde coletiva
barros, fernando celso lopes f. de	40	UCPEL e UFPEL	Pelotas, RS	medicina	Epidemiologia materno-infantil
calderon, iracema de mattos p.	40	UNESP	Botucatu, SP	medicina	Saúde materno-infantil
gois, joao bosco hora	40	UFF	Niterói, RJ	serviço social	Estudos raciais
lago, mara coelho de souza	40	UFSC	Florianópolis, SC	psicologia	Psicologia social
bastos, francisco inacio	38	FIOCRUZ	Rio de Janeiro, RJ	saúde pública	Saúde pública e coletiva
gomes, romeu	38	FIOCRUZ	Rio de Janeiro, RJ	saúde pública	Sexualidade
koller, silvia helena	38	UFRGS	Porto Alegre, RS	psicologia	Psicologia do desenvolvimento
piscitelli, adriana gracia	38	UNICAMP	Campinas, SP	ciências sociais	Gênero e outros marcadores soc.
santos, manoel antonio dos	38	USP	São Paulo, SP	psicologia	Psicologia clínica
gomes, nadirlene pereira	37	UFBA	Salvador, BA	enfermagem	Enfermagem e saúde pública
alves, valdecyr herdy	36	UFF	Niterói, RJ	enfermagem	Enfermagem e obstetrícia
grinsztejn, beatriz gilda jegerhorn	36	FIOCRUZ	Rio de Janeiro, RJ	medicina	Epidemiologia
matijasevich manitto, alicia	36	USP	São Paulo, SP	medicina	Epidemiologia
meyer, dagmar e. estermann	34	UFRGS	Porto Alegre, RS	educação	Educação e saúde
padoin, stela maris de mello	34	UFMS	Santa Maria, RS	enfermagem	Enfermagem e saúde pública
sousa, maria helena de	34	FMJ	Jundiaí, SP	bioestatística	Epidemiologia e estatística
costa, angelo brandelli	33	PUCRS	Porto Alegre, RS	psicologia	Psicologia social
mattar, rosiane	33	UNIFESP	São Paulo, SP	medicina	Obtetrícia
miskolci, richard	33	UFSCAR/UNIFESP	São Paulo, SP	sociologia	Sociologia e saúde
rodrigues, diego pereira	33	UFPA, UFF	Belém, PA	enfermagem	Enfermagem obstétrica
lopes, rita de cassia sobreira	32	UFRGS	Porto Alegre, RS	psicologia	Psicologia do desenvolvimento
barros, aluisio jardim d. de	31	UFPEL/USP	Pelotas, RS	medicina	Epidemiologia
diniz, normelia maria freire	31	UFBA	Salvador, BA	enfermagem	Enfermagem obstétrica

⁸³ Apesar de ter sido feita padronização nas grafias dos nomes (que eliminou mais de 5 mil formas variantes de nomes que já apareciam entre os e as autoras), é possível também que algumas pessoas estejam com número menor de artigos do que realmente publicaram, em função de seus nomes terem aparecido em mais de uma forma de grafia (e assim o número de publicações ter se dividido entre essas diferentes formas do nome), além de ser possível que algumas pessoas possam ter “escapado” do processo manual de limpeza .

fonseca, rosa maria godoy s. da	31	USP	São Paulo, SP	enfermagem	Enfermagem em saúde coletiva
meneghel, stela nazareth	31	UFRGS	Porto Alegre, RS	saúde coletiva	Enfermagem e saúde coletiva
peloso, sandra marisa	31	UEM	Maringá, PR	enfermagem	Enfermagem obstétrica
scorsolini-comin, fabio	31	USP	Ribeirão Preto, SP	psicologia	Psicologia e saúde
alos, anselmo peres	30	UFMS	Santa Maria, RS	letras	Literatura
giugliani, elsa regina justo	30	UFRGS	Porto Alegre, RS	medicina	Pediatria e saúde materno-infantil
gomes, vera lucia de oliveira	30	FURG	Rio Grande, RS	enfermagem	Enfermagem e sexualidade
grossi, miriam pillar	30	UFSC	Florianópolis, SC	antropologia	Antropologia
heilborn, maria luiza	30	UERJ	Rio de Janeiro, RJ	antropologia	Antropologia e saúde
wagner, adriana	30	UFRGS	Porto Alegre, RS	psicologia	Psicologia social
falcao, marcia thereza couto	29	USP	São Paulo, SP	sociologia	Ciências sociais e saúde
feres carneiro, terezinha	29	PUCRJ	Rio de Janeiro, RJ	psicologia	Psicologia e psicoterapia
galvao, marli teresinha gimeniz	29	UFCE	Fortaleza, CE	enfermagem	Enfermagem e saúde pública
goellner, silvana vilodre	29	UFRGS	Porto Alegre, RS	educação	Educação física e gênero
ornat, marcio jose	29	UEPG	Ponta Grossa, PR	geografia	Geografia e gênero
ribeiro, paula regina costa	29	FURG	Rio Grande, RS	educação	Educação e ciências
alvarenga, patricia	28	UFBA	Salvador, BA	psicologia	Psicologia do desenvolvimento
nery, inez sampaio	28	UFPI	Teresina, PI	enfermagem	Enfermagem obstétrica
paiva, vera silvia facciolla	28	USP	São Paulo, SP	psicologia	Psicologia social
rohden, fabiola	28	UFRGS	Porto Alegre, RS	antropologia	Antropologia social
santos, ina da silva dos	28	UFPEL	Pelotas, RS	medicina	Epidemiologia e saúde coletiva
altmann, helena	27	UNICAMP	Campinas, SP	educação	Educação física e gênero
biroli, flavia	27	UNB	Brasília, DF	ciência política	Ciência política e gênero
cardoso, fernando luiz	27	UDESC	Florianópolis, SC	educação	Educação física e sexualidades
hardy, Elizabeth ellen	27	UNICAMP	Campinas, SP	sociologia	Sociologia e medicina
nakano, ana marcia spano	27	USP	Ribeirão Preto, SP	enfermagem	Enfermagem obstétrica
pinheiro, ana karina bezerra	27	UFCE	Fortaleza, CE	enfermagem	Enfermagem obstétrica
surita, fernanda g. de castro	27	UNICAMP	Campinas, SP	medicina	Tocoginecologia
araujo junior, edward	26	UNIFESP	São Paulo, SP	medicina	Obstetria
barbieri, marco antonio	26	USP	Ribeirão Preto, SP	medicina	Pediatria
diniz, carmen simone grilo	26	USP	São Paulo, SP	medicina	Med. prev. saúde materno-infantil
nomura, roseli mieko yamamoto	26	UNIFESP	São Paulo, SP	medicina	Medicina, obstetria e direito
oria, monica oliveira batista	26	UFCE	Fortaleza, CE	enfermagem	Enfermagem de saúde pública
vieira, elisabeth meloni	26	USP	Ribeirão Preto, SP	medicina	Medicina e sexualidade humana
araujo, marta maria	25	UFRN	Natal, RN	educação	Pedagogia
diniz, debora	25	UNB	Brasília, DF	antropologia	Antropologia e gênero
wolff, cristina scheibe	25	UFSC	Florianópolis, SC	história	História das mulheres
bettiol, heloisa	24	USP	Ribeirão Preto, SP	medicina	Pediatria
cardoso, maria vera lucia m. l.	24	UFCE	Fortaleza, CE	enfermagem	Enfermagem neonatal
ferrari, anderson	24	UFJF	Juiz de Fora, MG	educação	Educação e história
fonseca, claudia lee williams	24	UFRGS	Porto Alegre, RS	antropologia	Antropologia urbana
loureiro, sonia regina	24	USP	Ribeirão Preto, SP	psicologia	Psicologia clínica e hospitalar
melo, hildete pereira de	24	UFF	Niterói, RJ	economia	Economia e gênero
minella, luzinete simoes	24	UFSC	Florianópolis, SC	ciências sociais	Gênero e interseccionalidade
pedro, joana maria	24	UFSC	Florianópolis, SC	história	História do Brasil
pereira, pedro paulo gomes	24	UNIFESP	São Paulo, SP	antropologia	Antropologia da saúde
scochi, carmen gracinda silvan	24	USP	Ribeirão Preto, SP	enfermagem	Enfermagem neonatal
bolsoni-silva, alessandra turini	23	UNESP	Bauru, SP	psicologia	Psicologia clínica
carvalho, marilia pinto de	23	USP	São Paulo, SP	educação	Educação e gênero
erdmann, alacoque lorenzini	23	UFSC	Florianópolis, SC	enfermagem	Gestão em enfermagem e saúde
higarashi, ieda harumi	23	UEM	Maringá, PR	enfermagem	Enfermagem e obstetria
laurenti, ruy	23	USP	São Paulo, SP	medicina	Saúde pública e epidemiologia
moron, antonio fernandes	23	UNIFESP	São Paulo, SP	medicina	Obstetria
ressel, lucia beatriz	23	UFMS	Santa Maria, RS	enfermagem	Enfermagem em saúde da mulher
adelman, meryl	22	UFPR	Curitiba, PR	sociologia	Sociologia
camano, luiz	22	UNIFESP	São Paulo, SP	medicina	Obstetria
cesar, juraci almeida	22	FURG	Rio Grande, RS	saúde coletiva	Epidemiologia
crepaldi, maria aparecida	22	UFSC	Florianópolis, SC	psicologia	Psicologia da saúde
dias, ana cristina garcia	22	UFRGS	Porto Alegre, RS	psicologia	Psicologia do desenvolvimento

gama, silvana granado n. da	22	FIOCRUZ	Rio de Janeiro, RJ	saúde pública	Saúde coletiva e pública
mello, debora falleiros de	22	USP	Ribeirão Preto, SP	enfermagem	Enfermagem em saúde da criança
paula, cristiane cardoso de	22	UFMS	Santa Maria, RS	enfermagem	Enfermagem pediátrica
quintana, silvana maria	22	USP	Ribeirão Preto, SP	medicina	Ginecologia e obstetria
santos, valdilea g. veloso dos	22	FIOCRUZ	Rio de Janeiro, RJ	medicina	Infectologia
schechter, mauro	22	UFRJ	Rio de Janeiro, RJ	medicina	Imunologia
strey, marlene neves	22	PUCRS/FEEVALE	Porto Alegre, RS	psicologia	Psicologia social
vieira, leticia becker	22	UFRGS	Porto Alegre, RS	enfermagem	Enfermagem em saúde da mulher
ximenes, lorena barbosa	22	UFCE	Fortaleza, CE	enfermagem	Enfermagem de saúde pública
costa, claudia de lima	21	UFSC	Florianópolis, SC	letras	Estudos culturais
linhares, maria beatriz martins	21	USP	Ribeirão Preto, SP	psicologia	Psicologia pediátrica
lobato, maria ines rodrigues	21	UFRGS (HCPA)	Porto Alegre, RS	medicina	Psiquiatria clínica
monteiro, simone	21	FIOCRUZ	Rio de Janeiro, RJ	saúde pública	Gênero e saúde
oliveira, denize cristina de	21	UERJ	Rio de Janeiro, RJ	enfermagem	Enfermagem e saúde pública
primo, candida canicali	21	UFES	Vitória, ES	enfermagem	Enfermagem de saúde pública
schwarz, karine	21	UFRGS	Porto Alegre, RS	fonoaudiologia	Saúde coletiva
arpini, dorian monica	20	UFMS	Santa Maria, RS	psicologia	Psicologia social
bruggemann, odalea maria	20	UFSC	Florianópolis, SC	enfermagem	Enfermagem obstétrica
carrara, sergio	20	UERJ	Rio de Janeiro, RJ	antropologia	Antropologia social
collet, neusa	20	UFPB	João Pessoa, PB	enfermagem	Enfermagem pediátrica
mayorga, claudia	20	UFMG	Belo Horizonte, MG	psicologia	Psicologia social e feminismo
penna, lucia helena garcia	20	UERJ	Rio de Janeiro, RJ	enfermagem	Enfermagem obstétrica
rago, luzia margareth	20	UNICAMP	Campinas, SP	história	Gênero e subjetividades
seffner, fernando	20	UFRGS	Porto Alegre, RS	educação	Educação e gênero
silva, leila rangel da	20	UFRJ	Rio de Janeiro, RJ	enfermagem	Enfermagem e obstetria
soares, marilu correa	20	UFPEL	Pelotas, RS	enfermagem	Enfermagem em saúde pública
spindola, thelma	20	UERJ	Rio de Janeiro, RJ	enfermagem	Enfermagem obstétrica
torloni, maria regina	20	UNIFESP	São Paulo, SP	medicina	Obstetria

Fonte: Dados da pesquisa e plataforma Currículo Lattes (BRASIL, [s. d.]).

Legenda: * Vínculo atual segundo a última atualização no currículo Lattes, ou último vínculo, no caso de aposentadoria.

O quadro de autorias pessoais que mais publicaram mostra várias características interessantes. Em primeiro lugar, o que chama mais atenção é que muitos dos e das pesquisadoras são da área da saúde e suas temáticas giram em torno da gravidez, parto e maternidade. Medicina e enfermagem são as grandes áreas predominantes de atuação dessas pessoas e mais de ¼ das pesquisadoras e pesquisadores menciona saúde materna dentre os temas que são sua ênfase de pesquisa (33 das 124, incluindo pessoas que atuam em áreas não diretamente ligadas à saúde, como educação e psicologia social).

As pessoas que não são diretamente de áreas das ciências da saúde foram destacadas com tom mais escuro de amarelo no quadro e são atuantes em áreas das ciências humanas ou sociais. Dentre pesquisadoras de psicologia, considerou-se “pertencente” às ciências sociais as que colocam como área de atuação a psicologia social, enquanto as atuantes na psicologia clínica ou ambulatorial foram consideradas diretamente ligadas a áreas da saúde no quadro (e portanto sem o destaque mais escuro), o mesmo ocorrendo para pessoas da saúde pública ou coletiva (a pessoa que se denomina

atuante na área de “ciências sociais e saúde pública” foi aqui considerada das ciências sociais).

Isso não significa que as pessoas com formação/atuação nas ciências da saúde não têm pesquisas na área social, pelo contrário: a maior parte dos temas de saúde são de questões voltadas para políticas públicas e bem-estar, como por exemplo (BRASIL, [s. d.], doc.s eletrônicos), “Saúde reprodutiva, sexualidade e gênero” (de uma pesquisadora da área de medicina, vinculada à Faculdade de Medicina da USP Ribeirão Preto), “Saúde da mulher e as políticas públicas, saúde reprodutiva, gênero e violência [...]” (de uma pesquisadora vinculada ao Centro de Ciências da Saúde, Departamento de Enfermagem, da UFPI), “Saúde e direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, aborto legal, violência sexual” (de um pesquisador da área de medicina vinculado à UNICAMP), e “Epidemiologia, saúde materno infantil, mortalidade perinatal e infantil, desigualdades sociais em saúde, estudos de coorte” (pesquisador de medicina vinculado à UFPEL).

Mais de 70% dessa elite de profissionais é do sexo feminino, embora os cinco que mais publicaram sejam homens, vinculados a universidades de São Paulo ou do Rio Grande do Sul, pesquisadores da área da saúde (quatro de medicina e um de psicologia) e em temáticas da saúde feminina (gestação, maternidade e aborto) – o que traça um curioso correlato com a ciência brasileira, em que a maior parte das pessoas formadas é mulher, mas os ocupantes dos cargos de docência ou gestão científica, especialmente nos postos de maior hierarquia, são majoritariamente homens. Mesmo neste microcosmo de alta produtividade vê-se um reflexo das características da ciência brasileira. Ver por exemplo dados que mostram as mulheres são maioria na pós-graduação, mas são minoria entre as bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq (GUEDES; AZEVEDO; FERREIRA, 2015), ou a distribuição dos sexos entre estudantes de graduação comparada à de docentes e cargos científicos nas mesmas áreas (ASSUMPÇÃO, 2014; SUGIMOTO, 2018). Ao se analisar a tabela 15 a seguir, de autorias mais produtivas por década, percebe-se também que estes pesquisadores têm carreira de longa data.

Outro fato interessante é que a maior parte das pessoas atua ou tem formação na área de enfermagem, e dentre elas, uma boa parcela teve formação na Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN), hoje vinculada à UFRJ. A EEAN foi fundada em 1923 no contexto do movimento sanitário no Brasil e foi a escola responsável por implementar o Sistema Nightngale, que se tornaria o modelo de ensino e assistência de enfermagem no país. Segundo Maria Angélica Peres (2013), em razão da situação da saúde à época, a

implementação desse modelo de enfermagem moderna foi um marco representativo para o país.

Uma característica significativa que pode ser percebida nos temas de pesquisa (feita a partir dos temas nos currículos Lattes) é que as pessoas pertencentes às ciências sociais e humanas mencionam “gênero”, “feminismos” ou “estudos de gênero” dentre suas pesquisas, enquanto as de ciências da saúde não – embora trabalhem com parentalidade, sexualidade, saúde da mulher e políticas públicas, entre outros assuntos relacionados ou “pertencentes” aos estudos de gênero. Na análise de autorias mais produtivas por década, o corte adotado foi relativo à quantidade de artigos de cada período: quanto menor o número, mais baixo foi o número de artigos por autoria para delimitar o corte, com exceção do período pré 1970, em que se inclui as duas únicas pessoas.

Tabela 15 - Autorias (grafias) com maior número de artigos por década

		Anos 1970		Anos 1980	
Antes anos 1970		Autoria	#	Autoria	#
Autoria	#				
uchoa, darcy	1	ciari, cyro	8	neira huerta, edelia del pilar	6
coelho, ruy	1	siqueira, arnaldo augusto f. de	6	siqueira, arnaldo augusto f. de laurenti, ruy	6
		almeida, pedro augusto m. de	3	victora, cesar gomes	5
		alvarenga, augusta thereza de	3	tanaka, ana cristina	4
		silva, maria beatriz nizza da	2	buchalla, cássia maria	4
		masur, jandira	2	vaughan, j. p.	3
		silveira, maria helena	2	faundes, anibal eusebio	3
				monteiro, c. a.	3
				barros, fabrizio da costa	3
				benicio, m. h.	3
Anos 1990		Anos 2000		Anos 2010	
Autoria	#	Autoria	#	Autoria	#
faundes, anibal eusebio	23	piccinini, cesar augusto	59	cecatti, jose guilherme	49
cecatti, jose guilherme	15	cecatti, jose guilherme	33	piccinini, cesar augusto	47
hardy, ellen elizabeth	11	duarte, geraldo	32	silva, joseli maria	43
zugaib, marcelo	10	zugaib, marcelo	28	araujo, ednaldo c. de	39
piscitelli, adriana gracia	9	faundes, anibal eusebio	24	souza, joao paulo	38
victora, cesar gomes	8	victora, cesar gomes	23	marcon, sonia silva	36
miyadahira, seizo	7	vieira, mauro luis	22	gomes, nadirlene pereira	36
parker, richard guy	7	schraiber, lilia blima	21	nardi, henrique caetano	36
rago, luzia margareth	7	bastos, francisco inacio	20	alves, valdecyr herdy	35
leite, miriam lifchitz moreira	7	paiva, vera silvia facciolla	20	victora, cesar gomes	33
gomes, william	6	piscitelli, adriana gracia	18	rodrigues, diego pereira	33
kofes, suely	6	meyer, dagmar e. estermann	18	gois, joao bosco hora	33
horta, bernardo lessa	6	camano, luiz	17	costa, angelo brandelli	33
correa, mariza	6	leal, maria do carmo	17	grinsztejn, beatriz g. j.	32
moraes, maria lygia q. de	6	horta, bernardo lessa	17	padoin, stela maris de mello	31
sorj, bila	6	giugliani, elsa regina justo	16	santos, manoel antonio dos	31
costa, claudia de lima	6	miskolci, richard	15	lago, mara coelho de souza	30
parpinelli, mary angela	5	parpinelli, mary angela	15	scorsolini-comin, fabio	30
halpern, ricardo	5	moron, antonio fernandes	14	leal, maria do carmo	28
goldenberg, mirian	5	vieira, elisabeth meloni	14	ribeiro, paula regina costa	27
lavinias, lena	5	fonseca, claudia lee williams	14	schraiber, lilia blima	27

grossi, miriam pillar	5	barros, fernando celso l. f. de	14	alos, anselmo peres	26
heilborn, maria luiza	5	mattar, rosiane	14	oria, monica oliveira batista	26
garcia, marco aurelio	5	heilborn, maria luiza	14	diniz, normelia maria freire	26
soihet, rachel	5	nakano, ana marcia spano	13	nery, inez sampaio	25
almeida, maria doninha de	5	lopes, rita de cassia sobreira	13	matijasevich manitto, alicia	25
bastos, francisco inacio	5	santos, ina da silva dos	13	ornat, marcio jose	25
barros, fernando de	5	bolsoni-silva, alessandra t.	13	gomes, vera lucia de oliveira	24
schechter, mauro	5	marcon, sonia silva	13	koller, silvia helena	24
fonseca, walter	5	adelman, meryl	13	parpinelli, mary angela	24
misago, chizuru	5	pedro, joana maria	12	sousa, maria helena de	23
pereira, belmiro goncalves	5	scochi, carmen gracinda s.	12	faundes, anibal eusebio	23
		gomes, romeu	12	pelloso, sandra marisa	22
		monticelli, marisa	12	wolff, cristina scheibe	22
		monteiro, simone	12	araujo junior, edward	22
		souza, joao paulo	12	fonseca, rosa maria g. s. da	22
		silva, joseli maria	12	meneghel, stela nazareth	22
		koller, silvia helena	12	gomes, romeu	22
		kac, gilberto	12	feres carneiro, terezinha	22

Fonte: Dados da pesquisa.

Como já mencionado, os cinco pesquisadores mais produtivos têm uma carreira consolidada (em termos de produtividade) de longa data e permanecem no “pódio” ao longo do tempo (Marcelo Zugaib não aparece na coluna da década de 2010 em função do recorte, mas está presente nos dados, com 18 artigos no período). Todos já estão entre a elite produtiva desde os anos 1990, e Anibal Faúndes desde os anos 1980. Este é o pesquisador com a carreira mais longínqua, pelo menos se avaliarmos em relação à produtividade de artigos. Já a pesquisadora mulher mais produtiva (considerada toda a produção, ver tabela 13), Joseli Maria Silva, aparece apenas nos anos 2000, demonstrando uma carreira muito mais recente (a grafia da pesquisadora não consta nas décadas anteriores, nem mesmo com produtividade menor). Joseli é também a primeira pesquisadora de ciências sociais e humanas que aparece na listagem, visto que pesquisa geografia humana e cultural, nos ramos da geografia e gênero, geografia política, urbana e planejamento urbano e regional (BRASIL, [s. d.]

As autorias mais produtivas na década de 1970 são pesquisadores aparentemente do mesmo grupo, que trabalham sobre saúde materna e publicam em coautoria, principalmente na Revista de Saúde Pública. Destaca-se Cyro Ciari Junior, o qual não possui currículo na plataforma Lattes, mas, segundo seu obituário, criou o Departamento de Saúde Materno-Infantil da Universidade de São Paulo e contribuiu para a reforma dos cursos de saúde pública (FORATTINI; ALMEIDA, 1979) – o que pode, portanto, ter sido de alguma forma fortalecedor para o vínculo entre estudos de saúde materna e infantil com a saúde pública no Brasil. Neste grupo encontra-se também Augusta Thereza de Alvarenga, formada em ciências sociais e orientada por Ciari Junior no mestrado de saúde

pública da mesma universidade, onde vem a se tornar também docente do Departamento de Saúde Materna. Alvarenga “insere” nominalmente (ou de forma mais explícita) os temas de gênero e sexualidade na sua docência e pesquisa: pesquisa “saúde reprodutiva e saúde sexual, gênero, violência, contracepção, desigualdade social, epistemologia em saúde, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade”.

Na década de 1980 as autorias mais produtivas seguem pesquisando a respeito da maternidade nas ciências da saúde: Edelia Neira Huerta na área de enfermagem, Cesar Victora em pesquisas de maternidade e nutrição, Ruy Laurenti e Cássia Buchalla sobre mortalidade materna, pessoas do grupo de Ciari Junior (Arnaldo Siqueira e Ana Cristina Tanaka), e Anibal Faúndes – que desde essa década pesquisa a respeito da maternidade indesejada, a exemplificar pelos artigos “Commentary on women's reproductive health: means or end?” (FAÚNDES; HARDY; PINOTTI, 1989) e “Unwanted pregnancy: challenges for health policy” (PINOTTI; FAÚNDES, 1989).

As pesquisas até aqui desmonstram como a saúde da mulher ficam ligadas à maternidade, o que Ana Paula Martins (2004) afirma ser essa a condição esperada e permitida à mulher historicamente pelo discurso científico e médico patriarcal, inclusive no Brasil. Tal entendimento é discutido também por Renata Tomaz (2015), que, a partir de revisão teórica dos estudos na intersecção entre mídia e maternidade, demonstra que várias pesquisas brasileiras atribuem também à mídia a construção da identidade feminina focada na maternidade. A autora afirma que foi no final do século XIX no Brasil que o discurso científico passa a exercer papel fundamental na construção do sentido de “ser mãe”, e o faz a partir de dispositivos de mídia voltados para a “educação da mãe”:

[...] os periódicos e os manuais [revistas femininas como “A Família” e “A Mãe de Família”] foram ferramentas fundamentais na disseminação das ideias que iriam construir o imaginário da mãe moderna – forjada não mais na sabedoria das avós, sogras, comadres, vizinhas, parteiras e curandeiras, mas no domínio da ciência, mais especificamente, dos homens da ciência. (TOMAZ, 2015, p, 158).

É interessante também notar que diversas pesquisadoras de estudos de gênero no Brasil, que são autoras de textos bastante citados e utilizados em disciplinas da área, começam a aparecer na década de 1990 – como Adriana Piscitelli, Luzia Margareth Rago, Mariza Correa, Bila Sorj e Richard Parker. Estas pessoas aparecem também entre as autorias mais frequentes nos dois periódicos científicos especializados e pioneiros da área no país (REF e Cadernos Pagu). Adriana Piscitelli, Luzia Rago e Mariza Corrêa são vinculadas à UNICAMP.

Adriana é coautora com Suely Kofes, ambas da Antropologia da UNICAMP, em trabalhos a respeito de gênero e outros marcadores sociais como gênero e raça⁸⁴, diferenças e identidade, igualdades e desigualdades. Ambas publicam na revista de gênero da UNICAMP, *Cadernos Pagu*. Mariza Corrêa faz parte do mesmo departamento, e possui publicações correlatas na mesma revista – como o artigo “Sobre a invenção da mulata” (CORRÊA, 1996) – e em outras de antropologia, enquanto Luzia é do Departamento de História, mas também publica em temáticas paralelas. Bila Sorj e Richard Parker são da UFRJ. Bila pesquisa em sociologia, com ênfase em estudos de gênero, e também possui um trabalho sobre gênero e raça e gênero e classe; enquanto Richard pesquisa em antropologia, em temáticas que igualmente abordam gênero e classe, mas com maior enfoque em sexualidade e cultura sexual.

Outros pesquisadores proeminentes na década de 1990 são principalmente obstetras e/ou da saúde pública, e é interessante que alguns são colaboradores em artigos sobre saúde materna e aborto, como Anibal Faúndes, Ellen Hardy e José Cecatti. Um trabalho de Ellen e Anibal menciona o financiamento da Fundação Ford na pesquisa – “Opinião das mulheres sobre as circunstâncias em que os hospitais deveriam fazer abortos” (OSIS *et al.*, 1994). Marcelo Zugaib, Bernardo Horta e Seizo Miyadahira também têm trabalhos nestas temáticas, porém com enfoque maior para a saúde fetal e mortalidade materna.

Nos anos 2000, muitas autorias mais frequentes publicam sobre gravidez (em enfoque para riscos e doenças) e mortalidade materna: José Cecatti, Geraldo Duarte, Marcelo Zugaib, Cesar Victora e Anibal Faúndes. Estas são as temáticas comuns entre eles, mas as especialidades se modificam, por exemplo Cesar Victora sobre aspectos relacionados à amamentação e serviços de saúde, e Anibal Faúndes têm discussões respeito da percepção do aborto – por exemplos, por homens, por profissionais obstetras, na legislação brasileira e em casos de violência sexual. Violência sexual e aborto, violência de gênero, violência de gênero e saúde pública, ou seja, assuntos correlatos, são tratados num outro âmbito, por Lilia Schraiber e Vera Kalsing. Vera Paiva, Francisco Bastos, Maria Luisa Heilborn e outros tratam da sexualidade e também de HIV/AIDS sob perspectivas das ciências sociais: “Opiniões e atitudes em relação à sexualidade: pesquisa de âmbito nacional, Brasil 2005” (PAIVA, *et al.*, 2008), “Entre negociação e conflito: gênero e coerção sexual em três capitais brasileiras” (CORDEIRO *et al.*, 2009).

⁸⁴ Houve uma edição especial na revista *Cadernos Pagu* sobre gênero e raça, em que foram publicados alguns dos trabalhos encontrados. Contudo, o trabalho de Bila Sorj, por exemplo, foi publicado na REF.

Nesta década também ganham destaque pesquisadores da psicologia, como Cesar Piccinini, Mauro Vieira, Maria Lucia Seidl-de-Moura (que está logo a seguir na listagem), Rita de Cássia Lopes, que falam sobre criação de filhos e desenvolvimento infantil, como nos artigos “Diferenças de gênero no brincar de crianças pré-escolares e escolares na brinquedoteca” (WANDERLIND *et al.*, 2006), “A relação da mãe com suas figuras de apoio femininas e os sentimentos em relação à maternidade” (LOPES; PROCHNOW; PICCININ, 2010).

A partir de 2011, quase todos os temas e as autorias frequentes dos anos 2000 permanecem em destaque, nas questões de gravidez, maternidade, violência sexual, desenvolvimento infantil e outros. A novidade é que são acompanhados por pesquisadores e pesquisadoras novas, em ordem de frequência: a já citada Joseli Maria Silva (pesquisa “interpretação decolonial sobre gênero e sexualidades na produção científica geográfica brasileira”), Ednaldo Araujo (iniquidades sociais, sexualidade e sexo, relações de gênero, prevenção DSTs), Nadirlene Gomes (violência doméstica, conjugal, institucional, relações familiares, marcadores de gênero, raça/etnia, geração e classe), Henrique Nardi (sexualidade e relações de gênero, direitos humanos), Valdecyr Alves (parto e nascimento, aleitamento materno), Angelo Costa (preconceito e atitudes sociais, sexualidade, gênero e HIV/AIDS).

Estas pessoas são vinculadas às áreas de geografia, enfermagem, psicologia e saúde pública, conforme seus currículos Lattes. Isso demonstra que as áreas ou disciplinas das autorias mais frequentes vão se abrindo com o passar dos anos, inclusive abordando temas comuns ou similares com os que eram tratados no início dos estudos de gênero no Brasil. A seguir se passa a uma análise das autorias segundo as grandes áreas do CNPq.

Tabela 16 - Autorias (grafias) mais frequentes por grandes áreas do conhecimento, 1959-2019

Ciências humanas		Ciências da saúde		C sociais aplicadas	
Autoria	#	Autoria	#	Autoria	#
silva, joseli maria	41	cecatti, jose guilherme	96	souza, eloisio moulin de	9
piccinini, cesar augusto	40	faundes, anibal eusebio	74	carrieri, alexandre de padua	8
piscitelli, adriana gracia	38	victora, cesar gomes	66	beuren, ilse maria	6
lago, mara coelho de souza	34	piccinini, cesar augusto	63	bunchaft, maria eugenia	5
miskolci, richard	27	zugaib, marcelo	54	cappelle, monica carvalho a.	5
vieira, mauro luis	25	souza, joao paulo	48	weremuth, maiquel angelo d.	4
araujo, marta maria	25	leal, maria do carmo	46	campos, carmen hein de	4
minella, luzinete simoes	24	marcon, sonia silva	45	pinho, fabio assis	4
nardi, henrique caetano	23	parpinelli, mary angela	43	maia, katy	4
meyer, dagmar e. estermann	24	horta, bernardo lessa	42	alvarenga, maria amalia f. p.	3
grossi, miriam pillar	22	duarte, geraldo	42	menezes-filho, naercio	3
carvalho, marilia pinto de	22	araujo, ednaldo c. de	42	rodrigues, edwirges elaine	3
rohden, fabiola	21	schraiber, lilia blima	42	diniz, ana paula rodrigues	3
wolff, cristina scheibe	20	barros, fernando celso l.f. de	36	fiuza-moura, flavio kauê	3
fonseca, claudia lee williams	20	gomes, nadirlene pereira	35	ferraz, carolina valenca	3
pontes, heloisa	19	bastos, francisco inacio	35	moreira, adilson jose	3
costa, claudia de lima	19	gomes, romeu	35	cardin, valeria silva galdino	3

assim como Ana Cristina Ostermann, que pesquisa linguagem e gênero e sociolinguística interacional, e Lúcia Osana Zolin, pesquisadora de literatura de autoria feminina, publicando em veículos da área de letras, mas também em periódicos multidisciplinares.

Em ciências da saúde, chama a atenção o fato de muitos homens serem as pessoas com maior proeminência em termos de produtividade e até de colaborações em pesquisa e que seus temas de pesquisa estejam relacionados à saúde da mulher. As questões relacionadas às dificuldades da mulher na carreira científica já foram brevemente discutidos aqui⁸⁵. O que não foi ainda discutido é como o conhecimento científico a respeito da saúde e do corpo da mulher já serviu (e ainda serve) às relações desiguais entre os gêneros: a partir da medicina e do discurso científico, médicos e cientistas adquirem (e disputam) um conhecimento antes restrito às próprias mulheres. Ana Martins fala a este respeito no seu livro “Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX” de 2004, que faz um recorte para a ciência brasileira. Nele a historiadora relata como práticas e discursos da ciência na saúde da mulher entraram no âmbito do saber-poder, nas relações de dominação e controle sobre a mulher, especialmente a partir do século XIX com o surgimento da ginecologia e da obstetrícia (MARTINS, 2004).

A ciência brasileira pode apresentar resquícios ou até a permanência destes cenários, mesmo na área que busca discutir justamente essas questões. O pesquisador mais proeminente no Brasil em relação a uma das pautas feministas e tópico dos estudos de gênero, por exemplo, é o médico Alberto Faúndes, especialista em saúde da mulher e defensor do direito ao aborto.

6.3 Colaboração entre pessoas: *clusters*

A primeira análise de colaboração entre autorias buscou verificar a ligação entre as autoras e os autores com maior número de artigos publicados em estudos de gênero durante todo o período da pesquisa. A análise contou com 103 pessoas com mais artigos no período, limite de análise possível com o *software* utilizado, o VOSViewer. O método de força de associação (*association strength*) foi o adotado para normalização da análise. A

⁸⁵ Da educação que não as prepara para certas carreiras, da maior exigência para atingir determinados postos em relação ao que é exigido ao pesquisador homem, do menor reconhecimento ao longo da história da ciência e até mesmo hoje (evidenciado na quantidade de bolsas, pagamentos, prêmios e outras formas de reconhecimento), da menor disponibilidade de tempo em função das exigências feitas à mulher em outros âmbitos da sua vida, etc.

numeração dos *clusters* é dada pelo *software* ordenando-os por tamanho (sendo o número um o maior). As cores representam cada um dos *clusters* identificados e são aleatórias, usadas para diferenciar os grupos entre si, mas as ligações entre grupos mesclam suas cores. Foram identificados 21 grupos de colaboração (*clusters*), conforme figura a seguir.

Figura 22 - Clusters de colaboração entre as autorias mais produtivas em estudos de gênero no Brasil, 1959-2019, n=103 pessoas



Fonte: Dados da pesquisa.

O tamanho dos pontos (também chamados nós ou objetos nesse tipo de análise) indica o peso relativo à quantidade de publicações da pessoa, e a espessura das linhas que ligam os pontos indica a frequência de colaborações (quanto mais espessa a linha, maior a quantidade de colaborações em coautoria). A distância entre os pontos demonstra a força de relação entre eles. Quanto mais perto, maior a relação, quanto mais distante, menor – o que vale inclusive para similaridades ou diferenças entre dois pontos em relação a um terceiro ponto no mapa (VAN ECK; WALTMAN, 2007). Das 103 pessoas, 67 possuem colaboração significativa com as outras pessoas mais produtivas em publicação de artigos

(conforme quadro 11), mas na figura 22 são apresentados todos os *clusters*, inclusive os que ficam sem ligação com os demais.

O VOSviewer não permite salvar o arquivo num formato passível de leitura online, é necessário estar com o programa aberto para se possibilitar aumentar ou diminuir o “mapa” a fim de se visualizar todos os grupos. O programa permite apenas cópia das imagens na tela, então a exposição de uma análise pormenorizada de cada grupo, com pessoas com número de artigos muito diferentes, demanda muitas dessas imagens. Em função disso, a análise detalhada foi alocada para uma subseção a seguir, onde são identificados cada um dos 21 *clusters*, inclusive dos não visíveis na figura 22. Nela são identificadas as pessoas que compõem os 21 grupos assim como seus temas de pesquisa. A subseção pode ser “pulada” caso não seja do interesse do leitor ou da leitora um detalhamento maior do que o que se apresenta nos parágrafos a seguir.

Em resumo, o que pode ser mencionado sem ser necessário maior detalhamento, é que é possível identificar tópicos de pesquisa comuns entre as pessoas que compõem cada grupo, em paralelo com cooperação efetuada por proximidade institucional e/ou geográfica (embora este último fator seja mais forte quando se analisa todas as coautorias, não apenas entre as pessoas mais produtivas). Os maiores grupos ficam caracterizados com as seguintes temáticas – e localização ou instituição, para alguns casos:

- a) antropologia, feminismos e gênero (*cluster* com maior número de pessoas, o vermelho);
- b) HIV/AIDS;
- c) enfermagem obstétrica e saúde reprodutiva, com pessoas principalmente da UFCE e USP;
- d) epidemiologia materno-infantil, autorias vinculadas a instituições do interior do RS;
- e) gênero, sexualidade e saúde reprodutiva da mulher, criança e adolescente, em abordagens da enfermagem obstétrica e de saúde pública;
- f) saúde materno-infantil e medicina fetal em abordagens da pediatria e obstetria, autorias vinculadas à USP e UNIFESP;
- g) psicologia do desenvolvimento e parentalidade;
- h) gênero e sexualidade, direitos, em Porto Alegre;
- i) mortalidade materna, saúde da mulher, epidemiologia em tocoginecologia em São Paulo;
- j) saúde pública, saúde da mulher, parto e nascimento.

Os grupos menores são constituídos por pessoas que compartilham temáticas mais específicas, ou até mesmo seus locais de formação, como é o caso do grupo com pessoas que fizeram sua graduação na UFSM, doutorado na UFRJ e pesquisam em comum a enfermagem em saúde pública, saúde da família e violência de gênero. São *clusters* de duas ou três pessoas e faz-se necessário lembrar estes agrupamentos são apenas *entre* as grafias com maior quantidade de artigos identificados, ou seja, não quer dizer que não colaborem com outras pessoas ou em outras temáticas. Os temas dos demais grupos são:

- a) violências de gênero (doméstica, conjugal) e gestão em enfermagem;
- b) enfermagem em saúde da família, da criança e da mulher;
- c) saúde materna e fetal durante a gestação, com pessoas de instituições sediadas em São Paulo, capital;
- d) pediatria e crescimento humano;
- e) geografia, sexualidades e gênero, autoras da UEPG;
- f) política social e economia nas relações de gênero, autorias da UFF;
- g) saúde mental, ansiedade e fobia social, avaliação e tratamento psicológicos, de instituições do interior de SP;
- h) saúde, corpo e sexualidade em antropologia e sociologia;
- i) educação e gênero com autorias da UFRGS;
- j) e enfermagem em saúde do bebê e da criança, com pessoas da USP de Ribeirão Preto.

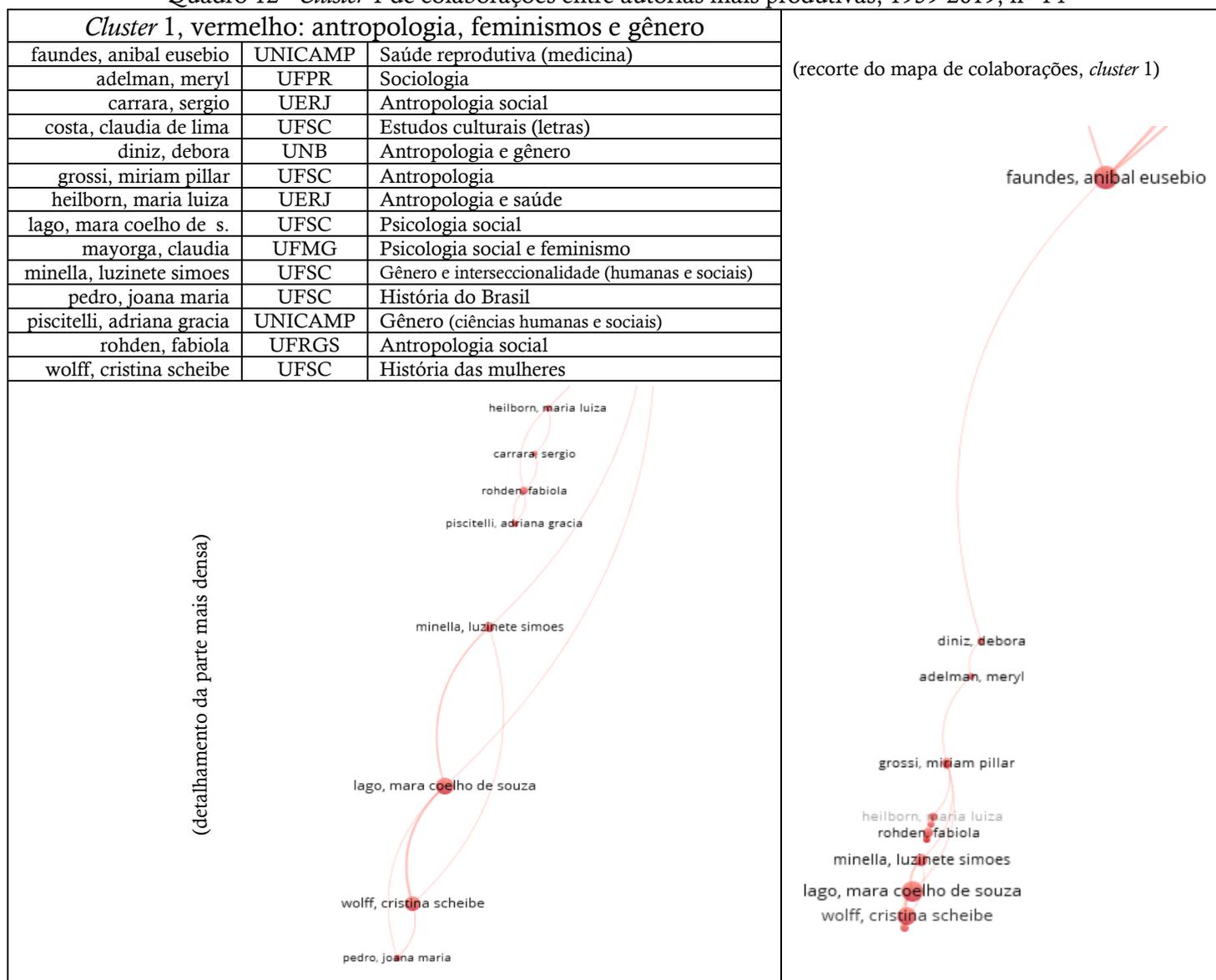
A seguir é apresentada a análise pormenorizada e, na subseção após, uma breve análise por décadas.

6.3.1 Colaboração entre pessoas: análise pormenorizada dos *clusters*

A análise das colaboração de pesquisa formalizadas através da coautoria de artigos parte do princípio de que as redes de conexão informais podem ser, em algum nível, vislumbradas através dessas coautorias e de que são capazes de ilustrar tópicos de pesquisa importantes. A investigação se limita às coautorias *entre* as pessoas identificadas como as mais frequentes em artigos de EGB segundo os dados da presente pesquisa. Através do mapa de colaborações (figura 22) se pode verificar que várias pessoas (e grupos) ficam nas margens da figura, sem conexões com as demais (a imagem padrão deste tipo de figura é uma esfera). Isso não significa que não publicaram trabalhos com colaboração, mas sim

que não a possuem com outros grupos ou pessoas dentro do recorte analisado – pessoas com mais artigos em EGB. Dois grupos ficam mais ao centro, indicando que possuem mais colaborações com os demais – os *clusters* 4, amarelo, e 9, violeta.

O *cluster* de maior tamanho é o vermelho, com 14 pessoas, composto majoritariamente por mulheres (apenas dois homens) das ciências humanas ou sociais (antropologia, história, letras, psicologia social, sociologia e ciências sociais). Apenas um pesquisador, Anibal Faúndes, é ligado à área de medicina, mas suas pesquisas se ligam com as dos demais componentes do grupo na temática de direitos (sexuais e reprodutivos) das mulheres, aborto e violência sexual. As temáticas de pesquisa deste grupo giram em torno dos feminismos e gênero nomeadamente, ou seja, as pesquisadoras indicam estudos de gênero ou os feminismos como seus temas de pesquisa. Os temas principais são: teoria feminista, feminismos, representações e relações de gênero, antropologia do corpo, sexualidade, saúde reprodutiva, direitos humanos e saúde, direitos humanos e violência, gênero, homossexualidade, teorias pós e decoloniais, história das mulheres, políticas públicas sobre gênero e diversidades, entre outros.

Quadro 12 - *Cluster 1* de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=14

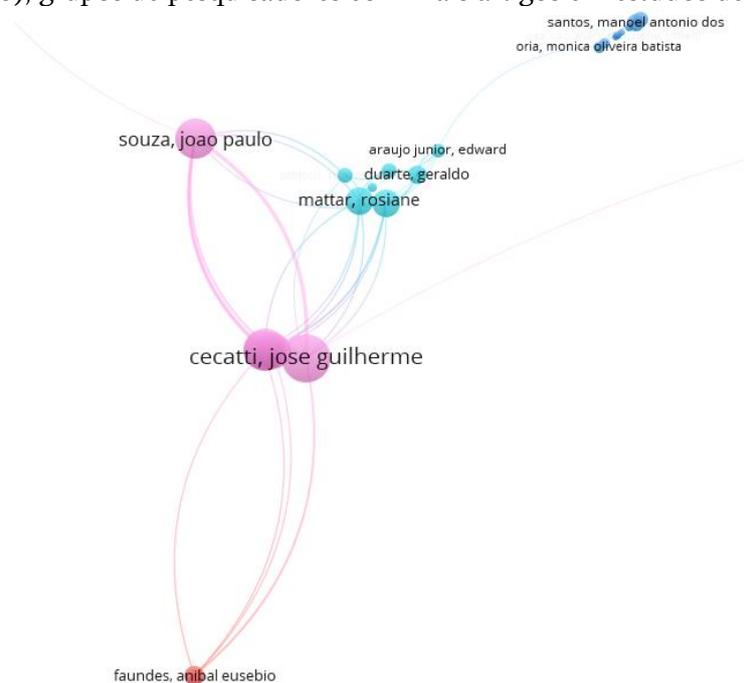
Fonte: Dados da pesquisa.

Há cinco pesquisadoras da UFSC, duas da UERJ e da UNICAMP, e uma da UNB, UFMG, UFPR e UFRGS, uma maioria de pessoas vinculadas a universidades públicas do sul do Brasil, mas também do sudeste e distrito federal. O pesquisador da área de medicina, Anibal Faundes é o com maior quantidade de publicações e que possui mais ligações do grupo, porém estas ligações estão mais ligadas ao *cluster* violeta, composto por pessoas das ciências da saúde. A pessoa com mais ligações com os demais componentes do *cluster* vermelho é Mara Lago. O quadro 12 mostra a imagem do grupo mais detalhada e seus componentes.

O *cluster* violeta, que possui ligação com o vermelho através do autor mencionado, é o que possui autorias com maior número de publicações (por isso são ilustrados em pontos maiores). Este grupo concentra pesquisadores e pesquisadoras da medicina

especializados em ginecologia e obstetrícia, com uma pesquisadora da bioestatística, Maria Helena de Sousa, que foi orientada por outro pesquisador do grupo, José Cecatti. Os cinco membros do grupo são de instituições de ensino de São Paulo, ligados a departamentos de medicina de suas instituições – três são da UNICAMP, um da USP e a bioestatística é da Faculdade de Medicina de Jundiaí (FMJ). Todos possuem doutorado em tocoginecologia e pesquisam em áreas que perpassam essa especialidade médica. Os temas de pesquisa giram em torno principalmente da gestação e saúde materna, com tópicos que envolvem mortalidade materna e doenças relacionadas à gestação.

Figura 23 - Conexões entre os *clusters* 1 (vermelho), 9 (violeta), 6 (azul claro) e 3 (azul mais escuro), grupos de pesquisadores com mais artigos em estudos de gênero



Fonte: Dados da pesquisa.

Como é possível verificar pela imagem que ilustra o *cluster* violeta em suas conexões com outros *clusters*, o pesquisador mais distinto entre os demais desse grupo é João Souza, que se vincula também a outros grupos. A análise de seus tópicos de pesquisa evidencia o porquê: o autor pesquisa a mortalidade materna mas volta-se mais para a questão social relacionada a ela, no “processo saúde-doença” e no “desenvolvimento de políticas públicas que favoreçam a saúde e o bem-estar de forma social e ecologicamente sustentável” (BRASIL, [s. d.]). O quadro a seguir indica as pessoas que compõem o grupo e detalha a parte mais densa dele (excluindo para isso a ponta em que aparece o pesquisador João Paulo Souza, visível na figura anterior).

Quadro 13 - *Cluster 9* de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=5
Cluster 9, violeta: mortalidade materna, saúde da mulher, epidemiologia em
 tocoginecologia em São Paulo

cecatti, jose guilherme	UNICAMP	Obstetrícia, epidemiologia
parpinelli, mary angela	UNICAMP	Tocoginecologia
sousa, maria helena de	FMJ	Epidemiologia e estatística
souza, joao paulo	USP	Medicina social e tocoginecologia
surita, fernanda g. c.	UNICAMP	Tocoginecologia

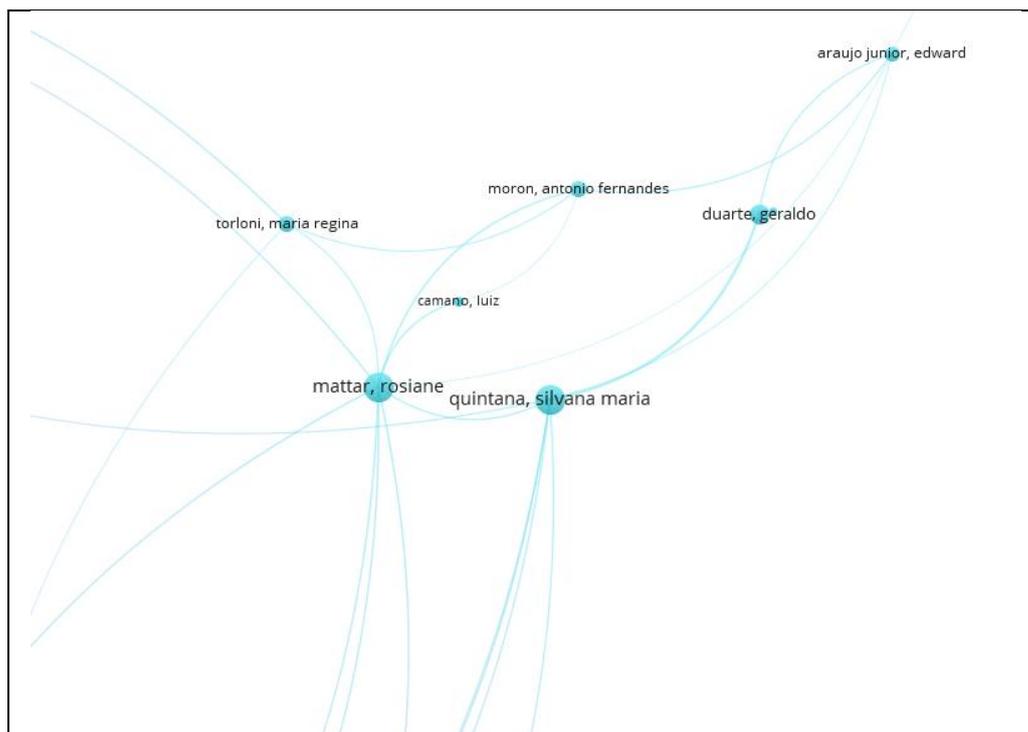
(detalhamento da parte mais densa do cluster)

Observação: o círculo do lado esquerdo de Mary A. Papinelli é Maria Helena de Sousa, nome visível com *zoom*.

O *cluster* violeta é o que possui mais ligações com os demais grupos, provavelmente em função da área de pesquisa, que pode demandar, dependendo da investigação, grande quantidade de dados empíricos (coleta e manipulação), insumos e tecnologia de laboratório. O grupo 6, em azul claro na figura anterior, é o que mais colabora e o que mais se assemelha com o 9, tendo ligações com todas as pessoas deste grupo. Além disso, o grupo possui bastante coautoria entre si, como é possível perceber na imagem em detalhe a seguir. A única que não fica visível na imagem é Maria Linhares, que se liga apenas a Geraldo Duarte (aparece atrás dele no *software*).

Quadro 14 - *Cluster 6* de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=8
Cluster 6, azul claro: saúde materno-infantil e medicina fetal em
 abordagens da pediatria e obstetrícia, USP e UNIFESP

araujo junior, edward	UNIFESP	Obstetrícia
camano, luiz	UNIFESP	Obstetrícia
duarte, geraldo	USP	Obstetrícia e ginecologia
linhares, maria beatriz m.	USP	Psicologia pediátrica
mattar, rosiane	UNIFESP	Obstetrícia
moron, antonio fernandes	UNIFESP	Obstetrícia
quintana, silvana maria	USP	Ginecologia e obstetrícia
torloni, maria regina	UNIFESP	Obstetrícia



Fonte: Dados da pesquisa.

Maria Linhares é também a única autora que não é diretamente ligada à área de medicina, mas atua na psicologia pediátrica. Todos os demais membros são da medicina e com especialização na ginecologia e obstetrícia, assim como o grupo anterior, e todos pertencem à USP ou à UNIFESP. Os temas também se assemelham ao grupo 9, porém parece haver um maior enfoque na saúde do feto e na saúde infantil relacionada à gestação com tópicos como transmissão vertical (mãe-bebê) de doenças, medicina fetal, gestação de risco, desenvolvimento fetal e infantil, saúde materna e perinatal.

O outro grupo visível na figura 23 com conexões é o 3, com conexões com o 6 é composto de nove pessoas, cinco da UFCE e quatro da USP. As áreas de pesquisa são enfermagem e psicologia, no escopo da enfermagem obstétrica, neonatal e de saúde pública, psicologia clínica e sexualidade humana. Os temas também remetem à promoção da saúde nessas áreas, focando na saúde reprodutiva, sexual e da família (incluindo adoção, parentalidade e conjugalidade e aleitamento materno). Na imagem a autora que não aparece é Ana Pinheiro, com link exclusivo com Marli Galvão.

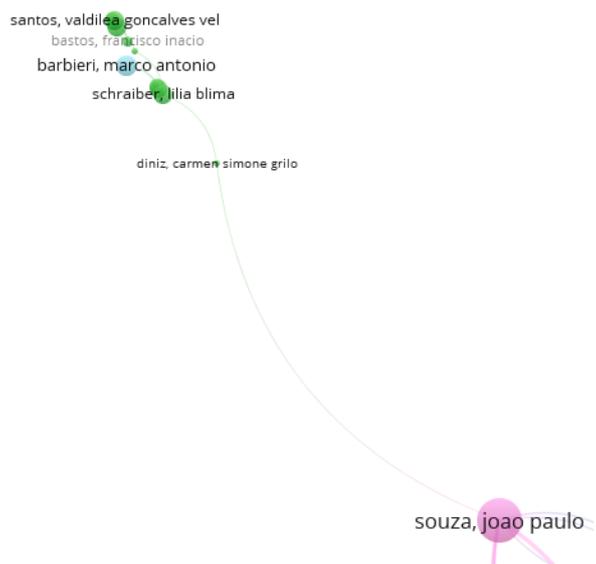
Quadro 15 - *Cluster 3* de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=9

<i>Cluster 3, azul: enfermagem obstétrica e saúde reprodutiva, UFCE e USP</i>		
cardoso, maria vera lucia m. leitao	UFCE	Enfermagem neonatal
galvao, marli teresinha gimeniz	UFCE	Enfermagem e saúde pública
nakano, ana marcia spano	USP	Enfermagem obstétrica
oria, monica oliveira batista	UFCE	Enfermagem de saúde pública
pinheiro, ana karina bezerra	UFCE	Enfermagem obstétrica
santos, manóel antonio dos	USP	Psicologia clínica
scorsolini-comin, fabio	USP	Psicologia e saúde
vieira, elisabeth meloni	USP	Medicina e sexualidade humana
ximenes, lorena barbosa	UFCE	Enfermagem de saúde pública

Fonte: Dados da pesquisa.

O segundo maior *cluster* em número de pessoas é o *cluster 2*, em verde escuro, no canto superior esquerdo da figura com todos os grupos. É um grupo mais heterogêneo, em que os membros estão mais distantes uns dos outros (por possuírem um padrão de colaborações distinto aos demais ou mais ligados a outros grupos). A imagem a seguir mostra a ligação do grupo com os outros (*cluster 6*, violeta, e *cluster 15*, azul anil).

Figura 24 - Ligações do *cluster 2*, verde, com os 15 e 6



Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 16 - *Cluster 2* de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=10

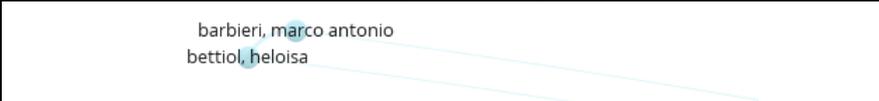
<i>Cluster 2</i> , verde: HIV/AIDS		
bastos, francisco inacio	FIOCRUZ	Saúde pública e coletiva
diniz, carmen simone grilo	USP	Medicina preventiva em saúde materno-infantil
falcao, marcia thereza couto	USP	Ciências sociais e saúde
gomes, romeu	FIOCRUZ	Sexualidade
grinsztejn, beatriz gilda jegerhorn	FIOCRUZ	Epidemiologia
meneghel, stela nazareth	UFRGS	Enfermagem e saúde coletiva
paiva, vera silvia facciolla	USP	Psicologia social
santos, valdilea g. veloso dos	FIOCRUZ	Infectologia
schechter, mauro	UFRJ	Imunologia
schraiber, lilia blima	USP	Saúde pública

Fonte: Dados da pesquisa.

Os membros são de instituições principalmente do Rio de Janeiro (FIOCRUZ e UFRJ), mas também de São Paulo (USP) e Porto Alegre (UFRGS). A temática comum é a síndrome da imunodeficiência adquirida e o HIV, envolvendo abordagem médica/epidemiológica, de saúde coletiva e pública, prevenção, direitos sexuais e reprodutivos, gênero e interseccionalidade. Além do grupo 5, o *cluster* 6 se liga com o 15, formado por duas pessoas da pediatria da USP de Ribeirão Preto, que trabalham exatamente com as mesmas temáticas: “Crescimento humano, epidemiologia perinatal, mortalidade infantil e origem desenvolvimentista da saúde e da doença.” (BRASIL, [s. d.]). Ambos possuem conexão com uma pessoa do grupo verde, a pesquisadora Lília Blima Schraiber.

Quadro 17 - *Cluster* 15 de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=2

<i>Cluster</i> 15, azul anil: pediatria e crescimento humano		
barbieri, marco antonio	USP	Pediatria
bettiol, heloisa	USP	Pediatria



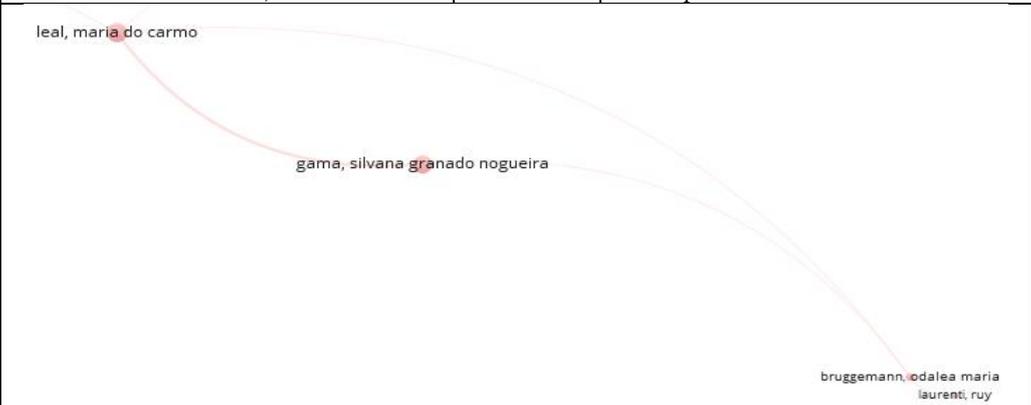
O diagrama de rede mostra dois nós representando os autores barbieri, marco antonio e bettiol, heloisa. Uma linha azul conecta os dois nós, indicando uma colaboração entre eles.

Fonte: Dados da pesquisa.

Indo em direção ao centro do mapa, o último conjunto com quem o grupo violeta possui colaboração é o 10, através da autora Maria do Carmo Leal, a única visível no mapa maior, sem o *zoom*. É composto por quatro pessoas, duas da FIOCRUZ, uma da USP e a outra da UFSC. Todas pesquisam em saúde pública relacionada à saúde da mulher. Os tópicos são: parto e nascimento, saúde materna e epidemiologia.

Quadro 18 - *Cluster* 10 de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=4

<i>Cluster</i> 10, alizarina: saúde pública, saúde da mulher, parto e nascimento		
bruggemann, odalea maria	UFSC	Enfermagem obstétrica
gama, silvana granado nogueira da	FIOCRUZ	Saúde coletiva e pública
laurenti, ruy	USP	Saúde pública e epidemiologia
leal, maria do carmo	FIOCRUZ	Saúde pública



O diagrama de rede mostra três nós representando os autores leal, maria do carmo, gama, silvana granado nogueira e bruggemann, odalea maria. Linhas alaranjadas conectam os nós, indicando colaborações entre eles.

Fonte: Dados da pesquisa.

O grupo 10 se liga com o amarelo, grupo 4, que por sua vez se liga com o 7, de cor laranja. O grupo amarelo é um dos mais visíveis no mapa, em função de seu tamanho e da quantidade de publicações de seus componentes. É o único grupo com mais pesquisadores homens do que mulheres (a maioria possui mais mulheres, dois grupos têm a mesma quantidade e um é composto exclusivamente por dois homens). As pessoas são, em sua maior parte, de instituições universitárias do interior do Rio Grande do Sul (UFPEL, UCPEL, FURG e FEEVALE), além de PUCRS, UFRGS e USP, e três pessoas estão ligadas a duas universidades, conforme o quadro a seguir. A maior parte dos pesquisadores provêm da medicina e se dedicam à epidemiologia. A exceção é Marlene Strey, que se dedica à psicologia social e é a única do *cluster* sem bolsa de produtividade CNPq no momento da coleta dos dados, o que demonstra por um lado o estágio de carreira deste grupo de pesquisadores e pesquisadoras e, por outro, possível retrato das já constatadas desigualdades na distribuição desse tipo de bolsa no país, em relação ao gênero da pessoa pesquisadora e em relação à sua área de pesquisa (LETA, 2003; OLIVEIRA, A., 2018).

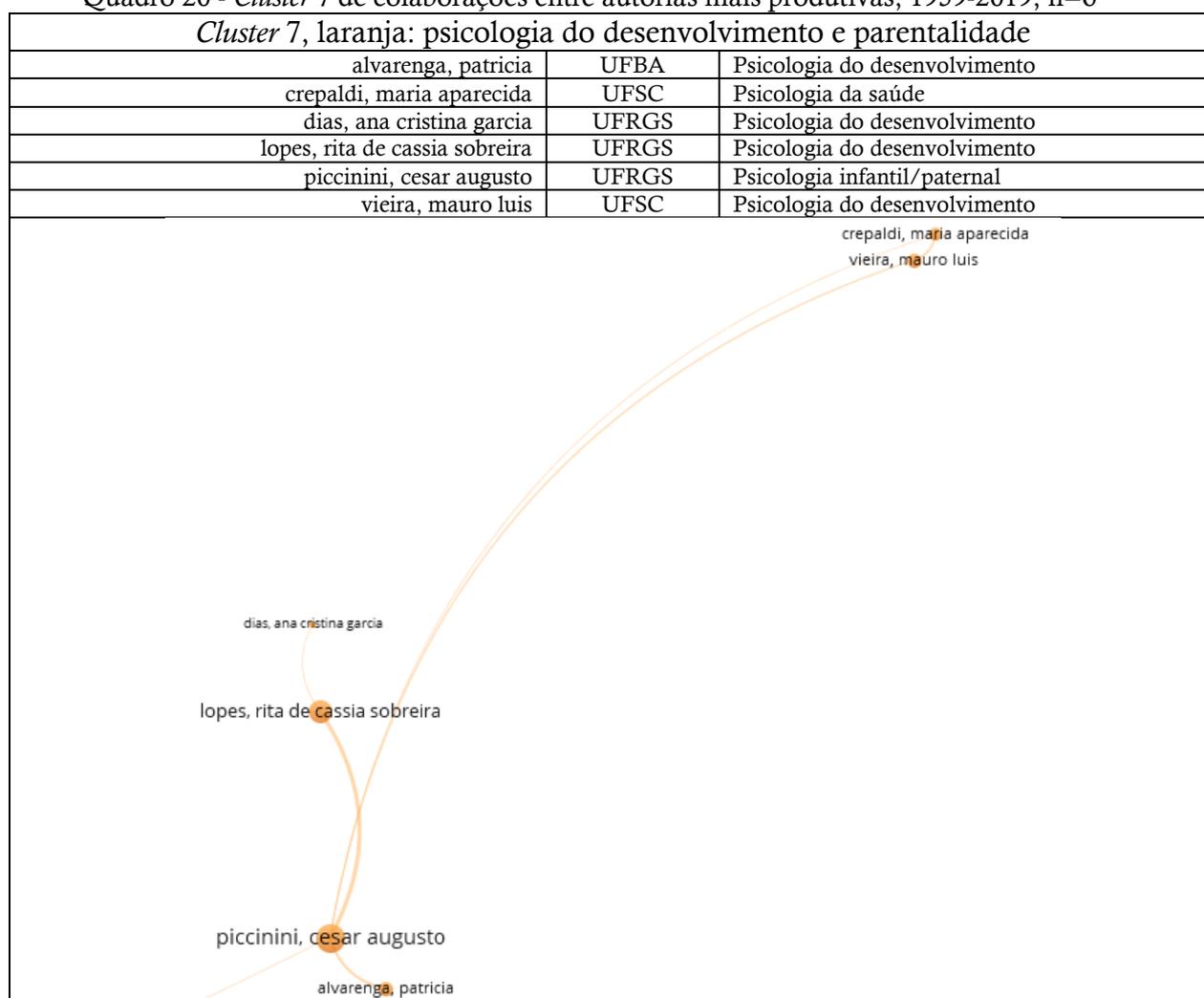
Quadro 19 - *Cluster* 4 de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=9

<i>Cluster</i> 4, amarelo: epidemiologia materno-infantil no interior do RS		
barros, aluisio jardim dornellas de	UFPEL e USP	Epidemiologia
barros, fernando celso l. f.	UCPEL e UFPEL	Epidemiologia materno-infantil
cesar, juraci almeida	FURG	Epidemiologia
giugliani, elsa regina justo	UFRGS	Pediatria e saúde materno-infantil
horta, bernardo lessa	UFPEL	Epidemiologia materno-infantil
matijasevich manitto, alicia	USP	Epidemiologia
santos, ina da silva dos	UFPEL	Epidemiologia e saúde coletiva
strey, marlene neves	PUCRS e FEEVALE	Psicologia social
victora, cesar gomes	UFPEL	Nutrição e saúde materno-infantil

Fonte: Dados da pesquisa.

Saúde materno-infantil, saúde da criança, equidade e igualdade em saúde, desigualdades sociais em saúde, epidemiologia e estudos do ciclo vital, gênero e mulher estão entre os temas de pesquisa. Temas os quais se têm interface com os do grupo 7, o laranja, formado por pesquisadoras de psicologia da UFRGS (três pessoas), UFSC (duas) e UFBA (uma pesquisadora). Todas lidam com psicologia da saúde e do desenvolvimento, nos seguintes tópicos: desenvolvimento socioemocional infantil, interação pais-bebê e na infância, parentalidade, relações familiares, saúde psicológica do adolescente e jovem. Cesar Augusto Piccinini é o pesquisador que mantém colaboração com o grupo 4, amarelo.

Quadro 20 - Cluster 7 de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=6

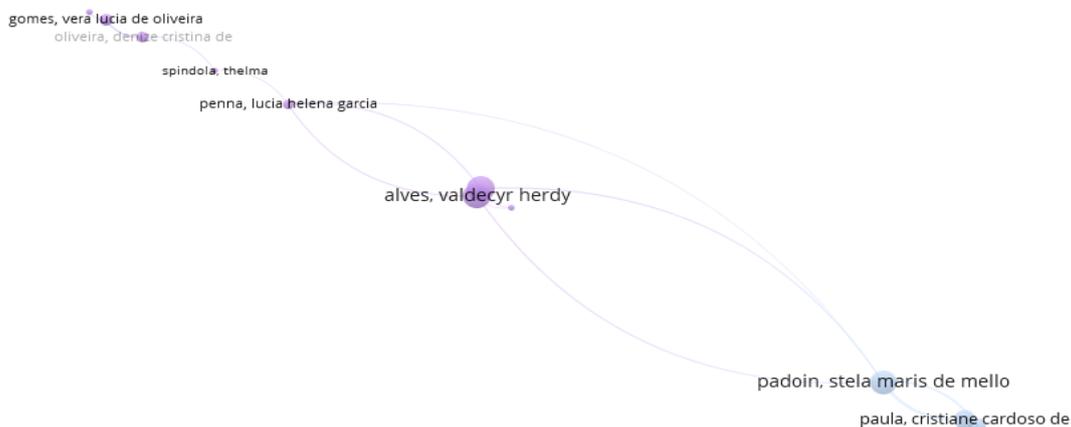


Fonte: Dados da pesquisa.

Dois *clusters* mantêm colaboração entre si, mas não com os demais grupos: o 5, lilás, e o 12, de cor celeste. Os dois são compostos por pessoas atuantes na enfermagem em saúde pública e obstétrica. O 5 é composto por pesquisadoras do Rio de Janeiro (capital e Niterói, através da UERJ, UFRJ e UFF) mas também do interior do Rio Grande do Sul

(Rio Grande e Pelotas, FURG e UFPEL). Um pesquisador atua também na UFPA, em Belém. O tema em comum deste grupo é a saúde da mulher, criança e adolescente incluindo sexualidade, gênero e saúde reprodutiva, nas abordagens da enfermagem obstétrica e de saúde pública.

Figura 25 - Conexões entre os *clusters* 5 e 12, de autorias mais produtivas em EGB, 1959-2019



Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 21 - *Cluster* 5 de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=8

<i>Cluster</i> 5, lilás: gênero, sexualidade e saúde reprodutiva da mulher, criança e adolescente, em abordagens da enfermagem obstétrica e de saúde pública		
alves, valdecyr herdy	UFF	Enfermagem e obstetria
gomes, vera lucia de oliveira	FURG	Enfermagem e sexualidade
oliveira, denize cristina de	UERJ	Enfermagem e saúde pública
penna, lucia helena garcia	UERJ	Enfermagem obstétrica
rodrigues, diego pereira	UFPA e UFF	Enfermagem obstétrica
silva, leila rangel da	UFRJ	Enfermagem e obstetria
soares, marilu correa	UFPEL	Enfermagem em saúde pública
spindola, thelma	UERJ	Enfermagem obstétrica

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dois grupos se conectam através das parecerias estabelecidas por Stela Padoin, da UFSM, Santa Maria (interior do RS). Stela, assim como as outras duas pesquisadoras do seu *cluster*, trabalha com questões de saúde pública na enfermagem, incluindo temas como atenção primária em saúde, saúde da família, HIV/AIDS, violência de gênero e saúde da mulher. É interessante também que as três pesquisadoras fizeram graduação e doutorado na mesma instituição: enfermagem na UFSM e doutorado na Escola de Enfermagem Anna Nery da UFRJ.

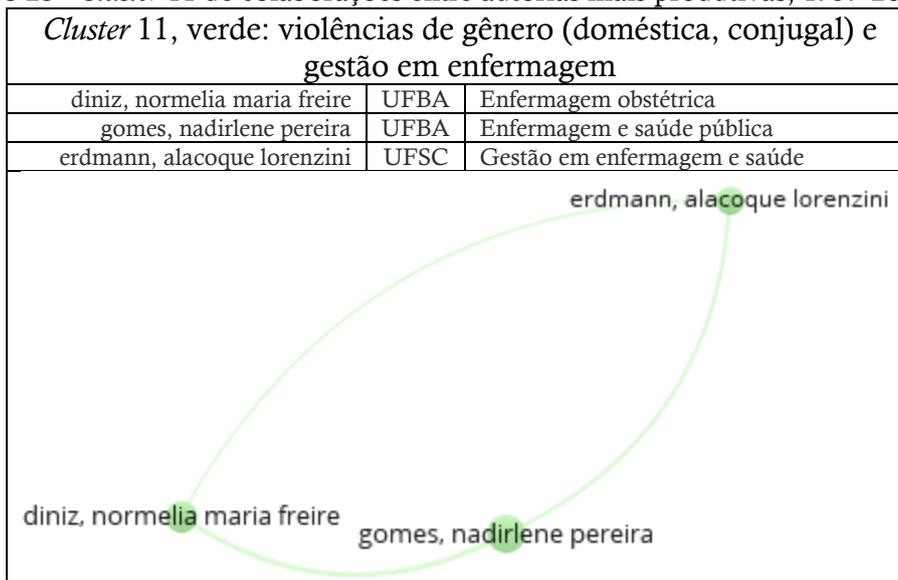
Quadro 22 - *Cluster 12* de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=3

<i>Cluster 12</i> , azul celeste: enfermagem em saúde pública, saúde da família, violência de gênero, graduação UFSM, doutorado UFRJ		
padoin, stela maris de mello	UFSM	Enfermagem e saúde pública
paula, cristiane cardoso de vieira, letícia becker	UFSM	Enfermagem pediátrica
	UFRGS	Enfermagem em saúde da mulher

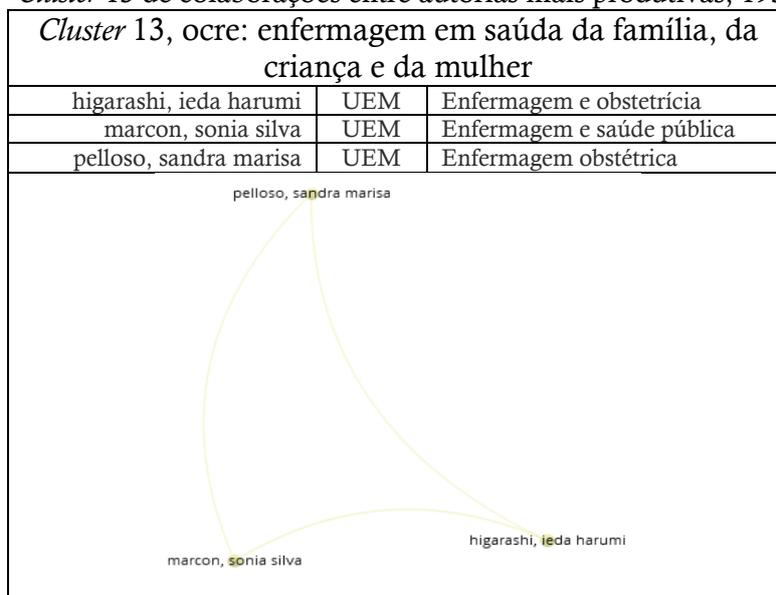
Fonte: Dados da pesquisa.

Os demais *clusters* do mapa não possuem colaboração entre grupos, mas são formados por duas ou mais pessoas que estão entre as com maior produção de artigos e que colaboram entre si.⁸⁶ Mais três grupos são de pesquisadoras da área de enfermagem: o 11, 13 e 21. O 11, de cor verde, é formado por duas pesquisadoras da UFBA de enfermagem que pesquisam as várias violências de gênero contra a mulher, como a violência doméstica, conjugal e institucional, considerando também tópicos de interseccionalidade (raça e etnia, gerações), e a pesquisadora Alacoque Ermam, da UFSC, que além de violência conjugal também se dedica a temas de gestão em enfermagem e de filosofia e ética em saúde.

⁸⁶ Alguns deles são tão pequenos que nem mesmo com a aproximação no software ficam bem visíveis, como o 21, relatado a seguir.

Quadro 23 - *Cluster* 11 de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=3

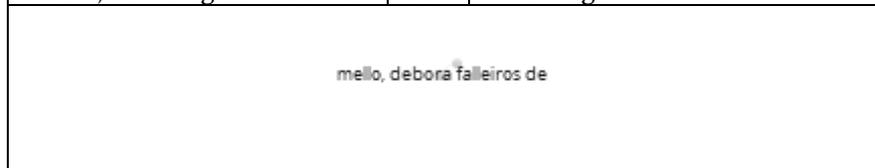
O *cluster* 13, cor ocre, é composto por pesquisadoras de enfermagem da Universidade Estadual de Maringá no Paraná e têm como temas em comum as questões de enfermagem voltadas para a família, criança e da mulher. Já o 21 é um grupo menor, de duas pessoas, ambas pesquisadoras da USP de Ribeirão Preto e voltadas para a pesquisa em enfermagem em saúde do bebê e da criança. A medicina tem também um *cluster* que não possui colaboração significativa com os demais e é menor que os outros, formado por duas pessoas de instituições de São Paulo, capital, da UNIFESP e USP. Roseli Nomura e Marcelo Zugaib pesquisam em comum questões relacionadas à saúde materna e fetal na gestação.

Quadro 24 - *Cluster* 13 de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=3

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 25 - *Cluster 21* de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=2

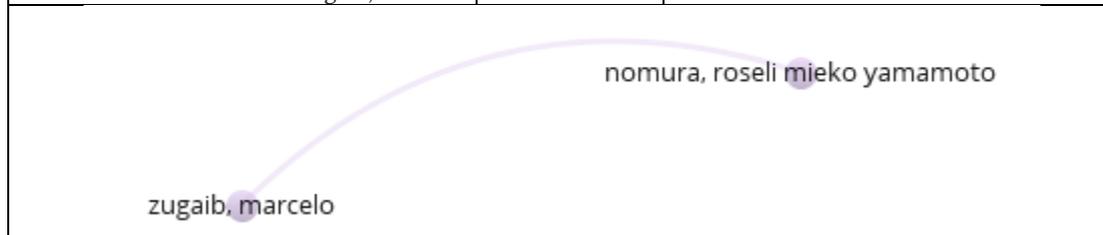
<i>Cluster 21</i> , cinza: enfermagem em saúde do bebê e da criança, USP de Ribeirão Preto		
mello, debora falleiros de	USP	Enfermagem em saúde da criança
scochi, carmen gracinda silvan	USP	Enfermagem neonatal



Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 26 - *Cluster 14* de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=2

<i>Cluster 14</i> , lavanda: saúde materna e fetal durante a gestação, São Paulo, SP		
nomura, roseli mieko yamamoto	UNIFESP	Medicina, obstetria e direito
zugaib, marcelo	USP	Obstetria

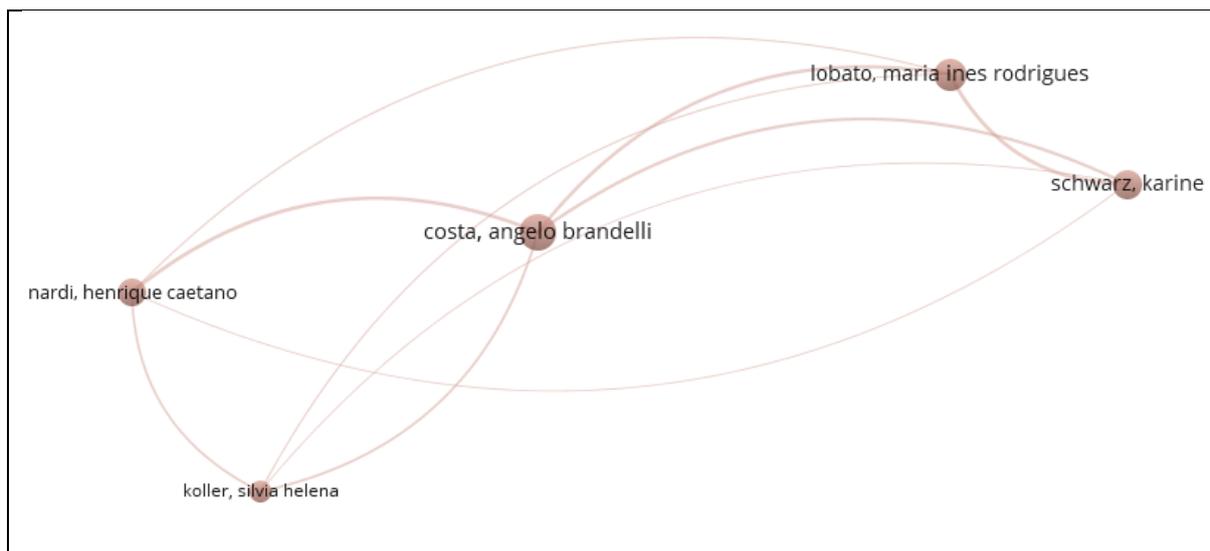


Fonte: Dados da pesquisa.

Os componentes do *cluster 8* colaboram bastante entre eles, como é possível verificar na imagem a seguir. Possui cinco pessoas, dois homens e três mulheres, atuantes nas áreas de psicologia e psiquiatria (uma formada em fonoaudiologia mas colabora ativamente com este grupo) e todos de Porto Alegre (vinculados à UFRGS e PUCRS). Os temas de pesquisa abordam questões de gênero e sexualidade (incluindo HIV/AIDS, disforia de gênero) e direitos sociais (direitos humanos e direitos da criança e do adolescente). O pesquisador Henrique Nardi, que faz parte do grupo, é o coordenador do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX) e do Centro de Referência em Direitos Humanos: relações de gênero, diversidade sexual e raça (CRDH).

Quadro 27 - *Cluster 8* de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=5

<i>Cluster 8</i> , marrom: gênero e sexualidade, direitos, em Porto Alegre		
costa, angelo brandelli	PUCRS	Psicologia social
koller, silvia helena	UFRGS	Psicologia do desenvolvimento
lobato, maria ines rodrigues	UFRGS (HCPA)	Psiquiatria clínica
nardi, henrique caetano	UFRGS	Psicologia social, sexualidade
schwarz, karine	UFRGS	Saúde coletiva



Fonte: Dados da pesquisa.

O grupo 18 também é composto por pesquisadoras de psicologia, ambas voltadas para a psicologia clínica e atuantes em instituições do interior de São Paulo (Bauru, na UNESP, e na USP de Ribeirão Preto). Saúde mental, ansiedade e fobia social, avaliação e tratamento psicológicos são seus temas em comum. Os demais *clusters* são todos grupos pequenos, de duas pessoas cada, compostos por pesquisadoras e pesquisadores das ciências humanas ou sociais, campos do conhecimento em que a colaboração costuma ser menor quando comparada às ciências da saúde ou disciplinas que exigem uso de grandes laboratórios ou tecnologia

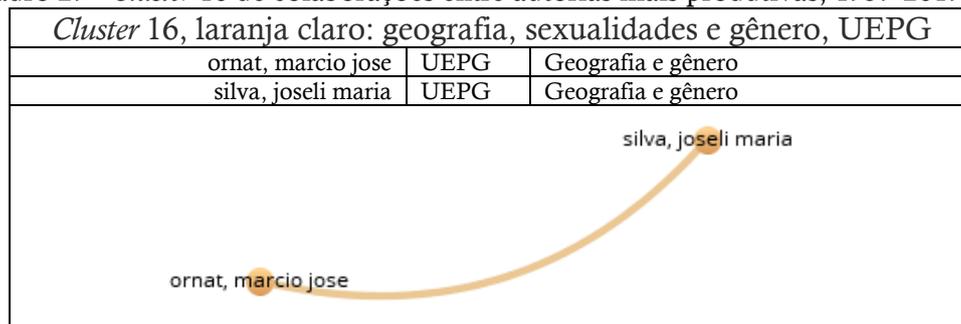
Quadro 28 - *Cluster* 18 de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=2

Cluster 18, púrpura: saúde mental, ansiedade e fobia social, avaliação e tratamento psicológicos, interior de SP		
bolsoni-silva, alessandra turini	UNESP	Psicologia clínica
loureiro, sonia regina	USP	Psicologia clínica e hospitalar

Fonte: Dados da pesquisa.

O grupo 16 é composto por duas pessoas da mesma instituição e da mesma disciplina do conhecimento: José Ornat e Joseli Silva pesquisam geografia e gênero na UEPG, em Ponta Grossa. Trabalham com especialidades, gênero e sexualidades incluindo interpretação decolonial. Joseli é também a primeira pesquisadora mulher e de ciências sociais e humanas no *ranking* de produtividade das grafias que assinam estudos de gênero no Brasil.

Quadro 29 - Cluster 16 de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=2



Fonte: Dados da pesquisa.

O grupo 17 é composto pelo primeiro pesquisador negro a figurar no ranking mencionado, João Gois, e por Hildete Melo, que fez parte da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) do governo federal. Ambos são da UFF, em Niterói, e trabalham com questões sociais e políticas no escopo do gênero – Hildete incluindo história das mulheres e da economia brasileira, João nas pesquisas de relações raciais e gênero.

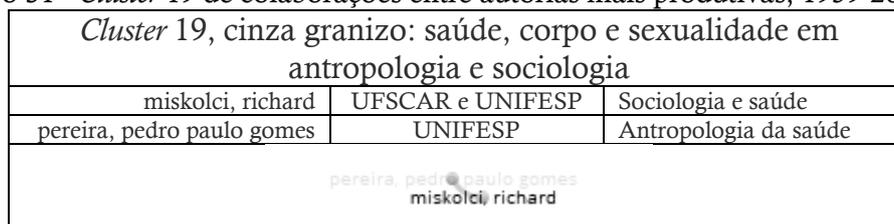
Quadro 30 - Cluster 17 de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=2



Fonte: Dados da pesquisa.

O grupo 19 é o único composto exclusivamente por homens, ambos atuantes na UNIFESP e em abordagens de saúde de duas áreas das ciências sociais: antropologia e sociologia. Estudos de gênero e sexualidade, saúde e corpo são seus tópicos de pesquisa em comum. A ligação entre ambos é uma das mais fracas, por isso quase invisível no mapa, mesmo com aproximação máxima.

Quadro 31 - Cluster 19 de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=2



Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 32 - *Cluster 20* de colaborações entre autorias mais produtivas, 1959-2019, n=2

<i>Cluster 20, cinza névoa: educação e gênero, UFRGS</i>		
goellner, silvana vilodre	UFRGS	Educação física e gênero
meyer, dagmar elisabeth estermann	UFRGS	Educação e saúde
meyer, dagmar elisabeth estermann		

Fonte: Dados da pesquisa.

Silvana Goellner e Dagmar Meyer formam o último *cluster*. Ambas são da área de educação e vinculadas à UFRGS. Ambas trabalham com gênero e educação, Silvana na área de educação física, em tópicos como história do corpo e da educação física e esportes, e Dagmar na intersecção entre educação e saúde, além de estudos culturais. Dagmar Meyer é integrante-fundadora do GEERGE.

6.3.2 Colaboração entre pessoas: *clusters* por décadas

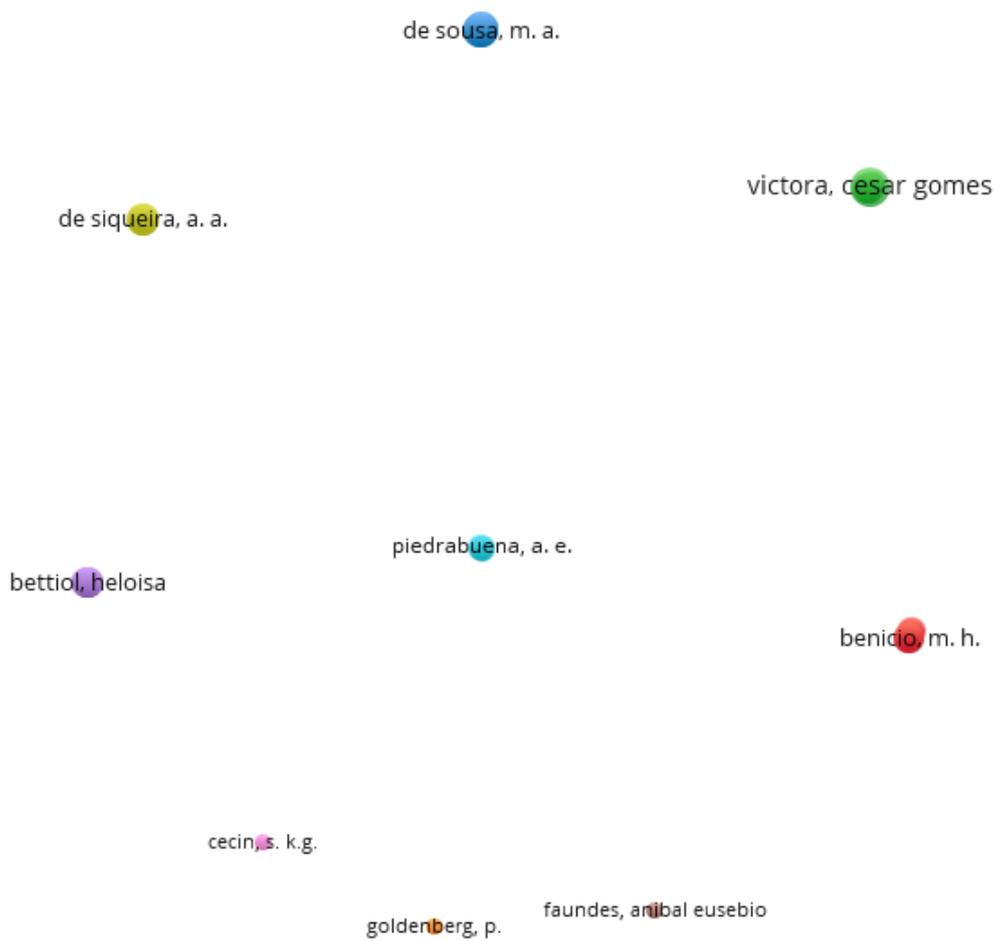
Uma análise das colaborações entre pessoas a partir de cada uma das décadas foi feita para se verificar o volume de colaborações ao longo do tempo. Para as décadas de 1970 e 1980 foram selecionadas as pessoas com pelo menos duas publicações, para os anos 1990 autorias com pelo menos três, anos 2000, sete publicações, e anos 2010, mínimo de 10, seguindo assim uma proporção entre a quantidade de publicações da década e frequência mínima para análise dos *clusters*. Nos anos 1970, a quantidade pequena de publicações (e conseqüentemente, de pessoas publicando) resulta em autorias com pelo menos duas publicações sendo também as que publicaram alguma vez em coautoria com as outras pessoas. São dois *clusters* de pessoas conectadas entre si.

Figura 26 - *Clusters* de colaboração entre as autorias com mais artigos em EGB, década 1970



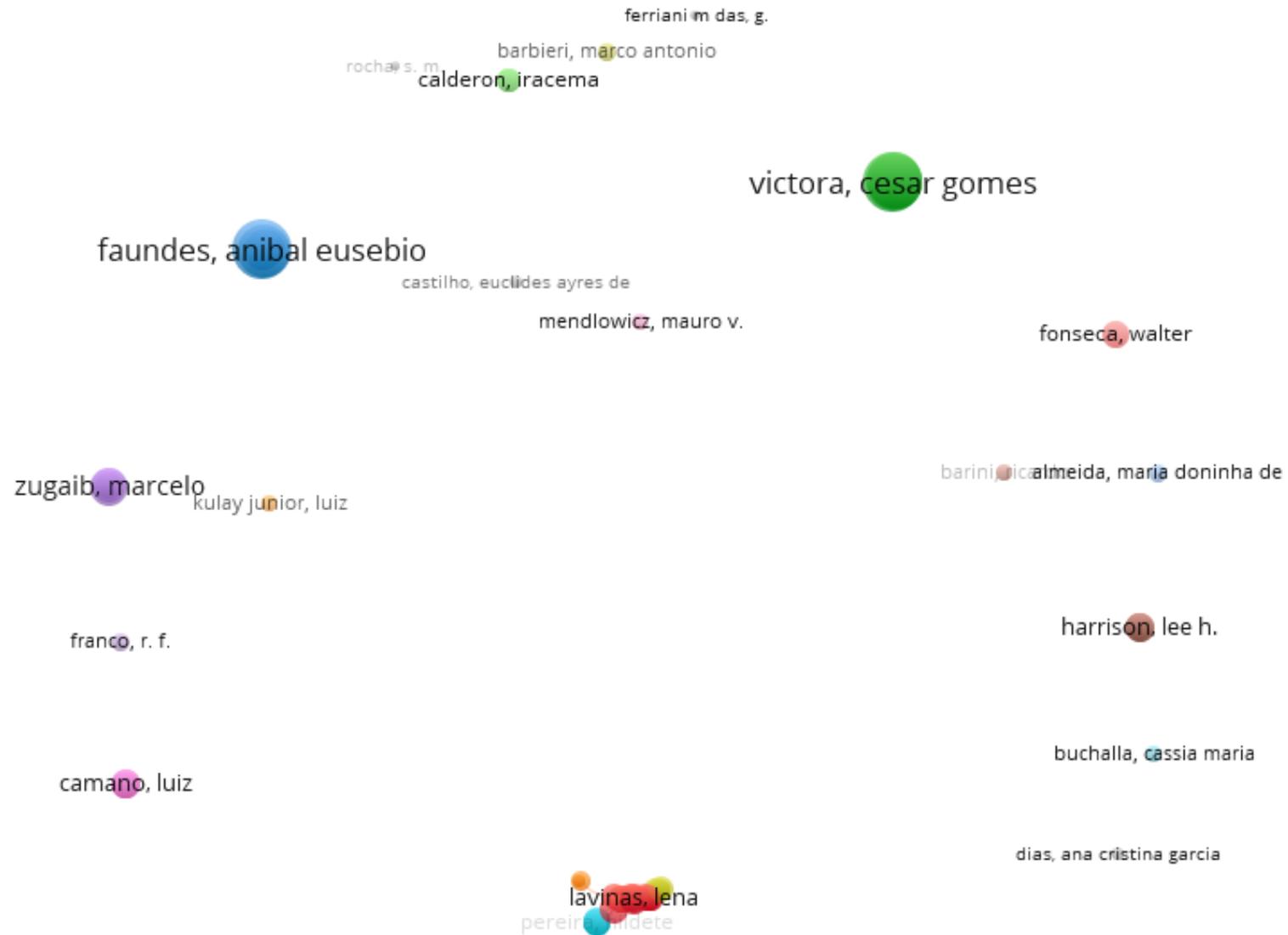
Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 27 - *Clusters* de colaboração entre as autorias com mais artigos em EGB, década 1980



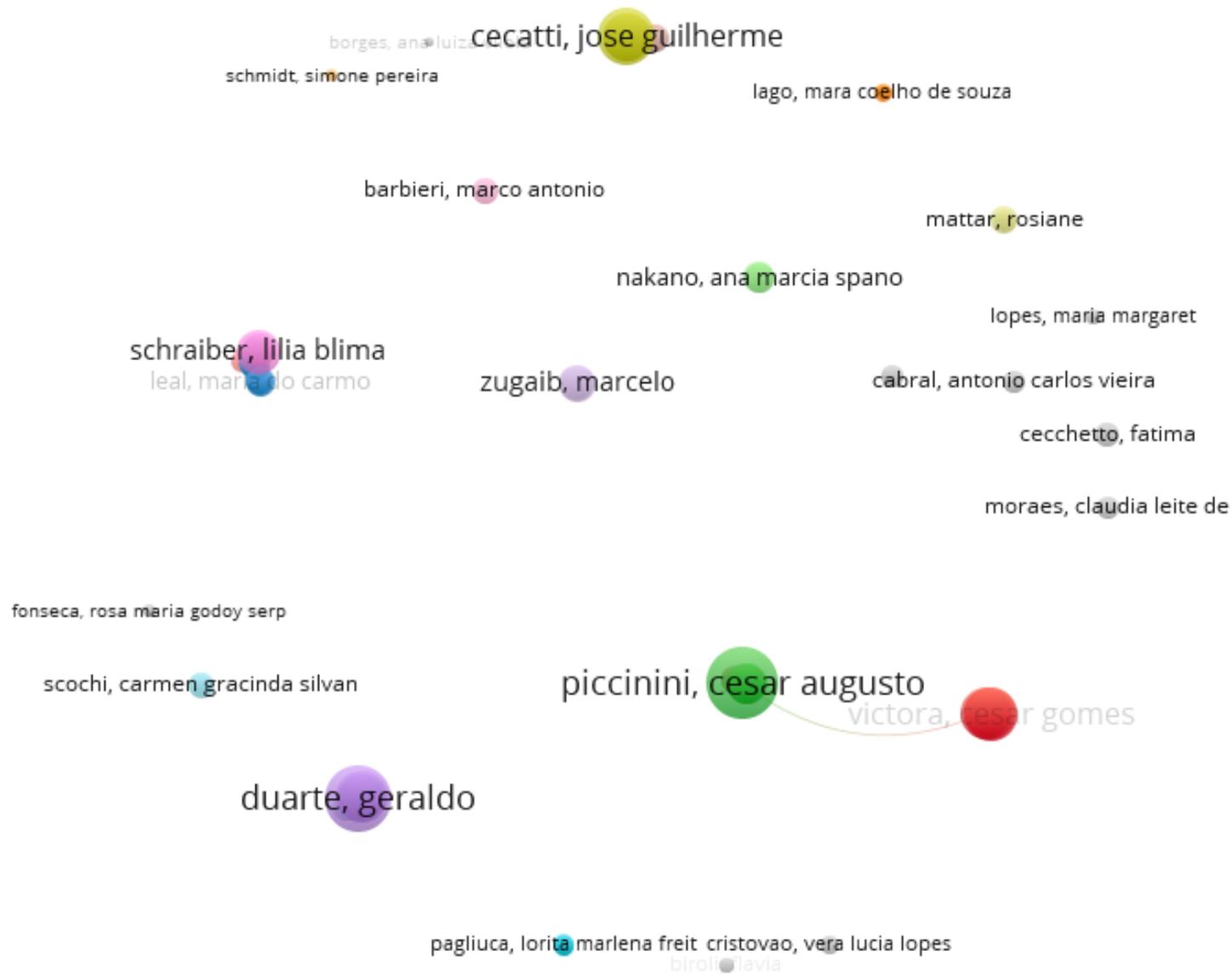
Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 28 - *Clusters* de colaboração entre as autorias com mais artigos em EGB, década 1990



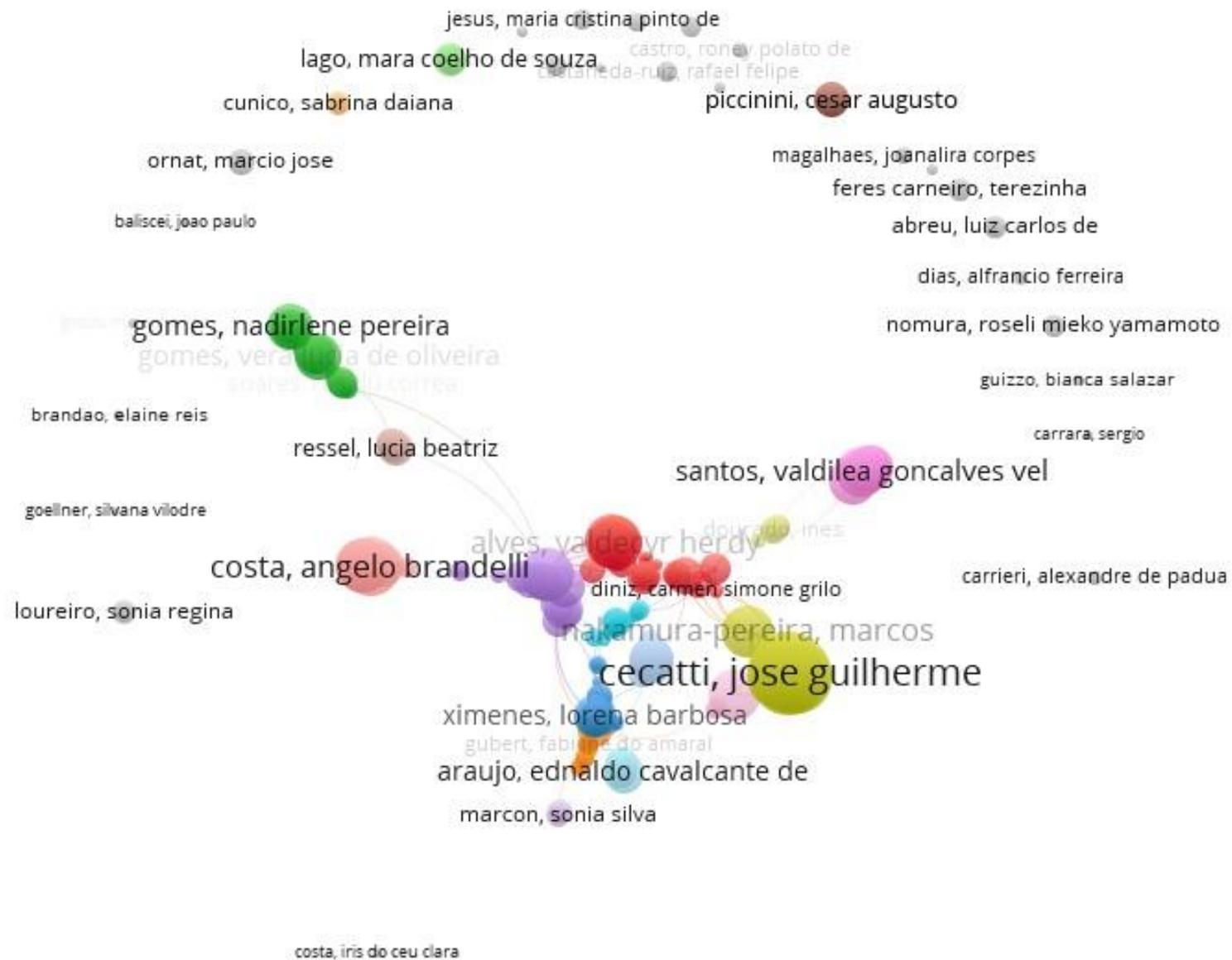
Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 29 - *Clusters* de colaboração entre as autorias com mais artigos em EGB, década 2000



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 30 - *Clusters* de colaboração entre as autorias com mais artigos em EGB, década 2010



Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dos anos 1980, com o aumento de publicações, o número de pessoas aumenta e surgem vários grupos independentes, sem colaboração entre si. Nos anos 1990 aumenta ainda mais o número de grupos e passa a haver diferenças mais evidentes na frequência de publicações entre as autorias. Também se nota a aproximação, colaboração entre grupos de pessoas distintos, vislumbradas através da proximidade *versus* distância entre os *clusters*.

Nos anos 2000 surgem mais grupos de autorias, mas a frequência de parcerias entre eles ainda não é significativa, o que muda na década de 2010, quando as ligações entre grupos ficam mais evidentes (vide *links* visíveis sem aproximação da imagem). Contudo uma característica permanece desde os anos 1980: a existência de grupos de autoras e autores que não estabelecem coautoria.

No capítulo subsequente se investiga a colaboração em um nível maior, entre instituições às quais as autoras e autores estão vinculados no momento da publicação de seus artigos.

7 INSTITUIÇÕES DE PESQUISA: AUTORIA NÍVEL MESO

As instituições de pesquisa são agentes relevantes no campo científico, especialmente desde a institucionalização da ciência. São as instituições de pesquisa, em primeira instância, que dão o aporte necessário à pesquisa para seus colaboradores e colaboradoras, e que garantem o reconhecimento desses indivíduos como pesquisadores. As características da instituição de vínculo também acabam por influir nas perspectivas e oportunidades de investigação das pesquisadoras. Neste cenário, entre as características relevantes estão a localização da instituição (cidade, estado, região do Brasil ou estrangeira), a tipologia administrativa (pública ou privada, instituição de ensino ou exclusivamente de pesquisa) e as colaborações que estabelecem com outras instituições. A fim de verificar essas características e como elas repercutem na pesquisa brasileira em estudos de gênero, se analisa as instituições mais importantes considerando-se todo o conjunto de dados, e depois verifica-se as mudanças ao longo das décadas. A colaboração entre as instituições (nacionais e estrangeiras, entre regiões) também são analisadas em algumas dessas perspectivas.

7.1 Instituições de pesquisa

Cerca de 1141 instituições diferentes assinam os artigos de estudos de gênero brasileiros, entre instituições brasileiras e colaboradoras estrangeiras. A tabela a seguir mostra o nome das instituições mais produtivas recuperadas, ordenadas por número de artigos e a seguir, alfabeticamente. O corte foi feito para elencar principalmente instituições brasileiras – a partir de sete artigos, começam a ser raras. Para as entidades nacionais foi indicada a cidade, estado e região onde se localizam, enquanto para as estrangeiras foi elencada a cidade e o país (em itálico, para diferenciar das brasileiras). Na coluna Siglas BR foram indicadas as siglas de todas as instituições nacionais (já utilizadas ou mencionadas pela primeira vez, a fim de facilitar a discussão nesta sessão). Para as estrangeiras, foram indicadas apenas daquelas que são muito conhecidas por suas siglas. O nome das instituições estrangeiras, assim como de suas cidades, foi mantido no idioma de origem, com exceção das que não utilizam alfabeto latino, as quais foram denominadas em inglês.

Tabela 17 - Instituições que publicaram mais artigos de estudos de gênero brasileiros, 1959-2019

Instituição	#	%	Tipo	Sigla BR	Local	Região
Universidade de São Paulo	3713	11,75	UPEst	USP	São Paulo, SP	Sudeste
Universidade Federal de Santa Catarina	1824	5,77	UPFed	UFSC	Florianópolis, SC	Sul
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1805	5,71	UPFed	UFRGS	Porto Alegre, RS	Sul
Universidade Estadual de Campinas	1691	5,35	UPEst	UNICAMP	Campinas, SP	Sudeste
Universidade Federal de Minas Gerais	1488	4,71	UPFed	UFMG	Belo Horizonte, MG	Sudeste
Universidade Federal do Rio de Janeiro	1446	4,58	UPFed	UFRJ	Rio de Janeiro, RJ	Sudeste
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	1276	4,04	UPEst	UERJ	Rio de Janeiro, RJ	Sudeste
Univ. Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	1181	3,74	UPEst	UNESP	São Paulo, SP	Sudeste
Universidade Federal da Bahia	1015	3,21	UPFed	UFBA	Salvador, BA	Nordeste
Universidade de Brasília	1014	3,21	UPFed	UNB	Brasília, DF	Centro-Oeste
Universidade Federal Fluminense	909	2,88	UPFed	UFF	Niterói, RJ	Sudeste
Fundação Oswaldo Cruz	874	2,77	OPFed	FIOCRUZ	Rio de Janeiro, RJ	Sudeste
Universidade Federal de São Paulo	862	2,73	UPFed	UNIFESP	São Paulo, SP	Sudeste
Universidade Federal de Pernambuco	800	2,53	UPFed	UFPE	Recife, PE	Nordeste
Universidade Federal do Paraná	746	2,36	UPFed	UFPR	Curitiba, PR	Sul
Universidade Federal da Paraíba	737	2,33	UPFed	UFPB	João Pessoa, PB	Nordeste
Universidade Federal de Santa Maria	699	2,21	UPFed	UFSM	Santa Maria, RS	Sul
Universidade Federal do Ceará	687	2,17	UPFed	UFCE	Fortaleza, CE	Nordeste
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	668	2,11	UPFed	UFRN	Natal, RN	Nordeste
Universidade Federal de Goiás	587	1,86	UPFed	UFG	Goiânia, GO	Centro-Oeste
Universidade Estadual de Maringá	556	1,76	UPEst	UEM	Maringá, PR	Sul
Universidade Federal de Pelotas	530	1,68	UPFed	UFPEL	Pelotas, RS	Sul
Universidade Federal de São Carlos	503	1,59	UPFed	UFSCAR	São Carlos, SP	Sudeste
Universidade Estadual de Londrina	497	1,57	UPEst	UEL	Londrina, PR	Sul
Pontifícia Univ. Católica do Rio Grande do Sul	453	1,43	UPri	PUC-RS	Porto Alegre, RS	Sul
Universidade Federal do Espírito Santo	400	1,27	UPFed	UFES	Vitória, ES	Sudeste
Universidade Federal do Rio Grande	381	1,21	UPFed	FURG	Rio Grande, RS	Sul
Universidade Federal do Pará	371	1,17	UPFed	UFPA	Belém, PA	Norte
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	362	1,15	UPri	UNISINOS	São Leopoldo, RS	Sul
Universidade do Estado de Santa Catarina	324	1,03	UPEst	UDESC	Florianópolis, SC	Sul
Universidade Federal do Maranhão	321	1,02	UPFed	UFMA	São Luís, MA	Nordeste
Universidade Federal de Juiz de Fora	311	0,98	UPFed	UFJF	Juiz de Fora, MG	Sudeste
Universidade Federal de Mato Grosso	310	0,98	UPFed	UFMT	Cuiabá, MT	Centro-Oeste
Universidade Federal de Uberlândia	309	0,98	UPFed	UFU	Uberlândia, MG	Sudeste
Universidade Federal de Sergipe	290	0,92	UPFed	UFS	São Cristóvão, SE	Nordeste
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	283	0,90	UPri	PUC-SP	São Paulo, SP	Sudeste
Universidade Federal do Piauí	282	0,89	UPFed	UFPI	Teresina, PI	Nordeste
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	271	0,86	UPFed	UFMS	Campo Grande, MS	Centro-Oeste
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	269	0,85	UPri	PUC-MG	Belo Horizonte, MG	Sudeste
Pontifícia Univ. Católica do Rio de Janeiro	264	0,84	UPri	PUC-RJ	Rio de Janeiro, RJ	Sudeste
Universidade Estadual de Ponta Grossa	262	0,83	UPEst	UEPG	Ponta Grossa, PR	Sul
Universidade Luterana do Brasil	246	0,78	UPri	ULBRA	Canoas, RS	Sul
Universidade Federal de Alagoas	219	0,69	UPFed	UFAL	Maceió, AL	Nordeste
Universidade de Fortaleza	215	0,68	UPri	UNIFOR	Fortaleza, CE	Nordeste
Universidade Estadual do Ceará	212	0,67	UPEst	UECE	Fortaleza, CE	Nordeste
Universidade Federal de Viçosa	203	0,64	UPFed	UFV	Viçosa, MG	Sudeste
Conselho Nac. Desenv. Científico e Tecnológico	170	0,54	OPFed	CNPq	Brasília, DF	Centro-Oeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	170	0,54	UPEst	UNIOESTE	Cascavel, PR	Sul
Universidade Estadual do Centro-Oeste	160	0,51	UPEst	UNICENTRO	Guarapuava, PR	Sul
Universidade Estadual de Montes Claros	154	0,49	UPEst	UNIMONTES	Montes Claros, MG	Sudeste
Universidade Federal de Campina Grande	154	0,49	UPFed	UFCG	Campina Grande, PB	Nordeste
Universidade Federal do Amazonas	150	0,47	UPFed	UFAM	Manaus, AM	Norte
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	144	0,46	UPFed	UFRRJ	Seropédica, RJ	Sudeste
Universidade de Pernambuco	137	0,43	UPEst	UPE	Recife, PE	Nordeste
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	133	0,42	UPEst	UESB	Candeias, BA	Nordeste
Universidade Estadual da Paraíba	130	0,41	UPEst	UEPB	Campina Grande, PB	Nordeste

Univ. Federal do Estado do Rio de Janeiro	128	0,41	UPFed	UNIRIO	Rio de Janeiro, RJ	Sudeste
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	122	0,39	UPFed	UFTM	Uberaba, MG	Sudeste
University of California	122	0,39	UAdv	-	Oakland, EUA	-
Universidade Metodista de São Paulo	120	0,38	UPri	UMESP	São Bernardo do Campo, SP	Sudeste
Universidade Federal Tecnológica do Paraná	119	0,38	UPFed	UTFPR	Curitiba, PR	Sul
World Health Organization (WHO)	119	0,38	OAdv	-	Geneva, Suíça	-
Universidade Presbiteriana Mackenzie	116	0,37	UPri	Mackenzie	São Paulo, SP	Sudeste
Universidade Federal de São João del Rei	115	0,36	UPFed	UFSJ	São João del-Rei, MG	Sudeste
Universidade Federal do Tocantins	114	0,36	UPFed	UFT	Palmas, TO	Norte
Universidade Católica de Brasília	108	0,34	UPri	UCB	Brasília, DF	Centro-Oeste
Universidade Federal Rural de Pernambuco	108	0,34	UPFed	UFRPE	Recife, PE	Nordeste
Universidade Estadual de Feira de Santana	106	0,34	UPEst	UEFS	Novo Horizonte, BA	Nordeste
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	101	0,32	UPri	PUC-Campinas	Campinas, SP	Sudeste
Universidade de Caxias do Sul	101	0,32	UPri	UCS	Caxias do Sul, RS	Sul
Pontifícia Universidade Católica do Paraná	99	0,31	UPri	PUC-PR	Curitiba, PR	Sul
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	95	0,30	UPEst	UERN	Açu, RN	Nordeste
Universidade Estadual de Goiás	89	0,28	UPEst	UEG	Anápolis, GO	Centro-Oeste
Universidade Federal de Ouro Preto	85	0,27	UPFed	UFOP	Ouro Preto, MG	Sudeste
Universidade Tiradentes	80	0,25	UPri	UNIT	Aracaju, SE	Nordeste
Universidade Federal de Lavras	79	0,25	UPFed	UFLA	Lavras, MG	Sudeste
Universidade Feevale	76	0,24	UPri	FEEVALE	Novo Hamburgo, RS	Sul
Universidade Católica de Pernambuco	72	0,23	UPri	UNICAP	Recife, PE	Nordeste
Universidade de Santa Cruz do Sul	68	0,22	UPMu	UNISC	Santa Cruz do Sul, RS	Sul
Universidade de Franca	67	0,21	UPri	UNIFRAN	Franca, SP	Sudeste
Universidade do Sul de Santa Catarina	67	0,21	UPMu	UNISUL	Araranguá, SC	Sul
Univ. Fed. de Ciências da Saúde de Porto Alegre	66	0,21	UPFed	UFCSPA	Porto Alegre, RS	Sul
Johns Hopkins University	64	0,20	UAdv	-	Baltimore, EUA	-
Universidade Estadual do Piauí	64	0,20	UPEst	UESPI	Teresina, PI	Nordeste
University of London	63	0,20	UAdv	-	London, UK	-
Universidade Estadual de Santa Cruz	62	0,20	UPEst	UESC	Ilhéus, BA	Nordeste
Universidade Federal da Grande Dourados	62	0,20	UPFed	UFGD	Dourados, MS	Centro-Oeste
Universidade de Passo Fundo	61	0,19	UPri	UPF	Passo Fundo, RS	Sul
Universidade do Vale do Itajaí	61	0,19	UPri	UNIVALI	Itajaí, SC	Sul
Universidade Estácio de Sá	60	0,19	UPri	UNESA	Rio de Janeiro, RJ	Sudeste
Universidade do Porto	59	0,19	UAdv	-	Porto, Portugal	-
Universidade Nove de Julho	59	0,19	UPri	UNINOVE	São Paulo, SP	Sudeste
Fundação Univ. Fed. do Vale de São Francisco	58	0,18	UPFed	UNIVASF	Petrolina, PE	Nordeste
Harvard University	55	0,17	UAdv	-	Cambridge, EUA	-
Pontifícia Universidade Católica de Goiás	55	0,17	UPri	PUC-Goiás	Goiânia, GO	Centro-Oeste
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	55	0,17	UPEst	UEMS	Dourados, MS	Centro-Oeste
Universidade Guarulhos	55	0,17	UPri	UNG	Guarulhos, SP	Sudeste
Universidade Federal do ABC	54	0,17	UPFed	UFABC	Santo André, SP	Sudeste
Univ. Reg. Integrada do Alto Uruguai e das Missões	53	0,17	UPMu	URI	Erechim, RS	Sul
Universidade São Francisco	52	0,16	UPMu	USF	Campinas, SP	Sudeste
London School of Hygiene and Tropical Medicine	50	0,16	UAdv	-	London, UK	-
University of Toronto	48	0,15	UAdv	-	Toronto, Canadá	-
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	47	0,15	OPFed	EMBRAPA	Brasília, DF	Centro-Oeste
Univ. Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	46	0,15	UPEst	UENF	Campos dos Goytacazes, RJ	Sudeste
Universidade de Lisboa	46	0,15	UAdv	-	Lisboa, Portugal	-
Universidade do Estado do Pará	42	0,13	UPEst	UEPA	Belém, PA	Norte
Universidade de Coimbra	41	0,13	UAdv	-	Coimbra, Portugal	-
Columbia University	37	0,12	UAdv	-	New York, EUA	-
Univ. Fed. dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	36	0,11	UPFed	UFVJM	Teófilo Otoni, MG	Sudeste
Universitat Autònoma de Barcelona (UAB)	35	0,11	UAdv	-	Barcelona, Espanha	-
Universidade Católica de Santos	34	0,11	UPMu	UNISANTOS	Santos, SP	Sudeste
Universidade Federal do Acre	33	0,10	UPFed	UFAC	Rio Branco, AC	Norte
Universidade do Estado de Minas Gerais	32	0,10	UPEst	UEMG	Belo Horizonte, MG	Sudeste
King's College London	30	0,09	UAdv	-	London, UK	-
University of Bristol	30	0,09	UAdv	-	Bristol, UK	-

Universitat de Barcelona	29	0,09	UAdv	-	Barcelona, Espanha	-
Universidade de Ribeirão Preto	27	0,09	UPri	UNAERP	Ribeirão Preto, SP	Sudeste
University of Oxford	27	0,09	UAdv	-	Oxford, UK	-
National Institutes of Health (NIH)	25	0,08	OAdv	-	Bathesda, EUA	-
United Nations Development Program	25	0,08	OAdv	-	New York, EUA	-
Universidad Complutense de Madrid	25	0,08	UAdv	-	Madrid, Espanha	-
Universidade do Minho	25	0,08	UAdv	-	Braga, Portugal	-
University College London	25	0,08	UAdv	-	London, UK	-
University of North Carolina at Chapel Hill	25	0,08	UAdv	-	Chapel Hill, EUA	-
Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS)	24	0,08	OAdv	-	Paris, França	-
United Nations Int. Children's Emergency Fund (UNICEF)	24	0,08	OAdv	-	New York, EUA	-
Université Paris Descartes	24	0,08	UAdv	-	Paris, França	-
Centre Hospitalier Universitaire (CHU) de Liège	22	0,07	OAdv	-	Liège, Bélgica	-
Consejo Nac. Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET)	22	0,07	OAdv	-	Buenos Aires, Argentina	-
Universidade Estadual do Maranhão	22	0,07	UPEst	UEMA	São Luís, MA	Nordeste
Universidade Nova de Lisboa	22	0,07	UAdv	-	Lisboa, Portugal	-
McGill University	21	0,07	UAdv	-	Montreal, Canadá	-
Instituto Nacional de Câncer	20	0,06	OPFed	INCA	Rio de Janeiro, RJ	Sudeste
Medical Research Council (MRC)	20	0,06	OAdv	-	Swindon, UK	-
Universidad de Chile	20	0,06	UAdv	-	Santiago, Chile	-
Universität Zurich	20	0,06	UAdv	-	Zürich, Suíça	-
University of Cambridge	20	0,06	UAdv	-	Cambridge, UK	-
University of East Anglia	20	0,06	UAdv	-	Norwich, UK	-
University of Melbourne	20	0,06	UAdv	-	Melbourne, Austrália	-
Universidad de Buenos Aires	19	0,06	UAdv	-	Buenos Aires, Argentina	-
Universidade do Vale do Paraíba	19	0,06	UPri	UNIVAP	São José dos Campos, SP	Sudeste
Université de Montréal	19	0,06	UAdv	-	Montreal, Canadá	-
University of British Columbia	19	0,06	UAdv	-	Vancouver, Canadá	-
University of Michigan	19	0,06	UAdv	-	Ann Arbor, EUA	-
Instituto Adolfo Lutz	18	0,06	OPEst	IAL	São Paulo, SP	Sudeste
Tulane University	18	0,06	UAdv	-	New Orleans, EUA	-
University of Cape Town	18	0,06	UAdv	-	Cape Town, África do Sul	-
Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale	16	0,05	OAdv	-	Paris, França	-
University of the Witwatersrand	16	0,05	UAdv	-	Johannesburg, África do Sul	-
University of Washington	16	0,05	UAdv	-	Seattle, EUA	-
Instituto Nacional de Salud Publica	15	0,05	OAdv	-	Cuernavaca, México	-
Karolinska Institutet	15	0,05	UAdv	-	Stockholm, Suécia	-
Universidad de la República	15	0,05	UAdv	-	Montevideo, Uruguai	-
Cornell University	14	0,04	UAdv	-	Ithaca, EUA	-
Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE)	14	0,04	UAdv	-	Lisboa, Portugal	-
Istituto di Ricovero e Cura a Carattere Scientifico (IRCCS)	14	0,04	OAdv	-	Rome, Itália	-
New York University	14	0,04	UAdv	-	New York, EUA	-
Queen's University	14	0,04	UAdv	-	Kingston, Canadá	-
University of Pittsburgh	14	0,04	UAdv	-	Pittsburgh, EUA	-
Yale University	14	0,04	UAdv	-	New Haven, EUA	-
Instituto Evandro Chagas	13	0,04	OPFed	IEC	Belém, PA	Norte
McMaster University	13	0,04	UAdv	-	Hamilton, Canadá	-
Sorbonne Université	13	0,04	UAdv	-	Paris, França	-
Universidad de Granada	13	0,04	UAdv	-	Granada, Espanha	-
Universidad Nacional Autónoma de México	13	0,04	UAdv	-	México City, México	-
Universidade Cidade de São Paulo	13	0,04	UPri	UNICID	São Paulo, SP	Sudeste
University of Wisconsin-Madison	13	0,04	UAdv	-	Madison, EUA	-
Emory University	12	0,04	UAdv	-	Atlanta, EUA	-
Instituto Butantan	12	0,04	OPEst	Butantan	São Paulo, SP	Sudeste
Universidade de Aveiro	12	0,04	UAdv	-	Aveiro, Portugal	-
University of Calgary	12	0,04	UAdv	-	Calgary, Canadá	-
University of Pennsylvania	12	0,04	UAdv	-	Philadelphia, EUA	-
Assistance Publique - Hôpitaux de Paris (AP-HP)	11	0,03	OAdv	-	Paris, França	-
Brown University	11	0,03	UAdv	-	Providence, EUA	-

Chiang Mai University	11	0,03	UAdv	-	Chiang Mai, Tailândia	-
Università degli Studi di Padova (UNIPD)	11	0,03	UAdv	-	Padua, Itália	-
University of Illinois	11	0,03	UAdv	-	Urbana, EUA	-
University of New South Wales	11	0,03	UAdv	-	Sydney, Austrália	-
University of North Carolina at Greensboro	11	0,03	UAdv	-	Greensboro, EUA	-
University of Western Ontario	11	0,03	UAdv	-	London, Canadá	-
Centers for Disease Control and Prevention (CDC)	10	0,03	OAdv	-	Atlanta, EUA	-
Duke University	10	0,03	UAdv	-	Durham, EUA	-
Katholieke Universiteit Leuven	10	0,03	UAdv	-	Leuven, Bélgica	-
Monash University	10	0,03	UAdv	-	Melbourne, Austrália	-
Universidade Federal Rural da Amazônia	10	0,03	UPFed	UFRA	Belém, PA	Norte
Université du Québec à Montréal (UQAM)	10	0,03	UAdv	-	Montreal, Canadá	-
Université Paris Diderot - Paris 7	10	0,03	UAdv	-	Paris, França	-
Universiteit Gent	10	0,03	UAdv	-	Ghent, Bélgica	-
University of Adelaide	10	0,03	UAdv	-	Adelaide, Austrália	-
University of Manchester	10	0,03	UAdv	-	Manchester, UK	-
University of Massachusetts	10	0,03	UAdv	-	Amherst, EUA	-
University of Sydney	10	0,03	UAdv	-	Sydney, Austrália	-
University of Texas at Austin	10	0,03	UAdv	-	Austin, EUA	-
World Bank	10	0,03	OAdv	-	Washington, EUA	-
Georgetown University	9	0,03	UAdv	-	Washington, EUA	-
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	9	0,03	OPFed	INPA	Manaus, AM	Norte
Max-Planck-Gesellschaft	9	0,03	OAdv	-	Munich, Alemanha	-
Mount Sinai Medical Center	9	0,03	OAdv	-	Miami Beach, EUA	-
Universidad de Valencia	9	0,03	UAdv	-	Valencia, Espanha	-
Universidad Nacional de Colombia	9	0,03	UAdv	-	Bogota, Colômbia	-
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	9	0,03	UPFed	UTFPR	Curitiba, PR	Sul
University of Otago	9	0,03	UAdv	-	Dunedin, Nova Zelândia	-
Univerzita Karlova v Praze	9	0,03	UAdv	-	Prague, República Tcheca	-
Chinese University of Hong Kong	8	0,03	UAdv	-	Shatin, China	-
Consiglio Nazionale delle Ricerche (CNR)	8	0,03	OAdv	-	Rome, Itália	-
Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA)	8	0,03	OAdv	-	Buenos Aires, Argentina	-
Universidad Autónoma de Madrid	8	0,03	UAdv	-	Madrid, Espanha	-
Universidad de Salamanca	8	0,03	UAdv	-	Salamanca, Espanha	-
Universidade de Mogi das Cruzes	8	0,03	UPri	UMC	Mogi das Cruzes, SP	Sudeste
Universität Basel	8	0,03	UAdv	-	Basel, Suíça	-
University of Alberta	8	0,03	UAdv	-	Edmonton, Canadá	-
University of Colorado at Denver	8	0,03	UAdv	-	Denver, EUA	-
University of Nebraska at Lincoln	8	0,03	UAdv	-	Lincoln, EUA	-
University of Reading	8	0,03	UAdv	-	Reading, UK	-
University of Southern California	8	0,03	UAdv	-	Los Angeles, EUA	-
University of Virginia	8	0,03	UAdv	-	Charlottesville, EUA	-
University of Western Australia	8	0,03	UAdv	-	Perth, Austrália	-

Legendas:

UPFed	Universidade pública (federal)
UPEst	Universidade pública (estadual)
UPMu	Universidade pública (municipal, comunitária)
UPri	Universidade privada
OPFed	Outro tipo de instituição pública (federal)
OPEst	Outro tipo de instituição pública (estadual)
UAdv	Universidade estrangeira
OAdv	Outro tipo de instituição estrangeira ou internacional

Obs.: Para as instituições que possuem sedes em diferentes cidades, foi indicada a localização da principal.

Fonte: Dados da pesquisa.

Foram identificados quatro tipos de instituições às quais as pessoas que publicam estudos de gênero no Brasil estão vinculadas: (1) universidades públicas (subdivididas entre

as três esferas governamentais, federal, estadual e municipal ou comunitária), (2) universidades privadas, (3) outros tipos de instituições públicas, de âmbito federal ou estadual (como fundações ou órgãos ligados aos ministérios) e (4) instituições estrangeiras ou internacionais, que podem ser universidades, instituições de pesquisa ou órgãos intergovernamentais. Cada um desses tipos foi identificado com uma cor na tabela, para ilustração.

Dentre as 217 instituições da lista, 78 são universidades públicas brasileiras, 48 federais, 25 estaduais e 5 municipais/comunitárias. As universidades públicas são também as que lideram o topo da lista, tendo o maior número de artigos vinculados a elas. É uma característica da ciência brasileira que a maior parte de suas pesquisas seja feita dentro de universidades públicas, constatação feita tanto em análises de “toda” a ciência nacional (LETA; GLÄNZEL; THIJS, 2006; LETA; THIJS; GLÄNZEL, 2013) quanto em recortes de áreas específicas (COUTINHO *et al.*, 2012; MENEZES; CAREGNATO, 2018). Estes mesmos estudos também constataram que as universidades com maior número de publicações são as das regiões sudeste e sul do Brasil, o que igualmente se verifica para os estudos de gênero: das 114 instituições nacionais, 44 são do sudeste e 26 são do sul. O que é interessante e não foi verificado nas outras pesquisas é que o número de instituições do nordeste (dentro as mais produtivas) segue de perto as do sul: são 25 instituições. Contudo, entre as que estão nas primeiras posições deste *ranking* de produtividade pertencem às partes mais ao sul do país. Onze instituições estão no centro-oeste do país e oito no norte. A seção de distribuição geográfica da pesquisa (capítulo 9) dá um panorama completo, de todas as organizações.

Outra constante em estudos bibliométricos é a liderança da Universidade de São Paulo como a mais produtiva, o que não é diferente na presente pesquisa. Sozinha, a universidade é responsável por mais de 10% de todos os artigos publicados – 11,75%, ou 3713 dos 31609. Em 1996, Leta e De Meis constatavam que era a universidade que respondia por quase metade de toda a produção científica nacional (LETA; DE MEIS, 1996). A porcentagem menor do cenário atual (também constatado em outros estudos) evidencia que essa concentração tem se suavizado, embora ainda exista. Novas universidades públicas foram fundadas em regiões distantes das capitais dos estados a partir de programas como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), lançado em 2007, corroborando para a disseminação da pesquisa e do ensino no território nacional.

Contudo, na análise da produção total, instituições de ensino superior (IES) tradicionalmente muito produtivas acompanham a USP: UFSC (atual sede de uma das revistas especializadas em estudos de gênero, a REF), seguida de UFRGS, UNICAMP (responsável pela outra revista, a Cadernos Pagu) e UFMG. Duas universidades localizadas na cidade do Rio de Janeiro ocupam as posições seguintes, a UFRJ e a UERJ, federal e estadual, respectivamente. A próxima instituição é também uma universidade pública estadual, a UNESP, localizada em São Paulo, seguida da UFBA, a primeira universidade a oferecer um curso de graduação voltado para a área: Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade, lançada em 2009. UFBA é a primeira instituição de fora do eixo sul/sudeste a figurar na lista, localizada no nordeste do país, seguida da primeira localizada no centro-oeste, a UNB, do Distrito Federal, que é seguida pela UFF, segunda IES de uma cidade que não é a capital de seu estado (está em Niterói, no RJ, e a já mencionada UNESP, que tem unidades na capital e em várias cidades do interior de São Paulo, como Araraquara, Bauru, Marília e outras).

Quando se verifica a quantidade de artigos para a ciência geral (todas as temáticas e áreas), na mesma base e para o mesmo período (busca realizada em 30 de outubro de 2020, sem a limpeza de instituições), a ordem das instituições é outra: UNESP, UNICAMP e UFRJ ficam melhor posicionadas enquanto a UFSC e a UFRGS caem no ordenamento, indicando que estas duas universidades têm maior foco em estudos de gênero do que as outras universidades. O último Ranking Universitário Folha, que avalia as universidades brasileiras segundo sua produção científica e outros indicadores (quantidades de docentes bolsistas CNPq, quantidade de citações, recursos recebidos, entre outros) ranqueia essas mesmas instituições na seguinte ordem: USP, UNICAMP, UFRJ, UFMG, UFRGS, UNESP, UFSC, UNB, UFPE. A UFBA fica em 14º lugar.

Quadro 33 - Comparação do ordenamento entre as primeiras instituições de pesquisa (artigos brasileiros em estudos de gênero e na ciência geral disponíveis na IFindr e no Ranking Universitário Folha 2019)

Art est de gênero		Art ciência geral		RUF 2019*	
1	USP	1	USP	1	USP
2	UFSC	2	UNESP	2	UNICAMP
3	UFRGS	3	UNICAMP	3	UFRJ
4	UNICAMP	4	UFRJ	4	UFMG
5	UFMG	5	UFRGS	5	UFRGS
6	UFRJ	6	UFMG	6	UNESP
7	UERJ	7	UFSC	7	UFSC
8	UNESP	8	UNIFESP	8	UFPR
9	UFBA	9	UFPR	9	UNB
10	UNB	10	UNB	10	UFPE
11	UFF	11	UERJ	11	UFCE

12	FIOCRUZ	12	EMBRAPA	12	UFSCAR
13	UNIFESP	13	UFPE	13	UERJ
14	UFPE	14	FIOCRUZ	14	UFBA
15	UFPR	15	UFSM	15	UFV
16	UFPB	16	UFF	16	UNIFESP
17	UFSM	17	UFSCAR	17	UFF
18	UFCE	18	UFCE	18	PUC-RS
19	UFRN	19	UFBA	19	PUC-RJ
20	UFG	20	UFV	20	UFG
21	UEM	21	UEM	21	UFSM
22	UFPEL	22	UFG	22	UFRN
23	UFSCAR	23	UFPB	23	UEL
24	UEL	24	UFRN	24	UEM
25	PUC-RS	25	UEL	25	UFU
26	UFES	26	UFPEL	26	UFJF
27	FURG	27	UFU	27	UFES
28	UFPA	28	PUC-RS	28	UFLA
29	UNISINOS	29	UFPA	29	UFPA
30	UDESC	30	UFES	30	PUC-PR

Obs.: O RUF não abrange instituições como FIOCRUZ e EMBRAPA, presentes nas outras colunas. Buscas rodadas em janeiro (primeira coluna) e outubro (segunda) de 2020.

Fonte: Dados da pesquisa e Ranking Universitário Folha (2019).

Historicamente, além das universidades públicas, as outras instituições nacionais que se dedicam à pesquisa são órgãos governamentais (LETA; DE MEIS, 1996), o que também foi constatado entre as principais instituições que publicaram estudos de gênero brasileiros, contudo em número menor na comparação com universidades privadas. Algumas dessas instituições estão espalhadas em várias cidades do país.

É o caso da FIOCRUZ, cuja sede se localiza no RJ, capital, especializada em ciências biológicas. A FIOCRUZ figura na 11ª posição na produtividade de instituições e é um dos centros de pesquisa mais tradicionais do país, fundada em 1900 pelo sanitarista Oswaldo Cruz e é considerada uma das principais instituições em saúde pública no mundo. Como foi percebido na análise de autorias pessoais, a saúde pública é uma área de pesquisa em evidência dentro dos estudos de gênero no Brasil, o que fundamenta a FIOCRUZ presente entre as entidades mais produtivas e o que deve ser aprofundado na análise de áreas e temas.

A FIOCRUZ é uma fundação pública de direito público, ligada atualmente ao Ministério da Saúde (MS). Outras organizações governamentais que figuram na lista têm produção menor de artigos mas se assemelham à tipologia da FIOCRUZ, pois são órgãos e pesquisa também ligados a ministérios do governo: o CNPq (agência governamental ligada ao atualmente denominado Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, MCTI, e que atua no fomento à pesquisa); a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, ligada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento); e os

institutos ligados ao Ministério da Saúde, INCA (responsável pelas ações nacionais de prevenção e controle do câncer) e Instituto Adolfo Lutz (localizado em São Paulo, SP, laboratório de análises que atua nas áreas de bromatologia e química, biologia médica e patologia).

O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA, localizado em Manaus) e o Instituto Evandro Chagas (em Belém do Pará) atuam no desenvolvimento de pesquisas ligadas à Amazônia, o primeiro relacionado ao MCTI, atuando em frentes de desenvolvimento da região, enquanto o segundo é ligado ao MS e se dedica a questões de saúde pública. Por fim, tem-se o Instituto Butantan, único que não é da esfera federal, mas sim da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, do estado SP, voltado para pesquisas em saúde pública.

Segundo Casani e colaboradores (CASANI *et al.*, 2014), a quantidade de instituições de ensino superior privadas tem crescido em todo o mundo, principalmente a partir do momento que mecanismos de mercado começaram a ser incorporados na educação, aumentando a competitividade no sistema de ensino superior. Contudo, conforme os autores, as IES privadas, principalmente as com fins lucrativos, costumam investir com menor intensidade em pesquisa, fazendo com que a sua contribuição para o bem público seja mais escassa, desviando assim a missão universitária que passa a ser focada apenas no ensino (e especialmente em cursos que exijam menor infraestrutura). Na pesquisa em estudos de gênero no Brasil, porém, as IES privadas brasileiras são o segundo tipo de instituição que mais pesquisa/publica artigos na área. As presentes na tabela 17 são 27, todas universidades, tipologia que no Brasil exige atuação nos três eixos didático-científicos: ensino, pesquisa e extensão.

As duas primeiras são universidades do Rio Grande do Sul, uma localizada em Porto Alegre e a outra com sede na cidade (mas originária da região metropolitana, São Leopoldo): PUC-RS e UNISINOS. A PUC-RS foi a única IES privada a aparecer duas vezes como instituição de vínculo entre as autorias pessoais com maior número de artigos, ligada a Angelo Brandelli Costa e Marlene Neves Strey (que também se vincula à Universidade FEEVALE), ambos atuantes no campo da psicologia social. Entre as autorias pessoais, as outras IES privadas presentes foram UCPEL (cujo pesquisador também se vincula à UFPEL), PUC-RJ e ULBRA, ou seja, quase todas do estado do RS. Quando se volta para as instituições independentemente de suas pesquisadoras, as IES do Rio Grande do Sul permanecem em destaque: são seis IES entre as oito do sul do país (as quais se somam uma de SC e outra do PR), e o estado de São Paulo engloba nove

instituições dentre as 14 localizadas no sudeste (que conta com mais duas do RJ e uma de MG). No nordeste há três (CE, SE e PE) e no centro-oeste, duas (DF e GO). Nenhuma IES privada do norte do país aparece entre as mais produtivas.

É interessante também que várias dessas IES privadas se localizam em cidades fora das capitais dos estados, são elas: ULBRA (Canoas, RS), UMESP (São Bernardo do Campo, SP), PUC-Campinas (Campinas, SP), UCS (Caxias do Sul, RS), FEEVALE (Novo Hamburgo, RS), UNIFRAN (Franca, SP), UPF (Passo Fundo, RS), UNIVALI (Itajaí, SC), UNG (Guarulhos, SP), UNAERP (Ribeirão Preto, SP) UNIVAP (São José dos Campos, SP) e UMC (Mogi das Cruzes, SP). São universidades “pequenas” e de cidades “menores” (se comparadas às capitais de seus estados), mas que publicam bastante em estudos de gênero, algumas inclusive com maior frequência em relação a IES públicas. Essa distribuição no país e em instituições de natureza tanto pública quanto privada demonstra a importância dos estudos de gênero no Brasil.

Outro fator interessante é a quantidade de IES maristas dentre as instituições privadas, as Pontifícias Universidades Católica (PUCs). As instituições maristas frequentemente figuram em *rankings* de avaliação do ensino superior brasileiro como as melhores universidades privadas e fazem parte de uma ordem religiosa católica com fins educacionais e de evangelização, que chegou ao Brasil no final do século XIX. As PUCs presentes na lista são as já mencionadas PUC-RS e PUC-Campinas, além da PUC-SP, PUC-MG, PUC-RJ, PUC-PR e PUC-Goiás.

O último tipo de instituição identificado são as estrangeiras incluindo algumas internacionais e intergovernamentais. A maior parte das instituições estrangeiras que assinam os estudos de gênero brasileiros (em colaboração com instituições nacionais, portanto) são universidades da América do Norte e Europa, e figuram nas últimas posições entre as mais produtivas. Das 104 aqui selecionadas, 32 são dos EUA, onze do Reino Unido, dez do Canadá e sete de Portugal e da Espanha. Entre os países da Europa há ainda instituições localizadas na Itália, Bélgica, Suíça, Alemanha e Suécia. Da Oceania há organizações principalmente da Austrália, mas também da Nova Zelândia, e na Ásia, da China e Tailândia. Da África, apenas a África do Sul e da América Central, apenas o México. Entre os países vizinhos da América do Sul, constam na lista instituições da Argentina, Colômbia e Uruguai.

Há organizações ligadas aos governos de países estrangeiros, como o *Consejo Nacional Investigaciones Científicas y Técnicas da Argentina*, o *Centre national de la recherche scientifique* da França e o *Consiglio Nazionale delle Ricerche* da Itália, similares em alguns

aspectos ao CNPq. Entre as organizações intragovernamentais, constam a OMS (WHO na sigla em inglês), dois organismos vinculados à ONU, o *United Nations Development Program* e a UNICEF, além do World Bank. As nações citadas são as que possuem instituições com maior número de artigos em estudos de gênero com o Brasil, contudo há mais de 80 países e territórios do mundo que já colaboraram em formato de coautoria, o que é discutido na seção de distribuição geográfica.

A seguir são expostas as instituições mais produtivas por década, a fim de se visualizar possíveis mudanças nas configurações das autorias institucionais ao longo do tempo. A quantidade de instituições de cada década é proporcional à quantidade de instituições e publicações de cada período, respeitando-se nas listagens um contingente de cerca de 80% do total das pesquisas publicadas em cada recorte. A porcentagem se refere à proporção de artigos em relação ao total de publicações da década, e as instituições estrangeiras London School of Hygiene and Tropical Medicine (LSHTM-UK) e University of California (UC-USA) estão abreviadas.

Tabela 18 - Instituições com mais artigos brasileiros em estudos de gênero, décadas 1970, 1980 e 1990, n=31609

Anos 1970					Anos 1990				
Instituição	#	%	Tipo	Local	Instituição	#	%	Tipo	Local
USP	29	59,18	UPEst	São Paulo, SP	USP	299	21,24	UPEst	São Paulo, SP
UNIFESP	5	10,20	UPFed	São Paulo, SP	UNICAMP	170	12,07	UPEst	Campinas, SP
UFPR	4	8,16	UPFed	Curitiba, PR	UFSC	127	9,02	UPFed	Florianópolis, SC
UFRJ	3	6,12	UPFed	Rio de Janeiro, RJ	UFRJ	91	6,46	UPFed	Rio de Janeiro, RJ
UNICAMP	2	4,08	UPEst	Campinas, SP	UFRGS	80	5,68	UPFed	Porto Alegre, RS
UFPE	2	4,08	UPFed	Recife, PE	UNIFESP	62	4,40	UPFed	São Paulo, SP
					UERJ	60	4,26	UPEst	Rio de Janeiro, RJ
Anos 1980					FIOCRUZ	58	4,12	OPFed	Rio de Janeiro, RJ
Instituição	#	%	Tipo	Local	UFMG	54	3,84	UPFed	Belo Horizonte, MG
USP	85	36,17	UPEst	São Paulo, SP	UNB	53	3,76	UPFed	Brasília, DF
UFSC	18	7,66	UPFed	Florianópolis, SC	UFRN	51	3,62	UPFed	Natal, RN
UNICAMP	16	6,81	UPEst	Campinas, SP	UNESP	50	3,55	UPEst	São Paulo, SP
UNB	14	5,96	UPFed	Brasília, DF	UFBA	44	3,13	UPFed	Salvador, BA
UFMG	14	5,96	UPFed	Belo Horizonte, MG	UEL	34	2,41	UPEst	Londrina, PR
UFRGS	10	4,26	UPFed	Porto Alegre, RS	UFF	33	2,34	UPFed	Niterói, RJ
UFRJ	9	3,83	UPFed	Rio de Janeiro, RJ	PUC-SP	28	1,99	UPri	São Paulo, SP
UNIFESP	9	3,83	UPFed	São Paulo, SP	ULBRA	21	1,49	UPri	Canoas, RS
UFPR	8	3,40	UPFed	Curitiba, PR	UFPEL	19	1,35	UPFed	Pelotas, RS
UFRN	6	2,55	UPFed	Natal, RN	UFPR	19	1,35	UPFed	Curitiba, PR
UNESP	6	2,55	UPEst	São Paulo, SP	UFCE	17	1,21	UPFed	Fortaleza, CE
UFPEL	6	2,55	UPFed	Pelotas, RS	PUC-RS	16	1,14	UPri	Porto Alegre, RS
FIOCRUZ	5	2,13	OPFed	Rio de Janeiro, RJ	UFPB	13	0,92	UPFed	João Pessoa, PB
ULBRA	5	2,13	UPri	Canoas, RS	UFPE	12	0,85	UPFed	Recife, PE
UEL	5	2,13	UPEst	Londrina, PR	UFSCAR	11	0,78	UPFed	São Carlos, SP
UFBA	4	1,70	UPFed	Salvador, BA	FURG	10	0,71	UPFed	Rio Grande, RS
LSHTM-UK	4	1,70	UAdv	London, UK	UFSM	10	0,71	UPFed	Santa Maria, RS
UFCE	4	1,70	UPFed	Fortaleza, CE	LSHTM-UK	10	0,71	UAdv	London, UK
					UEM	10	0,71	UPEst	Maringá, PR

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao se analisar as instituições por décadas, nota-se que a USP lidera como IES mais produtiva desde os anos 1970, e mesmo antes, já que das duas pesquisas “pré-estudos de gênero” eram ambas de autores vinculados à USP. Contudo a proporção, que chega a ser quase 60% nos anos 1970, vai diminuindo ao longo do tempo a medida que outras e novas instituições passam a publicar na área, chegando aos anos 2010 com menos de 10% do total de artigos – 9,44%, um número, porém, ainda bem maior que o “segundo colocado”, a UFRGS, que está presente em 5,13% dos artigos de estudos de gênero da presente década (ver tabelas a seguir). É notável que as IES mais tradicionais, as quais concentram a maior parte da produção, vão dividindo espaço com outras instituições de pesquisa, de várias partes do país.

Tabela 19 - Instituições com mais artigos brasileiros em estudos de gênero, décadas 2000 e 2010, n=31609

Anos 2000					Anos 2010				
Instituição	#	%	Tipo	Local	Instituição	#	%	Tipo	Local
USP	1161	15,95	UPEst	São Paulo, SP	USP	2137	9,44	UPEst	São Paulo, SP
UNICAMP	555	7,63	UPEst	Campinas, SP	UFRGS	1202	5,31	UPFed	Porto Alegre, RS
UFSC	515	7,08	UPFed	Florianópolis, SC	UFSC	1164	5,14	UPFed	Florianópolis, SC
UFRGS	513	7,05	UPFed	Porto Alegre, RS	UFMG	1068	4,72	UPFed	Belo Horizonte, MG
UFRJ	365	5,02	UPFed	Rio de Janeiro, RJ	UFRJ	978	4,32	UPFed	Rio de Janeiro, RJ
UFMG	352	4,84	UPFed	Belo Horizonte, MG	UNICAMP	948	4,19	UPEst	Campinas, SP
UERJ	313	4,30	UPEst	Rio de Janeiro, RJ	UERJ	901	3,98	UPEst	Rio de Janeiro, RJ
UNESP	300	4,12	UPEst	São Paulo, SP	UNESP	824	3,64	UPEst	São Paulo, SP
UNIFESP	253	3,48	UPFed	São Paulo, SP	UFBA	772	3,41	UPFed	Salvador, BA
FIOCRUZ	246	3,38	OPFed	Rio de Janeiro, RJ	UNB	723	3,19	UPFed	Brasília, DF
UNB	223	3,06	UPFed	Brasília, DF	UFF	683	3,02	UPFed	Niterói, RJ
UFBA	195	2,68	UPFed	Salvador, BA	UFPE	634	2,80	UPFed	Recife, PE
UFF	191	2,62	UPFed	Niterói, RJ	UFPB	629	2,78	UPFed	João Pessoa, PB
UFPE	150	2,06	UPFed	Recife, PE	UFMS	609	2,69	UPFed	Santa Maria, RS
UEM	147	2,02	UPEst	Maringá, PR	UFPR	577	2,55	UPFed	Curitiba, PR
UFPR	138	1,90	UPFed	Curitiba, PR	FIOCRUZ	565	2,50	OPFed	Rio de Janeiro, RJ
UFCE	138	1,90	UPFed	Fortaleza, CE	UNIFESP	533	2,35	UPFed	São Paulo, SP
UFRN	137	1,88	UPFed	Natal, RN	UFCE	528	2,33	UPFed	Fortaleza, CE
UEL	132	1,81	UPEst	Londrina, PR	UFRN	474	2,09	UPFed	Natal, RN
UFSCAR	110	1,51	UPFed	São Carlos, SP	UFG	474	2,09	UPFed	Goiânia, GO
UFG	106	1,46	UPFed	Goiânia, GO	UFPEL	417	1,84	UPFed	Pelotas, RS
UFPB	95	1,31	UPFed	João Pessoa, PB	UEM	399	1,76	UPEst	Maringá, PR
UNISINOS	90	1,24	UPri	São Leopoldo, RS	UFSCAR	381	1,68	UPFed	São Carlos, SP
UFPEL	88	1,21	UPFed	Pelotas, RS	PUC-RS	353	1,56	UPri	Porto Alegre, RS
PUC-RS	84	1,15	UPri	Porto Alegre, RS	UEL	326	1,44	UPEst	Londrina, PR
PUC-SP	82	1,13	UPri	São Paulo, SP	UFES	323	1,43	UPFed	Vitória, ES
UDESC	80	1,10	UPEst	Florianópolis, SC	UFPA	309	1,37	UPFed	Belém, PA
ULBRA	78	1,07	UPri	Canoas, RS	FURG	303	1,34	UPFed	Rio Grande, RS
UFMS	78	1,07	UPFed	Santa Maria, RS	UFMT	269	1,19	UPFed	Cuiabá, MT
UFMA	75	1,03	UPFed	São Luís, MA	UNISINOS	269	1,19	UPri	São Leopoldo, RS
UFES	69	0,95	UPFed	Vitória, ES	UFJF	268	1,18	UPFed	Juiz de Fora, MG
FURG	68	0,93	UPFed	Rio Grande, RS	UFU	261	1,15	UPFed	Uberlândia, MG
UFPA	54	0,74	UPFed	Belém, PA	UFPI	248	1,10	UPFed	Teresina, PI
PUC-RJ	53	0,73	UPri	Rio de Janeiro, RJ	UFS	248	1,10	UPFed	São Cristóvão, SE
UEPG	50	0,69	UPEst	Ponta Grossa, PR	UDESC	242	1,07	UPEst	Florianópolis, SC
PUC-MG	44	0,60	UPri	Belo Horizonte, MG	UFMA	241	1,06	UPFed	São Luís, MA
UC-USA	43	0,59	UAdv	Oakland, USA	UFMS	232	1,02	UPFed	Campo Grande, MS
UNIFOR	43	0,59	UPri	Fortaleza, CE	PUC-MG	220	0,97	UPri	Belo Horizonte, MG
UFU	43	0,59	UPFed	Uberlândia, MG	UEPG	212	0,94	UPEst	Ponta Grossa, PR

UFS	41	0,56	UPFed	São Cristóvão, SE	PUC-RJ	201	0,89	UPri	Rio de Janeiro, RJ
UFAL	39	0,54	UPFed	Maceió, AL	UECE	181	0,80	UPEst	Fortaleza, CE
UFJF	39	0,54	UPFed	Juiz de Fora, MG	UFAL	178	0,79	UPFed	Maceió, AL
UFMS	38	0,52	UPFed	Campo Grande, MS	PUC-SP	173	0,76	UPri	São Paulo, SP
UFV	35	0,48	UPFed	Viçosa, MG	UFV	168	0,74	UPFed	Viçosa, MG
WHO	33	0,45	OAdv	Geneva, Suíça	UNIFOR	168	0,74	UPri	Fortaleza, CE
CNPq	33	0,45	OPFed	Brasília, DF	UNIOSTE	149	0,66	UPEst	Cascavel, PR
Mackenzie	32	0,44	UPri	São Paulo, SP	ULBRA	142	0,63	UPri	Canoas, RS
UFPI	32	0,44	UPFed	Teresina, PI	UFAM	137	0,61	UPFed	Manaus, AM
UFMT	31	0,43	UPFed	Cuiabá, MT	UFMG	133	0,59	UPFed	Campina Grande, PB
					UNIMONTES	131	0,58	UPEst	Montes Claros, MG
					UNICENTRO	131	0,58	UPEst	Guarapuava, PR
					CNPq	127	0,56	OPFed	Brasília, DF
					UFRRJ	126	0,56	UPFed	Seropédica, RJ
					UESB	124	0,55	UPEst	Candeias, BA
					UEPB	109	0,48	UPEst	Campina Grande,
					UTFPR	108	0,48	UPFed	Curitiba, PR
					UFT	107	0,47	UPFed	Palmas, TO
					UFSJ	103	0,46	UPFed	São João del Rei,
					UNIRIO	102	0,45	UPFed	Rio de Janeiro, RJ
					UFTM	102	0,45	UPFed	Uberaba, MG
					UPE	100	0,44	UPEst	Recife, PE

Fonte: Dados da pesquisa.

Algumas instituições permanecem sempre nas primeiras posições: além da já citada USP, a UNICAMP, UFRJ, UFSC e UFRGS. Como já relatado, UFSC e UNICAMP são as atuais universidades as quais as duas revistas mais tradicionais das áreas estão vinculadas. A subida da USP para a segunda entidade com mais artigos nos anos 1990 pode estar ligada à criação do Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu, além da fundação da já citada revista *Cadernos Pagu*, proveniente do núcleo.

A UFRJ foi a primeira instituição de vínculo da REF, que foi a primeira revista acadêmica especializada em estudos de gênero a ser editada no país – iniciou em 1992 vinculada à Coordenação Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos da Escola de Comunicação da UFRJ, e a seguir, por seu Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais com o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS, 2020). Apenas em 1999 a REF passou a ser editada na UFSC. Então o vínculo com revistas da área dá pistas do porquê as três instituições estão sempre entre as que mais publicam artigos na área: a aproximação interna com a área que se vislumbra através da editoria dos periódicos pioneiros.

No caso da USP, a evidência mais clara quanto ao seu posicionamento entre as instituições com maior produção na área, desde seu início e durante seu desenvolvimento no país, está ligada provavelmente ao fato de que é a instituição historicamente com maior tradição de pesquisa no Brasil. Foi a universidade que primeiro formou seu capital intelectual e é inclusive o local onde várias e vários docentes que já lecionavam ou vieram a lecionar em outras grandes universidades brasileiras se formaram ou fizeram seu

doutoramento. Lidera os rankings universitários dentro do Brasil e frequentemente aparece também entre as “principais” instituições de pesquisa da América Latina e do mundo. Nos estudos de gênero é a instituição que mais colabora com as demais, o que demonstra esse papel de centralidade. O fato de estar no estado mais rico e que mais financia pesquisa no Brasil também com certeza corroboram para tal.

No caso da UFRGS, além de seu bom posicionamento na questão de produção científica (assim como as outras instituições que têm destaque em EGB), um dos fatores que pode explicar sua posição é a longevidade e constância do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero, o já citado GEERGE. Sua criação é inclusive anterior à fundação das duas primeiras revistas especializadas, ocorreu em 1990. O trabalho de Tomaz (2015), que analisa a produção acadêmica brasileira sobre mídia e maternidade, identifica duas autoras proeminentes, ligadas ao PPGEDU da UFRGS (Dagmar Meyer e Maria Schwengber). Além disso, em 2018 a então vice-reitora da UFRGS, Jane Tutkian, realizou um breve levantamento de pessoas e ações voltadas aos estudos de gênero dentro da universidade e os encontrou inclusive em áreas que não estão tradicionalmente ou frequentemente ligados aos estudos de gênero (como se vai ver em capítulo posterior), como no Instituto de Física e no Instituto de Biociências, além do de Artes, Letras, Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de Medicina, de Economia, e outros⁸⁷. Portanto há não só interesse, mas ações de pesquisa e de extensão sendo promovidos por muitos braços desta universidade.

Algumas questões são percebidas quando se verifica as instituições através das áreas do conhecimento. A relevância em termos de pesquisa da UFSC se destaca em ciências humanas, e em letras e um pouco também nas ciências sociais aplicadas. A USP tem maior presença nas ciências da saúde, estando presente em mais de 1/5 das publicações de estudos de gênero nessa área (enquanto as demais instituições participam de no máximo 1/13). A saúde é a área com maior número de instituições coautoras, seguida das ciências humanas. UNICAMP, UFRGS e UFRJ continuam entre instituições mais produtivas, com presenças frequentes, mas sem maior destaque entre as áreas.

⁸⁷ Mensagem de correio eletrônico de Jane Tutkian <jtutkian@terra.com.br> recebida em 15 de maio de 2018.

Tabela 20 - Instituições com mais artigos em EGB por área do conhecimento, n=19819

Ciências humanas			Ciências da saúde			C sociais aplicadas			Ling, letras e artes		
Instituição	#	%	Instituição	#	%	Instituição	#	%	Instituição	#	%
UFSC	880	10,1	USP	1912	22,21	USP	103	8,64	UFRJ	39	6,08
USP	833	9,56	FIOCRUZ	637	7,40	UFRJ	70	5,87	UNB	37	5,77
UNICAMP	684	7,85	UFRGS	601	6,98	UFMG	69	5,79	UFSC	36	5,62
UFRGS	631	7,24	UNIFESP	568	6,60	UFSC	64	5,37	UNESP	36	5,62
UFRJ	408	4,68	UNICAMP	544	6,32	UNB	62	5,20	UNICAMP	36	5,62
UNESP	405	4,65	UFRJ	492	5,71	UERJ	60	5,03	USP	33	5,15
UNB	362	4,15	UERJ	480	5,58	UFPR	59	4,95	UFMG	28	4,37
UERJ	309	3,55	UFMG	383	4,45	UFRGS	47	3,94	UFMS	27	4,21
UFMG	293	3,36	UFCE	365	4,24	UFF	46	3,86	UFPR	24	3,74
UFRN	243	2,79	UFBA	333	3,87	UFPB	45	3,78	UNISINOS	22	3,43
UFPR	235	2,70	UFSC	325	3,78	UFPE	42	3,52	UFRGS	22	3,43
UFBA	222	2,55	UFPE	322	3,74	UFBA	37	3,10	UEM	19	2,96
UFSCAR	208	2,39	UFPEL	257	2,99	PUC-RS	36	3,02	UERJ	18	2,81
UFF	181	2,08	UNESP	243	2,82	UEL	34	2,85	UFES	16	2,50
UFPB	177	2,03	UNB	211	2,45	UNESP	33	2,77	UFG	15	2,34
UFPE	171	1,96	UFRN	200	2,32	UNISINOS	25	2,10	UFF	12	1,87
UFG	156	1,79	UFMS	187	2,17	UNICAMP	24	2,01	UFBA	10	1,56
UFMS	146	1,68	UFF	181	2,10	UFCE	23	1,93	UFCE	10	1,56
PUC-RS	131	1,50	UFPB	173	2,01	PUC-RJ	22	1,85	ULBRA	9	1,40
UEM	125	1,43	UEM	171	1,99	Mackenzie	20	1,68	UFPEL	9	1,40
UNISINOS	117	1,34	FURG	142	1,65	PUC-MG	19	1,59	UFPE	9	1,40
UNIFESP	117	1,34	UFPR	125	1,45	UFES	17	1,43	UFMS	8	1,25
UFPA	114	1,31	UFSCAR	123	1,43	UNIFOR	17	1,43	UFRN	8	1,25
UEL	113	1,30	UFES	118	1,37	UFMS	16	1,34	UFT	8	1,25
ULBRA	109	1,25	UFG	113	1,31	UFG	16	1,34	UNICENTRO	8	1,25
PUC-RJ	105	1,20	PUC-RS	111	1,29	UNIFESP	16	1,34			
PUC-SP	103	1,18	UECE	95	1,10	PUC-SP	16	1,34			
FIOCRUZ	102	1,17	WHO	95	1,10	UFSCAR	15	1,26			
UEPG	100	1,15	UCalifornia	91	1,06						
UFPEL	94	1,08	UFMT	80	0,93						

Multidisciplinar			Ciências biológicas			Engenharias			Ciências agrárias		
Instituição	#	%	Instituição	#	%	Instituição	#	%	Instituição	#	%
USP	83	14,04	UNICAMP	5	20,83	USP	7	36,84	EMBRAPA	3	16,67
UEL	67	11,34	USP	3	12,50	UFRJ	2	10,53	UFRGS	2	11,11
UEM	32	5,41	UNESP	2	8,33	UNESP	2	10,53	UECE	2	11,11
UFRGS	29	4,91	UNB	2	8,33				UNB	2	11,11
UFMG	28	4,74	UEM	2	8,33						
UNICAMP	26	4,40	UFSCAR	2	8,33						
UFRJ	25	4,23									
UNESP	24	4,06									
UFBA	24	4,06									
UNB	23	3,89									
UFMS	21	3,55									
UNIFESP	20	3,38									
FIOCRUZ	20	3,38									

C exatas e da terra		
Instituição	#	%
FIOCRUZ	1	10
FURG	1	10
PUC-SP	1	10

Fonte: Dados da pesquisa.

7.2 Crescimento das instituições

A pesquisa em EGB no Brasil é concentrada então em algumas instituições que figuram sempre entre as mais produtivas, mas há as instituições novas e instituições menores, com menos pessoas, que também contribuem para a área. Uma forma de compará-las é medir o grau de crescimento nas publicações em EGB nas duas últimas décadas o que é possível fazer através do cálculo do denominado *growth index* (GI), ou índice de crescimento. Esta medida permite verificar e comparar o crescimento de qualquer agente de pesquisa, como unidade federativa, país, autoria pessoal, instituição e outras. dividindo-se a soma da produção da segunda metade do tempo de pesquisa analisado pela soma da produção da primeira metade (HAUSTEIN; CÔTÉ; BEAUDET, 2013). O resultado permite comparar o crescimento (ou decréscimo) de agentes de pesquisa com a produção muito discrepante entre si.

Outra medida muito utilizada estatisticamente para medir o “desempenho” entre dois períodos de tempo é o delta proporcional, que é dado pela razão entre a diferença de valores dos dois períodos analisados pelo valor do período inicial – neste caso, o valor da produção nos anos 2010 pelo valor dos anos 2000. Essas medidas foram calculadas apenas para as organizações brasileiras, utilizando-se número de publicações nos anos 2000 e o dos anos 2011 até 2019 (já que para períodos anteriores nem todas as instituições estavam presentes).

Tabela 21 - Índice de crescimento (GI), delta percentual e variação proporcional das instituições nacionais com produção nos anos 2000 e 2010

Instituição	Sigla	Art 2000	Art 2010	GI	Delta proporc	Varição %
Universidade Estadual de Goiás	UEG	2	87	43,5	42,5	4250
Univ. Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	1	35	35	34	3400
Universidade Tiradentes	UNIT	3	77	25,67	24,67	2466,67
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	UERN	4	90	23	21,5	2150
Universidade Estadual do Piauí	UESPI	3	61	20,33	19,33	1933,33
Universidade do Estado do Pará	UEPA	2	40	20	19	1900
Universidade do Vale do Paraíba	UNIVAP	1	18	18	17	1700
Universidade Federal do Tocantins	UFT	7	107	15,29	14,29	1428,57
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	UESB	9	124	13,78	12,78	1277,78
Univ. Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	UENF	3	41	13,67	12,67	1266,67
Universidade Federal do Amazonas	UFAM	12	137	11,42	10,42	1041,67
Universidade Cidade de São Paulo	UNICID	1	11	11	10	1000
Universidade Estadual do Maranhão	UEMA	2	20	10	9	900
Universidade Federal Tecnológica do Paraná	UTFPR	11	108	9,82	8,82	881,82
Universidade do Estado de Minas Gerais	UEMG	3	29	9,67	8,67	866,67
Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA	1	9	9	8	800
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	14	126	9	8	800
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	UNIOESTE	17	149	8,76	7,76	776,47
Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	31	269	8,68	7,68	767,74

Universidade Federal de São João del Rei	UFSJ	12	103	8,58	7,58	758,33
Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP	9	75	8,33	7,33	733,33
Universidade Federal do ABC	UFABC	6	48	8	7	700
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	1	8	8	7	700
Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	12	95	7,92	6,92	691,67
Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	7	55	7,86	6,86	685,71
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	78	609	7,81	6,81	680,77
Universidade Federal do Piauí	UFPI	32	248	7,75	6,75	675
Universidade Feevale	FEEVALE	9	67	7,44	6,44	644,44
Fundação Univ. Federal do Vale de São Francisco	UNIVASF	7	51	7,29	6,29	628,57
Univ. Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	8	58	7,25	6,25	625
Universidade de Mogi das Cruzes	UMC	1	7	7	6	600
Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	39	268	6,87	5,87	587,18
Universidade Guarulhos	UNG	7	48	6,86	5,86	585,71
Universidade Estadual de Santa Cruz	UESC	8	54	6,75	5,75	575
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	95	629	6,62	5,62	562,11
Universidade de Santa Cruz do Sul	UNISC	9	59	6,56	5,56	555,56
Universidade Estadual do Ceará	UECE	28	181	6,46	5,46	546,43
Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	21	133	6,33	5,33	533,33
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	38	232	6,11	5,11	510,53
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	43	261	6,07	5,07	506,98
Universidade Federal de Sergipe	UFS	41	248	6,05	5,05	504,88
Pontifícia Universidade Católica do Paraná	PUC-PR	14	84	6	5	500
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	17	102	6	5	500
Universidade Estadual de Montes Claros	UNIMONTES	22	131	5,95	4,95	495,45
Universidade Federal do Pará	UFPA	54	309	5,72	4,72	472,22
Universidade Estadual da Paraíba	UEPB	21	109	5,19	4,19	419,05
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	PUC-MG	44	220	5	4	400
Univ. Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões	URI	9	44	4,89	3,89	388,89
Universidade Federal de Viçosa	UFV	35	168	4,80	3,8	380
Universidade Federal de Pelotas	UFPEL	88	417	4,74	3,74	373,86
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	69	323	4,68	3,68	368,12
Universidade Católica de Santos	UNISANTOS	6	28	4,67	3,67	366,67
Universidade Federal de Lavras	UFLA	14	65	4,64	3,64	364,29
Universidade de Franca	UNIFRAN	12	55	4,58	3,58	358,33
Universidade Federal de Alagoas	UFAL	39	178	4,56	3,56	356,41
Universidade Estadual do Centro-Oeste	UNICENTRO	29	131	4,52	3,52	351,72
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	UEMS	10	45	4,5	3,5	350
Universidade Federal de Goiás	UFG	106	474	4,47	3,47	347,17
Universidade Federal do Rio Grande	FURG	68	303	4,46	3,46	345,59
Universidade de Passo Fundo	UPF	11	49	4,45	3,45	345,45
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	8	34	4,25	3,25	325
Universidade Estadual de Ponta Grossa	UEPG	50	212	4,24	3,24	324
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	150	634	4,23	3,23	322,67
Pontifícia Univ. Católica do Rio Grande do Sul	PUC-RS	84	353	4,2	3,20	320,24
Universidade Federal do Paraná	UFPR	138	577	4,18	3,18	318,12
Universidade Federal da Bahia	UFBA	195	772	3,96	2,96	295,90
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	26	102	3,92	2,92	292,31
Universidade de Fortaleza	UNIFOR	43	168	3,91	2,91	290,70
Conselho Nac. Des. Científico e Tecnológico	CNPq	33	127	3,85	2,85	284,85
Universidade Federal do Ceará	UFCE	138	528	3,83	2,83	282,61
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	PUC-RJ	53	201	3,79	2,79	279,25
Universidade Estadual de Feira de Santana	UEFS	22	81	3,68	2,68	268,18
Pontifícia Universidade Católica de Goiás	PUC-GOÍAS	12	43	3,58	2,58	258,33
Universidade Metodista de São Paulo	UMESP	26	93	3,58	2,58	257,69
Universidade Federal Fluminense	UFF	191	683	3,58	2,58	257,59
Universidade de Pernambuco	UPE	28	100	3,57	2,57	257,14
Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	110	381	3,46	2,46	246,36
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	137	474	3,46	2,46	245,99
Universidade de Ribeirão Preto	UNAERP	6	20	3,33	2,33	233,33
Universidade Católica de Brasília	UCB	25	83	3,32	2,32	232
Universidade de Brasília	UNB	223	723	3,24	2,24	224,22
Universidade Federal do Maranhão	UFMA	75	241	3,21	2,21	221,33

Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	352	1068	3,03	2,03	203,41
Universidade do Estado de Santa Catarina	UDESC	80	242	3,03	2,03	202,5
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	INPA	2	6	3	2	200
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	UNISINOS	90	269	2,99	1,99	198,89
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	313	901	2,88	1,88	187,86
Instituto Nacional de Câncer	INCA	5	14	2,8	1,8	180
Universidade Estadual Paulista	UNESP	300	824	2,75	1,75	174,67
Universidade Estadual de Maringá	UEM	147	399	2,71	1,71	171,43
Universidade São Francisco	USF	14	38	2,71	1,71	171,43
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	365	978	2,68	1,68	167,95
Universidade Presbiteriana Mackenzie	Mackenzie	32	84	2,63	1,63	162,5
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	PUC-Campinas	27	69	2,56	1,56	155,56
Instituto Butantan	Butantan	2	5	2,5	1,5	150
Universidade Federal do Acre	UFAC	8	20	2,5	1,5	150
Universidade do Sul de Santa Catarina	UNISUL	19	47	2,47	1,47	147,37
Universidade Estadual de Londrina	UEL	132	326	2,47	1,47	146,97
Universidade Católica de Pernambuco	UNICAP	21	50	2,38	1,38	138,10
Universidade de Caxias do Sul	UCS	29	68	2,34	1,34	134,48
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	513	1202	2,34	1,34	134,31
Instituto Evandro Chagas	IEC	3	7	2,33	1,33	133,33
Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ	246	565	2,30	1,30	129,67
Universidade Estácio de Sá	UNESA	18	41	2,28	1,28	127,78
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	515	1164	2,26	1,26	126,02
Universidade do Vale do Itajaí	UNIVALI	19	42	2,21	1,21	121,05
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	PUC-SP	82	173	2,11	1,11	110,98
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	253	533	2,11	1,11	110,67
Universidade de São Paulo	USP	1161	2137	1,84	0,84	84,07
Universidade Luterana do Brasil	ULBRA	78	142	1,82	0,82	82,05
Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	555	948	1,71	0,71	70,81
Universidade Nove de Julho	UNINOVE	24	35	1,46	0,46	45,83
Instituto Adolfo Lutz	IAL	5	6	1,2	0,2	20

Fonte: Dados de pesquisa.

Naturalmente, as instituições que tiveram poucas publicações na primeira década e passaram a publicar na área a partir de 2011 figuram no topo das com maior crescimento. É o caso de universidades estaduais do nordeste do país como Rio Grande do Norte (UERN), Piauí (UESPI), do sudoeste da Bahia (UESB) e do Maranhão (UEMA), além da estadual do norte fluminense (a Darcy Ribeiro, UENF), a de Goiás (UEG) e a de Minas Gerais (UEMG). As universidades privadas UNIT (de Sergipe), UNIVAP (Paraíba) e UNICID (São Paulo) possuem crescimento na produção científica em EGB bastante significativos também, acima de 10. As federais do Tocantins e Amazonas, pertencentes a dois estados que não publicavam em EGB nas primeiras décadas, possuem igualmente um GI alto, assim como a mineira UFJVM.

Entre as universidades que mais publicaram ao longo do tempo em EGB, a ordem de crescimento fica da seguinte forma: UFMG com índice de crescimento de 3,03, UFRJ com índice 2,68, UFRGS com 2,34, FIOCRUZ com 2,3, UFSC com GI de 2,26, PUC-SP e UNIFESP de 2,11, USP igual a 1,84 e UNICAMP, 1,71.

7.3 Colaboração entre instituições: estatísticas descritivas

Como a maior parte dos artigos é feito sem colaboração no nível micro (ou seja, possui um único autor ou autora), é natural que a moda seja também de uma única instituição por artigo. Contudo, a partir da coautoria entre duas pessoas, estas podem estabelecer uma colaboração que pode ou não ser interinstitucional. Em função disto, foi calculada a quantidade de instituições diferentes em cada artigo, para todo o corpus de dados, e depois, da mesma forma que foi feita para o nível micro, foi feita comparação entre décadas e com as duas revistas especializadas na área, e por áreas de pesquisa. Quase oito em cada dez artigos de estudos de gênero brasileiro é publicado sem colaboração interinstitucional, ou seja, com uma única organização – 78,49%. Esse valor tem diminuído ao longo do tempo, tendo passado de 91,84% nos anos 1970, para 77,35% na presente década. As duas revistas especializadas em estudos de gênero, REF e Cadernos Pagu, puxam essa porcentagem para cima, visto que mais de nove em cada dez artigos publicados nelas possuem apenas uma instituição de vínculo da(s) autoria(s).

Tabela 22 - Estatística descritiva da quantidade de instituições por artigo (colaboração interinstitucional), comparação entre décadas e revistas especializadas (REF e Cad. Pagu), n=31609

Medida	Anos 1970	Anos 1980	Anos 1990	Anos 2000	Anos 2010	REF	Cad Pagu
Uma instituição	91,84%	84,68%	84,66%	80,57%	77,35%	90,77%	90,66%
Média	1,10	1,26	1,25	1,27	1,34	1,15	1,11
Mediana	1	1	1	1	1	1	1
Moda	1	1	1	1	1	1	1
Amplitude	2	6	7	22	42	7	3
Mínimo	1	1	1	1	1	1	1
Máximo	3	7	8	23	43	8	4
Coefficiente de variação	33,37%	63,15%	58,07%	61,26%	76,59%	53,36%	31,5%
Desvio médio absoluto	0,19	0,44	0,42	0,44	0,53	0,27	0,19
Desvio padrão	0,37	0,79	0,72	0,78	1,03	0,61	0,35
Variância	0,14	0,63	0,52	0,61	1,06	0,38	0,12
Contagem	49	235	1408	7278	22637	1246	899

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 23 - Estatística descritiva da quantidade de instituições por artigo (colaboração interinstitucional), comparação entre áreas, n=19819

Medida	Ciências humanas	Ciências da saúde	C sociais aplicadas	Ling, letras e artes	Multi-disciplinar	Ciências biológicas	Engenharias	Ciências agrárias	C exatas e da terra
Uma instituição	82,79%	64,71%	74,33%	89,7%	68,36%	70,83%	68,42%	66,67%	70%
Média	1,26	1,59	1,34	1,11	1,6	2,04	1,47	1,44	1,6
Mediana	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Moda	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Amplitude	42	29	7	2	10	10	3	3	3
Mínimo	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Máximo	43	30	8	3	11	11	4	4	4
CV	82,93%	82,29%	51,39%	29,34%	75,24%	124,65%	57,08%	54,26%	67,19%
DMA	0,44	0,76	0,50	0,19	0,83	1,49	0,65	0,59	0,84
Desvio padrão	1,05	1,31	0,69	0,32	1,21	2,54	0,84	0,78	1,07
Variância	1,10	1,71	0,47	0,11	1,46	6,48	0,71	0,61	1,16
Contagem	8715	8609	1192	641	591	24	19	18	10*

Fonte: Dados da pesquisa.

*Os cálculos para as engenharias, ciências biológicas, agrárias, exatas e da terra servem apenas para comparação, visto que a amostragem de dados é pequena.

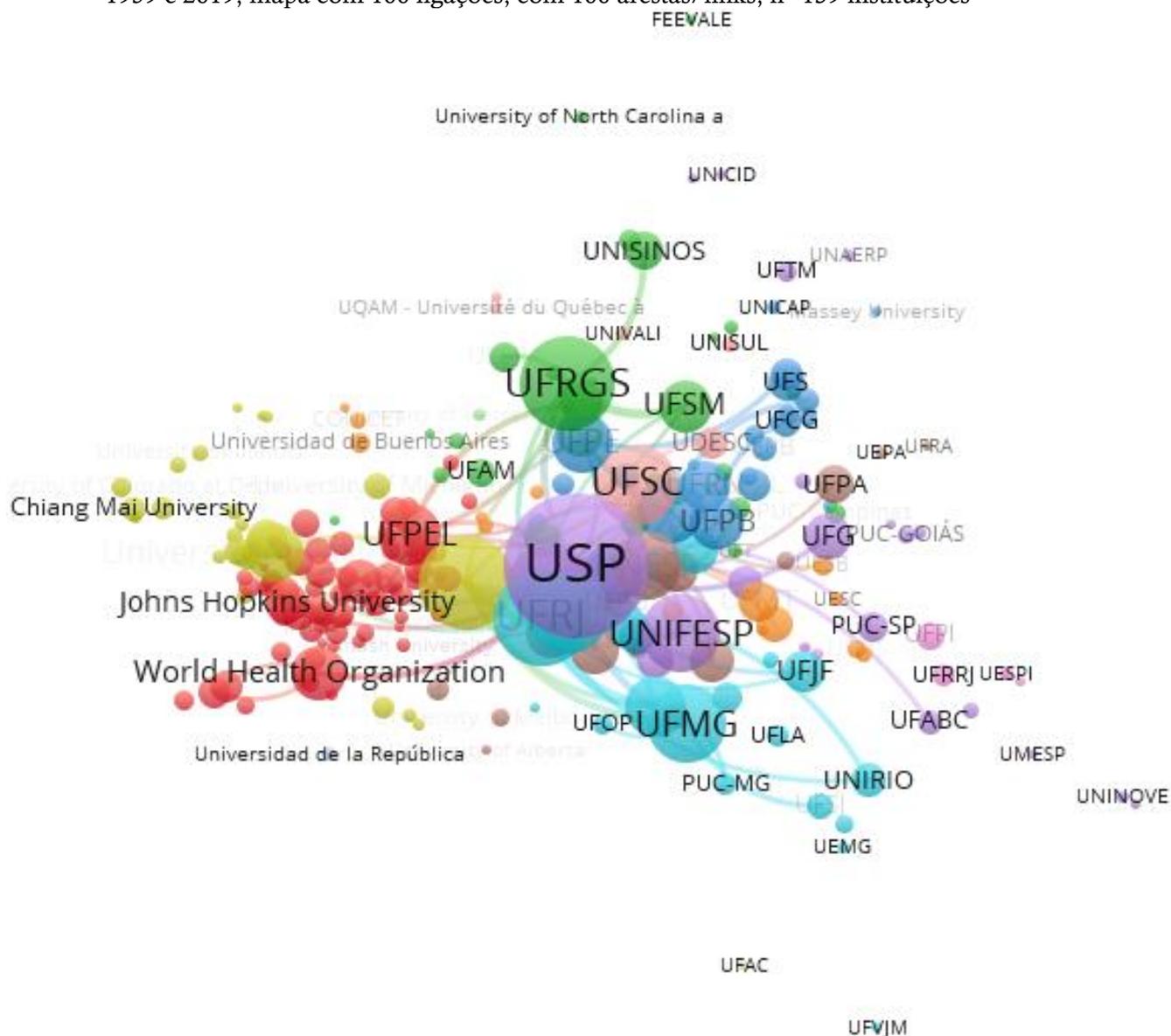
Nota-se que a mediana e a moda se equivalem e são constantes em quaisquer dos recortes do conjunto de dados. A colaboração interinstitucional é um fenômeno pouco frequente nos artigos de estudos de gênero brasileiros, independente da área, embora tenha aumentado ao longo dos anos. O que é interessante notar é que não ocorre a mesma variação encontrada para a colaboração no nível micro: não há queda da colaboração entre instituições nos anos 1990, para a seguir voltar a aumentar como ocorre no nível de autorias pessoais. O aumento da cooperação interinstitucional é pequeno, mas constante desde os anos 1970, fenômeno acompanhado pelo aumento da quantidade de instituições diferentes por artigo (mais instituições). Nos anos 2010, um artigo chegou a contar com pessoas de 42 instituições diferentes.

Novamente linguística, letras e artes é a área com menos colaboração, enquanto nas ciências da saúde é onde se faz mais presente. As medidas de dispersão demonstram que a variabilidade nas práticas de colaboração é muito menor se comparada ao nível pessoal. Outra diferença em relação à colaboração interpessoal, é que enquanto este tipo de colaboração se assemelha nas duas revistas analisadas, na colaboração entre instituições a REF possui maior amplitude e maior coeficiente de variação na quantidade de entidades que assinam os artigos – 53,36% *versus* 31,5% da Cadernos Pagu. A proporção de autorias solo e colaboração, no entanto, é quase igual entre as duas revistas.

7.4 Colaboração entre instituições: *clusters*

Na análise de *clusters* de colaboração, foram analisadas primeiro as instituições listadas na tabela de instituições mais produtivas, ou seja, todas as entidades com vinte ou mais artigos de estudos de gênero brasileiros publicados entre 1959 e 2019. O corte utilizado buscou englobar o maior número de instituições para análise, a ponto de ainda ser possível vislumbrar ligações de instituições nacionais menores. Para melhorar a compreensão dos mapas, as instituições brasileiras estão ilustradas por suas siglas, enquanto as instituições estrangeiras ou internacionais estão com os nomes por extenso, conforme figura 31. Foram identificados nove *clusters*. O primeiro, de cor vermelha, é composto quase exclusivamente por instituições de fora do Brasil, além da UFPEL e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e o Instituto Nacional do Câncer (INCA). Isso significa que essas três entidades nacionais possuem padrões de coautoria mais similares ou frequentes com as outras 26 entidades de fora do Brasil.

Figura 31 - Instituições com 20 ou mais artigos brasileiros de estudos de gênero publicados entre 1959 e 2019, mapa com 100 ligações, com 100 arestas/links, n=139 instituições



Fonte: Dados da pesquisa.

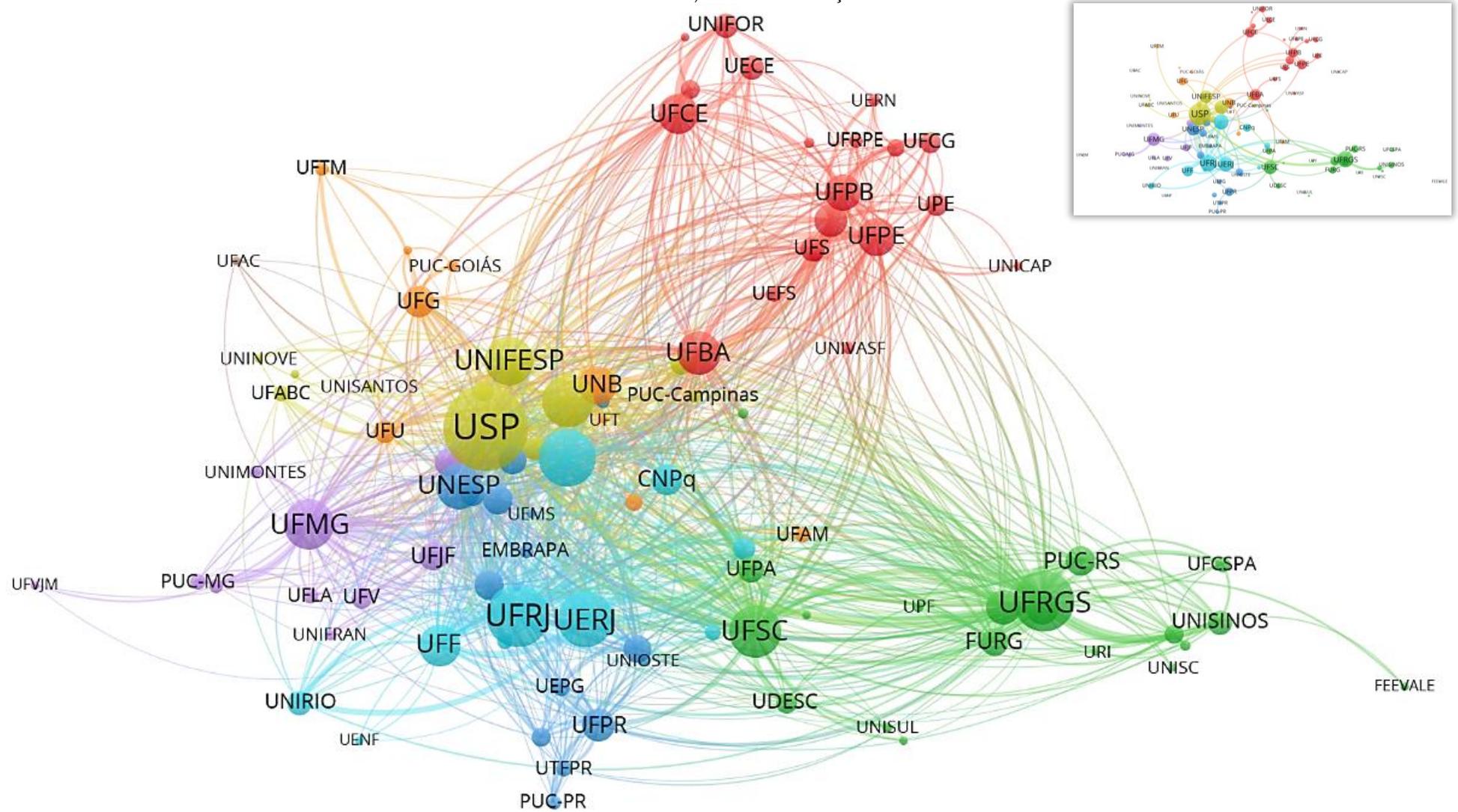
O *cluster* verde possui duas instituições principais, a UFRGS e a UFSC, é composto por outras universidades em sua maioria do sul do país como FURG, UFSM, ULBRA, UNISINOS, UFSCPA, UDESC, entre outras, mas também universidades portuguesas (Universidade do Porto e do Minho), a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a do Pará (UFPA) e a PUC-Campinas. Uma possível explicação para as universidades do norte do país neste grupo composto majoritariamente por instituições do sul são os convênios para mestrado e doutorado interinstitucional promovidos pela CAPES a fim de incentivar a pós-graduação na região norte, programa que foi denominado como Acelera Amazônia e com o qual se identificou, por exemplo, parceria entre a pós-graduação em enfermagem da UFSC (2020) com a UFPA.

O *cluster* azul claro é centralizado pela UFMG, que colabora frequentemente com a federal do Espírito Santo (UFES) e outras instituições de Minas Gerais (UEMG, UFLA, UFOP, UFSJ, UFV, UFJF e PUC-MG). O sete, laranja, é um *cluster* menos coeso, está mais disperso no mapa e possui algumas universidades do Ceará (UFCE, UNIFOR, UECE), do Piauí (UFPI e UESPI) e a rural do RJ (UFRRJ). Já o grupo seis, de cor ferrugem, concentra as outras instituições do Rio de Janeiro, sediadas na região metropolitana do estado: UFRJ, UERJ, UFF, FIOCRUZ, PUC-RJ, UNIRIO e UNESA. Por fim, o grupo nove é composto de apenas três instituições, duas de Brasília e a federal do Acre: UNB, UCB e UFAC.

Essa breve análise demonstra que a localização geográfica é um fator importante na colaboração interinstitucional, visto que diversos *clusters* possuem instituições centradas num mesmo estado ou estados próximos. Também ilustra o quão incomum é a colaboração com instituições estrangeiras, já que quase todas se concentram no mesmo grupo, o maior e que possui menos organizações brasileiras (o que será investigado com maior detalhe no capítulo seguinte, na seção de instituições colaboradoras estrangeiras).

A fim de verificar com maior detalhe os padrões de colaboração entre as instituições nacionais é necessário excluir as entidades estrangeiras e rodar as análises com um número menor de instituições. Isto é o que ilustra a figura a seguir, que conta com as 100 instituições brasileiras que mais publicaram artigos de estudos de gênero entre 1959 e 2019. A primeira imagem mostra o mapa com todas as ligações entre as instituições, e no detalhe com apenas as 100 mais fortes. A seguir, os detalhes não visíveis no mapa maior para os grupos vermelho, azul e azul claro.

Figura 33 - Mapa de colaboração entre as 100 instituições brasileiras que mais publicaram artigos de estudos de gênero entre 1959 e 2019, **com todas as linhas/arestas**, n=100 instituições



Fonte: Dados da pesquisa.

SP), lilás (cinco), azul claro (seis, instituições principalmente do RJ), laranja (sete, IFES principais do centro-oeste e mais dispersa entre si) e ferrugem (oito, grupo unitário).

Lembrando que o método de análise de rede utilizado relata a semelhança ou diferença entre os objetos analisados através da proximidade/distância entre eles, é significativo não só o agrupamento entre as instituições como também a posição de distância de uma instituição dentro de seu *cluster* e em relação aos demais. Isso relata, por exemplo, a constituição do *cluster* laranja neste mapa: a frequência de colaboração une as nove universidades do grupo, porém suas características de colaboração com outras instituições colocam a UNB muito mais próxima de instituições de outros grupos (UFPB, do vermelho, UFRGS E UFSC do verde, FIOCRUZ do azul claro), do que da Universidade Federal de Uberlândia, que se conecta mais a universidades do *cluster* lilás (UFMG e UFJF, por exemplo). Essas duas instituições laranjas estavam em grupos diferentes na *clusterização* com mais instituições.

O grupo laranja é o sete, composto de nove instituições localizadas na parte mais central do país: as já mencionadas UNB e UCB, do Distrito Federal, e no outro extremo universidades de Goiás, UFG, UEG, PUC-Goiás, mas também as mineiras UFTM e a UFU, supramencionada. As nortenas UFT e UFAM também compõem o *cluster*, com a última muito mais perto da UFRGS do que da UFTM. As universidades mineiras laranjas estão mais próximas do *cluster* lilás, grupo cinco, com onze IFES e centralizado pela UFMG, além da UFJF e UFV (ambas do interior de MG, federais e mais próximas dos grupos azuis), UFLA, UFOP, UFSJ, UFJVM (também federais e do interior de MG). Pertencem ainda ao lilás a UNIMONTES (estadual, interior MG), PUC-MG e UNIFRAN (ambas privadas e a última a única de SP, mas geograficamente próxima do MG) e a UFES (localizada em Vitória, ES).

No canto superior direito do mapa se encontra o *cluster* vermelho, composto por vinte universidades quase todas do nordeste do país. Se assemelha a um triângulo invertido, em que cada ponta há uma universidade que “subdivide” o *cluster* em semelhanças: na ponta de baixo, localizada mais ao centro do mapa está a UFBA, que está mais próxima em colaboração com universidades de outros *clusters*, como USP (amarelo), UNESP (azul escuro), UFMG (lilás) e UFRGS (verde). Entre UFBA e a ponta mais a direita está a Fundação Universidade Federal do Vale de São Francisco (de Petrolina, PE). A ponta mais a direita é dividida entre UFPB e UFPE, que possuem colaboração maior com outras universidades com menos artigos (e por isso são representadas por pontos menores no mapa): UFRN e UFS (estas quase com o mesmo peso que UFPE e UFPB),

UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana, que “no meio do caminho” entre as recém mencionadas e a UFBA e se localiza em Novo Horizonte, interior da BA), UPE (estadual de Pernambuco), UNICAP (privada, católica de PE), UFCG (de Campina Grande, PB), UEPB (também de Campina Grande), UERN (estadual do RN, em Açu) e UNG (uma universidade privada, única de fora do nordeste, localizada em Guarulhos, SP). Na outra ponta, a UFCE centraliza a colaboração com instituições também do CE, UECE e UNIFOR, e do Piauí, UFPI e USPI.

O outro *cluster* de maior tamanho é igualmente constituído por universidades de uma região do país: do sul, *cluster* verde. E novamente, o *cluster* em si parece se dividir entre instituições mais próximas geograficamente: UFSC, localizada mais perto dos outros *clusters*, e a UFRGS, mais próxima de outras universidades do RS⁸⁸. UFRGS centraliza as colaborações entre universidades gaúchas: PUC-RS, UFCSPA, UFSM, FURG, UFPEL, UPF, URI, UCS, UNISC, UNISINOS e a mais distante de todas, FEEVALE. A UFSC centraliza a outra parte do *cluster*, com universidades de SC como UDESC, UNISUL e UNIVALI, mas também do Pará – as universidades federal e estadual do Pará, UFPA e UEPA, norte do país, se encontram neste *cluster* e próximas à UFSC, que também se aproxima do *cluster* com universidades do Paraná (grupo azul) e do Rio de Janeiro (azul claro).

O *cluster* de azul mais escuro, *cluster* 3 com 17 organizações, na base do mapa, é centralizado pela UFPR num extremo, e pela UNESP no outro. UFPR em proximidade com PUC-PR, UTFPR, UEPG, UEM e UNICENTRO, todas paranaenses. UEL se encontra no meio do grupo, entre UNESP e UFPR, acompanhada pela EMBRAPA e UFGD e a seguir pela UEMS, as duas últimas do Mato Grosso do Sul. Tem-se então a UNESP, com a UFSCAR (muito próxima do grupo azul claro), UFMS, UFMT. Instituições menores, do interior da Bahia estão entre esse *cluster* e o vermelho: UESB (estadual do sudoeste da BA) e UESC (estadual de Santa Cruz, localizada em Ilhéus, BA).

Já o azul claro, *cluster* seis, com 10 instituições, possui principalmente instituições do RJ. Num lado a UFRJ, ligada principalmente a UERJ, UFRJ, UNIRIO, UNESA (privada do RJ) e UENF (a Darcy Ribeiro, estadual do norte fluminense). Há ainda neste grupo a FIOCRUZ, mais próxima do grupo amarelo, e o CNPq, mais próximo dos grupos verde e vermelho. O amarelo é o grupo quatro, localizado mais ao centro do mapa e portanto com o grupo de instituições que mais colaboram com as demais, dentro e fora do

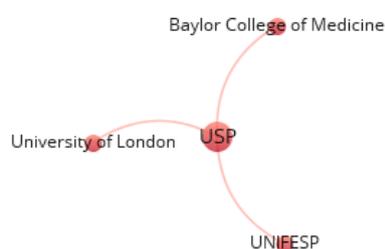
⁸⁸ Da mesma forma a UFBA é territorialmente mais próxima de outros estados do que o PE e PB, ou CE, que por sua vez possui maior território em contato com o PI.

seu *cluster*. USP, UNIFESP e UNICAMP são as de maior peso, acompanhadas a seguir por PUC-SP, UFMA, UFAL (esta perto da UFBA), e depois por PUC-Campinas, UNISANTOS, UFABC, UMESP, UNINOVE e Mackenzie.

Por fim, tem-se o menor *cluster*, composto de apenas uma única instituição: a Universidade Federal do Acre, cuja frequência de colaboração com as demais instituições brasileiras com maior número de artigos em EGB não é semelhante nem frequente o suficiente para agrupá-la com qualquer outra. Na imagem a seguir mostra-se a IFES e suas arestas de ligação com outras instituições. Note-se que estas ligações são visíveis apenas quando se configura o *software* para mostrar mil arestas. Por ser uma universidade mais ao norte do país, corrobora com a já constatada característica de colaboração por proximidade geográfica, que aparece em todos os agrupamentos de colaboração dos EGB. Algumas situações particulares se destacam por destoarem nesse sentido, como a presença das universidades federal e estadual do Pará no grupo composto majoritariamente por IFES da região mais sul do país.

Para analisar a evolução da colaboração, relata-se as colaborações interinstitucionais de cada década, usando para isso as mesmas organizações presentes nas tabelas de mais produtivas por década (tabelas 18 e 19). Nos anos 1970 quase não há colaboração entre instituições e é necessário incluir todas as instituições da década (e não apenas as da tabela) para ser possível fazer o mapa. Ficam apenas dois *clusters*, mas mostra-se abaixo apenas o que há instituições da tabela (as mais produtivas) presente: é centralizado pela USP, em parceria com a UNIFESP e outras entidades estrangeiras.

Figura 35 - Colaboração entre instituições mais produtivas em EGB, anos 1970, n=4

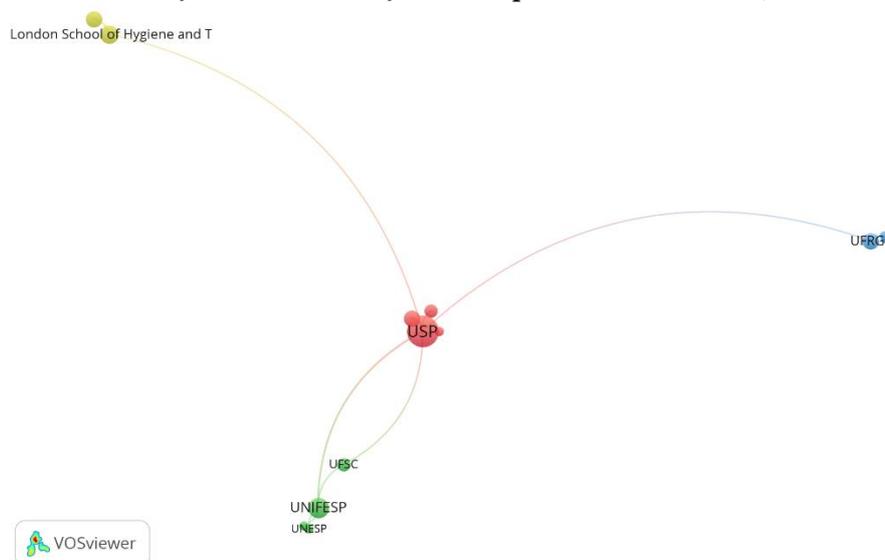


Fonte: Dados da pesquisa.

Nos anos 1980 encontram-se quatro grupos: o mais central, que colabora com todos os outros grupos, fica com a USP, UNICAMP, UFMG e UNB; o segundo com a UNIFESP ao centro, acompanhada da UNESP, UFRN e UFSC, esta última estabelecendo conexão também com o grupo centralizado pela UFRGS, UEL e UFPR; e o último, com UFPEL e a London School of Hygiene. Nos anos 1990, com o aumento e

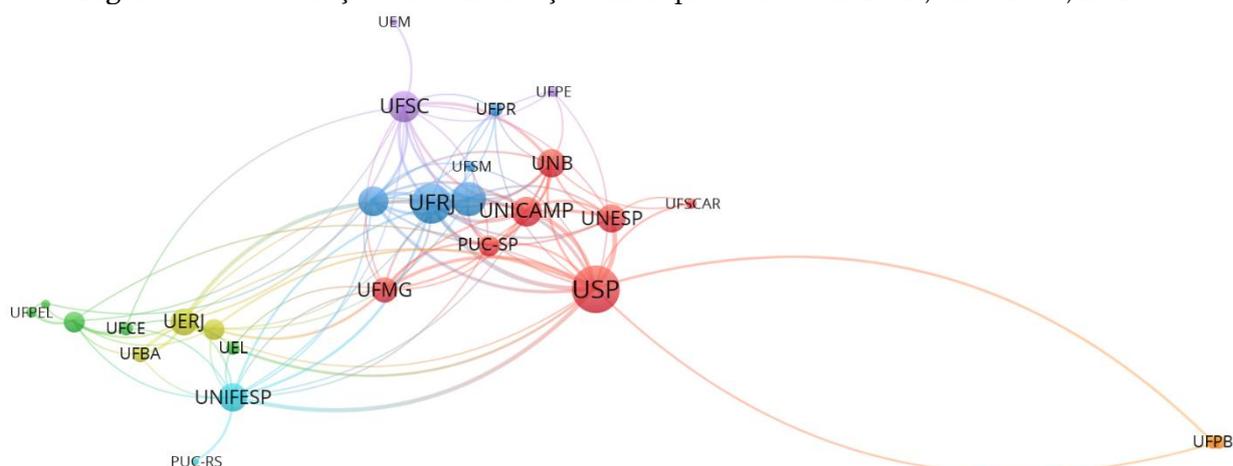
incentivo da produção na área, várias instituições estabelecem parcerias e o cenário se complexifica em sete grupos. UFRJ e USP estão entre as com mais conexões e por isso mais centralizadas no mapa, a USP no maior grupo, composto por universidade de SP (UFSCAR, UNICAMP, PUC-SP), UNB e UFMG; e a UFRJ com a UFRGS, UFF, UFSC, UFSM e UFPR). A UNIFESP, UERJ, UFPA e a London School of Hygiene centralizam cada um dos outros *clusters*, o último composto pelas brasileiras UFPEL, FURG, UFCE e UEL.

Figura 36 - Colaboração entre instituições mais produtivas em EGB, anos 1980, n=13



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 37 - Colaboração entre instituições mais produtivas em EGB, anos 1990, n=27

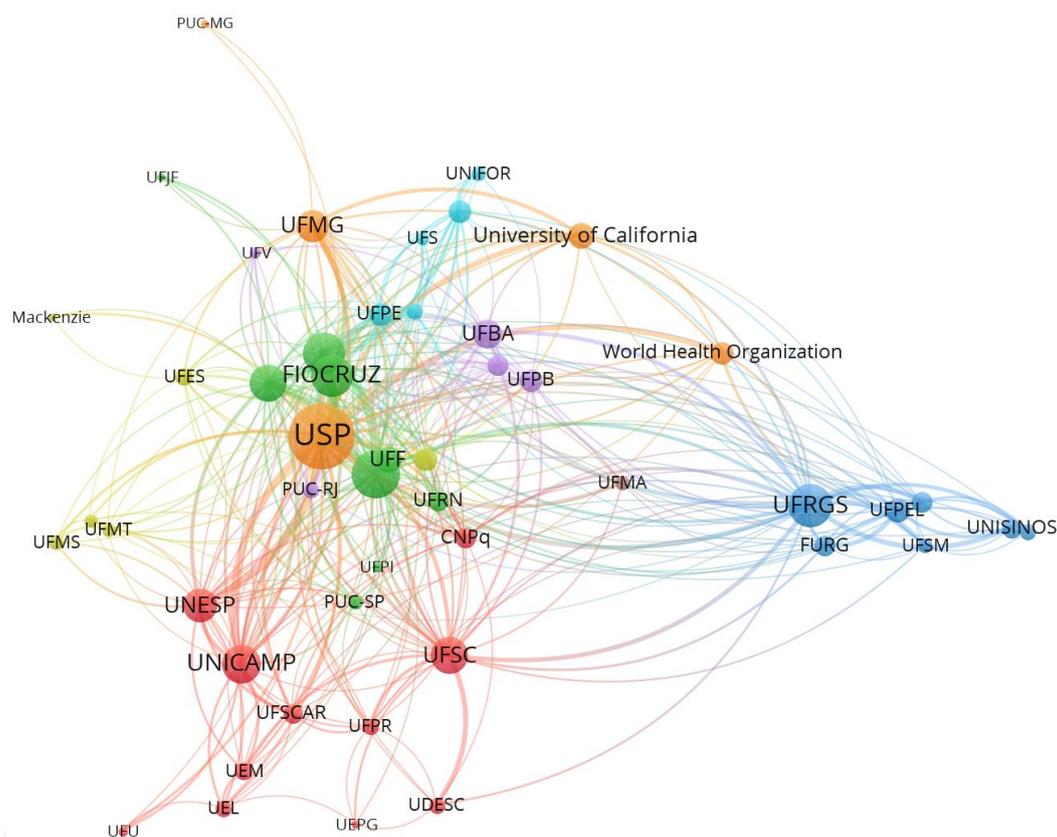


Fonte: Dados da pesquisa.

Nos anos 2000 os grupos de colaboração por região geográfica encontrados na análise geral começam a ficar mais caracterizados: UFRGS com as gaúchas UFPEL, FURG, UFSM, UNISINOS e ULBRA; se ligando pela UFSC ao *cluster* de universidades

que estão localizadas subindo o mapa em direção a SP, *cluster* que é centralizado pela UNICAMP e a UNESP, além de UFSCAR, UFPR, UDESC, UEPG, UEL, UEM, UFU, além do CNPq. O grupo verde é o com maior dispersão entre si e ao mesmo tempo mais conectado com outros grupos: UNIFESP, UFRJ, FIOCRUZ, UERJ e outras. Essas duas características também estão presentes nos grupos amarelo, com a UNB e UFES mais centralizadas, e o laranja, composto pela USP, UFMG, PUC-MG, University of California e WHO. UFBA, UFPB e UFPA ficam entre os grupos da UFRGS e outro bastante regional: o azul claro com a UFPE, UFAL, UFCE, UFS e UNIFOR. UFMA fica num grupo unitário.

Figura 38 - Colaboração entre instituições mais produtivas em EGB, anos 2000, n=49



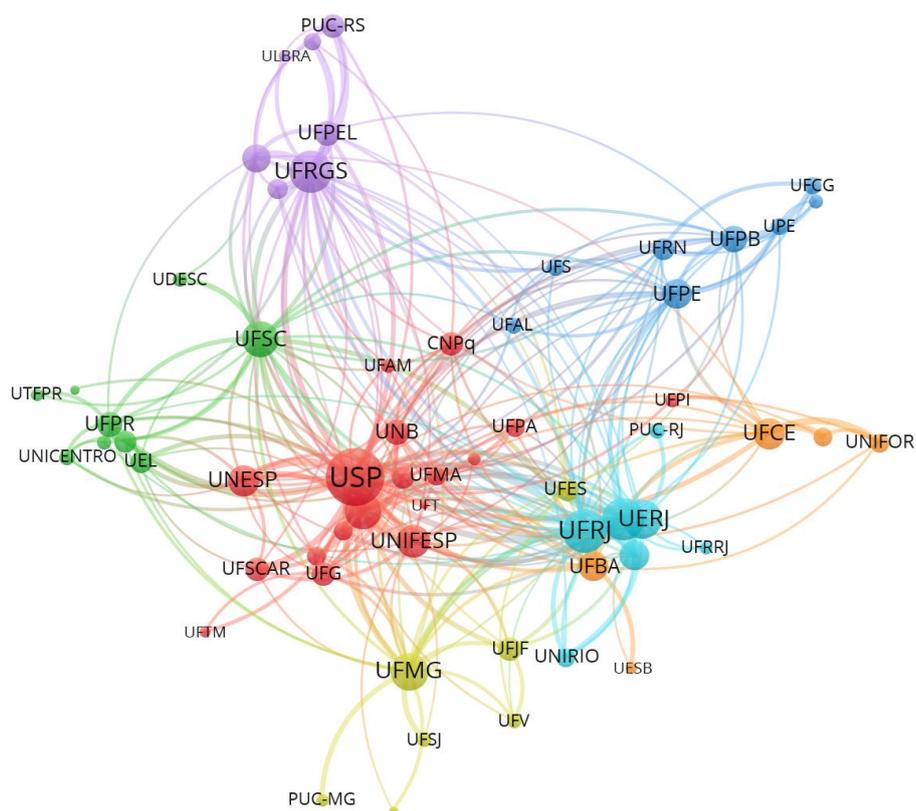
Fonte: Dados da pesquisa.

A partir de 2011 o aumento sem precedentes na frequência de publicações e colaboração (em comparação com as outras décadas), faz com que o mapa fique muito mais denso em número de arestas (que relatam as coautorias). A fim de facilitar a identificação das instituições a década é ilustrada com mapa de até 300 arestas, em que é possível perceber que estas são muito mais espessas quando comparadas às das décadas

anteriores. Neste mapa também fica muito mais evidente a colaboração por proximidade geográfica. São sete *clusters* e cada um pode ser identificado por uma região.

As instituições gaúchas permanecem coesas entre si, identificadas pela cor lilás no mapa. É interessante que a UFSC permanece em outro grupo, apesar de próxima (na análise com toda a coleção de dados, UFSC junto com outras instituições de SC compartilhavam o grupo com as universidades do RS). A UFSC, assim como na década anterior, compõe um grupo de colaboração com instituições de SC e do Paraná (grupo verde, com UFPR, UEL, UTFPR, UDESC e outras), mas desta vez sem as universidades de SP, que ficam desta vez reunidas no maior e mais centralizado/conectado grupo do *cluster*, com 18 instituições como USP, UNICAMP, UNESP, UNIFESP, UFSCAR, além de CNPq, UFPA, UFAM (que estava isolada na década anterior), UFMS, UFU e outras.

Figura 39 - Colaboração entre instituições mais produtivas em EGB, anos 2010, n=61, com 300 arestas



Fonte: Dados da pesquisa.

Universidades do Ceará (UFCE, UECE, UNIFOR), UFBA e UESB, ficam num grupo entre outras universidades do nordeste (grupo azul escuro, com UFPE, UFAL, UFPB, UPE, UEPE E UFCG) e a com instituições do RJ (azul claro, com UFRJ, UFRRJ, UFF, FIOCRUZ, UERJ, UNIRIO e PUC-RJ). UFES é a universidade do *cluster* amarelo

mais próxima ao *cluster* fluminense e à UFBA e divide um grupo com universidades de Minas Gerais – UFMG, UFJF, UFV, UFSJ, PUC-MG e UNIMONTES.

A USP permanece sempre centralizando o mapa, demonstrando que sua frequência de produção acompanha a frequência em colaborações, estabelecendo desde os primórdios da área parcerias com instituições de todas as regiões do país. As universidades gaúchas são as mais coesas e mais isoladas em relação aos demais grupos/regiões, visto que são o primeiro grupo bastante regionalizado a se formar e que fica sempre estabelecido a partir de então. A fronteira do RS com SC explica então porque a UFSC é a instituição que liga este grupo com universidades de SC, PR e, em alguns momentos, de SP. UFES também demonstra colaboração intensa com universidades que fazem fronteira com seu estado, inclusive quando estas universidades pertencem a outros grupos mais frequentes de parceria – o Espírito Santo faz fronteira com a Bahia, RJ e MG. As universidades mineiras são também caracterizadas por colaboração local, assim como as do RJ, que em alguns períodos se misturam às de SP. Já a região nordeste estabelece um grupo com universidades de todos os estados da região.

O próximo capítulo continua a investigação da localização dos agentes de pesquisa, desta vez focando em sua distribuição espacial no país, e depois as coautorias fora dos limites nacionais.

8 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA/ESPACIAL DA PESQUISA: LOCALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE VÍNCULO DAS AUTORIAS

Onde acontece a pesquisa em estudos de gênero no Brasil? Em que locais do país estão situadas as pessoas que pesquisam nesta área no país? Em quais países estrangeiros estão situadas as organizações colaboradoras? Para responder a essas perguntas foi verificado o endereço da instituição de vínculo de cada pesquisador ou pesquisadora, e analisadas suas unidades federativas, as regiões do país e os países das instituições estrangeiras.

8.1 No Brasil

Na tabela 24 a seguir mostra-se a quantidade de artigos por unidade federativa, em ordem decrescente. A primeira coluna mostra a quantidade de artigos excluindo-se as ocorrências duplicatas, ou seja, se um artigo com três pessoas duas são de uma universidade da Bahia e a terceira é de uma instituição do Rio de Janeiro, exclui-se a segunda ocorrência de BA e cada estado recebe um algarismo de autoria na contagem. Esta é a forma de contagem de autorias mais utilizada atualmente nas pesquisas bibliométricas⁸⁹. A coluna ao lado mostra a porcentagem de artigos em que a unidade federativa está presente (ou seja, a contagem de autorias dividida pelo número total de artigos).

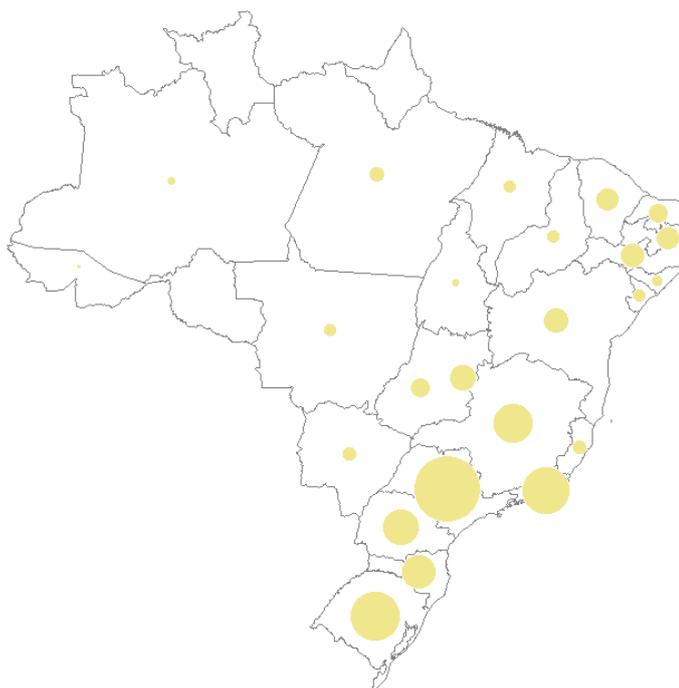
No mapa ao lado da tabela ilustra-se espacialmente a produção dentro do território brasileiro utilizando-se círculos proporcionais: o tamanho das circunferências é relativo ao número de artigos (quanto maior o círculo, maior o número de artigos). Já o mapa de densidade de pontos, utilizado para ilustrar o espalhamento espacial da produção no território nacional ao longo do tempo, tem como projeção a quantidade de pontos, em que cada ponto equivale a um artigo. Quanto mais pontos dentro de um estado, maior a

⁸⁹ Há estudos que optam por pontuar em um algarismo inteiro cada artigo, dividindo o valor de autoria para cada autor ou instituição. Então se duas pessoas escrevem um artigo, cada uma “recebe” 0,5 (1/2) na contagem de autoria, a contagem chamada “fracionada”. Na abordagem que é a mais adotada atualmente, escolhida para este estudo, cada pessoa é contada uma vez, independentemente de quantas coautorias o artigo possua. Por isso que a soma de contagens de autoria ultrapassa o valor total de artigos, já que um artigo é contado mais de uma vez se possui mais de uma autoria. Por outro lado, cada autoria é contada uma única vez, então se o nível de análise é para as instituições e há mais de uma pessoa da mesma instituição, esta é contada apenas uma vez (exclui-se as repetições, as “duplicatas”).

quantidade de artigos publicados. Para ambos os mapas foi utilizada a contagem sem duplicatas.

Tabela 24 - Distribuição da produção em EGB nas unidades federativas brasileiras com mapa de círculos proporcionais, 1959-2019, n absoluto = 31609 artigos

Unidade Federativa	#	%	Região	#	%
São Paulo	8256	26,12	Sudeste	15325	48,48
Rio Grande do Sul	4675	14,79	Sul	9147	28,94
Rio de Janeiro	4309	13,63	Nordeste	5979	18,92
Minas Gerais	3010	9,52	Centro-Oeste	2628	8,31
Paraná	2477	7,84	Norte	723	2,29
Santa Catarina	2209	6,99			
Distrito Federal	1292	4,09			
Bahia	1253	3,96			
Pernambuco	1109	3,51			
Ceará	984	3,11			
Paraíba	965	3,05			
Rio Grande do Norte	745	2,36			
Goiás	707	2,24			
Pará	422	1,34			
Espírito Santo	400	1,27			
Mato Grosso do Sul	381	1,21			
Sergipe	356	1,13			
Maranhão	343	1,09			
Piauí	335	1,06			
Mato Grosso	319	1,01			
Alagoas	219	0,69			
Amazonas	158	0,50			
Tocantins	114	0,36			
Acre	33	0,10			
Amapá	0	-			
Rondônia	0	-			
Roraima	0	-			



Dentro do Brasil, a produção científica em estudos de gênero está presente em quase todo o território nacional, com exceção de três estados: Amapá (AP), Roraima (RR) e Rondônia (RO). Isso significa que entre os artigos indexados na base de dados IFindr e recuperados com a estratégia de busca desta pesquisa, nenhum autor ou autora estava vinculado a instituição de pesquisa de qualquer desses três estados. Os três pertencem à região norte do país, região que, como se pode perceber pelo mapa, tem como um todo menor intensidade científica em EGB. Situação correlata foi percebida na análise de Diniz e Foltran (2004) para as autorias que publicaram na REF entre 1992 e 2002, em que não houve qualquer publicação desta região. No estudo de Matos (2018), realizado na mesma revista em período posterior, a representatividade da região aumentou para 2,15% das publicações, o que demonstra que este cenário pode ser extrapolado para toda a área de

estudos de gênero no país: incipiência da pesquisa (em termos quantitativos) na região norte.

Quando se analisa a produção pelas regiões, adotando os mesmos critérios de contagem das UFs, o cenário fica da seguinte forma: a produção é, como era de se esperar, concentrada nas regiões sudeste e sul do país. A região sudeste, especialmente o estado de São Paulo, desponta sempre como a mais produtiva do país, tanto em análises de toda as áreas da ciência quanto em estudos de áreas ou temas particulares. Isso se deve a dois fatores principais: o primeiro é a concentração histórica de pesquisadores e pesquisadoras no estado de São Paulo. Segundo dados censitários do Diretório de Grupos dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq (BRASIL, 2016), São Paulo possui a maior parte de pessoas envolvidas com pesquisa no Brasil, liderando o ranking de unidades federativas desde o primeiro ano de coleta dos dados, 1993, quando chega a ter quase três vezes mais pesquisadores que o segundo estado, Rio de Janeiro. Em todos os anos que a coleta foi feita, Rio de Janeiro é o segundo maior estado em número de pesquisadores, e o terceiro e quarto lugares são compartilhados entre RS e MG – RS na terceira posição e MG na quarta de 1993 ao censo de 2008, e a partir de 2010 as posições se invertem, permanecendo assim até o último censo, de 2016. É notável, no entanto, que a proporção de pesquisadoras no estado de São Paulo em relação ao total no país diminuiu ao longo do tempo, passando de 44,56% em 1993 para 19,83% em 2016 – ainda assim uma concentração expressiva, dada a dimensão do país.

O segundo fator se refere ao financiamento contínuo da pesquisa em SP: é o estado mais rico do Brasil e o único no país que destina 1% do seu PIB para a ciência (FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2011; LETA; GLÄNZEL; THIJIS, 2006). A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) tem capacidade de financiar não só pesquisas do próprio estado, como fomenta também pesquisas em outras UFs do país.

Em análise da produção científica brasileira de 1985 a 1999 indexada na WoS, Jacqueline Leta e Carlos Henrique Cruz (2003) identificam o estado de São Paulo como o maior em produção de artigos, seguido pelo estado do Rio de Janeiro, que os autores também identificam como beneficiados pela quantidade de recursos humanos e pela tradição em pesquisa. Estes dois estados são, de fato, os locais que receberam os primeiros incentivos para criação de uma sociedade científica no Brasil e sediaram suas primeiras instituições (SCHWARTZMAN, 2001). Também na citada pesquisa, Leta e Cruz (2003) identificam Minas Gerais e Rio Grande do Sul como os estados seguintes, tendo ambos

crescido em participação na pesquisa brasileira no período, com o RJ tendo diminuído. PR, DF, SC, PE e BA têm as maiores proporções seguintes e AM, CE e PA têm as menores.

Numa análise da ciência brasileira geral que inclui anos posteriores (1992 a 2009), concebida com dados da Plataforma Lattes, Sidone, Haddad e Mena-Chalco (2016) identificaram igualmente a diminuição da proporção de artigos do RJ desde 1992, sendo “ultrapassado” por MG e RS em número de artigos nos últimos anos do conjunto de dados. Essas constatações são pertinentes ao verificado no caso de estudos de gênero no país, em que o Rio Grande do Sul é o estado com maior produção de artigos, com maior produtividade (medida em número de artigos e capacidade científica a seguir) e em crescimento na última década (análise também posterior), colocando-o como destaque entre as unidades federativas.

Tabela 25 - Produção em EGB das unidades federativas brasileiras, décadas 1970 a 2010

Anos 1970			Anos 1980			Anos 1990			Anos 2000			Anos 2010		
UF	#	%	UF	#	%	UF	#	%	UF	#	%	UF	#	%
SP	36	73,47	SP	113	48,09	SP	601	42,68	SP	2427	33,35	SP	5077	22,43
PR	4	8,16	RS	26	11,06	RJ	225	15,98	RJ	1031	14,17	RS	3471	15,33
RJ	4	8,16	SC	18	7,66	RS	163	11,58	RS	1014	13,93	RJ	3032	13,39
PE	2	4,08	DF	17	7,23	SC	130	9,23	SC	611	8,40	MG	2346	10,36
DF	1	2,04	RJ	17	7,23	MG	72	5,11	MG	577	7,93	PR	1865	8,24
RS	1	2,04	MG	14	5,96	PR	68	4,83	PR	527	7,24	SC	1450	6,41
MG	1	2,04	PR	13	5,53	DF	64	4,55	DF	277	3,81	BA	977	4,32
			CE	6	2,55	RN	51	3,62	BA	226	3,11	DF	933	4,12
			RN	6	2,55	BA	46	3,27	PE	210	2,89	PE	872	3,85
			BA	4	1,70	PE	22	1,56	CE	186	2,56	PB	821	3,63
			PE	3	1,28	CE	19	1,35	RN	141	1,94	CE	773	3,41
			ES	3	1,28	PB	13	0,92	PB	131	1,80	GO	583	2,58
			MA	2	0,85	PA	10	0,71	GO	117	1,61	RN	547	2,42
			GO	2	0,85	MT	9	0,64	MA	77	1,06	PA	351	1,55
			AM	1	0,43	GO	5	0,36	ES	69	0,95	MS	327	1,44
			AC	1	0,43	ES	5	0,36	PA	60	0,82	ES	323	1,43
			MT	1	0,43	AC	4	0,28	MS	53	0,73	SE	311	1,37
			PA	1	0,43	MA	3	0,21	SE	44	0,60	PI	299	1,32
						AL	2	0,14	AL	39	0,54	MT	277	1,22
						PI	2	0,14	PI	34	0,47	MA	261	1,15
						SE	1	0,07	MT	32	0,44	AL	178	0,79
						MS	1	0,07	AM	14	0,19	AM	142	0,63
						AM	1	0,07	AC	8	0,11	TO	107	0,47
									TO	7	0,10	AC	20	0,09

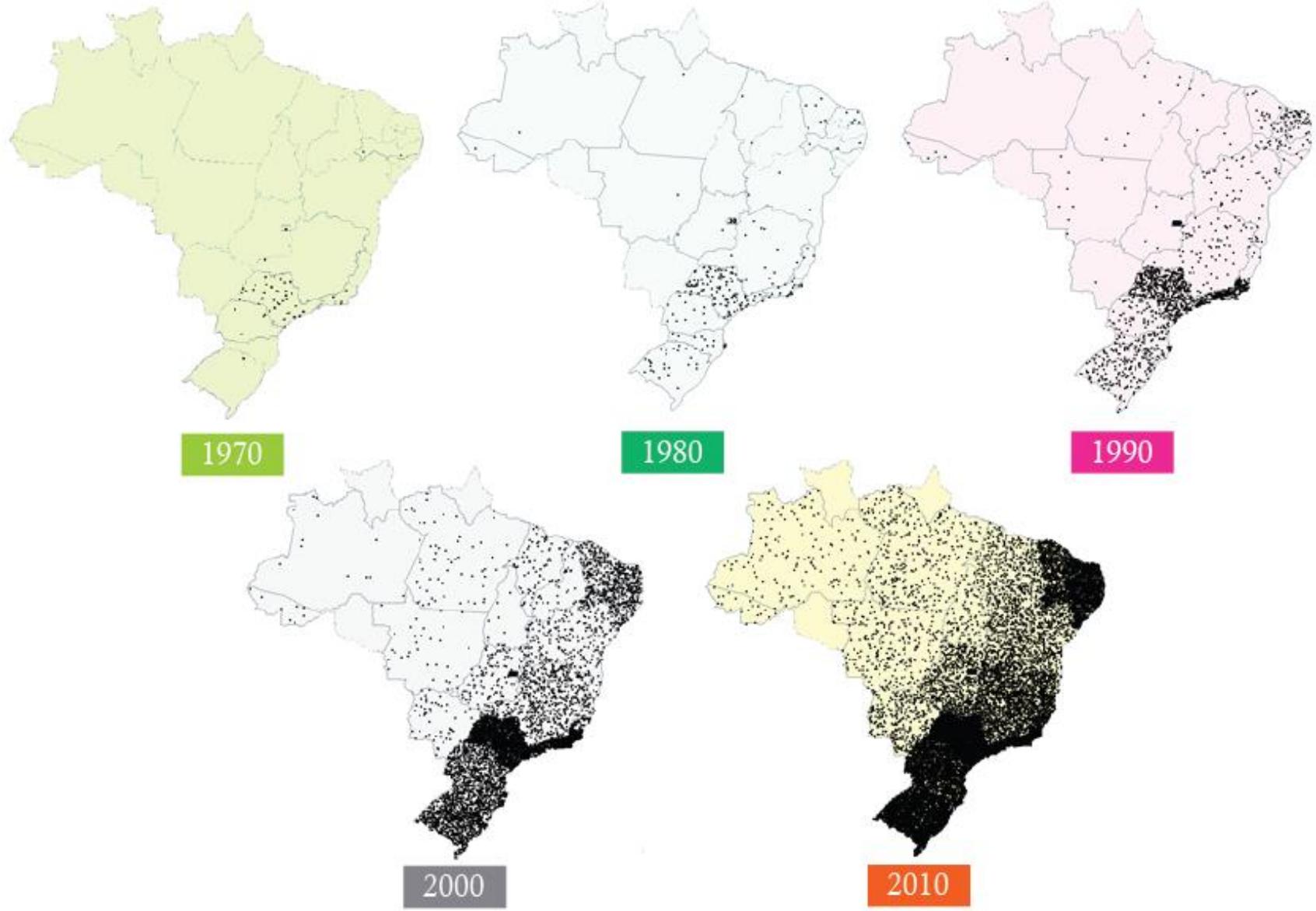
Fonte: Dados da pesquisa.

Ao se verificar a produtividade dos estados e do distrito federal a cada década, percebe-se que, naturalmente, a proporção de artigos de SP em relação ao país também vai diminuindo ao longo do tempo, a medida que novos estados começam a publicar na área – o mesmo acontecendo para a ciência geral, segundo Sidone, Haddad e Mena-Chalco

(2016). Nos anos 1970 são 73,47% dos pesquisadores vinculados à USP e 22,43% nos anos 2010. Em outras palavras, a produção se espalha pelo território brasileiro, mas SP se mantém como o mais produtivo, conforme tabela 25. O apêndice E traz a tabela completa, incluindo também a quantidade de artigos por UF a cada década nas duas revistas pioneiras em EGB.

A soma das porcentagens por unidade federativa extrapola os 100% (calculado em relação ao número de artigos), já que duas ou mais UFs podem estar presentes em uma mesma publicação, ou seja, são produções em colaboração entre dois estados. Neste sentido, a única década em que isso não ocorre é a 1970, pois não há colaboração interestadual neste período. Quanto maior a porcentagem, mais colaboração entre estados, o que se verifica que aumenta ao longo do tempo, já que as somas passam de 100% na década de 1970 para 105,53% (década de 1980), 107,74% (1990), 108,71% (2000) e 111,95% (2010).

Figura 40 - Distribuição das publicações em estudos de gênero no território brasileiro cada década (1971-2019), n=31609



Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados relatados até aqui dizem respeito aos dados absolutos de cada unidade federativa. Como sabe-se que há diferenças significativas na atividade científica de cada uma, é necessário também relativizar os resultados de acordo com algumas destas características⁹⁰. Uma delas é o tamanho da comunidade científica de cada lugar, ou seja, da capacidade em termos de recursos humanos para o desenvolvimento de pesquisas. Assim, pode-se medir a produtividade de cada entidade, neste caso das unidades federativas, frente ao tamanho da comunidade acadêmica existente em cada lugar.

Infelizmente o Brasil não conta com uma fonte precisa para esse tipo de informação, porém o CNPq publica periodicamente dados a este através do censo do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP) do Portal Lattes⁹¹. Segundo o CNPq, o censo é composto de dados do DGP e de outras fontes oficiais como “Sistema de Bolsas do CNPq e do COLETA da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPEs (docentes da pós-graduação)” e fornece um retrato da “capacidade instalada de pesquisa no país” (BRASIL, 2016b). É, portanto, a fonte oficial disponível mais adequada para *estimar* e relativizar a capacidade científica de cada estado brasileiro frente à quantidade de artigos que produziu. A base considera como pessoas pesquisadoras “[...] os membros graduados ou pós-graduados da equipe de pesquisa, direta e criativamente envolvidos com a realização de projetos e com a produção científica, tecnológica e artística [...]” (BRASIL, 2016, doc. não paginado), portanto estudantes de graduação não são contabilizados.

Existem dados para períodos dos anos 1990, 2000 e 2010, portanto é possível estimar em relação a estas décadas. Para isso foram utilizados os dados do ano mais central disponível de cada uma delas, ou seja, entre os anos terminados em 5 e 6 (já que foi adotada a divisão matemática de décadas, iniciando no ano 1 terminando no 0). Então os anos de base para o número de pessoas pesquisadoras foram os de 1995 para anos 1990, 2006 para os anos 2000 e 2016 para os anos 2010. Para a análise de todos os anos, foi utilizado o censo mais recente, de 2016.

⁹⁰ Uma das formas mais comuns é relativizar o resultado encontrado frente à produção total da entidade – por exemplo, a quantidade de artigos de SP em estudos de gênero à produção total do estado (em todas as áreas) no mesmo período. Contudo a fonte de dados deste estudo não permite verificar a produção por localização. Para a presente pesquisa, no caso dos estudos de gênero foi possível realizar tal análise graças ao *download* e limpeza dos dados das instituições e posterior inserção manual da localização de cada uma delas. Para verificar a produção de cada estado, seria necessário realizar o *download* e limpeza de mais de 1.222.600 artigos, por isso se optou pela relativização a partir dos recursos humanos, um dos fatores responsáveis pela participação diferenciada de cada estado brasileiro na ciência (LETA; CRUZ, 2003).

⁹¹ É necessário ressaltar que estes números fornecem uma estimativa dos recursos humanos de cada estado, já que a fonte de dados “[...] contém informações de contribuição voluntária, sem mecanismos de validação, e tem sofrido alterações de metodologia e universo de cobertura em cada versão.” (LETA; CRUZ, 2003, p. 142).

A produtividade foi medida da seguinte forma: o número de artigos da UF dividido pela quantidade de pesquisadores(as). Como o resultado é um número decimal, o valor é multiplicado por cem para facilitar a análise. Como parâmetro, é verificada a média para todo o território nacional no mesmo recorte, portanto o número total de artigos do período dividido pelo número total de pesquisadores(as). As UFs que ficam acima deste valor têm uma média maior que a nacional, enquanto as que ficam abaixo têm uma média menor. Os mapas também ilustram a distribuição da produção relativa em EGB no território nacional.

Em 2016 o CNPq registrou 227920 pesquisadores e pesquisadoras vinculados a instituições brasileiras. Tendo em vista que a coleção de dados total é de 31609 artigos brasileiros em estudos de gênero, a média nacional em estudos de gênero é de 0,13868 artigos por pesquisador(a). Nacionalmente (considerando-se o total de pesquisadores para o Brasil inteiro e o conjunto de total de EGB), o que aqui se denomina como “produtividade” é igual a 13,87. Neste cenário, as unidades federativas brasileiras que mais publicaram EGB são: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro, nesta ordem. Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Goiás, Minas Gerais e Paraná ocupam as posições seguintes e ficam acima da média nacional.

Tabela 26 - Distribuição da **produtividade relativa** de EGB no território nacional, 1959-2019, com mapa de círculos proporcionais

UF	Pesq	% pesq	Art	% art	Art/Pesq	Produtiv
RS	19.573	8,59	4675	14,79	0,23885	23,88
SC	10.958	4,81	2209	6,99	0,20159	20,16
DF	6.633	2,91	1292	4,09	0,19478	19,48
SP	45.204	19,83	8256	26,12	0,18264	18,26
RJ	25.271	11,09	4309	13,63	0,17051	17,05
CE	5.919	2,60	984	3,11	0,16624	16,62
PB	6.112	2,68	965	3,05	0,15789	15,79
RN	4.743	2,08	745	2,36	0,15707	15,71
GO	4.921	2,16	707	2,24	0,14367	14,37
MG	21.461	9,42	3010	9,52	0,14025	14,03
PR	17.755	7,79	2477	7,84	0,13951	13,95
PI	2.483	1,09	335	1,06	0,13492	13,49
PE	8.302	3,64	1109	3,51	0,13358	13,36
SE	3.200	1,40	356	1,13	0,11125	11,13
ES	3.597	1,58	400	1,27	0,11120	11,12
BA	11.552	5,07	1253	3,96	0,10847	10,85
MA	3.214	1,41	343	1,09	0,10672	10,67
MS	4.282	1,88	381	1,21	0,08898	8,90
MT	3.737	1,64	319	1,01	0,08536	8,54
AL	2.743	1,20	219	0,69	0,07984	7,98
PA	5.875	2,58	422	1,34	0,07183	7,18

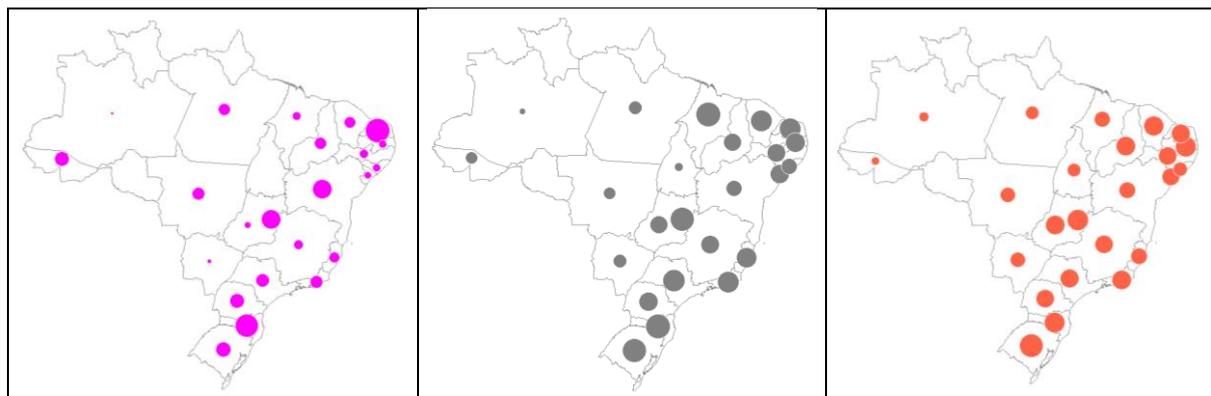


TO	1.842	0,81	114	0,36	0,06189	6,19
AC	890	0,39	33	0,10	0,03708	3,71
AM	4.329	1,90	158	0,50	0,03650	3,65
RR	775	0,34	x	x	x	-
AP	900	0,39	x	x	x	-
RO	1.649	0,72	x	x	x	-
BR	227.920	1	31609	1	0,13868	13,87

A produtividade e a sua distribuição pelo território brasileiro por década ficam da seguinte forma (as colunas de quantidade de pessoas pesquisadoras e de artigos foram ocultadas, mas estão disponíveis no apêndice F):

Tabela 27 - Evolução da produção relativa das UFs brasileira, décadas de 1990, 2000 e 2010, com mapas de círculos proporcionais

Anos 1990		Anos 2000		Anos 2010	
UF	Produtiv	UF	Produtiv	UF	Produtiv
RN	18,82	SC	11,44	RS	17,73
SC	16,82	MA	11,32	DF	14,07
DF	12,28	DF	10,78	PB	13,43
BA	12,04	RS	10,61	SC	13,23
RS	7,23	SP	9,33	CE	13,06
AC	6,90	CE	8,87	PI	12,04
PR	6,81	RN	8,77	RJ	12,00
SP	5,69	RJ	8,65	GO	11,85
MT	5,20	ES	7,81	RN	11,53
RJ	5,13	PB	7,28	SP	11,23
PI	4,76	SE	7,03	MG	10,93
PA	4,61	PR	6,70	PR	10,50
CE	4,31	MG	6,49	PE	10,50
ES	3,73	PE	6,29	SE	9,72
MG	2,89	GO	6,13	ES	8,98
PE	2,53	PI	6,00	BA	8,46
MA	2,26	AL	4,92	MA	8,12
AL	1,96	BA	4,76	MS	7,64
PB	1,90	MS	3,53	MT	7,41
SE	1,56	PA	3,44	AL	6,49
GO	1,37	AC	2,89	PA	5,97
MS	0,52	MT	2,72	TO	5,81
AM	0,32	TO	1,35	AM	3,28
AP	x	AM	0,76	AC	2,25
RO	x	RO	x	AP	x
RR	x	AP	x	RO	x
TO	x	RR	x	RR	x
BR	5,32	BR	7,36	BR	9,93



Chama a atenção que o estado do Rio Grande do Norte deixa posição de maior produção relativa na década de 1990 para a sétima e nona posição nas décadas seguintes. O estado fica em oitavo lugar quando considerados todos os anos. Já o Maranhão fica na segunda posição nos anos 2000, fenômeno pontual já que tanto na década anterior, quanto na seguinte e na análise de todo o corpus o MA fica abaixo da média nacional. Tais questões são parcialmente explicadas pela quantidade pequena de pessoas pesquisadoras nestes estados, o que torna cada produção mais significativa proporcionalmente.

Ao se verificar os dados, percebe-se que todas as produções do RN no período são de pessoas vinculadas à UFRN, a maioria publicada em revistas das áreas de educação e enfermagem, com o veículo de publicação mais frequente para a revista Educação Em Questão, vinculada à UFRN. O estado permanece com média de produtividade acima da média brasileira em todos os recortes, o que já não ocorre para o estado do Maranhão. Nos anos 2000, as publicações do MA são em sua maioria da UFMA e nas áreas de ciências sociais e saúde pública. O veículo mais frequente é a Revista Pós Ciências Sociais, vinculada à UFMA.

Outra forma de relativizar os dados é verificar o crescimento ou decréscimo na produtividade através da *growth index* e do delta proporcional, já utilizados na análise de instituições de pesquisa. São utilizados os dados das décadas de 2000 e 2010, período em que todas as UFs analisadas estão presentes. O resultado é refletido na tabela a seguir.

Tabela 28 - Índice de crescimento das unidades federativas brasileiras em termos de produção científica em EGB, década de 2010 em relação a 2000

UF	Art 2000	Art 2010	GI	Delta proporc	Varição %
TO	7	107	15,29	14,29	1429
AM	14	142	10,14	9,14	914
PI	34	299	8,79	7,79	779
MT	32	277	8,66	7,66	766
SE	44	311	7,07	6,07	607

PB	131	821	6,27	5,27	527
MS	53	327	6,17	5,17	517
PA	60	351	5,85	4,85	485
GO	117	583	4,98	3,98	398
ES	69	323	4,68	3,68	368
AL	39	178	4,56	3,56	356
BA	226	977	4,32	3,32	332
CE	186	773	4,16	3,16	316
PE	210	872	4,15	3,15	315
MG	577	2346	4,07	3,07	307
RN	141	547	3,88	2,88	288
PR	527	1865	3,54	2,54	254
RS	1014	3471	3,42	2,42	242
MA	77	261	3,39	2,39	239
DF	277	933	3,37	2,37	237
RJ	1031	3032	2,94	1,94	194
AC	8	20	2,50	1,50	150
SC	611	1450	2,37	1,37	137
SP	2427	5077	2,09	1,09	109
BR total	7912	25343	5,28* (média)	4,28	
Legenda:	Acima de todos os valores nacionais		5,28 >		
	*Média UFs com produção em EGB		5,28		
	Média todas UFs		4,69		
	Brasil (total)		3,11		

Fonte: Dados da pesquisa.

A média do índice de crescimento nacional é de 5,28, se levadas em conta apenas as unidades federativas com alguma produção na área (as que aparecem na tabela), ou de 4,69 se incluídos todas as 27 UFs⁹². Se o Brasil for avaliado como uma entidade única, o GI em estudos de gênero é de 3,11. Na tabela os estados ou distrito federal com taxa acima ou abaixo desses valores são indicados por colorações que vão do verde ao vermelho, indicando o “desempenho” nestes índices. Neste cenário, o estado com maior produção em vários recortes da pesquisa, SP, mostra-se como o que tem o menor crescimento nas últimas duas décadas, e o acompanha outros estados que igualmente figuram entre os mais produtivos, o RJ e SC, mas também o Acre, que continua incipiente na pesquisa em EGB.

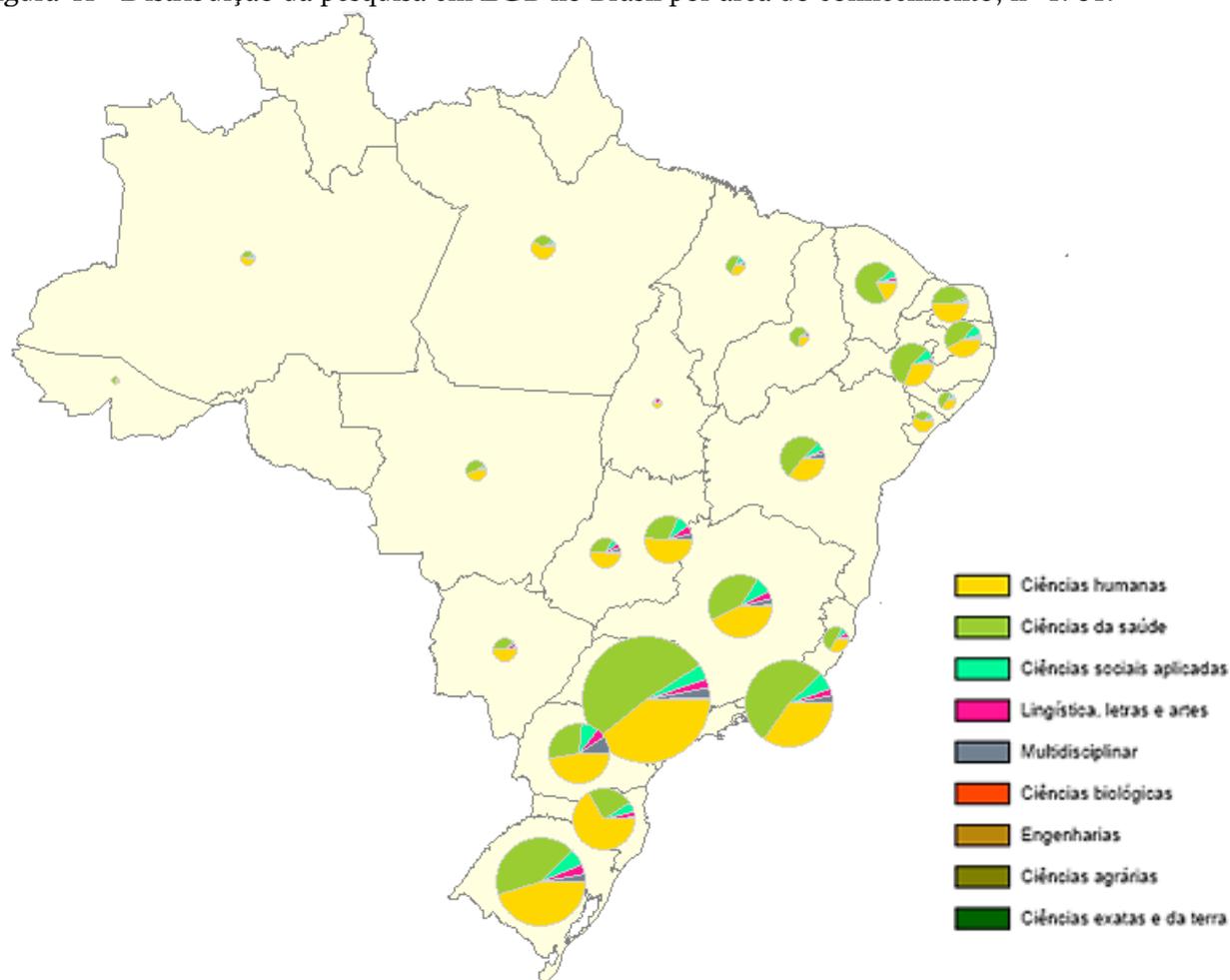
Em sentido inverso, os estados com a menor produtividade são os que possuem a maior taxa de crescimento nos últimos anos, como é o caso de Tocantins, Amazonas, Piauí e Mato Grosso. As exceções são Acre e Maranhão, que possuem produção menor e têm índice de crescimento abaixo dos valores nacionais (MA entre o GI do Brasil e a média quando consideradas todas as UFs brasileiras). Já a Bahia figura em todos os recortes

⁹² 5,28 é o GI médio nacional se forem levadas em conta apenas as unidades federativas com alguma produção em EGB. Se consideradas todas, o valor cai para 4,69. Se o índice fosse calculado para todo o Brasil (sem média, como nível nacional) o GI é 3,11.

dentro do primeiro ou segundo quartil dos estados mais produtivos e, embora seu índice de crescimento esteja abaixo das duas médias nacionais (5,28 e 4,69), fica como 12ª UF que mais cresce em produção na área, ou seja, mais do que a metade dos outros estados. Roraima, Rondônia e Amapá são os estados sem produção.

Sob o prisma das áreas do conhecimento, percebe-se a inclinação para a pesquisa em estudos de gênero focada na área da saúde nos estados do Ceará, Pernambuco, Piauí, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Já o Distrito Federal, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul têm maior enfoque nas ciências humanas. O mapa a seguir mostra a partir de círculos proporcionais a distribuição da pesquisa por área do conhecimento em cada unidade federativa. A tabela faz um resumo por região do país, e no apêndice G se encontra a tabela completa de número de artigos por área para cada UF e região, assim como quanto isso representa dentro da produção na área ou geograficamente.

Figura 41 - Distribuição da pesquisa em EGB no Brasil por área do conhecimento, n=19819



Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 29 - Artigos em EGB por área de pesquisa nas regiões do país, n= 19819

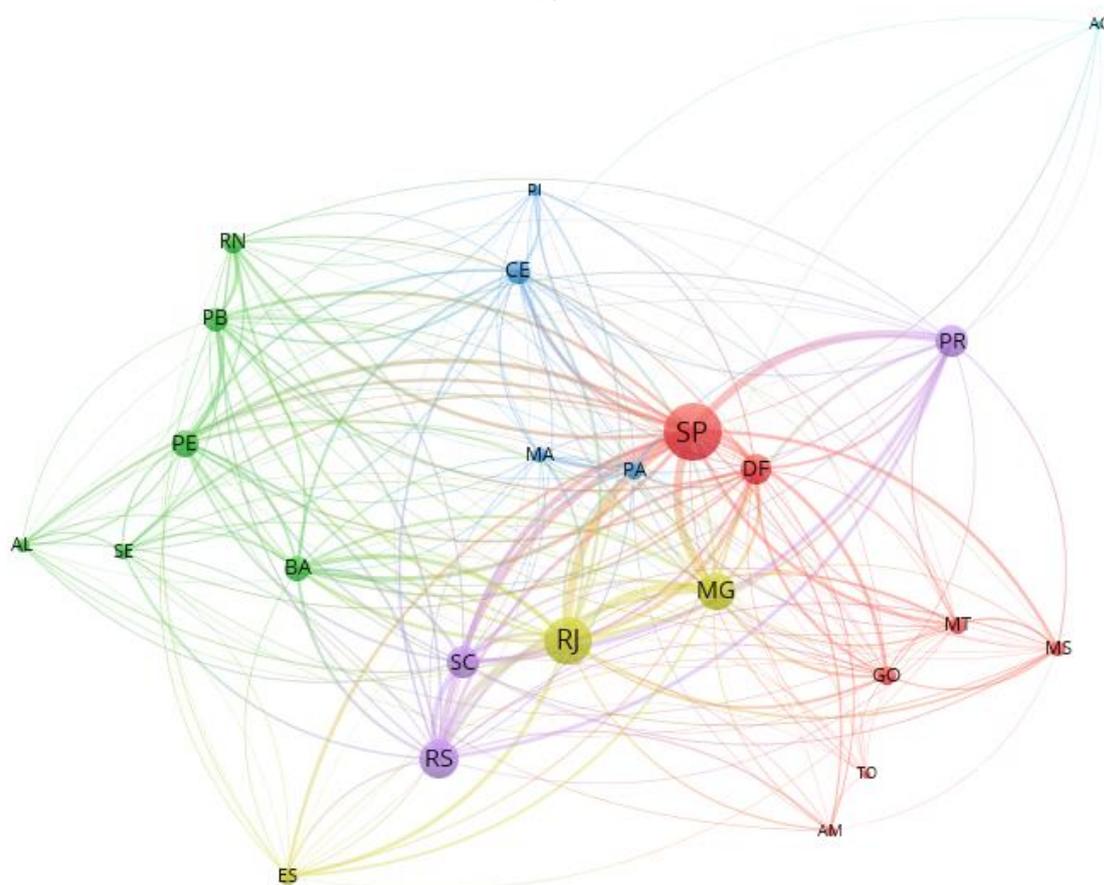
Região	Art total	Ciências humanas			Ciências da saúde			C sociais aplicadas			Ling, letras e artes			Multi-disciplinar			
		#	%	reg	#	%	reg	#	%	reg	#	%	reg	#	%	reg	
Sudeste	15325	4026	46,20	26,27	5155	59,88	33,64	557	46,73	3,63	269	41,97	1,76	264	44,67	1,72	
Sul	9147	2975	34,14	32,52	1990	23,12	21,76	375	31,46	4,10	218	34,01	2,38	217	36,72	2,37	
Nordeste	5979	1234	14,16	20,64	1799	20,90	30,09	230	19,30	3,85	84	13,10	1,40	87	14,72	1,46	
Centro-Oeste	2628	785	9,01	29,87	500	5,81	19,03	110	9,23	4,19	81	12,64	3,08	60	10,15	2,28	
Norte	723	190	2,18	26,28	109	1,27	15,08	14	1,17	1,94	17	2,65	2,35	13	2,20	1,80	
		Ciências biológicas			Engenharias			Ciências agrárias			C exatas e da terra						
		#	%	reg	#	%	reg	#	%	reg	#	%	reg				
Sudeste	15325	15	62,50	0,10	16	84,21	0,10	7	38,89	0,05	8	0,8	0,05				
Sul	9147	5	20,83	0,05	4	21,05	0,04	4	22,22	0,04	1	0,1	0,01				
Nordeste	5979	3	12,50	0,05	1	5,26	0,02	4	22,22	0,07	0	0	0,00				
Centro-Oeste	2628	2	8,33	0,08	0	0,00	0,00	4	22,22	0,15	2	0,2	0,32				
Norte	723	1	4,17	0,14	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00				

Fonte: Dados da pesquisa.

Quando se verifica a cooperação entre as unidades federativas analisada através da coautoria de artigos, percebe-se que a proximidade geográfica é relevante para o estabelecimento de parcerias no território brasileiro. A figura a seguir ilustra os grupos de colaboração (*clusters*) por cor, identificados a partir de frequência e similaridade nos padrões de colaboração. Cada estado e o distrito federal são identificados por suas siglas e o diâmetro do círculo de cada um indica o tamanho de sua produção— como São Paulo é o estado que mais publica, é o maior na figura. As arestas indicam as colaborações e da mesma forma seu tamanho (espessura) indica a frequência/peso da colaboração.

São identificados seis *clusters*, o maior constituído por sete UFs incluindo o estado mais central no mapa, São Paulo. É o *cluster* vermelho, que conta com SP, as UFs do centro-oeste do país (DF, GO, MT, MS) e duas do norte (AM e TO). SP e DF estão mais ao centro, colaborando mais com outras UFs de outros grupos, já os demais, UFs menores em termos de produção, colaboram mais entre si e com SP e DF. Os outros estados do sudeste do Brasil, MG, ES e RJ constituem um grupo à parte, o amarelo, porém ainda ligado com o vermelho.

Figura 42 - Colaboração em estudos de gênero entre as unidades federativas brasileiras, 1959-2019



Fonte: Dados da pesquisa.

Os três estados do sul formam o grupo lilás, sendo que o estado sulista mais ao norte está mais interligado com o grupo de estados do centro-oeste, enquanto SC fica intermediário em relação à RS, o estado mais ao sul e o mais isolado no mapa de colaboração – fundamentando a questão da proximidade geográfica como fator preponderante na cooperação. Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte formam um grupo bastante coeso, unindo UF's de tamanho similar e com frequência de colaboração/contribuições similares entre si. Já Pará, Maranhão, Piauí e Ceará formam outro grupo, que está mais ligado ao *cluster* de São Paulo, enquanto o Acre forma um “grupo unitário”, caracterizando-se como o estado mais isolado em termos de colaboração.

8.2 No mundo (instituições colaboradoras estrangeiras)

A colaboração na produção científica brasileira em estudos de gênero não se resume a cooperações dentro do país. As pesquisadoras e os pesquisadores vinculados a instituições sediadas no Brasil colaboram também com pessoas vinculadas a instituições estrangeiras. Dos 31609 artigos que compõem esta pesquisa, uma parcela de 6,76% (2137 artigos) foi publicada com colaboração internacional. É uma proporção pequena se comparada a outras áreas do conhecimento, mas ainda significativa se levarmos em conta que a área se constitui de disciplinas em que a colaboração não é comum. Para comparação, segundo Cross, Thomson e Sinclair (2018), cerca de 1/3 das publicações brasileiras de 2011 a 2016 tiveram pelo menos um colaborador(a) estrangeiro.

A maior parte desses artigos de EGB com colaboração internacional são de ciências da saúde (57,48%). Dentro desta área, 12,22% dos artigos são publicados em coautoria estrangeira⁹³. É interessante, entretanto, que os dois artigos com maior número de países diferentes assinando não são artigos de áreas tecnológicas, clínicas ou realizadas em laboratório, que costumam ter mais colaboração por causa da necessidade de “troca” de insumos e tecnologias. Os dois artigos são de psicologia e versam a respeito de relações de gênero na cultura de diferentes países. São eles: “Catching up with wonderful women: the women-are-wonderful effect is smaller in more gender egalitarian societies” (KRYSS *et al.*, 2018) e “The associations of dyadic coping⁹⁴ and relationship satisfaction vary between and within nations: a 35-nation study” (HILPERT *et al.*, 2016).

Os *fields* de classificação da IFindr em que o Brasil mais colabora internacionalmente são, nesta ordem: saúde pública (277 artigos), obstetrícia e medicina reprodutiva (137), enfermagem (100), psiquiatria (89), pediatria (66), estudos de gênero (63), ciência e tecnologia, geral (55), educação geral (50), psicologia e ciências cognitivas, geral (50), epidemiologia (45), psicologia social (45), ciência do comportamento e psicologia comparada (39), virologia (39), psicologia do desenvolvimento e criança (34) e sociologia (34). O idioma utilizado nesses artigos é principalmente o inglês, seguido de português e espanhol. Entre as grandes áreas do CNPq, a proporção de artigos em colaboração internacional é indicada a seguir. As primeiras colunas dizem respeito à

⁹³ Nestes cálculos, utiliza-se o total de EGB e de artigos em colaboração internacional que possuem classificação de área preenchida, n=19819 e n=1832 respectivamente. A primeira área com maior proporção de artigos em colaboração seria engenharia (21,05%), porém como a amostra de dados pra ela é pequena, não se pode fazer afirmações concretas.

⁹⁴ *Dyadic coping* é um conceito de psicologia social que fala sobre como casais se ajudam no enfrentamento ao estresse, então o artigo fala sobre como isso se relaciona à satisfação no relacionamento e questiona o modelo sistêmico que determina que o contexto social, cultural e de gênero podem influenciar nesses aspectos (HILPERT *et al.*, 2016).

quantidade e à proporção de artigos com colaboração internacional dentro da área, a terceira em relação ao total de artigos em colaboração internacional e a quarta mostra o quanto representam em relação a total de estudos de gênero brasileiros.

Tabela 30 - Colaboração internacional por área do conhecimento (classificação CNPq), n=1832 (duas primeiras colunas) e n=19819 (últimas colunas)

Áreas	Art	% art internac	% da área	% EGB
Ciências da saúde	1053	57,48	12,23	5,31
Ciências humanas	538	29,37	6,17	2,71
Ciências sociais aplicadas	117	6,39	9,82	0,59
Multidisciplinar	93	5,08	15,74	0,47
Linguística, letras e artes	22	1,20	3,43	0,11
Engenharias	4	0,22	21,05	0,02
Ciências biológicas	2	0,11	8,33	0,01
Ciências exatas e da terra	2	0,11	20,00	0,01
Ciências agrárias	1	0,05	5,56	0,01
Total	1832	100%	-	-

Fonte: Dados da pesquisa.

Obs.: Dos 2137 artigos com colaboração internacional, 1832 possuem classificação de área. Em função da pequena amostragem de artigos, as áreas a partir de engenharias são utilizadas apenas para comparação.

São 81 países ou territórios que colaboram com o Brasil em estudos de gênero – para a ciência geral, são 123 nações segundo a pesquisa com publicações de 2011 a 2016 (CROSS; THOMSON; SINCLAIR, 2018). A tabela em seguida identifica os países por ordem de frequência. Na primeira coluna mostra-se o número de artigos em contagem sem duplicatas, ou seja, mesmo que haja mais de uma pessoa colaborando do mesmo país num artigo, esse país é contado uma única vez. A segunda coluna mostra o quanto esses valores representam em relação ao total de artigos em estudos de gênero brasileiros (31609).

É necessário salientar que vários países colaboraram poucas vezes com o Brasil em todas os anos abordados neste estudo (quase cinco décadas) e vários deles aparecem poucas vezes, em publicações resultantes de um mesmo estudo (ou estudos) de grande porte, por exemplo, o que já citado sobre *dyadic coping* reuniu mais de 30 países, ou o com oito países e que foi a única colaboração com instituição da Venezuela – artigo “Disclosing lesbian and gay male sexual orientation in later life: attitudes of younger and older generations in eight Latin American countries” (VILLAR *et al.*, 2019). Então apesar de haver uma grande quantidade de países, em realidade os aparecimentos de vários deles são verdadeiros *outliers* na pesquisa em estudos de gênero no Brasil. Esse tipo de parceria é, portanto, rara, mas diversa em termos de quem são as nações parceiras.

Tabela 31 - Países que colaboram com o Brasil na pesquisa em estudos de gênero, 1959-2019, n=2137 (colaboração internacional) e n=31609 (EGB)

País	#	% colab int	% EGB	País	#	% colab int	% EGB
EUA	754	35,28	2,39	Irã	7	0,33	0,02
Reino Unido	338	15,82	1,07	Romênia	7	0,33	0,02
Portugal	220	10,29	0,70	Coreia do Sul	6	0,28	0,02
Espanha	199	9,31	0,63	Paquistão	6	0,28	0,02
Canadá	197	9,22	0,62	Taiwan	6	0,28	0,02
Suíça	157	7,35	0,50	Zimbábue	6	0,28	0,02
França	127	5,94	0,40	Croácia	5	0,23	0,02
Austrália	93	4,35	0,29	Gana	5	0,23	0,02
Itália	83	3,88	0,26	Lituânia	5	0,23	0,02
Alemanha	82	3,84	0,26	Rússia	5	0,23	0,02
Argentina	69	3,23	0,22	Tanzânia	5	0,23	0,02
África do Sul	59	2,76	0,19	Zâmbia	5	0,23	0,02
México	55	2,57	0,17	Arábia Saudita	4	0,19	0,01
Bélgica	49	2,29	0,16	Bulgária	4	0,19	0,01
China	42	1,97	0,13	Hungria	4	0,19	0,01
Chile	39	1,82	0,12	Líbano	4	0,19	0,01
Holanda	39	1,82	0,12	Malawi	4	0,19	0,01
Colômbia	36	1,68	0,11	Malásia	4	0,19	0,01
Suécia	33	1,54	0,10	Peru	4	0,19	0,01
Nova Zelândia	31	1,45	0,10	Botsuana	3	0,14	0,01
Japão	25	1,17	0,08	Burkina Faso	3	0,14	0,01
Tailândia	22	1,03	0,07	Emirados Árabes	3	0,14	0,01
Dinamarca	19	0,89	0,06	Eslováquia	3	0,14	0,01
Grécia	16	0,75	0,05	Etiópia	3	0,14	0,01
Nigéria	16	0,75	0,05	Filipinas	3	0,14	0,01
Noruega	16	0,75	0,05	Indonésia	3	0,14	0,01
Uruguai	15	0,70	0,05	Níger	3	0,14	0,01
Singapura	13	0,61	0,04	Porto Rico	3	0,14	0,01
Índia	13	0,61	0,04	Tunísia	3	0,14	0,01
Irlanda	13	0,61	0,04	Uganda	3	0,14	0,01
República Tcheca	13	0,61	0,04	Estônia	2	0,09	0,01
Moçambique	12	0,56	0,04	Granada	2	0,09	0,01
Áustria	11	0,51	0,03	Angola	1	0,05	0,00
Finlândia	11	0,51	0,03	Camboja	1	0,05	0,00
Israel	11	0,51	0,03	Chipre	1	0,05	0,00
Quênia	11	0,51	0,03	Gabão	1	0,05	0,00
Peru	10	0,47	0,03	Islândia	1	0,05	0,00
Costa Rica	8	0,37	0,03	Jamaica	1	0,05	0,00
Egito	8	0,37	0,03	Senegal	1	0,05	0,00
Polônia	8	0,37	0,03	Togo	1	0,05	0,00
				Venezuela	1	0,05	0,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Em termos de frequência, os países que mais colaboram com o Brasil em pesquisas de estudos de gênero são da América do Norte (EUA e Canadá) e da Europa (Reino Unido, Portugal, Espanha, Suíça e França). Em análise realizada para o período de 1998 a 2002 e de 2003 a 2007, Adams e King (2009) identificam os seguintes países como os principais parceiros de pesquisa do Brasil, para a ciência geral: EUA, Reino Unido,

França, Alemanha, Itália, Canadá, Espanha, Argentina e Portugal. Na pesquisa de 2011 a 2016, os países identificados são EUA, Reino Unido, França, Espanha, Alemanha, Itália, Canadá, Portugal, Austrália e Holanda (CROSS; THOMSON; SINCLAIR, 2018).

Enquanto EUA, Reino Unido e França são países que poderiam ser considerados “centrais” na ciência (possuem histórico e tradição de pesquisa, figurando sempre entre os países mais produtivos e com maior impacto na pesquisa científica), é relevante que Portugal seja o terceiro colaborador mais frequente do Brasil. Isso porque historiadores da ciência creditam ao fato de ter sido colônia de Portugal um certo “atraso” na constituição de uma comunidade científica no Brasil – pelo fato de não receber incentivo ao fazer científico já que o próprio colonizador não tinha tradição de pesquisa (SCHWARTZMAN, 2001), diferentemente de países colonizados pelo Reino Unido por exemplo. Como a pesquisa nacional em estudos de gênero, como já se pôde verificar nesta pesquisa, é principalmente publicada em português, talvez o uso da mesma língua permita um maior diálogo entre os dois países, fator que as autoras que analisaram a Cadernos Pagu identificam como um desafio para a área no debate internacional (LOPES; PISCITELLI, 2004).

De fato, apesar de a maior parte dos artigos brasileiros em estudos de gênero em colaboração internacional terem sido publicados em inglês (mais de 80% dos que possuem o campo de idioma preenchido), quando se analisa o recorte de artigos em colaboração com Portugal há mais publicações em português do que em inglês (72 em português, 59 em inglês e 82 não possuem informação de idioma). Os periódicos igualmente têm, em sua maior parte, títulos em português, indicando veículos brasileiros, portugueses ou de outros países lusófonos. Nos *fields* destes periódicos, os mais frequentes são: saúde pública (35 artigos), educação (28), psicologia e ciências cognitivas (24), ciências sociais (19) e medicina clínica (18). Portugal também é, em conjunto com os EUA, um dos países que participam da pesquisa em EGB em mais áreas (ciências humanas, da saúde, sociais aplicadas, linguística, letras e artes, multidisciplinar e ciências exatas e da terra, enquanto EUA só não participa das pesquisas desta última área e em ciências agrárias).

A posição da Espanha também é relevante, pelo mesmo motivo: para a ciência brasileira “geral”, o país não ocupa uma posição tão alta. Uma análise mais aprofundada do tipo de pesquisa publicado por Brasil e Espanha em conjunto pode, por exemplo, verificar a possibilidade de a proximidade cultural e linguística, em função da influência hispânica em todos os países latino-americanos, em que o Brasil se inclui. Infelizmente os dados disponíveis de idioma não permitem tirar grandes conclusões a este respeito: são

encontrados artigos majoritariamente em inglês (60), depois português (36), espanhol (16), e infelizmente um número alto de artigos sem estes dados (87). Nas revistas, não há predominância de títulos em português ou espanhol, mas há predominância de revistas com quase os mesmos *fields* temáticos das em colaboração com Portugal: psicologia e ciências cognitivas (37 artigos), saúde pública (32), medicina clínica (19), educação (16) e ciências sociais (16).

Heilborn e Sorj (1999), Diniz e Foltran (2004) e Elena Schuck (2018) identificam influência francesa e estadunidense no “diálogo teórico” e na pesquisa em gênero e feminismos no Brasil, o que talvez também reforce a parceria com esses centros científicos. Países da América Latina também estão presentes, mas em frequência menor. Argentina é o país que colabora em estudos de gênero brasileiros voltados para um maior número de áreas e com maior frequência: ciências humanas, da saúde, sociais aplicadas e multidisciplinar. Chile e Colômbia vem a seguir, numa frequência menor. Chile em publicações principalmente de saúde pública e Colômbia de ciências humanas. A análise de força de colaboração de todos os países pode verificar se são colaborações significativas ou não (descrita a seguir).

Na análise de colaborações entre instituições notou-se que as instituições estrangeiras estavam concentradas num mesmo *cluster*. Em função disso, analisou-se as autorias pessoais e institucionais que mais publicam em colaboração com outros países, a fim de se identificar se há grupos específicos de pessoas responsáveis por esse tipo de parceria. A instituição de pesquisa que mais estabelece parcerias internacionais é a USP (presente em 23,91% dos artigos com colaboração internacional), seguida da UFRGS (7,81%), FIOCRUZ (6,46%) e UNICAMP (6,18%), contudo as pessoas com mais artigos são filiados à UFPEL (Cesar Gomes Victora, Bernardo Lessa Horta e Fernando Celso Lopes Fernandes de Barros), FIOCRUZ (Beatriz Gilda Jegerhorn Grinsztejn, Francisco Inacio Bastos e Valdilea Goncalves Veloso dos Santos) e USP (João Paulo Souza, Alicia Matijasevich Manitto e Wulf Rossler), e outras da UNICAMP e UFRGS.

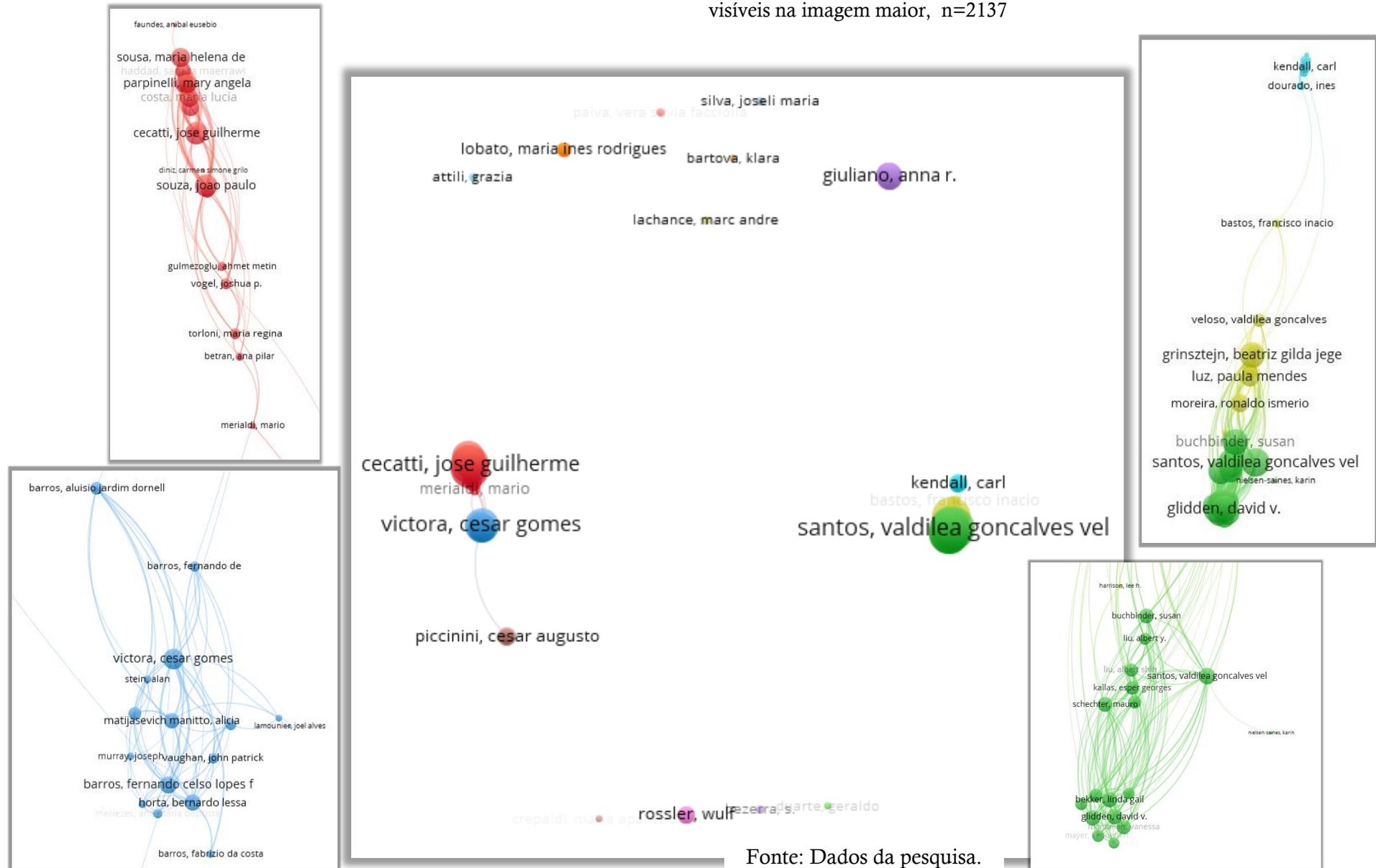
Quando se analisa as colaborações entre as pessoas com cinco ou mais artigos publicados com coautoria estrangeira, percebe-se que há duas aglomerações maiores (lados direito e esquerdo da imagem central a seguir) e vários nodos sem conexões (parte superior e inferior da imagem). Os nodos sem conexões são pessoas que embora tenham publicado com parcerias estrangeiras, não estabelecem ligações frequentes para isso, pelo menos não no âmbito dos estudos de gênero. Por outro lado, à esquerda da imagem central (que é a que contém todos os *clusters*), nos grupos azul, vermelho e marrom, encontram-se

pesquisadores e pesquisadoras das ciências da saúde e da psicologia, que se interconectam em pesquisas sobre saúde reprodutiva da mulher (principalmente nodos vermelhos), saúde materno-infantil (azuis) e relações mãe-bebê (em especial o nó marrom), com enfoque nas disciplinas de obstetrícia, pediatria, epidemiologia, saúde pública e psicologia.

No lado direito, encontram-se também três *clusters*: verde, amarelo e azul claro, bastante conectados internamente, indicando pesquisas com colaboração intensa, e igualmente bastante interconectados entre si. As pesquisas giram em torno das temáticas de saúde reprodutiva, epidemiologia e comportamento sexual, com enfoques HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis. Um artigo que exemplifica este recorte é o artigo em coautoria das duas autoras mais frequentes dos grupos amarelo e verde, Beatriz Grinsztejn e Valdiléa Veloso Santos, que estuda o comportamento sexual frente a mulheres transgênero portadoras de HIV no Rio de Janeiro – e que por isso utiliza a palavra-chave *Brazil*: “Unveiling of HIV dynamics among transgender women: a respondent-driven sampling study in Rio de Janeiro, Brazil” (GRINSZTEJN *et al.*, 2017).

Há, portanto, não um grupo específico de pessoas responsável pelas colaborações internacionais, mas grupos de pessoas que publicam em coautoria estrangeira em duas principais frentes de pesquisa: saúde reprodutiva da mulher com enfoque na maternidade e comportamento sexual com enfoque em HIV e AIDS.

Figura 43 - Clusters dos EGB com colaboração internacional, no centro todos os clusters e nas bordas os detalhes não visíveis na imagem maior, n=2137



Fonte: Dados da pesquisa.

Enquanto a contagem simples (medida absoluta, coluna um da tabela anterior) identifica as redes de colaboração mais frequentes, a força de colaboração leva em conta o “tamanho científico” para verificar a intensidade de cooperação em pesquisa entre dois países (LUUKKONEN *et al.*, 1993). Conforme explicitado na seção de metodologia desta pesquisa (em “3.5 Indicadores bibliométricos e fontes de dados adicionais”), uma adaptação desta medida é utilizada para relativizar a colaboração com o Brasil conforme o “tamanho” científico de cada país.

A tabela a seguir mostra o número de *publisher's country* para cada país que colaborou com o Brasil⁹⁵ e o resultado da força de colaboração, por ordem de intensidade. Não foi possível realizar o cálculo para Angola, Burkina Faso, Camboja, Gabão, Granada, Islândia, Malawi, Moçambique, Níger, Togo e Zâmbia por não possuírem artigos em estudos de gênero publicados em suas revistas nacionais.

Tabela 32 - Força de colaboração do Brasil com países estrangeiros, produção científica em EGB, 1959-2019

País	C _{BRY}	Py	F _{BRY}	(continuação)			
Portugal	220	5139	1,18	Israel	11	2556	0,08
Suíça	157	15068	0,49	Noruega	16	5413	0,08
EUA	754	506433	0,41	Rep. Tcheca	13	4052	0,08
Espanha	199	43321	0,37	Egito	8	1711	0,07
Itália	83	12525	0,29	Japão	25	17630	0,07
Argentina	69	8903	0,28	Etiópia	3	270	0,07
Bélgica	49	4949	0,27	Líbano	4	601	0,06
Uruguai	15	526	0,25	Costa Rica	8	2461	0,06
Reino Unido	338	277226	0,25	Holanda	39	61552	0,06
Grécia	16	702	0,23	China	42	75470	0,06
França	127	46317	0,23	Peru	10	4323	0,06
Austrália	93	28167	0,21	Porto Rico	3	479	0,05
Tailândia	22	1619	0,21	Paquistão	6	2264	0,05
África do Sul	59	11710	0,21	Uganda	3	688	0,04
Nova Zelândia	31	3677	0,20	Lituânia	5	1921	0,04
México	55	11631	0,20	Bulgária	4	1312	0,04
Chile	39	6158	0,19	Taiwan	6	3222	0,04
Alemanha	82	32065	0,18	Hungria	4	1436	0,04
Suécia	33	5866	0,17	Índia	13	18345	0,04
Arábia Saudita	4	108	0,15	Eslováquia	3	1005	0,04
Tanzânia	5	170	0,15	Estônia	2	448	0,04
Zimbábue	6	246	0,15	Romênia	7	5490	0,04
Singapura	13	1261	0,14	Malásia	4	1930	0,04
Irlanda	13	1283	0,14	Croácia	5	3431	0,03
Quênia	11	950	0,14	Irã	7	6822	0,03
Colômbia	36	11935	0,13	Chipre	1	142	0,03

⁹⁵ Uma tabela com todos os dados do campo *publisher's country* foi recebida em 27 de julho de 2020, enviada por Claire Nigay, da 1Science.

Nigéria	16	2443	0,12	Filipinas	3	1433	0,03
Canadá	197	376157	0,12	Polônia	8	13298	0,03
Botsuana	3	111	0,11	Jamaica	1	257	0,02
Áustria	11	1660	0,10	Peru	4	4323	0,02
Gana	5	374	0,10	Senegal	1	409	0,02
Dinamarca	19	5430	0,10	Rússia	5	23480	0,01
Finlândia	11	2014	0,09	Indonésia	3	16821	0,01
Tunísia	3	152	0,09	Coreia do Sul	6	72541	0,01
Emirados Árabes	3	183	0,09				

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: C_{BRY} = artigos em colaboração entre o país e Brasil

Py = artigos do país como publicador

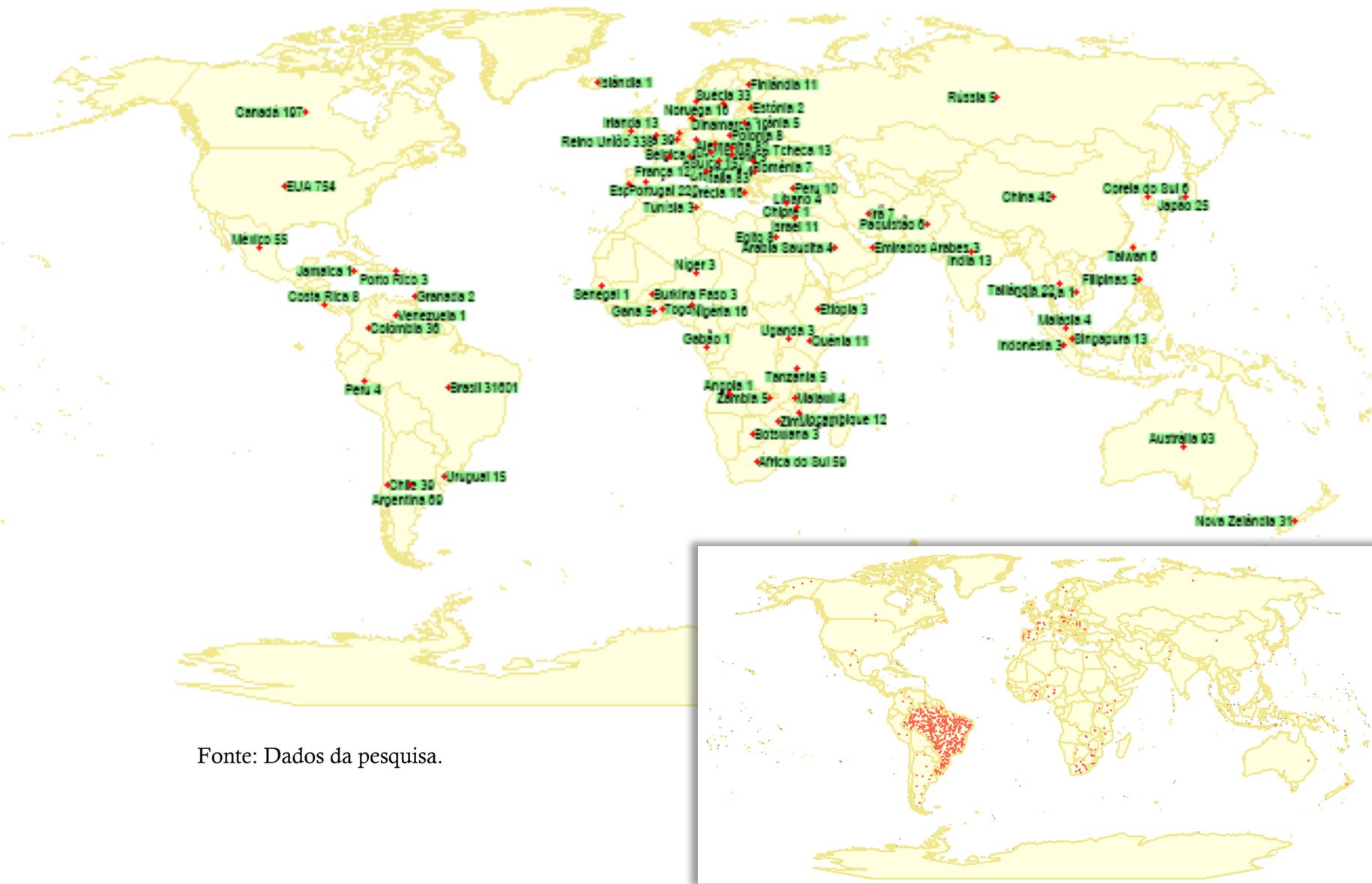
F_{BRY} = força de colaboração com o Brasil

Argentina, Bélgica e Uruguai ascendem neste recorte. São três países que aumentam sua relevância na colaboração em EGB quando se relativiza os dados, segundo sua atividade de pesquisa na área. Canadá, que nos dados absolutos é o quinto colaborador mais frequente, possui uma produção na área centenas de vezes maior que a do Uruguai, o que o faz cair no índice. Por outro lado, Portugal e EUA, que figuram como mais frequentes nos dados absolutos também aparecem como os mais fortes colaboradores em artigos brasileiros de estudos de gênero. Suíça, Espanha e Itália também são colaboradores frequentes e relevantes.

Com os EUA, os artigos têm maior enfoque nas áreas médicas: saúde pública em primeiro lugar (208 artigos), depois medicina clínica (163), pesquisa biomédica (80), psicologia e ciências cognitivas (80) e então ciências sociais (52) e periódicos interdisciplinares/gerais (43). Com o Uruguai as pesquisas têm como principal enfoque também a saúde pública e é interessante que mais de 1/3 dos artigos fazem algum recorte utilizando o país como estudo de caso ou comparação. Na colaboração com a Argentina, as temáticas principais se distinguem das dos demais colaboradores: ciências sociais em primeiro lugar (14), depois clínica médica (8) e estudos históricos (7). Os dados de idioma não permitem conclusões, já que 24 têm idioma indeterminado, mas para os que possuem esta informação registrada a predominância é de artigos em inglês (22), e igual entre português e espanhol (com 8 cada).

O Brasil colabora em pesquisas de estudos de gênero com países de todos os continentes do mundo, o que é ilustrado na projeção cartográfica que identifica por pontos a distribuição dos estudos de gênero brasileiros no mundo. Foi utilizada a projeção cartográfica de Eckert 3, pseudocilíndrica, considerada adequada para mapeamento temático (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020).

Figura 44 - Distribuição da pesquisa brasileira em estudos de gênero no mundo, 1959-2019, n=31609
(mapa com nomes dos países e valores, e no detalhe, mapa de pontos)



Fonte: Dados da pesquisa.

9 OS ESTUDOS DE GÊNERO DE ACORDO COM AS GRANDES ÁREAS DE PESQUISA CNPQ: RETOMADA DE CARACTERÍSTICAS GERAIS, TEMAS E COLABORAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

Já foi extensamente comentado neste trabalho o fato de que os estudos de gênero atravessam e se incluem em diversas áreas de pesquisa. Apesar de em alguns países “estudos de gênero” ser considerado institucionalmente uma área, no Brasil não há esta previsão em quaisquer das hierarquias da Tabela de Áreas do CNPq, um dos órgãos que fomenta e regula a pesquisa no país. Nos capítulos anteriores, os estudos de gênero brasileiros foram analisados como um grande campo do conhecimento (com todos os dados da pesquisa), em recortes desse campo por período de tempo (décadas) e em aspectos específicos da pesquisa “vinculada” a cada área brasileira (do CNPq). Cada uma destas análises demonstra algumas características da pesquisa em EGB conforme o recorte analisado, e foram identificadas características distintas quando analisados recortes segundo tais áreas. Um exemplo são as características de coautoria da pesquisa veiculada em periódicos das ciências da saúde por um lado, e da linguística, letras e artes do outro.

Desta forma, alguns aspectos têm necessidade de serem verificados a partir das áreas, aspectos que não couberam na lógica de organização dos capítulos anteriores e por isso se preferiu agrupar em um capítulo único (e final) das análises. Então a presente seção se organiza de forma diversa às anteriores, em função de suas limitações e de suas características oportunas de análise. São nove as hierarquias maiores nas áreas do CNPq, com uma categoria denominada “Outros”, que neste trabalho foi substituída e modificada para “Multidisciplinar” (descrito no capítulo 3, de metodologia, em “3.4 Procedimentos de tratamento, limpeza e padronização dos dados”). Destas nove grandes áreas, cinco são significativas dentro dos estudos de gênero brasileiros e são analisadas quanto a temas de pesquisa (através das palavras-chave) e colaboração entre instituições (através da coautoria de artigos). As outras quatro áreas, por não possuírem quantidade suficiente de artigos, são analisadas em conjunto e de modo mais superficial ao final do capítulo.

Tabela 33 - As 50 palavras-chave mais frequentes nas maiores áreas (CNPq), n=19819

Ciências humanas		Ciências da saúde		Ciências sociais aplicadas		Linguística, letras e artes		Multidisciplinar	
Palavras-chave	#	Palavras-chave	#	Palavras-chave	#	Palavras-chave	#	Palavras-chave	#
estudos de gênero	1739	humano	1005	sociologia	248	sociologia	93	sociologia	149
sociologia	1633	medicina	989	estudos de gênero	190	estudos de gênero	81	estudos de gênero	141
gênero	1231	enfermagem	915	gênero	129	gênero	70	feminino (fêmea)	71
performance (arte)	557	gravidez	865	lei	82	performance (arte)	68	gênero	64
ciências sociais	505	brasil	748	ciências sociais	69	linguística	54	humano	60
sexualidade	394	feminino (fêmea)	729	performance (arte)	61	história da arte	46	masculino	56
feminismo	358	aleitamento materno	628	empoderamento	50	gênero textual	39	ciências sociais	52
filosofia	317	adolescente	521	comunicação	41	arte	38	brasil	44
educação	302	adulto	461	política	40	filologia linguística	26	adulto	34
psicologia	281	gênero	454	brasil	37	filosofia	26	biologia	31
antropologia	238	criança	442	direitos humanos	37	literatura	25	animais	30
mulheres	234	lactente	440	feminismo	33	história	22	estudos religiosos	23
brasil	214	masculino	421	economia	32	humanidades	22	gravidez	22
história	195	recém nascido	341	estudos religiosos	27	narrativa	20	performance (arte)	21
família	175	violência contra a mulher	316	ciência política	22	psicologia	20	sexualidade	19
pedagogia	171	AIDS	304	humanidades	22	análise do discurso	19	adolescente	18
arte	167	aborto	297	mulheres	22	linguagem e literatura	19	feminismo	16
artigo	157	fator de risco	292	narrativa	22	discurso	18	meia idade	16
homossexualidade	157	ciências da saúde	282	psicologia social	22	análise crítica do discurso	17	homossexualidade	15
relações de gênero	155	saúde pública	250	filosofia	20	língua franca	17	infecções de HIV	14
política	150	cuidado pré-natal	248	jornalismo	20	artigo	15	artigo de periódico	13
artigo de periódico	129	HIV	246	direito	19	português	14	antropologia	12
maternidade	128	mães	244	aborto	18	linguagens e literatura	13	fator de risco	12
psicologia social	121	epidemiologia	226	administração pública	18	alfabetização	11	lactente	12
estudos religiosos	113	relação mãe-filhos	221	políticas públicas	18	brasil	11	prevalência	12
humanidades	110	saúde da mulher	218	psicologia	18	ensino de língua materna	10	estudos transversais	11
psicanálise	103	identidade de gênero	215	cidadania	17	feminismo	10	fatores sexuais	11
sexualidade humana	97	pediatria	209	democracia	17	ideologia	10	mulher	11
identidade	96	psicologia	202	discriminação	17	romance	10	mulheres	11
empoderamento	92	gravidez na adolescência	192	mulher	17	identidade	9	ciência	10
adolescente	90	sexualidade	192	violência doméstica	17	identidade	9	genética	10
gravidez	89	saúde das mulheres	189	relações públicas	16	gênero do discurso	8	jovem adulto	10
masculinidade	87	mulheres	186	arte	15	gêneros do discurso	8	política	10
história da arte	86	família	182	homossexualidade	15	mídia	8	psicologia	10
subjetividade	85	fatores socioeconômicos	179	socioeconomia	15	oralidade	8	recém nascido	10
trabalho	85	mortalidade materna	179	artigo	14	pedagogia	8	animal	9
humano	83	meia idade	178	direitos fundamentais	14	ciências sociais	7	artigo	9
corpo	82	educação em saúde	176	gestão	14	ensino	7	ciências sociais (geral)	9
mulher	82	estudos transversais	169	trabalho	14	filologia linguística;	7	HIV-1	9
narrativa	81	obstetrícia	169	latino-americanos	13	gênero discursivo	7	idoso	9
políticas públicas	81	promoção de saúde	166	lei maria da penha	13	leitura	7	mães	9
violência	80	violência doméstica	166	negócios	13	linguística aplicada	7	medicina	9
raça	78	pesquisa qualitativa	160	sexualidade humana	13	multimodalidade	7	rato	9
escola	76	prevalência	160	constituição	12	política	7	administração pública	8
memória	76	parto	158	desenvolvimento	12	representação	7	comportamento sexual	8
criança	75	complicações na gravidez	155	família	12	systemic functional linguistics	7	dieta	8
religião	75	gênero e saúde	155	feminino (fêmea)	12	empoderamento	6	fatores socioeconômicos	8
direitos humanos	73	saúde maternal e na infância	148	governo	12	intertextualidade	6	filogenia	8
país	71	violência	145	história	12	sequência didática	6	lei	8
the family marriage woman	71	país	144	relações de gênero	12	sexualidade	6	maternidade	8

Fonte: Dados da pesquisa.

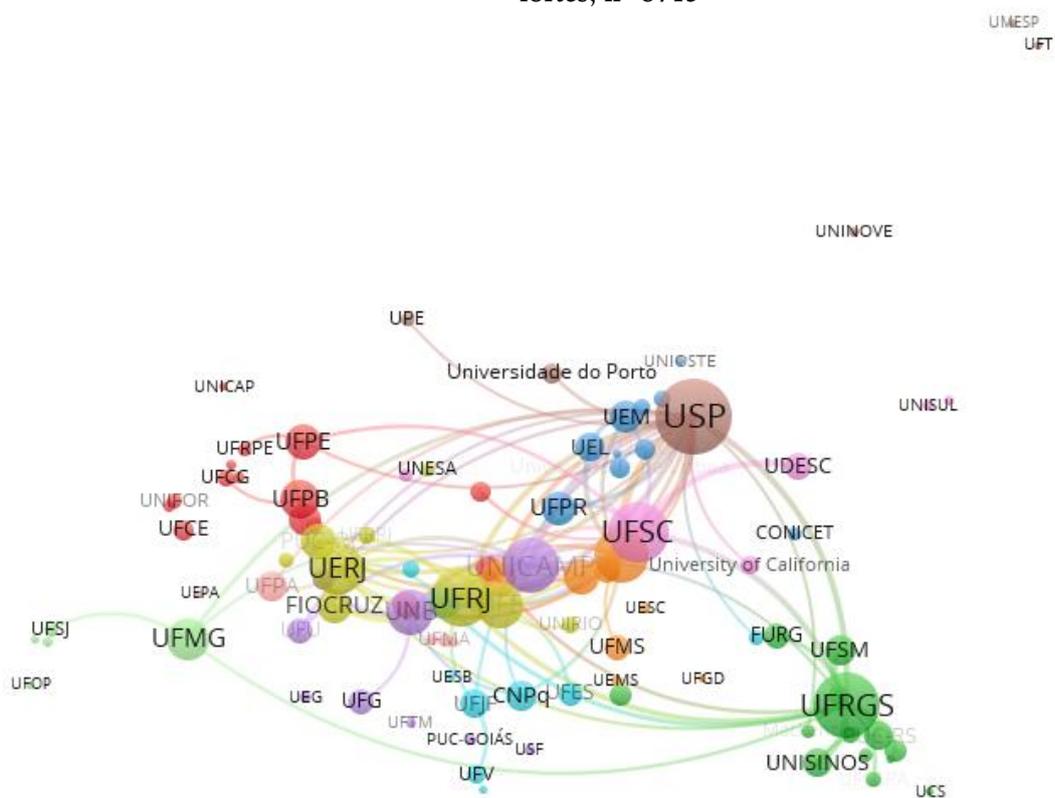
A tabela 33 mostra as palavras-chave por área, comparando-as, e após, apresenta-se cada área em separado, reunindo algumas características levantadas nas seções prévias. As nuvens de palavras-chave são reunidas e são apresentados os detalhes de coocorrências mais relevantes.

9.1 Ciências humanas

A área de ciências humanas é a que mais produz pesquisa em estudos de gênero no Brasil. Publica-se principalmente em português, acesso aberto e em autoria solo (pouco mais de 50%), mas as ciências humanas é também lugar de grande diversidade na atividade científica em EGB. Ao lado da preferência pelo trabalho solo se tem a maior variabilidade no número de autorias pessoais e institucionais (e é a segunda que mais publica em colaboração internacional), e ao lado da preferência pela língua vernácula (73,12%) se tem a maior diversidade de idiomas. Está presente desde o início das pesquisas de EGB e no estudo que envolveu o maior número de organizações científicas. Além disso, é principalmente em ciências humanas que os veículos de publicação que são especializados em estudos de gênero são classificados.

Pesquisas e veículos de publicação das disciplinas de educação e psicologia social se destacam (enquanto a psicologia clínica fica mais ligada às ciências da saúde). A UFSC é a entidade mais produtiva neste recorte, mas ocorre pesquisas em todas as regiões do país, como é possível verificar na figura 41. Entre as instituições, percebe-se que a proximidade geográfica é um fator importante na colaboração, já que é possível notar *clusters* de coautoria de determinadas regiões: o verde escuro para instituições do Rio Grande do Sul, o amarelo do Rio de Janeiro, vermelho com universidades públicas do nordeste, azul do Paraná, rosa de Santa Catarina e verde claro de Minas Gerais. A universidade mais ao centro do mapa é a UNICAMP, com colaboração intensa com as outras instituições mais produtivas em EGC de ciências humanas – UFRGS, UFSC e USP. Esta última é, contudo, a que mais produz e que mais colabora com outras instituições, de todos os *clusters*.

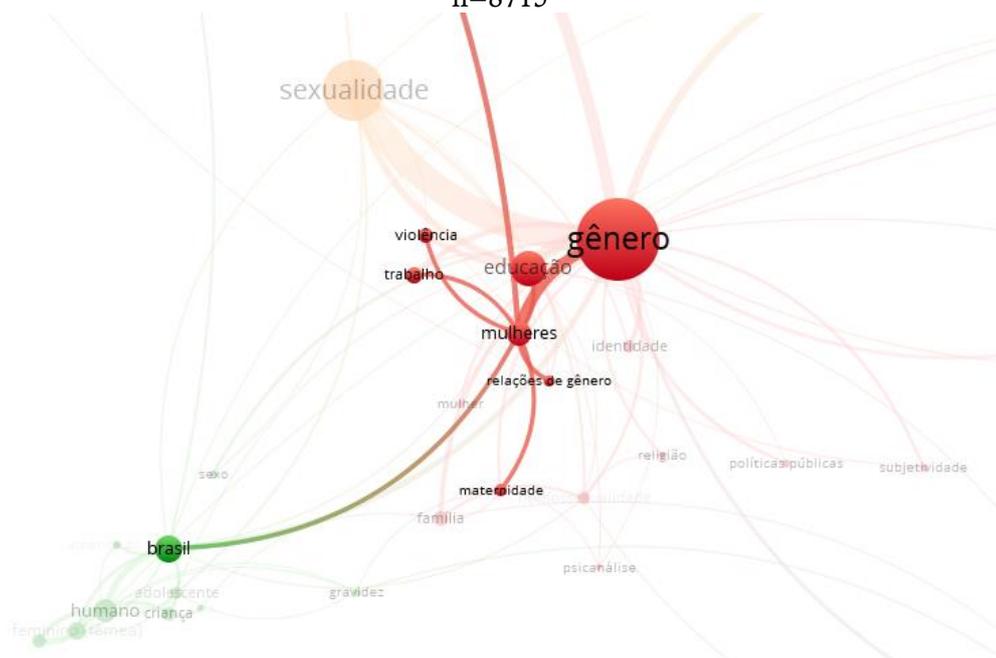
Figura 45 - Colaboração interinstitucional em EGB nas ciências humanas, 100 ligações mais fortes, n=8715



FEEVALE

Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 46 - Palavras-chave nas ciências humanas, destaque para coocorrências com mulheres, n=8715



Fonte: Dados da pesquisa.

É interessante que a palavra-chave “sociologia”, além de se destacar entre mais utilizadas em quatro das cinco áreas, em ciências humanas é muito mais frequente que todas as outras palavras e possui coocorrências mais numerosas com as palavras-chave “gênero” e “estudos de gênero”. Foi rodada uma busca com a palavra-chave na 1Findr, a fim de verificar se não seria uma expressão automaticamente associada a determinados periódicos, contudo a hipótese não pode ser confirmada. Diversos EGB de fato as utilizam associadamente, demonstrando a necessidade que as autoras e autores vêm em identificar suas pesquisas neste âmbito. Sociologia aparece sozinha, mas também muitas vezes adjetivada, como em “sociologia jurídica”, “sociologia das profissões”, entre outras. “Sexualidade” e “gênero” também são frequentemente associadas, embora fiquem em *clusters* distintos quando se exclui “sociologia” e “estudos de gênero” da análise (para possibilitar detalhamento das demais). “Mulheres” coocorre principalmente com “violência”, “trabalho”, “maternidade”, “educação”, “gênero”, “relações de gênero” e “Brasil”.

9.2 Ciências da saúde

Há uma quantidade expressiva de pessoas pesquisadoras e de pesquisas vinculadas às facetas das ciências da saúde nos estudos de gênero brasileiros. Uma possível explicação talvez seja o incentivo às pesquisas em saúde reprodutiva da mulher nas primeiras décadas da área, à guisa de exemplo, a feita pela Fundação Ford (SOUZA, 2002). Tal pode ter contribuído para marcar os EGB com este enfoque, já que especialistas num tema costumam “fomentar”, por exemplo, seus estudantes a realizarem pesquisas a fim.

Nas ciências da saúde estão possivelmente as pesquisas em estudos de gênero de características mais diferentes em relação às demais. Classificadas como ciências da saúde se encontram as pesquisas com maior índice de coautoria – quase 93% tem algum nível de colaboração, 35,29% envolve duas ou mais instituições e 12,22% tem colaboração internacional. Poucas pesquisas em EGB são publicadas em coautoria com instituições estrangeiras, mas destas, mais de 57% são ligadas às ciências da saúde.

Outro fator que as diferenciam das demais pesquisas em EGB é a menor proporção de artigos em português: 49,54% frente a 49,01% publicada em inglês. Todavia, outras áreas / disciplinas das ciências da saúde brasileiras costumam ter uma porcentagem muito maior de artigos em inglês. Em outras palavras, o idioma de publicação exprime, de certa

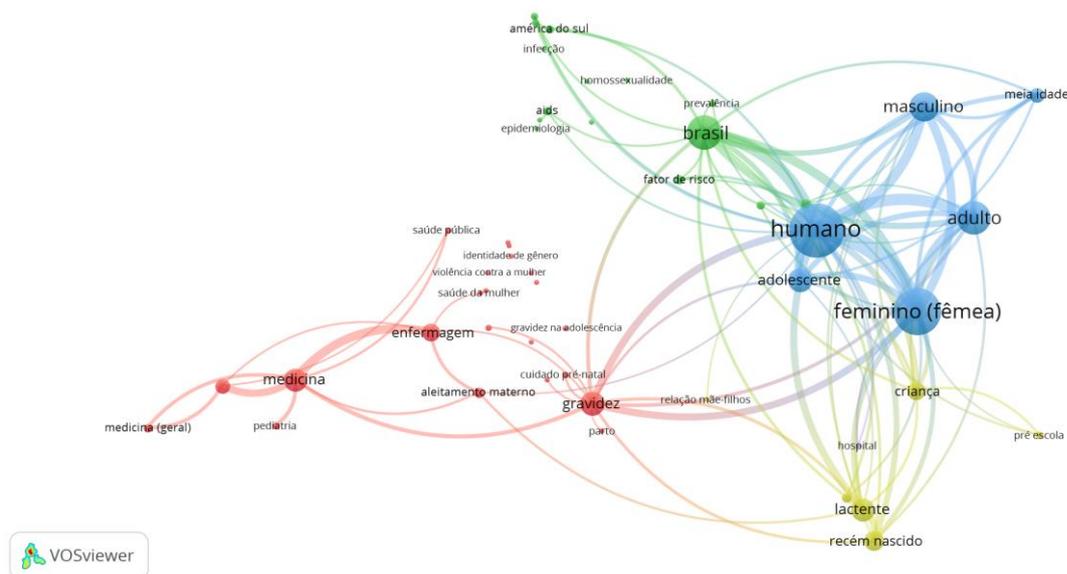
forma, a simbiose dos estudos de gênero brasileiros em ciências da saúde entre características típicas das ciências da saúde e características da pesquisa em outras áreas de estudos de gênero. Nota-se também que é o único recorte dentre as maiores áreas de EGB em que sociologia não é um super destaque como palavra-chave. Nas coocorrências de palavras, é possível identificar grandes grupos de assuntos bem definidos, que giram em torno de:

- a) gravidez, no maior grupo, como este termo como central, acompanhado de aleitamento materno, saúde da mulher, parto, gravidez na adolescência, gênero, identidade de gênero, mortalidade materna, medicina, enfermagem e outros;
- b) recém-nascido e criança, associado com o grupo anterior através da palavra-chave “relações mãe-filho”, e composto também de lactente (*infant*, ou seja, criança entre um e 23 meses de idade), hospital e pré-escola ou pré-escolar⁹⁶;
- c) pesquisas clínicas com as variáveis humano, adolescente, masculino, feminino (*female*) e meia idade;
- d) pesquisas sobre HIV e AIDS, com as palavras associadas Brasil, fatores socioeconômicos, estudos transversais, comportamento sexual, fator de risco, América do Sul, homem e outros.

A pesquisa está também espalhada por todo o país e seus autores e autoras publicam artigos em maior quantidade. As instituições de pesquisa também estão mais conectadas, com o mapa de colaboração se assimilando a um círculo (diferentemente das ciências humanas, em que algumas instituições estão em cantos opostos do mapa e distantes entre si, denotando que não coocorrem). Contudo, assim como na área anterior, os grupos de colaboração também podem ser identificados por região geográfica, mostrando que a proximidade é fator preponderante nas práticas de cooperação. Nas ciências da saúde, um único grupo concentra as universidades de São Paulo (*cluster* vermelho, com USP, UNIFESP, UNICAMP, UFSCAR), há um grupo com instituições estrangeiras que são colaboradoras frequentes (o azul claro) e as universidades do nordeste se dividem em dois grupos, embora sejam próximos – o amarelo e o azul ciano, este contém também universidades do norte do país.

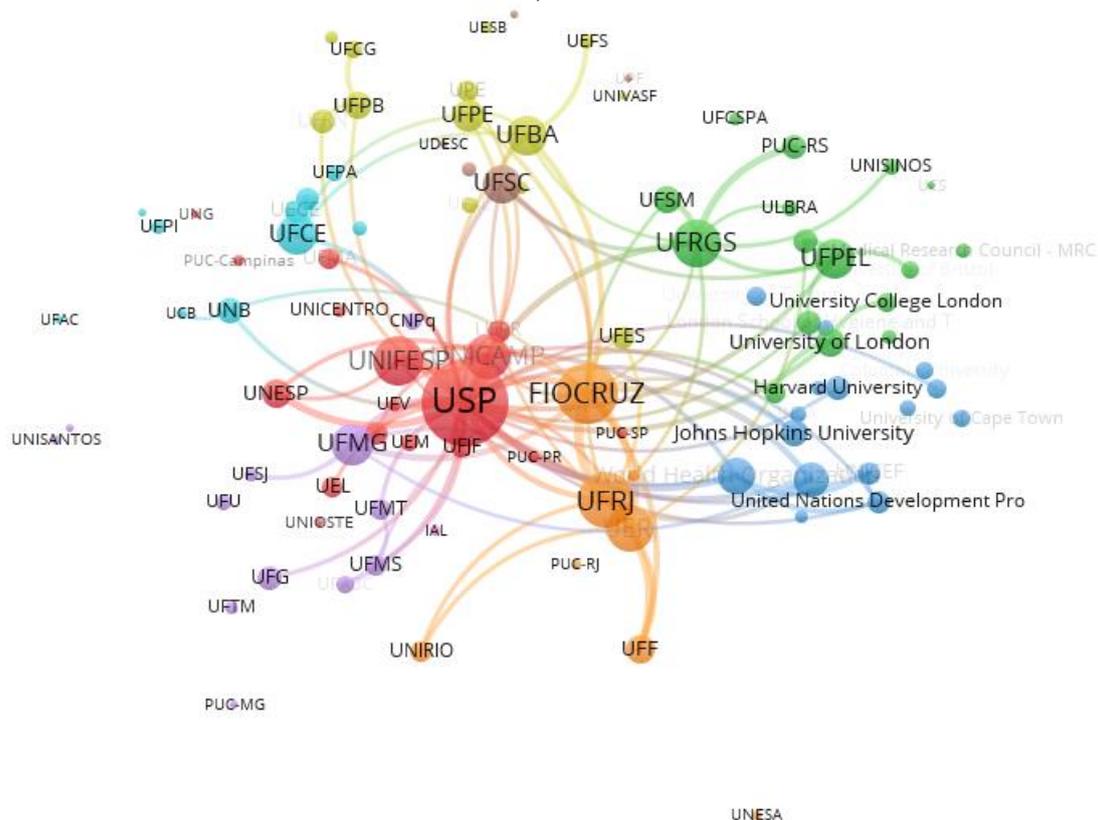
⁹⁶ Segundo o Descritores de Ciências da Saúde (DESCRITORES EM CIÊNCIAS DA SAÚDE: DECS, 2020), os termos se referem às seguintes faixas etárias: recém-nascido (*newborn*, 28 primeiros dias após o nascimento), lactente (*infant*, 1 a 23 meses), pré-escolar (2 a 5 anos) e criança (6 a 12 anos).

Figura 47 - *Clusters* de palavras-chave mais frequentes em EGB nas ciências da saúde



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 48 - Colaboração interinstitucional em EGB nas ciências da saúde, 100 ligações mais fortes, n=8609



Fonte: Dados da pesquisa.

Saúde pública, enfermagem, epidemiologia, obstetrícia e tocoginecologia são as (sub)disciplinas e temáticas de pesquisa com maior relevância segundo as autorias mais produtivas e os veículos de publicação. As palavras-chave ilustram igualmente este cenário

e suas ocorrências, em termos de quantidade, são mais homogêneas (por isso se pode “enxergar” mais palavras em sua nuvem de palavras do que nas demais. Sociologia também aparece, mas numa frequência muito menor se comparada às outras áreas (ver figura 54, com todas as nuvens de palavras-chave das áreas).

Segundo Estela Aquino, em análise realizada em 2006,⁹⁷ na conexão entre a disciplina de saúde pública e gênero, a produção científica brasileira se volta para os temas principalmente da reprodução e contracepção, violência de gênero, sexualidade e saúde (ênfase nas doenças sexualmente transmissíveis e AIDS) e trabalho e saúde, o que se relaciona com os achados da presente pesquisa (embora se tenha adotado um escopo maior, com todas as disciplinas das ciências da saúde). O que é especialmente relevante no trabalho da autora é que ela afirma estar ocorrendo uma “transição paradigmática” entre o que chama de “estudos sobre a saúde da mulher” para os de “gênero e saúde” e que foi a influência dos movimentos feministas na universidade que levou, a partir dos anos 1990, à criação de núcleos e pesquisas sobre a saúde da mulher, que por sua vez influenciariam também nas políticas públicas na área da saúde (AQUINO, 2006b).

Nesse sentido, uma questão que já havia aparecido durante a análise de autorias mais frequentes (na elaboração do quadro 11, de autorias mais frequentes, e da sua versão estendida, com mais informações) e que transparece novamente nas palavras-chave da presente pesquisa é a quantidade de pessoas pesquisando/pesquisas a respeito do parto. Nas autorias, identifica-se que muitas destas pessoas são obstetras, que é afinal o ramo da medicina que estuda a gravidez, parto e pós-parto, contudo chama a atenção este tema ser tão frequentemente ligado ao profissional que pode realizar a intervenção cirúrgica no nascimento. Isso porque sabe-se que o Brasil possui um índice de cesáreas (que é o parto realizado através de cirurgia) acima da média considerada ideal pela Organização Mundial da Saúde (2015; BOERMA *et al.*, 2018), o que levanta questões a respeito da produção científica ilustrar uma “medicalização” do tema no país.

Contudo, são também profissionais obstetras parte da comunidade científica que está debatendo este assunto no Brasil e incentivando a opção pelo parto “normal”⁹⁸ (natural), e por informar os riscos inerentes nas chamadas cesáreas eletivas (quando não há necessidade prévia pela cirurgia). Tomaz (2015), nas conclusões do seu trabalho de investigação sobre publicações envolvendo mídia e maternidade, se questiona a respeito de quem são os especialistas detentores do discurso científico sobre maternidade, se são

⁹⁷ Aquino não menciona recorte de tempo em sua pesquisa.

⁹⁸ “Trabalho de parto e parto sem intervenção médica [...]”, segundo o DeCS (DESCRITORES EM CIÊNCIAS DA SAÚDE: DECS, 2020, doc. eletrônico).

homens ou mulheres. A partir da presente pesquisa, pode-se afirmar que pelo menos no enfoque sobre parto, as autorias mais produtivas são homens médicos, demonstrando-se assim a relação histórica já verificada por Martins (2004) do discurso científico masculino e a maternidade no Brasil.

Além disso, na pesquisa de Diniz e Foltran (2004) sobre as publicações na REF de 1992 a 2002, identificou-se igualmente a reprodução como uma das temáticas frequentes. Visto que outro achado desta pesquisa é que 54% de suas autoras são oriundas das ciências sociais (DINIZ; FOLTRAN, 2004), demonstra-se que o tema maior (saúde reprodutiva da mulher, em que se inclui gestação, parto, reprodução e outros) *também* faz parte dos temas de pesquisa de outras áreas.

9.3 Ciências sociais aplicadas

Em ciências sociais aplicadas a pesquisa em estudos de gênero no Brasil se volta para questões principalmente políticas, num sentido amplo. Periódicos de ciências jurídicas e também de administração, comunicação, economia e outros veiculam pesquisas cujas palavras-chave abrangem lei, política, administração pública, políticas públicas, trabalho, economia, democracia, cidadania, Brasil, constituição, direitos fundamentais, direitos humanos, empoderamento, mercado de trabalho, feminismo, discriminação e outros tópicos que caracterizam a pesquisa em EGB como uma pesquisa socialmente orientada. MacManus e Baeta Neves (2020), em estudo que investigou o impacto e interação com a sociedade das grandes áreas do conhecimento no Brasil (através de serviços) igualmente identificou para as ciências sociais aplicadas atividades descritas com palavras associadas à direito (*case, court*), trabalho (*Labour, work, managing, plan*) e educação.

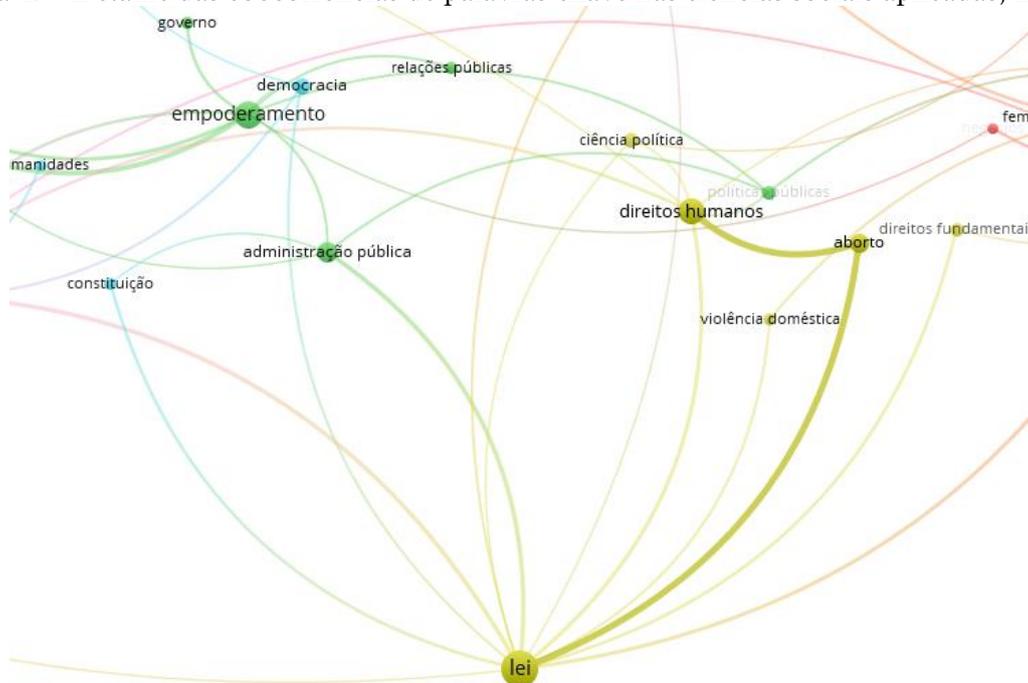
É interessante que “empoderamento” se liga principalmente a economia, socioeconomia, governo, políticas públicas, e relações públicas, demonstrando sob algumas das vias que a pesquisa científica busca refletir ou tratar do empoderamento dentro do EGB. Segundo Marlise Matos, a partir dos anos 2000 “[...] o tema do acesso das mulheres aos espaços da representação com participação passou a ocupar significativa presença na agenda das pesquisas e dos movimentos feministas [...]” demonstrando a percepção de que:

[...] a participação política e a atuação dentro das esferas do Estado é uma estratégia de grande importância para a busca de uma sociedade mais justa, levando-se em conta os instrumentos de controle e políticas públicas que visem à reparação de desigualdades de modo mais eficaz que as velhas formas de manifestação. (MATOS, 2010, p. 85).

Portanto nas ciências sociais aplicadas essa colocação da autora fica demonstrada, a partir da coocorrência das palavras-chave e também no exemplo do artigo identificado “A incorporação da transversalidade nas políticas públicas voltadas a questão de gênero: (re)vindicando o espaço pelo empoderamento e a emancipação social” (COSTA; PORTO, 2012). O viés econômico fica exemplificado em “Empoderamento financeiro de mulheres vítimas de violência doméstica através da sua qualificação na indústria de turismo e eventos” (PAIVA, F.; ARAÚJO; NEIVA, 2017).

“Aborto”, que na análise com recorte na década de 1970 e 1980 aparece ligado a planejamento familiar, estudos populacionais e de controle de natalidade (fertilidade, fatores etários, característica da população, países em desenvolvimento, e outros), aqui se liga a direitos humanos e lei. Ou seja, a pesquisa relacionada a aborto ganha uma nova abordagem nas ciências sociais aplicadas, uma abordagem que é também mais atual já que a área está concentrada a partir dos anos 2000.

Figura 49 - Detalhe das coocorrências de palavras-chave nas ciências sociais aplicadas, n=1192



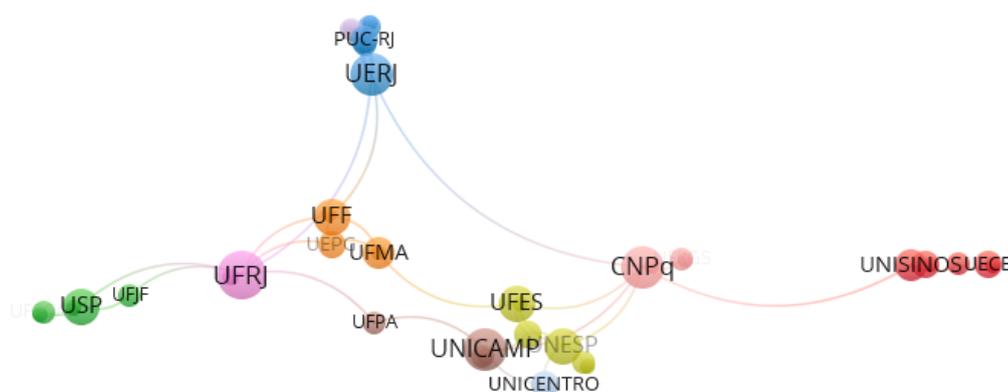
Fonte: Dados da pesquisa.

– o artigo com maior colaboração contou com cinco pessoas. Os periódicos são principalmente nacionais e publicam em língua vernácula – algumas das palavras-chave mais frequentes explicam (um pouco) o porquê, já que filologia linguística, ensino da língua materna, gênero textual e discursivo, linguística e temas associados ao estudo de um idioma fazem maior sentido se publicados na mesma língua. Por outro lado, é nesta área em que há a maior proporção de artigos em espanhol, 9,18%. Além de português e espanhol, há artigos em inglês (28,71%) e um artigo em francês.

Sociologia, linguagem e literatura, história da arte, discurso, narrativa, artes, filosofia, gênero e outros também fazem parte das pesquisas do recorte. Alguns artigos abordam, por exemplo, as performances de gênero no ensino e no ambiente escolar – “Diversidade sexual e de gênero no ensino de artes visuais para as infâncias: formalismo como elemento de estabilidade nos currículos” (SOUZA; NOGUEIRA, 2017), “Currículo e gênero: produção e naturalização das diferenças na escola” (ALVES; PIZZI, 2012) –, questões de gênero em representações artísticas ou culturais – “A construção da mulher nos contos maravilhosos: um olhar sobre as origens do clássico infanto-juvenil para compreender o contemporâneo” (SOUZA; SCHNEIDER, 2018), “Identidades e performatividade de gênero nas práticas discursivas da Brahma Kumaris” (SILVA, 2010) –, e a escrita feminina e de mulheres autoras – “A periferia em Conceição Evaristo e Esmeralda Ribeiro: questões de gênero, raça e classe” (PEREIRA, 2016).

Como a colaboração é menos frequente, o mapa de colaborações entre instituições é bem menor, com apenas 47 nós, de menos ligações e sem centralidade. UFRJ sendo a instituição mais produtiva, é também a que mais publica em coautoria com as demais.

Figura 51 - Colaboração interinstitucional em EGB de linguística, letras e artes, 46 nós, 100 ligações, n=641



Fonte: Dados da pesquisa.

Outro fator interessante nas pesquisas em EGB publicadas em periódicos multidisciplinares é que a este despeito, parece haver uma divisão entre as pesquisas mais voltadas para as ciências da saúde (*clusters* azul, roxo e vermelho) e as demais (*cluster* verde), como é possível verificar na representação dos grupos de palavras da figura 52 – produzida com o *layout* Kamada e Kawai.

As pesquisas abordam:

- a) violência de gênero - por exemplo, “Gênero e violência no âmbito doméstico: relato de caso” (FIGUEIREDO *et al.*, 2014) e “Confirmatory factor analysis of the WHO violence against women instrument in pregnant women: results from the BRISA prenatal cohort” (RIBEIRO *et al.*, 2014);
- b) gênero na comunidade científica - “Geographic and gender diversity in the Brazilian Academy of Sciences” (FERRARI *et al.*, 2018), “O gênero da ciência. Reflexões sobre a teoria ator-rede e a perspectiva feminista” (CARDOSO, 2015);
- c) percepções e relações de gênero (feminilidades e masculinidades) em outros recortes sociais - “Ser dono de casa é uma questão de gênero?” (PINHEIRO *et al.*, 2012), “Mulher e gênero na visão de empresárias do setor imobiliário de Londrina” (MARIANO, 1998), “Percepções de cuidado e práticas de gênero das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família a partir de um recorte geracional: mudanças e permanências” (SOUZA; MARIANO, 2017);
- d) HIV e sexualidade - “The men who have sex with men HIV care cascade in Rio de Janeiro, Brazil” (CASTRO *et al.*, 2016);
- e) entre outros.

Observando-se as nuvens de palavras-chave de todas as áreas juntas (figura 54), assim como as diferenças e similaridades nas demais características das publicações em EGB (conforme as áreas de pesquisa às quais os trabalhos se vinculam), fica demonstrada a questão levantada por Seffner⁹⁹, da transversalidade deste campo do conhecimento, especialmente no Brasil. Há características específicas, que mudam conforme as áreas (reforçando seu caráter interdisciplinar), mas também há questões que perpassam todas ou várias áreas. Embora existam revistas especializadas e até uma graduação na área, não há cátedras em estudos de gênero no Brasil, resultando em um cenário em que seu caráter transdisciplinar fica reforçado, com questões que atravessam as pesquisas e as áreas.

9.6 Demais áreas: ciências biológicas, engenharias, ciências agrárias e exatas e da terra

Os estudos de gênero brasileiros pouco adentraram as pesquisas classificadas como pertencentes às ciências biológicas, engenharias, ciências agrárias e ciências exatas e da terra. Pode-se afirmar que estas áreas possuem publicações apenas a partir do século XXI, e permanecem incipientes. Os dados estatísticos foram indicados ao longo do trabalho a fim de incrementarem a comparação com as demais, mas sua amostragem não permite fazer inferências definitivas.

Contudo, analisando-se estes poucos artigos, pode-se afirmar que as pesquisas em EGB das ciências biológicas, agrárias, exatas e da terra e engenharias possuem algumas particularidades comuns. Uma delas é que as publicações são principalmente publicadas em periódicos brasileiros, muitos deles nomeadamente com enfoque na intersecção entre as áreas mencionadas e aspectos sociais, como é o caso da *Ambiente & Sociedade*, *Conservation and Society* (ciências biológicas), *Organizações Rurais & Agroindustriais* (agrárias) e *Fronteiras: journal of social, technological and environmental science* (ciências exatas e da terra). Os periódicos de engenharia são, em sua maior parte, de engenharia de produção, escopo das engenharias que abrange enfoques de administração e gestão.

Uma pesquisa interessante dentre as classificadas como ciências biológicas é a que verifica a correlação entre a preferência de traços “biológicos” de “feminilidade” e questões sociais e culturais por homens heterossexuais de 28 países, publicado na *Biology Letters*.

⁹⁹ Informação verbal. Docente Fernando Seffner, disciplina “Gênero, sexualidade e educação: leituras básicas” PPG em Educação da UFRGS, primeiro semestre de 2016.

Em outras palavras, “Cross-cultural variation in men's preference for sexual dimorphism in women's faces” (MARCINKOWSKA *et al.*, 2014) busca, em certa medida, verificar sentidos sociais e culturais em percepções do sexo tido como “biológico”. Provavelmente em função deste estudo, esta é, dentre essas pequenas áreas, a que possui coautoria com maior número de países. Nas ciências agrárias, há apenas dois artigos em colaboração internacional, com países vizinhos (Argentina e Uruguai).

Mas a maior parte das pesquisas classificadas como ciências biológicas são as que tratam de cidadania e meio ambiente ou de educação ambiental e conservação de recursos naturais locais, e até pesquisas sobre violência contra as mulheres em ambientes rurais ou de preservação (que também poderiam ser publicada em revista de ciências agrárias). As pesquisas que relacionam educação ambiental e cidadania, resultando no empoderamento de atrizes e atores locais e a conservação ambiental e de recursos são encontradas também entre as pesquisas de ciências agrárias e de ciências exatas e da terra. Ensino e história da ciência também aparecem nos poucos artigos de ciências exatas e da terra, ambos em periódicos dentro da disciplina de química.

Tabela 34 - As 20 palavras-chave mais frequentes nas menores áreas (CNPq), n=19819

Ciências biológicas		Engenharias		Ciências agrárias		Ciências exatas e da terra	
Palavras-chave	#	Palavras-chave	#	Palavras-chave	#	Palavras-chave	#
estudos de gênero	3	empoderamento	3	empoderamento	3	brasil	1
sociologia	3	gênero	3	gênero	3	colonização	1
biologia	2	brasil	2	agricultura	2	deus	1
brasil	2	human resource management	2	capital social	2	econometrics	1
ciências sociais	2	work organization	2	peasantry	2	economic analysis	1
ecologia	2	língua materna e estrangeira	1	human behavior	1	effectiveness evaluation	1
empoderamento	2	location	1	income and poverty indexes	1	environmental technologies	1
humano	2	long-distance relationships	1	indicadores de renda e pobreza	1	estudos de gênero	1
participação social	2	mangroves	1	inégalité sociale	1	matemática	1
promoção de saúde	2	navigation system	1	less favoured areas	1	migração	1
justiça penal	1	organização do trabalho	1	limites	1	narrativa	1
justiça social	1	organizational structure	1	local varieties	1	pesca artesanal	1
mapeamento geográfico	1	países em desenvolvimento	1	mulheres	1	recyclable market	1
mercado de trabalho	1	parental control	1	mulheres rurais	1	science history	1
municipal law	1	perceived innovativeness	1	ocupação agrícola	1	selective waste collection	1
musical	1	pesquisa	1	sécurité sociale	1	sistemas agroalimentares	1
other-race effect	1	placental transport	1	sindicalismo	1	small and medium enterprises	1
participation of children	1	políticas públicas	1	socio-economical-environmental conflicts	1	sociologia econômica	1
sustainable agriculture	1	prevenção	1	sustentabilidade	1	sustainable and healthy territories	1
politics and policy	1	work and gender	1	symbolic power	1	women in science	1

Já a questão da mulher nas sociedades rurais é sem dúvida o tema mais corrente em ciências agrárias. Alguns exemplos: “Diversidade tipológica do manejo rural feminino no semiárido brasileiro” (VIDAL, 2011), “El género y la clase en los movimientos de mujeres agricultoras de Brasil” (PAULILO, 2006), “Caracterização política socioeconômica das

mulheres da feira agroecológica e solidária do circuito de feiras agroecológicas do Baixo Munim” (MEDEIROS; ROCHA, 2017). Cada um desses artigos foi publicado em um periódico diferente: Archivos de Zootecnia, da Colômbia; Agricultura Sociedad y Desarrollo, do México e Ciência Agrícola, de Rio Largo (AL), respectivamente. Por fim, em engenharias, o papel da mulher também é discutido tanto como consumidora ou usuária de tecnologias como como parte integrante de cadeias produtivas.

10 DESTAQUES SELECIONADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a banca de qualificação desta tese, uma afirmação me marcou: a de que seria impossível caracterizar a área de estudos de gênero do Brasil, proferida pela membra da banca professora Dagmar Meyer. Meu objetivo geral era, até aquele momento, definido como “caracterizar a área de estudos de gênero...”. Após esta pesquisa, concordo plenamente com a professora. Não é possível caracterizar a área, porque suas características são tão múltiplas, complexas e difíceis de mensurar que acabamos por aceitar que não existem atributos que possam traçar um único perfil mais ou menos homogêneo. Em verdade, existe uma amplitude de particularidades que são vislumbradas e descobertas conforme a lente adotada.

Por isso, escolhi a analogia do retrato: um retrato fotográfico dá a impressão de objetividade, de retratar o “real” (ou de ser fiel à “realidade”), mas o que faz de fato é retratar o olhar da fotógrafa, com toda sua subjetividade, crenças e preconceitos, perpassados ainda pelas ferramentas utilizadas e disponíveis (câmera, tipo de lente, luz, ângulo, ou os *softwares* de captura dos dados, de conversão e de edição) e características do objeto do retrato (a personalidade, humor, fisionomia da pessoa retratada, ou as particularidades dos dados, sua disponibilidade, completude, atualização, etc.). E é um retrato do exato instante em que foi fotografado e analisado: dias depois já seria diferente, os dados estão em constante atualização, modificação e evolução. Então, nesta tese, tentei fazer alguns retratos dos estudos de gênero no Brasil, um pouco mais amplos do que os anteriormente feitos.

Além disso, tenho consciência de que meu objeto de pesquisa, como deixo claro no trabalho, é um objeto imperfeito. Isso é inerente a qualquer pesquisa, afinal os objetos de estudo são recortes da realidade com tempo e contexto específicos, como mencionado acima, e limitados às possibilidades de captura e das ferramentas de análise. No caso dos estudos de gênero, sobressai a questão de que são estudos “interessados” (como discutido em 2.2) e, em certo grau, inerentemente politizados. Mas como identificar a “intenção” de uma pesquisa? É necessário analisar seu conteúdo de forma detalhada, o que é impossível no caso de análises macro como a presente, em função da quantidade de dados.

Tentou-se ao máximo minimizar a quantidade de recuperações “equivocadas” (não relevantes) na composição da expressão de busca desta pesquisa, conforme explicitado na seção “3.2 Estratégia de busca”. Um exemplo disso é a retirada de várias disciplinas da saúde para a recuperação das expressões HIV, AIDS, sexualidade... Por outro lado, há

disciplinas que utilizam as mesmas expressões para fazer estudos “biologizantes” e estudos de gênero. É o caso de enfermagem: retirar amamentação, parto, gestação e outras palavras excluiria pesquisas que não são de/sobre estudos de gênero, mas excluiria também, e em alto número, trabalhos importantes dos estudos de gênero e que são de enfermagem, assim como autorias muito importantes. Nestes casos, optou-se pela manutenção das palavras e da disciplina e assim “pecar pelo excesso” e não pela falta. Isso significa que há sim trabalhos que numa análise mais pormenorizada possivelmente seriam descartados. Todavia, aqui, optei por realizar a análise macro e bancar este objeto de estudo imperfeito, mas positivamente significativo, importante e esclarecedor sobre a área de estudos de gênero no Brasil. Em termos biblioteconômicos, optei por diminuir um pouco a precisão a fim de aumentar (proporcionalmente mais) a revocação¹⁰⁰.

Uma das coisas mais difíceis foi organizar as análises e os resultados na forma que fizessem maior sentido. Foi necessário tomar várias decisões que depois tiveram de ser repensadas, algumas abandonadas, outras ajustadas. Por um lado, é uma análise métrica da comunicação científica, portanto o mais lógico seria apresentar os resultados a partir dos indicadores bibliométricos, mas em função da quantidade de dados, dos vários recortes necessários para analisá-los e da diversidade existente na área, a linha de raciocínio vai e volta em alguns assuntos e “lembretes” precisam ser feitos para situar a leitura ou explicar questões já levantadas.

A área de estudos de gênero é interdisciplinar, e cada pesquisadora ou pesquisador atuante nela (ou nelas) parece ter sua atividade científica voltada para uma das áreas “precursoras” e consolidadas no sistema de pós-graduação e pesquisa brasileiro. Apesar de a interdisciplinaridade ser algo incentivado e valorizado no discurso, a verdade é que o sistema de avaliação da pesquisa e do ensino superior no Brasil são muito disciplinarizados (no sentido de disciplinas do conhecimento). Além disso, pergunto-me o quanto meu olhar como bibliotecária e estudante de ciência da informação pode ter influenciado também para esta perspectiva, treinada na “classificação” e organização do conhecimento. A despeito de toda a literatura da área que discute este tema, a ciência da informação sabe lidar, em termos pragmáticos, com a literatura/fenômeno que excede a classificação? Com uma área que excede a fixidez esperada para “categorizá-la”. Como lidar em termos

¹⁰⁰ Sobre revocação e precisão, partindo de uma expressão de busca (uma pergunta) feita numa base de dados, num catálogo de bibliotecas ou mesmo no Google: precisão é a proporção de documentos recuperados (respostas obtidas) que são relevantes (úteis), enquanto revocação é a proporção de documentos relevantes (úteis) recuperados frente a todos os documentos relevantes possíveis. Logo, sendo o objetivo da pesquisa retratar os estudos de gênero em sua amplitude (e por isso inclusive a escolha de uma base de dados com maior cobertura), justifica-se a diminuição da taxa de precisão em prol de uma maior revocação.

práticos com a necessidade de compreender tópicos inter e transdisciplinares, de limites difusos?

Uma questão que ainda pode ser pensada pela área é a aderência aos estudos de gênero dos dois artigos anteriores aos anos 1970 identificados, as publicações de 1959 (por Darcy Uchoa) e de 1961 (por Ruy Coelho). É perceptível que tanto o artigo de Uchoa como o de Coelho não são originalmente arquivos digitais e que foram disponibilizados eletronicamente após suas publicações. Essa disponibilização contou com reconhecimento OCR, possibilitando a leitura e indexação de seus conteúdos, o que por sua vez possibilitou a identificação de ambos para o conjunto de dados da tese. A leitura em OCR e digitalização de publicações antigas não é uma realidade comum para as revistas científicas brasileiras, o que significa que, de alguma forma, os periódicos em que esses artigos foram publicados contaram com recurso “extra” para tal – o que faz sentido já que provêm de áreas da saúde (que conta com mais incentivos financeiros em relação às demais) e são de São Paulo (estado mais rico do país e com financiamento de pesquisa mais constante). Isso tudo traz à tona o fato de que é possível que publicações tão ou mais antigas de estudos de gênero possam não ter sido recuperadas simplesmente porque suas revistas não contaram com pessoal ou recursos financeiros para digitalização.

A obra de Heleieth Saffioti ainda pode ser considerada precursora da área no Brasil? Visto que o artigo de Uchoa foi recuperado por conter a palavra “homossexual” no resumo e o de Coelho por conter “estudos de gênero” nas palavras-chave, pode ser que a digitalização e a correção de metadados dos trabalhos mais antigos traga à tona trabalhos “escondidos”, não recuperados nesta pesquisa e também de baixa visibilidade na comunidade acadêmica. Tal possibilidade, porém não diminui a importância para a área da tese de Heleieth Saffioti, tendo em vista o posicionamento político explícito de seu trabalho – ainda mais levando-se em conta o período histórico do país. Foi um marco da inserção na ciência dos estudos feministas (que nesta tese são entendidos “também” como estudos de gênero).

Os feminismos brasileiros não estão completamente “enturmados” na ciência nacional nas décadas de 1950 e 1960, apesar de já haver pesquisadoras feministas e de pautas dos movimentos fazerem algum barulho na sociedade. Nos anos 1970 é que a produção da área no Brasil se torna palpável, com artigos publicados todos os anos, porém em temas que podem tanto aderir à área quanto ficar de fora. Enquanto movimentos feministas ganham fôlego em outros países, o Brasil vive ainda o regime militar o que faz com que, como dito na literatura, os feminismos fiquem “abafados” (ou mesmo

barrados¹⁰¹) nas vozes de vários movimentos. Ou então, faz com que a produção científica mais “interessada” (engajada) seja “tímida” – o que não significa inexistente. Os primeiros artigos são principalmente envoltos em tópicos da saúde pública e da saúde reprodutiva (voltada para métodos de contracepção), mas também há estudos literários e de psicologia.

A partir da segunda metade da década (até a primeira metade dos anos 1980), as pesquisadoras brasileiras que estão na academia começam a se movimentar e se “reconhecer” dentro de encontros científicos e em debates internos. Era como se estabelecessem o terreno, dentro dos moldes já existentes na academia. Na década de 1980, a variação de artigos por ano é ainda negativa, mas quase cinco vezes maior que nos anos 70. Disciplinas como educação, ciências sociais e letras se tornam mais presentes na área.

Nos anos 1980 também a expressão “estudos de gênero” desponta, ilustrando o que autoras anteriores afirmaram sobre a substituição do termo “mulher” por “gênero” (LOURO, 1995; HEILBORN; SORJ, 1999) – e a literatura discute a respeito das causas e consequências disso. Os motivos abarcam desde a influência dos estudos anglo-saxões, ou uma mudança paradigmática na área, ou a intenção de se buscar legitimidade para a pesquisa (“mascarando”, de forma estratégica talvez, seu viés político, feminista). Como consequência, acreditava-se que a mudança de mulher/feminista por gênero colocaria em risco o sujeito político do feminismo, as mulheres, e por outro lado apontava-se que a perspectiva de gênero ressaltaria as relações de poder na sociedade, salientando o seu aspecto relacional. Em suma, a denominação da área também não é fixa.

Historicamente, a década de 1980 é um período de mudanças importantes no país: é o início da redemocratização e há movimentos de mulheres que se organizam em busca de justiça para questões da Ditadura Militar e para buscar direitos cidadãos na Constituição de 1988. Essas características são interessantes porque também adicionam uma camada especial no tensionamento de tópicos de pesquisa frequentes: saúde reprodutiva e contracepção. O tema aborto também aparece pela primeira vez.

O tensionamento se dá no fato de que ações e pesquisas sobre este assunto, aborto, foram fomentadas por organismos estadunidenses, presentes no país naquele momento e nas décadas seguintes (como a BEMFAM, a Fundação MacArthur e depois a Fundação Ford). Ao mesmo tempo em que a contracepção é uma conquista para as mulheres, seu incentivo num país considerado “subdesenvolvido” e de sistema de governo recentemente autoritário e repressivo tem também nuances de controle de natalidade da população mais

¹⁰¹ Feministas da época afirmam que as pautas específicas das mulheres eram rechaçadas inclusive nos movimentos e partidos de esquerda, que ou diziam que a “revolução resolveria tudo”, ou que as pautas feministas eram “burguesas” e “dividiriam” as articulações de oposição à ditadura militar (OLIVEIRA, 2018).

pobre. Pesquisadoras brasileiras argumentam inclusive que o fomento por parte dessas organizações aos estudos de gênero (incluindo outros tópicos) têm por trás questões nesta seara – ou seja, incentivar que a mulher latino-americana tenha outros objetivos, que a maternidade não seja seu único “objetivo de vida”, resultando então em uma forma de controle de nascimentos. Esse tensionamento de propósitos/ideias antagônicas ilustra muito bem a sociedade brasileira em várias pautas sociais e também feministas, como o é por exemplo a questão do aborto – até hoje.

A saúde da mulher é um dos temas mais frequentes de pesquisa nos anos 1980, mas os propósitos sanitários estão sempre presentes – o foco é no planejamento familiar, gravidez e contracepção. Neste momento se adicionam também temáticas envoltas na amamentação. Outro tópico que mistura questões de saúde com questões sanitárias e morais (por envolver sexualidade) surge igualmente nos anos 1980, embora com poucas ocorrências: o HIV e a AIDS.

A década de 90 é a de consolidação dos estudos de gênero brasileiros. O termo “gênero” dispara como palavra-chave desde a segunda metade da década, e “estudos de gênero” ascende desde seu início. A variação de produtividade ao ano é positiva e a partir dessa década o coeficiente de determinação se aproxima cada vez mais do crescimento exponencial. As áreas das ciências humanas e sociais são muito produtivas nesta década, tanto devido ao financiamento da pesquisa na área (o que acontece também nas ciências da saúde) quanto, ao meu ver, em função do contexto político, em que os movimentos sociais passam a se institucionalizar. Neste cenário, os estudos de gênero são (parte d) a institucionalização acadêmica dos movimentos feministas. Mais universidades, regiões do país, disciplinas e assuntos passam a compor a produção acadêmica. As duas revistas especializadas na área são inauguradas.

Nos anos 1990, os temas e as disciplinas de pesquisa dos anos 1970 e dos anos 1980 permanecem e aumentam em frequência (gestação, amamentação, estudos epidemiológicos, AIDS/HIV, planejamento familiar, entre outros, disciplinas de saúde pública, enfermagem, pediatria, ginecologia e obstetrícia) enquanto sociologia, estudos de gênero, antropologia se consolidam entre os “temas” e disciplinas mais frequentes. Um fator que demonstra certo paralelismo entre a pesquisa em estudos de gênero e as pautas feministas é o surgimento de termos relacionados à violência contra a mulher, uma questão premente nas demandas das mulheres na Constituinte e que passa a se materializar na década de 1990, com a propagação de delegacias da mulher pelo país (a primeira tendo surgido em 1985).

Questões mais relativas à subjetividade também começam a surgir durante a década de 90, corroborando à amplificação de temas e pautas, além do paralelismo entre movimentos sociais e pesquisa – característico da área. Questões micropolíticas das diferenças de gênero e de outros marcadores sociais são pautas emergentes dos movimentos feministas no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, o que também acontece na pesquisa brasileira. Isso se evidencia pelo surgimento e/ou aumento de frequência, durante os anos 2000, de termos que elucidam a diversidade ou problematizam normas sociais vigentes (como por exemplo as relacionadas aos estudos *queer* e as relacionadas às sexualidades consideradas “desviantes”).

Nos movimentos feministas, a literatura aponta que nos anos 2000 se consolida sua institucionalização através de organizações locais (associações de bairros, sindicatos e outros), organismos de gestão no poder executivo e legislativo, maior representação nestes âmbitos, partidarização, organizações não-governamentais dedicadas a necessidades das mulheres, entre outros (MATOS, 2010; SARDENBERG; COSTA, 2011). De certa forma, isso se reflete nos estudos de gênero se pensarmos nessa “democratização” ou popularização dos feminismos em relação à representação das diferenças nos temas de pesquisa vislumbrados por suas palavras-chave.

A partir de 2011 são mais de 22 mil artigos de estudos de gênero publicados até 2019. Pesquisas de mais disciplinas e com mais assuntos se somam à área, adicionando também mais uma camada de termos e assuntos relativos a marcadores sociais da diferença, problematização de normas sociais vigentes, elucidação de desigualdades na esfera micropolítica, no âmbito da saúde pública e da saúde da mulher, da sexualidade e de narrativas culturais. Tais constatações, de problematização, de questionamento, de reflexão, andam lado a lado com o contexto social e político no país em que ao mesmo tempo em que várias questões sociais são problematizadas, há uma onda conservadora que se posiciona pela manutenção de padrões morais rígidos. Talvez esta “onda” de conservadorismo só esteja mais visível justamente em função do questionamento de suas normas. Fato é que a área demonstra um crescimento tão expressivo que não parece que vá retroceder mesmo que haja um movimento social contrário – talvez até se fortaleça em razão disso.

É, no entanto, notável, que a pesquisa acadêmica não é uma esfera livremente progressista (SALAS, 2017; LEONEL, 2020): mesmo em estudos de gênero, suas temáticas e a frequência delas demonstram que a pesquisa é permeada também por crenças e preconceitos existentes na sociedade como um todo, incluindo também falta de

visibilidade. Isso se vislumbra, por exemplo, no fato de que a expressão “homossexualidade masculina” aparece na pesquisa desde os anos 1980, enquanto “homossexualidade feminina” vai aparecer apenas nos anos 2000, e numa frequência quatro vezes menor em relação à primeira nos anos 2010. As mulheres lésbicas sofrem mais preconceito que os homens gays tendo em vista que a sexualidade feminina é culturalmente “negada”, permitida apenas quando em relação ao homem – um exemplo disso é que até pouco tempo, quando se pesquisava por “lésbica” no Google, o que se recuperava era pornografia masculina (GALVANI, 2019), em que mulheres de beleza “padrão” se relacionam sexualmente para deleite do homem.

Outra evidência é a frequência menor de artigos que abarquem raça e etnia (em comparação com os que abarcam violência e homossexualidade, por exemplo): surgem alguns termos nos anos 1990, que aumentam sua frequência nos anos 2000, e outras palavras relacionadas aparecem a partir dos anos 2010. Há um incremento no tema “interseccionalidade(s)” durante os anos 2000, mas penso que não seja o mesmo que tratar especificamente de raça e gênero. A menor frequência em relação a outras temáticas que surgiram na década de 90 (e que foram aumentando em frequência a partir dali) sugere que existe, de fato, um desafio político e epistemológico na abordagem mais frequente de questões de gênero e raça, gênero e etnia na pesquisa brasileira – conforme percebido anteriormente por Luzinete Minella (2013) em sua investigação a respeito da pesquisa sobre gênero e ciências no Brasil. No caso da temática analisada por Minella, a exemplo, se acrescenta à questão o fato de que a mulher negra enfrenta ainda mais obstáculos para acessar o ensino superior do que outras mulheres e do que a população negra em geral – e essa realidade teve menor taxa de mudança entre 1995 e 2009, em comparação com outros recortes populacionais (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2011). Um dos caminhos para vencer tal desafio vislumbrado por Minella pode ser igualmente adotado em outros âmbitos – ações afirmativas para aumentar a diversidade na comunidade científica e na pesquisa.

Outro termo (pois é encontrado nos tesouros) que faz parte do presente e futuro da população brasileira e não foi identificado com frequência significativa na pesquisa é “envelhecimento”, ou a palavra relacionada a esta e outras etapas da vida como marcador de diferença, “geração” (no sentido de “geracional”). Há muitas palavras relacionadas ao bebê recém-nascido e à criança, e o termo “adolescência” também tem alta frequência. A partir dos anos 2000 surge o termo “idoso(a)” entre as palavras-chaves frequentes, mas não o faz na mesma frequência (importância) – lembrando que “geração” não foi incluída nas

estratégias de busca por causa da quantidade de pesquisas não relacionadas. Tampouco foram localizadas expressões do tipo “gênero e geração” ou “gênero e envelhecimento”, “sexualidade e envelhecimento”. Tal demonstra um desafio para abordagem na área se levadas em conta as características da população brasileira e como os estudos de gênero se alinham com políticas públicas e com os momentos “históricos” do país.

Além da projeção de políticas públicas, a intersecção entre gênero e geração/envelhecimento também deve contribuir na compreensão do passado, na reflexão a respeito das vivências das gerações hoje idosas, gerações cujas realidades em torno das desigualdades de gênero e em torno da sexualidade e diversidade foram, quando jovens, absolutamente distintas das realidades da juventude atual. Isso se faz importante não apenas em função do envelhecimento da população brasileira, mas também no sentido de expansão da consciência coletiva da diversidade, e da consciência da existência potente de sujeitos igualmente marginalizados/as na conjuntura social da atualidade.¹⁰²

A palavra-chave “sociologia”, assim como “geração”, não foi utilizada na estratégia de busca, mas aparece como uma das mais frequentes, em todas as áreas do conhecimento – embora num número menor nas ciências da saúde se comparada com as demais. Ela aparece sozinha, mas também adjetivada, denotando pesquisas sociológicas em diversas disciplinas e temas e demonstra ainda o quanto a área de estudos de gênero permeia o social, inclusive tendo-o como objeto de pesquisa.

Sociologia é também uma das disciplinas de relevância por aparecer como frequência em vários recortes de pesquisa, como entre as palavras-chave por décadas, por áreas de pesquisa e na formação acadêmica entre as autorias com mais artigos. Outra disciplina muito frequente na formação dessas pessoas é a enfermagem, que aparece também como palavra-chave frequente. Saúde pública é igualmente muito relevante em vários recortes (formação dos pesquisadores e pesquisadoras, tema de artigos, periódicos, tema nos artigos internacionais, entre outros), assim como psicologia social (palavras-chave, temas dos artigos, classificação dos periódicos e área de atuação ou formação das autorias). Já obstetrícia e ginecologia é a área de formação de alguns dos pesquisadores/as com mais artigos, sendo também a área em que estas pessoas publicam, embora alguns e algumas obstetras publiquem com frequência também em saúde pública e epidemiologia.

A palavra-chave (igualmente termo e tema) mais intrigante, em minha opinião, é “aborto”. É um tema especialmente relevante nos estudos de gênero no país desde os anos

¹⁰² O mesmo pode ser dito em relação a outros marcadores, que embora não apareçam no tesauro e nem tenham sido contemplados na estratégia de busca, podem e devem ser levados em conta, como em relação deficiências físicas ou outros tipos de necessidades especiais, classe, nacionalidade...

1970 e 1980, quando é ligado (também?) às pesquisas de planejamento familiar e de controle de natalidade, a partir de incentivo financeiro de entidades estadunidenses. Nas ciências sociais aplicadas faz parte da pesquisa ligada aos direitos fundamentais da mulher em que é discutido a partir da lei e dos direitos humanos.

Todavia, a questão do aborto aparenta ser ao mesmo tempo presente e tabu (e isso tanto como temática quanto como política pública): não se desenvolve, pouco se avança em relação a sua percepção social ou em termos de direitos e políticas. Um exemplo disso é que mesmo um dos únicos casos em que a lei brasileira possibilita o aborto, que é nas situações de estupro, é constantemente ameaçado e questionado – vide tentativas recentes (no segundo semestre de 2020), de grupos políticos e religiosos, de impedir que uma menina de dez anos vítima de estupro de realizar o procedimento (ROSSI, 2020). Este caso teve repercussão nacional, mas acontece frequentemente. Então, a constância e presença da questão do aborto na produção científica desde a década de 70 não se reflete num esclarecimento social sobre o tema, ou ainda, a produção na esfera científica permeia o embate e a controvérsia na esfera social sobre a questão.

A enfermagem é uma dentre as dez palavras-chave mais frequentes em todos os artigos brasileiros de estudos de gênero e é interessante que enquanto nos anos 2000 ocorre mais associada às palavras-chave saúde pública, HIV, AIDS e aborto, isso se modifica na década seguinte. A partir de 2011 “enfermagem” se associa principalmente à “saúde da mulher”, “violência doméstica” e “violência contra a mulher – possivelmente, também, como reflexo da movimentação pelo pacto nacional pelo enfrentamento da violência contra a mulher, ocorrido entre 2008 e 2011. Muitas das pessoas que mais publicaram artigos em EGB se formaram (na graduação ou pós) em enfermagem, o que igualmente demonstra a importância desta disciplina.

Nesse sentido, há temas em estudos de gênero que perpassam diversas das grandes áreas de pesquisa adotadas no Brasil. O já citado aborto é um destes temas, tratado em publicações e por pesquisadoras e pesquisadores de várias das disciplinas em ciências da saúde (saúde pública, obstetrícia, enfermagem), ciências humanas (sociologia, antropologia) e ciências sociais aplicadas (direito), por exemplo. A classificação do conhecimento e da pesquisa científica em disciplinas e, após, em áreas do conhecimento, é de fato um fazer sintético, utilizado para fins pedagógicos ou de organização. No Brasil e em outros países, serve também para fins de avaliação e financiamento de pesquisa. O fato é que apesar de não ser um procedimento “orgânico”, a divisão da pesquisa em áreas e disciplinas está muito arraigada no fazer científico e, mesmo num campo como estudos

de gênero, a influência desse tipo de segmentação fica visível nas formas de fazer/publicar científicos. Em recortes por áreas do conhecimento segundo a classificação do CNPq, estas diferenças ficam prementes.

Dentre as áreas de pesquisa adotadas no Brasil, as pesquisas em estudos de gênero são mais frequentes em ciências humanas e ciências da saúde, com um número menor em ciências sociais aplicadas, depois linguística, letras e artes, e depois em publicações de caráter multidisciplinar (nesta ordem, em quantidades decrescentes). As outras áreas possuem poucos artigos em EGB identificados, o que levanta um questionamento sobre os estudos de gênero serem incipientes nestes âmbitos, ou se, quando feitos, serem publicados em periódicos de outras áreas (ou mesmo nos multidisciplinares). Possivelmente a reposta perpassa essas duas possibilidades, contudo não é possível respondê-las no momento. Fato é que as pesquisas em estudos de gênero estão sendo abarcadas por pesquisadores e pesquisadoras de diversas disciplinas do conhecimento e isso aumentou no decorrer do tempo.

As pessoas que publicam mais frequentemente (as mais “produtivas”¹⁰³) estão vinculadas a disciplinas das ciências da saúde. É característico em ciências da saúde a publicação padrão ser feita em inglês, numa alta proporção, contudo em estudos de gênero há numericamente uma equivalência entre a quantidade de publicações em português e inglês – mesmo que a maioria dos periódicos mais frequentes seja brasileira. É em pesquisas das ciências da saúde também que ocorre a maior parte das colaborações com instituições estrangeiras e com diferentes países. Como mencionado, a saúde da mulher no tocante à gravidez e saúde reprodutiva são os temas de maior incidência, seguidos de saúde do recém-nascido e também de HIV e AIDS – temas, como já mencionado, que podem ser pesquisados sob uma perspectiva dos estudos de gênero ou sob perspectivas não pertinentes à área.

Estes são temas também abordados em algumas publicações de psicologia, disciplina que no Brasil é classificada dentro das ciências humanas. É nas ciências humanas também que a diversidade ganha terreno em estudos de gênero. Ao lado da preferência por autoria solo e publicações em português, tem-se a maior quantidade de

¹⁰³ Sob este aspecto cabe destacar que apesar de ser a medida mais usada e conhecida (e sinceramente não vejo como fazer um estudo de uma área sem contar artigos), a produtividade calculada em número de artigos deve ser vista com precaução, já que, como já comentado: varia conforme as áreas e disciplinas de pesquisa; esconde questões importantes que prejudicam as pesquisadoras mulheres (desde o tempo para produzir, passando pelo financiamento de pesquisa até a avaliação de artigos); depende enormemente da instituição a qual a pessoa está vinculada (regiões mais ricas do país e instituições com maior tradição/experiência de pesquisa); além da questão referente à limpeza dos dados (em que pessoas que apesar disso tudo podem ter muitos artigos, mas suas grafias escaparam na padronização dos nomes, ou mesmo antes, na estratégia de busca).

idiomas estrangeiros e os trabalhos com mais autorias distintas, de diversos países. É nesta área também que a USP é superada pela UFSC em número de artigos e em que, no nível institucional, a proximidade espacial (geográfica) é o fator mais visível em relação à colaboração.

Nas ciências sociais aplicadas, destaca-se a conjuntura na qual a palavra-chave “empoderamento” fica principalmente associada à questão econômica e de políticas públicas (uso concomitantemente com economia, socioeconomia, políticas públicas, administração pública, democracia e outras), enquanto “aborto” fica relacionado às palavras lei, direitos humanos, direitos fundamentais e política, diferenciando-se das publicações mais frequentes com este tema nas ciências da saúde. Para linguística, letras e artes, o fator de maior diferenciação é a preferência absoluta por publicações sem colaboração vislumbradas em coautorias, e, nos artigos em que ocorre, sendo de poucas pessoas assinando conjuntamente. Os artigos e periódicos são principalmente em português, mas, por outro lado, a área tem a maior proporção de publicações em espanhol (em relação às demais).

Já as pesquisas e seus artigos veiculados em periódicos multidisciplinares ficam perceptivelmente divididas em dois enfoques: as pesquisas mais voltadas a aspectos da saúde, e todas as demais. Isso é perceptível pelos *clusters* de palavras-chave e também quando se verifica as diferenças dos artigos dentro do conjunto de dados. Nota-se também que há publicações feitas em periódicos bastante conhecidos na comunidade científica “geral” e “internacional”, que abrangem um público grande de cientistas, o que de certa forma demonstra o reconhecimento das pesquisas em estudos de gênero perante a comunidade científica “maior”.

Como mencionado, as publicações nas outras áreas são poucas, contudo é interessante que ventilam sobre a mesma gama de assuntos. Os temas de estudos de gênero publicados em revistas de ciências biológicas, agrárias, exatas e da terra e engenharias versam sobre: o papel de atores e atrizes em comunidades rurais ou de conservação ambiental, a conservação da natureza e de recursos naturais relacionada à educação ambiental, a influência de intervenções no meio ambiente para comunidades locais, ensino de ciências, história de cientistas e, principalmente, a situação e o papel de mulheres em sociedades agrárias e em cadeias produtivas.

Além dos temas, outras características da pesquisa em EGB ficam demonstradas através de seus artigos, entre elas o idioma de publicação, os periódicos que veiculam essas publicações, seu formato de acesso e as formas de assinar as pesquisas – as autorias e a

colaboração. Como característica de publicação que perpassa todos os estudos de gênero brasileiros, em maior ou menor grau dependendo do recorte analisado (década, área CNPq, revista) é a predominância da língua portuguesa e a maior variabilidade na proporção de diferentes idiomas. Isso chama a atenção especialmente nas ciências da saúde, já que outros estudos de disciplinas das ciências da saúde no Brasil mostraram uma proporção de mais de 90% de artigos em inglês. Os idiomas, aliás, são os mesmos encontrados para outras áreas já estudadas da ciência brasileira, porém com essa maior variabilidade em relação à proporção de cada língua e a predominância para o português desde os anos 1990.

Penso que a maior evidência da área olhando todos os retratos em conjunto é o seu caráter “popular” ou “social”, em formas muito mais diretas que outras áreas e temas de pesquisa costumam ser. Uma evidência disso é essa questão da língua. A despeito do diálogo e da comunicação com a comunidade científica maior, os estudos de gênero dão preferência ao uso do português e isso acontece mesmo em disciplinas das ciências da saúde, as quais são conhecidas pelo uso majoritário de inglês. As revistas especializadas, por exemplo, não apenas publicam unicamente em português ou espanhol (o outro idioma predominante na América Latina), como também traduzem textos clássicos da área, popularizando-os.

No quesito periódicos, são 3611 revistas diferentes e há concentração de artigos nas mais utilizadas: as cinco principais publicaram juntas mais de 10% dos artigos, as 15 publicaram mais de 15%, e as 98 revistas com mais artigos veicularam 41,92% de todas as publicações, enquanto 1472 publicaram apenas um artigo. A maior parte dos principais periódicos (mais frequentes) publicam em português (alguns exclusivamente) e outros aceitam artigos apenas em inglês.

Analisando todos os anos, mais de 90% dos artigos está em acesso aberto atualmente. A maior proporção se situa em publicações dos anos 2000, período em que o movimento pelo acesso aberto foi pauta em diversas reuniões pelo mundo e no Brasil. Mas, a despeito de o movimento pelo acesso livre ao conhecimento científico estar aumentando ainda (no sentido de incluir mais aspectos do fazer científico acessíveis livremente), desde o ano de 2011 a proporção de artigos pagos aumentou. E estes são de disciplinas das ciências da saúde.

A forma de produzir pesquisa em EGB em termos de colaboração possui também grande variabilidade quando analisamos as publicações de cada década. A década com menor variabilidade nesse sentido é aquela em que um menor número de áreas publicava

em EGB, os anos 1970. Conforme mais áreas e pessoas entram na pesquisa, a colaboração aumenta assim como a variabilidade. Como já mencionado, a mais homogênea nesse aspecto é a de linguística, letras e artes: autoria solo em mais de 60% da pesquisa e todas as medidas que indicam a variação dos dados são menores. Em ciências humanas a moda é a autoria também solo, porém havendo trabalhos com mais de 60, 70, 100 pessoas (trabalhos que analisam vieses de gênero culturais comparando a população de vários países).

Nos dois periódicos pioneiros especializados em estudos de gênero, Revista Estudos Feministas e Cadernos Pagu, há maior homogeneidade no perfil de publicação, indicando que áreas com características similares publicam nestas revistas e/ou que há uma linha temática editorial localizada em termos de abrangência disciplinar. Pesquisas anteriores e os dados da presente tese confirmam isso. Quando são analisadas as autorias com maior número de artigos a partir das grandes áreas do conhecimento do CNPq se percebe algumas diferenças que a literatura em comunicação científica já relata, como a diferença na quantidade de artigos por exemplo, demonstrando que práticas distintas são adotadas em diferentes disciplinas, como mencionado no início do texto.

A respeito das autorias¹⁰⁴, há alguns destaques nas características das pessoas que mais publicaram artigos em estudos de gênero quando se analisa cada década. Nos anos 1970, as temáticas mais abordadas foram saúde materna vinculada à saúde pública, o aborto, e na década de 1980, a saúde da mulher seguindo associada à maternidade – o que está de acordo com o que historicamente se percebe no discurso científico brasileiro (MARTINS, 2004)¹⁰⁵. Na década de 1990 aparecem diversas pesquisadoras das ciências humanas e sociais, as quais são amplamente citadas em trabalhos que se autodenominam “estudos de gênero” no Brasil. Nos anos 2000, a violência de gênero, o aborto, saúde na gestação, desenvolvimento infantil e aleitamento são as questões sobre as quais as autorias mais produtivas pesquisam, temas que seguem em voga nos anos 2010 e são (também) abordados por pessoas de carreira recente, vinculadas a disciplinas das ciências da saúde, sociais e humanas.

Quando se analisa todo o período de tempo compreendido na pesquisa desta tese (1959 a 2019), a maior parte dessas pessoas pesquisadoras muito produtivas são mulheres (pessoas que assinam com nomes femininos), mas os cinco com maior número de

¹⁰⁴ Ver comentário anterior.

¹⁰⁵ No discurso científico e médico brasileiro, mas também de outras culturais historicamente patriarcais, que têm em comum esse sentido de buscar moldar, adequar e controlar o corpo da mulher para funções específicas, no caso científico, especialmente para a maternidade.

publicações são homens de universidades de SP e RS (correlato com a ciência brasileira “geral”). Aqui fica evidente como os vieses de gênero repercutem na ciência, já que mesmo em uma área em que a maior parte das pessoas é de mulheres, os que mais se “destacam” (em número de artigos) são homens. Além das já várias vezes mencionadas questões relativas às características das áreas, sabe-se que os vieses de gênero são constantes na ciência: os artigos com autorias masculinas são mais aceitos, cientistas homens têm mais chances de serem contratados e de receberem melhores salários, homens recebem mais bolsas de pesquisa, e as questões concernentes à distribuição desigual de tarefas domésticas, como cuidados com a casa e com as pessoas da família (crianças, idosos/as) afeta muito mais as carreiras (e a produção) das mulheres do que dos homens.¹⁰⁶

Além disso, várias das autorias com mais artigos são homens que trabalham com saúde da mulher (saúde materna, parto, gestação), demonstrando igualmente um possível reflexo da história da ciência brasileira (homens médicos como os especialistas em saúde da mulher, voltados para saúde na gestação). Há muitas pessoas da área da saúde e muitas com temáticas relacionadas à saúde materna, parto, gravidez, e, entre todas elas, os assuntos principais são voltados para questões sociais, epidemiologia e saúde pública. As autorias das ciências sociais e humanas mencionam “gênero”, feminismos e outros em seus currículos e pesquisas, enquanto as das ciências da saúde não costumam denominar assim.

Ocorrem muitas colaborações (em formato de coautoria de artigos) entre essa “elite” de pessoas e se percebe que o fazem em torno de temáticas comuns de pesquisa (pode-se identificar temáticas comuns nos *clusters* de coautoria). Além disso, embora a proximidade institucional e geográfica seja um “incentivo” para a coautoria, há pessoas de regiões distantes que colaboram bastante entre si. As mais constantes são entre pesquisadores e pesquisadoras das ciências da saúde e da psicologia (saúde obstétrica, pública e psicologia social) e as temáticas envolvem saúde da mulher na gestação e questões de gênero voltadas à mulher ou à sexualidade

Mais especificamente, os grupos de colaboração são a respeito das seguintes temáticas: dentro da saúde da mulher há pesquisas na gestação (incluindo doenças específicas, parto, entre outras) e saúde materno-infantil, incluindo também saúde reprodutiva da mulher (com pesquisas publicadas em saúde pública, enfermagem, obstetrícia e ginecologia); ou saúde materno-infantil e medicina fetal (pediatria e obstetrícia); pesquisas em HIV e AIDS (saúde pública, epidemiologia, ou relacionada ao

¹⁰⁶ Ver trabalhos a respeito dos aspectos mencionados na revisão teórica desta pesquisa, especialmente em 2.4.

corpo e sexualidade nas ciências humanas); em gênero e sexualidade (incluindo saúde reprodutiva em abordagens da saúde pública ou mais voltadas às ciências humanas como antropologia e sociologia, e ciências sociais aplicadas como o direito), saúde da família (incluindo mulher, criança, adolescente), desenvolvimento humano (em abordagens da pediatria e da psicologia) e parentalidade (psicologia clínica e social); violências de gênero (enfermagem, saúde pública, sociologia); educação ou geografia e gênero.

Nas autorias institucionais, há quatro tipos de organizações identificadas: universidades públicas (federais, estaduais e algumas municipais ou comunitárias), universidades privadas, outros tipos de instituições públicas e instituições estrangeiras ou internacionais. Entre as mais frequentes brasileiras, a maior parte fica no sudeste do país, depois no sul e nordeste, algumas no centro-oeste e em menor número no norte.

A liderança em quantidade de pesquisa é da USP, inclusive quando analisadas as décadas. A seguir, tem-se UFSC, UFRGS, UNICAMP, UFRJ e UERJ, UNESP, UFBA (primeira do nordeste), UFF e FIOCRUZ. PUC-RS é a instituição privada mais produtiva e a FIOCRUZ é a instituição de pesquisa pública com mais artigos (não caracterizada como universidade). Ao longo das décadas, algumas instituições permanecem sempre nas primeiras posições: USP, UNICAMP, UFRJ, UFSC e UFRGS. Entre os motivos para este cenário, pode-se aferir a posição da UFSC e da UNICAMP em função de serem as sedes das revistas pioneiras especializadas na área, e a UFRJ tendo sido a primeira sede da REF. A USP é possivelmente a instituição nacional com maior tradição (e financiamento) de pesquisa no país, figura sempre entre as mais produtivas em qualquer área do conhecimento.

A maior dúvida fica para o posicionamento da UFRGS, e pessoalmente penso que, além de pessoas específicas muito produtivas ligados à UFRGS, há também a existência do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero, criado pela professora Guacira Lopes Louro, inclusive antes do “nascimento” da REF e da Cadernos Pagu. Teria o GEERGE alavancado o interesse na pesquisa em gênero na UFRGS e também no RS – já que outra instituição do mesmo estado aparece como a universidade privada com mais artigos na área? Teria o GEERGE também de alguma forma influenciado os diversos grupos e pessoas pesquisadoras de outras áreas atuantes na UFRGS (conforme levantamento feito pela reitoria da universidade em 2018)? Pessoalmente tenho motivos para crer que sim, já que foi a disciplina ofertada por um dos professores membros do grupo em que tive a ideia para esta pesquisa. Foi uma disciplina do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS que tinha vagas para estudantes não vinculados à

pós-graduação e que além disso foi ofertada em conjunto com uma turma da PUC-RS, em parceria entre docentes da PUC-RS e UFRGS.

Não é comum a colaboração entre pessoas de instituições diferentes nos estudos de gênero brasileiros – ocorre em apenas duas a cada dez publicações (21,51%). O número de coautorias entre instituições aumenta ao longo dos anos, assim como a variância e amplitude na quantidade (diferentemente da colaboração em escala micro, que cai nos anos 1990, para voltar a subir nos 2000). Neste nível de autoria, a colaboração por proximidade geográfica é ainda mais preponderante, aparece em todos os agrupamentos (*clusters*). A presença da UFPA e UEPA (federal e estadual do Pará) no grupo composto majoritariamente por IFES da região mais sul do país (com a UFRGS, UFSC e outras), talvez possa ser explicada em função dos convênios de mestrado e doutorado interinstitucional promovidos pela CAPES para incentivar a pós-graduação na região norte do país, em que foi identificada parceria entre UFPA e UFSC (em pós-graduação de enfermagem por exemplo, que é frequente nos estudos de gênero).

Quando se olha sob a perspectiva das áreas, percebe-se que a proximidade geográfica permanece um fator importante, principalmente em ciências humanas, mas também em ciências da saúde. Nas ciências da saúde, o mapa é mais circular, com todas as instituições mais conectadas entre si, tanto nos grupos em que coocorrem quanto nos demais. Nas ciências multidisciplinares a pesquisa e publicação interinstitucional também são frequentes, contudo não se percebe uma relação tão expressiva entre proximidade e cooperação. O mesmo ocorre nas ciências sociais aplicadas, o que talvez possa ser explicado pela baixa amostragem destes grupos em relação às ciências humanas e da saúde.

Nas colaborações entre organizações por década, USP sempre centraliza os mapas de *clusters*, demonstrando que sua frequência em produção acompanha a frequência em colaboração. Universidades do RS sempre formam um grupo separado dos demais e o fator da proximidade espacial fica mais visível a partir dos anos 1990 e totalmente consolidada nos anos 2010.

A produção científica brasileira em estudos de gênero estava presente em apenas sete unidades federativas brasileiras até os anos 1970 (SP, PR, RJ, PE, DF, RS e MG) e se espalhou pelo território nacional nas décadas seguintes, mas sempre concentrada nos estados da região sudeste e sul do país. Apenas três estados não registraram nenhuma produção no recorte da presente pesquisa: Amapá, Rondônia e Roraima.

São Paulo é o estado com produção mais longínqua na área. Possui artigos que podem ser considerados germinações dos estudos de gênero desde o final dos anos 1950 e é o primeiro em produtividade na maior parte dos recortes da pesquisa. Chega a estar presente em mais de 70% da produção nacional em EGB, tendo pelo menos o triplo de publicações em relação ao segundo estado até a década de 1990. Essa proporção vai diminuindo ao longo do tempo (assim como acontece para a ciência geral), ainda assim SP se mantém como o estado com maior produção (em número de artigos) e o que mais colabora com outras unidades federativas. É o estado mais rico do país e que possui tradição e financiamento constante de pesquisa, explicações parciais para este desempenho.

Outro destaque fica com o Rio Grande do Sul, que é o segundo estado com maior número de artigos, o com maior “produtividade” (medida por número de artigos em relação à quantidade de pessoas pesquisadoras) e com maior índice de crescimento na última década. Minas Gerais e Rio de Janeiro são as outras UFs que também estão sempre entre as com maior número de artigos em EGB.

Nos dados relativos, quando se leva em conta o tamanho da “ciência” de cada estado (dividindo-se a produção pelo número de pessoas pesquisadoras), a ordem de produção das UFs levando em conta todo o período fica da seguinte forma: RS, como já mencionado, a mais produtiva, seguida de SC, DF e, então, os estados de SP e RJ. Logo depois, CE, PB, RN, GO, MG, PR, PI, PE, SE, ES e BA. Estados do centro-oeste e do norte do país permanecem entre os menos produtivos, mesmo nos dados relativos: MA, MS, MT, AL, PA, TO, AC e AM, nesta ordem, além de RR, AP e RO que não têm produção.

Na análise da produção relativa ao longo das décadas, Rio Grande do Norte nos anos 1990 e Maranhão nos anos 2000 chegam a figurar como a primeira e a segunda UF com maior produção, respectivamente. Ao se verificar os dados destas décadas, percebe-se que coincidem com períodos em que estes estados tinham comunidade acadêmica pequena (se comparados a outros estados), mas possuíam periódicos científicos pertencentes às universidades que foram as que mais publicaram em cada um – Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Universidade Federal do Maranhão. Nestes períodos era comum uma prática mais endógena de publicações, em que uma entidade que era editora de um periódico científico era também a que mais publicava naquele veículo.

Uma forma de endogenia também foi verificada nas duas revistas especializadas e pioneiras na área, na análise de autorias institucionais: UFSC, de SC, é a instituição que editora e também a que mais publica na REF, enquanto UNICAMP, de SP, é editora e autoria mais frequente na Cadernos Pagu. Já quando se olha para os estados, o cenário é reverso, demonstrando uma tentativa de diversificar a produção nas revistas: SP é o estado que mais teve artigos veiculados na REF, enquanto SC é o que teve mais artigos na Pagu. Além disso, apesar de ter nascido um ano após a REF e ter por isso menor número de artigos publicados, a Cadernos Pagu publicou artigos de autorias vinculadas a mais unidades federativas brasileiras do que a REF.

Quando se verifica a taxa de crescimento das unidades federativas nas últimas duas décadas, o desempenho dos estados se mostra uma distribuição em que os mais produtivos são os com a menor taxa de crescimento da produção (ou abaixo da média nacional) e os estados menos produtivos são aqueles com crescimento acima da média. São, de um lado, os casos de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, que figuram entre os estados com maior produção, mas que menos cresceram nas últimas décadas, e de outro lado Tocantins, Mato Grosso e Amazonas, quem têm menor produção, mas foram os que mais cresceram nas últimas décadas.

As exceções são Acre e Maranhão, que têm menor produção e desempenho de crescimento menor (continuam incipientes na pesquisa). Bahia é a exceção “positiva”, pois figura sempre na mediana superior entre os mais produtivos e tem crescimento aproximado às médias e maior que para a metade dos outros estados. RS também tem um bom desempenho, figurando entre os com maior produção no geral e em todas as décadas, com melhor produtividade (capacidade científica em relação ao número de artigos) e relativamente bem também em termos de crescimento. Rio Grande do Sul é provavelmente o estado com melhor desempenho se comparados todos estes cenários em conjunto.

A distribuição desigual da atividade científica dentro de territórios nacionais é realidade não apenas no Brasil, mas no mundo. Contudo evidencia-se que disparidades tais podem trazer prejuízos a longo prazo, fazendo com que regiões menos desenvolvidas cientificamente se tornem dependentes das mais desenvolvidas, enquanto estas, além da sobrecarga espacial e até de recursos naturais, possam não ser capazes de abranger as necessidades e particularidades de outras regiões, além de não poderem preceder de parcerias. É, portanto, quase consenso na chamada cientometria espacial que o incentivo ao desenvolvimento científico deve ser distribuído geograficamente, sem desvalorização,

porém, dos locais e instituições já consolidados que também impulsionam e servem como colaboradores para os demais.

Parte da produção científica em estudos de gênero brasileira estabelece parceria com 81 países colaboradores em todos continentes. A colaboração com outros países acontece em 6,76% dos artigos (ou seja, é rara), a maior parte em ciências da saúde (57,48%), publicados principalmente em inglês, depois português e espanhol. Dentro das ciências da saúde, mais de um em cada dez artigos são publicados com coautoria internacional, 12,22%. A coautoria com outros países é muito mais rara se comparada ao restante da ciência brasileira, contudo a diversidade de países colaboradores se assemelha, demonstrando que nas pesquisas em EGB o Brasil alcança, ainda que poucas vezes, diferentes nações.

Em dados absolutos, os maiores colaboradores são EUA, Reino Unido, Portugal, Espanha, Canadá, Suíça, França, Austrália, Itália e Alemanha. Quando se leva em conta o tamanho e atividade em ciência dos países, os colaboradores mais importantes são: Portugal, Suíça, EUA, Espanha, Itália, Argentina, Bélgica, Uruguai, Reino Unido, Grécia e França (nesta ordem).

Questões a respeito do idioma e da aproximação cultural podem corroborar para a colaboração importante com Portugal e Espanha. Com os EUA, as colaborações são mais intensas em áreas médicas, incluindo pesquisa biomédica, enquanto que com Espanha e Portugal predominam saúde pública, psicologia e ciências do comportamento (incluindo a psicologia social para a Espanha) e educação. Com Portugal, há um maior uso do idioma português e publicação em periódicos lusófonos, enquanto que para os demais países predomina o uso do inglês. Para a Argentina, colaborador mais próximo geograficamente, as publicações focam mais em ciências sociais, clínica médica e estudos históricos.

Os grupos de autorias que estabelecem colaboração internacional podem ser separados em duas temáticas de pesquisa. A primeira é a de saúde reprodutiva da mulher, com enfoque na maternidade e aí incluindo a gestação, o parto, a relação mãe e bebê, com pessoas da obstetrícia, saúde pública e psicologia. A segunda envolve profissionais da saúde pública que pesquisam comportamento sexual e epidemiologia, incluindo HIV e AIDS, além de outras doenças sexualmente transmissíveis. Apesar disso, os artigos que tiveram a maior quantidade de países diferentes são todos de psicologia e tratam-se de grandes pesquisas que verificam como o contexto social e cultural influi em percepções e atitudes de pessoas de diferentes nações, incluindo aí questões de sexualidade e de relações de gênero.

Em relação à metodologia da pesquisa, os destaques desta tese estão relacionados principalmente às especificidades e desafios no tratamento de dados de campos de estudos tão interdisciplinares e transversais quanto os estudos de gênero. Em primeiro lugar, tais campos demandam fontes de dados igualmente transversais e abrangentes, o que infelizmente não é a realidade das bases de dados mais utilizadas em estudos bibliométricos. Não é a realidade de bases que priorizam o uso da língua inglesa (excluindo a produção de interesse regional ou local por isso) e tampouco da base de produção científica que se propõe aberta e democrática no contexto dos países de língua portuguesa e espanhola (principalmente), a SciELO. Seu aspecto democrático se limita ao formato de acesso pelos usuários (aberto), mas a abrangência de títulos é limitada.

Cientes disso, bibliometristas da Science-Metrix se engajaram na construção de uma base de dados que abrangesse todos os artigos científicos disponíveis online da ciência “global” e criaram a 1Findr. Contudo no decorrer da presente pesquisa, a 1Findr foi adquirida por uma das maiores editoras científicas do mundo, Elsevier, que, como já discutido neste trabalho, detém os direitos de grande parte das publicações em ciência mundialmente. Não pretendo estender essa discussão, mas a aquisição da 1Findr me levou a questionar sobre a continuidade e permanência deste projeto (nos moldes pensados em seu princípio) e se a inexistência de bases de dados abrangentes é parte do interesse desses grandes monopólios da ciência mundial.

Bibliometristas e bibliotecárias/os precisam estar cientes da pertinência e importância de mais esta questão na discussão do acesso à informação, entrando no debate para pensar a respeito das bases de dados bibliográficas (e não apenas em relação ao acesso a elas, mas também a sua *abrangência*). Como bibliometristas e bibliotecárias/os, como contribuímos para a continuidade de discursos hegemônicos (na ciência e em outros âmbitos) ao utilizar e indicar apenas tais meios “consagrados”? Como excluímos, consciente ou inconscientemente, a pesquisa que não faz parte delas (e assim contribuímos para sua permanência na “periferia da ciência”)? Obviamente, não estou advogando para entulharmos usuários e usuárias com informação menos relevante, pertinente, de menor qualidade ou de fontes mais difíceis/lentas apenas porque “abrangentes”, mas advogo por pensar estas questões e em soluções a elas.

Em relação ainda à fonte de dados, outro aspecto relevante se refere à necessidade de estudo minucioso dos mecanismos de busca. Com isso, refiro-me inclusive a testar a revocação dos resultados e a não “confiar” plenamente nos manuais das bases de dados. Tanto no uso da WoS quanto no da 1Findr, me deparei com questões técnicas que não

havia sido percebidas por seus (suas) desenvolvedores ou que não estavam atualizadas em relação aos manuais. Para uma pesquisa que depende de uma expressão de busca complexa, tal esforço se faz fundamental.

A concepção da expressão de busca é, novamente, algo para o qual reitero que se dedique a maior quantidade de tempo possível. Percebo pela literatura o quanto essa fase é relevada a segundo plano, quando em realidade modifica todos os resultados e a qualidade da pesquisa. A elaboração da estratégia para identificar os dados deve partir de uma revisão teórica sobre o assunto/tema/área que abarque tal objeto dentro dos limites temporais e espaciais que se quer investigar e com plena consciência das limitações disso. O entendimento do que é uma área ou do que engloba um assunto pode variar enormemente a depender de seu contexto, tanto no que diz respeito a lugares geográficos quanto a épocas distintas (por exemplo, o que são estudos de mulheres hoje no Brasil é diferente do que compreendia tal no discurso médico do século XIX, ou o que é neurociências no Brasil é diferente do que é nos EUA).

Após a investigação do “conceito” do objeto de pesquisa, penso que é importante também uma investigação histórica sobre sua concepção no contexto em que será estudado. Na presente pesquisa, por exemplo, entender o “início” dos estudos de gênero no Brasil auxiliou a compreender a importância dos movimentos sociais para a área e o quanto a pesquisa nela repercute e é influenciada por políticas públicas em formas bem mais diretas do que costuma acontecer em outros escopos de pesquisa.

Além do aspecto “epistemológico” maior, e do aspecto “histórico”/contextual, a revisão deve compreender o uso de palavras e termos no contexto a ser estudado. Essa investigação pode ser constituída por revisão bibliográfica, conversa/entrevista com pessoas da área, algum “curso”/formação que leve o pesquisador ou a pesquisadora a se aproximar dos conceitos, “paradigmas”, palavras pertinentes, entre outros. Isso repercute não só na concepção das expressões de busca como também no tratamento e análise dos dados. E, é claro, nas limitações que o objeto de pesquisa e suas ferramentas de análise impõem aos resultados obtidos, como é o caso por exemplo da decisão a respeito da taxa de precisão e revocação dos documentos para a presente pesquisa.

Marlise Matos, em sua concepção de uma quarta fase dos feminismos brasileiros (datados a partir dos anos 2000), evidencia uma importância especial aos “feminismos acadêmicos”. Para a pesquisadora, os estudos e teorias feministas (e de gênero) devem se ligar a uma “renovada ênfase” nas interseccionalidades, nas fronteiras transversais e transdisciplinares de marcadores como gênero, etnia e raça, sexualidade, classe, geração.

Penso, refletindo a partir dos resultados desta pesquisa e do (conturbado) contexto atual, que isso está se efetuando de certa forma. Tais desenvolvimentos (em direção às diversidades) não são lineares e notoriamente confrontam e evidenciam questões, crenças e construções muito arraigadas na sociedade e nas subjetividades.

Parece-me que o momento atual (em especial da guinada à direita extremista na política mundial) se deva em parte como uma resposta a tais avanços dos movimentos e estudos feministas e de gênero (assim como de outras pautas progressistas), que abalam relações de força muito potentes e enraizadas. Por exemplo, no campo da ciência, as “transdisciplinaridades” estão por um lado sendo construídas, mas ao mesmo tempo são difíceis em suas formas de concepção para nossas tão consolidadas formas de fazer e pensar as ciências – confrontam-nas. Penso que uma palavra significativa para o contexto atual seja essa, “confronto” e não no seu sentido negativo. Confrontar é (também) dar movimento e, no meu entender, o que não se move se solidifica, perece.

A movimentação dos estudos acadêmicos em gênero e feminismos, os estudos de gênero brasileiros, precisam se movimentar em direção a contribuir com as políticas públicas (o que me parece que se efetua em algum grau) e em direção a mais disciplinas do conhecimento. Creio que o viés de gênero e de outros marcadores sociais da diferença podem ser trabalhados na maioria dos campos do conhecimento e isso se faz necessário para que tenhamos consciência de como influenciam inclusive em como fazemos ciência, na epistemologia, nas lentes com as quais vemos o mundo e a nós mesmas/os.

Infelizmente, assim como acontece na sociedade geral, o engajamento “pessoal” com o qual se articula esse tipo de pesquisa segue sendo visto com desconfiança. É triste perceber, por exemplo, como mulheres de todas as latitudes sociais e também como pesquisadoras que notadamente têm conquistas baseadas nas lutas dos feminismos (de mulheres que nos antecederam), algumas inclusive que no dia a dia tomam posicionamentos feministas, ainda relutam ou mesmo negam veementemente serem feministas.

Um exemplo que recorro agora é o de pesquisadoras que atingiram o topo da carreira científica (o que estatisticamente é para poucas). Conforme relato de professora que as entrevistou, algumas, que eram também mães, quando questionadas se isso ou o simples fato de serem mulheres atrapalhou ou poderia ter atrapalhado suas carreiras, responderam que não. Ao mesmo tempo, relatam que se arrependem da ausência com seus filhos (culpa de não ser a mãe perfeita) e/ou que contaram com babás, empregadas “domésticas” (geralmente de classes sociais mais baixas e/ou negras) e de outras pessoas

que foram designadas a realizar o papel que a sociedade designaria a elas – de cuidadoras da prole e do lar. Não reconhecem que tiveram uma rede de apoio que possibilitou chegarem onde estão e que muitas mulheres não contam com isso – e isso não é um problema das mulheres, mas da sociedade (distribuição desigual das tarefas com os cuidados da família e da casa, maternidade sem assistência plena e assim por diante).

Parece haver a lacuna de um certo olhar ou consciência sobre suas realidades e sobre as realidades de outras, em paralelo com a consciência do papel dos feminismos para terem os direitos que tem e para discutir os problemas específicos da mulher que não são exclusivos seus, mas compartilhados por muitas. E a consciência de que há problemas que não compartilhamos, que são de “outras” e “outros”, mas que nem por isso não existem e que têm as mesmas raízes. Então penso que assim como na sociedade em geral os feminismos precisam ser mais conhecidos, e os estudos de gênero, assim como sua articulação feminista, precisam ser mais conhecidos e “produzidos” na ciência brasileira.

No caso específico que tomei como exemplo, é fundamental ponderar também como tais pesquisadoras de carreira longa podem ter sofrido dentro dos espaços de poder da ciência “masculinizada”,¹⁰⁷ e como a força do estereótipo da feminista como uma mulher desagradável, demasiadamente radical, desajustada socialmente, marcou e ainda marca várias gerações. Rosiska Darcy de Oliveira, uma das feministas que realizava passeatas com outras mulheres nos anos 1970 no país, lembra a forma que a mídia as retratava: como “mulheres horrorosas”, “mal-amadas”, “históricas”, “taradas”, “feias”. Portanto nada mais natural que rejeitar tal rótulo (“feminista”). A consciência e articulação com a qual algumas meninas muito jovens tratam hoje em dia de questões de seria inimaginável. Por outro lado, ilustra o quanto se evoluiu nesse sentido. No cenário acadêmico brasileiro, a penetrabilidade das temáticas e dos estudos de gênero na ciência brasileira e nas diferentes disciplinas está em curso de expansão – o que é confirmado pelos dados desta pesquisa.

Gostaria de finalizar com algumas proposições para ações e pesquisas futuras. As primeiras sugestões foram direcionadas à base de dados que serviu como fonte principal, em relação às melhorias que podem ser feitas em seu desenvolvimento. Algumas sugestões

¹⁰⁷ Com isso quero dizer que não são opressoras ou “culpadas” por qualquer coisa. Pelo contrário, mesmo sem total ciência, essas pesquisadoras com certeza experimentaram, em algum grau, o fato de que a mulher é preterida em relação ao homem na ciência – na avaliação de artigos, conquistas de projetos, bolsas, colocações na carreira, espaços de fala, etc. Além disso, a autoridade científica, como uma forma de relação de poder, demanda (além das questões específicas da ciência) uma postura “masculinizada” para seu pleno exercício. Uma postura *considerada* masculinizada pois se reveste de características que são comumente atribuídas como naturais aos homens e que, quando encontradas num homem, são qualidades, quando encontradas numa mulher, são defeitos. Exemplos: assertividade, competitividade, ambição, postura combativa, falar alto, etc.

foram sendo feitas ao longo do trabalho e foram pinceladas no texto desta tese. Em suma, dizem respeito à melhoria nos formatos CSV e RIS, com a inserção de mais campos de metadados (para ampliar as possibilidades no uso desta via *download* direto na interface de busca); inclusão de campo de localidade para as instituições de vínculos das autorias (com possibilidade de refinamento da busca por país, por exemplo); vários ajustes nos dados de revistas e instituições brasileiras, além da inclusão de alguns títulos e instituições faltantes. Uma mensagem com todas estas informações reunidas será enviada diretamente à base de dados e ao pesquisador que concedeu o acesso para esta pesquisa.

Outra sugestão relacionada às fontes de informação científica diz respeito não a uma base e sim a um periódico específico. Talvez haja mais periódicos na mesma situação, então minha reflexão pode caber a mais títulos. Uma revista importante na produção científica em estudos de gênero brasileira (que inclusive utilizei no referencial teórico) não foi incluída no conjunto de dados, a *Labrys: revista de estudos feministas*. A *Labrys* tem em seu conselho pesquisadoras reconhecidas e muito citadas na área, contudo seus artigos não estão disponíveis em plataforma indexável, que pudesse fornecer os metadados necessários para entrar no conjunto de dados da tese.

Um texto estar numa plataforma indexável significa poder ser “lido”/reconhecido por buscadores, ser identificado em buscas e assim ser recuperado e lido. Para informação científica, isso se faz a partir de dados específicos, que são considerados os mais relevantes nos documentos, como dados do título, resumo, palavras-chave, autoria, entre outros. Quando um texto está disponível online, mas numa plataforma que não é “científica”, não se tem a identificação desses dados mais importantes para mecanismo de busca, e nem a recuperação/identificação por bases e fontes que reúnem informação científica. No caso da revista *Labrys*, seus artigos estão em um portal com leiaute antigo e por isso desatualizado e até confuso. Alguns estão disponíveis em outros portais, dispersos e igualmente não “identificáveis” por mecanismos de busca focados em informação científica. Em suma, seus artigos não estão plenamente acessíveis.

A informação que não está acessível se perde. Aqui não vou me alongar novamente na questão da importância da publicação, do acesso, da diversidade e da qualidade das fontes de dados e das informações. Então, dada sua relevância, é uma pena que tudo o que já foi publicado na *Labrys* possa se perder. Não obtive informações sobre isso ter sido ato pensado pelas editoras (colocar e manter a revista na forma como está), nem sobre a possibilidade de ela ser retomada (sua última edição é de 2018). Contudo sugiro (e me coloco à disposição para a parte “bibliotecária” disso) que a revista seja colocada em uma

plataforma como a *Open Journal System* (OJS, conhecida no Brasil também como Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas), que é um *software* livre e online, amplamente utilizado na editoração e publicação de revistas eletrônicas. Isso possibilitaria que seus artigos continuassem sendo lidos e reconhecidos por bases de dados como a IFindr e por leitoras e leitores potenciais.

Os retratos da produção científica brasileira em estudos de gênero produzidos neste trabalho foram feitos a partir de uma escala macro, nacional, e vários recortes mais específicos ainda podem ser feitos – além, é claro, de outras pesquisas também nacionais ou que deem conta de uma região maior, da América do Sul por exemplo, o que sugiro que seja feito com a mesma base de dados. Para as pesquisas em escala micro ou meso, sugiro se inclua análise de conteúdo dos artigos (a fim de descartar documentos não relevantes) e análises da área nas seis regiões do país, investigando-se temas, áreas do CNPq e frentes de pesquisa para as quais cada região se volta e assim identificar especializações ou possíveis lacunas. Também proponho análise aprofundada (em recortes de tempo menores, de um ou dois anos) dos artigos publicados a partir de 2011, relacionando-os a contextos recentes da política no país, e investigação específica das pesquisas relacionadas exclusivamente ao aborto e a outros temas relevantes.

Nesse sentido, tenho a intenção de tornar disponível o conjunto de dados principal deste trabalho, para uso por outras pessoas, em plataforma de dados abertos de pesquisa (conforme indicado na seção de metodologia, em 3.7). Com os dados coletados e tratados para a presente tese foram feitas análises principalmente de atividade científica, de autorias, de redes de colaboração e de temas da pesquisa brasileira em estudos de gênero, com os quais foram levantadas questões relevantes, tanto do posto de vista da comunicação científica quanto da realidade mais ampla, social. Creio que neste íterim a tese cumpriu com seu objetivo e espero que tanto seus resultados quanto seu conjunto de dados possam contribuir para pesquisas futuras e para se conhecer mais aspectos da ciência brasileira.

REFERÊNCIAS

- 1SCIENCE. **Advanced query features**. Montréal, 2019. Disponível em: https://www.1science.com/1findr-faq/?faq_id=3678#hrf-entry-3398. Acesso em: 22 ago. 2019.
- 1SCIENCE. **Advanced search**. Montréal: Science-Metrix, 2018a.
- 1SCIENCE. **Evaluation protocol – “peer reviewed” journals**. [S. l.: s. n.], 2018b.
- ABRAMO, Giovanni; D’ANGELO, Ciriaco Andrea; CAPRASECCA, Alessandro. The contribution of star scientists to overall sex differences in research productivity. **Scientometrics**, Dordrecht, v. 81, n. 1, p. 137–156, 2009.
- ADAMS, Jonathan; KING, Christopher. **Brazil: research and collaboration in the new geography of science**. [S. l.]: Thomson Reuters, 2009.
- ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José (org.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1991.
- ANDRADE, Sandra dos Santos; MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann; BARZOTTO, Carlos Eduardo. Transversalidade de gênero em políticas públicas: uma revisão de literatura. **Revista Prâxis**, Novo Hamburgo, v. 2, n. 0, p. 106, 2019.
- AQUINO, Estela M. L. Gênero e ciência no Brasil: contribuições para pensar a ação política a busca da equidade. *In*: PENSANDO GÊNERO E CIÊNCIA. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006a. p. 11–18. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa.
- AQUINO, Estela M. L. Gênero e saúde: perfil e tendências da produção científica no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 40, n. esp., p. 121–132, 2006b.
- ARCHAMBAULT, Éric *et al.* Benchmarking scientific output in the social sciences and humanities: the limits of existing databases. **Scientometrics**, Dordrecht, v. 68, n. 3, p. 329–342, 2006.
- ARCHAMBAULT, Éric. **Classification of Scientific Journals**. Montreal: Science-Metrix, 2016.
- ARCHAMBAULT, Éric; BEAUCHESNE, Olivier H; CARUSO, Julie. Towards a multilingual, comprehensive and open scientific journal ontology. 2011. *In*: INTERNATIONAL SOCIETY FOR SCIENTOMETRICS AND INFORMETRICS (ISSI), 13., 2011, Durban, South Africa. **Proceedings** [...]. Durban, South Africa: ISSI, 2011. p. 66–77.
- ARCHAMBAULT, Éric; LARIVIÈRE, Vincent. The limits of bibliometrics for the analysis of the social sciences and humanities literature. *In*: UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (org.). **World Social Science Report: knowledge divides**. Paris: [s. n.], 2010. p. 251–254.

ARIA, Massimo; CUCCURULLO, Corrado. Bibliometrix: an R-tool for comprehensive science mapping analysis. **Journal of Informetrics**, Amsterdam, v. 11, n. 4, p. 959–975, 2017.

ARRUDA, Denis *et al.* Brazilian computer science research: gender and regional distributions. **Scientometrics**, Dordrecht, v. 79, n. 3, p. 651–665, 2009.

ASSUMPÇÃO, Andreia dos Santos Barreto Monsore de. A mulher no ensino superior: distribuição e representatividade. **Cadernos do GEA**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 11–46, 2014.

AUDI, Robert (org.). **The Cambridge dictionary of philosophy**. 3. ed. New York: Cambridge University Press, 2015.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89–117, 2013a.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Para transcender a colonialidade. **IHU Online**, São Leopoldo, n. 431, 2013b.

BARRIOS, Maite; VILLARROYA, Anna; BORREGO, Ángel. Scientific production in psychology: a gender analysis. **Scientometrics**, Dordrecht, v. 95, n. 1, p. 15–23, 2013.

BEDINELLI, Talita. A educação brasileira no centro de uma guerra ideológica. **El País Brasil**, São Paulo, 26 jun. 2016.

BEMFAM. **O que é a BEMFAM?**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://bemjovem.wordpress.com/o-que-e-a-bemfam/>. Acesso em: 16 out. 2020.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. É o queer tem pra hoje? Entrevista com Berenice Bento. **Áskesis**, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 156, 2015.

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BLONDEL, Vincent D. *et al.* Fast unfolding of communities in large networks. **Journal of Statistical Mechanics: Theory and Experiment**, Bristol, v. 2008, n. 10, P10008, 2008.

BOERMA, Ties *et al.* **Global epidemiology of use of and disparities in caesarean sections**. London: Lancet Publishing Group, 2018.

BOHANNON, John. The frustrated science student behind Sci-Hub. **Science**, Washington, 2016a.

BOHANNON, John. Who's downloading pirated papers? Everyone. **Science**, Washington, 2016b.

BORNMANN, Lutz; ENDERS, Jürgen. Social origin and gender of doctoral degree holders. **Scientometrics**, Dordrecht, v. 61, n. 1, p. 19–41, 2004.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. *In*: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983. p. 122–155.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004.

BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. Educação e democracia: o papel do movimento feminista para a igualdade de gênero na escola. **Ex aequo**, Vila Franca de Xira, n. 17, p. 155–165, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Tabela de áreas do conhecimento**. Brasília: [s. n.], 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Currículo Lattes**. Brasília, [s. d.]. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil. Censos**. Brasília, 2016b. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/por-uf1>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Qualis Periódicos**. [S. l.], 2016a. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>. Acesso em: 9 jun. 2019.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Quem participa**: instituições participantes [Portal de Periódicos Capes]. Brasília: CAPES, 2020.

BRASIL. **Decreto n. 6.583, de 29 de setembro de 2008**. Promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 2008. Seção 1, p. 1–9.

BRASIL. Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 8 ago. 2006.

BRAUN, Tibor. Quantitative science policy and management by using scientometrics and scientometric indicator. **Science Foundation in China**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 64–72, 2005.

BRILHANTE, Aline Veras Moraes *et al.* Um estudo bibliométrico sobre a violência de gênero. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 703–715, 2016.

BRISOLLA, Sandra Negraes. Indicadores para apoio à tomada de decisão. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 221–225, 1998.

BRUSCHINI, Cristina; ARDAILLON, Danielle; UNBEHAUM, Sandra Gouretti. **Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres**. São Paulo: Editora 34, 1998.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. . Budapest: [s. n.], 2002.

- BUFREM, Leilah Santiago; NASCIMENTO, Bruna Silva. A questão do gênero na literatura em Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. especial, p. 199–214, 2012.
- BURANYI, Stephen. Is the staggeringly profitable business of scientific publishing bad for science? **The Guardian**, London, 2017.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. *In*: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 151–172.
- CAREGNATO, Sônia Elisa. Google Acadêmico como ferramenta para os estudos de citações: avaliação da precisão das buscas por autor. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 5, n. 3, p. 72–86, 2011.
- CARROLL, Janell L. The clitoris. *In*: CARROLL, Janell L. (org.). **Sexuality now: embracing diversity**. 4th ed. Boston: Cengage Learning, 2012. p. 110–112.
- CASANI, Fernando *et al.* Public versus private universities: Assessment of research performance; case study of the Spanish university system. **Research Evaluation**, Oxford, v. 23, n. 1, p. 48–61, 2014.
- CERQUEIRA, Daniel (org.). **Atlas da violência 2018**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2018.
- CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo de Santa Cruz. **Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da saúde**. Brasília: [s. n.], 2014.
- COOMES, Phil. Chinese foot binding. **BBC News**, [s. 1.], 2014.
- CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 13–30, 2001.
- CORREA, Sonia; MCINTYRE, Peter. **The Population and Reproductive Health Program in Brazil: lessons learned**. Chicago: [s. n.], 2003.
- COSTA, Albertina de Oliveira. O campo de estudos de gênero e suas duas revistas: uma pauta de pesquisa. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 131–132, 2008.
- COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, Niterói, v. 5, n. 2, p. 1–20, 2013.
- COSTA, Sely M. S. Filosofia aberta, modelos de negócios e agências de fomento: elementos essenciais a uma discussão sobre o acesso aberto à informação científica. **Ciência da informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 39–50, 2006.
- COSTA, Sely. Abordagens, estratégias e ferramentas para o acesso aberto via periódicos e repositórios institucionais em instituições acadêmicas brasileiras | Approaches, strategies and tools for open access through journals and institutional repositories in Brazilian. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2008.
- COUTINHO, Renato X. *et al.* Brazilian scientific production in science education. **Scientometrics**, Dordrecht, v. 92, n. 3, p. 697–710, 2012.
- CROSS, Di; THOMSON, Simon; SINCLAIR, Alexandra. **Research in Brazil: a report**

for CAPES by Clarivate Analytics. [S. l.]: Clarivate Analytics, 2018.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. v. 7
Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v7i2.1968>

DE MEIS, Leopoldo; LETA, Jacqueline. **O perfil da ciência brasileira**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

DEEPL GMBH. **Linguee**: dictionary for German, French, Spanish, and more. Cologne, 2020. Disponível em: <https://www.linguee.com/>. Acesso em: 11 set. 2020.

DEHDARIRAD, Tahereh; VILLARROYA, Anna; BARRIOS, Maite. Research on women in science and higher education: a bibliometric analysis. **Scientometrics**, Dordrecht, v. 103, n. 3, p. 795–812, 2015.

DES JARDINS, Julie. **The Madame Curie complex**: the hidden history of women in science. New York: The Feminist Press, 2010.

DESCRITORES EM CIÊNCIAS DA SAÚDE: DECS. São Paulo, 2020. Disponível em: <http://decs.bvsalud.org>. Acesso em: 11 set. 2020.

DEVIDE, Fabiano Pries *et al.* Estudos de gênero na Educação Física Brasileira. **Motriz**, Rio Claro, v. 17, n. 1, p. 93–103, 2011.

DINIZ, Débora; FOLTRAN, Paula. Gênero e feminismo no Brasil: uma análise da Revista Estudos Feministas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, p. 245–253, 2004.

ELOY, Jean Anderson *et al.* Gender disparities in research productivity among 9952 academic physicians. **The Laryngoscope**, Hoboken, v. 123, n. 8, p. 1865–1875, 2013.

ELSEVIER. **Gender in the global research landscape**. [S. l.: s. n.], 2017.

ESPÍRITO SANTO, Patrícia. Os estudos de gênero na Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 317–332, 2008.

EUROPEAN COMMISSION. **The gender challenge in research funding**: assessing the european national scenes. Luxembourg: [s. n.], 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FERREIRA, Luiz Otávio *et al.* Institucionalização das ciências, sistema de gênero e produção científica no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. sup., p. 43–71, 2008.

FLORES, Andressa Bones; SANTIN, Dirce Maria; VANZ, Samile Andréa de Souza. Produção científica brasileira indexada na categoria ciências das plantas da WoS. *In*: ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA, 4., 2014, Recife. **Anais [...]**. Recife: [s. n.], 2014.

FOLHA DE S. PAULO. **Ranking Universitário Folha 2018**. São Paulo, 2018. Disponível em: ruf.folha.uol.com.br. Acesso em: 4 set. 2019.

- FOLHA DE S. PAULO. **Ranking Universitário Folha 2019**. [S. l.], 2019.
- FORATTINI, Oswaldo Paulo; ALMEIDA, Pedro Augusto Marcondes de. Professor Cyro Ciari Júnior 1922-1979. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 13, n. 4, 1979.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. São Paulo: [s. n.], 2017.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- FRANCHINI, Bruna Santiago. O que são as ondas do feminismo? **Revista QG Feminista**, [s. l.], 2018.
- FREEDMAN, Estelle B. **No turning back: the history of feminism and the future of women**. New York: Ballantine Books, 2003.
- FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação em São Paulo: em 2010, São Paulo investiu R\$19,8 bilhões em P&D; valor representa 1,64% do PIB estadual. **Boletim FAPESP**, São Paulo, n. 2, set. 2011.
- GALVANI, Giovanna. Quem é a mulher lésbica para as pesquisas feitas no Google? **Carta Capital**, São Paulo, 2019.
- GANNON, Frank; QUIRK, Sara; GUEST, Sebastian. Searching for discrimination: are women treated fairly in the EMBO postdoctoral fellowship scheme? **EMBO reports**, Heidelberg, v. 2, n. 8, p. 655–657, 2001.
- GARFIELD, Eugene. Is citation analysis a legitimate evaluation tool? **Scientometrics**, Dordrecht, v. 1, n. 4, p. 359–375, 1979.
- GLÄNZEL, Wolfgang. **Bibliometric methods for detecting and analysing emerging research topics**. [S. l.: s. n.], 2012.
- GLÄNZEL, Wolfgang. **Bibliometrics as a research field: a course on theory and application of bibliometric indicators**. [S.l.]: Course Handouts, 2003.
- GLÄNZEL, Wolfgang; DANNEB, Rickard; PERSSON, Olle. The decline of Swedish neuroscience: decomposing a bibliometric national science indicator. **Scientometrics**, Dordrecht, v. 57, n. 2, p. 197–213, 2003.
- GLÄNZEL, Wolfgang; SCHUBERT, András. A new classification scheme of science fields and subfields designed for scientometric evaluation purposes. **Scientometrics**, Dordrecht, v. 56, n. 3, p. 357–367, 2003.
- GOOGLE ACADÊMICO. [Mountain View: Google LLC, s. d.].
- GOOGLE TRADUTOR. [Mountain View: Google LLC, s. d.].
- GREGORI, Maria Filomena. Estudos de gênero no Brasil (comentário crítico). In: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na ciência social Brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré, 1999. p. 223–235.
- GROSSI, Miriam Pillar. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: uma breve história

do feminismo no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. spe, p. 211–221, 2004

GUEDES, Moema de Castro; AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. A produtividade científica tem sexo? Um estudo sobre bolsistas de produtividade do CNPq. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 2015, n. 45, p. 367–399, 2015.

HAO, Ani. In Brazil, women are fighting against the sexist impeachment of Dilma Rousseff. **The Guardian**, London, 5 jul. 2016.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 22, p. 201–246, 2006.

HAUSTEIN, Stefanie; CÔTÉ, Grégoire; BEAUDET, Alexandre. **State of knowledge production in Neuroscience in Alberta: a bibliometric assessment**. Montréal: Science-Metrix, 2013.

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini *et al.* Indicadores da participação feminina em Ciência e Tecnologia. **Transinformação**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 169–187, 2007.

HEILBORN, Maria Luiza. Gênero, sexualidade e saúde. *In*: SILVA, Dayse de Paula Marques (org.). **Saúde, sexualidade e reprodução: compartilhando responsabilidades**. Rio de Janeiro: UERJ, 1997. p. 101–110.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. *In*: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré, 1999. p. 183-221/1-28.

HICKS, Diana *et al.* Bibliometrics: the Leiden Manifesto for research metrics. **Nature**, London, v. 520, n. 7548, p. 429–431, 2015.

HOPPEN, Natascha Helena Franz. **A Neurociências no Brasil de 2006 a 2013, indexada na Web of Science: produção científica, colaboração e impacto**. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

HOPPEN, Natascha Helena Franz; VANZ, Samile Andréa de Souza. Neurosciences in Brazil: a bibliometric study of main characteristics, collaboration and citations. **Scientometrics**, Dordrecht, v. 109, n. 1, p. 121–141, 2016.

HOPPEN, Natascha Helena Franz; VANZ, Samile Andréa de Souza. What are gender studies: characterization of scientific output in a multidisciplinary and international database. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 25, p. 1–30, 2020.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. As projeções cartográficas. *In*: ATLAS GEOGRÁFICO ESCOLAR. Brasília: IBGE, 2020.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Relógios da violência**. [S. l.], 2017.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê Violência contra a mulher**. [S. l.], 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4. ed. Brasília: IPEA, 2011.

ISFANDYARI-MOGHADDAM, Alireza; HASANZADEH, Mohammad; GHAYOORI, Zainab. A study of factors affecting research productivity of Iranian women in ISI. **Scientometrics**, Dordrecht, v. 91, n. 1, p. 159–172, 2012.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LAIPELT, Rita do Carmo Ferreira; MONTEIRO-KREBS, Luciana. Reflexões sobre palavra, termo e descritor. *In*: LAIPELT, Rita do Carmo Ferreira; MONTEIRO-KREBS, Luciana (org.). **Termos sob a superfície**. Rio de Janeiro: Interciência, 2021. p. 32–41.

LAKATOS, Imre. **Investigación científica**. Madrid: Alianza Editorial, 1989.

LARIVIÈRE, Vincent *et al.* Bibliometrics: Global gender disparities in science. **Nature**, London, v. 504, n. 7479, p. 211–213, 2013.

LARIVIÈRE, Vincent *et al.* Sex differences in research funding, productivity and impact: an analysis of Québec university professors. **Scientometrics**, Dordrecht, v. 87, n. 3, p. 483–498, 2011.

LARIVIÈRE, Vincent; SHU, Fei; SUGIMOTO, Cassidy R. The Coronavirus (COVID-19) outbreak highlights serious deficiencies in scholarly communication | Impact of Social Sciences. **LSE Impact**, London, 2020.

LASCURAIN-SÁNCHEZ, María Luisa. Metodología de los estudios métricos de información. *In*: CURSO LOS ESTUDIOS MÉTRICOS DE LA INFORMACIÓN EN LA EVALUACIÓN CIENTÍFICA. Porto Alegre: [s. n.], 2018.

LAUGHLIN, Kathleen A. *et al.* Is it time to jump ship? Historians rethink the waves metaphor. **Feminist Formations**, Baltimore, v. 22, n. 1, p. 76–135, 2010.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206–242.

LE COADIC, Yves-François LE. **A Ciência da Informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LEDIN, Anna *et al.* A persistent problem: traditional gender roles hold back female scientists. **EMBO reports**, Heidelberg, v. 8, n. 11, p. 982–987, 2007.

LEONEL, Juliana; EQUIPE Bate-Papo com Netuno. Como validar o machismo estrutural com uma publicação mal feita. **Bate-Papo com Netuno**, Florianópolis, 2020.

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 2001, p. 271–284, 2003.

LETA, Jacqueline; CRUZ, Carlos Henrique de Brito. A produção científica brasileira. *In*: VIOTITO, Eduardo Braumgratz; MACEDO, Mariano de Matos (org.). **Indicadores de ciência, tecnologia e inovação no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2003. p. 123–168.

- LETA, Jacqueline; DE MEIS, L. A profile of science in Brazil. **Scientometrics**, Dordrecht, v. 35, n. 1, p. 33–44, 1996.
- LETA, Jacqueline; GLÄNZEL, Wolfgang; THIJS, Bart. Science in Brazil. Part 2: Sectoral and institutional research profiles. **Scientometrics**, Dordrecht, v. 67, n. 1, p. 87–105, 2006.
- LETA, Jacqueline; LEWISON, Grant. The contribution of women in Brazilian science: a case study in astronomy, immunology and oceanography. **Scientometrics**, Dordrecht, v. 57, n. 3, p. 339–353, 2003.
- LETA, Jacqueline; THIJS, Bart; GLÄNZEL, Wolfgang. A macro-level study of science in Brazil: seven years later. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 51–66, 2013.
- LEY, Timothy J.; HAMILTON, Barton H. The gender gap in NIH grant applications. **Science**, New York, v. 322, n. 5907, p. 1472–1474, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1126/science.1165878>
- LILIENTHAL, Svantje. **Registro de fontes de dados cientométricos [abertos] – um diretório colaborativo de fontes de dados cientométricos**. [S. l.], 2019.
- LOPES, Maria Margaret; PISCITELLI, Adriana. Revistas científicas e a constituição do campo de estudos de gênero: um olhar desde as “margens”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. spe, p. 115–121, 2004.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 101–132, 1995.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 7–34.
- LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- LUNDGREN, Silje; SHILDRICK, Margrit; LAWRENCE, David. Rethinking bibliometric data concerning gender studies: a response to Söderlund and Madison. **Scientometrics**, Dordrecht, v. 105, n. 3, p. 1389–1398, 2015.
- LUUKKONEN, Terttu *et al.* The measurement of international scientific collaboration. **Scientometrics**, Dordrecht, v. 28, n. 1, p. 15–36, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/BF02016282>
- LYKKE, Nina. Can’t bibliometric analysts do better? How quality assessment without field expertise does not work. **Scientometrics**, Dordrecht, v. 117, n. 1, p. 655–666, 2018.
- MADISON, Guy; SÖDERLUND, Therese. Can gender studies be studied? Reply to comments on Söderlund and Madison. **Scientometrics**, Dordrecht, v. 108, n. 1, p. 329–335, 2016.
- MADISON, Guy; SÖDERLUND, Therese. Comparisons of content and scientific

quality indicators across peer-reviewed journal articles with more or less gender perspective: gender studies can do better. **Scientometrics**, Dordrecht, v. 115, n. 3, p. 1161–1183, 2018.

MALTRÁS BARBA, Bruno. **Los indicadores bibliométricos: fundamentos y aplicación al análisis de la ciencia**. Gijón: Trea, 2003.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004. (Coleção História e Saúde).

MATOS, Gislaine Imaculada de. **Estudos de gênero e feminismo: uma análise bibliométrica da Revista Estudos Feministas**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2018.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul Global. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67–92, 2010.

MAULEÓN, Elba; BORDONS, María. Productivity, impact and publication habits by gender in the area of Materials Science. **Scientometrics**, Dordrecht, v. 66, n. 1, p. 199–218, 2006.

MCKINNON, Kyle. Will Malala’s influence stretch

to Europe? **Deutsche Welle**, Berlin, 18 jan. 2013.

MCMANUS, Concepta; BAETA NEVES, Abilio Afonso. Production profiles in Brazilian Science, with special attention to social sciences and humanities. **Scientometrics**, Dordrecht, p. 1–23, 2020.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MEDEIROS, Thaís Dias. **A produção científica sobre estudos de gênero no repositório digital da UFRGS: um estudo bibliométrico**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

MELO, Hildete Pereira de Melo; OLIVEIRA, André Barbosa. A produção científica brasileira no feminino. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 27, p. 301–331, 2006.

MENA-CHALCO, Jesús Pascual; CESAR JUNIOR, Roberto Marcondes. ScriptLattes: an open-source knowledge extraction system from the Lattes platform. **Journal of the Brazilian Computer Society**, Porto Alegre, v. 15, n. 4, p. 31–39, 2009.

MENDLOWICZ, Mauro Vitor *et al.* Is there a “gender gap” in authorship of the main Brazilian psychiatric journals at the beginning of the 21st century? **Scientometrics**, Dordrecht, v. 86, n. 1, p. 27–37, 2011.

MENEZES, Sabrina Diehl; CAREGNATO, Sonia Elisa. Produção científica brasileira em química entre 2004 e 2013: análise dos artigos indexados na Web of Science. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 23, n. 53, p. 25–38, 2018.

- MERTON, Robert K. Priorities in scientific discovery: a chapter in the sociology of science. **American Sociological Review**, New York, v. 22, n. 6, p. 635, 1957.
- MERTON, Robert K. The Matthew effect in science. **Science**, New York, v. 159, n. 3810, p. 56–63, 1968.
- MICELI, Sérgio. A Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil, 1962-1992. In: MICELI, Sérgio (org.). **Histórias das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré, 1995. v. 2, p. 341–396.
- MIGUEL, Sandra *et al.* Estudio bibliométrico de género en la paleontología de vertebrados. El caso de la revista argentina Ameghiniana (1957-2011). **Investigacion Bibliotecologica**, México, v. 27, n. 61, p. 133–155, 2013.
- MINELLA, Luzinete Simões. Temáticas prioritárias no campo de gênero e ciências no Brasil: raça/etnia, uma lacuna? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 40, p. 95–140, 2013.
- MISKOLCI, Richard. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 150–182, 2009.
- MISKOLCI, Richard; SIMÕES, Júlio Assis. Apresentação dossiê Sexualidades Disparatas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 9–18, 2007.
- MOHANTY, Chandra Talpade. Sob olhos ocidentais: estudos feministas e discursos coloniais. In: MOHANTY, Chandra Talpade. **Sob olhos ocidentais**. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2020. (Perspectiva Feminista).p. 7–65.
- MORAL-MUÑOZ, José A. *et al.* Software tools for conducting bibliometric analysis in science: an up-to-date review. **Profesional de la Informacion**, León, v. 29, n. 1, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3145/epi.2020.ene.03>
- MOSS-RACUSIN, Corinne A *et al.* Science faculty's subtle gender biases favor male students. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, Washington, v. 109, n. 41, p. 16474–16479, 2012.
- MOTOYAMA, Shozo (org.). **Prelúdio para uma história: ciência e tecnologia no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- MOZAFFARIAN, Mehrnoush; JAMALI, Hamid R. Iranian women in science: a gender study of scientific productivity in an Islamic country. **Aslib Proceedings**, Bingley, v. 60, n. 5, p. 463–473, 2008.
- MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informacao**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27–38, 2006.
- NARVAZ, Martha Giudice. **A(in)visibilidade do gênero na psicologia acadêmica: onde os discursos fazem(se) política**. 2009. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- NEDERHOF, Anton J. Bibliometric monitoring of research performance in the social sciences and the humanities: a review. **Scientometrics**, Dordrecht, v. 66, n. 1, p. 81–100, 2006.
- NICHOLSON, Linda. Feminism in “waves”: useful metaphor or not? **New Politics**,

New York, v. 12, n. 4, p. 24, 2010.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9–41, 2000.

NIELSEN, Mathias W. Limits to meritocracy? Gender in academic recruitment and promotion processes. **Science and Public Policy**, Oxford, v. 43, n. 3, p. 386–399, 2016.

OLIVEIRA, Amanda. Pesquisadoras brasileiras contribuem com metade da produção científica nacional. **Jornal da Ciência**, São Paulo, n. 6008, 2018.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **Maria Vai Com as Outras #10**: fim da temporada – Divisão sexual do trabalho. Apresentação e entrevista: Branca Vianna. Direção: Paula Scarpin. Produção: Luiza Miguez e Mari Faria. Entrevistada: Rosiska Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Revista Piauí, 15 out 2018. *In*: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Declaração da OMS sobre taxas de cesáreas**. Genebra: [s. n.], 2015.

PACKER, Abel L. *et al.* **Conferência SciELO 20 anos** – um fórum inovador e participativo sobre o futuro da comunicação científica. São Paulo, 2018.

PAN, Lei; KALINAKI, Elizabeth. **Mapping gender in the German research arena**: analytical services report. [S. l.]: Elsevier, 2015.

PARKER, Richard. Cultura, economia política e construção social da sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 125–150.

PELÚCIO, Larissa. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil? **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 68–91, 2014.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Violência e tecnologias de gênero: tempo e espaço nos jornais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 485–505, 2009.

PERES, Maria Angélica de Almeida. Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro: 90 anos de sua criação. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 7–9, 2013.

PERSSON, Olle; DANELL, Rickard; SCHNEIDER, Jesper Wiborg. How to use Bibexcel for various types of bibliometric analysis. *In*: ÅSTRÖM, Fredrik *et al.* (org.). **Celebrating scholarly communication studies**: a festschrift for Olle Persson at his 60th birthday. Leuven: International Society for Scientometrics and Informetrics, 2009. p. 9–24.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. *In*: ALMEIDA, Heloísa Albuquerque de; SZWAKO, José Eduardo (org.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berleandis & Vertecchia, 2009. p. 116–148.

PISCITELLI, Adriana; BELELI, Iara; LOPES, Maria Margaret. Cadernos Pagu: contribuindo para a consolidação de um campo de estudos. **Revista Estudos Feministas**,

Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 242–246, 2003.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 1972.

PRADO, Renata Muniz. **O talento em uma perspectiva feminina**: características individuais e familiares de pesquisadoras de destaque no Brasil. 2010. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

PRITCHARD, Alan. Statistical bibliography or bibliometrics? **Journal of Documentation**, Bingley, n. 24, p. 348–349, 1969.

PROZESKY, Heidi; BOSHOFF, Nelius. Bibliometrics as a tool for measuring gender-specific research performance: an example from South African invasion ecology. **Scientometrics**, Dordrecht, v. 90, n. 2, p. 383–406, 2012

RAGO, Margareth. Descobrimos historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 89–98, 1998.

REDE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. **O feminismo está de luto pelo falecimento de Heleieth Saffioti (1934-2010)**. Rio de Janeiro, 2010.

RELLER, Tom. **Elsevier acquires Science-Metrix Inc., provider of research analytics services and data**. [S. l.], 2018.

RESEARCHGATE GMBH. **ResearchGate**. Berlin, c2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/>. Acesso em: 17 dez. 2020.

RESENDE, Maria Cristina Rodrigues *et al.* Participação feminina na produção científica em finanças nos ENANPAD 's de 2000 a 2010. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, Cascavel, v. 11, n. 20, p. 1–22, 2012.

REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS. **Histórico do periódico**. Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/about/history>. Acesso em: 13 jul. 2020.

ROSEVICS, Larissa. Do pós-colonial à decolonialidade. *In*: CARVALHO, Glauber (org.). **Diálogos internacionais**: reflexões críticas do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Perse, 2017. p. 187–192.

ROSSI, Marina. As mulheres brasileiras dizem basta. **El País Brasil**, São Paulo, 4 nov. 2015.

ROSSI, Marina. Menina estuprada sofreu acoso de ultraconservadores até dentro de hospital: rede de apoio de mulheres se montou para proteger criança violentada pelo tio. **El País Brasil**, São Paulo, 17 ago. 2020.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política” do sexo. Recife: SOS Corpo, 1993.

RUBIN, Gayle. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. *In*: CULTURE, SOCIETY AND SEXUALITY: A READER. London: UCL Press, 1999. p. 143–178.

RUBIN, Gayle; BUTLER, Judith. Tráfico sexual: entrevista. **Cadernos Pagu**, Campinas,

n. 21, p. 157–209, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

SALAS, Javier. A ciência que discrimina as mulheres. **El País Brasil**, [s. l.], 8 mar. 2017.

SANCHO, Rosa. Indicadores bibliometricos utilizados en la evaluacion de la ciência y la tecnologia. **Revista Española de Documentación Científica**, Madrid, n. 13, p. 842–865, 1990.

SANTIAGO, Márcio Sales; KRIEGER, Maria da Graça. Terminologia a serviço da informação: rede de palavras-chave para artigos de divulgação científica da Medicina. **Calidoscópio**, São Leopoldo, v. 7, n. 3, p. 237–242, 2009.

SANTIN, Dirce Maria. **Ciência mainstream e periférica da América Latina e Caribe: configurações e padrões de especialização**. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SANTOS, Paula Xavier dos; GUANAES, Paulo. Ciência aberta, dados abertos: desafio e oportunidade. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 5–7, 2018.

SANTOS, Solange Maria dos; NORONHA, Daisy Pires. Periódicos brasileiros de ciências sociais e humanidades indexados na base SciELO: Características formais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p. 2–16, 2013.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar; COSTA, Ana Alice Alcântara. Feminismos no Brasil: enunciando e canalizando demandas das mulheres em sua diversidade. **Labrys: estudos feministas**, [s. l.], v. 20/21, 2011.

SCHUCK, Elena de Oliveira. Conhecimento e espaços de poder: trajetórias da pesquisa acadêmica feminista no Brasil. **Inclusão Social**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 30–43, 2018.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2001.

SCIELO BRASIL. **Crítérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos na Coleção SciELO Brasil**. São Paulo: [s. n.], 2020.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, 1995.

SCOTT, Joan W. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p. 327–351, 2012.

SICILIANO, Mell; SOUZA, Cleiton Da Mota de; METH, Clara De Mello e Souza. Sobre o que falamos quando falamos em gênero na ciência da informação? **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 144, 2017.

SIDONE, Otávio José Guerci; HADDAD, Eduardo Amaral; MENA-CHALCO, Jesús Pascual. A ciência nas regiões brasileiras: evolução da produção e das redes de colaboração científica. **Transinformação**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 15–32, 2016.

SILVA, Susana Veleda da. Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações. **Biblio 3W**: revista bibliográfica de geografia y ciencias sociales, Barcelona, v. 5, n. 262,

2000.

SIMÕES, Júlio Assis. A sexualidade como questão social e política. *In*: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José (org.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 150–193.

SÖDERLUND, Therese; MADISON, Guy. Characteristics of gender studies publications: a bibliometric analysis based on a Swedish population database. **Scientometrics**, Dordrecht, v. 105, n. 3, p. 1347–1387, 2015.

SÖDERLUND, Therese; MADISON, Guy. Objectivity and realms of explanation in academic journal articles concerning sex/gender: a comparison of Gender studies and the other social sciences. **Scientometrics**, Dordrecht, v. 112, n. 2, p. 1093–1109, 2017.

SOLANO SUÁREZ, Yusmidia. Producción escrita del campo de saberes Mujeres y género en el Caribe colombiano (1979-2016). **Memorias**: revista digital de arqueología e historia desde el Caribe, Barranquilla, v. 14, n. 34, p. 113–150, 2018.

SOLLA PRICE, Derek John de. **O desenvolvimento da ciência**: análise histórica, filosófica, sociológica e econômica. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976.

SOUZA, Cecilia de Mello e. Dos estudos populacionais à saúde reprodutiva. *In*: BROOKE, Nigel; WITOSHYNSKY, Mary (org.). **Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil: uma parceria para a mudança social**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p. 131–165.

SOUZA, Marcelle. Estado brasileiro não garante acesso ao aborto para vítimas de estupro. **Galileu**, São Paulo, 2017.

SOUZA, Sandra Duarte de. Revista Mandrágora: gênero e religião nos estudos feministas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. spe, p. 122–130, 2004.

SPINAK, Ernesto. Indicadores cientimetricos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 141–148, 1998.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o sulbatero falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STOLKE, Verena. La mujer es puro cuento: la cultura del género. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 77–105, 2004.

STOLLER, Robert J. A contribution to the study of gender identity. **International Journal of Psycho-Analysis**, London, n. 45, p. 220–226, 1964.

SUGIMOTO, Luiz. Mulheres no ensino superior ainda são minoria apenas na docência. **Jornal da UNICAMP**, Campinas, 2018.

TARGINO, Maria das Graças. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 1–27, 2000.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. 8. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

TODESCHINI, Roberto; BACCINI, Alberto. **Handbook of bibliometric indicators**: quantitative tools for studying and evaluating research. Weinheim: Wiley-VCH, 2016.

TOMAZ, Renata. Feminismo, maternidade e mídia: relações historicamente estreitas em revisão. **Galáxia**, São Paulo, n. 29, p. 155–166, 2015.

TOPPING, Alexandra. Nigeria's female genital mutilation ban is important precedent, say campaigners. **The Guardian**, London, 29 maio 2015.

TORRÃO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 24, p. 127–152, 2005.

TORRES-SALINAS, Daniel; MUÑOZ-MUÑOZ, Ana M.; JIMÉNEZ-CONTRERAS, Evaristo. Análisis bibliométrico de la situación de las mujeres investigadoras de Ciencias Sociales y Jurídicas en España. **Revista Española de Documentación Científica**, Madrid, v. 34, n. 1, p. 11–28, 2011.

TREIN, Eunice; RODRIGUES, José. O mal-estar na academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento-mercadoria. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 16, n. 48, p. 769–792, 2011.

TRUTH, Sojourner. Ain't I a woman? *In*: STANTON, Elizabeth Cady; ANTHONY, Susan B.; GAGE, Matilda Joslyn (org.). **History of woman suffrage**. 2. ed. Rochester: Charles Mann, 1889. Versão traduzida do discurso registrado por Frances Gage.

UNESCO INSTITUTE FOR STATISTICS. **Women in science: explore the data**. [S. l.]: UNESCO, 2018.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL. Scientific and Cultural Organization. Declaracion sobre la ciencia y el uso del saber científico. *In*: WORLD CONFERENCE ON SCIENCE, 1999, Budapest. **World Conference on Science**. Budapest: UNESCO, 1999.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, Scientific and Cultural Organization. **UNESCO's promise: gender equality, a global priority**. [S. l.: s. n.], 2014.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Grupo de Estudos de Gênero Educação e Cultura Sexual. **Ariadne: democratizando o conhecimento: a construção de uma base de dados sobre gênero, sexualidade e educação formal como subsídio para a formação de agendas e ações de políticas governamentais e não governamentais [base de dados]**. São Paulo: [s. n.], 2008a.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Grupo de Estudos de Gênero Educação e Cultura Sexual. Metodologia da pesquisa. *In*: Ariadne: democratizando o conhecimento: a construção de uma base de dados sobre gênero, sexualidade e educação formal como subsídio para a formação de agendas e ações de políticas governamentais e não governamentais [base de dados]. São Paulo: [s. n.], 2008b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Bacharelado Gênero e Diversidade. **Bacharelado: o curso**. Salvador, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM. **Doutorado Interinstitucional**. [S. l.], 2020.

VAN ECK, Nées Jan; WALTMAN, Ludo. How to normalize cooccurrence data? An analysis of some well-known similarity measures. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, [s. l.], v. 60, n. 8, p. 1635–1651, 2009.

- VAN ECK, Nees Jan; WALTMAN, Ludo. VOS: a new method for visualizing similarities between objects. *In: STUDIES IN CLASSIFICATION, DATA ANALYSIS, AND KNOWLEDGE ORGANIZATION*. Berlin: Kluwer Academic Publishers, 2007. p. 299–306.
- VAN ECK, Nees Jan; WALTMAN, Ludo. **VOSviewer manual**: manual for VOSviewer version 1.6.15. Leiden: Universiteit Leiden, 2020.
- VANZ, Samile Andréa de Souza. **As redes de colaboração científica no Brasil (2004-2006)**. 2009. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- VARGAS, Rosely de Andrade; VANZ, Samile Andréa de Souza Andrea de Souza; STUMPF, Ida Regina Chitto Chittó. Brazilian agricultural research in the Web of Science : a bibliometric study of scientific output and collaboration (2000-2011). *Em Questão*, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 293–318, 2015.
- VELHO, Léa Maria Leme Strini. A avaliação do desempenho científico. *Cadernos USP*, São Paulo, n. 1, p. 22–40, 1986.
- VELHO, Léa Maria Leme Strini. A ciência e seu público. *Transinformação*, Campinas, v. 9, n. 3, p. 15–32, 1997.
- VIEIRA, Ana Sara *et al.* Faces de Eva: uma análise bibliométrica. *Faces de Eva*: estudos sobre a mulher, Lisboa, n. 36, p. 34–60, 2016.
- WEB OF SCIENCE GROUP. **Web of Science journal evaluation process and selection criteria**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://clarivate.com/webofsciencegroup/journal-evaluation-process-and-selection-criteria/>. Acesso em: 8 jun. 2020.
- WEBSTER, Berenika M. Polish women in science: a bibliometric analysis of Polish science and its publications, 1980–1999. *Research Evaluation*, Oxford, v. 10, n. 3, p. 185–194, 2001.
- WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. *In: LOURO, Guacira Lopes (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 35–82.
- WHITE, Howard D.; MCCAIN, Katherine W. Visualizing a discipline: an author co-citation analysis of information science, 1972–1995. *Journal of the American Society for Information Science*, New York, v. 49, n. 4, p. 327–355, 1998.
- WORDREFERENCE.COM LLC. **English to French, Italian, German & Spanish Dictionary - WordReference.com**. Weston, 2020. Disponível em: <https://www.wordreference.com/>. Acesso em: 11 set. 2020.
- ZIRBEL, Ilze. **Estudos feministas e estudos de gênero no Brasil**: um debate. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- ZUIN, Antônio A. S.; BIANCHETTI, Lucídio. O produtivismo na era do “publique, apareça ou pereça”: um equilíbrio difícil e necessário. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 45, n. 158, p. 726–750, 2015.

REFERÊNCIAS DE ARTIGOS DO CONJUNTO DE DADOS DA PESQUISA

- ALVES, Julia Mayra Duarte; PIZZI, Laura Cristina Vieira. Currículo e gênero: produção e naturalização das diferenças na escola. **Horizontes**, Itatiba, v. 30, n. 2, 2012.
- ANACLETO, Aline; MAIA, Ana. Gênero na infância: análise do filme “La vie in rose” como instrumento pedagógico em educação sexual. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 4, n. 3, p. 309–319, 2009.
- BRITTO, Clovis Carvalho. Mulheres e memória poética: opressão à flor da letra? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 35, p. 399–404, 2010.
- CARDOSO, Gabriel Pugliese. O gênero da ciência. Reflexões sobre a teoria ator-rede e a perspectiva feminista. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 69, 2015.
- CASTRO, Rodolfo *et al.* The men who have sex with men HIV care cascade in Rio de Janeiro, Brazil. **PLOS ONE**, San Francisco, v. 11, n. 6, p. e0157309, 2016.
- COELHO, Ruy. Personalidade e papéis sociais do xamã entre os caraiúbas negros. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 9, n. 1–2, p. 69–89, 1961.
- CORDEIRO, Fabíola *et al.* Entre negociação e conflito: gênero e coerção sexual em três capitais brasileiras. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1051–1062, 2009.
- CORRÊA, Mariza. Sobre a invenção da mulata. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 6/7, p. 35–50, 1996.
- COSTA, Marli M. M.; PORTO, Rosane T. Carvalho. A incorporação da transversalidade nas políticas públicas voltadas a questão de gênero: (re)vindicando o espaço pelo empoderamento e a emancipação social. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 8, n. 2, p. 69–88, 2012.
- FARIÑA, Efigenia Britz. Estudos dos motivos, processos e conseqüências do abortamento em população assistida no pronto-socorro obstétrico do amparo maternal. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 323–346, 1975.
- FAÚNDES, Anibal; HARDY, Ellen; PINOTTI, José Aristodemo. Commentary on women’s reproductive health: means or end? **International Journal of Gynecology and Obstetrics**, [s. l.], v. 30, n. suppl., p. 115–118, 1989.
- FERRARI, Nathália C. *et al.* Geographic and gender diversity in the Brazilian Academy of Sciences. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, Rio de Janeiro, v. 90, n. 2, p. 2543–2552, 2018.
- FIGUEIREDO, Márcia Cançado *et al.* Gênero e violência no âmbito doméstico: relato de caso. **Publicatio UEPG: Ciências Biológicas e da Saúde**, Ponta Grossa, v. 20, n. 1, p. 43–51, 2014.
- GRINSZTEJN, Beatriz *et al.* Unveiling of HIV dynamics among transgender women: a respondent-driven sampling study in Rio de Janeiro, Brazil. **The Lancet HIV**, Amsterdam, v. 4, n. 4, p. e169–e176, 2017.
- HILPERT, Peter *et al.* The associations of dyadic coping and relationship satisfaction vary between and within nations: a 35-nation study. **Frontiers in Psychology**, Lausanne, v. 7, 2016.
- KRYS, Kuba *et al.* Catching up with wonderful women: the women-are-wonderful effect is smaller in more gender egalitarian societies. **International Journal of Psychology**, Chichester, v. 53, p. 21–26, 2018.
- LEMOS, Brunilda Reichmann. Maternity’s bathroom (poema). **Revista Letras**, Curitiba, v. 27, n. 0, 1978.
- LEVY, Maria Stella *et al.* O registro de nascimento e sua importância em planejamento materno-infantil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 41–46, 1971.
- LOPES, Rita de Cássia Sobreira; PROCHNOW, Laura Pithan; PICCININ, Cesar Augusto. A relação da mãe com suas figuras de apoio femininas e os sentimentos em relação à maternidade. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 15, n. 2, p. 295–304, 2010.
- MACHERY, Edouard *et al.* The Gettier Intuition from South America to Asia. **Journal of Indian Council of Philosophical Research**, New Delhi, v. 34, n. 3, p. 517–541, 2017.

- MARCINKOWSKA, Urszula M. *et al.* Cross-cultural variation in men's preference for sexual dimorphism in women's faces. **Biology Letters**, London, v. 10, n. 4, p. 20130850, 2014.
- MARIANO, Silvana Aparecida. Mulher e gênero na visão de empresárias do setor imobiliário de Londrina. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 47, 1998.
- MARTINEZ-ALIER, Verena. Oppression or liberality. **Reviews in Anthropology**, Abingdon, v. 2, n. 2, p. 240–248, 1975.
- MEDEIROS, Giovanna Lemos de; ROCHA, Ariadne Enes. Caracterização política socioeconômica das mulheres da feira agroecológica e solidária do circuito de feiras agroecológicas do Baixo Munim. **Ciência Agrícola**, Rio Largo, v. 15, p. 59–62, 2017.
- MEIRA, Affonso Renato; FERRAZ, Flávio Roberto Carvalho. Liberação do aborto: opinião de estudantes de Medicina e de Direito, São Paulo, Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 23, n. 6, p. 465–472, 1989.
- MORENO, Newton. A máscara alegre: contribuições da cena gay para o teatro brasileiro. **Sala Preta**, São Paulo, v. 2, n. 0, p. 310, 2002.
- MOTT, Maria Lucia de Barros. Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. **Revista de História**, São Paulo, v. 0, n. 120, p. 96, 1989.
- OSIS, Maria José Duarte *et al.* Opinião das mulheres sobre as circunstâncias em que os hospitais deveriam fazer abortos. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 320–330, 1994.
- PAIVA, Flávia; ARAÚJO, Neuza; NEIVA, Nelson. Empoderamento financeiro de mulheres vítimas de violência doméstica através da sua qualificação na indústria de turismo e eventos. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, Aveiro, v. 27–28, n. 1, p. 2303–2314, 2017.
- PAIVA, Vera Silvia Faccioli *et al.* Opiniões e atitudes em relação à sexualidade: pesquisa de âmbito nacional, Brasil 2005. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 42, n. supl. 1, p. 54–64, 2008.
- PAULILO, Maria Ignez S. El género y la clase en los movimientos de mujeres agricultoras de Brasil. **Agricultura, Sociedad y Desarrollo**, Texcoco, v. 3, n. 2, p. 175–196, 2006.
- PELÁ, Nilza Teresa Rotter; SANTOS, Celia de Almeida Ferreira. Maternidade e mãe desamparada. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 31, n. 4, p. 517–524, 1978.
- PEREIRA, Rodrigo da Rosa. A periferia em Conceição Evaristo e Esmeralda Ribeiro: questões de gênero, raça e classe. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 49, p. 33–50, 2016.
- PINHEIRO, Zuleika Câmara *et al.* Ser dono de casa é uma questão de gênero? **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 25, n. 1, p. 23–47, 2012.
- PINOTTI, José Aristodemo; FAÚNDES, Anibal. Unwanted pregnancy: challenges for health policy. **International Journal of Gynecology and Obstetrics**, Hoboken, v. 30, n. SUPPL., p. 97–102, 1989.
- RÉNAUX, Sigrid. O feminismo de Virginia Wollf em a Room of one's own. **Revista Letras**, Curitiba, v. 29, n. 0, 1980.
- RIBEIRO, Marizélia Rodrigues Costa *et al.* Confirmatory factor analysis of the WHO violence against women instrument in pregnant women: results from the BRISA prenatal cohort. **PLoS ONE**, San Francisco, v. 9, n. 12, p. e115382, 2014.
- ROCHA, Maria Isabel Baltar da. População, reprodução e saúde: anotações sobre a questão de uma política social. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [s. l.], v. 5, n. 2, 1988.
- SCHMITT, David P. *et al.* Are men universally more dismissing than women? Gender differences in romantic attachment across 62 cultural regions. **Personal Relationships**, Cambridge, v. 10, n. 3, p. 307–331, 2003.
- SCHOR, Néia. Investigação sobre ocorrência de aborto em pacientes de hospital de centro urbano do Estado de São Paulo, Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Leopoldo, v. 24, n. 2, p. 144–151, 1990.
- SILVA, Daniel do Nascimento e. Identidades e performatividade de gênero nas práticas discursivas da

- Brahma Kumaris. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 5–37, 2010.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Educação feminina e educação masculina no Brasil colonial. **Revista de História**, São Paulo, v. 55, n. 109, p. 149, 1977a.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Resenha do livro: “Histoire de la sexualité. I - La volonté de savoir”. **Revista de História**, São Paulo, v. 55, n. 110, p. 622, 1977b.
- SIQUEIRA, Arnaldo Augusto Franco de *et al.* Mortalidade materna no Brasil, 1980. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 18, n. 6, p. 448–465, 1984.
- SOUSA, Maria Aparecida Saraiva Magalhães de; SCHNEIDER, Liane. A construção da mulher nos contos maravilhosos: um olhar sobre as origens do clássico infanto-juvenil para compreender o contemporâneo. **DLCV - Língua, Linguística & Literatura**, João Pessoa, v. 14, n. 1, p. 169, 2018.
- SOUZA, Edvandro Luise Sombrio de; NOGUEIRA, Monique Andries. Diversidade sexual e de gênero no ensino de artes visuais para as infâncias: formalismo como elemento de estabilidade nos currículos. **Cuadernos de Música, Artes Visuales y Artes Escénicas**, Bogotá, v. 13, n. 1, p. 149–172, 2017.
- SOUZA, Márcio Ferreira de; MARIANO, Silvana Aparecida. Percepções de cuidado e práticas de gênero das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família a partir de um recorte geracional: mudanças e permanências. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 23, n. 3, p. 164, 2017.
- SUCCI, Regina Célia De Menezes *et al.* Mother-to-child transmission of HIV in Brazil during the years 2000 and 2001: Results of a multi-centric study. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. suppl. 3, p. S379–S389, 2007.
- UCHOA, Darcy de Mendonça. Psicopatologia da despersonalização. **Arquivos de Neuro-psiquiatria**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 267–284, 1959.
- VIDAL, Déa de Lima. Diversidade tipológica do manejo rural feminino no semiárido brasileiro. **Archivos de Zootecnia**, Córdoba, v. 60, n. 232, p. 1149–1160, 2011.
- VILLAR, Feliciano *et al.* Disclosing lesbian and gay male sexual orientation in later life: attitudes of younger and older generations in eight latin american countries. **Journal of Homosexuality**, Abingdon, v. 66, n. 11, p. 1546–1569, 2019.
- WANDERLIND, Fernanda *et al.* Diferenças de gênero no brincar de crianças pré-escolares e escolares na brinquedoteca. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 34, p. 263–273, 2006.
- WITT, Aracy. Alguns conhecimentos sobre nutrição ligados à gestação e ao puerpério. **Revista de saúde pública**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 97–102, 1971.

APÊNDICE A - Instituições brasileiras na expressão de busca para a base de dados

1Findr

AND ORGANIZATION:("ceva saude animal brazil" OR "conselho nacional de desenvolvimento científico e tecnologico cnpq" OR "empresa brasileira de pesquisa agropecuaria" OR "empresa de pesquisa agropecuaria de minas gerais" OR "faculdade de engenharia quimica de lorena" OR "federal university of itajuba" OR "federal university of pampa" OR "federal university of vale do sao francisco" OR "fiocruz fundacao osvaldo cruz" OR "fundacao centro tecnologico de minas gerais" OR "fundacao ezequel dias" OR "furg universidade federal do rio grande" OR "hospital das clinicas" OR "hospital das clinicas da universidade federal de pernambuco" OR "hospital de clinicas da universidade federal do parana" OR "hospital de clinicas de porto alegre" OR "hospital de reabilitacao de anomalias craniofaciais" OR "hospital do rim hipertensao" OR "hospital sao geraldo" OR "hospital sao lucas" OR "hospital sao paulo" OR "hospital universitario bettina ferro de souza" OR "hospital universitario ciencias medicas de minas gerais" OR "hospital universitario clementino fraga filho" OR "hospital universitario da universidade de sao paulo" OR "hospital universitario da universidade federal de juiz de fora" OR "hospital universitario de brasilia" OR "hospital universitario de santa maria" OR "hospital universitario dr miguel riet correa jr" OR "hospital universitario joao de barros barreto" OR "hospital universitario osvaldo cruz" OR "hospital universitario pedro ernesto" OR "hospital universitario polydoro ernani de sao thiago" OR "hospital universitario professor edgard santos" OR "hospital universitario regional de maringa" OR "hospital universitario walter cantidio" OR "inca instituto nacional de cancer" OR "inpe instituto nacional de pesquisas espaciais" OR "instituto adolfo lutz" OR "instituto agronomico de campinas" OR "instituto agronomico do parana iapar" OR "instituto butantan" OR "instituto de biologia molecular do parana ibmp" OR "instituto de botanica sao paulo" OR "instituto de pesquisas tecnologicas do estado de sao paulo" OR "instituto evandro chagas" OR "instituto millenium" OR "instituto nacional de pesquisas da amazonia" OR "instituto nacional de tecnologia" OR "ipen instituto de pesquisas energeticas e nucleares" OR "pontificia universidade catolica de campinas" OR "pontificia universidade catolica de goias" OR "pontificia universidade catolica de minas gerais" OR "pontificia universidade catolica de sao paulo puc sp" OR "pontificia universidade catolica do parana" OR "pontificia universidade catolica do rio de janeiro" OR "pontificia universidade catolica do rio grande do sul" OR "simbios biotecnologia" OR "ufcspa universidade federal de ciencias da saude de porto alegre" OR "ufrgs universidade federal do rio grande do sul" OR "ufsj universidade federal de sao joao del rei" OR "unesp universidade estadual paulista" OR "uniban bandeirante university of sao paulo" OR "unicid universidade cidade de sao paulo" OR "unifesp universidade federal de sao paulo" OR "uninove universidade nove de julho" OR "unirio universidade federal do estado do rio de janeiro" OR "univ do vale do paraiba" OR "universidad de brasilia" OR "universidade catolica de brasilia" OR "universidade catolica de pernambuco" OR "universidade catolica de santos" OR "universidade cidade de sao paulo unacid" OR "universidade de brasilia" OR "universidade de caxias do sul" OR "universidade de fortaleza" OR "universidade de franca" OR "universidade de mogi das cruces" OR "universidade de passo fundo" OR "universidade de pernambuco" OR "universidade de ribeirao preto" OR "universidade de sao francisco" OR "universidade do estado de minas gerais" OR "universidade do estado de santa catarina" OR "universidade do estado do para" OR "universidade do estado do rio de janeiro" OR "universidade do estado do rio grande do norte" OR "universidade do sul de santa catarina" OR "universidade do vale do itajai" OR "universidade do vale do rio dos sinos" OR "universidade estacio de sa" OR "universidade estadual da paraiba" OR "universidade estadual de campinas" OR "universidade estadual de feira de santana" OR "universidade estadual de goias" OR "universidade estadual de londrina" OR "universidade estadual de maringa" OR "universidade estadual de mato grosso" OR "universidade estadual de mato grosso do sul" OR "universidade estadual de montes claros" OR "universidade estadual de ponta grossa" OR "universidade estadual de santa cruz" OR "universidade estadual do ceara" OR "universidade estadual do centro oeste" OR "universidade estadual do maranhao" OR "universidade estadual do norte fluminense darcy ribeiro" OR "universidade estadual do oeste do parana" OR "universidade estadual do piaui" OR "universidade estadual do sudoeste da bahia" OR "universidade federal da bahia" OR "universidade federal da grande dourados" OR "universidade federal da paraiba" OR "universidade federal de alagoas" OR

"universidade federal de campina grande" OR "universidade federal de ciencias da saude de porto alegre" OR "universidade federal de goias" OR "universidade federal de juiz de fora" OR "universidade federal de lavras" OR "universidade federal de mato grosso" OR "universidade federal de mato grosso do sul" OR "universidade federal de minas gerais" OR "universidade federal de ouro preto" OR "universidade federal de pelotas" OR "universidade federal de pernambuco" OR "universidade federal de santa catarina" OR "universidade federal de santa maria" OR "universidade federal de sao carlos" OR "universidade federal de sergipe" OR "universidade federal de uberlandia" OR "universidade federal de vicoso" OR "universidade federal do abc ufabc" OR "universidade federal do acre" OR "universidade federal do amazonas" OR "universidade federal do ceara" OR "universidade federal do espirito santo" OR "universidade federal do maranhao" OR "universidade federal do para" OR "universidade federal do parana" OR "universidade federal do piaui" OR "universidade federal do rio de janeiro" OR "universidade federal do rio grande do norte" OR "universidade federal do tocantins" OR "universidade federal do triangulo mineiro" OR "universidade federal do vale do sao francisco" OR "universidade federal dos vales do jequitinhonha e mucuri" OR "universidade federal fluminense" OR "universidade federal rural da amazonia" OR "universidade federal rural de pernambuco" OR "universidade federal rural do rio de janeiro" OR "universidade federal tecnologica do parana" OR "universidade feevale" OR "universidade guarulhos" OR "universidade luterana do brasil" OR "universidade metodista de sao paulo" OR "universidade presbiteriana mackenzie" OR "universidade regional integrada do alto uruguai e das missoes uri" OR "universidade sao francisco" OR "universidade tiradentes" OR "university of santa cruz do sul unisc" OR "usp universidade de sao paulo" OR "vale" OR "Universidade Federal de Alfenas" OR "Universidade Catolica de Pelotas" OR "Universidade Regional de Blumenau" OR "Universidade Paulista" OR "Universidade Positivo" OR "Universidade Cruzeiro do Sul" OR "Universidade Metodista de Piracicaba" OR "Universidade do Extremo Sul Catarinense" OR "Universidade São Francisco" OR "Universidade da Região de Joinville" OR "Universidade Federal Rural do Semi Árido" OR "Universidade Católica Dom Bosco" OR "Universidade do Estado da Bahia" OR "Universidade do Estado do Amazonas" OR "Universidade do Oeste Paulista" OR "Universidade Metodista de São Paulo" OR "Universidade José do Rosário Vellano" OR "Universidade do Sagrado Coração" OR "Universidade Vila Velha" OR "Universidade Veiga de Almeida" OR "Universidade Federal do Recôncavo da Bahia" OR "Universidade São Judas Tadeu" OR "Universidade Federal de Rondônia" OR "Universidade Salvador" OR "Universidade de Sorocaba" OR "Universidade Potiguar" OR "Universidade Paranaense" OR "Universidade Estadual Vale do Acaraú" OR "Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul" OR "Universidade Santa Cecília" OR "Universidade de Taubaté" OR "Universidade Federal do Oeste do Pará" OR "Universidade Tuiuti do Paraná" OR "Universidade de Uberaba" OR "Universidade do Oeste de Santa Catarina" OR "Universidade de Marília" OR "Universidade Federal de Roraima" OR "Universidade Estadual do Rio Grande do Sul" OR "Universidade de Cuiabá" OR "Universidade Regional do Cariri" OR "Universidade Salgado de Oliveira" OR "Universidade Anhanguera" OR "Universidade Federal do Amapá" OR "Universidade Norte do Paraná" OR "Universidade Castelo Branco" OR "Universidade Nilton Lins" OR "Universidade Vale do Rio Doce" OR "Universidade de Santo Amaro" OR "Universidade Metropolitana de Santos" OR "Universidade do Vale do Sapucaí" OR "Universidade Santa Úrsula" OR "Universidade de Rio Verde" OR "Universidade Gama Filho" OR "Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico" OR "Instituto Tecnológico de Aeronáutica" OR "Fundação de Medicina Tropical" OR "Instituto Adolfo Lutz" OR "Museu Paraense Emílio Goeldi" OR "Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares" OR "FIOCRUZ Fundação Oswaldo Cruz" OR "Instituto Ludwig de Pesquisa Sobre o Cancer" OR "Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas CBPF" OR "Universidade Tecnológica Federal do Paraná" OR "Institut Pasteur Brazil@Institut Pasteur" OR "Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior" OR "CAPES" OR "Brazil" OR "Brasil")

APÊNDICE B - *Fields e Subfields* que compõem os estudos de gênero no Brasil para todo o período, n= 19819

<i>Fields em EGB</i>	#	%	<i>Subfields em EGB</i>	#	%
saúde pública e serviços de saúde	6046	30,51	saúde pública	2856	14,41
ciências sociais	3500	17,66	enfermagem	2493	12,57
medicina clínica	2211	11,16	estudos de gênero	1536	7,75
educação	1913	9,65	educação geral	1339	6,75
psicologia e ciências cognitivas	1401	7,07	sociologia	1170	5,90
estudos históricos	1254	6,33	obstetrícia e medicina reprodutiva	888	4,48
língua e literatura	618	3,12	psicologia e ciências cognitivas, geral	770	3,88
multidisciplinar	550	2,78	pediatria	524	2,64
direito	523	2,64	história geral	490	2,47
filosofia e teologia	366	1,85	antropologia	487	2,46
estudos culturais	328	1,65	direito (geral)	445	2,24
pesquisa biomédica	293	1,48	línguas e lingüística	387	1,95
gestão de negócios	196	0,99	psiquiatria	360	1,82
humanidades gerais	143	0,72	artes, humanidades e ciências sociais, geral	347	1,75
economia	137	0,69	psicologia social	341	1,72
ciências econômicas e sociais	84	0,42	geografia	298	1,50
tecnologias estratégicas	41	0,21	religiões e teologia	265	1,34
arquitetura e design	40	0,20	ciência política	226	1,14
odontologia e medicina oral	32	0,16	educação física	221	1,11
biologia	24	0,12	estudos culturais, gerais	216	1,09
cirurgia	24	0,12	epidemiologia	212	1,07
artes visuais e cênicas	23	0,12	estudos literários	191	0,96
tecnologias da informação e comunicação	22	0,11	fonoaudiologia	155	0,78
agricultura, pesca e silvicultura	18	0,09	artes e humanidades, geral	143	0,72
engenharia	16	0,08	comunicação e estudos de mídia	140	0,71
ciências da terra e ambientais	7	0,04	ciência e tecnologia, geral	121	0,61
ciências gerais da saúde	3	0,02	ciências do comportamento e psicologia comparada	120	0,61
química	2	0,01	negócios e gestão, geral	93	0,47
energia	1	0,01	medicina tropical	90	0,45
tecnologia em saúde	1	0,01	medicina clínica geral	86	0,43
ciências dos materiais	1	0,01	filosofia	77	0,39
matemática e estatística	1	0,01			

+ 196 *subfields* presentes em menos de 75 artigos

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE C - Subfields que compõem os estudos de gênero no Brasil, por década, n= 19819

1970	#	1980	#	1990	#	2000	#	2010	#
saúde pública	16	saúde pública	56	estudos de gênero	204	saúde pública	1088	enfermagem	1741
enfermagem	10	enfermagem	21	saúde pública	168	enfermagem	608	saúde pública	1528
estudos literários	4	pediatria	19	sociologia	129	estudos de gênero	497	educação geral	901
obstetrícia e medicina reprodutiva	3	educação geral	15	enfermagem	113	sociologia	449	estudos de gênero	831
ciência comport. e psicologia comparada	3	obstetrícia e medicina reprodutiva	8	obstetrícia e medicina reprodutiva	90	obstetrícia e medicina reprodutiva	341	sociologia	588
história geral	2	história geral	7	educação geral	68	educação geral	335	psicologia e ciências cognitivas, geral	575
psiquiatria	1	estudos literários	7	pediatria	46	pediatria	248	obstetrícia e medicina reprodutiva	446
pediatria	1	medicina tropical	6	história geral	42	psicologia e ciências cognitivas, geral	172	direito, geral	403
psicanálise	1	línguas e linguística	6	antropologia	39	psiquiatria	118	antropologia	335
antropologia	1	epidemiologia	5	artes e humanidades, geral	31	história geral	112	história geral	327
psicologia experimental	1	estudos culturais, geral	5	artes, humanidades e ciências soc., geral	29	antropologia	110	línguas e linguística	260
estudos de gênero	1	estudos de gênero	4	medicina tropical	26	psicologia social	108	geografia	257
psicologia do desenvolv. e infantil	1	sociologia	4	psicologia e ciências cognitivas, geral	24	artes, humanid.s e ciências soc., geral	106	psiquiatria	226
entomologia	1	neurologia	4	ciência comport. e psicolog. comparada	20	línguas e linguística	93	religiões e teologia	225
		artes, humanidades e ciências soc., geral	3	epidemiologia	19	educação física	88	psicologia social	225
		demografia	3	línguas e linguística	16	ciência política	76	pediatria	210
		admin.estabelecimentos de saúde	2	medicina clínica geral	15	epidemiologia	55	artes, humanid.s e ciências soc., geral	209
		estudos de crianças e jovens	2	psiquiatria	14	artes e humanidades, geral	43	estudos culturais, geral	177
		ciência comport. e psicologia comparada	2	virologia	13	religiões e teologia	40	ciência política	138
		medicina clínica geral	2	ciência política	10	estudos literários	40	epidemiologia	133
		artes e humanidades, geral	2	estudos literários	10	geografia	38	educação física	131
		ciência política	2	estudos luso-hispânicos	10	direito, geral	37	estudos literários	130
		fonoaudiologia	1	psicologia social	8	ciência comport. e psicolog. comparada	37	fonoaudiologia	116
		ciência e tecnologia, geral	1	psicologia do desenvolv. e infantil	8	fonoaudiologia	36	comunicação e estudos de mídia	112
		trabalho social	1	história das ciências sociais e humanas	7	medicina tropical	34	ciência e tecnologia, geral	98
		psiquiatria	1	abuso de substâncias	7	hist. da ciência, tecnologia e medicina	33	negócios e gestão, geral	69
		filosofia	1	microbiologia	6	estudos culturais, geral	29	artes e humanidades, geral	67
		biologia vegetal e botânica	1	doenças infecciosas	6	comunicação e estudos de mídia	27	filosofia	62
		medicina emergênc. e cuidados intensiv.	1	ciência e tecnologia, geral	6	medicina clínica geral	26	ciência comport. e psic. comparada	58
		medicina geral e interna	1	pedagogia	5	abuso de substâncias	23	obstetrícia	53
		genética e hereditariedade	1	micologia e parasitologia	5	negócios e gestão, geral	22	estudos luso-hispânicos	50
		estudos de deficiência	1	estudos culturais, geral	5	educação especial	22	virologia	46
		economia e política agrícola	1	hematologia	4	economia , geral	21	hist. das ciências sociais e humanas	45
		antropologia	1	psicologia clínica	4	ciência do esporte	20	medicina clínica , geral	43
		negócios e gestão, geral	1	estudos medievais	4	psicanálise	20	saúde da mulher	43
		direito, geral	1	economia, geral	4	pedagogia	17	ciências econômicas e sociais, gerais	43
		obstetrícia	1	direito, geral	4	microbiologia	17	multidisciplinar	42
		micologia e parasitologia	1	hist. da ciência, tecnologia e medicina	4	doenças infecciosas	17	economia geral	41
		imunologia	1	neurologia	3	ciência e tecnologia, geral	16	educação em saúde	40
		geografia	1	filosofia	3	virologia	15	psicologia em educação	39
		economia, política e gestão da saúde	1	psicologia experimental	3	psicologia do desenvolv. e infantil	15	psicologia do desenvolv. e infantil	39
		ensino superior	1	citologia	3	história das ciências sociais e humanas	13	biblioeconomia e ciência da inform.	39
				dermatologia e doenças venéreas	3	estudos luso-hispânicos	12	educação científica	37
				segurança e segurança pública	3	estudos medievais	12	estudos de desenvolvimento	36

obstetrícia	3	estudos de desenvolvimento	11	reabilitação	36
biblioteconomia e ciência da inform.	2	filosofia	11	educação especial	36
educação física	2	ensino superior	11	criminologia	33
fonoaudiologia	2	micologia e parasitologia	10	doenças infecciosas	31
estudos de crianças e jovens	2	ética aplicada	10	contabilidade	31
estudos de desenvolvimento	2	demografia	10	pedagogia	30
demografia	2	psicologia em educação	9	ciência do esporte	30
sistema cardiovascular	2	biblioteconomia e ciência da inform.	9	economia, política e gestão da saúde	30
arqueologia	2	estudos do consumidor	8	psicologia experimental	29
ética aplicada	2	ciências da vida, geral	8	hist. ciência, tecnologia e medicina	29
tradução e interpretação	2	sistema cardiovascular	8	abuso de substâncias	28
ciências urbanas e regionais	2	biotecnologia	8	micologia e parasitologia	28
geografia	2	filologia	8	psicanálise	26
oncologia e carcinogênese	2	obstetrícia	8	medicina tropical	24
admin. estabelecimentos de saúde	2	história natural	8	ciências da vida, geral	24
economia, política e gestão da saúde	2	ciências econômicas e sociais, gerais	8	gerontologia	23
etnologia	2	educação em saúde	7	história natural	22
trabalho social	2	bioquímica e biologia molecular	7	estudos do consumidor	21
estudos de família	2	educação científica	7	clássicos	20
lei de família	2	relações industriais	7	arquivos, preservação e museologia	19
		história das religiões	7	admin. estabelecimentos de saúde	18
		criminologia	7	microbiologia	18
		clássicos	6	estudos medievais	18
		agronomia e agricultura	6	filologia	17
		administração educacional	6	história das religiões	16
		urologia e nefrologia	6	educação a distância	16
		estudos de família	5	estudos de crianças e jovens	16
		marketing	5	estudos de família	15
		medicina familiar	5	ciências urbanas e regionais	14
		ciências urbanas e regionais	5	aeroespacial e aeronáutica	13
		arqueologia	5	imagem médica	13
		trabalho social	4	medicina comp. e alternativa	13
		pesquisa operacional	4	artes	13
		contabilidade	4		

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE E - Quantidade de artigos por unidade federativa brasileira, a cada década e nas duas principais revistas da área

UF	1970	%	1980	%	1990	%	2000	%	2010	%	REF	%	CPagu	%
AC	x	x	1	0,43%	4	0,28%	8	0,11%	20	0,09%	1	0,05%	1	0,11%
AL	x	x	x	x	2	0,14%	39	0,54%	178	0,79%	3	0,14%	7	0,78%
A M	x	x	1	0,43%	1	0,07%	14	0,19%	142	0,63%	x	x	5	0,56%
AP	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
BA	x	x	4	1,70%	46	3,27%	226	3,11%	977	4,32%	14	0,65%	29	3,23%
CE	x	x	6	2,55%	19	1,35%	186	2,56%	773	3,41%	5	0,23%	10	1,11%
DF	1	2,04%	17	7,23%	64	4,55%	277	3,81%	933	4,12%	61	2,84%	64	7,12%
ES	x	x	3	1,28%	5	0,36%	69	0,95%	323	1,43%	x	x	4	0,44%
GO	x	x	2	0,85%	5	0,36%	117	1,61%	583	2,58%	19	0,89%	14	1,56%
M A	x	x	2	0,85%	3	0,21%	77	1,06%	261	1,15%	2	0,09%	6	0,67%
M G	1	2,04%	14	5,96%	72	5,11%	577	7,93%	2346	10,36%	39	1,82%	80	8,90%
MS	x	x	x	x	1	0,07%	53	0,73%	327	1,44%	5	0,23%	18	20
MT	x	x	1	0,43%	9	0,64%	32	0,44%	277	1,22%	4	0,19%	5	0,56%
PA	x	x	1	0,43%	10	0,71%	60	0,82%	351	1,55%	8	0,37%	7	0,78%
PB	x	x	x	x	13	0,92%	131	1,80%	821	3,63%	14	0,65%	9	10
PE	2	4,08%	3	1,28%	22	1,56%	210	2,89%	872	3,85%	9	0,42%	23	2,56%
PI	x	x	x	x	2	0,14%	34	0,47%	299	1,32%	x	x	1	0,11%
PR	4	8,16%	13	5,53%	68	4,83%	527	7,24%	1865	8,24%	19	0,89%	50	5,56%
RJ	4	8,16%	17	7,23%	225	15,98%	1031	14,17%	3032	13,39%	123	5,73%	174	19,35%
RN	x		6	2,55%	51	3,62%	141	1,94%	547	2,42%	1	0,05%	11	1,22%
RO	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
RR	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
RS	1	2,04%	26	11,06%	163	11,58%	1014	13,93%	3471	15,33%	74	3,45%	136	15,13%
SC	x	x	18	7,66%	130	9,23%	611	8,40%	1450	6,41%	49	2,28%	476	52,95%
SE	x	x	x	x	1	0,07%	44	0,60%	311	1,37%	9	0,42%	6	0,67%
SP	36	73,47%	113	48,09%	601	42,68%	2427	33,35%	5077	22,43%	481	22,41%	217	24,14%
TO	x	x	x	x	x	x	7	0,10%	107	0,47%	1	0,05%	x	x

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE F - Tabela completa de produtividade relativa em EGB por UF, para todo o período e nas décadas de 1990, 2000 e 2010

UF	1959-2019					Anos 1990					Anos 2000					Anos 2010				
	Pesq	%	Art	%	Produtiv	Pesq	%	Art	%	Produtiv	Pesq	%	Art	%	Produtiv	Pesq	%	Art	%	Produtiv
AC	890	0,39%	33	0,10%	3,71	58	0,22%	4	0,28%	6,90	277	0,28%	8	0,11%	2,89	890	0,39%	20	0,09%	2,25
AL	2.743	1,20%	219	0,69%	7,98	102	0,39%	2	0,14%	1,96	792	0,80%	39	0,54%	4,92	2.743	1,20%	178	0,79%	6,49
AM	4.329	1,90%	158	0,50%	3,65	311	1,18%	1	0,07%	0,32	1.847	1,87%	14	0,19%	0,76	4.329	1,90%	142	0,63%	3,28
AP	900	0,39%	x	x		0	0	x	x	x	145	0,15%	x	x	x	900	0,39%	x	x	x
BA	11.552	5,07%	1253	3,96%	10,85	382	1,44%	46	3,27%	12,04	4.743	4,80%	226	3,11%	4,76	11.552	5,07%	977	4,32%	8,46
CE	5.919	2,60%	984	3,11%	16,62	441	1,67%	19	1,35%	4,31	2.096	2,12%	186	2,56%	8,87	5.919	2,60%	773	3,41%	13,06
DF	6.633	2,91%	1292	4,09%	19,48	521	1,97%	64	4,55%	12,28	2.570	2,60%	277	3,81%	10,78	6.633	2,91%	933	4,12%	14,07
ES	3.597	1,58%	400	1,27%	11,12	134	0,51%	5	0,36%	3,73	883	0,89%	69	0,95%	7,81	3.597	1,58%	323	1,43%	8,98
GO	4.921	2,16%	707	2,24%	14,37	364	1,38%	5	0,36%	1,37	1.909	1,93%	117	1,61%	6,13	4.921	2,16%	583	2,58%	11,85
MA	3.214	1,41%	343	1,09%	10,67	133	0,50%	3	0,21%	2,26	680	0,69%	77	1,06%	11,32	3.214	1,41%	261	1,15%	8,12
MG	21.461	9,42%	3010	9,52%	14,03	2.490	9,41%	72	5,11%	2,89	8886	8,99%	577	7,93%	6,49	21.461	9,42%	2346	10,36%	10,93
MS	4.282	1,88%	381	1,21%	8,90	191	0,72%	1	0,07%	0,52	1.502	1,52%	53	0,73%	3,53	4.282	1,88%	327	1,44%	7,64
MT	3.737	1,64%	319	1,01%	8,54	173	0,65%	9	0,64%	5,20	1.176	1,19%	32	0,44%	2,72	3.737	1,64%	277	1,22%	7,41
PA	5.875	2,58%	422	1,34%	7,18	217	0,82%	10	0,71%	4,61	1.743	1,76%	60	0,82%	3,44	5.875	2,58%	351	1,55%	5,97
PB	6.112	2,68%	965	3,05%	15,79	685	2,59%	13	0,92%	1,90	1.799	1,82%	131	1,80%	7,28	6.112	2,68%	821	3,63%	13,43
PE	8.302	3,64%	1109	3,51%	13,36	871	3,29%	22	1,56%	2,53	3.341	3,38%	210	2,89%	6,29	8.302	3,64%	872	3,85%	10,50
PI	2.483	1,09%	335	1,06%	13,49	42	0,16%	2	0,14%	4,76	567	0,57%	34	0,47%	6,00	2.483	1,09%	299	1,32%	12,04
PR	17.755	7,79%	2477	7,84%	13,95	998	3,77%	68	4,83%	6,81	7871	7,96%	527	7,24%	6,70	17.755	7,79%	1865	8,24%	10,50
RJ	25.271	11,09%	4309	13,63%	17,05	4.382	16,57%	225	15,98%	5,13	11.914	12,05%	1031	14,17%	8,65	25.271	11,09%	3032	13,39%	12,00
RN	4.743	2,08%	745	2,36%	15,71	271	1,02%	51	3,62%	18,82	1.607	1,63%	141	1,94%	8,77	4.743	2,08%	547	2,42%	11,53
RO	1.649	0,72%	x	x	x	33	0,12%	x	x	x	276	0,28%	x	x	x	1.649	0,72%	x	x	x
RR	775	0,34%	x	x	x	0	0	x	x	x	210	0,21%	x	x	x	775	0,34%	x	x	x
RS	19.573	8,59%	4675	14,79%	23,88	2.256	8,53%	163	11,58%	7,23	9560	9,67%	1014	13,93%	10,61	19.573	8,59%	3471	15,33%	17,73
SC	10.958	4,81%	2209	6,99%	20,16	773	2,92%	130	9,23%	16,82	5.341	5,40%	611	8,40%	11,44	10.958	4,81%	1450	6,41%	13,23
SE	3.200	1,40%	356	1,13%	11,13	64	0,24%	1	0,07%	1,56	626	0,63%	44	0,60%	7,03	3.200	1,40%	311	1,37%	9,72
SP	45.204	19,83%	8256	26,12%	18,26	10.561	39,92%	601	42,68%	5,69	26007	26,30%	2427	33,35%	9,33	45.204	19,83%	5077	22,43%	11,23
TO	1.842	0,81%	114	0,36%	6,19	0	0	x	x	x	519	0,52%	7	0,10%	1,35	1.842	0,81%	107	0,47%	5,81
BR	227.920	1	31609	1	13,87	26453	1	1408	1	5,32	519	0,52%	7	0,10%	1,35	227920	1	22637	1	9,93

Legenda: Pesq = pessoas pesquisadoras. Fonte: Dados da pesquisa e DGP (BRASIL, 2016).

APÊNDICE G - Artigos por área de pesquisa nas unidades federativas e regiões brasileiras, n=19819

UF / Região	Ciências humanas			Ciências da saúde			C sociais aplicadas			Ling, letras e artes			Multidisciplinar			Ciências biológicas			Engenharias			Ciências agrárias			C exatas e da terra		
	área	% UF/reg		área	% UF/reg		área	% UF/reg		área	% UF/reg		área	% UF/reg		área	% UF/reg		área	% UF/reg		área	% UF/reg		área	% UF/reg	
AC	4	0,05	12,12	14	0,16	42,42	0	0	0	2	0,31	6,06	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AL	44	0,50	20,09	60	0,70	27,40	10	0,84	4,57	6	0,94	2,74	5	0,85	2,28	0	0	0	1	5,26	0,46	0	0	0	0	0	0
AM	45	0,52	28,48	28	0,33	17,72	4	0,34	2,53	2	0,31	1,27	2	0,34	1,27	1	4,17	0,63	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
BA	264	3,03	21,07	383	4,45	30,57	43	3,61	3,43	14	2,18	1,12	31	5,25	2,47	1	4,17	0,08	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CE	113	1,30	11,48	459	5,33	46,65	45	3,78	4,57	16	2,50	1,63	11	1,86	1,12	0	0	0	0	0	0	2	11,11	0,20	0	0	0
DF	431	4,95	33,36	261	3,03	20,20	73	6,12	5,65	47	7,33	3,64	32	5,41	2,48	2	8,33	0,15	0	0	0	4	22,22	0,31	0	0	0
ES	81	0,93	20,25	118	1,37	29,50	17	1,43	4,25	16	2,50	40	5	0,85	1,25	1	4,17	0,25	0	0	0	1	5,56	0,25	1	0,1	0,25
GO	183	2,10	25,88	120	1,39	16,97	22	1,85	3,11	18	2,81	2,55	22	3,72	3,11	0	0	0	0	0	0	1	5,56	0,14	1	0,1	0,14
MA	44	0,50	12,83	66	0,77	19,24	13	1,09	3,79	4	0,62	1,17	6	1,02	1,75	0	0	0	0	0	0	1	5,56	0,29	0	0	0
MG	663	7,61	22,03	635	7,38	21,10	128	10,74	4,25	55	8,58	1,83	51	8,63	1,69	0	0	0	3	15,79	0,10	3	16,67	0,10	2	0,2	0,07
MS	109	1,25	28,61	72	0,84	18,90	10	0,84	2,62	11	1,72	2,89	6	1,02	1,57	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,1	0,26
MT	77	0,88	24,14	80	0,93	25,08	7	0,59	2,19	5	0,78	1,57	3	0,51	0,94	1	4,17	0,31	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PA	125	1,43	29,62	65	0,76	15,40	8	0,67	1,90	5	0,78	1,18	9	1,52	2,13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PB	217	2,49	22,49	232	2,69	24,04	52	4,36	5,39	10	1,56	1,04	7	1,18	0,73	1	4,17	0,10	1	5,26	0,10	1	5,56	0,10	0	0	0
PE	225	2,58	20,29	416	4,83	37,51	56	4,70	5,05	13	2,03	1,17	19	3,21	1,71	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PI	35	0,40	10,45	93	1,08	27,76	6	0,50	1,79	6	0,94	1,79	1	0,17	0,30	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PR	665	7,63	26,85	412	4,79	16,63	129	10,82	5,21	69	10,76	2,79	131	22,17	5,29	3	12,50	0,12	2	10,53	0,08	1	5,56	0,04	0	0	0
RJ	1000	11,47	23,21	1534	17,82	35,60	186	15,60	4,32	69	10,76	1,60	72	12,18	1,67	4	16,67	0,09	4	21,05	0,09	2	11,11	0,05	2	0,2	0,05
RN	253	2,90	33,96	205	2,38	27,52	13	1,09	1,74	10	1,56	1,34	10	1,69	1,34	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RS	1394	160	29,82	1298	15,08	27,76	187	15,69	40	109	170	2,33	79	13,37	1,69	2	8,33	0,04	0	0	0	2	11,11	0,04	1	0,1	0,02
SC	970	11,13	43,91	350	4,07	15,84	77	6,46	3,49	40	6,24	1,81	16	2,71	0,72	0	0	0	2	10,53	0,09	1	5,56	0,05	0	0	0
SE	93	1,07	26,12	47	0,55	13,20	8	0,67	2,25	6	0,94	1,69	7	1,18	1,97	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SP	2429	27,87	29,42	3197	37,14	38,72	242	20,30	2,93	137	21,37	1,66	154	26,06	1,87	11	45,83	0,13	9	47,37	0,11	2	11,11	0,02	4	0,4	0,05
TO	17	0,20	14,91	2	0,02	1,75	2	0,17	1,75	8	1,25	7,02	3	0,51	2,63	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	4026	46,20	26,27	5155	59,88	33,64	557	46,73	3,63	269	41,97	1,76	264	44,67	1,72	15	62,50	0,10	16	84,21	0,10	7	38,89	0,05	8	0,8	0,05
Sul	2975	34,14	32,52	1990	23,12	21,76	375	31,46	4,10	218	34,01	2,38	217	36,72	2,37	5	20,83	0,05	4	21,05	0,04	4	22,22	0,04	1	0,1	0,01
Nordeste	1234	14,16	20,64	1799	20,90	30,09	230	19,30	3,85	84	13,10	1,40	87	14,72	1,46	3	12,50	0,05	1	5,26	0,02	4	22,22	0,07	0	0	0
Centro-Oeste	785	9,01	29,87	500	5,81	19,03	110	9,23	4,19	81	12,64	3,08	60	10,15	2,28	2	8,33	0,08	0	0	0	4	22,22	0,15	2	0,2	0,32
Norte	190	2,18	26,28	109	1,27	15,08	14	1,17	1,94	17	2,65	2,35	13	2,20	1,80	1	4,17	0,14	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Dados da pesquisa.

ANEXO A - Protocolo de avaliação 1Science, periódicos revisados por pares



Evaluation protocol – "peer reviewed" journals

Definition of "peer-reviewed" in the context of journals appearing in 1journal.

1science uses the term "peer-reviewed" journal as a type of placeholder that denote academic/scholarly/research/scientific journals that have undergone a quality review process. These journals publish scholarly and scientific work, that is, largely transparent, reproducible work that aims to increase the body of rigorous knowledge. These journals present thorough, original contributions to knowledge in the form of scientific/scholarly articles, and there are also other types of documents (editorials, news, reviews, letters to the editor, ...) that may be published alongside articles. In most cases, these journals use references in the form of footnotes, endnotes, or minimally a bibliography or a reference list.

What does it mean to perform a quality review process ? It essentially means assuring an article presents original, non-plagiarised content, that is rigorous knowledge that build upon prior scholarly/scientific work, hence the use of references. The quality review process also aims to improve articles quality by providing feedback to the authors, and to reject articles that are deemed as intellectually, logically or methodically flawed, not sufficiently original, or which observations and conclusions are not borne by the evidence collected in the article.

Acceptance criteria:

Method 1-Direct statement that peer-review is performed

- The journal claims to perform peer review;
- This includes anonymous reviews (simple blind and double blind), open reviews and referred reviews;
- If a former version of a journal has been identified as being peer reviewed, then it is assumed that a descendant journal is also peer reviewed;

Method 2 - In the absence of a statement stipulating that peer-review is done, use triangulation to deduce that peer-review is done.

- Existence of an editorial board, preferably with an accurate presentation of editorial board members (Name, degree, institution, ...);
- Articles use references to the previous literature

- Presence of university authors, preferably but a company scientific journal would be acceptable provided there is evidence of quality assessment – e.g. The Bell Laboratories Record was one of the most important journal yet it was mainly authored by engineers and scientists at the Bell Laboratories. • Judgment is required

Rejection criteria:

- The journal claims to not perform a quality review process
- There is evidence that the journal does use deceptive advertising of quality review but this is not actually being performed ("deceptive journal"), e.g. a promise of a 24-hour review process is a definite red flag, a statement that all articles are accepted is a definitive signal to reject the journal.
- No editorial board has been found (dangerous if used solely as a dichotomous criterion – but can be used as an indicator and raises the suspicion that a journal uses deceptive practices and doesn't actually perform a quality-review process);

Rejected material type:

- Books;
- Book series;
- Conference proceedings;
- Grey literature;
- Magazines (including popular science magazines);
- News bulletin;
- Student journals.

Validation steps:

1. For individual journals:

- a. Find the Official website based on the publisher name and, ideally, the ISSN of the journal;
- b. Find the mention "peer reviewed journal",
- c. Find which section contains information about the peer reviewed status of the journal (i.e. "Focus and scope", "Section policies", "Peer review process", "Editorial Board", "Manuscript submission" / "Instructions for authors");
- d. Determine whether the journal meets the acceptance or rejection criteria or if the status can't be established (e.g. if the journal web site is impossible to find);
- e. Keep track of the process by logging the following information with the document Template_journals_entering.xls.

ANEXO B - Protocolo de entrada de dados de periódicos da 1Science



Protocol for data entry on journals for 1science's 1journal

Columns details

- **ISSN print:** ISSN of the printed version of the journal.
- **ISSN online:** ISSN of the online version of the journal.
- **ISSN unspecified:** Unspecified ISSN (when we don't know whether it is online or print – only use when we don't know if the ISSN is the Print or online ISSN – do not use for ISSN which is the link-issn, which we don't want unless this is the only one given).
- **Journal titles:** Title(s) found on the official website of the journal.
 - **Title_1(preferred):** The journal title that best represents the journal o
Language_pref_title_1: Language of the journal title
 - **Title_2 ... Title_4:** used for other titles found on the journal's website o
Language_pref_title_2 ... Language_pref_title_4: used to enter the other language of the journal's title.
- **Journal's homepage:** URL of journal's homepage.
- **Pdf page:** URL of the page where articles (PDF) can be downloaded. Sometimes, this is available in both an "archive" section in addition to the current issue. Make sure to have both (unless the archive also contains the current issue) and separate the URL with a pipe "|".
- **Document type:** choose one document type from the list (*i.e. journal, book, book series, proceedings [conference, symposium], report [e.g. grey literature; mimeo; internally published reports], magazine, monoseries, student [journal], series, newsletter, yearbook*). If the document type is not listed then add it to the observation column as doctype=new value.
- **Languages:** choose each language used for the journal from the ISO list. If the journal uses several languages, add each language in columns Language 2... Language 4.
- **Acceptance criteria:** choose one status from the list :
 - **Yes:** the journal meets the acceptance criteria. ○ **No:** the journal does not meet the acceptance criteria. ○ **Questionable:** the journal might be a so called "predatory" journal (is published by a publisher identified by Jeffrey Beall as potentially predatory <https://beallslist.weebly.com/>).
 - **Unknown:** the information available is not sufficient to make a decision.
- **Acceptance status source:** URL of the page where the information about the acceptance criteria can be found. If the evidence is built from multiple pages, separate the URLs with a pipe "|".
- **Proof:** choose an argument on the list:
 - **mention of peer review:** the journal claims to perform peer review; ○ **quality review process described:** the process of quality review is described (e.g.

use of arbitration, external referees, etc...);

- **editorial board:** an editorial board exist, there is an accurate presentation of editorial board members (name, degree, institution,...);
- **presentation of committee:** an evaluation committee exist, there is an accurate presentation of members and of the process;
- **no editorial board:** there is NO editorial board, and/or no accurate presentation; ○ **web site impossible to find:** the journal does not have website; ○ **document type rejected:** the document type is part of the rejected list (*i.e.* books, book series, conference proceedings, grey literature, magazines, trade journals, popular science magazines, news bulletin, newsletters, student journals);
- **no information on the web site:** there is no information on several websites viewed.
- **Access type:** Mention whether the JOURNAL is :
 - **Gold :** fully available without delay for free (all articles freely downloadable immediately after publications);
 - **Subscription :** it is available through subscription;
 - **Subscription-Hybrid:** subscription journal that allows open access articles (usually when paying an article processing charge).
- **Delayed OA:** journal's article may become freely downloadable after a delay (e.g. 6 – meaning that this journal's article can be downloaded for free after a six months embargo period). Note that not all subscription journals offer their articles for free after a delay. (IF YOU ANSWERED "Gold" to the previous question, then there CANNOT BE a delay – a fully gold journal has no delay before making all articles available for free). ○ **Yes** ○ **No**
- **Delayed OA time:** Time in month for the delayed open access journal's article to become freely downloadable (the most common delays are 1, 3, 6, 12, 24 or 36 months). If there is no duration mentioned, add "XX".
- **Status source:** URL of the page where the OA status information can be found (gold, subscription, or delayed open access)
- **Frequency:** information about the publication frequency of the journal (*i.e.* annual, biannual, triannual, quarterly, bimonthly, monthly, biweekly, weekly, continuous, irregular).
- **Publisher name:** publisher name (e.g. Elsevier, Taylor & Francis, Nature publishing group, Springer, ...).
- **Publisher country:** choose from the list the country where the journal is published
- **Publishing date:** year the journal started publishing.
- **Publishing end date:** year the publication stopped publishing (if it stopped)
- **Observation:** relevant comments worth adding (use sparingly).

ANEXO C - Descritores utilizados nas buscas para a composição da Ariadne, base de dados sobre gênero, sexualidade e educação formal

(Parte da seção Metodologia da base de dados Ariadne, disponível em <<http://www2.fe.usp.br/~ariadne/metodologia.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2019)

[...]

Organizamos listas de descritores a partir das fontes pesquisadas e estas listas foram intensamente discutidas em reuniões conjuntas. Este foi um momento importante da pesquisa, pois uma adequada escolha de descritores serviria para a delimitação do levantamento e para a demarcação do objeto. A partir desta verificação, formulamos o conjunto de descritores e palavras-chave a serem utilizados.

Portanto, em termos práticos, buscamos montar uma grade de descritores que garantisse, em primeiro lugar, que todos os estudos incluídos abordassem “gênero”, “mulheres” ou “sexualidade”, o que implica num primeiro termo descritor capaz ao mesmo tempo de barrar outras discriminações e desigualdades quando não articuladas ao gênero, mulheres ou sexualidade e incluir a multiplicidade de enfoques aqui expressos. Uma segunda lista de descritores garantiu que o texto selecionado tratasse de “gênero”, “mulheres” ou “sexualidade” **no âmbito da educação formal**, excluindo estudos sobre diferentes formas de socialização, tais como relações informais nos locais de trabalho, movimentos sociais ou produtos culturais tais como revistas infantis ou programas de TV, por exemplo. No momento da busca, os descritores utilizados procuraram garantir a inserção do trabalho selecionado em ambos os filtros, exigindo a presença de dois deles (por exemplo: creche e gênero; educadores e sexualidade; SAEB e sexo; letramento e mulheres). Assim, as palavras-chave dirigidas para a educação formal foram necessariamente cruzadas com gênero, mulheres, meninas, homens, professoras, alunas, feminilidade, masculinidade, sexualidade etc.

Segue a tabela com os descritores utilizados nas buscas:

Educação Formal	Gênero/Mulheres/Sexualidade
- escola/s	- gênero/s
- pré-escolas	- relações de gênero
- escolas técnicas	- estudos de gênero
- escolas normais	- diferenças de gênero
- sociabilidade na escola	
- indisciplina/ disciplina na escola	- feminista/s / feminismo
- violência na escola	- teoria feminista
- jogos na escola	- estudos feministas
- lazer na escola	
- brinquedos/ brincadeiras na escola	- sexo/s
	- relações entre sexos
- escolar/es	- relações de sexos
- instituição/ões escolar/es	- desigualdade/s dos/de/entre os sexos
- desempenho escolar	- igualdade/s dos/de/entre os sexos
- sucesso escolar	- transsexos
- fracasso escolar	
- dificuldade/s escolar/es	- sexual(ais)

<ul style="list-style-type: none"> - evasão/ expulsão escolar - pré-escolar - cotidiano escolar - jogos/ brincadeiras escolares - escolaridade - ensino - ensino fundamental - ensino supletivo - ensino médio - ensino profissionalizante - ensino técnico - ensino superior - ensino público (federal, estadual, municipal) - primário - secundário - ensino-aprendizagem - instituições de ensino - Colégio/s - Curso/s - educação - educação formal - educação infantil - educação básica - educação especial - educação física - educação de jovens e adultos/ EJA - educação inclusiva - co-educação - educação mixta - pedagogo/a - pedagogia/s - pedagógico - escolarização - creches - alfabetização - letramento - analfabetismo - colegial - vestibular - cursinhos - faculdades - universidades - estudante/s - aluno/s / aluna/s - discentes - professora/es 	<ul style="list-style-type: none"> - papéis sexuais - divisão sexual de tarefas/ do trabalho - transexuais - homossexuais - heterossexuais - desvio sexual - educação sexual - assédio sexual - violência sexual - orientação sexual - opção sexual - sexualidade(s) - heterossexualidade/s - homossexualidade/s - transexualidade - bissexualidade - sexismo - sexuado - feminino/a/s / masculino/a/s - profissões masculinas - profissões femininas - dominação masculina - educação feminina - educação masculina - feminilidade/s/ masculinidade/s - feminilização/ masculinização - mulher/es - homem/ns - menina/s e menino/s - leitoras - rapaz/es e moça/s - garoto/s e garota/s - homofobia - machismo - patriarcado - patriarcal - matriarcado - matriarcal - gravidez - paternidade - maternidade
---	---

<ul style="list-style-type: none"> - formação de professores - memórias de professoras - docência - docente/s - identidade docente - magistério - leitoras - pajens - crecheiras - diretoras/diretores - coordenadoras/coordenadores - gestores/gestoras - Educacional/ ais - Política/s Educacionais/ de educação - Legislação educacional - avaliação educacional - PCN - PNE - RCNEI - PNLD - SAEB/SARESP/ENEM/PISA/ SINAES/ - Provão/LDB/ ENAD - didática(o) - livro didático - currículo - repetência - recreio/pátio - aula 	
--	--

As palavras destacadas em negrito são aquelas que servem como “rede” para suas derivadas: qualquer entrada com a palavra “escolar”, por exemplo, serviu para detectar os textos que utilizaram como palavras chave “educação escolar”, “formação escolar”, “fracasso escolar”. Sua utilização é produtiva para compor uma variedade de derivações. Na lista de descritores mantivemos as derivadas para controle dos pesquisadores.

Os descritores foram testados inicialmente na Base CAPES, eleita para a primeira busca. Ao dar início a esse trabalho, novas questões se colocaram. O fato de trabalhar com descritores compostos não impediu que muitas dúvidas aparecessem: 1) há trabalhos sobre escola (ou outras experiências de educação formal) que se referem muito levemente a questões de gênero ou sexualidade, mas não derivam conseqüências destas questões para a prática educacional; 2) há estudos sobre sexualidade que levantam apenas como um horizonte as questões educacionais, sem mútuas implicações; 3) há trabalhos realizados em escolas, com estudantes, por exemplo, que os tomam apenas como sujeitos de uma pesquisa sem que isto signifique uma reflexão sobre as práticas que lá se desenvolvem.

Cada uma destas questões foi objeto de reflexão para compor o quadro do que seria a produção acadêmica brasileira atual sobre gênero, sexualidade e educação formal.